

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Considerado de utilidade pública:

Estadual: Lei nº 1.068, de 14-9-1966 (*Diário Oficial do Estado*, parte I, de 20-9-1966)

Federal: Decreto nº 61.251, de 30 de agosto de 1967

Av. Augusto Severo, 8, Rio de Janeiro, CEP 20021-040

Fundado em 21-10-1838, em plena Regência, por 27 sócios da prestigiosa Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o IHGB originou-se de proposta anterior do marechal de campo Cunha Matos e do cônego Januário da Cunha Barbosa. Pedro II logo o tomou sob seus auspícios.

Os objetivos estatutários eram, entre outros: coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos, promover cursos e editar a *Revista Trimestral de História e Geografia* ou o *Jornal do IHGB*.

O Arquivo é hoje um dos melhores do Brasil, graças a sucessivas doações de papéis de estadistas e historiadores, como José Bonifácio, o marquês de Olinda, Varnhagen, Cotegipe, o conde d'Eu, o visconde de Ouro Preto, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Epitácio Pessoa, Manuel Barata, Wanderley Pinho, Hélio Viana e Jackson de Figueiredo, entre outros.

A Biblioteca, por compra, doações e permutas, ultrapassa de 500 mil volumes, de grande interesse para os estudos brasileiros.

A Mapoteca dispõe de cerca de 12 mil cartas geográficas, referentes, sobretudo, ao território brasileiro.

O Museu, criado em 1851 para guardar a memória de varões ilustres em máscaras mortuárias, retratos e lembranças pessoais, exhibe hoje peças, como a espada de campanha de Duque de Caxias (modelo dos espadins dos cadetes do nosso Exército) ou a cadeira em que Pedro II, durante 40 anos, presidiu a 508 sessões do Instituto.

A Pinacoteca é rica, abrangendo desde a imensa tela da Coroação de Pedro II, de autoria do sócio Araújo Porto-Alegre, até a impressionante galeria de retratos (e bustos) de monarcas, nobres e personalidades da Colônia à República.

Os sócios, eméritos, titulares, honorários e correspondentes, no país e no estrangeiro, são eleitos vitaliciamente. O corpo social promove conferências, congressos e cursos, anunciados com antecedência, e realiza reuniões acadêmicas, de março a dezembro, todas as quartas-feiras. As atas são publicadas pela Revista no último número do ano.

R IHGB

a. 181

n. 484

set./dez.

2020

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA – (2018-2019)

Presidente:	Victorino Chermont de Miranda
1º Vice-Presidente:	Jaime Antunes da Silva
2º Vice-Presidente:	Affonso Arinos de Melo Franco
3º Vice-Presidente:	João Maurício de Araújo Pinho
1º Secretária:	Lucia Maria Paschoal Guimarães
2º Secretária:	Maria de Lourdes Viana Lyra
Tesoureiro:	Fernando Tasso Fragoso Pires
Orador:	Alberto da Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos:	Alberto Venâncio Filho, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Marilda Correia Ciribelli
Membros suplentes:	Marcos Guimarães Sanches, Pedro Carlos da Silva Telles e Roberto Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO CONSULTIVO

Membros nomeados:	Antonio Izaías da Costa Abreu, Armando de Senna Bittencourt, Carlos Wehrs, Célio Borja, Cybelle Moreira de Ipanema, Esther Caldas Bertoletti, Maurício Vicente Ferreira Júnior e Miridan Britto Falci.

DIRETORIAS ADJUNTAS

Arquivo:	Jaime Antunes da Silva
Biblioteca:	Claudio Aguiar
Cursos:	Antonio Celso Alves Pereira
Iconografia:	Pedro K. Vasquez
Informática e Dissem. da Informação:	Carlos Eduardo de Almeida Barata
Museu:	Vera Lucia Bottrel Tostes
Patrimônio:	Guilherme de Andrea Frota
Projetos Especiais:	Mary del Priore
Relações Externas:	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão
Relações Institucionais:	João Mauricio de A. Pinho
Coordenação da CEPHAS:	Maria de Lourdes Viana Lyra e Lucia Maria Paschoal Guimarães (subcoord.)
Editor do Noticiário:	Victorino Chermont de Miranda

COMISSÕES PERMANENTES

ADMISSÃO DE SÓCIOS:	CIÊNCIAS SOCIAIS:	ESTATUTO:
Alberto da Costa e Silva	Antônio Celso Alves Pereira	Alberto Venancio Filho
Alberto Venancio Filho	Cândido Mendes de Almeida	Antonio Celso Alves Pereira
Carlos Wehrs	José Murilo de Carvalho	Célio Borja
Fernando Tasso Fragoso Pires	Maria Cecilia Londres	João Maurício A. Pinho
Lucia Maria Paschoal Guimarães	Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	Victorino Chermont de Miranda

GEOGRAFIA:	HISTÓRIA:	PATRIMÔNIO:
Armando de Senna Bittencourt	Eduardo Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho
Cybelle Moreira de Ipanema	Guilherme de Andrea Frota	Antonio Izaías da Costa Abreu
José Almino de Alencar	Lucia Maria Paschoal Guimarães	Claudio Moreira Bento
Miridan Britto Falci	Marcos Guimarães Sanches	Fernando Tasso Fragoso Pires
Vera Lúcia Cabana de Andrade	Maria de Lourdes Vianna Lyra	Roberto Cavalcanti de Albuquerque

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.
Et possint sera posteritate frui.*



Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 181, n. 484, 2020.

Indexada por/Indexado by

*Ulrich's International Periodicals Directory – Handbook of Latin American Studies (HLAS) –
Sumários Correntes Brasileiros – Google Acadêmico - EBSCO*

Correspondência:

Rev. IHGB – Av. Augusto Severo, 8-10º andar – Glória – CEP: 20021-040 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Fone/fax. (21) 2509-5107 / 2252-4430 / 2224-7338

e-mail: revista@ihgb.org.br home page: www.ihgb.org.br

© Copyright by IHGB

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

Revisora: Talita Rosetti Souza Mendes

Secretária da Revista: Tupiara Machareth



REGISTRO NACIONAL DO BRASIL DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO – MOW DA UNESCO
Pensar O Brasil: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2011

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. - Tomo 1, n. 1 (1839) -

Rio de Janeiro: O Instituto, 1839-

v. : il. ; 23 cm

Quadrimestral

ISSN 0101-4366

Ind.: T. 1 (1839) – n. 399 (1998) *em* ano 159, n. 400. – Ind.: n. 401 (1998) – 449 (2010) *em* n. 450 (2011)

1. Brasil – História. 2. História. 3. Geografia. I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ficha catalográfica preparada pela bibliotecária Maura Macedo Corrêa e Castro – CRB7-1142

CONSELHO EDITORIAL

António Manuel Dias Farinha – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Arno Wehling – Universidade Veiga de Almeida – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Carlos Wehrs – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

José Murilo de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Manuela Mendonça – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Maria Beatriz Nizza da Silva – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

COMISSÃO DA REVISTA: EDITORES

Eduardo Silva – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Esther Caldas Bertoletti – Ministério da Cultura – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ-Brasil

Maria de Lourdes Viana Lyra – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Mary del Priore – Universidade Salgado de Oliveira – Niterói-RJ – Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Fernando Camargo – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas-RS – Brasil

Geraldo Mártires Coelho – Universidade Federal do Pará – Belém-PA – Brasil

Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ – Brasil

José Marques – Universidade do Porto – Porto – Portugal

Junia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG – Brasil

Leslie Bethell – Universidade de Oxford – Oxford – Inglaterra

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos – Ministério das Relações Exteriores – Brasília-DF – Brasília

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE – Brasil

Maria de Fátima Sá e Mello Ferreira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – Portugal

Mariano Cuesta Domingo – Universidad Complutense de Madrid – Madrid – Espanha

Miridan Britto Falci – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Nestor Goulart Reis Filho – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto-MG – Brasil

Stuart Schwartz – Universidade de Yale-Connecticut – EUA

Ulpiano Bezerra de Meneses – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Victor Tau Anzoategui – Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina

ESTE NÚMERO CONTOU COM O APOIO DE:



Benfeitores do Campanha Revista do IHGB – 190 anos de História –
(Relação Nominal ao final da Revista)

SUMÁRIO

SUMMARY

Carta ao Leitor	11

I – ARTIGOS E ENSAIOS

ARTICLES AND ESSAYS

Transformações institucionais no pós-independência: polícia, justiça e informação nos periódicos da Corte <i>Post-Independence institutional changes: police, justice and information in Court Journals</i>	15

JOICE DE SOUZA SOARES

ICLÉIA THIESEN

D. Isabel Maria de Bragança: regente de Portugal entre D. Pedro e D. Miguel	45

<i>Princess Isabel Maria de Bragança: regent of Portugal between D. Pedro and D. Miguel</i>	75

ANA CAROLINA GALANTE DELMAS

Elite provincial, agentes da administração imperial e diretórios partidários: origens e efeitos de uma dissidência no Partido Conservador de Santa Catarina (1870-1873)	107

<i>Provincial elite, agents of imperial administration and committees of political parties: origins and consequences of a dissension in the Conservative Party of Santa Catarina (1870-1873)</i>	

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Encobrindo e multiplicando: os parentes de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)	141

e o tráfico de escravizados para o Brasil no Oitocentos	

<i>Concealing and multiplying: the relatives of Pedro de Araújo Lima (Marquis of Olinda) and slave trafficking in Brazil of the 19th Century</i>	

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA

- Debates em defesa da escravidão e da abolição 169
 nos jornais mineiros e mato-grossenses no século XIX
*Debates in defense of slavery and abolition in
 newspapers published in the Provinces of Minas Gerais
 and Mato Grosso in the 19th century*
 AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE
 ISABEL CAMILO DE CAMARGO
- O Romantismo na Guerra do Paraguai: entre o belo 195
 e o sublime na obra do pintor Edoardo de Martino
*Romanticism in the Paraguayan War: Between the beautiful
 and the sublime in the work of the painter Edoardo de Martino*
 FERNANDA DEMINICIS DE ALBUQUERQUE
 MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO
- Cocanha coisa nenhuma? Histórias e mitos 235
 da abundância alimentar nordestina
*No such thing as Cocagne? Histories and myths
 about food abundance in the northeast of Brazil*
 FREDERICO DE OLIVEIRA TOSCANO
- Para além do corpo e da mente: lazer do trabalhador 257
 sindicalizado nas atividades do Serviço de Recreação
 Operária na Ilha das Flores nas décadas de 1940 e 1950
*Beyond body and mind: Leisure of trade union workers
 in activities of the workers' recreation service on
 Ilha das Flores in the 1940s and 1950s*
 VICTOR DA COSTA SANTOS
- A institucionalização do *Plea Bargaining*: ensaio histórico 295
 sobre o acordo de não-persecução penal no Brasil
*The institutionalization of Plea Bargaining: historical essay
 on the criminal non prosecution agreement in Brazil*
 PEDRO RUBIM BORGES FORTES

A organização de trabalhadores rurais no Ceará de 1950 a 1963: das associações aos primeiros sindicatos <i>The organization of rural workers in the state of Ceará from 1950 to 1963: from associations to the first trade unions</i>	323
HELAINÉ SARAIVA MATOS FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR	

Complexos turístico-imobiliários e planejamento no litoral metropolitano de Fortaleza <i>Tourist-real estate complexes and planning on the metropolitan coast of Fortaleza</i>	347
GABRIELA BENTO CUNHA ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA	

II – ENTREVISTAS

INTERVIEWS

Memórias, narrativas e tramas: entrevista com a Prof. ^a Dr. ^a Oksana Boruszenko <i>Memories, narratives and experiences: Interview with Dr. Oksana Boruszenko</i>	363
BRUNA SILVA	

III – DOCUMENTOS

DOCUMENTS

No vaivém das canoas: cartas para dois capitães-mores da Fortaleza do Gurupá (1684-1685) <i>In the coming and going of the canoes: letters sent to two captain-majors based at the Gurupá Fortress (1684-1685)</i>	387
FABIANO VILAÇA DOS SANTOS	

VI – RESENHAS

REVIEW ESSAYS

Passado-presente: as histórias de um país que não está no retrato RAFAEL CUPELLO PEIXOTO	411
Hipólito da Costa: a trajetória de um jornalista nos dois lados do Atlântico ROSEMARY SARAIVA DA SILVA	423

• Benfeitores da Revista do IHGB	429
• Colaboradores Pareceristas	431
• Normas de publicação	435
<i>Guide for the authors</i>	437

Carta ao Leitor

Mais um ano que se finda. Não um ano simples e corriqueiro como os demais. Ano de anormalidade, com surto epidêmico de alcance mundial, desconhecido para a maioria das pessoas vivas. Crise econômica, crise social, crise humana. Espiral ascendente de mortes. Desbaratamento dos meios de sobrevivência de grande contingente da população. Fim de um ano e começo de outro ainda com o horizonte de expectativas envolto em brumas. Irrupção nos jornais, nas televisões e nas redes sociais de palavras como pandemia, protocolo, vacina, isolamento social, confinamento, depressão, desemprego, calamidade pública.

Muitos acham que a vida deve continuar como se nada tivesse acontecido. E, nós, historiadores no tempo presente? Registramos fatos, tentamos compreendê-los, lançamos mão de esquemas teóricos, acumulamos experiências. Imensa responsabilidade, quando emerge do pesadelo atual o retrato sem retoques de um país tão frágil, injusto e desigual, cujas raízes situam-se naquele passado, que tantos ainda desconhecem. A história institucionalizou-se como disciplina acadêmica quando, como Janus – a divindade romana dos limites –, tornou-se capaz de olhar ao mesmo tempo nas direções do passado e do futuro; quando o imaginário profético, fixado na eternidade, cedeu lugar à concepção da transitoriedade do mundo, na qual a análise do que foi passou a servir de base para os prognósticos do que será. Estaremos à altura?

Os artigos deste número 484 da *R.IHGB* não se voltam para essas questões. O que não quer dizer que os colaboradores – diversos pela origem, instituições e temáticas – as ignorem. De alguma maneira, como outros veículos semelhantes, a *Revista* sempre constituiu um espaço de reflexão e de crítica.

A seção “Artigos e Ensaios” compõe-se de onze textos inéditos, que vão da política de civilidade no Sudeste, pela ação da Intendência de Polícia, no tempo de D. João, ao Nordeste, com a organização dos trabalhadores rurais no Ceará e os complexos turístico-imobiliários de Fortaleza.

No trajeto, mergulha-se nos conflitos entre os irmãos Pedro e Miguel, durante a regência de Isabel Maria em Portugal, e em aspectos do papel das elites na administração provincial do Brasil oitocentista; retornam, em seguida, os homens públicos, com o papel que tiveram no tráfico negreiro e também nos debates sobre a escravidão na imprensa do segundo reinado, assuntos de enorme relevância para o momento atual; desloca-se então o foco, mas não a cronologia, para o romantismo e o sublime na pintura de Edoardo de Martino de cenas da Guerra do Paraguai, antes que sejam tratados os mitos na alimentação e na fartura da mesa nordestina; por fim, já em meados do século XX, trava-se conhecimento com o papel do Serviço de Recreação Operária como mais uma das finalidades da Ilha das Flores, situada na baía da Guanabara, e, na linha do Direito, com a institucionalização do *Plea Bargaining* no Brasil.

A “Entrevista” acompanha histórias e recordações de uma professora paranaense, de origem ucraniana, relativas à pesquisa, ao ensino e à participação nas sociedades de História, que se estruturavam a partir da década de 1960. A transcrição das cartas de dois capitães-mores de Gurupá, importantes para o estudo dos processos de colonização, comunicação política e administração no Estado do Maranhão, em fins do século XVII, formam a seção “Documentos”. Finalmente, ambas as “Resenhas” se voltam para o passado vivo no presente: a cultura política autoritária no Brasil e a figura de Hipólito da Costa, cujos dissabores muitos jornalistas atuais prosseguem compartilhando.

Antes de deixar o leitor com esse conjunto diversificado de textos, porém, uma palavra muito especial de gratidão. No contexto das crises atuais, se a *R.IHGB* – o mais antigo periódico acadêmico do Brasil, patrimônio da “Memória do Mundo da UNESCO”, com 191 anos de publicação e vida ininterrupta desde a criação em 1839 – tem sobrevivido, ainda que abalada por dificuldades de toda ordem, o fato deve-se à busca de novos caminhos e à solidariedade que é capaz de despertar.

Nesse final de ano, em particular, sem possibilidade de contar com os recursos de projetos de pesquisa e doações de alguns sócios, já esgotados,

partiu-se para uma novidade. Com a meta de assegurar o financiamento de mais dois números da revista, apelou-se para a sociedade, através de um mecanismo de arrecadação de recursos via redes sociais, a “Benfeitoria dos 190 anos da *R.IHGB*”. Apesar da expectativa ansiosa, em 12 de novembro, data final da campanha, o sucesso mostrou-se completo, graças aos muitos benfeitores, alguns de forma anônima, outros com modestas quantias, cuja relação se encontra ao final da revista, aos quais agradeço de modo muito especial!

Por fim, agradeço ainda a confiança que mereci, uma vez que assumi integralmente a responsabilidade pela iniciativa. Por conseguinte, em meu nome, no da *R.IHGB*, da qual tenho a honra de ser a Diretora, e da cultura brasileira, meu MUITO OBRIGADO!

Façam bom uso da leitura!

Lucia Maria Bastos P. Neves

Diretora da Revista

I – ARTIGOS E ENSAIOS ARTICLES AND ESSAYS

TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS NO PÓS-INDEPENDÊNCIA: POLÍCIA, JUSTIÇA E INFORMAÇÃO NOS PERIÓDICOS DA CORTE

POST-INDEPENDENCE INSTITUTIONAL CHANGES: POLICE, JUSTICE AND INFORMATION IN COURT JOURNALS

JOICE DE SOUZA SOARES¹
ICLÉIA THIESEN²

Resumo:

Após a independência do Brasil, discussões acerca das modificações institucionais necessárias à adequação do nascente Estado ao primado das leis ganharam destaque no parlamento e na imprensa periódica. Tal processo ocorreria também em relação à polícia. Neste artigo, pretende-se demonstrar o quanto a questão policial fora relevante no processo de organização do Estado, no fim do Primeiro Reinado e no início da Regência, a partir dos discursos presentes em alguns dos jornais publicados na capital imperial. Postula-se que a implementação de ideais vinculados ao liberalismo político guardou estreita relação com o processo de mescla e de acomodação entre o antigo e o moderno de forma ampla, o que se aplicou também às instituições policiais. Ademais, busca-se demonstrar o papel conferido à informação enquanto elemento fundamental ao exercício do poder na dinâmica institucional que começava a se desenhar.

Palavras-chave: Polícia; Imprensa periódica; Estado; Informação; Política.

Abstract:

After Brazil's Independence, discussions about the necessity of institutional changes to adapt the newly born State to the rule of law gained momentum in parliament and in the periodical press. A similar process had also taken place in relation to the police. Based on speeches published in some journals of the Imperial capital, we show in the paper how relevant police issues were in the organization of the State at the end of the First Reign and at the beginning of the Regency. We postulate that the implementation of ideals linked to political liberalism had a close relationship with the process of mixing and accommodating widely old and modern practices, the same applying to the police as an institution. Furthermore, we aim to demonstrate the role given to information as a fundamental element for the exercise of power in the institutional dynamics that was about to take shape.

Keywords: Police, Periodical press, State, Information, Politics.

1 – Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UNIRIO. Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E-mail: joicesoares@hotmail.com.

2 – Doutora em Ciência da Informação. Professora Titular do Departamento de História da UNIRIO. Pesquisadora do CNPq. E-mail: icleithiesen@gmail.com.

Introdução

A década de 1820 fora marcada por inúmeros acontecimentos políticos. Em meio às reverberações da revolução do Porto, a incorporação do ideário liberal ganhara espaço deste lado do Atlântico. Entre os embates que marcaram as Cortes, protagonizados pelos membros da “nação portuguesa”³, os interesses brasileiros tornaram-se grandes demais para sujeitarem-se aos anseios da antiga metrópole.

A emancipação política viera, em 1822, muito mais como consequência das discussões em torno do lugar a ser ocupado pelo Brasil no seio do império português do que como desejo estabelecido *a priori*. E os fatos seguintes demonstraram que a implementação dos postulados do liberalismo político encontraria alguns obstáculos. O então imperador aclamado, Pedro I, dissolvera a Assembleia Constituinte em novembro de 1823; e, em 1824, outorgara a Constituição – que, aliás, se manteve em vigência durante quase todo o século XIX.

Quando, em 1826, iniciaram-se as atividades da Assembleia Geral Legislativa, os desafios que se colocavam para os contemporâneos eram consideráveis. O entendimento de que era necessário reformar as instituições – do mesmo modo que fora feito com o sistema político –, a fim de adequá-las à primazia das leis e à monarquia constitucional, permeava as discussões. Na prática, isso significara intensos debates no parlamento, e fora dele, acerca do processo de construção do Estado.

3 – No contexto das Cortes, inicialmente, representantes do Brasil e de Portugal colocavam-se como membros da mesma “nação portuguesa”. Interessante observar, ainda, que naquele momento a ideia de Brasil enquanto unidade era deveras limitada, uma vez que os deputados se identificavam, prioritariamente, com as províncias que representavam naquele parlamento. Um dos elementos capazes de unificar os representantes da delegação brasileira fora, por certo, seu interesse em garantir a diferenciação entre os cidadãos livres do Brasil e a grande massa de negros que compunha a população do país. Sobre o tema, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 550f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997; e JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 21, p. 389-440, 2000.

No início da década, a imprensa tornara-se elemento de fundamental importância na dinâmica política. Os jornais e os panfletos que circularam entre os anos de 1820 e 1822 desempenharam papel de destaque no processo que levou à independência⁴. Nos anos posteriores, novos espaços de sociabilidade emergiram e se ampliaram, consolidando a imprensa periódica como ator fundamental do oitocentos⁵. E não houve tema relevante que ficasse fora das páginas dos periódicos.

Discursos contrários às instituições existentes e defensores da implementação de outras ligadas aos princípios liberais estiveram nas folhas dos jornais. Os embates, os arechaços e as adesões a distintos projetos políticos demonstravam as disputas existentes entre o antigo e o moderno, processo no qual as modificações se realizavam a partir de mesclas e de hibridizações, já que a transição para a modernidade política não ocorrera de modo linear ou uniforme em sociedade alguma⁶.

Entre as críticas a figuras do governo de Pedro I, notadamente aos membros do Executivo e da magistratura togada, os apelos a transformações institucionais se faziam presentes. O Judiciário, nesse sentido, acabara como alvo prioritário; no que tange à polícia, não fora diferente.

Os modelos institucionais existentes e os pretendidos foram alvo de reflexões, de censuras e de defesas nas páginas dos periódicos. De modo específico, cumpre lançar sobre luz a importância da questão policial naquele momento e o papel conferido à informação nesse processo que, na sua configuração de notícia⁷ circulando em jornais, transmitia ideias, vi-

4 – Sobre o tema, ver: NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

5 – Sobre as novas formas de sociabilidade, ver: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

6 – Sobre o processo de transição para o que se convencionou chamar de modernidade política, ver as perspectivas apresentadas por François-Xavier Guerra: GUERRA, François-Xavier. De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones. *Anuario IEHS*, Buenos Aires, nº 18, p. 201-212, 2003; e GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

7 – Sabe-se, contudo, que havia ainda, nesse período, a formação de um amplo sistema

sando à interiorização de normas e de comportamentos, formando mentalidades e, assim, contribuindo para a cultura política nascente.

Os projetos em discussão e em disputa acerca da polícia guardaram estreita relação com questões políticas mais amplas e se vincularam às dificuldades de fazer emergir a criação perante a herança⁸. Lançar luz sobre tais aspectos contribui, dessa forma, não apenas para a compreensão do processo de formação do aparato policial no pós-independência, mas também para a elucidação de questões relacionadas à construção do próprio Estado nesse período.

A polícia entre censuras e expectativas

As áreas de atuação da Intendência Geral da Polícia e de sua Guarda Real, criadas no Brasil em 1809, sob os mesmos moldes das instituições lusitanas⁹, eram várias. Distintas atividades relacionadas, sobretudo, à concepção de polícia que predominava em finais da época moderna. Constituíam um programa amplo de atuação sobre a vida dos indivíduos com pretensões vinculadas ao aprimoramento do Estado¹⁰.

de informações, com valor de inteligência, que circulavam interinstitucionalmente, das prisões à justiça e às polícias, com vistas a reformar o espaço urbano, conter a vadiagem, a mendicância e a criminalidade. Sobre o tema, ver: THIESEN, I. Jeremy Bentham e a reforma das prisões na capital imperial: de volta à Casa de Correção da Corte. In: THIESEN, Icléia; SOARES, Joice de Souza; GONÇALVES, Gonçalo Rocha (Orgs.). *História, memória, instituições: fronteiras Brasil-Portugal*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2018, p. 216-238.

8 – Sobre o processo de construção nacional em meio ao peso da herança, no período pós-independência, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº. 1, p. 8-26, mai. 2005.

9 – A Intendência Geral da Polícia de Lisboa fora criada, em 1760. A Guarda Real, força militarizada responsável por realizar as atividades atribuídas à Intendência portuguesa, fora criada em 1801.

10 – A polícia em Portugal esteve relacionada, a partir da segunda metade do século XVIII, à administração do reino e ao governo dos súditos. A lógica que fundamentara a prática, antes mesmo da teoria, vinculava-se às noções de polícia em voga, em discussão, teorização e implementação – de formas distintas e com matizes diferentes – em diferentes Estados europeus. Polícia como elemento indispensável ao fortalecimento do poder central, ao engrandecimento da Coroa, ao esvaziamento das formas de poder periféricas. Polícia como meio capaz de proporcionar a felicidade e garantir o esplendor do Estado. Polícia, em suma, como síntese da arte de governar. Sobre a relação entre polícia e arte

Nesse sentido, a polícia do Rio de Janeiro, no início dos oitocentos, ocupava-se de aspectos relacionados à urbanização da cidade – que instava, do ponto de vista prático, se expandir para abrigar a Corte e a nova população¹¹. Era responsável pela condução de obras públicas, abertura de estradas, drenagem de pântanos, construção de pontes. Competiam-lhe, ainda, a iluminação da cidade e a limpeza pública, mas também possuía atribuições que lhe permitiam disciplinar condições consideradas insalubres nas moradias particulares.

Em sua alçada, constava a prevenção dos riscos revolucionários, o que a faria uma espécie de polícia política ao vigiar as obras impressas que chegavam ao Rio de Janeiro – a exemplo da atuação da Intendência de Lisboa, sob comando de Pina Manique. Ademais, ocupava-se dos espetáculos e dos festejos populares; da vigilância e do controle acerca dos moradores que viviam na cidade, fichando-os e, quando com antecedentes considerados perigosos, remetendo informações sobre suas condutas aos ministros de Estado.

A Intendência estava encarregada também dos conflitos conjugais e familiares, exercendo interferência sobre o domínio íntimo da vida dos

de governar na época moderna, ver: SCHIERA, Pierangelo. A “polícia” como síntese de ordem e bem-estar no moderno Estado centralizado. In: HESPAÑA, António Manuel. (Org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*: Colectânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 307-319; FOUCAULT, Michel. Aula de 29 de março de 1978. In: _____. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 419-448; e FOUCAULT, Michel. “Omnes et singulatum”: uma crítica da razão política. In: _____. *Ditos e Escritos*, Volume IV: Estratégia, Poder-Saber. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 348-378. Sobre a atuação da Intendência Geral da Polícia em Portugal, ver ainda: ABREU, Laurinda. *Pina Manique*: um reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva, 2013; SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. O direito de polícia nas vésperas do Estado liberal em Portugal. In: FONSECA, Ricardo Marcelo. *As formas do direito*: ordem, razão e decisão. Curitiba: Juruá Editora, 2013, p. 275-332; SEELAENDER, Airton C. L. A “polícia” e as funções do Estado: notas sobre a “polícia” do Antigo Regime. *Revista da Faculdade de Direito*. Curitiba, nº 49, p.73-89, 2009; e SEELAENDER, Airton Cerqueira-Leite. A polícia e o rei-legislador. Notas sobre algumas tendências da legislação portuguesa no Antigo Regime. In: BITTAR, Eduardo C. B. *História do direito brasileiro*: leituras da ordem jurídica nacional. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010, p. 120-135.

11 – Sobre o tema, ver a obra incontornável: SCHULTZ, Kirstenº *Versalhes tropical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

indivíduos. Em inúmeros casos, o intendente era a autoridade responsável por fazer as partes em conflito comprometerem-se com a conciliação ao assinarem termos de bem viver ou por punir aqueles que não pudessem se redimir.

Além disso, era sua função disciplinar e fiscalizar as vendas, as casas de jogo, os botequins e as tabernas. E, obviamente, as ações da Intendência Geral¹², levadas à prática, prioritariamente, por meio de sua Guarda Real¹³, ocupavam-se das questões relacionadas à segurança e ao controle da criminalidade.

Cumprе ressaltar que o sistema escravista trazia uma série de questões relacionadas às ações policiais que não integravam a experiência lusa. Assim, as atividades de controle da criminalidade no início do século XIX estiveram relacionadas ao controle da população negra – escravizada e liberta – nas ruas da cidade. Esse aspecto ganhara contornos ainda mais significativos com o medo de um levante negro, a exemplo do que ocorrera em São Domingos¹⁴.

12 – Sobre as inúmeras atividades da Intendência no início do século XIX, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza. A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, p. 187-204, jul.-dez. 1986; GAGLIARDO, Vinicius Cranek. A Intendência de Polícia e a civilização do Rio de Janeiro. *Urbana*. Campinas, v. 6, nº 8, p. 376-401, set. 2014; e LEMOS, Nathalia Gama. *Um Império nos Trópicos: a atuação do Intendente Geral de Polícia*, Paulo Fernandes Viana, no Império Luso-Brasileiro. 2012, 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

13 – Sobre as atividades da Guarda Real da Polícia e sua relação com as amplas atribuições da Intendência Geral, ver: ZULLI, André Luis Cardoso Azoubel. *Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro: um estudo sobre as atribuições da primeira instituição policial ostensiva brasileira (1809-1831)*. 2018, 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

14 – Sobre a relação entre escravidão e polícia no início do oitocentos, ver: ALGRANTI, Leila Mezanº *O feitor ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822)*. Petrópolis: Vozes, 1988. Sobre as práticas punitivas empreendidas pela polícia em relação a escravizados no período, ver: ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. Entre dois cativerios: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790-1821. In: MAIA, Clarissa. et al. *História das prisões no Brasil – Volume I*. Online. Disponível em: <https://www.academia.edu/attachments/50383879/download_file?st=MTU0MDI1MzM2MiwxNzkuMjEwLjE2Mi4yMTEsNjAwNDkxNDA%3D&s=swp-toolba>. Acesso em: 22 mai. 2018; e HOLLOWAY, Thomas H. O Calabouço e o Aljube no Rio de Janeiro no século XIX. In: MAIA, Clarissa. et al. *História das prisões no Brasil – Volume I*. Online. Disponível em: <https://www.academia.edu/attachments/50383879/download_file>.

A partir da segunda metade da década de 1820, com o início dos trabalhos da Assembleia Geral e, notadamente, da Câmara dos Deputados, as críticas às instituições dos tempos anteriores à monarquia constitucional se fizeram cada vez mais presentes. Nos periódicos de tendência liberal, redatores e correspondentes manifestavam-se em defesa da Constituição, do sistema representativo, das instituições eletivas e das municipalidades. No tocante à polícia, os ataques se dirigiam, por óbvio, à Intendência Geral e à sua Guarda Real, concebidas nos discursos como despóticas por natureza.

Em diferentes jornais de viés liberal¹⁵, a incompatibilidade entre as instituições policiais existentes e o sistema constitucional era o nexo central dos discursos. Em uma das edições da *Astréa*, por exemplo, postulava-se que os direitos de liberdade estabelecidos na Carta Magna restavam aniquilados com os “[...] atos arbitrários” da polícia geral, “[...] que o são por natureza”¹⁶.

Nas folhas da *Nova Luz Brasileira*, de tendência liberal exaltada, afirmava-se, “[...] como quem clama no deserto”, o desalinho entre a Intendência e o primado das leis. No início do ano de 1830, o jornal de Ezequiel Corrêa dos Santos estabelecia categoricamente que

[...] nos governos absolutos ela [a polícia] serve para espionar, fazer a desunião, e depravar o Povo, porque esse governo tem a sua estabilidade fundada sobre a depravação, e corrupção pública, e toda a sorte de vícios; mas em um Governo Constitucional Liberal, como o do Brasil, que deve marchar pelas vias da equidade, e da virtude, deve ser extinta uma tal polícia¹⁷.

As explanações sobre a impossibilidade de coexistirem a polícia tal como se achava estabelecida e a Constituição, com seus mecanismos de

?st=MTU0MDI1MzM2MiwNzkuMjEwLjE2Mi4yMTEsNjAwNDkxNDA%3D&s=wp-toolba>. Acesso em: 22 mai. 2018.

15 – Todos os jornais citados neste artigo foram consultados por meio da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, cujo endereço eletrônico é: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

16 – *Astréa*. nº 22, de 12 de agosto de 1826, p. 87.

17 – *Nova Luz Brasileira*. nº 22, de 23 de fevereiro de 1830, p. 87.

garantia e de defesa das liberdades individuais, não apareciam apenas de forma abstrata. Os relatos sobre ações policiais pautadas na discricionariedade e na violência figuravam nas páginas dos periódicos, de modo a evidenciar a incongruência entre as antigas instituições e os novos tempos.

Antes mesmo de ser instalada a Assembleia Geral, era possível encontrar, nas páginas de *O Verdadeiro Liberal*, relatos acerca da atuação de autoridades policiais que, pautadas no arbítrio, restavam incompatíveis com o sistema constitucional.

Em 21 de março de 1826, o periódico redigido pelo francês radicado no Brasil, Pierre Chapuis, dava conta de uma prisão realizada pelo intendente da polícia. Os fatos descritos naquela edição informavam que o intendente prendera um tal Sr. Toscano, sem mandado ou sem ordem judicial, e o colocara a bordo da nau D. Pedro. O posicionamento presente no jornal afirmava, então, que o “[...] Sr. Intendente Geral da Polícia não é e nem pode ser o vingador da lei, é isto um insulto feito gratuitamente aos magistrados”¹⁸.

Na mesma edição, ao final, havia a correspondência de Joanna Margarida, mãe do acusado, datada de 20 de março daquele ano. Segundo o relato, o intendente informara ao Ministério da Justiça que Toscano havia sido preso em um botequim, o que a correspondente atestava como verdadeiro. O ponto fundamental, no entanto, dizia respeito ao fato de que o referido botequim era também a residência dela e de seu filho, na qual o intendente havia entrado sem autorização judicial, ao arrepio do que estava previsto no texto constitucional.

De fato, os correspondentes dos periódicos àquela época pareciam conhecer bem o texto constitucional que, em seu artigo 179, inciso VII, estabelecia a casa do cidadão como “asilo inviolável”. Sob tal perspectiva, no periódico *A Aurora Fluminense*, questionavam-se as medidas rea-

18 – *O Verdadeiro Liberal*. nº 9, de 21 de março de 1826, p. 39.

lizadas pelas autoridades policiais quando do recrutamento de indivíduos para a marinha.

Em 10 de abril de 1830, o jornal de Evaristo da Veiga trazia a notícia de que, no dia 5 daquele mês, uma escolta da polícia se dirigiu à região do Largo de São Francisco da Prainha e membros da força policial entraram em algumas residências sem o amparo de ordem judicial.

O núcleo central da argumentação do jornalista liberal, e futuro deputado na legislatura que se iniciaria em maio daquele ano, residia na constatação flagrante de que os agentes da polícia haviam desrespeitado os preceitos estabelecidos na Constituição e descumprido a lei. Assim, asseverava que

[...] não sabemos a que autoridade está incumbido o recrutamento; julgamos que ao Sr. Intendente da polícia, visto ser feito pelo corpo, que está debaixo das suas ordens; mas parece-nos que essa Autoridade não pode ter qualificado os seus subalternos para perpetrarem tais insultos, em que é gravemente ofendida a Constituição, em que se dá ideia de que todos os pretextos são aproveitados para infringi-la, e para fazer crer ao povo de que nada vale a Lei, que prometeu protegê-los. [...] No entanto é mister, é essencial que os agentes do Poder, quaisquer que eles sejam, se vão habituando a obedecer à Lei¹⁹.

Por seu turno, ao tratar das ações da polícia em casos de incidentes com fogo na cidade, o periódico *Luz Brasileira* teceu considerações com o mesmo tom crítico. Em março de 1830, o periódico iniciava uma de suas edições com o artigo de opinião intitulado “A polícia da Corte acudindo a um incêndio” e, segundo estabelecido no relato, quando alguns indivíduos tentavam entrar no imóvel em chamas, os agentes policiais “[...] obstam, dão pancadas, e metem o couce d’arma [sic] nos peitos dos circunstantes”²⁰.

As denúncias apresentadas nas páginas dos periódicos davam conta de inúmeras condutas inadequadas por parte dos agentes da polícia. E a reprovação dos liberais em relação às instituições policiais existentes

19 – *Ibidem*.

20 – *Luz Brasileira*. nº 34, de 3 de março de 1830, p. 133.

também estivera presente no tocante a seu caráter militarizado, patente com a Guarda Real. Aliás, esse seria um tema importante nas discussões sobre a polícia nos idos de 1830. *A priori*, parecia haver para alguns dos contemporâneos certo antagonismo entre os princípios do liberalismo e o “espírito militar”²¹ – considerado elemento típico do Antigo Regime e associado ao despotismo.

O tema mereceu a atenção do redator da *Nova Luz Brasileira*. Em março de 1830, o periódico de Ezequiel Corrêa dos Santos dedicara grande parte de sua edição para tratar do caráter militarizado das instituições policiais – além de criticá-lo duramente. Para o redator,

[...] não há cidade que não tenha ao menos um batalhão, que ande sempre, de dia e de noite girando pelas ruas, dividido em corpos de três soldados, e um cabo; armados de espingardas, cartuchos de pólvora e bala, baionetas, espadas, e pistolas; os quais insultam, e maltratam a toda gente quando querem; ao mesmo passo que é proibido a qualquer Cidadão, o poder usar arma alguma; não é preciso ser grande lógico, para tirar destes princípios duas conclusões: a primeira, que este sistema foi inventado, e basta, para pouco a pouco reduzir qualquer Povo à escravidão política; por isso que a opressão continuada, acostuma o pescoço a suportar o jugo, e caleja o espírito que cansado adormece, e por fim deixa perder todas as paixões briosas e é sem questão, que o muito vexame sem resistência degrada o homem, e o faz esquecer de seus direitos, e o reduz ao cativoiro, &c.²².

Entre os aspectos abordados no jornal exaltado, alguns merecem destaque. A presença do nexos militar na polícia teria sido uma criação dos governos absolutos e despóticos, a fim de instrumentalizá-la para fins políticos – solapando garantias individuais, bem como atentando contra o bem público. Por conseguinte, a militarização era entendida como mecanismo que se opunha diretamente aos direitos dos cidadãos – que não poderiam dispor de armamentos enquanto os agentes militarizados da polícia possuíam tal prerrogativa.

21 – *A Aurora Fluminense*. nº 59, de 25 de junho de 1828, p. 243.

22 – *Nova Luz Brasileira*. nº 29, de 20 de março de 1830, p. 114-116.

Este último aspecto é de suma importância. No processo de transformação das instituições policiais, a defesa do armamento dos cidadãos para ações relacionadas à segurança e à ordem pública se tornaria ponto fulcral nos discursos liberais, sobretudo moderados – daí a argumentação em torno do estabelecimento das guardas municipais e nacionais.

Conquanto as críticas relacionadas à permanência das instituições policiais signatárias do Antigo Regime no seio do Estado constitucional fossem constantes, também eram apresentados posicionamentos acerca da possibilidade de muitas das atividades atribuídas à Intendência serem direcionadas a outras instituições.

Com a promulgação da lei de 15 de outubro de 1827, os juízes de paz passaram a ter suas atividades regulamentadas, já que a previsão para sua instituição estivera presente desde a outorga da Constituição. Para além do papel de conciliador na fase preliminar dos processos, foram designadas aos magistrados eletivos inúmeras outras funções como, por exemplo, o julgamento de pequenas demandas; a separação de ajuntamentos; a realização de autos de corpo de delito; e a assinatura de termos de bem viver e de segurança.

Cerca de um ano depois, a lei que reformulava as Câmaras Municipais estabeleceu a forma de eleição para vereadores e para juízes de paz; e, além disso, disciplinou no âmbito das posturas policiais uma série de atividades que pertenciam à Intendência. Pelo dispositivo legal, os juízes eletivos eram responsáveis por garantir seu cumprimento. Na prática, isso significava que a magistratura leiga se estabelecia em fins da década de 1820 com diversas atribuições adicionais àquela prevista constitucionalmente²³.

23 – Sobre a importância da magistratura de paz na organização política e judiciária no oitocentos, bem como sua relação com os projetos liberais no período, ver: FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

Nas páginas de *O Brasileiro Imparcial*²⁴, a polícia permanecia vinculada à noção de administração do espaço público; de gestão da vida – da e na cidade. De modo análogo, as Câmaras Municipais, que perderam várias de suas prerrogativas quando do “governo absoluto”, deveriam evitar de todo modo que, sob o governo representativo, os ministros tentassem “[...] invadir a jurisdição de alguma Corporação”. No imaginário, conservavam-se elementos da organização política dos tempos anteriores aos constitucionais.

Entretanto, como traço característico da mescla existente naquele momento, o redator fazia a defesa das “novas municipalidades” frente a uma instituição que era, no seu entender, uma “anomalia jurídica” considerando a existência da Constituição. Asseverava, desse modo, que as atividades policiais vinculadas à limpeza e à salubridade públicas fossem retiradas da Intendência e designadas às Câmaras Municipais. Por conseguinte, sendo da alçada das municipalidades o estabelecimento de normas acerca desses temas, sua implementação e fiscalização caberiam aos juízes de paz, conforme disposto na lei de 1828.

Ao passo que se bradava pela transferência das atividades relacionadas à gestão do espaço às Câmaras Municipais, a instituição do juizado de paz despontava nos discursos como possível solução para os problemas da administração policial e judiciária. Nesse sentido, notabilizavam-se nas páginas dos jornais as expectativas colocadas na magistratura eletiva²⁵.

Em março de 1830, lia-se nas páginas da *Nova Luz Brasileira*: “[...] nós contudo esperamos que brevemente os Juízes de Paz no Brasil, absorvam essa instituição [a polícia], tomando seu devido valor; e deem cabo dessa perseguição – da chamada polícia – filha predileta da tirania,

24 – *O Brasileiro Imparcial*. nº 10, de 3 de fevereiro de 1830, p. 38.

25 – Especificamente sobre os discursos presentes nos periódicos acerca das expectativas relacionadas aos juízes de paz em finais da década de 1820, ver: SOARES, Joice de Souza. Polícia e juízes de paz na imprensa oitocentista (1826-1829). *Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 9, nº 3, p. 416-445, set./dez. 2017.

que entre nós de certo modo ainda subsiste”²⁶. Pouco tempo depois, em um artigo de opinião intitulado “Belezas da Polícia Militar”, o redator do mesmo jornal criticava com afincos a instituição policial, defendendo sua extinção, e postulava que “[...] hoje melhor passaremos tendo a sublime instituição dos Juizes de Paz”²⁷.

Naquele mesmo ano, o periódico cujo nome fora a inspiração de Ezequiel Corrêa dos Santos, *A Luz Brasileira*, trazia ao final de uma de suas edições o seguinte questionamento: “[...] visto que temos Juizes de Paz, e oficiais de quartelões, não convirá que a polícia das ruas seja feita, como na Inglaterra?”²⁸.

A passagem presente em *A Luz* é importante na medida em que evidencia um aspecto significativo: eram de conhecimento dos coevos as transformações institucionais pelas quais passavam as polícias em diferentes Estados naquele período. Por certo, Silvério Mariano Quevedo de Lacerda, redator do jornal, estava fazendo alusão ao início do processo de profissionalização da polícia inglesa, há pouco tempo dali, em 1829²⁹. De fato, a comparação com as formas de policiamento em outros países voltaria à cena em meados da década de 1830, quando mais uma experiência – como tantas outras no período – seria tentada com a criação do Corpo de Urbanos³⁰.

26 – *Nova Luz Brasileira*. nº 29, de 20 de março de 1830, p. 114.

27 – *Nova Luz Brasileira*. nº 47, de 21 de maio de 1830, p. 187.

28 – *Luz Brasileira*. nº 64, de 16 de junho de 1830, p. 256.

29 – Um breve panorama sobre essa questão pode ser encontrado em: SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Autoridade, violência e reforma policial. A polícia preventiva através da historiografia de Língua Inglesa. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 12, nº 22, p. 265-294, 1998.

30 – Em fevereiro de 1836, quando da Regência única de Diogo Feijó, o então ministro da justiça Antônio Paulino Limpo de Abreu estabeleceu por decreto a criação dos urbanos. Os membros seriam retirados tanto do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, força policial criada em 1831, quanto do exército de 1ª linha. O experimento se relacionava à tentativa de mitigar os problemas de policiamento da cidade, àquela altura realizado por permanentes e guardas nacionais. A tentativa – malsucedida – gerou polêmicas, na medida em que a forma adotada para o pagamento dos adidos seria a compilação de subscrições voluntárias – na prática, quase obrigatórias – de membros da Guarda Nacional.

Ainda assim, é preciso evidenciar que o coro não fora uníssimo. Em uma edição de maio de 1828, o periódico *O Censor Brasileiro* trouxera notícias acerca dos debates parlamentares do dia 9 daquele mês. O tema era o projeto do deputado Custódio Dias que previa a extinção da Intendência Geral da Polícia. Entre os pontos de vista dos parlamentares, havia aqueles que assentiam sobre a necessidade da extinção, mas que consideravam necessário definir a quais instituições seriam repassadas diversas das atribuições da Intendência – como o de Lopes Gama; havia também aqueles que defendiam a criação de um novo Ministério da Polícia, com uma mesa central na Corte, que se comunicasse com as polícias das diferentes partes do Império – uma espécie de rede policial, asseverada por Cruz Ferreira.

O deputado Lino Coutinho, conforme estabelecido no *Censor*, garantia a urgente necessidade de ser extinta a Intendência, posto que nem as atividades de espionagem, comuns a toda instituição policial, a instituição exercia bem. Segundo o parlamentar, as atividades econômicas deveriam ficar a cargo das Câmaras Municipais e almotacés; já as matérias relacionadas às obras públicas deveriam ser direcionadas a um corpo de engenheiros, criado para este fim³¹.

Por sua vez, Clemente Pereira – que já havia ocupado o lugar de intendente de polícia na Corte – asseverava que mais de uma vez se mostrara favorável à extinção da Intendência. No entanto, sustentava que “[...] isto era impossível, sem que primeiro se estabelecessem os meios de a substituir convenientemente”³². Para Pereira e Lopes Gama, o projeto deveria, então, ser remetido a uma comissão parlamentar.

O debate apresentado brevemente nas folhas de *O Censor* evidenciava disputas e embates em torno de distintos projetos para a polícia. E se, de fato, ninguém se atrevia a afirmar a compatibilidade da polícia existente com o sistema constitucional, muitos eram comedidos quando se tratava de concretizar sua dissolução. Decerto, havia questões de ordem

31 – *O Censor Brasileiro*. nº 13, de 16 de maio de 1828, p. 1.

32 – *Ibidem*.

prática que demandavam cuidado em uma transformação institucional de tamanha importância; contudo, parecia existir objeções ao abandono por completo de práticas arraigadas no imaginário político e social daquela sociedade.

Ao comentar a discussão parlamentar, a opinião presente no periódico se alinhava a essa perspectiva. Sob a opinião apresentada no jornal, os aspectos relacionados à gestão da cidade como iluminação, limpeza e obras públicas não poderiam ser repassados à Câmara Municipal, posto que “[...] corpos coletivos são bons para deliberar, mas sempre que entram em administrações, estas hão de ir mal, mal e muito mal. [...] Tais objetos só poderão ser bem desempenhados, quando estiverem a cargo de um único homem”³³.

Por sua vez, no tocante à esfera criminal, mais alinhada ao que se concebe modernamente como âmbito de atuação da polícia, afirmava-se que

[...] ela não pode ficar abandonada aos Juizes de Paz, que ainda não estão eleitos, nem se sabe o que farão: isto será útil depois que a experiência nos tiver ensinado, o que deles resta esperar. Ultimamente, concedemos, que possam satisfazer bem as suas incumbências nesta parte em todas as Cidades, Vilas e Freguesias, mas não nas Capitais mais populosas, e menos ainda na Capital do Império, aonde é necessário, que uma polícia muito discreta, ativa, e vigilante se ocupe de fazer entrar em ordem de boa conduta milhares de Estrangeiros foragidos, libertos, vadios, e viciosos, uma escravatura imensa, e para maior desgraça, grande número de homens, que tendo obtido baixa de soldados não querendo depois empregar-se em trabalho útil, vivem no ócio, e perturbam os Cidadãos tranquilos³⁴.

A edição do jornal datava de 16 de maio de 1828. De fato, a lei que estabelecera a forma de eleição dos magistrados de paz sequer havia sido promulgada. Mas, de todo modo, não parece ter sido esse o ponto fundamental. A rejeição à ideia de extinguir a Intendência estivera vinculada ao entendimento de que determinados elementos precisavam permanecer –

33 – *Ibidem*.

34 – *Ibidem*.

dado o “[...] estado presente das nossas coisas”. O fundamento pautava-se na crença – genuína ou não – de que, em algum momento, seria possível acabar com a antiga forma de organização da atividade policial; entretanto, ainda não era aquele.

A noção de que o “estado das coisas” não permitiria mudanças bruscas e alterações significativas se tornaria um elemento de suma importância nos discursos de tempos posteriores. As circunstâncias seriam sempre a justificativa para frear – ou impedir – transformações de grande monta em relação a inúmeros aspectos da vida política, mormente em meio aos acontecimentos turbulentos da década de 1830.

O processo de transformação das instituições policiais, iniciado na segunda metade da década de 1820, tivera como principal característica o estabelecimento da magistratura eletiva, a partir da lei de 1827. Da mesma forma, a promulgação da lei que reformulou as Câmaras Municipais reforçou o juizado de paz na nova organização policial e judiciária que começava a se estabelecer.

Os anos do Primeiro Reinado, no entanto, não experimentaram mudanças significativas nas concepções mais abrangentes no tocante à polícia. Buscava-se, no limite, transformações na forma do exercício do poder, sem abandonar de todo a ideia de uma polícia vigilante, que cuidasse dos variados aspectos da vida dos indivíduos – marcada no imaginário político e social daquele tempo.

Com efeito, se durante os anos finais de 1820 os liberais engrossaram as fileiras da oposição ao governo, após a abdicação de Pedro I, figuraram na linha de frente do Estado. A partir de 1831, os moderados comandaram o Executivo imperial e tiveram, ainda, maioria no parlamento – notadamente, na Câmara dos Deputados. O caminho parecia estar, finalmente, livre para a realização das mudanças consideradas necessárias – e não só em relação à polícia.

Não obstante, havia limites. O conturbado momento político vivenciado no Império e, sobretudo, na Corte, nos anos iniciais de 1830, dera

o tom das transformações empreendidas àquela altura. Mais uma vez, as páginas dos periódicos foram arenas para inúmeras batalhas acerca das modificações institucionais relacionadas às instituições policiais.

Tempos de crise: os limites das mudanças

Em agosto de 1830, os “cidadãos fluminenses” representaram ao intendente geral da polícia – àquela altura Antonio Augusto Monteiro de Barros – e tornaram flagrante o quanto as questões políticas cruzavam-se com as atividades policiais. O requerimento, que contou com a assinatura do redator da *Nova Luz Brasileira*, solicitava a iluminação do Passeio Público para “[...] solenizar o Memorável dia 7 de setembro”³⁵. Não obstante, a resposta dada pela autoridade policial causara exasperação nos redatores dos periódicos liberais.

Segundo o despacho proferido pelo intendente, a licença poderia ser concedida desde que a forma do Passeio não fosse alterada e, ainda, encerrando-se os festejos ao anoitecer³⁶. Residia aí o ponto central da questão: para os requerentes e seus simpatizantes, o pedido de iluminação daquela região havia sido feito, porque a comemoração adentraria pela noite. Nesse sentido, o intendente não negara oficialmente o pedido, mas agia de modo a impedir a festividade.

Tal posicionamento por parte da autoridade policial tivera, sob a perspectiva apresentada nos jornais liberais, relação com sua orientação política – o impedimento da comemoração fora em virtude de ser o intendente partidário dos “colunas”, dos “pés de chumbo”, dos membros do “gabinete secreto” e do dito “partido recolonizador”³⁷.

Nas folhas da *Nova Luz Brasileira*, as críticas foram duras. Para seu redator, a polícia se prestava “[...] a todas as festas noturnas que na glória, no campo, ou em qualquer parte pretendem fazer carolas, e corcundas!”; e tudo permitia desde que fosse “[...] ao gosto dos absolutistas e reco-

35 – *Voz Fluminense*. nº 106, de 23 de agosto de 1830, p. 631.

36 – *Ibidem*.

37 – Alcinhas atribuídas aos portugueses pela oposição liberal ao governo de Pedro I.

nizadores”. No entanto, negava-se a autorizar as medidas relacionadas ao festejo da independência e da constituição³⁸.

Àquela altura, discussões políticas relacionadas à possibilidade de adoção do federalismo apareciam nos debates parlamentares e nas páginas dos periódicos. No ano seguinte, a ida do imperador e de sua comitiva a Minas Gerais, em busca de apoio a uma administração que se encontrava em dificuldades, não fora encarada com bons olhos por aqueles que, na Corte, suspeitavam do governo e acusavam os ministros de tramarem um golpe.

Em 11 de março de 1831, grupos favoráveis ao monarca organizaram festejos para comemorar sua volta à capital. Os opositores, no entanto, encararam as festividades como uma afronta. Correrias, xingamentos, embates corpo a corpo. Paus, cacos de garrafa, espadas, tiros de pistola. Os relatos acerca dos conflitos entre brasileiros e portugueses nas ditas “noites das garrafadas” são, decerto, bastante conhecidos pela historiografia³⁹. Os desdobramentos ocorridos a partir delas também.

Todavia, no tocante às instituições policiais, as narrativas que circularam na imprensa periódica merecem destaque. Se desde fins do ano de 1830 havia, na lógica discursiva liberal, o ataque às instituições policiais por sua suposta filiação ao “partido recolonizador”, os eventos de março de 1831 exploraram sobremaneira esse aspecto.

A acusação que figurava nas páginas da *Aurora* tornava flagrante a participação das autoridades policiais nos embates daqueles dias – pelo lado dos lusitanos. Evaristo da Veiga, que teve sua casa atacada nos confrontos, afirmava que

[...] na ocasião da gloriosa batalha, o teatro da guerra foi coberto de tropas, cujo serviço único foi o de tirarem quaisquer armas, ou paus,

38 – *Nova Luz Brasileira*. nº 71, de 24 de agosto de 1830, p. 281-282.

39 – Um relato detalhado dos acontecimentos daqueles dias pode ser encontrado em: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 550f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

àqueles indivíduos que pareciam Brasileiros, deixando aliás os que do outro lado andassem em grandes magotes correndo as ruas, praticando impunemente toda a espécie de violências. Se estas foram as ordens que os militares, especialmente a Polícia, haviam recebido, não o sabemos, mas afirmam-nos que sim, e os fatos suficientemente o demonstram⁴⁰.

Já o redator da *Nova Luz* dava conta de “[...] hordas de ingratos descendentes de Mouros, Judeus, e Africanos, e naturais de Portugal” que andaram armados pelas ruas da cidade, a espancar e assassinar brasileiros “[...] com o socorro da Polícia do Snr. Frias, e Monteiro de Barros”. Ezequiel Corrêa dos Santos asseverava sua indignação em relação à conduta das instituições policiais, posto que

[...] a polícia que protegia o massacre do Povo Brasileiro andava de cartuxume embalado, ao mesmo passo que o Batalhão 26 não tinha pólvora, e bala. Note-se que sobre uma patrulha deste Corpo (26) respeitável calou baionetas a polícia que protegia os chumbos canibais, porque os de 26 quiseram opor-se aos assassinos. Note-se que o Oficial de 26, por se haver portado nessa noite com bravura e patriotismo, foi repreendido no beija-mão imediato à vergonhosa entrada triunfal sobre o massacre, como é voz constante, e muito pública⁴¹.

Embora em um primeiro momento as ressonâncias em torno dos conflitos de março tenham pesado nas decisões do monarca, a crise não fora estancada. Entre retrocessos do imperador e movimentações políticas, nas ruas e nos círculos de poder, a abdicação em favor de Pedro de Alcântara viera pouco menos de um mês após os embates das garrafadas. Nos discursos, os eventos do 7 de abril foram reconstituídos de modo a criar um fato histórico: uma revolução, a melhor de todas – sem anarquia e derramamento de sangue –, livrara o Brasil da opressão e do déspota Pedro I⁴².

40 – *A Aurora Fluminense*. nº 462, de 16 de março de 1831, p. 1950.

41 – *Nova Luz Brasileira*. nº 129, de 25 de março de 1831, p. 600.

42 – “[...] uma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriótica união do povo do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada uma só gota de sangue. Sucesso, ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia, e o estado de civilização a que haveis chegado”. *A Aurora Fluminense*. nº 470, de 11 de abril de 1831, p. 1984.

O esforço era para que, ao criar e ao encerrar a “gloriosa revolução do 7 de abril”, a verdadeira oportunidade revolucionária não fosse alcançada: com o trono vazio, seria deveras difícil frear o “carro da revolução”⁴³ *a posteriori*. Era preciso ratificar, nos discursos, que o maior benefício fora alcançado – o restabelecimento da liberdade, com a queda de um governo arbitrário e tirano; fora para tanto que a “revolução” acontecera. A ideia predominante nos discursos era a de uma regeneração: extirpado o mal, com a queda do “gabinete secreto” e do monarca despótico, o Brasil voltava a ser livre.

Sem a presença do imperador, o jogo político estava aberto às facções. Liberais moderados, liberais exaltados e, a partir dali, caramurus concorriam na cena pública, encetando disputas por poder, mas – sobretudo – com projetos políticos distintos em relação à construção do Estado e da nação⁴⁴. As divergências entre esses grupos, por certo, tiveram lugar nos jornais do período e se vincularam também às instituições policiais.

Ainda nos dias seguintes à abdicação, alguns sinais anunciavam que 1831 seria um ano deveras difícil. Em edição datada de 13 de abril, Evaristo da Veiga transcrevia nas páginas da *Aurora* a “Ordem do dia” do comandante de Armas da Corte, José Joaquim de Lima e Silva – irmão do regente, ainda provisório àquela altura, Francisco de Lima e Silva.

A determinação da maior autoridade militar da Corte, responsável também pela Guarda Real da Polícia, se dirigia aos “[...] honrados Cidadãos, que tão briosamente se apresentaram no Campo da Honra para defender as liberdades Pátrias”, e determinava que todos os que decidissem sair do acampamento, por quaisquer motivos, deveriam se despojar das armas das quais dispusessem – particulares ou “nacionais” –, entregando-as às autoridades ali presentes. A resolução do comandante

43 – A expressão é citada por Morel (2003) referindo-se a frases proferidas por Bernardo Pereira de Vasconcelos que, naquele momento, ainda engrossava as fileiras liberais. MOREL, Marco. *O período das regências* (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

44 – Sobre os grupos políticos e seus projetos para o Estado, ver: BASILE, Marcello Otávio. *O império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial*. 2004, 490f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; e MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Op. Cit.

afirmava, ainda, que o cidadão desejoso de representar sobre qualquer assunto deveria fazê-lo de forma individual e por escrito ao juiz de paz da paróquia, presente no campo⁴⁵.

Semanas após a abdicação, “povo e tropa” permaneciam nas ruas. O redator da *Aurora* narrava que, na noite do dia 24 de maio, “[...]um magote de mais de duzentas pessoas quase todos de ínfima condição – correram várias ruas da cidade, dando gritos de – morram os chumbos, vivam os Brasileiros”⁴⁶.

As rivalidades entre brasileiros e lusitanos permaneciam; do mesmo modo, os relatos acerca de crimes eram constantes. No início de junho, Evaristo da Veiga afirmava que assassinatos, ferimentos e roubos ocorreram nos dias anteriores, mencionando o caso do contador do tesouro público, João José Rodrigues Vareiro, que fora morto com uma punhalada⁴⁷.

Nas páginas de *O Repúblico*, que havia figurado nas fileiras exaltadas, seu redator pedia a vigilância da polícia e afirmava que os agrupamentos daquele momento não se inscreviam no mesmo caso daquelas reuniões que “[...] a necessidade formou desde o dia 13 de março até o dia 7 de abril, nem os que as fazem, aqueles mesmos cidadãos que se interessavam pelo bem da pátria”⁴⁸.

Em meio à tamanha efervescência política e social, a Corte parecia um barril de pólvora. E, nas páginas dos jornais, medidas eram requeridas às autoridades com vistas a restabelecer a ordem pública. Quando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro fizera uma proclamação aos “[...] briosos concidadãos fluminenses”, em virtude dos “[...] gloriosos acontecimentos políticos dos sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril”, Evaristo da Veiga ressaltava, em seu jornal, que mais importante que proclamar era agir. Segundo sua perspectiva, “[...] em revolução, a primeira necessidade

45 – *A Aurora Fluminense*. nº 471, de 13 de abril de 1831, p. 1984.

46 – *A Aurora Fluminense*. nº 490, de 29 de maio de 1831, p. 2072.

47 – *A Aurora Fluminense*. nº 492, de 3 de junho de 1831, p. 2080.

48 – *O Repúblico*. nº 60, de 30 de abril de 1831, p. 282.

é operar ativamente, dar providências prontas, para que o mal se atalhe a princípio, antes de criar maiores forças”⁴⁹.

O Legislativo fizera sua parte. Em 6 de junho, fora promulgada a lei que dava “[...] providências para a pronta administração da justiça e punição dos criminosos”⁵⁰. O novo dispositivo legal tinha como função principal ajustar as penas do Código Criminal, aprovado no ano anterior – e que já era considerado deveras brando – às circunstâncias conflituosas de 1831⁵¹.

No que tange à organização das atividades policiais, a mudança significativa viera por meio da ampliação das atribuições dos magistrados eletivos. Aos juízes de paz fora conferida competência para punir todos os crimes de polícia, com autoridade cumulativa em todo o município – pela lei de 1º de outubro de 1828, cabia-lhes, apenas, função privativa no julgamento das infrações cometidas às posturas da Câmara Municipal. Poderiam, ainda, nomear delegados e oficiais de justiça nos seus distritos. A Intendência Geral da Polícia continuava a existir, mas suas atribuições passaram a ser exercidas em conjunto com os juízes eleitos.

A lei também autorizava o governo a alistar e a armar cidadãos, desde que preenchida a condição de eleitores, para auxiliar os juízes de paz em suas atividades – fornecendo-lhes armamento e munição.

Em 14 de junho, fora promulgado o decreto que criava em cada distrito de paz um corpo de guardas municipais dividido em esquadras. As esquadras deveriam ser compostas de 25 a 50 cidadãos, conforme as determinações constitucionais para serem eleitores. Cada corpo deveria

49 – *A Aurora Fluminense*. nº 491, de 1 de junho de 1831, p. 2076.

50 – Lei de 6 de junho de 1831 – Dá providências para a pronta administração e punição dos criminosos.

51 – Em edição de agosto de 1831, nem um ano após a promulgação do Código Criminal, lia-se na *Aurora Fluminense*: “[...] Não somos ávido[sic] de castigos, mas a justiça é a conservadora dos Estados, e o Código penal que hoje temos, se peca, não é de certo por nímia severidade. O maior inconveniente que oferece, é antes a doçura das penas, pouco proporcionadas com o estado de civilização do nosso povo”. *A Aurora Fluminense*. nº 513a, de 1 de agosto de 1831, p. 2175.

possuir um comandante geral, ao qual eram subordinados os comandantes das esquadras.

O alistamento, a divisão de esquadras e a nomeação de comandantes – tanto de esquadras quanto gerais – eram da alçada dos juízes de paz. E os comandantes, por seu turno, deveriam remeter informações ao juiz de paz de seus distritos, dando conta das “[...] novidades do dia, que respeitarem à segurança pública, ou dos particulares, e que vierem ao seu conhecimento por qualquer maneira, observando todo o recato e segredo na comunicação daquelas, que por sua natureza o exigirem”.

Efetivamente, ao criar as guardas municipais, o governo regencial inaugurava uma nova forma de patrulhamento da cidade: realizada por civis – os cidadãos eleitores –; sob o comando de autoridades de mesmo caráter e, notadamente, estabelecidas por eleição – os juízes de paz.

Nas páginas dos periódicos, os discursos em prol do estabelecimento de “guardas cidadãs” aparecera há algum tempo. Ainda nos idos de abril, na *Aurora*, era possível encontrar uma espécie de representação da Câmara Municipal de São Paulo, dirigida a Diogo Antônio Feijó acerca de tal necessidade. No documento, os vereadores daquela cidade lembravam ao parlamentar “[...] a urgente necessidade de instituir-se, e organizar-se, quanto antes Guardas Nacionais, que defendendo o sistema jurado, afiancem nossa Liberdade, e nos livrem de convulsões políticas que possam comprometer nossa segurança, e bem ser”⁵².

Em edição datada de 30 de maio, o redator da *Aurora* informava aos leitores que uma comissão fora instituída, no âmbito da Câmara dos Deputados, para elaborar o projeto de criação das Guardas Nacionais. Afirmava que essa e outras medidas – uma delas a lei de 6 de junho, já mencionada – sairiam da Assembleia Geral. Convocava, ainda, os cidadãos, mesmo antes da promulgação do decreto de 14 de junho pela Regência provisória, a

52 – *A Aurora Fluminense*. nº 473, nº 18 de abril de 1831, p. 1995.

[...] prestarem-se prontos ao chamado dos Juizes de paz a fim de rondarem em seus respectivos distritos. Se não quizerem fazer agora algum sacrificio, talvez ao depois seja tarde, e que lastimem em vão a sua incúria e desleixo. Cumpre que nos unamos todos quantos queremos a ordem, a lei e a liberdade, para defendermos sob o mando das autoridades legítimas nossas propriedades e vidas, que não se defendem, fechando-se cada cidadão timidamente em sua casa, senão comparecendo todos à voz dos magistrados, e fazendo causa comum para esse fim⁵³.

Ao passo que avançava o projeto de instituição das Guardas Nacionais, caminhava-se para a redução das forças das tropas tradicionais. Em edição de 11 de julho daquele ano, lia-se, na *Aurora*, sobre as discussões ocorridas na Câmara para a fixação das forças militares. Os deputados decidiram por “[...]10 mil homens entre oficiais inferiores e soldados, além dos pedestres; ficando desde já abolidos os corpos da polícia”⁵⁴.

O estabelecimento das guardas municipais, enquanto medida temporária, e das Guardas Nacionais – *a posteriori* – se inscrevia numa lógica liberal que, àquela altura, estava presente no imaginário político dos coevos: partia-se da premissa de que a participação dos cidadãos nas instâncias de decisão, considerando que eram tais indivíduos aqueles que efetivamente poderiam se beneficiar com a boa prática institucional, conduziria ao aperfeiçoamento e ao melhoramento das instituições – e, por conseguinte, do Estado. Era a mesma crença que legitimava a participação cidadã nos juizados de paz e no tribunal do júri.

É possível que as ruas da cidade tenham experimentado alguns dias de tranquilidade após o estabelecimento das guardas municipais. Nos meses seguintes, novos conflitos – entre eles o emblemático levante de 14 de julho, reuniam tropas do exército regular e da Guarda Real da Polícia. Para além da dissolução da Guarda após o motim, novas medidas adota-

53 – *A Aurora Fluminense*. n° 490, de 30 de maio de 1831, p. 2072.

54 – *A Aurora Fluminense*. n° 506, de 11 de julho de 1831, p. 2136-2137.

das pelo governo regencial em relação ao policiamento da cidade tiveram lugar.

De fato, um dia antes de o 26º batalhão do exército se rebelar, em 11 de julho, o periódico redigido por Evaristo da Veiga fazia menção à abolição dos corpos policiais no âmbito das discussões parlamentares⁵⁵. Nesse sentido, mais do que uma consequência direta do motim, a extinção da instituição policial fora a implementação – ainda que urgente naquele contexto, dada a sublevação das tropas – dos postulados liberais moderados aventados desde a década anterior; e que só teriam encontrado possibilidade de efetivação no período após a abdicação.

No tocante às guardas municipais, um decreto estabelecido em 17 de julho trouxera alterações significativas em relação ao dispositivo de 14 de junho. A princípio, os comandantes gerais eram nomeados pelos magistrados eleitos das respectivas localidades e a eles estavam subordinados. A determinação de julho, por seu modo, criava um cargo que o decreto não estabelecera previamente – e que, de fato, parece não ter sido concedido ou idealizado a princípio –, centralizando a organização das guardas.

Antes do término de 1831, fora promulgada a lei que autorizava a criação de corpos de guardas municipais voluntários na Corte e nas províncias – o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Embora o princípio da participação cidadã se mantivesse presente, havia diferenças importantes em relação às guardas municipais estabelecidas meses antes – e extintas, via de regra, pela lei que criara a Guarda Nacional, em agosto daquele ano.

Na Corte, o parlamento autorizava o governo a criar as referidas guardas; nas províncias, tal prerrogativa caberia ao presidente em conselho. Ademais, os municipais voluntários receberiam “[...] vencimentos estipulados”. E, por fim, todas as questões relacionadas às guardas municipais como organização, pagamento dos seus membros, nomeação e

55 – *Ibidem*.

despedida dos comandantes, instruções para desempenho das atividades e boa disciplina remontavam ao Executivo imperial.

Destarte, com o desenrolar dos acontecimentos daquele ano, postulava-se que a ideia se desenvolveu de modo a conciliar o princípio dos cidadãos em armas à existência de um corpo militarmente organizado. As dificuldades relacionadas à adesão voluntária também pesaram, por certo, na defesa de tal modelo institucional. Nas páginas da *Aurora*, Evaristo apresentara a ideia do “[...] Corpo municipal a soldo”⁵⁶, posto que, segundo sua perspectiva,

[...] a verdadeira bravura achar-se-á sempre como em um cofre, no coração do homem livre, e que ama a pátria; a ciência da guerra nos oficiais militares que por sua aplicação e estudo forem dignos de tal nome; no momento do perigo, milhares de cidadãos aparecerão sob as armas, dirigidos por esses chefes inteligentes, e saberão sujeitar-se à disciplina dos combates, sem perderem o amor da liberdade, e o nobre sentimento da independência individual⁵⁷.

As medidas empreendidas pelo governo regencial, no ano de 1831, encontraram resistências na imprensa oposicionista. As críticas se relacionavam às amplas atribuições conferidas aos magistrados de paz, às ações das guardas municipais estabelecidas em junho e, posteriormente, ao Corpo de Permanentes.

Sob a ótica exaltada, o governo regencial e os moderados, por extensão, incorreram em uma verdadeira traição, na medida em que, desde o início, mantiveram em altos postos nomes vinculados à administração “despótica” do primeiro monarca⁵⁸. Mais que isso, tomaram para si os frutos da “revolução” para a qual só concorreram depois que a “gente pobre” e de “pé descalço” havia feito todo o trabalho⁵⁹.

56 – *A Aurora Fluminense*. nº 545, de 19 de outubro de 1831, p. 2312.

57 – *Ibidem*, p. 2313.

58 – Em edição de maio, lia-se: “[...] a Regência não deve obstar, mas bem dirigir o movimento revolucionário do Brasil; e se tiver muito dó dos Empregados chumbos, e absolutistas, cairá sobre o comércio o ódio que está sobre os Empregados [...]”. *Nova Luz Brasileira*. nº 141, de 20 de maio de 1831, p. 689.

59 – *Nova Luz Brasileira*. nº 168, de 8 de setembro de 1831, p. 908.

Por fim, e imperdoavelmente, a Regência perseguia aqueles que, desde o início, haviam encetado a “revolução” do 7 de abril, com guardas municipais formadas pelos “bons capitalistas de Março”⁶⁰ – que aviltaram a tantos brasileiros – e com juízes de paz que, “[...] por uma lei de exceção acham-se constituídos em Juízes criminais sem responsabilidade; enchem as Cadeias de Gente pobre, e infeliz que não tem que dar, ao mesmo tempo que os grandes criminosos passeiam tranquilos”⁶¹.

Nos idos de 1832, denúncias acerca de prisões arbitrárias⁶² e de ações truculentas davam o tom das críticas às ações dos membros do Corpo de Permanentes, tanto por caramurus quanto por exaltados. Nas páginas do *Clarim da Liberdade*, lia-se que “[...] o espancar e o matar, passa por moda”⁶³. Segundo a narrativa, um inglês teria sido “[...] barbaramente maltratado” por membros da referida instituição; e o ministério parecia não desaprovar tais atos. Afirmava-se, por fim, que “[...] todo homem que tiver um pouco de amor à vida deve acautelar-se de encontros com esses Snrs. para os quais há inteira liberdade e que só conhecem como razão as suas espadas, o seu Ministro, etc”⁶⁴.

Considerações finais

As determinações do governo regencial e do parlamento, no início da década de 1830, com efeito, pareciam intentar combinar instituições liberais com práticas de outrora. No caso da lei de 6 de junho, os magistrados de paz foram alçados a lugar equivalente ao do intendente; mas as ações “despóticas” e “arbitrárias” da polícia, questionadas nos anos anteriores, não foram revistas.

60 – *Nova Luz Brasileira*. nº 176, de 29 de setembro de 1831, p. 965.

61 – *Nova Luz Brasileira*. nº 177, de 4 de outubro de 1831, p. 973.

62 – “[...] Finalmente, Senhores, uma manifesta suspensão de garantias tem invadido os mais sagrados direitos Constitucionais! Manoel José Lourenço foi preso para dizer onde nos achávamos! Menezes, proprietário rico, e com família, é preso a bordo d’uma fragata uns poucos de dias, e perguntando o motivo de sua prisão, respondesse-lhe que por indícios!”. *O Caramuru*. nº 14, de 21 de maio de 1832, p. 3-4.

63 – *Clarim da Liberdade*. nº 27, de 17 de outubro de 1832, p. 7.

64 – *Ibidem*, p. 7-8.

As atividades “espionárias” seriam desempenhadas por todos os integrantes das forças de segurança. Aos guardas municipais competia reportar tudo o que ocorresse em seus distritos aos comandantes, que informariam aos comandantes gerais e estes aos juizes de paz. No fim do caminho institucional, havia o ministro da justiça. Era o pontapé inicial para a formulação de uma rede de comunicação institucional capaz de prover informações e estatísticas sobre a criminalidade – objeto de desejo de todos os ministros da justiça na década de 1830⁶⁵ –, que seria inscrita na letra da lei com a reforma do Código de Processo Criminal, já nos anos de 1840.

A bem da verdade, nos discursos, demandava-se que as novas instituições liberais empreendessem esforços para organização de estatísticas dos mais variados assuntos – população, mortalidade, crime – desde fins da década de 1820⁶⁶. No tocante à necessidade de uma “estatística criminal”, a ideia predominante, nos idos de 1830, era a de que os juizes de paz deveriam organizar as informações, repassar aos chefes de polícia e estes, compilando-as, ao Ministério da Justiça. Assim, seria possível ter um “mapa completo” da criminalidade no império. Na prática, isso ocorrera de forma mais ou menos sistematizada apenas na Corte, com a polícia sob o comando de Eusébio de Queirós a partir de 1833.

Quando do estabelecimento do Corpo de Permanentes, a lógica se mantivera. Era o mesmo axioma que, no limite, legitimara o uso da “força necessária”⁶⁷, abrindo espaço ao arbítrio e à discricionariedade nas ações dos soldados do Corpo. Não por acaso, em uma das edições da *Nova Luz Brasileira*, Ezequiel Corrêa dos Santos escrevera que “[...] se anar-

65 – Os apelos à sistematização das informações sobre os crimes e prisões se fizeram presentes de forma exaustiva nos relatórios do Ministério da Justiça nos anos de 1830. Sobre o tema, ver: THIESEN, Icleia; SOARES, Joice de S. A informação na construção do Estado brasileiro - os discursos políticos e a Secretaria de Polícia da Corte (1833-1850). *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*. n° 467, p. 63-84, abr./jun° 2015.

66 – *A Aurora Fluminense*. n° 146, de 26 de janeiro de 1829, p. 602.

67 – Expressão presente nas instruções baixadas pelo governo regencial aos membros do Corpo de Permanentes quando realizassem diligências. N° 399 – Justiça – Em 29 de novembro de 1831 – Instruções para as rondas municipais permanentes.

quizou o Brasil falando-se em lei”⁶⁸; e David da Fonseca, redator de *O Caramuru*, dava conta de um “[...] despotismo legal”⁶⁹. Era o peso da tradição, da herança e do costume que garantia a mescla entre instituições liberais e práticas que remontavam a tempos pré-constitucionais.

O processo de construção do aparato policial oitocentista se vinculava ao processo de transição política experimentado no Brasil a partir da década de 1820. A incorporação do ideário liberal implicava a transformação das instituições existentes desde tempos anteriores à independência e à outorga da Constituição – entre elas, a polícia.

Em 1832, a promulgação do Código de Processo Criminal inauguraria um novo momento em relação à polícia e à administração da justiça. Ao longo da década de 1830, as disputas em relação às disposições estabelecidas no Código, notadamente no que tange ao papel central dos juízes de paz, também seriam tema comum nas páginas dos jornais.

As medidas empreendidas tanto pela Regência quanto pelo parlamento tinham como objetivo solucionar a “anarquia” em que se encontravam as ruas da Corte e, sobretudo, impedir que tal panorama se repetisse nas províncias. Entretanto, cumpre compreender que o projeto encetado pelos moderados, quando no poder, tentou conciliar anseios vindos dos anos anteriores com as circunstâncias que se colocavam.

A imprensa desempenhou no Brasil oitocentista papel de destaque na dinâmica política. Os embates em torno da formação do Estado e de suas instituições, ao longo do século XIX, passaram, sem dúvida, pelas páginas dos jornais. A análise dos discursos e dos projetos presentes nas folhas dos periódicos, nesse sentido, constitui elemento fundamental para a compreensão do processo de formação do aparato policial dos oitocentos, bem como do próprio Estado.

Texto apresentado em julho de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

68 – *Nova Luz Brasileira*. nº 180, de 13 de outubro de 1831, p. 992.

69 – *O Caramuru*. nº 16, de 28 de maio de 1832, p. 7.

D. ISABEL MARIA DE BRAGANÇA: REGENTE DE PORTUGAL ENTRE D. PEDRO E D. MIGUEL¹

PRINCESS ISABEL MARIA DE BRAGANÇA: REGENT OF PORTUGAL BETWEEN D. PEDRO AND D. MIGUEL

ANA CAROLINA GALANTE DELMAS²

Resumo:

As infantas filhas de D. João VI e D. Carlota Joaquina tiveram suas vidas esquecidas pela historiografia e têm permanecido no limiar do ostracismo. Dentre os acontecimentos das trajetórias políticas das seis infantas, a regência de D. Isabel Maria (1826 a 1828) pode ser considerada o ponto alto da história de tais princesas. Seu papel no governo de Portugal teve início com a morte do pai e foi marcado pelas disputas entre D. Pedro e D. Miguel pelo posto. A quarta filha do casal de soberanos auxiliou D. João como secretária em suas funções políticas e, enquanto regente, buscou assegurar o trono para o irmão D. Pedro, tendo, mais tarde, supostamente se voltado para o outro irmão. Escolhida pelo próprio pai para assumir a Regência de Portugal, entregou relutante o comando do país a D. Miguel. Solteira até a morte, a infanta mostrou uma postura política distinta da mãe e das irmãs, alinhando-se à do pai e à do irmão mais velho, e participou ativamente dos acontecimentos políticos do oitocentos. Por meio da análise de suas trajetórias pessoal e pública, busca-se compreender sua importância no contexto político brasileiro e da Península Ibérica, especialmente das relações entre Brasil e Portugal. Tal estudo visa contribuir ainda para a análise de importantes temas das historiografias brasileira e portuguesa por meio de novos usos e de possibilidades das biografias, que vêm conquistando seu espaço por meio dos enfoques da Nova História Política.

Palavras-chave: Família Real; Política Ibérica; Biografias; Sociabilidades.

Abstract:

The daughters of King John VI of Portugal and Queen Carlota Joaquina had their lives forgotten by historiography and have remained at the threshold of ostracism. Amongst the events of the political trajectories of the six infantas, the regency of Isabel Maria (1826 to 1828) can be considered the high point of the history of such princesses. Her role in the government of Portugal began with the death of her father and was marked by the disputes between D. Pedro and D. Miguel for the post. The fourth daughter of the Portuguese sovereigns assisted King John as secretary in his political functions and, as regent, sought to secure the throne for her brother D. Pedro, and later supposedly turned to the other brother. Chosen by her own father to take over the regency of Portugal, she reluctantly handed over the command of the country to D. Miguel. Unmarried to death, the infanta showed a political posture distinct of that of her mother and sisters, aligned with her father and older brother posture, and actively participated in the political events of the 1800s. Through the analysis of her personal and public trajectories, it is sought to understand its importance in the Brazilian and the Iberian political contexts, especially the relations between Brazil and Portugal. This study also seeks to contribute to the analysis of important themes of Brazilian and Portuguese historiographies through new uses and possibilities of biographies, which has been gaining space through the approaches of New Political History.

Keywords: Portuguese Royal Family; Iberian Peninsula Politics; Biographies; Sociabilities.

1 – Artigo relativo à apresentação na CEPHAS de 16/11/2016, texto revisto e ampliado.

2 – Doutora em História pelo PPGH/UERJ, com pós-doutorado pela mesma instituição e com bolsa FAPERJ. E-mail: anadelmas@gmail.com.

A historiografia conhece bem alguns membros da Família Real Portuguesa, como o príncipe regente e rei D. João VI, D. Maria I e D. Carlota Joaquina, D. Pedro I, e ainda que, em menor escala, D. Miguel. No entanto, as seis filhas de D. João e D. Carlota são praticamente desconhecidas. Para grande parte da historiografia, seu envolvimento com a política passou despercebido, como se nenhuma interação com o contexto em que viveram tivesse ocorrido.

Todas as seis infantas nasceram em Portugal apenas alguns anos antes da vinda da Família Real para o Brasil, entre 1793 e 1806. Sendo assim, suas histórias se confundem com o contexto de Portugal, do Brasil e da Espanha do oitocentos. Muito além de meros joguetes políticos nas mãos dos pais, essas infantas se envolveram com as questões das relações entre Brasil e Portugal e, principalmente, entre Portugal e Espanha. Tiveram alguma voz na escolha de seus maridos, mudaram de corte para proteger os direitos dos filhos, foram exiladas, regentes, tomaram partido e lutaram ativamente nos problemas de sucessão dinástica de Portugal e da Espanha. Ao resgatar suas trajetórias, podemos perceber que o envolvimento das infantas com as questões das casas de Bragança e de Bourbon foi além de mera figuração enquanto consortes em uma política de casamentos para assegurar alianças.

Exemplo disso é a quarta filha de D. João e D. Carlota: D. Isabel Maria. Foi escolhida pelo pai para assumir a regência de Portugal após sua morte, sendo regente entre 1826 e 1828, quando acabou entregando o comando do país ao irmão, D. Miguel. Nos poucos escritos a seu respeito, afirma-se que teria se arrependido do apoio a D. Pedro e ficado finalmente ao lado de D. Miguel. No entanto, a documentação encontrada parece apontar outra direção. A infanta mostrou uma postura política distinta da mãe e das irmãs, alinhando-se à do pai e à do irmão mais velho, e participou ativamente dos acontecimentos, independentemente de permanecer de solteira até a morte e, sendo assim, não fazendo parte da política de alianças por casamentos.

A presença de D. Isabel Maria ao lado do pai começou a se intensificar com o regresso de D. João VI a Portugal, um período que foi conturbado até o falecimento do monarca e que culminou na regência de D. Isabel Maria, que se viu dividida entre um irmão absolutista e um irmão liberal. Seu papel nos planos da regência permite pensar que a afirmação do historiador Ângelo Pereira³ de que passara quase ignorada até a morte do pai seja um exagero, ou não teria recebido a difícil missão de resguardar a coroa.

Nos primeiros dias de março de 1826, percebendo a gravidade da enfermidade do pai, D. Isabel Maria teria sugerido uma reconciliação com D. Carlota Joaquina. D. João, em conversa com o patriarca de Lisboa e o Núncio do Papa, concordara e pedira que a trouxessem de Queluz para o Palácio da Bemposta. A rainha não teria negado, mas alegara estar sua saúde muito débil para empreender a viagem. O embaixador britânico Sir William A'Court testemunhou que, na apresentação de pêsames da corte inglesa à viúva e às filhas, dias depois, a rainha “mostrou saúde, vivacidade e nenhum traço de cansaço”⁴.

As notícias sobre a saúde de D. João começaram a sair à luz na *Gazeta de Lisboa* do dia 06 de março de 1826⁵, no primeiro dos vinte e sete boletins publicados entre esse dia e sua morte, em 10 de março. A junta médica que noticiou o problema de saúde do rei afirmou, nos primeiros boletins, que esta havia melhorado, e que tal progresso permanecia. A situação, porém, se agravava. No dia 7 de março, o mesmo periódico publicou em seu *Suplemento*⁶ um decreto que encarregou o governo

3 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1938. p. 105.

4 – LIMA, Oliveira. “As dificuldades.” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 13-15.

5 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 55, 6 de março de 1826. Lisboa: Impressão Imperial e Real, 1826. Disponível na Plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020. https://books.google.com.br/books?id=6u8vAAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

6 – *Suplemento à Gazeta de Lisboa*. Nº 56, 7 de março de 1826. Lisboa: Impressão Imperial e Real, 1826. Disponível na Plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

à infanta Isabel Maria e conselheiros, declarando Estado de Regência. A publicação do decreto expedido do Palácio da Bemposta, em 6 de março, deixava claro que D. João, seus ministros e seus conselheiros realmente não mais consideravam o exilado D. Miguel uma opção na linha sucessória de Portugal. Até que D. Pedro chegasse ao reino, restava-lhe apenas D. Isabel Maria.

Alguns boletins subsequentes continuaram a anunciar a melhora do estado de saúde e a esperança de seu restabelecimento, o que não ocorreu. Houve então rumores de que a notícia da morte fora postergada para que houvesse tempo de publicar o referido decreto e afastar, assim, D. Carlota e D. Miguel da linha sucessória⁷. Com ou sem intrigas, Portugal lamentou a perda e esperou, depositando suas esperanças em D. Isabel Maria:

Se Te ausentas depois; ...ah! Tu nos deixas
 Nos Ramos, é Tronco, junto ao Sólido
 As Paternais Virtudes; e começa
 A brilhar no Hemisfério Lusitano
 A Teu Povo inda mais que a bela Aurora,
 Ou que a Virgem da Esfera luminosa,
 INFANTE AUGUSTA, e Bela, Mensageira
 D'alta Ventura, que do Povo envias⁸.

As irmãs residentes na corte espanhola logo se corresponderam com D. Pedro. Com polidez, D. Maria Francisca deu-lhe os pêsames pelo falecimento do pai e o felicitou pela ascensão ao trono de Portugal, sem deixar de lembrá-lo de que tinha lugar na herança de D. João. D. Maria Teresa, ainda que desgostosa do irmão sedicioso, se pronunciou a ele em carta de 9 de maio, escrita no mesmo papel elegante e enlutado que usara D. Maria Francisca. De qualquer forma, o envelope estava endereçado

7 – PEDREIRA, Pedreira & COSTA, Fernando Dores. “Os três últimos anos”. In: *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras p. 423-425.

8 – GOUVEIA, José Fernandes de Oliveira Leitão de. *Epicédio na infausta morte do senhor D. João VI*. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1826. Com Licença da Real Comissão de Censura e oferecida à D. Isabel Maria. pp. 1-7.

“A Sua Majestade Fidelíssima El Rei de Portugal meu querido irmão”, a quem a infanta não deixou de desejar que voltasse ao bom caminho de um governo que acabasse com os revolucionários. Ressaltou que, dessa vez, o lugar que ocupara no trono era legítimo, ainda que sua opinião se modificasse ou se revelasse algum tempo depois.

A infanta viu-se então no centro da disputa pelo trono de Portugal que, dessa vez, sofria com problemas sucessórios pelo excesso de herdeiros. D. Isabel Maria foi descrita como uma mulher de vida simples e retirada, cuja conversação nos primeiros momentos denotava certa frieza e circunspecção, mas que se tornava interessante e calorosa ao passo que os assuntos se entabulavam para sua antiga vida política⁹. Além dos comentários acerca de seu caráter e de sua religiosidade¹⁰, a historiografia dispensou um pequeno espaço aos estigmas de que sua regência fora má conduzida¹¹, sempre permeada pelos relatos dos problemas de saúde, especialmente de sua suposta histeria¹². Sua regência teve os rumos alterados pela outorga da Carta Constitucional e pelas desavenças entre liberais e absolutistas que aconteciam no reino, sentidas também no seio da Família Real, por meio da querela entre D. Pedro e D. Miguel, e do envolvimento das irmãs na disputa.

De qualquer forma, D. Isabel Maria parece ter comandado o reino com mão firme, e já agia na política antes mesmo de ser nomeada regente. Uma carta enviada a um eclesiástico cerca de três meses antes da morte de D. João já mostrava sua percepção acerca da família dividida entre pelos direitos sucessórios:

9 – LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas. *Portugal: Recordações do anno de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845. p. 123-124.

10 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Editorial Labor, 1938. p. 122-123.

11 – LACERDA, José Maria Almeida e Araújo de Portugal Correia de. *A. B. da Costa Cabral: apontamentos históricos, Vol. I*. Lisboa: Typographia de Silva, 1844. p. 19. Disponível na Plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020. https://books.google.com.br/books?id=mSErAQAAMAAJ&pg=PA1&source=gbps_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

12 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Editorial Labor, 1938. p. 122-123.

Padre Mestre¹³ recebi as suas cartas e um mimo o qual decerto lhe agradeço muito, além de ser muito bonito agradeço-lhe muito mais a sua lembrança.

Dou-lhe os parabéns do seu despacho o que decerto estimei quanto pode supor; a respeito de notícias verá pelas Gazetas. As internas vão como pode pensar. As diligências ainda se fazem da mesma sorte para a carta não ir adiante e o que querem falando a verdade é que o mano Miguel seja o Rei e dizem que contam com o casamento com a minha Sobrinha porque de outra maneira veem que é impossível; e que sendo casado com ela fica Rei logo fingindo que não e também que há de acabar logo com a carta pois que tudo isto é feito unicamente pelos pedreiros livres e que o mano Miguel é a única salvação da Nação e vão todos de acordo [que] com uma pessoa que o respeito que lhe devo ter não me atrevo a nomear e com as duas manas de Espanha que mais do que elas se têm declarado pelo mano Miguel e contra o Mano Pedro é impossível o Aguiar também lhe dirá isto mesmo ou decerto muito mais bem explicado¹⁴.

A Carta Constitucional já era um projeto antigo, que dividia opiniões. Foi a segunda constituição de Portugal e a que vigorou por mais tempo, revogada por D. Miguel em sua aclamação como rei absolutista (1828) e restaurada por D. Pedro em 1834. No entanto, os absolutistas adversos a ela e partidários de D. Miguel, contrários a D. Pedro e aos maçons, tinham consciência de que a forma mais suave de o príncipe assumir o trono era por meio do casamento com D. Maria da Glória. Além disso, ao falar sobre D. Maria Teresa e D. Maria Francisca, pode-se supor que a pessoa que encabeça o movimento favorável à aclamação de D. Miguel e que não é nomeada por respeito seja D. Carlota Joaquina. Parece não haver dúvida com relação ao apoio da mãe e das irmãs ao infante que, naquele momento, encontrava-se exilado.

13 – O Padre Mestre a quem a infanta se refere é provavelmente Fr. Antônio de Nossa Senhora da Arrábida, que foi mestre de língua portuguesa do imperador e da regente. Nascido em Lisboa, foi bibliotecário do convento de Mafra. Seu trabalho foi admirado pelo Príncipe Regente D. João, que o chamou para ser o seu Conselheiro Real. Foi também homem de confiança do Imperador D. Pedro I.

14 – Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-16.01.1826-IM.P.c. Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico. Ajuda, 16 de janeiro de 1826. s.n.p.

O conteúdo da carta de D. Isabel Maria é extremamente interessante e, ao mesmo tempo, passível de dúvida e de suspeita, uma vez que declara tão aberta e detalhadamente as desavenças políticas com relação ao trono muito antes da morte de D. João. Uma vez que a missiva consta do acervo do Arquivo do Museu Imperial e foi catalogada como verdadeira, levanta-se dúvida acerca da saúde de D. João, o que seria um motivo para que os planos de sucessão estivessem já tão bem arquitetados. A carta também é bastante lúcida e racional. Há consciência das intrigas políticas entre liberais e absolutistas, e a infanta parece saber exatamente quem são aqueles que a atacam e com que finalidade. Declara também sua preferência pela aclamação de D. Pedro e, ao contrário dos demais membros de sua família, a infanta afirma abertamente ser constitucional. As preocupações de D. Isabel Maria caminhavam, portanto, no sentido de proteger o reino de D. Miguel e resguardá-lo para D. Pedro e para D. Maria da Glória. Ao fim da carta, há uma declaração interessante. Para uma princesa tão ciente dos acontecimentos políticos e preocupada com seus rumos, além de muito envolvida com as decisões do reino - uma vez que parece já ter parte ativa no governo - D. Isabel Maria afirma querer distância do comando:

Se o Abrantes ainda lá estiver diga-lhe da minha parte que fique até eu lhe mandar dizer que venha pois então reputo tudo seguro e do modo que está não e não o desejo ver sacrificado por ele ser homem honrado digo do partido do Mano Pedro e por este motivo lhe prometo a cabeça fora se o mano Miguel vier cá; teria muitas coisas mais a dizer-lhe decerto mas agora não me lembram para a outra carta lhes direi se me lembrar só o que lhe digo é que desejo quanto antes ficar no canto de uma casa comendo umas sopas do que Governar pois de dia e de noite não tenho senão desgosto e o que me conserva é amizade ao Mano Pedro e ver também o dano que resultaria nestas circunstâncias tanto à Nação como aos direitos do Mano Pedro, são só estes motivos e nenhum outros¹⁵.

O *Post Scriptum* da missiva também é interessante, uma vez que, pouco após a declaração de desgosto pelas ações políticas, a infanta pede

15 – Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-16.01.1826-IM.P.c. Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico. Ajuda, 16 de janeiro de 1826. s.n.p.

conselho ao eclesiástico, dirigindo-se a ele como franca e fiel discípula, e renovando sua confiança no “Padre Mestre”: “Veja como pode dizer ao mano que me autorize para eu poder nomear alguns Pares que me sejam do seu partido e não do mano Miguel pois toda a Câmara tirado um ou dois são todos do mano Miguel sem exageração”¹⁶. A consulta acerca das pessoas certas para o papel de Pares do Reino (deputados), no entanto, denota ao mesmo tempo a preocupação em assegurar o comando de D. Pedro e alguma dúvida sobre aqueles que a cercavam. Provavelmente, procurava deixar a Câmara mais favorável ao irmão mais velho para o momento em que a questão sucessória se impusesse.

Independentemente de suas afeições e de seu posicionamento em meio ao conflito familiar, a infanta deu continuidade ao governo do pai, demonstrando firmeza. Documentos encontrados no Real Gabinete Português de Leitura¹⁷ evidenciam que D. Isabel Maria comandou o exército com mão de ferro, buscando manter o reino em ordem até a chegada de D. Pedro. Entre 1821 e 1826, D. João tomara providências contra salteadores de estradas e de casas abastadas; procurara saber o “estado de espírito do público” em boletins semanais para que pudesse prevenir as dissensões, e agira para acabar com o contrabando de produtos como o tabaco e o sabão. Acompanhou, no princípio de cada mês, a relação de enfermos militares que estavam se tratando em hospitais civis e os civis e militares deportados por motivos políticos¹⁸.

D. Isabel Maria persistiu na manutenção da ordem pública ao ordenar rigor na captura de bandidos e de malfeitores, e perseguiu desertores, instaurando uma lista para que fossem reconhecidos. Ao mesmo tempo, ordenou que as autoridades procedessem com cuidado com os passaportes minuciosamente analisados: que agissem com retidão e conforme o

16 – Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico... *op. cit.*

17 – Os documentos citados a seguir, do acervo do Real Gabinete Português de Leitura, pertencem à biblioteca de Carlos Malheiro Dias (1875-1941). Este foi jornalista, cronista, romancista, contista, político e historiador português exilado no Brasil entre 1910 e 1935.

18 – Acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Ref: ENC 7 D 26, Alguns documentos officiaes do reinado de D. João 6 (1821 - 1826) e da regencia da infanta d. Isabel Maria (1826).

regulamento¹⁹. No ano de 1827, o trânsito de militares foi rigorosamente controlado por meio de guias e de autorizações. Portugal e Inglaterra assinaram um tratado acerca da manutenção e da permanência de tropas inglesas em solo português pelo tempo que fosse de interesse dos portugueses²⁰. Sendo assim, ainda que as autoridades tivessem o comando de exigir as guias de trânsito para evitar as deserções, a infanta ordenou que as tropas inglesas convocadas fossem tratadas com grande respeito. Garantidos os direitos das tropas, os desertores foram caçados com rigor, perseguidos a partir de seus nomes e de descrições físicas, capturados e aprisionados. Observa-se que D. Isabel Maria compreendia a necessidade de um exército forte em meio aos ânimos que se acirravam. Pedia que não maltratassem os oficiais de ordenanças que prendiam os recrutas e que os “vadios presos” também fossem recrutados. Ordenou às autoridades responsáveis que fizessem o que fosse preciso para manter a ordem e a lealdade do exército e nas ruas. Outra forma de comando conhecida foi instaurada: a censura aos escritos. Desta vez, tentou-se impedir a subversão impressa antes que esta conseguisse entrar no reino:

Contando a Senhora Infanta Regente que em Paris se está imprimindo um escrito subversivo do qual tem de remeter-se a este Reino grande número de exemplares logo que a impressão se conclua, e ordenando a Mesma Senhora digo Mesma Augusta Senhora em Aviso de 22 do Corrente que se apreendam os ditos exemplares, antes que comece a sua distribuição e Comércio a V. M. para que nesta Conformidade de as providências que forem necessárias pelo que respeita ao Distrito da sua Comarca comunicando a todos os Juizes dela esta Ordem de Cujo resultado me darão parte²¹.

Pouco mais de um mês após a morte de D. João VI e antes mesmo da publicação da Carta Constitucional, a *Gazeta de Lisboa*²² atribuiu a D.

19 – Alguns documentos officiaes do reinado de D. João 6... *op. cit.*

20 – Arquivo do IHGB. Carta de ratificação e confirmação passada pela [regente] D. Isabel Maria expondo os artigos do tratado celebrado entre Portugal e Inglaterra. Ajuda, 06/01/1827. s.n.p.

21 – Acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Documento 31. Ref: 48 R 7. Regência da infanta D. Isabel Maria - (alguns documentos officiaes do seu governo (anno de 1827).

22 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 96, 25 de abril de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Dis-

Pedro o título de “Rei Nosso Senhor” ao invés de imperador do Brasil (a usual abreviação S.M.I., voltou a ser utilizada posteriormente). A regente não teve dúvidas em reconhecer os direitos do irmão mais velho, sem questionar os desejos do pai. Da mesma forma, não se levantaram imediatamente vozes contra esses desejos, declarados publicamente pelo soberano tantas vezes antes de sua morte²³. O próprio D. Pedro voltou seu interesse para a questão portuguesa, procedendo como se tivesse no comando da administração tanto do Brasil quanto de Portugal, e assinando os despachos do último como D. Pedro IV – o que não deixou de incomodar os brasileiros²⁴.

Porém, as referências ao primogênito na *Gazeta de Lisboa* deram prontamente lugar à troca de correspondências entre D. Isabel Maria e D. Miguel. A *Parte Oficial* que abre o exemplar do referido periódico anunciou que a notícia foi comunicada a D. Miguel por meio de carta da irmã regente, e tal foi a dor causada pela perda que o infante foi acometido de violentos ataques convulsivos, perdendo o sono e o apetite. Apenas após o cessar dos ataques, permanecendo a mágoa e a tristeza, D. Miguel escreveu breve resposta à irmã²⁵. O Imperador da Áustria, em respeito ao luto da Família Real Portuguesa, ordenou que na Capela Imperial da Corte de Viena fossem celebradas exéquias solenes pelo descanso da alma do Senhor Imperador e Rei D. João VI. Com o intuito de manter as boas relações também com o D. Miguel, Francisco I enviou-lhe os votos publicados na mesma edição da *Gazeta de Lisboa*. Ainda na mesma notícia, as duas cartas da referida correspondência entre os irmãos foram publicadas na íntegra. Tendo a Regência, por meio do periódico, manifestado seus desejos de que o infante exilado não causasse problemas, prosseguiu-se

ponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

23 – BRANCATO, Braz A. A. “La muerte de Don João y los problemas de la sucesión lusitana”. In: *D. Pedro I de Brasil, Posible Rey de España (Una conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p. 259.

24 – LUSTOSA, Isabel. “Portugal x Brasil”. In: *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 278.

25 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 98, 27 de abril de 1826. Lisboa: Imprensa Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

com a publicação de curta missiva enviada por D. Isabel Maria ao irmão, que respondeu:

Minha querida Mana! Oprimido pela mais profunda mágoa por motivo da irreparável e lastimosa perda, que acabamos de experimentar, o meu único desejo é ver conservada na nossa Pátria a tranquilidade, de que ela tanto carece, e ileso o respeito, que compete às Soberanas Determinações do nosso amado Pai e Senhor, que Deus foi Servido chamar a si; e posto que eu esteja intimamente convencido da reconhecida e ilibada fidelidade, que a honrada e briosa Nação Portuguesa consagrou sempre a seus paternos e legítimos Soberanos, tenho todavia refletido na possibilidade de que algumas pessoas mal intencionadas, e com fins sinistros e repreensíveis, busquem excitar nesses Reinos comoções desleais e criminosas, servindo-se talvez do meu nome para encobrir seus perniciosos desígnios²⁶.

Como se pode observar, a troca de correspondências começou com explícita civilidade e com calculadas demonstrações de respeito. Na imediação da morte de D. João e em meio às incertezas políticas, houve a necessidade de afirmar que o infante não faria parte de movimentos sediciosos e colocaria o bem estar de Portugal acima de tudo. Com prudência, reiterou o respeito pela vontade do pai com relação à Regência, sem perder a oportunidade de destacar que o poder não havia sido delegado direta e somente à irmã, mas sim a toda uma Junta de Governo. Também a declarou respeito pelo direito sucessório do irmão, encerrando a carta com os seguintes votos, que denotam que ela foi escrita com o propósito de ser divulgada e de apaziguar, ainda que momentaneamente, a cena política:

Rogo-Lhe, pois, minha querida Mana, que no caso pouco provável, que alguém temerariamente se arroje a abusar do meu nome para servir de capa a projetos subversivos da boa ordem, e da existência legal da Junta de Governo, estabelecida por Quem tinha o indisputável direito de a instituir, se façam públicos e declarem, quando, como, e onde convier, em virtude da presente carta, os sentimentos, que ela contém, emanados espontaneamente do meu ânimo, e inspirados pela

26 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 98, 27 de abril de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

fidelidade e respeito devido à memória, e à derradeira vontade do nosso amado Pai e Senhor.

Rogo a Deus, minha querida Mana, que a Guarde por dilatados anos, como Lhe deseja seu Irmão o mais amante e saudoso, Miguel²⁷.

D. Isabel Maria era então presidente de um Conselho de Regência. A infanta seguiu a orientação política de D. João VI, mantendo-se ao lado dos moderados do partido liberal que haviam sido escolhidos como ministros do falecido rei. Após a repentina morte do governante, a infanta recolheu-se à estação de Caldas da Rainha por um breve período para res-tabelecer os nervos²⁸. Tão logo regressou à Lisboa, escreveu novamente ao irmão D. Miguel, em 19 de julho, a respeito de carta de 14 de junho:

Estimo sobremaneira, que o meu querido Mano aprovasse a deliberação que tomei de mandar publicar, logo que a recebi, a sua apreciável carta de 6 de abril; e essa medida produziu no Público o grato efeito, que eu esperava. Meu querido Mano o meu objeto principal é, e será sempre, cortar intrigas, unir a nossa Família, e torná-la cada vez mais amável a uma Nação dotada das mais belas qualidades, que em todos os séculos da Monarquia a distinguiram sempre, e que nestes últimos tempos alguns homens tão ambiciosos, como perversos procuravam desorientar, e perder²⁹.

Naquele momento, a troca de correspondências entre exilado e regente transmitiu uma suposta calma em que D. Pedro era visto como herdeiro de Portugal. Percebe-se a necessidade de uma troca de gentilezas para manter os ânimos calmos, ou, ao menos, os conflitos em suspenso. Além das demonstrações de paz, o texto da carta preconizava uma continuação do governo de D. João. Percebe-se o pedido - ou aviso - da infanta ao irmão para que permita que as ações do governo regencial sigam as vontades do falecido soberano. Ainda na mesma carta, D. Isabel Maria agradece a confiança depositada pelo infante: D. Miguel enviou à irmã

27 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 98, 27 de abril de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

28 – Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, pp. 529-530.

29 – Carta de D. Isabel Maria a D. Miguel *apud* Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... op. cit.* pp. 530-532.

seu pleno poder para que esta administrasse a Casa do Infantado, posse dele, em seu nome, além da autorização para que procedesse com a partilha dos bens do pai. Ao que parece, teria pedido à regente que tomasse para si a administração que antes era do governo, e esta indaga se teria forças para desempenhar dignamente a tarefa, prometendo desempenhá-la com o maior zelo. E, como sempre, a correspondência se encerrou com os desejos de saúde, de vida longa e de juras de saudade.

Ao contrário do que parece ter acontecido com D. Miguel, cujas correspondências encontradas têm data posterior à morte de D. João, D. Isabel Maria e D. Pedro já trocavam missivas desde os tempos da Independência. No entanto, a correspondência encontrada no Arquivo do Museu Imperial denota mais intimidade e amizade, mesmo ao tratarem de assuntos de Estado. Fosse em epístolas longas ou curtas, a infanta D. Isabel Maria também agia como espécie de interlocutora entre o irmão e o pai. A correspondência englobava felicitações pelo nascimento dos sobrinhos e até encomendas:

Se o mano quiser alguma encomenda, o tabaco se ainda toma ou outra qualquer coisa, estou pronta. O mano bem sabe peço-lhe que diga ao Marcos da minha parte que sempre me lembro dele e da sua música, pois cá não há nenhuma, o que faz muita falta. Agora é uma petição minha, se o mano me puder mandar para cá o órgão que estava na casa das estátuas que ninguém tocava senão eu, faria um grande obséquio. Não há de ficar arrenegado comigo por eu lhe pedir isto que é confiança de uma mana muito sua amiga³⁰.

D. Isabel Maria refere-se ao compositor Marcos Portugal, que fora um dos professores de música dos infantes e das infantas. Interessante vê-la se referindo ao mestre de forma tão informal, e observar seu apego ao instrumento que deixara para trás. De qualquer forma, a correspondência demonstra afinidade e cumplicidade entre os irmãos, o que pode ajudar a explicar o apoio incondicional que a infanta ofereceu a D. Pedro.

30 – Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-31_03_1822-IM-P.c 1-4. Cartas de d. Isabel Maria, infanta de Portugal, a d. Pedro I. Queluz, 09/07/1822.

Alguns anos mais tarde, com a morte de D. João VI, o tom da correspondência se agravou. Se, desde os primeiros momentos como regente, a infanta posicionou-se ao lado de D. Pedro, uma postura distinta foi assumida por D. Carlota Joaquina e pelas demais infantas. Assim como o tio, D. Fernando VII, rei da Espanha, colocaram-se imediatamente ao lado de D. Miguel. E, da mesma forma que a Família Real e o povo, também as relações externas de Portugal se dividiram. Os problemas da sucessão ao trono português, causados pela separação e pela independência do Brasil, provocaram expectativas diferentes. Inglaterra e Espanha pretendiam resolver a questão de formas quase opostas. A primeira estava preparada para reconhecer como legítimo soberano do Brasil o Imperador D. Pedro I mediante a abdicação da coroa europeia em favor de sua filha, D. Maria da Glória. Por sua vez, a Espanha, assim como a Áustria, sequer haviam reconhecido a Independência do Brasil e seu status de império, e pretendiam ver aclamado o infante absolutista, D. Miguel³¹.

Não obstante, Oliveira Lima julga que a utilização do título de Imperador do Brasil por D. João não constituía uma vaidade paterna como já foi afirmado, e sim “um fino desígnio” político. Pretendia que, após a sua morte, D. Pedro reunisse os títulos de rei de Portugal e Algarves ao que o filho lhe concedera honorariamente. Se pai e filho pretendiam reunificar as coroas, seus planos caminhavam em sentidos opostos. Para D. João, o centro era Portugal enquanto, para D. Pedro, o Brasil seria sempre preponderante. Dúvidas acerca da sucessão pairavam em Portugal desde muito antes da morte do soberano; o reino estava dividido entre os absolutistas que acreditavam que D. Pedro havia perdido o direito ao trono ao escolher permanecer na antiga colônia, e os constitucionais que não desejavam retornar ao antigo sistema³².

Ainda que o plano mais conhecido para resolver os problemas sucessórios seja o da aclamação de D. Maria da Glória, também se aventou

31 – LIMA, Oliveira Lima. “A atitude das potências estrangeiras.” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 25-27.

32 – LIMA, Oliveira Lima. “A atitude das potências estrangeiras.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 27-29.

a possibilidade de aclamar D. Isabel Maria. Os liberais clamavam por D. Pedro, mas ficariam mais satisfeitos com D. Isabel Maria do que com o D. Miguel. Alguns a preferiam a D. Maria da Glória, que governaria ao lado do tio absolutista – um matrimônio que já era cogitado desde antes da morte de D. João, com D. Pedro pedindo ao pai que enviasse o irmão ao Brasil para tal fim³³. Houve também a possibilidade de unir D. Maria da Glória ao primo D. Sebastião (filho de D. Maria Teresa e de D. Pedro Carlos), o que poderia significar outro rei consorte absolutista. Considerando os dois possíveis maridos da princesa do Grão-Pará, os liberais viram em D. Isabel Maria uma alternativa liberal e legítima. No entanto, as potências europeias inclinaram-se para a abdicação de D. Pedro em favor da filha. A regente, por sua vez, lutou para impor seu comando em meio aos ministros da regência, e sob as acusações de que se deixava influenciar pelos ultraliberais. Entre intrigas e boatos, sabe-se que a infanta procurou conservar a regência a salvo até que a decisão viesse do irmão D. Pedro. E era essa decisão o estopim que faltava para que os partidos se posicionassem na disputa pela coroa de Portugal³⁴.

É preciso destacar que, no cerne da disputa, residia ainda a questão da Independência do Brasil, separando as duas coroas e colocando D. Pedro como legítimo soberano do Brasil. E lembrar o princípio fundamental da monarquia portuguesa de que o reino não podia passar a príncipes estrangeiros, o que pode ser notado em todas as manobras executadas para que a coroa não caísse nas mãos espanholas. Porém, no Tratado do Rio de Janeiro, assinado em 1825 para “restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem con-

33 – Carta de D. Pedro a D. João VI. In: *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa. Segundo ano da Legislatura. Tomo Sétimo*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822. p. 224. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020. <https://books.google.com.br/books?id=w0ZFAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Diario+das+cortes+geraes+e+extraordinarias+da+nac%C3%A3o+portuguesa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKewjZy5a1t-rrAhXjIlkGHRaHAOAQ6AEwAXoECAUQAg#v=onepage&q=Diario%20das%20cortes%20geraes%20e%20extraordinarias%20da%20nac%C3%A3o%20portuguesa&f=false>

34 – LIMA, Oliveira. “As atribulações e ambições de D. Isabel Maria.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 48-51.

ciliar e unir em perpétua aliança”³⁵, não há qualquer menção de renúncia à coroa portuguesa. Ainda que o tratado separasse os dois reinos, deixava uma porta aberta para D. Pedro I na linha sucessória de Portugal, como desejava D. João VI³⁶.

O caráter amplo do documento resguardava a amizade entre os reinos e deixava em aberto as questões sucessórias. No entanto, os direitos de D. Pedro à coroa portuguesa tornaram-se dúbios a olhos portugueses quando se rebelara contra o pai e o Estado. Houve os que defenderam que D. Pedro jamais perdeu a nacionalidade portuguesa, especialmente com a Independência realizada sob aprovação e conveniência de D. João³⁷. Destaca-se o fato de ambos os países estarem em tudo separados, exceto pela comunicação entre pai e filho. A legitimidade de D. Pedro residia em dúvidas, na vontade daqueles que desejavam ver D. Miguel longe da coroa portuguesa, e nos desejos de D. João de que o primogênito ocupasse seu lugar no governo de Portugal. Além disso, havia o fato de D. Miguel estar exilado e haver conspirado contra o pai e o Estado. A coroa portuguesa encontrava-se, então, de fato, entre um usurpador liberal e um usurpador absolutista. Afora os sentimentos familiares que provocavam orgulho em D. João pelo filho Imperador que lhe pediu a bênção pela Independência e desgosto pelo outro que havia tentado lhe roubar a única coroa que restava, ambos havia golpeado politicamente o pai³⁸.

D. Pedro, por sua vez, parece nunca ter considerado a Independência como um ato de traição a D. João, especialmente se observarmos a troca de correspondências que indicam a anuência do rei de Portugal. Talvez,

35 – Tratado de amizade e aliança entre El-Rei o Senhor D. João VI e D. Pedro I, Imperador do Brasil, feito por mediação de Sua Majestade Britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal em 15 de novembro e pela do Brasil e 30 de agosto do dito ano. Disponível no site http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/ Acessado em 31/08/2020.

36 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 52-53.

37 – COSTA, Sérgio Correia da. “D. Pedro e a coroa de Portugal”. In: *As quatro coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1940. pp. 164-166.

38 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 54-57.

por isso, o lado paterno tenha pendido ainda mais a D. Pedro após a Vilafrancada (1823) e a Abrilada (1824), como se observa nos artigos do Tratado do Rio de Janeiro (1825), assinado com D. Miguel já no exílio. Por sua vez, D. Carlota e as infantas D. Maria Teresa e D. Maria Francisca não levaram em conta tais argumentos. Defenderam D. Miguel e os ideais absolutistas e só se pronunciaram de fato acerca da Independência após 1825, como se pode observar em suas correspondências.

Voltando aos planos de casamento de D. Miguel com D. Maria da Glória, o infante, por sua vez, não ficou satisfeito em ocupar o lugar de consorte. Dessa forma, lhe era vedada a participação no governo e mesmo o título real enquanto o matrimônio não frutificasse. No entanto, após o Tratado de 1825, entendeu-se também que a designação de D. Pedro enquanto D. Pedro IV de Portugal era destituída de valor legal, assim como sua abdicação em favor de D. Maria da Glória. D. Miguel era, de fato e de direito, o herdeiro varão da dinastia de Bragança³⁹. Entre dois herdeiros varões golpistas, uma infanta solteira e a quinta na linha sucessória (D. Miguel sendo o sexto), e uma princesa “estrangeira” nascida na antiga colônia, é difícil precisar exatamente quem detinha os direitos ao trono português. As Côrtes possuíam autoridade para decidir e para modificar as leis de Portugal se necessário, mas estavam no fogo cruzado entre as reivindicações absolutistas, liberais e constitucionais.

A Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa foi publicada em abril de 1826, decretada e concedida aos portugueses por um D. Pedro já intitulado “Rei de Portugal, Brasil e Algarves e Imperador do Brasil”⁴⁰, que parecia não ter dúvidas acerca da legitimidade de seu lugar na sucessão ao trono português, assim como de sua filha. A outorga da Carta e a

39 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 58-59.

40 – *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa. Decretada e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil, ao 29 de Abril de 1826. Correta e fielmente reimpressa segundo a edição autêntica da Impressão Régia*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1826. pp. 3-4 Disponível em <https://archive.org/stream/cartaconstitucao00port#page/22/mode/2up/search/94> Acessado em 30/08/2020.

abdição em favor de D. Maria da Glória discontentaram os partidários de D. Miguel, e abalaram suas esperanças na restauração do absolutismo. A nova constituição, importada do Brasil, causou desagradados dentro e fora de Portugal. Divididas acerca da legitimidade ao trono dos dois irmãos, as potências não desejavam entrar em conflito por causa da nova Constituição⁴¹.

Enquanto isso, D. Isabel Maria continuava à frente da regência. Era preciso governar o país, independentemente de ser em nome de D. Pedro, D. Maria da Glória ou de D. Miguel. Como vimos, utilizou-se da *Gazeta de Lisboa* para disseminar as ações do governo e para acalmar os ânimos. Foram publicadas diversas correspondências entre a regente e o irmão D. Miguel, como o trecho da carta que abriu o exemplar de 15 de julho de 1826:

Mas não é só por este lado que eu muito estimei as suas Cartas; é também pelo grato afeto que elas produziram nos bons Portugueses, (e destes é o maior número), e pelo terror que elas incutiram nos perversos, que debaixo da falsa e enganadora aparência de amigos do Mano, desejavam cenas de sangue e de horror para ver se, no meio da revolução, e da desordem, saciavam sua raiva sobre inocentes, e melhoravam de fortuna⁴².

Na mesma carta, D. Isabel Maria reitera que não deseja reinar e que está cumprindo as ordens do pai, aguardando pelas decisões do irmão imperador e legítimo sucessor da coroa. De forma bastante direta, após tocar brevemente no assunto da administração da Casa do Infantado e do término do arrolamento do inventário dos bens de D. João, o periódico publicou a primeira parte da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa. Foi mais uma declaração pública de que, a despeito da situação política confusa, a regência e a infanta estavam ao lado de D. Pedro.

Para isso, seguiam-se os planos do imperador do Brasil e da regente de Portugal que ela assim permanecesse até que a princesa D. Maria da

41 – LIMA, Oliveira. “A outorga da Carta.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 60-67.

42 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 164, 15 de Julho de 1826. Lisboa: Imprensa Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

Glória atingisse a maioridade, com 25 anos. Ainda alguns anos antes da morte de D. João, em sua fase de mais rancor contra os portugueses, o infante declarou que só cederia a Portugal seu terceiro filho, quando o tivesse. Reservaria ao Brasil o primogênito e o segundogênito por estar mais seguro da manutenção da dinastia na América. No entanto, após a morte de D. João, o imperador preocupou-se rapidamente em garantir o trono europeu para sua primogênita. D. Miguel encontrava-se no exílio, no qual deveria permanecer por 7 anos, até 1831. No entanto, completaria 25 anos em 1827, atingindo a maioridade que o capacitava para ser regente. Com as incertezas acerca da sucessão, D. Pedro e a Inglaterra procuraram manter o infante em Viena pelo máximo de tempo possível, até que a situação política entrasse nos rumos que desejavam. Percebe-se, então, que D. Pedro procurou cercar os direitos às duas coroas e impedir o irmão de se tornar rei na Europa. E, para isso, contava com a ajuda da irmã⁴³.

Para estender a regência da infanta até que D. Maria da Glória subisse ao trono, buscaram se aproveitar do fato de que os liberais estavam em posição mais vantajosa, e que os absolutistas assumiriam lugar de rebeldes ao contestar a posição de D. Pedro. Uma vez que era preciso angariar a lealdade do exército, que já se rebelava, espalhou-se o boato de que o governo organizado por D. João para a regência tentara se opor à instalação da infanta como única regente. O rumor levou os coronéis da maior parte dos regimentos de linha da capital e os diversos regimentos de milícia a se pronunciarem em favor de D. Isabel Maria para sustentá-la em seu papel⁴⁴. Além disso, uma proclamação foi publicada na *Gazeta de Lisboa*, em primeiro de agosto de 1826:

Portugueses! Pela Carta Constitucional, que acabais de Jurar, Eu sou chamada à Regência destes Reinos durante a menoridade da Minha Augusta Sobrinha, e nossa Legítima Rainha, a Senhora DONA MARIA DA GLÓRIA. Como primeira Súdita é meu primeiro dever por em pronta e vigorosa execução a Sábia Carta Constitucional; que

43 – LIMA, Oliveira. “A interinidade constitucional.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 71-72.

44 – LIMA, Oliveira. “Os embaraços domésticos.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 93-94.

do Alto do Seu Trono Deu aos seus súditos Portugueses Meu Augusto Irmão, e nosso Legítimo Rei, o Senhor Dom Pedro IV, cujo Nome Glorioso é repetido com admiração, respeito e assombro na América, na Europa, e no Mundo inteiro! Eu cumprirei pois, e farei cumprir este imortal Código Constitucional, única tábua da nossa Salvação Política. Desgraçado daquele que se opuser. A Lei o punirá sem piedade; e Eu serei tão inexorável quanto a Lei⁴⁵.

A regente afirma que sua ambição é apenas a de restaurar a glória de Portugal, tendo sacrificado sua saúde pela pátria, e a própria vida se necessário fosse. Pede também que o povo português apoie sua regência até a chegada da sobrinha. O recado estava publicado. O direcionamento político da regência era constitucional, sendo a Carta descrita como salvadora da nação portuguesa. Além da abdicação de D. Pedro de seu papel como legítimo sucessor, declarou-se como legítima soberana D. Maria da Glória, da mesma forma buscando tornar inquestionável a regência de D. Isabel Maria em nome da sobrinha. Tudo foi arranjado para que D. Miguel ficasse afastado do governo caso não jurasse a Constituição e contraísse matrimônio com a princesa do Grão-Pará. Para garantir que os acontecimentos ocorressem dentro desse planejamento, o governo afirmou que tão logo D. Miguel prestasse juramento à Carta Constitucional, começaria a gozar de todos os direitos que esta lhe reservava⁴⁶.

No entanto, a infanta sentiu necessidade de justificar seu lugar na regência de Portugal, alegando estar com a consciência tranquila, e afirmando que o motivo da falta de correspondências por parte de D. Pedro I só poderia ser falta de tempo, e não de qualquer desgosto para com as ações dela. Aparentemente, havia problemas na comunicação entre os irmãos, quaisquer que fossem os motivos. Vários meses após a outorga da Carta Constitucional, D. Isabel Maria escreveu uma longa carta a D. Pedro I:

45 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 178, 01 de Agosto de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

46 – LIMA, Oliveira. “Os embaraços domésticos.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 100-101.

Pelos papéis públicos já o meu querido Mano saberá o que tem havido em Portugal desde que se jurou a Sábia constituição que o Mano generosamente outorgou a estes Reinos e de que eles precisavam tanto, que sem ela Portugal estava perdido; e perdido ficaria se aquela Carta Constitucional se não outorgasse entre nós, o que apesar dos esforços da Santa Aliança, da Junta Apostólica e dos seus agentes neste Reino, eu não espero. Nos mesmos papéis públicos veria o Mano a Proclamação que eu fiz, e publiquei no 1º de agosto: Proclamação que salvou esta Capital de nadar e sangue, e que foi recebida com o mais vivo entusiasmo e com a maior aprovação e aplauso possível. Na minha antecedente carta expus ao meu querido Mano que eu entendo devia dar aquele passo 1º porque o artigo 22 diz expressamente que – Durante a minoridade do Rei (ou Rainha) o Reino será governado por uma Regência, a qual pertencerão ao Parente mais chegado do Rei ou Rainha, segundo a ordem da sucessão e que seja maior de vinte e cinco anos. Quem me podia pois disputar a Regência durante a minoridade de minha Augusta Sobrinha? Eu não tenho culpa de nascer primeiro que o Mano Miguel.

2º porque se o mano Miguel nem mesmo depois de casado com minha querida sobrinha pode governar o Reino; como o havia de governar durante a sua minoridade?

3º Se o mano Miguel pelo artigo 100, segundo me parece, não pode ser Tutor, como há de ser Regente^{47?}

A atenção meticulosa aos artigos denota que se mantinha bem informada politicamente, preocupada com pormenores e com a necessidade de ter sua regência bem fundamentada e respaldada, mesmo perante o irmão aliado. Outro ponto importante que se revela é a autonomia da regente, ao menos nos primeiros meses de seu governo. A historiografia faz crer que todas as ações de D. Isabel Maria foram estipuladas por D. Pedro. Porém, compreende-se que a infanta, diante das circunstâncias, atuou antes de aguardar instruções ou anuência do imperador. Diante da necessidade, agiu primeiro para perguntar depois, percebendo que, com a Carta Constitucional em mãos, poderia ser tarde demais esperar por notícias do Brasil:

47 – Arquivo do Museu Imperial. II-POB-14.10.1826-IM.P.c. Cartas de Isabel Maria, regente de Portugal, a d. Pedro I, imperador do Brasil. Palácio da Ajuda, 14/10/1826. Arquivo do Museu Imperial. s.n.p. 14/10/1826.

Se eu não me declarasse Regente durante a minoridade de minha querida Sobrinha, e minha Legítima Rainha, mas só temporariamente, esse passo seria sumamente impolítico, e perigoso porque os Infantistas folgariam, e se tornariam mais altivos e atrevidos; os verdadeiros amigos da sua pátria, do seu Legítimo Rei, de sua Legítima Rainha, e da Carta Constitucional esmoreceriam indubitavelmente, e Eu posso assegurar ao meu querido Mano, que se eu não desse aquele passo, há muito que tudo estaria perdido: porque é preciso falar claro - os condes de Porto Santo, de Murça, de Barbacena são inimigos declarados de todo e qualquer governo Constitucional, assim como Patriarca, o Duque e o Conde dos Arcos; e todos de acordo procuravam dirigir as coisas de maneira que se não jurasse a constituição, ou que pelo menos se adiasse o juramento quanto fosse possível, para ganhar tempo. E isso se teria feito, isso teriam conseguido, se não fossem as minhas diligências, os meus assíduos esforços, e as medias, que adotei, sem consultar Governadores, e secretários de Estado. O único que soube daquela Proclamação foi o Lacerda, único de quem naquela época eu não desconfiava e com razão. Seus defeitos são outros⁴⁸.

O tom de justificativa pela reiteração da regência diante do povo português lembra o da carta em que o próprio D. Pedro justificou seus atos, enviada ao pai acerca da proclamação da Independência e de sua aclamação pelo povo como governante. A direção de sua lealdade também se altera ligeiramente: ainda que D. Pedro continue a ser chamado de rei legítimo, é à sobrinha que a infanta profere diversas vezes sua fidelidade. Também se observa nas referidas cartas a D. Pedro I dos últimos meses de 1826 que, mesmo que a ideia não fosse nova, a ação de se proclamar regente em nome da sobrinha, e não mais provisoriamente como havia sido apontada pelo pai, foi de D. Isabel Maria.

Dessa forma, se houve tempo para que D. Pedro tentasse articular o governo para D. Maria da Glória, parece ter sido por conta das ações de D. Isabel Maria. Com grande capacidade de observação, exatamente como foi descrita pelo Príncipe Lichnowsky⁴⁹, suas ponderações políticas foram de extrema acuidade e perspicácia. Ninguém havia falado tão di-

48 – Cartas de Isabel Maria, regente de Portugal, a d. Pedro I... *op. cit.*

49 – LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas. *Portugal: Recordações do anno de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845. pp. 123-124.

retamente a D. Pedro sobre D. Miguel. Ao passo que D. Pedro acreditava no caráter do irmão ou mais provavelmente se julgava capaz de controlá-lo, D. Isabel alertou sobre os perigos vindos de Viena. Reclamando das intrigas do Ministério da Santa Aliança, declarou:

Consta-me igualmente que o Mano Miguel induzido por quem o deseja lisonjear, parece resolvido a protestar contra a minha Regência durante a minoridade da minha Legítima Rainha. Ele pretende mostrar que a Regência lhe pertence: prová-lo é impossível.

O Mano Miguel ainda não jurou a Constituição: se a não quer jurar, não pode ser considerado como português. Se a jura, e está como deve estar, pelos arranjos e Determinações do Meu querido Mano, e nosso Legítimo Rei, ele não pode ser Regente, pelas razões que acima aponte, umas fundadas na Constituição, e outras na Política, e pública utilidade. Eu devo falar claro ao meu querido Mano e Rei - no momento em que o Mano Miguel entrar em Portugal, Portugal vai nadar em sangue e tudo está perdido; ele não deve entrar em Portugal sem que a nossa Legítima Rainha chegue à idade de reinar, marcada pela constituição: pelo menos sem que o Sistema Constitucional esteja arraigado e seguro entre nós: de outra sorte, eu o repito tudo está perdido... Pelo amor de Deus, meu Mano, não se iluda a este respeito⁵⁰.

A regente não era totalmente contra a aclamação de D. Miguel como rei de Portugal, julgando-o segundo na linha sucessória, mas parecia estar mais alinhada ao irmão mais velho, primogênito. É interessante notar, nessa correspondência que mistura o aspecto público e o aspecto privado da infanta, a existência de agudeza nos sentidos políticos, e ao mesmo tempo a insegurança de irmã mais nova.

No entanto rogo ao Mano por tudo quanto há de mais sagrado, queria Declarar-me se aprova o passo que dei - Se o aprova, pede a minha honra, o meu melindre, e o meu sucesso que o meu querido Mano assim o Declare ao Governo Inglês, e Austríaco, bem como ao mano Miguel para governo dele e meu. Se não o aprova queira o Mano também declarar-me, para eu tomar as minhas medidas: medidas que se reduzirão simplesmente a recolher-me ao Convento da Estrela, antes que para ali seja mandada, como querem.

50 – Cartas de Isabel Maria, regente de Portugal, a d. Pedro I... *op. cit.*

Eu não tenho a mais leve ambição de governar; nunca a tive; e agora que sei o que é, se tivesse alguma, de certo se teria inteiramente desvanecido. S'eu tivesse ambição de reinar não rejeitaria com indignação a proposta que no mês de junho se me fez para ser aclamada Rainha – Minha resposta foi – Eu não quero o que não é meu: se meu Augusto Irmão o Imperador do Brasil não quisesse aceitar a Coroa destes Reinos, ela pertence então a meu Irmão o Infante D. Miguel. Não quero ouvir falar em tal projeto. Retirai-vos.

Tinham já proclamações prontas para afixarem nesta Capital e no Reino todo e um mesmo dia. E como havia de eu anuir a um tão criminoso projeto, se eu fui quem tive a coragem de partir com o mano Miguel, quando em 30 de abril de 1824 ele tentou tirar a Coroa a nosso Augusto Pai? Desde então é que data o seu ódio, e raiva contra mim. Tal raiva, e tal ódio faz-me honra ⁵¹.

A separação por um oceano e a falta de agilidade na comunicação contribuíram para a necessidade de reforçar a comunicação. Para reiterar os laços de confiança, a regente afirmou que D. Pedro podia estar seguro de que suas ordens seriam cumpridas, de que ela nunca faltara aos deveres de súdita fiel e de regente leal. A questão leva a outro ponto que a historiografia levantou: que a infanta teria aderido à causa de D. Miguel e do absolutismo após a tomada do governo pelo infante. Difícil aceitar que tal mudança de comportamento possa ter ocorrido após a demonstração de inimizade transcrita acima.

A despeito dos temores de D. Isabel Maria, seguiu-se com o plano do juramento de D. Miguel reconhecendo os direitos do irmão e da sobrinha. O casamento entre D. Miguel e D. Maria da Glória constituía uma solução conciliadora, buscando anular as oposições dos partidários do infante com relação à rainha. No entanto, essa manobra, que dava aos liberais grande esperança, não teria o efeito desejado. Sequer amenizou os ânimos realistas⁵².

51 – Cartas de Isabel Maria, regente de Portugal, a d. Pedro I... *op. cit.*

52 – BRANCATO, Braz A. A. “La muerte de Don João y los problemas de la sucesión lusitana”. In: *D. Pedro I de Brasil... op. cit.* pp. 276-280.

Independentemente de seus efeitos, tal juramento ocorreu em 4 de outubro de 1826 na presença do barão de Vila Seca, ministro real em Viena e representante de D. Pedro. Os esponsais entre D. Miguel e D. Maria da Glória ocorreram em 29 do mesmo mês, também em Viena. Entre os dois atos de condescendência, o infante reclamou, por meio de uma petição, a regência provisional prevista na Carta Constitucional⁵³, no artigo 92: “Durante a sua menoridade o Reino será governado por uma Regência, a qual pertencerá ao Parente mais chegado ao Rei, segundo a ordem da sucessão, e que seja maior de vinte e cinco anos”⁵⁴.

Ainda que a regência estivesse segura naquele momento, as incertezas e a falta de decisões por parte de D. Pedro agitaram também o cenário internacional. As potências cobravam uma resolução acerca da sucessão. D. Pedro não voltava pessoalmente a Portugal, nem enviava a filha. Nem ao menos D. Isabel Maria tinha liberdade de ações, o que a alarmava diante de uma possível mudança de planos da Grã-Bretanha caso concluísse que a única autoridade possível durante a menoridade da Rainha fosse a de D. Miguel⁵⁵.

O imperador continuou relutante em enviar D. Maria da Glória a Portugal e, em seu lugar, expediu uma nau para buscar o irmão. D. Miguel, no entanto, escudou-se com o parecer do imperador da Áustria, que o aconselhava a aguardar as novas solicitações das demais cortes europeias, que exigiam que a regência de Portugal fosse entregue a ele, e não mais se esperasse pela nubildade de D. Maria da Glória. Ao mesmo tempo, o partido absolutista português não se contentaria com a aclamação de D. Miguel como rei consorte, buscando uma aclamação real e o cumprimento de seus direitos. Os constitucionais e liberais, que nutriam esperanças acerca de D. Isabel Maria e de D. Maria da Glória, entende-

53 – LIMA, Oliveira. “O juramento do infante.” In: *D. Pedro e D. Miguel ... op. cit.* pp. 119-123.

54 – Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa... *op. cit.* pp. 3-4. Acessado em 30/08/2020.

55 – LIMA, Oliveira. “Preparativos da regência de D. Miguel. Mudança de ministros.” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 161-165.

ram o perigo representado pela recusa do infante em seguir para o Brasil. Os conflitos se avultavam e as tropas inglesas preparavam-se para repelir uma invasão estrangeira e garantir a segurança da regente na sua capital⁵⁶.

Portugal contava com as tropas britânicas para sustentar o regime constitucional, mas temia-se que a chegada de um D. Miguel triunfante poria tudo a perder. A infanta queixava-se da política internacional de seu gabinete e se alarmava com a chegada do infante a Lisboa. Por sua vez, os imperadores do Brasil e da Áustria trocavam correspondências acerca do estabelecimento de D. Maria da Glória e D. Miguel na capital portuguesa, e da viagem de D. Isabel Maria para o Rio de Janeiro, a fim de auxiliar o irmão viúvo na criação e na educação dos sobrinhos. Percebendo a real situação do reino, e sabendo do efeito que a presença do irmão mais novo poderia causar, a regente procurou resistir ao colapso do exército: o Banco de Portugal suspendeu o pagamento de funcionários e os soldos das tropas foram pagos com o produto das joias da infanta. A balança começou, então, a pesar em favor de D. Miguel. A indecisão de D. Pedro custava-o partidários a cada hora, especialmente com os rumores da perda do apoio inglês. A cada dia, o país pendia para o sentimento miguelista, deixando aflorar a mágoa pela independência do Brasil. Em vista da indecisão do irmão, e a despeito de suas instruções, a regente declarou definitivo o seu posto e começou a agir, ao menos até que o rumo das coisas se alterasse⁵⁷.

D. Pedro acabou, por fim, cedendo à pressão das demais potências europeias e nomeou D. Miguel lugar-tenente em 3 de julho de 1827, por decreto que lhe conferia todos os poderes que possuía o rei. Sendo assim, a regência de D. Isabel Maria ocorria mais por ausência de soberano no reino do que pela menoridade do infante. D. Pedro requisitou ao rei da Grã-Bretanha e ao Imperador da Áustria que protegessem a situação de Portugal, mas tomou também providências na tentativa de cercear as ações do irmão. Fez saber que o infante teria seu título revogado se aten-

56 – LIMA, Oliveira. “Palmella e Saldanha.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* pp. 173-175.

57 – LIMA, Oliveira. “A próxima vinda do infante.” In: *D. Pedro e D. Miguel ... op. cit.* pp. 176-179.

desse às facções sediciosas e violasse os direitos do imperador e de D. Maria da Glória. D. Miguel aceitou os termos conciliatórios e, com isso, despertou algumas suspeitas, além de levantar nova fervura nos ânimos políticos. As opiniões e as posições continuavam divididas, e as Cortes foram convocadas para o juramento à Carta Constitucional em dezembro de 1827, mas aguardariam o infante até fevereiro de 1828⁵⁸.

No início do ano de 1828, a balança de alterou ainda mais em favor de D. Miguel. A Inglaterra começou a se desinteressar pela situação de Portugal, especialmente após a morte de seu principal interlocutor, Lord Canning⁵⁹. As tropas realistas, fiéis a D. Miguel e descontentes com o ministério escolhido pela infanta, promoveram levantes na maioria das províncias de Portugal. O infante foi aclamado em diferentes cidades e vilas, e os oficiais dos regimentos insurreccionados juraram por escrito que defenderiam a legitimidade deste⁶⁰. O maior apoio de outra potência vinha da Espanha, na figura do tio D. Fernando VII, que auxiliou as tropas com os socorros necessários⁶¹.

Depois de passar por Paris e Londres, D. Miguel alcançou Lisboa 22 de fevereiro de 1828, onde foi acolhido com aclamações calorosas. Após tomar posse do governo como lugar-tenente de D. Pedro, o infante prestou o juramento prescrito na Carta Constitucional em 26 de fevereiro de 1828, assumindo a regência e relegando D. Isabel Maria à vida particular⁶². D. Miguel se assumia regente de um Portugal conturbado, tendo em sua bagagem política os movimentos da Vilafrancada e da Abrilada⁶³.

58 – LIMA, Oliveira. “O infante feito lugar-tenente. Iminência da borrasca..” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp.218-222.

59 – LIMA, Oliveira. “A caminho do poder.” In: *D. Pedro e D. Miguel... op. cit.* p.238.

60 – *Aclamação de D. Miguel Rei de Portugal pela Divisão Realista do Alentejo* Apud. Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. pp. 532-533.

61 – *Aclamação de D. Miguel Rei de Portugal pela Divisão Realista do Alentejo* Apud. Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... op. cit.* pp. 534.

62 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... op. cit.* pp. 539.

63 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. “O Regresso a Lisboa”. In: *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Coleção Reis de Portugal. pp. 24-25.

A despeito das promessas feitas às potências europeias, as aclamações populares, as movimentações dos ultrarrealistas, os periódicos e os folhetos em defesa de seus direitos à coroa levaram D. Miguel a abolir a Carta Constitucional e se aclamar rei de direito. O discurso dos miguelistas apregoava que o príncipe exilado havia retornado por Providência Divina e as leis do reino fizeram-no rei⁶⁴. O infante regente nomeou prontamente um novo ministério, de cerne miguelista, e o ambiente começou a tornar-se absolutista. E a unanimidade do infante foi relatada tanto por liberais quanto por realistas: este era entusiasticamente aclamado nas ruas⁶⁵.

A situação era especialmente delicada para D. Isabel Maria, que buscou assumir neutralidade e se resguardar, como explica em carta para D. Pedro com data de 13 de novembro de 1829:

Mano desejo que tenha passado bem de saúde. O mano há de perdoar todos os erros pois julgo que até já não sei pegar em uma pena para escrever duas palavras pelos motivos que o mano não ignora; como o portador é seguro por isso me atrevi a fazer-lhe estar carta expondo-lhe bem o estado interno de tudo aqui. A miséria é extraordinária, os insultos da mesma maneira, as prisões atulhadas de pessoas as mais dignas e firmes ao seu juramento e leis do mano às vistas deste chamado governo são grandes. O que lhe peço muito e muito é que veja como há de acabar por uma vez com tudo isto e que não ceda na demanda nem se quer cinco reis pois senão estamos perdidos; o mano tem coragem faça um rasgo do seu valor. De mim não trato o que tenho sofrido, só eu sei não me tem metido aonde queriam porque de todo não podem pois sabem decerto que então haveria uma revolução dos bons portugueses, pois todos sabem graças a Deus que por coisa nenhuma me tem feito mudar de sentimentos nem achem fazer pois prezo mais morrer se fosse necessário do que mudar de princípios os quais são e andem ser se Deus quiser firmes mais de que uma rocha até a morte. Com isto digo tudo adeus torno-lhe que não se esqueça de nós mostre quem é.

Sua mana verdadeiramente sua amiga e fiel

64 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. “O rei chegou”. In: *D. Miguel... op. cit.* pp.104-105.

65 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. “O rei chegou”. In: *D. Miguel... op. cit.* pp.106-108.

P.S. Peço-lhe o maior segredo d'esta minha carta pois senão fico perdida⁶⁶.

Além de descrever um governo comandado com mão de ferro e sem espaço para dissensões políticas, a carta denota a coação da infanta no reinado de seu irmão. Vale lembrar que não foram encontradas informações acerca de suas ações após entregar a regência a D. Miguel - somente no fim de sua vida aparecem dados esparsos. No entanto, o historiador Ângelo Pereira, precipitadamente, afirma que, se a princípio, a infanta orbitou politicamente nas orientações constitucionais de D. João e de D. Pedro, D. Isabel Maria rendeu-se ao tradicionalismo após a chegada de D. Miguel, acompanhando-o em sua campanha⁶⁷. Não se pode afirmar pela trajetória pública para que lado da política D. Isabel Maria teria se acercado, uma vez que não foi encontrada documentação para tal. No entanto, suas cartas até 1829, em especial essa última, são consistentes com a posição que assumiu desde que se colocou ao lado do pai na varanda da Bemposta, pendendo ao constitucionalismo. Afora o silêncio da historiografia e da documentação, nada leva a presumir que a infanta tenha se voltado ao absolutismo de D. Miguel.

Da mesma forma, deve-se desconfiar de seu envolvimento nos eventos da guerra civil de 1832 ao lado de D. Miguel. Com o desfecho infeliz da querela entre Mano Pedro e Mano Miguel, o primeiro consumido pela guerra da sucessão e o outro exilado para sempre de seu reino, D. Isabel Maria voltou desgostosa para Lisboa com o intuito de se instalar no Paço com sua cunhada, a imperatriz D. Amélia. Não se sabe o motivo, mas esta não a recebeu, fazendo com que a infanta decidisse habitar na Quinta de Benfica, onde organizou a própria corte, permeada pela religiosidade e pela música⁶⁸. Tal comportamento por parte da imperatriz levou o historiador Ângelo Pereira a concluir que fosse um indício do apoio de D. Isabel Maria ao miguelismo. No entanto, o fato não foi corroborado

66 – Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-13.11.1829-IM.P.c. Carta de Isabel Maria, regente de Portugal, a d. Pedro I, imperador do Brasil. Lisboa, 13/11/1829. s.n.p.

67 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... op. cit.* pp. 546-547.

68 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. p. 549.

por nenhuma outra fonte ou bibliografia, ao passo que a documentação encontrada, especialmente a epistolar, como visto, sugere o oposto. No ínterim dos acontecimentos, D. Isabel Maria estabeleceu um forte vínculo com a sobrinha e rainha D. Maria da Glória, que a tinha em alta conta, mantendo para a tia constantemente uma guarda de honra. Mesmo distantes, as relações amistosas entre a rainha e a infanta perduraram até o falecimento de D. Maria II⁶⁹.

D. Isabel Maria faleceu solteira e sem filhos no dia 22 de abril de 1876. Foi querida pela sobrinha, D. Maria da Glória, a quem tinha na conta de soberana legítima quando esta ainda era uma criança que sequer reconheceria a tia, separada pelo Atlântico. Dos boatos amorosos e das intrigas políticas nada foi comprovado e, do pouco que se escreveu acerca dela, a quem se atribuiu estar sempre à sombra dos irmãos, ainda há muito o que se esclarecer. D. Isabel Maria foi uma governante de nuances. Sua regência se passou entre os ânimos acirrados de liberais e de absolutistas e na turbulência das relações familiares que acompanhavam os ventos políticos. Pode-se dizer, no entanto, que ela foi, assim como D. Carlota Joaquina, uma mulher com a política nas veias, e com o ímpeto para agir em meio a um século de transformações. Talvez seja exagero afirmar que a D. Isabel Maria foi um contraponto político à irmã mais velha, a absolutista D. Maria Teresa, uma vez que não era rigorosamente liberal, mas como ela mesma declarou, constitucional. No entanto, é possível afirmar que a regente foi fundamental para o desenrolar da querela sucessória entre os herdeiros de D. João VI, e que D. Pedro e D. Maria da Glória não teriam chance de lutar pelo trono de Portugal sem a sua atuação.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

69 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... op. cit.* pp. 549-550.

PRINCESS ISABEL MARIA DE BRAGANÇA: REGENT OF PORTUGAL BETWEEN D. PEDRO AND D. MIGUEL¹

D. ISABEL MARIA DE BRAGANÇA: REGENTE
DE PORTUGAL ENTRE D. PEDRO E D. MIGUEL

ANA CAROLINA GALANTE DELMAS²

Abstract:

The daughters of King John VI of Portugal and Queen Carlota Joaquina had their lives forgotten by historiography and have remained at the threshold of ostracism. Amongst the events of the political trajectories of the six infantas, the regency of Isabel Maria (1826 to 1828) can be considered the high point of the history of such princesses. Her role in the government of Portugal began with the death of her father and was marked by the disputes between D. Pedro and D. Miguel for the post. The fourth daughter of the Portuguese sovereigns assisted King John as secretary in his political functions and, as regent, sought to secure the throne for her brother D. Pedro, and later supposedly turned to the other brother. Chosen by her own father to take over the regency of Portugal, she reluctantly handed over the command of the country to D. Miguel. Unmarried to death, the infanta showed a political posture distinct of that of her mother and sisters, aligned with her father and older brother posture, and actively participated in the political events of the 1800s. Through the analysis of her personal and public trajectories, it is sought to understand its importance in the Brazilian and the Iberian political contexts, especially the relations between Brazil and Portugal. This study also seeks to contribute to the analysis of important themes of Brazilian and Portuguese historiographies through new uses and possibilities of biographies, which has been gaining space through the approaches of New Political History.

Keywords: Portuguese Royal Family; Iberian Peninsula Politics; Biographies; Sociabilities.

Resumo:

As infantas filhas de D. João VI e D. Carlota Joaquina tiveram suas vidas esquecidas pela historiografia e têm permanecido no limiar do ostracismo. Dentre os acontecimentos das trajetórias políticas das seis infantas, a regência de D. Isabel Maria (1826 a 1828) pode ser considerada o ponto alto da história de tais princesas. Seu papel no governo de Portugal teve início com a morte do pai e foi marcado pelas disputas entre D. Pedro e D. Miguel pelo posto. A quarta filha do casal de soberanos auxiliou D. João como secretária em suas funções políticas e, enquanto regente, buscou assegurar o trono para o irmão D. Pedro, tendo, mais tarde, supostamente se voltado para o outro irmão. Escolhida pelo próprio pai para assumir a Regência de Portugal, entregou relutante o comando do país a D. Miguel. Solteira até a morte, a infanta mostrou uma postura política distinta da mãe e das irmãs, alinhando-se à do pai e à do irmão mais velho, e participou ativamente dos acontecimentos políticos do oitocentos. Por meio da análise de suas trajetórias pessoal e pública, busca-se compreender sua importância no contexto político brasileiro e da Península Ibérica, especialmente das relações entre Brasil e Portugal. Tal estudo visa contribuir ainda para a análise de importantes temas das historiografias brasileira e portuguesa por meio de novos usos e de possibilidades das biografias, que vêm conquistando seu espaço por meio dos enfoques da Nova História Política.

Palavras-chave: Família Real; Política Ibérica; Biografias; Sociabilidades.

1 – Article relative to the presentation at the Center of Professional Education Hélio Augusto de Souza - CEPHAS (Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas)) on 11/16/2016, revised and enlarged text.

2 – Doctor of History from PPGH/UERJ, with post-doctoral degree from the same insti-

The histography of some of the members of the Portuguese Royal family, such as Prince Regent and King, D. João VI, D. Maria I and D. Carlota Joaquina, D. Pedro I, and although to a lesser extent D. Miguel, is well known. However, the six daughters of D. João and D. Carlota have remained practically unknown. In a large portion of the histography, their involvements with politics has gone practically unnoticed, as though no interaction whatever with the context in which they lived had ever occurred.

All of the six Infantas were born in Portugal, only some years before the Royal Family went to Brazil in the period between 1793 and 1806. Therefore, their histories are confounded with the context of Portugal, Brazil and Spain of the 1800s. Far beyond the mere political games in the hands of their parents, these Infantas became involved in the questions of the relations between Brazil and Portugal, and particularly, between Portugal and Spain. They had some say in the choice of their husbands, moved from the Court to protect the rights of their children, were exiled, regents, participated and fought actively in the problems of dynastic succession of Portugal and Spain. On salvaging their trajectories, we were able to perceive that the Infantas' involvement in questions of the Houses of Bragança and Bourbon were beyond merely acting as characters playing the roles of consorts in a marriage policy to ensure alliances.

An example of this was D. João and D. Carlota's fourth daughter: Princess Isabel Maria. Her father chose her to assume the Regency of Portugal after his death, and she was regent between the years, when she ended up handing over command of the country to her brother, D. Miguel. In the few texts written with respect to her, it was affirmed that she had regretted having supported D. Pedro and had finally taken sides with D. Miguel. Nevertheless, the documentation found appeared to point in another direction. The Infanta adopted a political posture differing from that of her mother and sisters, aligned with that of her father and older brother, and participated actively in the events, irrespective of remaining

tution with Scholarship from the Rio de Janeiro Research Support Foundation (FAPERJ).

single until her death, and therefore not becoming part of the policy of alliances by marriages.

The presence of D. Isabel Maria at her father's side began to intensify with the return of D. João VI to Portugal, a period that was troubled until the monarch's death that culminated in the Regency of D. Isabel Maria, which she saw divided between an absolutist brother and liberal brother. Her role in the plans of the regency allowed the thought that the affirmation of the historian Ângelo Pereira³, which would go almost ignored until the death of her father would be an exaggeration, or she would not have received the difficult mission of.

In the early days of March 1826, perceiving the severity of her father's illness, D. Isabel Maria would have suggested a reconciliation with D. Carlota Joaquina. In D. João's conversation with the Patriarch of Lisbon and the Pope's representative, he had agreed to and asked for her to be fetched from Queluz and brought to the Palace of Bemposta. The queen would not have denied this request but would have alleged that she was in very poor health to undertake the journey. The British ambassador, Sir William A'Court, witnessed that on presenting the condolences of the English Court a few days later, the widows and her daughters "showed health, vivacity and no trace whatever of tiredness"⁴.

The news about D. João's health began to come to light in the *Gazeta de Lisboa* on March 06, 1826⁵, in the first of the twenty-seven bulletins published between this day and his death on March 10. The medical board's first bulletins that reported the king's health problem affirmed that

3 – PEREIRA, Ângelo. "Infanta D. Isabel Maria". In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. (The ladies, daughters of the King João VI.) Lisbon: Empresa Nacional de Publicidade, (National Publicity Company) 1938. p. 105.

4 – LIMA, Oliveira. "The difficulties." In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. [D. Pedro and D. Miguel - the quarrel of the succession (1826-1828)]. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 13-15.

5 – *Gazeta de Lisboa*. Lisbon Gazette. No. 55, Março D. Isabel Maria, 1826. Lisbon: Imprensa Imperial e Real (Imperial and Royal Press), 1826. Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020. https://books.google.com.br/books?id=6u8vAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

it had improved, and that this progress remained. The situation, however, worsened. On March 7, the same periodical published a decree in its *Suplemento*⁶, which entrusted the government to Infanta Isabel Maria and councilors, and declared a State of Regency. The publication of the degree expedited from the Palace of Bemposta, on March 6, made it clear that D. João, his ministers and their counselors no longer really considered the exiled D. Miguel an option in the line of succession of Portugal. Until D. Pedro arrived in the Kingdom, the only one who remained was D. Isabel Maria.

Some subsequent bulletins continued to announce improvement in the state of health and hope of his recovery, which did not occur. Then there were rumors that the news of death had been postponed in order to allow time to publish the mentioned decree and thereby remove D. Carlota and D. Miguel from the line of succession⁷. With or without intrigues, Portugal lamented the loss and waited, depositing its hopes in D. Isabel Maria:

If you are absent afterwards; ... ah! You leave us
In the Branches, It is the Trunk on the Ground
The Fatherly Virtues; and starts
Shining in the Lusitano Hemisphere
Your People even more than the beautiful Aurora,
Or than the Virgin of the luminous Sphere,
INFANTE AUGUSTA, and Beautiful, Messenger
Of the high Venture, that you send from the People⁸.

6 – *Suplemento à Gazeta de Lisboa*. (Lisbon Gazette Supplement). No. 56, March 7, 1826. Lisbon: Imprensa Imperial e Real (Imperial and Royal Press), 1826. Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020.

7 – PEDREIRA, Pedreira & COSTA, Fernando Dore. “Os três últimos anos”. (The last three years). In: *D. João VI: Um príncipe entre dois continentes*. (A prince between two continents). São Paulo: Companhia das Letras p. 423-425.

8 – GOUVEIA, José Fernandes de Oliveira Leitão de. *Epicédio na infausta morte do senhor D. João VI*./Epicidium [funeral ode] on the unfortunate death of the lord D. João VI. Coimbra: Imprensa Real da Universidade, 1826. (Royal University Press) Com Licença da Real Comissão de Censura e oferecida à D. Isabel Maria. pp. 1-7./With permission from the Royal Censorship Commission, and offered to D. Isabel Maria. Se Te ausentas depois; ...ah! Tu nos deixas / Nos Ramos, é Tronco, junto ao Sólido / As Paternais Virtudes; e

The sisters residing at the Spanish Court soon corresponded with D. Pedro. In a polished manner, D. Maria Francisca sent her condolences on the death of the father and congratulated him on ascension to the throne of Portugal, without failing to remind him that she had a place in the inheritance of João. D. Maria Teresa, although disgusted by her seditious brother, addressed him in a letter of May 9, written on the same elegant and mourning paper used by D. Maria Francisca. At any rate, the envelope was addressed “To His Majesty the most Faithful King of Portugal, my dear brother”, who the Infanta did not fail to wish that he would return to the good path of a government that would put an end to the revolutionaries. She emphasized that this time, the place he would occupy on the throne was legitimate, although her opinion might change or reveal itself sometime later.

The Infanta then found herself at the center of the dispute for the throne of Portugal, which this time, suffered from succession problems due to the excess of heirs. D. Isabel Maria was described as a woman who led a simple and withdrawn life, whose conversation at first denoted a certain coldness and circumspection, but it became interesting and warm, as the topics revolved around her former political life⁹. In addition to the comments about her character and religiousness¹⁰, devoted a little space to the stigmas indicating that her regency was poorly conducted¹¹, and was at all times permeated with reports of health problems, especially about her

começa / A brilhar no Hemisfério Lusitano / A Teu Povo inda mais que a bela Aurora, / Ou que a Virgem da Esfera luminosa, / INFANTE AUGUSTA, e Bela, Mensageira / D’alta Ventura, que do Povo envias

9 – LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas. *Portugal Recordações do anno de 1842*. (Memories of the year 1842). Lisbon: Imprensa Nacional (National Press), 1845, p. 123-124.

10 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI*. (The ladies, daughters of the King João VI.) Lisbon: Editorial Labor, 1938, p. 122-123.

11 – LACERDA, José Maria Almeida e Araújo de Portugal Correia de. A. B. da Costa Cabral: *apontamentos históricos, Vol. (historical notes) I*. Lisbon: Typographia de Silva, 1844, p. 19. Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020. https://books.google.com.br/books?id=mSErAQAAAJ&pg=PA1&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q&f=false

supposed hysteria¹². The directions of her regency were changed by the Constitutional Charter that was granted, and by the divergences between liberals and absolutists that occurred in the kingdom. These were also felt within the Royal Family, through the quarrel between D. Pedro and D. Miguel, and the sisters' involvement in the dispute.

At any rate, D. Isabel Maria appeared to have ruled the Kingdom with a firm hand and had been active in politics even before she had been nominated Regent. A letter sent to an ecclesiastic about three months before the death of João already showed her perception about the family divided among the rights of succession:

Father Master¹³ I received your letters and a little gift, for which I certainly thank you very much; besides being very beautiful I thank you so much for remembering me.

I congratulate you on your order, which I certainly esteemed as highly as you may suppose; with respect to news you will see in the "*Gazetas*". The internal [issues] continue, as you may think. The diligences are still being done in the same way so that the letter does not go ahead, and to tell the truth, what they want is for brother Miguel to be the King, and they say that they count on the marriage with my Niece because otherwise they see that it is impossible; and that being married to her, he would soon be King; pretending [that he is not], and also that the letter will end soon, as all this is done only by free masons and that brother Miguel is the only salvation of the Nation and they all agree [that] with a person with the respect that I owe him, I do not dare to name, and with the two sisters in Spain who have more than declared themselves [in favor of] brother Miguel and against Mano Pedro, it is impossible [...] Aguiar will also say this to you or certainly much better explained¹⁴.

12 – PEREIRA, Ângelo. "Infanta D. Isabel Maria". In: *As senhoras infantas filhas de El-Rei D. João VI.* (The ladies, daughters of the King *João VI.*) Lisbon: Editorial Labor, 1938. p. 122-123.

13 – The Father Master to whom the Infanta referred was probably Fr. Antônio de Nossa Senhora da Arrábida, who was the Portuguese language teacher of both the Emperor and Regent. Born in Lisbon, he was Librarian at the Convent of Mafra. His work was admired by the Prince Regent D. João, who invited him to be his Royal Counselor. He was also the man in whom Emperor D. Pedro I placed his trust.

14 – Arquivo do Museu Imperial. (Imperial Museum Archives) Ref: I-POB-16.01.1826-IM.P.c. Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico. (Isabel Maria, in-

The Constitutional Charter was an old project that had previously divided opinions. It was the second Constitution of Portugal and had been in force for a longest time, was revoked by D. Miguel in his acclamation as the absolutist king (1828) and restored by D. Pedro in 1834. However, the absolutists who were opposed to her, and supporters of D. Miguel, against D. Pedro and the Freemasons, were aware that the smoothest way for the prince to assume the throne was through marriage with D. Maria da Glória. Furthermore, when speaking about D. Maria Teresa and D. Maria Francisca, it could be supposed that the person at the head of the movement that favored the acclamation of D. Miguel and who was not nominated out of respect, would be D. Carlota Joaquina. Apparently, there was no doubt as regards the mother's and sisters' support for the Infante, who was in exile at that time.

The content of D. Isabel Maria's letter is extremely interesting, and at the same time, open to doubt and suspicion, because it states the political disagreements with the throne so openly and in such detail, long before the death of D. João. Since the letter is stored in the Archives of the Imperial Museum and was cataloged as being genuine, there is doubt about D. João's health, which would be a reason why the plans for succession plans had been so well laid. Moreover, the letter is completely lucid and rational. There was awareness of the political intrigues between liberalists and absolutists, and the infanta appeared to know exactly who those who attacked her were, and what their purpose was. She also declared her preference for the acclamation of D. Pedro, and contrary to the other members of her family, the infanta opening affirmed that she was constitutional. The concerns of D. Isabel Maria, therefore, were directed towards protecting the kingdom of D. Miguel and safeguard it for D. Pedro and D. Maria da Glória. At the end of the letter, there is an interesting declaration. For a princess who was so aware of the political happenings and concerned about the course they were taking, in addition to being highly involved in the decisions of the kingdom - since she

fanta de Portugal's letter to an ecclesiast). Ajuda, (Help) January 15, 1826. s.n.p.

appeared to have had an active part in the government - D. Isabel Maria affirmed that she wanted distance from being in command:

If Abrantes is still there, tell him – as far as I am concerned - to stay until I tell him to come, because then I believe everything is safe and the way it is, and I do not want to see him being sacrificed because he is an honorable man, I say of Brother Pedro's party, and for this reason they promise to take his? head off, if brother Miguel comes here; would certainly have many more things to say to you, but I will tell you if I remember; now I only tell you that I would like to sit in a corner of the house eating some soup as soon as possible, rather than Govern, because night and day I have nothing but displeasure, and what preserves me is my friendship with Brother Pedro, and I also see the damage that would result in these circumstances – both to the Nation and to the right of Brother Pedro, as these are the only reasons and no others.¹⁵

The *Post Scriptum* of the letter is also interesting, because shortly after the declaration of displeasure arising from the political actions, the infant asks the ecclesiast for advice, appealing to him as a frank and faithful disciple, the renewal of her confidence in the “Father Master”: “Find a way to tell my brother to authorize me so that I can nominate some Peers that will be of his party, and not those of Brother Miguel, because the entire Chamber, with the exception of one or two, are all on Brother Miguel's side, without exaggeration”¹⁶. The consultation about the right persons for the role of Peers of the Kingdom (Deputies) however, simultaneously denotes the concern about ensuring the command of D. Pedro and some doubt about those who surrounded him. She probably sought to leave the Chamber more favorable to her older brother for the time being while the question of succession was being imposed.

Irrespective of her affections and the position she took in the midst of the family conflict, the infanta conducted her father's government with

15 – *Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico*. Ajuda, 16 de Janeiro de 1826. s.n.p. Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-16.01.1826-IM.P.c. (Isabel Maria, infanta de Portugal's letter to an ecclesiast)

16 – *Carta de Isabel Maria, infanta de Portugal, a um eclesiástico*. (Isabel Maria, infanta de Portugal's letter to an ecclesiast). *Op. cit.*

continuity, demonstrating firmness. Documents found in the Portuguese Royal Cabinet of Literature¹⁷ showed evidence that D. Isabel Maria commanded the army with an iron hand, seeking to maintain the Kingdom in order until the arrival of D. Pedro. In the period between 1821 and 1826, D. João would take steps against the highwaymen and robbers of wealthy houses; he had sought to find out the “state of the public mood” in weekly bulletins so that he could prevent dissensions, and had acted to put an end to the smuggling of products such as tobacco and soap. At the beginning of every month, he followed-up the reports of military personnel who were sick and being treated in civilian hospitals, lists and civilian and military personnel deported for political reasons¹⁸.

D. Isabel Maria persisted with the maintenance of public order, by ordering strictness in the capture of bandits and criminals, and pursued deserters by establishing a list that would make it possible for them to be recognized. Simultaneously, she ordered the authorities to proceed with care as regards meticulous analysis of passports: so that they would act with rectitude and in accordance with the regulations¹⁹. In the year 1827, the transit of military personnel was strictly controlled by means of forms and permits. Portugal and England signed a treaty about the maintenance and permanence of English troops on Portuguese soil for the length of time that would be of interest to the Portuguese people²⁰. Therefore, although the authorities had the power to demand transit permits to prevent desertions, the infanta ordered that the English troops summoned were to be treated

17 – The documents from the files of the Portuguese Royal Cabinet of Literature, cited as follows, belong to the library of Carlos Malheiro Dias (1875-1941). He was a Portuguese journalist, chronicler, novelist, short story writer, politician and historian exiled to Brazil between 1910 and 1935.

18 – Portuguese Royal Cabinet of Literature Files. Ref: ENC 7 D 26, Alguns documentos officiaes do reinado de D. João 6 (1821-1826) e da regencia da infanta d. (Some official documents from the reign of D. João 6 (1821-1826) and the Regency of Infanta D. Isabel Maria (1826).

19 – Alguns documentos officiaes do reinado de D. João 6... (Some official documents from the reign of D. João 6 *Op. cit.*

20 – Archives of IHGB. Carta de ratificação e confirmação passada pela [regente] D. Isabel Maria expondo os artigos do tratado celebrado entre Portugal e Inglaterra. / Letter of ratification and confirmation passed by [regente] D. Isabel Maria disclosing the articles of the treaty celebrated between Portugal and England. Ajuda, (Help) January 6, 1827. s.n.p.

with great respect. As the rights of troops were guaranteed, deserters were hunted relentlessly, pursued by their names and physical descriptions, captured and imprisoned. It was observed that D. Isabel Maria understood the need for a strong army in the midst of the escalating tempers. She requested that the ordinance officers who arrested the recruits should not be maltreated and that the “idle imprisoned individuals” should also be recruited. She ordered the authorities in charge to do whatever was required to maintain the order and loyalty of the army and in the streets. Another known form of command was instituted: censorship of writings. This time, an attempt was made to prevent printed subversion it could enter the kingdom:

Informing the Lady Infanta Regent that a subversive text was being printed in Paris, of which a large number of copies would be sent to this Kingdom as soon as the printing was completed, and ordering the aforementioned Lady to tell Same Lady Augusta, in Notice of 22nd of the current that the mentioned copies were apprehended, before their distribution and Sale to Your Majesty began, so that the measures that were necessary in Conformity with this, by the District of its Comarca, by informing all the Judges of this Order, and they will give me information about the Result of This Order.²¹

A little over a month after the death of D. João VI and even before the publication of the Constitutional Charter, the *Gazeta de Lisboa*²² attributed the title “King of our Lord” to D. Pedro instead if Emperor of Brazil (the use of the usual abbreviation S.M.I., was resumed later). The Regent had no doubt about recognizing the rights of the oldest brother, without questioning the wishes of the father. Similarly, no voices were immediately raised against these wishes, declared publicly by the sovereign, so many times before his death²³. D. Pedro himself turned

21 – *Regência da infanta D. Isabel Maria - (alguns documentos officiaes do seu governo (anno de 1827)*. Acervo do Real Gabinete Português de Leitura. Documento 31. Ref: 48 R 7

22 – *Gazeta de Lisboa*. Lisbon Gazette. No. 96, April 7, 1826. Lisbon: Impressão Régia, 1826. (Royal Printers) Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020.

23 – BRANCATO, Braz A. A. “La muerte de Don João y los problemas de la sucesión lusitana”. (The death of Don João and the problems of the Lusitanian succession). In: *D. Pedro I de Brasil, Posible Rey de España (Una conspiración liberal)*. /D. Pedro I of Brazil,

his interest towards the Portuguese question, proceeding as if he were in command of the administration of both Brazil and Portugal, and signing the dispatches of the latter as D. Pedro IV - which did not fail to upset the Brazilians²⁴.

However, the references to the first born in the *Gazeta de Lisboa* promptly gave way to the exchange of correspondence between D. Isabel Maria and D. Miguel. The “*Parte Oficial*”, which opens the copy of the mentioned periodical, announced that D. Miguel was informed of the news by means of a letter from the Regent sister, and the pain caused by the loss was so great that the Infante was affected by violent attacks of convulsion, losing his sleep and appetite. Only after the attacks ceased, and only the hurt and sadness remained, did D. Miguel write a brief reply to his sister.²⁵ The Emperor of Austria, out of respect for the period of mourning of the Portuguese Royal Family, ordered solemn funeral services were to be celebrated in the Imperial Chapel of the Court in Vienna, for the rest of the soul of the Lord Emperor and King João VI. With the intention of maintaining the good relations with D. Miguel as well, Francisco I sent him his condolences in the same edition of the *Gazeta de Lisboa*. Moreover, in the same new, the two letters of the mentioned correspondence between the sibling were published in full. As the Regent had, by means of the periodical, manifested her wish that the exiled Infante should not cause problems, they proceeded with publication of a short missive sent by D. Isabel Maria to her brother, who answered:

My dear Sister! Oppressed by the most profound hurt due to the irreparable and lamentable loss we have both just experienced, my only desire is to see preservation of the tranquility and unhurt respect in our beloved Country, which it so badly lacks, and which behoove the Sovereign Determinations of our beloved Father and Lord, who

Possible King of Spain (A liberal conspiracy). *Porto Alegre EDIPUCRS, 1999. p. 259.

24 – LUSTOSA, Isabel. “Portugal x Brasil”. In: *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter/ a hero without any character*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 278. (Company of Letters

25 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 98, 27 de Abril de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

God was Served by calling him to himself: and having stated that I am intimately convinced of the recognized and pure fidelity, which the honored and proud; Portuguese Nation always gave their paternal and legitimate Sovereigns, I have anyway reflected on the possibility that some persons with evil intentions and sinister and reprehensible purposes, seek to exercise disloyal and criminal upheavals in these Kingdoms, perhaps making use of my name to conceal their pernicious designs²⁶.

As may be observed, the exchange of correspondences began with explicit civility and with calculated demonstrations of respect. In the immediacy of the death of D. João, and in the midst of political uncertainties, there was the need to affirm that the Infant would not be part of the seditious movements and would place the wellbeing of Portugal above everything. Prudently, he reiterated respect for their father's wishes with regard to the Regency, without losing the opportunity to point out that the power had not been delegated directly and exclusively to the sister, but rather to a Junta of Government. He also declared respect of the right of succession of his brother, closing the letter with the following wishes, which denoted that it was written with the purpose of being divulged and pacification of the political scene, although momentarily.

I therefore ask you, my beloved sister, that in the unlikely case that someone has the nerve to dare abuse my name into serving as a cover for subversive projects against good order, and the legal existence of the Junta of Government, established by the One Who had the indisputable right to institute it, to make public and declare when, whom, and where it would suit, by virtue of the present letter, the sentiments contained in it, emanated spontaneous from my spirit and inspired by the fidelity and respect owing to the memory and the last wish of our beloved Father and Lord.

I ask God, my beloved Sister that he Guards you for long ears, as your brother desires for you, your most loving and longing brother, Miguel²⁷.

26 – *Gazeta de Lisboa*. Lisbon Gazette. No. 98, April 27, 1826. Lisboa: Imprensa Régia, 1826. (Royal Printers) Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020.

27 – *Gazeta de Lisboa*. Lisbon Gazette. No. 98, April 27, 1826. Lisboa: Imprensa Régia, 1826. (Royal Printers) Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020.

At the time, D. Isabel Maria was president of a Regency Council. The Infanta followed the political guidance of D. João VI, by keeping herself on the side of the moderate persons of the liberal party who had been chosen as ministers of the late King. After the sudden death of the governor, the infanta withdrew herself to the station of “Caldas da Rainha” for a brief period to recover her nerves.²⁸ As soon as she returned to Lisbon, she wrote to her brother D. Miguel again, on July 19, with respect to the letter of June 14.

I highly esteem that my dear Brother will approve the decision I took and ordered publication of your appreciated letter of April 6, as soon as I received it; and this measure product a thankful effect on the Public, which I expected. My dear Brother, my main object is, and always was, cut down intrigues, unite our Family, and make it increasingly loved by a Nation gifted with the most beautiful qualities that in all the centuries of the Monarchy distinguished it at all times, and in these latest times some men, as ambition as they are perverse, sought to disorientate and lose²⁹.

At that moment, the exchange of correspondence between the exiled and regent transmitted a supposed calm in which D. Pedro was seen as the heir of Portugal. The need is perceived for a change of courtesies to maintain the calmness of tempers, or at least, maintain the conflicts in suspension. In addition to the demonstrations of peace, the text of the letter recommends continuation of the government of D. João. One perceives the request - or warning - of the Infanta to her brother that he should allow the actions of the regency government to follow the wishes of the late Sovereign. Furthermore, in the same letter, D. Isabel Maria thanks the Infante for the confidence placed in her. D. Miguel sent his sister his full power to administer the “*Casa do Infantado*”, (House of the Infantes), his property, in his name, in addition to the authorization that she should proceed with the division of their father’s assets. Apparently,

28 – Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, pp. 529-530.

29 – Carta de D. Isabel Maria a D. Miguel *apud* Ângelo Pereira./Letter from D. Isabel Maria to D. Miguel *apud* Ângelo Pereira “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos...The children.... Op. cit.* pp. 530-532.

he would have asked the Regent to take the administration onto herself, which previously was in the hands of the government, and this request would give her the strength to perform the task with dignity, promising to perform it with the greatest zeal. And, as always, the correspondence ended with wishes for health, long life and swearing longing.

Contrary to what appears to have happened with D. Miguel, whose correspondences found with date after the death of D. João, D. Isabel Maria and D. Pedro had been exchanging missives since the times of the Independence. However, the correspondence found in the Archives of the Imperial Museum denoted more intimacy and friendship, even when dealing with matters of State. Whether in long or short epistles, the Infanta D. Isabel Maria also acted as a type of interlocutor between her brother and father. The correspondence encompassed congratulations on the births of nieces and nephews and even orders:

If my brother wishes to order something, the tobacco she still uses or any other thing, I am ready. My brother well knows that I ask him to tell Marcus that on my part I always remember him and his music, because here there is none that I miss very much. Now here is a petition of mine, if my brother could send the organ here, which was in the house of the statues and that no one other than I played, you would do me a great favor. You do not have to feel angry with me, because I ask this of you, which is the confidence of a sister who is your very good friend.³⁰

D. Isabel Maria referred to the composer Marcos Portugal, who was one of the music teachers of the infantas. It is interesting to see her referring to the master in such an informal manner and observe her attachment to the instrument she had left behind. At any rate, the correspondence demonstrates affinity and complicity between the siblings, which may help to explain the unconditional support the Infanta offered D. Pedro.

Some years later, with the death of D. João VI, the tone of correspondence became aggravated. Since the first times as Regent, the

30 – Cartas de d. Isabel Maria, infanta de Portugal, a d. Pedro I. Queluz, 09/07/1822. Arquivo do Museu Imperial. Ref: I-POB-31_03_1822-IM-P.c 1-4

Infanta positioned herself on the side of D. Pedro; a different posture was assumed by D. Carlota Joaquina and the other infantas. In the same way as the uncle, D. Fernando VII, King of Spain, they immediately placed themselves on the side of D. Miguel. And, in the same way as in the Royal Family and the people, the external relations of Portugal were also divided. The problems of succession to the Portuguese throne caused by the separation and by the Independence of Brazil caused different expectations. England and Spain intended resolving the question in almost opposite ways. The former was prepared to recognize the legitimate sovereign of Brazil Emperor D. Pedro I by the abdication of the European crown in favor of his daughter, D. Maria da Glória. In its turn, Spain, as well as Austria, without having recognized the Independence of Brazil and its status of Empire, intended to see the absolutists infante D. Miguel acclaimed³¹.

However, Oliveira Lima judged that the use of the title Emperor of Brazil by D. João did not constitute a paternal vanity, as has previously been affirmed, but rather a “a thin designation” of a political nature. He had intended that after his death, D. Pedro would reunite all the titles of King of Portugal and Algarve, to which his son had granted him honorably. If the father intended to reunify the crowns, his plans went in opposite directions. To D. João, the center was Portugal while to D. Pedro, Brazil would always be preponderant. Doubts about the succession had arisen in Portugal long before the death of the sovereign; the Kingdom was divided between the absolutists who believed that D. Pedro had lost the right to the throne on choosing to remain in the former colony, and the constitutionalists who did not desire a return to the old system³².

Although the best-known plan for resolving the problems of succession would be the acclamation of D. Maria da Glória, the possibility

31 – LIMA, Oliveira Lima. “A atitude das potências estrangeiras.”/”The attitude of foreign powers” In: *D. Pedro e D. Miguel – a querela da sucessão (1826-1828)*. [D. Pedro and D. Miguel - the quarrel of the succession (1826-1828)]. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 25-27.

32 – LIMA, Oliveira Lima. “A atitude das potências estrangeiras.”/”The attitude of foreign powers” In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* Cit. pp. 27-29.

of the acclamation of D. Isabel Maria was also put forward. The liberals called for D. Pedro, but they were far more satisfied with D. Isabel Maria than with D. Miguel. Some preferred D. Maria da Glória, who governed at the side of the absolutist uncle - a marriage that had been cogitated since before the time of D. João's death, with D. Pedro asking his father to send the brother to Brazil for this purpose³³. There was also the possibility of uniting D. Maria da Glória with her cousin D. Sebastião (son of D. Maria Teresa and D. Pedro Carlos), which could mean another absolutist King consort. Considering the two possible husbands of the Princess of "*Grão-Pará*", the liberals saw a liberal and legitimate alternative in D. Isabel Maria. However, the European powers were inclined towards the abdication of D. Pedro in favor of the daughter. The Regent, in turn, fought to impose her command in the midst of the ministers of the regency, and under accusations that she allowed herself to be influenced by the ultraliberals. Between intrigues and rumors, the Infanta is known to have sought to conserve the regency safe until the decision came from brother D. Pedro. And this decision was the fuse that was missing to make the parties position themselves in the dispute for the crown of Portugal³⁴.

It is necessary to point out that, at the core of the dispute, there was still the question of the Independence of Brazil, separating the two crowns and placing D. Pedro as the legitimate sovereign of Brazil. Remembering that the fundamental principle of the Portuguese Monarchy was that the Kingdom could not be passed to foreign princes, which could be noted in all the maneuvers executed to prevent the crown from falling into

33 – Carta de D. Pedro a D. João VI. (Letter from – to In: *Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Nação Portuguesa./Diary of the General, Extraordinary and Constituent Courts of the Portuguese Nation Segundo ano da Legislatura./Second Year of Legislature Tomo Sétimo./Seventh Tome* Lisboa: Imprensa Nacional (National Press), 1822, p. 123224. Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020. <https://books.google.com.br/books?id=w0ZFAAAAYAAJ&printsec=frontcover&dq=Diario+das+cortes+geraes+e+extraordinarias+da+nac%C3%A3o+portuguesa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjZy5a1t-rrAhXjIlkGHRAhAOAQ6AEwAXoECAUQA#v=onepage&q=Diario%20das%20cortes%20geraes%20e%20extraordinarias%20da%20nac%C3%A3o%20portuguesa&f=false>

34 – LIMA, Oliveira. "As atribuições e ambições de D. Isabel Maria." / The attributions and ambitions of D. Isabel Maria." In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 48-51.

Spanish hands. However, in the Treaty of Rio de Janeiro, signed in 1825 to “reestablish the peace, friendship and good harmony between brother peoples, so that the most sacred ties may conciliate and unite them in perpetual alliance”³⁵, there is no mention whatever of renouncing the Portuguese crown. Although the treaty separated the two kingdoms, it left a door open to D. Pedro I in the line of succession in Portugal, as D. João VI had wished³⁶.

The broad nature of the document protected the friendship between the kingdoms and left the questions of succession open. However, D. Pedro’s rights to the Portuguese crown became doubtful in the eyes of the Portuguese when he rebelled against his father and the State. There were those that argued that D. Pedro had never lost his Portuguese nationality, especially with independence already carried out with the approval and at the convenience of D. João³⁷. The fact is pointed out that the two countries were separated in every way, except by communication between father and son. The legitimacy of D. Pedro resided in doubts, in the wish of those of desired to see D. Miguel dislodged from the Portuguese crown, and in the wishes that the firstborn should occupy his place in the government of Portugal. Moreover, there was the fact that D. Miguel was exiled and had conspired against his father and the State. The Portuguese Crown was in fact, therefore, found to be between a liberal usurper and an absolutist usurper. Aside from the family feelings that made D. João proud of his son Emperor, who had asked him for his blessing for Independence, and disgust for the other son who had tried to steal his only remaining crown, both had struck a political blow against their father.³⁸

35 – The treaty of friendship and alliance between the King Lord D. João VI and D. Pedro I, Emperor of Brazil, made by mediation of his British Majesty, signed in Rio de Janeiro on August 29, 1825, and ratified by Portugal on November 15 and by Brazil on August 30 of the said year. Available at site http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1825/b_2/ Accessed on 08/30/2020.

36 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.”/The legal aspect of the succession” In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 52-53.

37 – COSTA, Sérgio Correia da. “D. Pedro e a coroa de Portugal”./“D. Pedro and the crown of Portugal” In: *As quatro coroas de D. Pedro I.* /The four crowns of D. Pedro I. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1940. pp. 164-166.

38 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.” In: *D. Pedro e D. Miguel... Op.*

D. Pedro, in turn, had apparently never considered Independence as an act of betrayal to D. João, especially if we observe the exchange of correspondences that indicate the king of Portugal's consent. Perhaps, this is why, the balance on the paternal side had tended towards favoring D. Pedro, especially after Vilafrancada (1823) and Abrilada (1824), as can be seen in the articles of the Treaty of Rio de Janeiro (1825), signed with D. Miguel already in exile. In her turn, D. Carlota and the infantas D. Maria Teresa and D. Maria Francisca did not take these arguments into account. They defended D. Miguel and the absolutists ideals, and only in fact expressed their views about Independence after 1825, as may be seen in their correspondences.

Returning to the plans for the marriage of D. Miguel with D. Maria da Glória, the infante in his turn, was not satisfied with occupying the place of consort. Therefore, he was impeded from participating in the government and even the royal title as long as the marriage did not take place. However, after the Treaty of 1825, it was also understood that the designation of D. Pedro as D. Pedro IV of Portugal was stripped of legal value, and so was his abdication in favor of D. Maria da Glória. D. Miguel was, in fact and by right, the male heir of the Bragança dynasty.³⁹ Between two male heirs attempting a coup, a single infanta, who was fifth in the line of succession (D. Miguel being the sixth), and a “foreign” princess born in the former colony, it is difficult to pinpoint exactly who had the rights to the Portuguese throne. The Courts had the authority to decide and change the laws of Portugal, if necessary, but were caught in the crossfire between the claims of absolutists, liberals and constitutionalists.

The Constitutional Charter of the Portuguese Monarchy was published in April 1826, decreed and granted to the Portuguese by a D. Pedro already entitled “King of Portugal, Brazil and Algarves, and Emperor of Brazil”⁴⁰,

cit. pp. 54-57.

39 – LIMA, Oliveira. “O aspecto jurídico da sucessão.” In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 58-59.

40 – *Constitutional Charter of the Portuguese Monarchy Decretada e dada pelo Rei de Portugal e Algarves D. Pedro, Imperador do Brasil, ao 29 de Abril de 1826./Decreed*

who appeared to have no doubts about the legitimacy of his place in the line of succession to the Portuguese throne, as well as that of his daughter. The granting of the Charter and the abdication in favor of D. Maria da Glória dissatisfied the supporters of D. Miguel and dashed their hopes for the restoration of absolutism. The new constitution imported from Brazil cause dissatisfaction within and outside of Portugal. Divided about the legitimacy of the rights of the two brothers to the throne, the powers were unwilling to enter conflict because of the new Constitution⁴¹.

In the meantime, D. Isabel Maria continued at the head of the regency; It was necessary to govern the country, irrespectively of whether it was in the name of D. Pedro, D. Maria da Glória or of D. Miguel. As we have seen, the *Gazeta de Lisboa* was used to disseminate the government's actions and calm down tempers. Various items of correspondence between the Regent and her brother D. Miguel were published, such as the part of the letter that opened to issue of July 15, 1826.

But it is not only from this side that I have highly esteemed your Letters; it is also for the grateful affection that they produced in the good Portuguese, (and they are the larger number), and by the terror that they induce in those who are perverse, and give the false and deceptive appearance of being Mano's friends, desire scenes of blood and horror to see whether, in the midst of a revolution, and disorder, they would be able to satisfy their anger against innocent [people], and improve their fortune⁴².

In the same letter, D. Isabel Maria reiterates that she does not wish to reign and that she is carrying out her father's orders, awaiting the decisions of her brother, emperor and legitimate successor to the crown. In a most

and given by the King of Portugal and Algarves D. Pedro, Emperor of Brazil, on April 29, 1826. *Correta e fielmente reimpressa segundo a edição autêntica da Impressão Régia.* / Corrected and faithfully reprinted according to the authentic edition of the Royal Printers Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1826. pp. 3-4 Available at <https://archive.org/stream/cartaconstitucao00port#page/22/mode/2up/search/94> Acessado em 30/08/2020.

41 – LIMA, Oliveira. "A outorga da Carta." / Granting of the Charter In: *D. Pedro e D. Miguel...* *Op. cit.* pp. 60-67.

42 – *Gazeta de Lisboa*. Lisbon Gazette. No. 164, April 27, 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. (Royal Printers) Available on the Google Books Platform. Accessed on 08/30/2020.

direct manner, after briefly touching on the subject of the administration of “*Casa do Infantado*”, and the end of the listing of the inventory of D. João’s assets, the periodical published the first part of the Constitutional Charter of the Portuguese Monarchy. It was yet another public declaration that in spite of the confused political situation, the Regency and Infanta were on D. Pedro’s side.

For this purpose, the plans of the Emperor of Brazil and the Regent of Portugal were being followed so that she would remain Regent until Princess D. Maria da Glória became a major, at 25 years of age. However, a few years before the death of D. João, at the height of his grudge against the Portuguese, the infante had declared that to Portugal, he would only yield his third son if he were to have one. He would reserve the firstborn and the second born for Brazil because he was surer of the maintenance of the dynasty in America. However, after the death of D. João, the Emperor rapidly concerned himself about guaranteeing the European throne for his firstborn. D. Miguel was in exile, where he would remain for 7 years, until 1831. He would, however, be 25 years of age in 1827, attaining majority that would enable him to be Regent. With the uncertainties surrounding succession, D. Pedro and England sought to keep the Infante in Vienna for the maximum length of time possible, until the political situation went in the direction they desired. It could, therefore, be perceived that D. Pedro sought to safeguard the rights to the two crowns and prevent his brother from becoming king in Europe. And to do this, he counted on his sister’s help.⁴³

To extend the Infanta’s regency until D. Maria da Glória came to the throne, they sought to take advantage of the fact that the Liberals were in a more advantageous position, and that the Absolutists would be considered rebels on challenging if they were to challenge the position of D. Pedro. Since it was necessary to win the loyalty of the army, which was already in a rebellious state, the rumor was spread that the government D. João had organized for the regency had tried to oppose the Infanta’s

43 – LIMA, Oliveira. “A interinidade constitucional.” In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 71-72.

appointment as the sole regent. The rumor led to the colonels of the major portion of the capital's line regiments and the various militia regiments to speak out in favor of D. Isabel Maria to support her in her role as Regent⁴⁴. Moreover, the proclamation was published in the *Gazeta de Lisboa*, on August 1, 1826:

Portuguese people! By the Constitutional Charter, which you have just sworn, I am called to the Regency of these Kingdoms during the minority of My August Niece, and our Legitimate Queen, Lady DONA MARIA DA GLÓRIA. As the First Subject, it is my first duty to put into immediate and vigorous effect, the Wise Constitutional Charter which, from the Height of His Throne, he gave his Portuguese subjects, My August Brother, and our Legitimate King, the Lord Dom Pedro IV, whose Glorious Name is repeated with admiration, respect and awe in America, in Europe, and in the whole World! I will therefore comply, and will enforce this immortal Constitutional Code, the only Way Out for our Political Salvation. Damned be whoever opposes it. The Law will punish you without mercy; and I will be as relentless as the Law⁴⁵.

The Regent affirmed that her ambition was only to restore the glory of Portugal, and that she had sacrificed her health for her country, and would sacrifice life itself if necessary. She also asked the Portuguese people to support her Regency until her niece arrived. The message was published. The political direction of the Regency was constitutional, and the Charter was described as the savior of the Portuguese nation. In addition to D. Pedro's abdication from his role as legitimate successor, D. Maria da Glória was declared a legitimate sovereign, and in the same sought to establish the unquestionable nature of D. Isabel Maria's regency in her niece's name. Everything was arranged so that D. Miguel would stay out of the government in case he did not swear to the Constitution and contract a marriage to the princess of "*Grão-Pará*". To guarantee that the events would occur within this planning, the government affirmed that as

44 – LIMA, Oliveira. "Os embarços domésticos."/"The domestic embarassments". In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 93-94.

45 – *Gazeta de Lisboa*. Nº 178, 01 de Agosto de 1826. Lisboa: Impressão Régia, 1826. Disponível na plataforma Google Books. Acessado em 30/08/2020.

soon as D. Miguel swore an oath to the Constitutional Charter, he would begin to enjoy all the rights this reserved for him⁴⁶.

However, the Infanta felt the need to justify her place in the regency of Portugal, alleging that her conscience was at ease, and affirming that the reason for the lack of correspondence on the part of D. Pedro I could only be due to lack of time, and not because of any displeasure he felt about her actions. Apparently, there were problems in communication between the sibling, whatever the reasons might have been. Several months after the Constitutional Charter had been granted, D. Isabel Maria wrote a long letter to D. Pedro I:

From the public papers my dear Mano will know by now what has happened in Portugal since the Wise Constitution that Mano generously granted to these Kingdoms was sworn, which they needed so much and without which, Portugal was lost; and I would have been lost if that Constitutional Charter had not been granted among us, which despite the efforts of the Holy Alliance, Apostolic Board and their agents in this Kingdom, I do not expect. In the same public papers Mano would see the Proclamation I made and published on August 1: Proclamation that saved this Capital from swimming and blood, and that was received with the most lively enthusiasm and with the greatest approval and applause possible. In my previous letter I explained to my dear Mano that I understand that I should take that first step because Article 22 expressly states that - During the minority of the King (or Queen) the Kingdom will be governed by a Regency, which will belong to the closest relative of the King or Queen, according to the order of succession and who is older than twenty-five years. Who could, therefore, dispute with me the Regency during the minority of my Niece Augusta? It is not my fault that I was born before Mano Miguel.

Secondly, because if brother Miguel, could not rule the Kingdom even after he was married to my dear niece; how could he govern it during her minority?

46 – LIMA, Oliveira. “Os embaraços domésticos.”/”The domestic embarrassments”. In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 100-101.

Thirdly, If, according to article 100, as it would appear to me, brother Miguel cannot be Tutor, how can he be Regent⁴⁷?

The meticulous attention to the articles denotes that she kept herself well informed politically, concerned with details and with the need to have her Regency well-grounded and supported, even in the face of her allied brother. Another important point revealed is the Regent's autonomy, at least during the first months of her government. The historiography leads us to believe that the actions of D. Isabel Maria had been stipulated by D. Pedro. However, it is understood that in view of the circumstances, the infanta acted without waiting for instructions or the consent from the Emperor. In view of the necessity, she acted first in order to ask afterwards, perceiving that with the Constitutional Charter in hand, it could be too late to wait for news from Brazil:

If I did not declare myself Regent during the minority of my dear Niece, and my Legitimate Queen, but only temporarily, this step would be extremely unpolitical, and dangerous because the “*Infantistas*” would relax, and would become prouder and bolder; the true friends of your homeland, of your rightful king, of your rightful queen, and of the Constitutional Charter would undoubtedly fade, and I can assure my dear Mano, that if I had not taken that step, it would not be long before all were lost: because it is necessary to speak clearly - the counts of Porto Santo, Murça, Barbacena are declared enemies of any and all Constitutional governments, as well as Patriarch, Duke and Count of Arcos; and all of those in agreement have tried to direct things in such a way that if the constitution had not been sworn, or if the oath had not at least been postponed as long as possible, to gain time. And this would have been done, this would have been achieved, if it had not been for my diligences, my assiduous efforts, and the measures that I adopted, without consulting Governors, and Secretaries of State. The only person who knew about that Proclamation was Lacerda, at that time the only one whom I did not suspect and with reason. His shortcomings are of another nature⁴⁸.

47 – Arquivo do Museu Imperial.(Imperial Museum Archives) II-POB-14.10.1826-IM.P.c. Letters of Isabel Maria, infanta of Portugal, to D. Pedro I, Emperor of Brazil. Palace of Ajuda, 10/14/1826. Arquivo do Museu Imperial.(Imperial Museum Archives) 10/14/1826.

48 – Letters of Isabel Maria, infanta of Portugal, to D. Pedro I... *Op. cit.*

The tone of justification for reiterating the Regency before the Portuguese people resembled that of the letter he sent to his father, in which D. Pedro himself justified his actions with regard to the proclamation of Independence and his acclamation as ruler, by the people. The direction of her loyalty also changed slightly: although she continued to call D. Pedro a legitimate king, it was to her niece that the Infanta expressed her allegiance several times. In the aforementioned letters to D. Pedro I during the last months of 1826, it is also observed that although the idea was not new, the action of proclaiming herself Regent in the name of her niece, and no longer provisionally, as she had been appointed by her father, was D. Isabel Maria's idea.

Therefore, if there had been time for D. Pedro to try to articulate the government for D. Maria da Glória, it appears to have been due to the actions of D. Isabel Maria. With great capacity for observation, exactly as was described by Prince Lichnowsky⁴⁹, her political considerations were extremely sharp and perspicacious. No one had spoken directly to D. Pedro about D. Miguel. While D. Pedro believed in his brother's character or more probably thought that he was capable of controlling him, D. Isabel warned him of the dangers coming from Vienna. Complaining about the intrigues of the Ministry of the Holy Alliance, he declared:

I am also told that Mano Miguel, induced by those who wish to flatter him, appears to be determined to protest against my Regency during the minority of my Legitimate Queen. He intends to show that the Regency belongs to him: proving it is impossible.

Mano Miguel has not yet sworn in the Constitution: if he does not want to swear it in, he cannot be considered Portuguese. If he swears it in, and it is as it should be, by the arrangements and determinations of My dear Mano, and our Legitimate King, he cannot be Regent, for the reasons pointed out above, some based on the Constitution, others on Politics, and public utility. I must speak clearly to my dear Mano and King - the moment Mano Miguel enters Portugal, Portugal will swim in blood and all will be lost; he must not enter Portugal before our Legitimate Queen has come of age to reign, marked by

49 – LICHNOWSKY, Felix Maria Vincenz Andreas. *Portugal: Recordações do anno de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845. pp. 123-124.

the constitution: at least until the Constitutional System has been established and is secure among us: otherwise, I repeat, all is lost ... For the love of God, my Mano, be under no illusion about this⁵⁰.

The regent was not entirely against the acclamation of D. Miguel as King of Portugal, judging him to be second in the line of succession, but she appeared to be more aligned with the older brother, the firstborn. In this correspondence that mixes the public and private aspects of the infanta, it is interesting to note the sharpness of her political senses, and at the same time the insecurity of a younger sister.

However, I beg Mano by all that is most sacred, I would like you to declare to me whether [you] approve of the step I took - If you approve of it, [I] ask on my honor, my sensitivity, and my success that my dear Mano Declare this to the English and Austrian governments, as well as to brother Miguel to his govern and mine. If you do not approve of it, I would also like Mano to declare to me, so that I can take my measures: measures that summed up simply, will be to withdraw myself to the “*Convento da Estrela*”, before I am sent there, as they wish.

I do not have the slightest ambition to rule; I have never had it; and now that I know what it is, if I ever had any, it would certainly have vanished completely. If I had had the ambition to reign I would not have indignantly rejected the proposal to be acclaimed Queen, made in June - My answer was - I do not want what is not mine: if my August Brother the Emperor of Brazil does not want to accept the Crown of these Kingdoms, it then belongs to my Brother the Infante D. Miguel. I do not want to hear talk about such a project. You should withdraw.

They already had proclamations ready to post in this Capital and in the entire Kingdom on the same day. And how could I agree to such a criminal project, if I were the one who had the courage to leave with brother Miguel, on April 30, 1824 when he tried to take the crown from our August Father? His hatred and anger against me dates back to that time. This fury, and this hate honors me ⁵¹.

Separation by an ocean and the lack of agility in communication contributed to the need to strengthen communication. To reiterate the

50 – Letters of Isabel Maria, infanta of Portugal, to D. *Pedro I...* *Op. cit.*

51 – Letters of Isabel Maria, infanta of Portugal, to D. *Pedro I...* *Op. cit.*

bonds of trust, the regent stated that D. Pedro could be sure that his orders would be carried out, that she would never fail in the duties of a faithful subject and a loyal Regent. The question leads to another point raised by historiography: that the Infanta would have adhered to the cause of D. Miguel and absolutism after the government had been taken over by the Infante. It is difficult to accept that such a change in behavior could have occurred after the enmity transcribed above.

Despite the fears of D. Isabel Maria, the plan of the oath of D. Miguel recognizing the rights of her brother and niece as followed. The marriage between D. Miguel and D. Maria da Glória was a conciliatory solution, seeking to annul the opposition of the infante's supporters in relation to the queen. However, this maneuver, which gave liberals great hope, would not have the desired effect. In no way did it cool the realists tempers⁵².

Irrespective of its effects, this an oath took place on October 4, 1826 in the presence of the baron of Vila Seca, royal minister in Vienna and representative of D. Pedro. The marriage between D. Miguel and D. Maria da Glória took place on the 29th of the same month, also in Vienna. Between the two acts of condescension, by means of a petition, the infante claimed the provisional rule provided for in the Constitutional Charter⁵³, in Article 92: "During her minority, the Kingdom will be governed by a Regency, which will belong to the relative closest to the King, according to the order of succession, and who is older than twenty-five years of age"⁵⁴.

Although the regency was safe at that moment, D. Pedro's uncertainties and lack of decisions also agitated the international scene. The powers demanded a resolution concerning the succession. D. Pedro

52 – BRANCATO, Braz A. A. "La muerte de Don João y los problemas de la sucesión lusitana". (The death of Don João and the problems of the Lusitanian succession). In: *D. Pedro I of Brazil...* Op. cit. pp. 276-280.

53 – LIMA, Oliveira. "O juramento do infante." In: *D. Pedro e D. Miguel ...* Op. cit. pp. 119-123.

54 – Constitutional Charter of the Portuguese Monarchy Op. cit. pp. 3-4. Accessed on 08/30/2020.

did not return to Portugal personally, nor did he send his daughter. Not even D. Isabel Maria was free to act, which alarmed her in the face of a possible change in plans by Great Britain if she concluded that the only possible authority during the Queen's minority were that of D. Miguel⁵⁵.

The emperor remained reluctant to send D. Maria da Glória to Portugal and, in her place, he sent a ship to fetch his brother. D. Miguel, however, shielded himself with the opinion of the emperor of Austria, who advised him to wait for new requests from the other European courts, which demanded that the regency of Portugal had to be handed over to him, and would no longer need to wait for D. Maria da Glória's condition of being marriageable. At the same time, the Portuguese absolutist party would not be content with the acclamation of D. Miguel as king consort and would seek real acclamation and the fulfillment of his rights. The constitutionalists and liberals, who had hopes about D. Isabel Maria and D. Maria da Glória, understood the danger posed by the infant's refusal to go to Brazil. Conflicts were raging and English troops were preparing to repel a foreign invasion and guarantee the regent's safety in their capital⁵⁶.

Portugal relied on British troops to support the constitutional regime, but it was feared that the arrival of a triumphant D. Miguel would lead to the loss of everything. The Infanta complained about the international politics of her office and was alarmed by the Infante's arrival in Lisbon. In turn, the emperors of Brazil and Austria exchanged correspondence about the establishment of D. Maria da Glória and D. Miguel in the Portuguese capital, and of D. Isabel Maria's journey to Rio de Janeiro, in order to help her widowed brother with raising and educating her nephews. On perceiving the real situation of the kingdom, and knowing the effect that the presence of the younger brother could cause, the regent sought to

55 – LIMA, Oliveira. "Preparativos da regência de D. Miguel./Preparations for the Regency of D. Miguel Mudança de ministros."/ Change of Ministers In: In: *D. Pedro e D. Miguel - a querela da sucessão (1826-1828)*. [D. Pedro and D. Miguel - the quarrel of the succession (1826-1828)]. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 161-165.

56 – LIMA, Oliveira. "Palmella e Saldanha." In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 173-175.

resist the collapse of the army: the Bank of Portugal suspended payment of the employees and the troops' salaries were paid with the proceeds received from the sale of the Infanta's jewelry.

The scales then began to tip in favor of D. Miguel. D. Pedro's indecision cost him supporters every hour, especially with rumors of the loss of support from the English. Each day, the country tended towards sympathy for the Miguelists, and allowed the resentment about Brazil's independence to flourish. In view of her brother's indecision, and despite his instructions, the regent declared her post to be definitive and began to act, at least until the course of things changed⁵⁷.

In the end, D. Pedro gave way to pressure from the other European powers and appointed D. Miguel a lieutenant on July 3, 1827, by a decree that gave him all the powers that the king would have. This being so, D. Isabel Maria's Regency occurred due to the absence of a sovereign in the kingdom rather than because of the minority of the infanta. D. Pedro requested the King of Great Britain and the Emperor of Austria to protect the situation in Portugal, but he also took steps in an attempt to restrict his brother's actions. He made it known that the infante would have his title revoked if he served the purposes of the seditious factions and violated the rights of the emperor and of D. Maria da Glória. D. Miguel accepted the conciliatory terms and thereby aroused some suspicions, in addition to raising a new fervor in the political tempers. Opinions and positions remained divided, and the Courts were summoned to swear in the oath to the Constitutional Charter in December 1827, but would wait for the infante until February 1828⁵⁸.

In the beginning of the year 1828, the scale tipped even further in favor of D. Miguel. England began to lose interest in the situation

57 – LIMA, Oliveira. "A próxima vinda do infante." / "The infante's next coming". In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* pp. 176-179.

58 – LIMA, Oliveira. "O infante feito lugar-tenente." / "The infante made a lieutenant. Imminência da borrasca." / "Imminence of the storm .. In: In: *D. Pedro e D. Miguel - a que-rela da sucessão (1826-1828)*. [D. Pedro and D. Miguel - the quarrel of the succession (1826-1828)]. São Paulo / Caieiras / Rio de Janeiro: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1925. pp. 13-15. (Improvements of São Paulo) pp.218-222.

in Portugal, especially after the death of its main interlocutor, Lord Canning⁵⁹. The realistic troops, loyal to D. Miguel and discontented with the ministry chosen by the Infanta, promoted uprisings in the majority of the provinces of Portugal. The infante was acclaimed in different cities and towns, and officers of the insurrected regiments swore in writing that they would defend the legitimacy of the Infante⁶⁰. The strongest support provided by another power came from Spain, in the figure of Uncle D. Fernando VII, who helped the troops with the necessary aid⁶¹.

After passing through Paris and London, D. Miguel reached Lisbon on February 22, 1828, where he was received with warm acclamations. After taking office as D. Pedro's lieutenant, the infante took the oath prescribed in the Constitutional Charter on February 26, 1828, assumed the regency and relegated D. Isabel Maria to private life⁶². D. Miguel himself assumed the position of regent of a troubled Portugal, with the movements of Vilafrancada and Abrilada⁶³ contained in his political baggage. Despite the promises made to the European powers, the popular acclamations, ultra-realist movements, periodicals and pamphlets in defense of his rights to the crown led D. Miguel to abolishing the Constitutional Charter and acclaiming himself to be King by right. The discourse of D. Miguel's supporters proclaimed that the exiled prince had returned by Divine Providence and the laws of the kingdom had made

59 – LIMA, Oliveira. “A caminho do poder.”/The road to power. In: *D. Pedro e D. Miguel... Op. cit.* p.238.

60 – *Aclamação de D. Miguel Rei de Portugal pela Divisão Realista do Alentejo* Apud.; *Acclamation of D. Miguel King of Portugal by the Royalist Division of Alentejo* Apud. Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El-Rei D. João VI.* (The children of the King João VI.) Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, (National Publicity Company) 1946. p. 532-533.

61 – *Aclamação de D. Miguel Rei de Portugal pela Divisão Realista do Alentejo* Apud.; *Acclamation of D. Miguel King of Portugal by the Royalist Division of Alentejo* Apud. Ângelo Pereira. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos...The children.... Op. cit.* pp. 534-532.

62 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos...The children.... Op. cit.* pp. 539-532.

63 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. “O Regresso a Lisboa”. In: *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. Coleção Reis de Portugal. pp. 24-25.

him king⁶⁴. The infante regent promptly appointed a new ministry, with a core of D. Miguel's supporters, and the environment began to become absolutist. And the unanimity of the infante was reported by both liberals and realists: he was enthusiastically acclaimed in the streets⁶⁵.

D. Isabel Maria, who tried to assume neutrality and protect herself, was in an especially delicate situation, as she explained in a letter to D. Pedro dated November 13, 1829:

Mano, I wish you have been well.

Mano will have to forgive all the mistakes because I think I do not even know how to pick up a pen to write two words, due to the reasons that the brother does not ignore; as the carrier is safe, I have therefore dared to write him this letter, exposing clearly to him, the internal state of everything here. The misery is extraordinary, the insults in the same way, the prisons packed with people the most dignified and firm to their oath and loyal to the brother, in the sight of this so-called government, are great. What I ask you very, very much is to see how to end all this once and for all, and that you do not give in to the demand nor do you want five kings because otherwise we are lost; the brother has courage, take a measure of his value. As for me, what I have suffered is of no concern, only I know they have not put me where they wanted to because they absolutely cannot do this to everyone, because they certainly know that there would then be a revolution of the good Portuguese, because everyone knows, thanks be to God, that nothing would have made me change my feelings, nor do they think I did it, because I would rather die if it were necessary than to change the principles which are and will continue to be if God wants them to be firmer than a rock until death. With this I say all goodbyes I ask you not forget to show us who you are.

Your truly faithful friend and sister.

P.S. I ask you to keep this letter of mine as the greatest secret, otherwise I will be lost⁶⁶.

64 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. "O rei chegou"/The King has arrived In: *D. Miguel. Op. cit.* pp.104-105.

65 – LOUSADA, Maria Alexandre & FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. "O rei chegou"/The King has arrived In: *D. Miguel. Op. cit.* pp. -108-532.

66 – Arquivo do Museu Imperial.(Imperial Museum Archives) Ref: I-POB-13.11.1829-IM.P.c. Letters of Isabel Maria, infanta of Portugal, to D. Pedro I, Emperor of Brazil.

In addition to describing a government commanded with an iron fist and with no room for political dissension, the letter denotes the infanta's coercion in reign of her brother. It is worth remembering that no information was found about her actions after handing over the regency to D. Miguel - and only at the end of her life did sparse data appear. However, historian Ângelo Pereira rashly asserted that if at first, the Infanta politically circled within the constitutional guidelines of D. João and D. Pedro, D. Isabel Maria surrendered to traditionalism after the arrival of D. Miguel, and accompanied him in his campaign.⁶⁷ From the public trajectory, it is not possible to affirm which side of the policy D. Isabel Maria would have approached since no documentation was found to establish this. However, her letters until 1829, especially the last one, were consistent with the position she had taken since she stood beside her father on the balcony of Bemposta leaning towards constitutionalism. Apart from the silence of historiography and documentation, there is nothing that leads one to presuming that the infant had turned towards Dom Miguel's absolutism.

In the same way, one must be suspicious of her involvement, on D. Miguel's side, in the events of the civil war of 1832. With the unfortunate outcome of the quarrel between Mano Pedro and Mano Miguel, the first consumed by the war of succession and the other exiled forever from his kingdom, a disgusted D. Isabel Maria returned to Lisbon in order to settle in Paço with her sister-in-law, the Empress D. Amélia. The reason is not known, but her sister-in-law did not receive her, making the Infanta decide to live in Quinta de Benfica, where she organized her own court, permeated by religiousness and music⁶⁸. This behavior on the part of the empress led the historian Ângelo Pereira to conclude that it was an indication of D. Isabel Maria's support for D. Miguel. However, the fact has not been corroborated by any other source or bibliography, whereas

Lisbon 11/13/1829. s.n.p.

67 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos... Op. cit.* pp. 546-547.

68 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos de El-Rei D. João VI.* (The children of the King *João VI.*) Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, (National Publicity Company) 1946. p. 549.

the documentation found, especially the letters, as seen, suggested the opposite. In the meantime, D. Isabel Maria established a strong bond with her niece and queen D. Maria da Glória, who held her in high regard, and constantly maintained a guard of honor for her Aunt. Although geographically distant from each other, the friendly relations between the Queen and the Infanta lasted until the death of D. Maria II⁶⁹.

D. Isabel Maria died a spinster, without children on April 22, 1976. She was loved by her niece, D. Maria da Glória, whom she considered a legitimate sovereign when she was still a child who would not even have recognized her aunt, separated from her by the Atlantic. Of the rumors of romances and the political intrigues, nothing has been proven, and from the little that has been written about her, to whom the characteristic of being always in the shadow of her brothers was attributed, much remains to be clarified. D. Isabel Maria was a governor of nuances. Her regency took place amid the fierce tempers of liberals and absolutists and in the turbulence of family relations that accompanied the political winds. It could, however, be said that she, like D. Carlota Joaquina, was a woman with politics in her veins, and with the impetus to act in the midst of a century of transformation. Perhaps it would be an exaggeration to say that D. Isabel Maria was a political counterpoint to her older sister, the absolutist D. Maria Teresa, since she was not strictly liberal, but as she herself declared, constitutional. However, it is possible to affirm that the regent was fundamental to the unfolding of the succession dispute between the heirs of D. João VI, and that D. Pedro and D. Maria da Glória would not have had a chance to fight for the throne of Portugal without her actions.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020..

69 – PEREIRA, Ângelo. “Infanta D. Isabel Maria”. In: *Os filhos...The children.... Op. cit.* pp. 549-550.

ELITE PROVINCIAL, AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO IMPERIAL E DIRETÓRIOS PARTIDÁRIOS: ORIGENS E EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA NO PARTIDO CONSERVADOR DE SANTA CATARINA (1870-1873)

PROVINCIAL ELITE, AGENTS OF IMPERIAL ADMINISTRATION AND COMMITTEES OF POLITICAL PARTIES: ORIGINS AND CONSEQUENCES OF A DISSENSION IN THE CONSERVATIVE PARTY OF SANTA CATARINA (1870-1873)

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES¹

Resumo:

Neste artigo, é desenvolvida uma investigação acerca do surgimento de uma dissidência no Partido Conservador de Santa Catarina, no início dos anos 1870. O objetivo desta análise é avançar no conhecimento a respeito dos fatores das disputas ocorridas no interior dos partidos monárquicos do Brasil. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que tal dissidência foi liderada por políticos eleitoralmente pouco expressivos. Os dissidentes buscaram destituir do comando local da grei os indivíduos que, havia tempos, exerciam posições decisivas nessa agremiação. Segundo, trata-se de ressaltar que, na época dessa divergência, os chefes locais do partido estavam politicamente rompidos com o presidente da província. Tal rompimento impossibilitou a ingerência desses chefes sobre os esquemas de nomeações para cargos públicos. Terceiro, cumpre destacar que a solução desse conflito foi derivada da interferência do Gabinete Ministerial. No período em tela, portanto, não era incomum o envolvimento de agentes da administração imperial na vida interna do Partido Conservador catarinense.

Palavras-chave: Diretórios partidários; elites políticas; Partido Conservador; Província de Santa Catarina.

Abstract:

The article researches the appearance of dissent in the Conservative Party in the state of Santa Catarina in the early 1870s, and aims to advance the knowledge about the motives behind the disputes that had arisen within the monarchist parties in Brazil. The following arguments will be discussed: firstly, we point out that low-profile politicians led such dissent. The dissidents sought to remove from the local command of the party those members who had long held decisive positions therein. Secondly, we highlight that, at the time of the disputes, the conservative leaders of Santa Catarina were politically distanced from the president of the province. Such estrangement prevented these leaders from interfering in appointments for public positions. Thirdly, we stress that the end of conflict was made possible only after the interference of the Cabinet of ministers. During that time, it was thus not uncommon for agents of the imperial administration to participate in the internal life of the Conservative Party of Santa Catarina.

Keywords: Committees of political parties; Conservative Party; Political elites; Province of Santa Catarina.

1 – Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Presentemente realiza estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. E-mail: argomes8@gmail.com.

Introdução

Neste artigo, é empreendida uma investigação sobre a abertura de uma dissidência no Partido Conservador catarinense no início dos anos 1870. Por meio de um estudo de caso, o objetivo desta análise é produzir um conhecimento acerca dos fatores dos conflitos ocorridos nos diretórios dos partidos monárquicos. No presente estudo, o ano de 1870 é referente à época em que houve o surgimento de um grupo dissidente naquela agremiação. O ano de 1873, por seu turno, é alusivo ao momento em que os líderes dos diretórios oficial e dissidente de Santa Catarina puseram fim à contenda. Portanto, o recorte temporal aqui adotado abarca a eclosão e o desfecho de um antagonismo entre chefes provinciais do Partido Conservador.

Há três argumentos desenvolvidos nesta investigação. Primeiro, é destacado que a mencionada dissidência foi comandada por indivíduos eleitoralmente pouco expressivos na cena política de Santa Catarina. Os dissidentes pretendiam afastar do comando local da grei um grupo de correligionários que, desde o fim dos anos 1860, exercia posições centrais no diretório regional do partido. Nessa ocasião, houve apelos em defesa de uma renovação do núcleo dirigente da agremiação.

O segundo argumento afirma que, naquele contexto, os dirigentes do Partido Conservador catarinense estavam rompidos com o presidente e o vice-presidente da província, os quais eram aliados dos dissidentes. Tal situação impediu que os líderes locais da grei continuassem a influir nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Trata-se de salientar, assim, que o envolvimento de funcionários da Monarquia em assuntos eleitorais promoveu a instabilidade da vida interna do Partido Conservador de Santa Catarina.

Terceiro, compete evidenciar que a resolução desse conflito entre conservadores decorreu de uma intervenção do Gabinete Ministerial. A exoneração do presidente e do vice-presidente da província possibilitou a reaproximação entre os indivíduos que disputavam o controle do diretório catarinense do Partido Conservador. Desse modo, convém salientar

que a participação de lideranças políticas nacionais no mencionado dissídio foi um fator crucial para a pacificação das relações entre os líderes locais da agremiação.

Os estudos sobre a dinâmica política das províncias do Império são carentes de análises acerca da vida interna dos partidos. Há limitado conhecimento respeitante às formas de governo de diretórios concebidas por chefes políticos de projeção regional. Por consequência, permanecem pouco evidenciados os impactos da criação de diretórios na promoção ou na corrosão da unidade entre os correligionários de uma agremiação em âmbito provincial. Ao mesmo tempo, mantém-se pouco conhecida a relação entre a fundação de diretórios e as oscilações no desempenho eleitoral dos partidos². De sua parte, o presente artigo busca salientar que a formação de um diretório provincial não proporcionava, em todos os casos, maior unidade entre os membros de uma agremiação.

Em grande medida, os estudos respeitantes ao funcionamento dos partidos na esfera provincial são marcados por um caráter panorâmico. Tais abordagens são caracterizadas pela análise dos processos de ascensão e pelo declínio de dirigentes locais das agremiações monárquicas. O elemento peculiar a essas análises é o estudo das rivalidades que minavam a unidade dos diretórios. A atenção a essas rivalidades é uma característica das abordagens sobre a história política de Santa Catarina³.

2 – Presentemente, um dos principais avanços no estudo da vida política das províncias consiste na análise dos impactos das mudanças na legislação eleitoral. A esse respeito, ver FÁRIA, Vanessa Silva de. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil Império*: Juiz de Fora, 1853-1889. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, 2017, 276 p.; FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Minas e a política imperial*: reformas eleitorais e representação política no Parlamento brasileiro (1853-1863). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015, 421 p.; LIMONGI, Fernando. Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência. *Lua Nova*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n. 91, 2014, p. 13-51.

3 – A esse respeito, ver CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História Política de Santa Catarina durante o Império*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina; PIAZZA, Walter. *O Poder Le-*

A acentuada ênfase nos episódios atinentes às disputas entre lideranças regionais cria obstáculos para o entendimento das formas de interação entre as instâncias administrativas de um partido. O reconhecimento dessa interação é crucial para evidenciar que, em Santa Catarina, no limiar dos anos 1870, a resolução de um conflito entre conservadores envolveu expoentes da política nacional. O estudo do funcionamento dos partidos na esfera provincial permite demonstrar que houve ocasiões nas quais os chefes locais do Partido Conservador buscaram concretizar suas pretensões políticas por meio da aproximação com dirigentes nacionais da grei. O presente artigo também evidencia que não era incomum, no referido período, o envolvimento de membros do Gabinete Ministerial nos embates entre chefes partidários das províncias.

Cumprе, pois, assinalar a segunda limitação inerente às análises sobre a vida partidária do Brasil oitocentista. Essa limitação consiste no incipiente conhecimento acerca do perfil social e dos padrões de carreiras políticas desenvolvidas pelos dirigentes locais das agremiações monárquicas. No âmbito da Região Sul, é pouco frequente a produção de estudos que salientem a composição social e as mudanças no desempenho eleitoral dos partidos durante o Segundo Reinado. Os circunstanciais avanços nas análises da vida política de tal região estão contidos em levantamentos sobre resultados eleitorais⁴. Esses avanços também são promovidos pelas abordagens que reconhecem a longa influência de parentelas sobre o funcionamento dos partidos e das instituições políticas provinciais⁵.

Trata-se de apresentar a terceira limitação referente aos estudos sobre a dinâmica política do Brasil Monárquico. Essa limitação diz respeito ao

gislativo catarinense: das suas raízes aos nossos dias (1834-1984). Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

4 – Ver NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hêlgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul, 1823-2002*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

5 – Ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no governo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

parco conhecimento acerca da participação de agentes da administração imperial no jogo político de províncias das quais não eram originários⁶. A análise efetuada neste artigo permite destacar que houve ocasiões em que tal envolvimento açulou divergências entre lideranças locais do Partido Conservador. Nesse particular, cumpre mencionar que permanece pouco frequente a produção de estudos referentes à atuação de funcionários da Monarquia, a exemplo dos presidentes de província, na vida partidária. Por consequência, remanesce em estágio incipiente o entendimento da natureza e das implicações da aliança entre esses funcionários e os membros das elites provinciais.

A presente abordagem é realizada por meio do emprego de métodos inspirados na prosopografia⁷. A análise de informações respeitantes às carreiras dos dirigentes do Partido Conservador catarinense, no contexto dos anos 1870, permite destacar que era pouco diversificado o perfil social dos indivíduos que disputaram o comando local da grei⁸. A investigação acerca dessas carreiras favorece a identificação de aproximações entre esses dirigentes no que concerne à natureza da atuação política que desenvolveram na época anterior ao mencionado dissídio. A análise comparada dos percursos de dirigentes do Partido Conservador naquela província também propicia o reconhecimento de semelhanças quanto aos destinos dos antigos adversários após o encerramento da contenda.

6 – A historiografia também permanece carente de análises acerca da ação administrativa dos presidentes de províncias. Ver FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais: as políticas públicas do Governo Provincial mineiro (1870-1889)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009, 298 p.

7 – Para o conhecimento das bases do método prosopográfico, ver CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 41-54; STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, Edição da Universidade Federal do Paraná, v. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.

8 – Tais informações foram extraídas de jornais de circulação regional, bem como de periódicos de circulação nacional que eram editados na capital do Império. A totalidade dos jornais empregados neste artigo está disponível para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.br>

A fundação do Grêmio Conservador de Santa Catarina: a origem da querela entre as lideranças locais da grei

O estudo acerca do Partido Conservador catarinense requer, inicialmente, uma análise panorâmica da cena partidária do Brasil do Segundo Reinado. É plausível situar as agremiações pertencentes a essa cena na categoria de *partidos de quadros*. Conforme a tipologia formulada por Maurice Duverger, tais partidos foram peculiares à vida política dos países ocidentais durante a segunda metade do século XIX. Um aspecto de tais agremiações é que não possuíam uma complexa estrutura administrativa. No interior desses partidos, não existia uma pormenorizada divisão de tarefas. Comumente, essas agremiações atuavam como comitês cuja atividade era circunscrita a um período eleitoral. Elas não eram inclinadas a promover o recrutamento massivo de correligionários. Esse recrutamento era pouco relevante em períodos não eleitorais. A conquista de espaço nas esferas do Poder Legislativo se apresentava como um objetivo primordial dos *partidos de quadro*.

Outra característica desses partidos reside no fato de que a sua composição social era pouco diversificada. Eles não possuíam um enraizamento junto às camadas populares. Em um contexto marcado pela vigência do voto censitário, os membros dessas camadas não eram absorvidos pelos partidos. Portanto, tais agremiações são também conhecidas como *partidos de notáveis*, visto que eram compostas majoritariamente por membros das elites sociais.

Cumprе também salientar que os *partidos de quadros* não possuíam um detalhado conjunto de propostas. A sustentação de um preciso ideário programático era inerente aos *partidos de massa*. Contrariamente ao caso das agremiações dos notáveis, os partidos que pleiteavam o apoio das massas realizavam ininterrupta propaganda de suas ideias. A atividade dessas agremiações não era intensa somente nas épocas eleitorais. Em síntese, os *partidos de massa* buscavam difundir sua mensagem de modo permanente e angariar correligionários em distintos estratos sociais⁹.

9 – Acerca das distinções entre os *partidos de quadros* e os *partidos de massa*, ver DU-

A investigação desenvolvida no presente artigo demonstra que o Partido Conservador de Santa Catarina, no começo dos anos 1870, funcionava à maneira de um *partido de quadros*. Uma característica dessa agremiação era o caráter seletivo da composição dos seus diretórios. Os gestores desses diretórios pertenciam a elites locais. Existiram marcantes semelhanças quanto às origens sociais e às carreiras políticas dos líderes regionais dessa agremiação.

O segundo elemento consiste no fato de que a função desses diretórios era manter os seus correligionários organizados em épocas eleitorais. Habitualmente, o fim de um pleito promovia a desarticulação entre os filiados. Assim, trata-se de salientar o caráter intermitente das atividades políticas desenvolvidas pelo Partido Conservador em Santa Catarina na citada época.

O terceiro aspecto reside no fato de que os conservadores catarinenses, ao fundarem seus diretórios, não se dedicaram a sustentar um repertório de propostas. Conforme evidenciado nas seções subsequentes deste trabalho, as divergências entre os membros dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina não eram decorrentes de ideias contrastantes. A finalidade das campanhas eleitorais efetuadas por esses diretórios era assegurar a presença de seus candidatos nas instâncias do Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, os gestores de ambos os diretórios ambicionaram controlar cargos decisivos do Governo Provincial. Em resumo, no período em tela, a vida política catarinense era marcada pela competição entre elites locais. Elas se mobilizavam para controlar agências do Estado. No curso dessa competição, eram criados diretórios partidários cujas atividades arrefeciam ao término de uma eleição.

Em 1867, o Partido Conservador fazia oposição ao Gabinete Ministerial. A agremiação não possuía o controle sobre os esquemas de preenchimento de cargos públicos. Ela também não tinha maioria nas instituições legislativas. A grei, portanto, estava politicamente enfraque-

VERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1980.

cida¹⁰. Nesse cenário, os dirigentes nacionais da agremiação decidiram promover a reorganização administrativa do partido. O líder desse processo foi o senador baiano Manuel Vieira Tosta (1807-1896), detentor do título de Barão de Muritiba. No referido ano, ele assumiu a presidência do *Centro da União Conservadora*, denominação alusiva ao diretório nacional do partido¹¹.

Tal reorganização foi iniciada em junho de 1867. Uma das mudanças realizadas nessa oportunidade consistiu na implantação de precisas normas para a interação do diretório nacional com os diretórios provinciais e municipais. Outro aspecto dessas mudanças residiu na definição de critérios mais detalhados para o recrutamento de correligionários e a participação dos filiados na vida interna das unidades locais da agremiação¹².

Os promotores dessa reorganização buscaram ampliar a presença do Partido Conservador no interior das províncias. Tal medida objetivava manter os correligionários unidos em um contexto adverso para a grei. A ampliação dessa presença ocorreria por meio da fundação de diretórios provinciais e municipais. Em distintas regiões do Império, a criação de unidades administrativas desse partido foi encarada pelos conservadores como uma forma de a agremiação se tornar mais competitiva e mais organizada¹³.

No segundo semestre de 1867, houve lideranças conservadoras de diferentes províncias que promoveram, sem demora, a instauração de novos diretórios regionais. A célere criação desses diretórios ocorreu em Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo¹⁴. Dessa maneira, existiam províncias em que os conservadores não se desmobilizaram a partir do momento em que passaram para o campo

10 – Concernente à ação política das lideranças nacionais do Partido Conservador ao longo dos anos 1860, ver NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

11 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 178, 29 jun. 1867, p. 1.

12 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 178, 29 jun. 1867, p. 1.

13 – *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 296, 27 out. 1867, p. 1.

14 – *O Constitucional*, Desterro, n. 11, 18 set. 1867, p. 2.

oposicionista em 1862¹⁵. Nessa época, os dirigentes nacionais do partido delegaram aos líderes regionais da grei a tarefa de aumentar o contingente de filiados. Tais líderes também receberam a incumbência de tornar mais regradas as atividades dos diretórios provinciais e municipais. Uma das diferenças entre os chefes locais do Partido Conservador dizia respeito à maior ou à menor capacidade de efetuar essas mudanças com rapidez.

Em 1867, era baixo o nível de integração entre os chefes conservadores de Santa Catarina. Portanto, eles não se mobilizaram prontamente para retomar as atividades da grei¹⁶. Os seis anos em que a agremiação permaneceu como oposicionista tornaram pouco consistentes as relações políticas entre os líderes locais do partido. Ocorrido em 16 de julho de 1868, o retorno dos conservadores ao comando do Gabinete Ministerial propiciou a reconstituição da aliança entre os próceres dessa agremiação em Santa Catarina. Assim, no dia 2 de agosto de tal ano, houve a implantação de um *Grêmio Conservador* em Desterro, a capital da província. O *Grêmio* era um diretório provincial. A presidência desse órgão foi conferida ao advogado provisionado Manuel José de Oliveira (1827-1891)¹⁷.

Os dirigentes do Partido Conservador em Santa Catarina pertenciam à categoria dos chefes políticos que executaram lentamente as determinações emanadas do diretório nacional. Em províncias como o Paraná, os conservadores também atingiram, de modo mais vagaroso, o nível de unidade necessário para a instalação de um diretório. Em tal província, a fundação do *Grêmio* data de setembro de 1868¹⁸.

Uma diferença capital entre os conservadores do Paraná e de Santa Catarina reside no fato de que os primeiros, até o ano de 1868, não tive-

15 – Acerca do processo de reorganização administrativa do Partido Conservador em Minas Gerais, em 1867, ver SALDANHA, Michel Diogo. *A ordem da barrida do progresso: o Partido Conservador e as relações de poder em Minas Gerais (1860-1868)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2020, 210 p.

16 – *O Despertador*, Desterro, n. 482, 03 set. 1867, p. 1.

17 – *O Constitucional*, Desterro, n. 57, 06 ago. 1868, p. 3.

18 – *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 924, 16 set. 1868, p. 3.

ram a experiência de gerir diretórios partidários. No Paraná, nos decênios de 1850 e 1860, o controle do Partido Conservador era dividido entre negociantes radicados no litoral e no primeiro planalto. Nesse contexto, não havia uma precisa divisão de tarefas entre os correligionários no que concerne à gestão do partido¹⁹. Em Santa Catarina, por outro lado, havia tempos que os conservadores estavam familiarizados com a prática de organizar diretórios. O primeiro diretório do Partido Conservador nessa província foi criado em 1860. A implantação desse órgão administrativo foi uma iniciativa do então deputado geral Jesuíno Lamego da Costa (1811-1886)²⁰.

Em Santa Catarina, o funcionamento de um diretório do Partido Conservador não propiciou o permanente revezamento de correligionários no comando local da grei. Ao contrário, os aliados de Lamego permaneceram, por longos anos, como ocupantes de funções capitais na administração do partido. Nesse rol de aliados, estava o citado Manuel de Oliveira. Essa longa permanência provocou celeumas entre os filiados. A esse respeito, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, convém destacar que uma diferença entre as unidades regionais do Partido Conservador era atinente à maior ou menor inclinação para a tomada de decisões coletivas. Em Santa Catarina, o ressurgimento de um diretório provincial da grei tornou mais regrado o processo de escolha de candidatos para cargos parlamentares. No Paraná, por outro lado, as decisões colegiadas ocorreram somente do fim dos anos 1860 aos meados dos anos 1870. Uma das distinções entre as unidades provinciais do Partido Conservador dizia respeito ao ritmo do processo por meio do qual houve o declínio dos chefes supremos e o surgimento dos diretórios. Em relação ao caso de Santa Catarina, no Paraná, a conclusão desse processo foi mais lenta²¹.

19 – Para o conhecimento dos percursos políticos dos líderes conservadores da Província do Paraná, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná... Op. cit.*

20 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 134, 09 ago. 1860, p. 1.

21 – Em 1879, após funcionar de modo intermitente, o diretório conservador do Paraná foi desativado. De 1879 a 1888, o Partido Conservador foi gerido localmente por um chefe supremo, o advogado Manuel Eufrásio Correia (1839-1888). A recriação de um di-

Segundo, cumpre asseverar que a instauração de um *Grêmio Conservador* em Santa Catarina foi acompanhada pela contestação da autoridade do grupo político liderado por Manuel de Oliveira. Assim, a formação de um diretório provincial não pacificou as disputas entre os conservadores da província. Conforme demonstrado no decorrer deste artigo, tais disputas se estenderam até o princípio dos anos 1870. Um dos principais motivos das divergências entre os correligionários da agremiação era o controle da indicação de candidatos para a eleição de deputado geral.

Nesse âmbito, atente-se ao caso da eleição parlamentar de 1869. Em fins do ano anterior, o diretório provincial indicou os nomes de Jesuíno Lamego e Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão (1837-1916) para concorrerem à Câmara dos Deputados. Uma parcela dos conservadores não acatou o nome de Manuel Galvão. Por consequência, eles lançaram a candidatura do advogado José Maria do Vale Júnior (1835-1914)²². Um dos fatores da rejeição à candidatura de Galvão decorria do fato de que ele não era originário de Santa Catarina. Esse advogado era proveniente de Sergipe. Em síntese, um segmento dos conservadores catarinenses considerou que tal candidatura fora imposta pelos líderes locais da agremiação²³.

Nesse quadro, uma estratégia adotada pelos dissidentes consistiu em se aproximar de membros do Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de Itaboraí. Todavia, os dissidentes não contaram com a chancela desses membros para fortalecer a candidatura de Vale Júnior. Os ministros se eximiram apoiar os insurgentes. Dentre tais ministros, encontrava-se o Barão de Muritiba, que comandava a pasta da Guerra e que permanecia como dirigente nacional do Partido Conservador. Os integrantes do Gabinete destacaram que o *Grêmio Conservador* tinha a autonomia de escolher seus candidatos²⁴. Por fim, Jesuíno Lamego e Manuel Galvão

retório conservador nessa província ocorreu em março de 1889. *Dezenove de Dezembro*, n. 21, Curitiba, 16 mar. 1889, p. 2.

22 – *O Despertador*, Desterro, n. 614, 12 dez. 1868, p. 4.

23 – *A Regeneração*, Desterro, n. 16, 28 out. 1868, p. 3.

24 – *A Regeneração*, Desterro, n. 16, 28 out. 1868, p. 4.

conseguiram se eleger para a Câmara²⁵. Diante desse revés, a primeira dissidência conservadora de Santa Catarina logo se desorganizou.

Tais informações corroboram a constatação de que a volta do Partido Conservador ao comando Gabinete Ministerial não proporcionou a elevação do grau de coesão entre os correligionários residentes em Santa Catarina. No fim dos anos 1860, uma parte desses filiados julgava que a implantação do diretório não democratizara a vida interna da agremiação. Os representantes dessa ala do partido criticavam o fato de que a tomada de decisões referentes à gestão da grei era uma atribuição exclusiva dos aliados de Manuel de Oliveira. Os descontentes afirmavam que Santa Catarina transformara-se em uma *feitoria* dos integrantes do *Grêmio*²⁶.

O surgimento de dissídios nos diretórios regionais dos partidos monárquicos não era um acontecimento raro. A formação de diretórios dissidentes foi um evento intrínseco à vida política de diferentes províncias. As disputas pela indicação de candidaturas e pela prerrogativa de controlar as nomeações para cargos públicos eram responsáveis por cindir tais órgãos²⁷. No fim dos anos 1860, a desconfiança para com as iniciativas de criação de diretórios também vigorava entre lideranças locais do Partido Liberal²⁸.

Portanto, houve dificuldades para a integração entre os correligionários ao tempo da fundação dos diretórios regionais dos partidos monárquicos. Tais dificuldades decorriam da competição por posições centrais

25 – Para o conhecimento da relação completa de deputados gerais eleitos na Província de Santa Catarina, ver FIRMO, João Sereno; NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império*. Vol. 2. Brasília: Edição do Senado Federal, 1973.

26 – *A Regeneração*, Desterro, n. 14, 21 out. 1868, p. 4.

27 – Acerca das disputas internas aos partidos monárquicos nos anos finais do Império, ver BARMAN, Roderick J. *O Imperador cidadão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2012, p. 455.

28 – Em 1869, na Província de Pernambuco, um correligionário do Partido Liberal manifestou-se contra a implantação de diretórios regionais da grei. Tal correligionário era Affonso de Albuquerque Mello. Ele afirmou que um diretório tornava inviável a formação de um partido internamente democrático. Conforme o seu entendimento, a criação de um diretório levaria à formação de uma oligarquia naquela agremiação. *O Liberal*, Recife, n. 81, 14 jul. 1869, p. 4.

no interior dessas unidades administrativas. Elas também derivavam da rejeição à formalização da divisão de tarefas em um diretório. Para uma parcela dos filiados, tal formalização significava consolidar a autoridade de um seletor grupo de correligionários sobre a gestão da grei.

O estudo respeitante às cizânias ocorridas no Partido Conservador catarinense permite evidenciar que essas querelas se estenderam, ao menos, até o começo dos anos 1870. Tal estudo também possibilita a salientar a reiteração de estratégias dos correligionários insurgentes para ascender ao comando dos diretórios. Dessa forma, cumpre reconhecer a perpetuação dos fatores responsáveis por ocasionar instabilidades na vida interna de uma agremiação monárquica.

O Partido Conservador catarinense no início dos anos 1870: composição social de diretórios e fatores das celeumas entre correligionários

Conforme acima ressaltado, a reconstituição das tramas referentes aos dissídios entre lideranças políticas regionais é um aspecto comum aos estudos sobre o Brasil monárquico. A realização de uma análise renovada acerca dos desacordos entre tais lideranças requer uma abordagem acerca dos percursos que elas desenvolveram na vida partidária. A atenção a tais percursos evidencia diferenças entre os contendores no que concerne à maior ou menor capacidade de exercerem uma autoridade sobre a vida interna de um diretório. Assim, tal abordagem possibilita identificar os desníveis da força política desses adversários no contexto pouco anterior à eclosão de uma dissidência partidária.

Na presente seção, cumpre salientar que havia poucas distinções entre os contendores no que respeita aos seus perfis profissionais. Por outro lado, cabe assinalar que era pouco relevante a presença de diplomados na cúpula dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador catarinense. Nesse contexto, os antagonistas se distinguiam em decorrência da maior ou menor longevidade de seus vínculos com essa agremiação. Eles

também se distanciavam em virtude do tempo em que permaneceram integrados a instituições administrativas e legislativas de Santa Catarina.

Na primeira semana de dezembro de 1870, houve a formação de um diretório dissidente do Partido Conservador catarinense. Nessa época, fazia três anos que o citado Manuel de Oliveira exercia a presidência do diretório provincial da grei. Segundo os dissidentes, a permanência de Oliveira em tal função não era respaldada pela camada majoritária dos correligionários da agremiação. Os insurgentes destacaram que a não convocação de eleições para a renovação da Mesa Executiva do diretório provincial foi um dos fatores da dissidência²⁹. Assim, eles argumentaram que os membros da Mesa não possuíam a legitimidade para governar localmente o partido³⁰.

A competição pelas posições centrais no comando da grei desencadeou, após um período de dois anos, a abertura de nova dissidência no Partido Conservador catarinense. Outro motivo para o surgimento dessa dissidência era a disputa pela prerrogativa de lançar candidaturas. Nesse âmbito, cabe mencionar que, em fins de 1870, foi convocada uma eleição suplementar para o preenchimento de duas vagas à Assembleia Provincial de Santa Catarina. Os dissidentes se organizaram para participar desse pleito. Eles rejeitaram, portanto, as orientações dos próceres locais da grei a respeito da escolha de candidatos.

O falecimento dos deputados José Bonifácio Caldeira de Andrada e José Leitão de Almeida motivara a convocação desse pleito. O grupo político de Manuel de Oliveira ambicionou assegurar o seu controle sobre a Assembleia local. Para tanto, apresentou dois candidatos àquelas vagas. Esses postulantes eram os negociantes Antônio José de Bessa (1810-1878) e Manuel Marques Guimarães (1802-1882)³¹. De sua parte,

29 – *O Despertador*, Desterro, n. 821. 09 dez. 1870, p. 4.

30 – *O Despertador*, Desterro, n. 824, 20 dez. 1870, p. 4.

31 – *A Província*, Desterro, n. 15, 07 jan. 1871, p. 2.

o diretório dissidente apoiou o fazendeiro Luís Ferreira do Nascimento Melo (1809-1882)³².

Os postulantes ligados ao *Grêmio* oficial conseguiram se eleger. Bessa obteve 133 votos. Marques angariou 127 sufrágios³³. Por fim, Luís Ferreira conquistou 17 votos³⁴. Esse resultado evidencia que os membros dos diretórios oficial e dissidente eram muito desiguais entre si no que tange à sua força política. Em última análise, os insurgentes não tiveram adesões suficientes para eleger candidatos e para modificar a composição do núcleo dirigente do Partido Conservador catarinense.

Conforme demonstrado na seção seguinte deste artigo, os principais apoios que os dissidentes auferiram eram de bacharéis adventícios que não exerceram longa influência na cena partidária de Santa Catarina. O declínio político de tais bacharéis foi sucedido pela desarticulação do grupo dissidente. O período em que vigorou a dissidência conservadora em tal província não foi suficiente para os insurgentes construírem uma base eleitoral e conquistarem uma representação mínima em instituições como a Assembleia Legislativa.

De todo modo, os componentes de ambos os diretórios não possuíam marcantes diferenças sociais entre si. Ao mesmo tempo, cumpre salientar que o conflito que surgiu no Partido Conservador catarinense, em 1870, foi travado entre indivíduos que desenvolveram análogos percursos políticos. Eram raros os integrantes desses diretórios que mantiveram uma atividade política ininterrupta no decorrer dos decênios de 1850 e 1860. A análise desses percursos exige o estudo das informações expostas no Quadro 1.

32 – *O Despertador*, Desterro, n. 822, 13 dez. 1870, p. 3.

33 – *O Despertador*, Desterro, n. 845, 03 mar. 1871, p. 3.

34 – *A Província*, Desterro, n. 1 fev. 1871, p. 4.

Quadro 1 – Origens da atuação política e profissional dos membros do diretório oficial do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Cargo no diretório oficial	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1870)
Manuel José de Oliveira	Presidente	Advogado provisionado	0	9
Ovídio Antônio Dutra	1º Secretário	Funcionário do Governo de Santa Catarina	1	0
Leonardo Jorge de Campos	2º secretário	Tabelião	0	0
Domingos Luiz da Costa	Vogal	Militar	0	1
Florian José Vilela	Vogal	Negociante	1	0
Jerônimo de Sousa Freitas	Vogal	Negociante	0	0
João Antônio Monteiro Braga	Vogal	Negociante	0	0
João José Pinheiro	Vogal	Militar	0	1
João Pedro Carreirão	Vogal	Negociante	0	1
José de Vasconcelos Cabral	Vogal	Negociante	1	0
Justino José de Abreu	Vogal	Negociante	0	1
Manuel Francisco Tavares	Vogal	Negociante	0	1
Manuel José de Sousa Conceição	Vogal	Militar	0	0
Manuel Marques Guimarães	Vogal	Negociante	2	1

Fontes: *A Regeneração* (SC); *A Província* (SC); *Correio do Povo* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

A análise de tal quadro permite a sustentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre destacar que os integrantes do *Grêmio Conservador* não possuíam uma longa carreira política. Nesse cenário, Manuel de Oliveira despontava como o conservador que desempenhara maior número de cargos eletivos. Todavia, a sua atuação política foi circunscrita ao exercício de mandatos na Assembleia Provincial e na Câmara Municipal de Desterro. No período em tela, o diretório oficial do Partido Conservador catarinense era governado por indivíduos distinguidos pela baixa circulação institucional.

Trata-se de salientar que havia diferenças regionais quanto à composição dos diretórios do Partido Conservador. Em Santa Catarina, o controle do diretório provincial não era exercido por indivíduos que participavam da cena política da capital do Império. Ao longo do Segundo Reinado, não houve casos de deputados gerais e senadores interessados em ocupar vagas na direção local do partido. Conforme demonstrado na terceira seção deste artigo, os políticos catarinenses dotados de maior projeção na vida partidária não eram alheios aos assuntos do *Grêmio Conservador*. Contudo, eles não pleitearam posições na Mesa Executiva do órgão. Em Santa Catarina, portanto, a conquista de mandatos no Parlamento do Império marcava o fim da atuação tanto no diretório local quanto nas instituições políticas da província³⁵.

No Paraná, por outro lado, antigos deputados gerais participaram tanto da Assembleia local quanto do *Grêmio*³⁶. Ao tempo da eclosão da segunda dissidência no Partido Conservador catarinense, as rivalidades entre os conservadores do Paraná eram motivadas pelas tentativas de um deputado geral de influir na vida interna da grei³⁷. Contrariamente à situação verificada em Santa Catarina, o *Grêmio Conservador* do Paraná contava com maior participação de indivíduos que possuíam extensa experiência nas lides partidárias e no exercício de destacados postos do Governo provincial³⁸.

35 – Jesuino Lamego da Costa foi o único deputado geral por Santa Catarina que comandou o diretório provincial do Partido Conservador. Acerca das trajetórias dos líderes partidários dessa província, ver CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História política...* Op. cit.

36 – A esse respeito, cumpre mencionar que a primeira diretoria do *Grêmio* paranaense contou com a presença do ex-deputado geral Antônio Cândido Ferreira de Abreu (1823-1876). *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, n. 271, 02 out. 1868, p. 1.

37 – Nos anos 1870, o citado Manuel Eufrásio Correia, então deputado geral pelo Paraná, não tinha aliados no *Grêmio Conservador* da província. A disputa entre os dirigentes do *Grêmio* e os correligionários de Correia pelo controle local do Partido Conservador perdurou até os anos finais daquele decênio. *O Paranaense*, Curitiba, n. 4, 30 dez. 1877, p. 4. Nesse contexto, Eufrásio Correia também desempenhou mandatos à Assembleia Legislativa paranaense. Nas décadas de 1870 e 1880, ele exerceu alternadamente os cargos de deputado geral e deputado provincial. Em tal época, um dos elementos do poder político desse advogado consistiu em presidir a Mesa Executiva daquela Assembleia. Acerca das querelas política ocorridas na Província do Paraná, ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná...* Op. cit.

38 – Em setembro de 1877, foi eleita uma diretoria para o *Grêmio Conservador* parana-

Segundo, cumpre salientar que eram os negociantes que exerciam maior interferência no *Grêmio* catarinense. No princípio dos anos 1870, os detentores de curso superior não tiveram uma participação significativa na gestão local do Partido Conservador. Compete, assim, retomar a identificação das diferenças acerca das formas de governo local dessa agremiação.

Contrariamente à situação verificada em Santa Catarina, na Província de São Paulo, eram os bacharéis que disputavam entre si o controle do partido. No referido decênio, a cena política dessa província foi caracterizada pela contenda entre dois grupos de conservadores: o grupo comandado por Antônio da Silva Prado (1840-1929), e o grupo chefiado por João Mendes de Almeida (1831-1898). Tais indivíduos eram graduados pela Faculdade de Direito de São Paulo³⁹.

Em suma, na Província de Santa Catarina, no início dos anos 1870, havia dois aspectos peculiares às carreiras dos dirigentes do Partido Conservador. Um aspecto era o limitado envolvimento em esquemas de nomeações para cargos comissionados. Assim, era apenas episódica a atuação desses dirigentes em esferas da administração pública. O outro aspecto era o exercício circunstancial de mandatos eletivos.

As informações do Quadro 1 também permitem reconhecer que, no *Grêmio Conservador* catarinense, havia indivíduos que jamais exerceram cargos públicos. Dessa maneira, a reorganização do Partido Conservador em tal província permitiu que correligionários sem relevante experiência nas lides políticas pudessem desempenhar, ainda que de modo efêmero, alguma interferência sobre a condução local da grei. Conforme demonstrado na última seção deste trabalho, a maior parte dos integrantes do

ense. O presidente e dois vice-presidentes do órgão eram advogados que haviam exercido cargos como o de deputado provincial e secretário de Governo. *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 1845, 29 set. 1877, p. 4.

39 – Acerca dos fatores que provocaram as divergências entre Antônio Prado e João Mendes de Almeida, ver GOMES, Amanda Muzzi. *Fragilidade monarquista: das dissidências políticas de fins do Império às reações da primeira década republicana* (1860-1900). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 111.

Grêmio não conquistou relevantes posições na vida política da província após o desfecho das contendas entre os chefes locais da agremiação.

Cumpre, por conseguinte, salientar as distinções quanto à composição dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador em Santa Catarina. Para tanto, é necessário analisar as informações presentes no Quadro 2.

Quadro 2 – Origens da atuação política e profissional dos membros do diretório dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Cargo no diretório dissidente	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (anterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (anterior a 1870)
Miguel de Sousa Lobo	Presidente	Negociante	0	1
José Joaquim Lopes	Vice-presidente	Jornalista	0	4
Anfilóquio Nunes Pires	1º Secretário	Professor do Liceu Provincial	1	1
Domingos Gonçalves da Silva Peixoto	2º Secretário	Secretário da Câmara Municipal de Desterro	1	0
João do Prado Faria	3º Secretário	Promotor de Justiça	2	0
Antônio Delfino dos Santos	Vogal	Negociante	0	0
Bernardo Alves de Moura	Vogal	Militar	0	0
Joaquim de Almeida Lobo Gama d'Eça	Vogal	Militar	0	1
Júlio Melchior von Trompowsky	Vogal	Militar	1	0
Manuel Moreira da Silva	Vogal	Negociante	0	4
Sebastião de Sousa e Mello	Vogal	Engenheiro Militar	0	0
Sérgio Lopes Falcão	Vogal	Advogado	4	2

Fontes: *A Regeneração* (SC); *A Província* (SC); *Correio do Povo* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

O estudo de tal quadro possibilita a formulação de duas constatações. Primeiro, convém destacar a heterogeneidade dos perfis profissionais dos componentes do diretório dissidente. De modo distinto ao caso do diretório oficial, no diretório dissidente, eram mais diversificados os perfis dos ocupantes dos cargos da Mesa Executiva. No grupo dos insurgentes, era menos significativa a presença dos negociantes. Ao mesmo tempo, havia maior participação de funcionários públicos em relação ao

Grêmio Conservador. Em resumo, a implantação do diretório dissidente representou uma iniciativa para congregar conservadores provenientes de distintas esferas da vida social catarinense. No diretório oficial, por outro lado, havia pouca variação quanto às atividades profissionais dos seus componentes. Manuel de Oliveira formou um *Grêmio* que promoveu o fortalecimento político dos negociantes e, em menor escala, dos militares.

Segundo, cabe mencionar que a formação do diretório dissidente foi uma oportunidade para a retomada da atividade política de antigos mandatários. Assim, no contexto da reorganização local do Partido Conservador, houve correligionários que não conseguiram recuperar um espaço na vida interna do diretório oficial. Em última análise, a formação do grêmio dissidente significou a aliança entre três categorias de conservadores.

Uma categoria era composta por egressos do Partido Progressista. No decorrer dos anos 1860, uma parcela dos dissidentes mantivera ligações com a agremiação que controlava o Gabinete Ministerial e as nomeações para cargos provinciais. O presidente e o 3º secretário do diretório dissidente pertenciam a tal categoria⁴⁰.

A segunda categoria era formada por correligionários que não desempenhavam mandatos desde o ano de 1862, época em que os progressistas ascenderam ao comando do Gabinete Ministerial. Tal grupo, portanto, era constituído por políticos veteranos que não se conservaram em uma posição de protagonismo na cena partidária daquela província.

Há indícios de que um veterano ligado ao diretório dissidente foi integrado aos esquemas de nomeações comandados pelos progressistas ao longo daquela década. Tal indivíduo era o ex-deputado provincial Anfilóquio Nunes Pires (1819-1889). Em julho de 1867, época em que o Partido Conservador permanecia como agremiação oposicionista, Pires

40 – Em 1863, Miguel Lobo integrou a chapa de eleitores do Partido Progressista no município de Desterro. *O Despertador*, Desterro, n. 63, 11 ago. 1863, p. 1. De sua parte, João Prado foi nomeado Promotor de Justiça no período em que os progressistas controlavam o Governo de Santa Catarina. *O Despertador*, Desterro, n. 204, 27 dez. 1864, p. 1.

obteve uma nomeação. O cargo que ele conquistou era o de Oficial-Maior da Secretaria do Governo Provincial⁴¹.

Uma semelhança entre o *Grêmio Conservador* e o diretório dos insurgentes reside no fato de que ambos eram formados por indivíduos que mantiveram ligações com o Partido Progressista. Em Santa Catarina, nesse período, a concessão de nomeações era a principal forma de cooptar de correligionários do Partido Conservador ao grupo político formado pelos situacionistas⁴². Portanto, no decorrer dos anos 1860, uma parte dos conservadores dessa província não atuou de modo permanente no combate à agremiação adversária.

Por fim, a terceira categoria de membros do diretório dissidente era formada por indivíduos que não exerceram mandatos até o começo dos anos 1870. O Quadro 2 evidencia que, nesse contexto, a metade dos integrantes desse órgão partidário ainda não havia disputado eleições. Essa parcela de dissidentes era constituída por indivíduos que ocuparam cargos comissionados apenas de modo eventual. Era inexpressiva, portanto, a vivência desses correligionários na vida político-administrativa da província.

Em última análise, o diretório dissidente contava com a presença de indivíduos que, à época da reorganização administrativa do Partido Conservador, haviam aderido ao grupo político de seus adversários. Ele também era composto por correligionários desprovidos de uma base eleitoral e de relevante experiência na administração provincial. Na seção seguinte deste artigo, trata-se de demonstrar que a baixa projeção política não impediu que os dissidentes conquistassem o apoio de agentes da administração imperial. Tal apoio era crucial para que eles, os dissidentes, pudessem contrabalançar a influência do *Grêmio* presidido por Manuel de Oliveira.

41 – *Despertador*, Desterro, n. 465, 05 jul. 1867, p. 2.

42 – O citado Manuel Marques Guimarães, por exemplo, participou das políticas de nomeações conduzidas pelos progressistas. Em 1863, ele obteve o posto de Delegado de Política de Desterro. *O Despertador*, Desterro, n. 10, 17 fev. 1863, p. 1.

A ação política dos dissidentes: natureza e implicações de suas alianças

As mais intensas movimentações políticas dos dissidentes do Partido Conservador catarinense abrangem os meses de dezembro de 1870 a janeiro de 1871. A proximidade de uma disputa para a Câmara dos Deputados provocou o aumento da atividade eleitoral dos antagonistas do diretório oficial. Contudo, a exoneração do presidente e do vice-presidente da província levou à desorganização do grupo dos dissidentes. Assim, os principais aliados dos insurgentes estavam acomodados em posições centrais do Governo Provincial. Para o conhecimento das relações entre os integrantes da dissidência e os agentes da administração imperial em Santa Catarina, cumpre sustentar três afirmações.

Primeiro, convém salientar que, no referido período, houve bacharéis adventícios que exerceram relevantes funções na administração catarinense. Tais bacharéis eram o paranaense Francisco Ferreira Correia (1834-1876) e o baiano Manuel Vieira Tosta Filho (1839-1922). O primeiro exerceu o posto de presidente de Santa Catarina, de maio de 1870 a janeiro de 1871. O segundo, em tal contexto, desempenhou os cargos de chefe de Polícia e 1º vice-presidente da citada província. Eles pertenciam a parentelas marcadas por antigos vínculos com o Partido Conservador.

Francisco Correia provinha de uma família que controlava essa agremiação no litoral do Paraná. No período em tela, um de seus irmãos exercia mandato de deputado geral por essa província⁴³. O genitor de Tosta Filho, por sua vez, era membro do Gabinete presidido pelo Visconde de Itaboraí. Nessa época, ele continuava a desempenhar o posto de ministro da Guerra. Portanto, Correia e Tosta Filho estavam integrados a círculos sociais compostos por membros da elite imperial. A formação jurídica, a

43 – Tratava-se do bacharel Manuel Francisco Correia (1831-1905). Acerca das ligações familiares dos membros da elite política do Paraná provincial, ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná* (1853-1930). Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

conquista de cargos ministeriais e o exercício de mandatos no Parlamento eram aspectos inerentes às carreiras dos integrantes dessa elite⁴⁴.

Francisco Correia e Tosta Filho não possuíam um sólido pertencimento ao jogo político de suas províncias de origem. Correia desempenhou um mandato parlamentar por breve período. Em 1859, na condição de deputado suplente, ele participou de sessões da Assembleia Legislativa do Paraná⁴⁵. Tosta Filho, por seu turno, jamais exerceu mandatos. Ele também não ocupou cargos em sua província natal⁴⁶. A época em que conquistaram postos administrativos em Santa Catarina foi o momento de maior influência de tais indivíduos na vida interna de um partido.

A aproximação desses bacharéis com os conservadores dissidentes foi marcada por articulações em favor do lançamento de Tosta Filho como candidato a deputado geral. Essa candidatura não foi homologada. No entanto, as suspeitas de que ela conquistaria apoios entre os conservadores da província desencadeou uma crise na agremiação⁴⁷. Os cor-religionários de Manuel de Oliveira consideravam que a realização das ambições eleitorais de Tosta Filho transformaria Santa Catarina em um *feudo* político desse bacharel⁴⁸.

Nos anos 1860, o descontentamento com as candidaturas de adventícios fora um elemento comum à vida política de províncias que compunham as pequenas bancadas da Câmara dos Deputados. A crítica de uma parte dos conservadores às pretensões eleitorais de Tosta Filho significou uma reação contra a interferência de funcionários do Governo Imperial na cena partidária de Santa Catarina. Essa interferência não era praticada apenas por membros do Partido Conservador. Ao tempo do predomínio

44 – Concernente às principais características desse perfil, ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

45 – *Dezenove de Dezembro*, Curitiba, n. 91, 16 fev. 1859, p. 4.

46 – VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Concorde, 1918, p. 306-307.

47 – *A Província*, Desterro, n. 4, 22 out. 1870, p. 1.

48 – *A Província*, Desterro, n. 16, 14 jan. 1871, p. 1.

do Partido Progressista, ela ocorreu em províncias como o Amazonas e o Paraná⁴⁹.

De todo modo, os dissidentes do Partido Conservador catarinense encararam a aliança com Francisco Correia e com Tosta Filho como uma estratégia para se fortalecerem no jogo político regional. Um dos principais benefícios dessa aliança consistiu no fato de que esses adventícios controlavam os esquemas locais de preenchimento de cargos públicos. Cumpre, assim, fundamentar a segunda afirmação desta seção.

Essa afirmação salienta que o controle exercido por Correia e por Tosta Filho sobre esses esquemas reduziu a influência política dos integrantes do *Grêmio Conservador*. Os partidários de Manuel de Oliveira que ocupavam postos no Governo Provincial foram demitidos pelos citados bacharéis. A exoneração de correligionários de Oliveira foi criticada pelo jornal *A Província*, órgão ligado ao *Grêmio*. Segundo o redator do periódico, essas demissões derivavam da estratégia de minar a força política dos gestores do Partido Conservador catarinense. Assim, o presidente e o 1º vice-presidente da província almejaram enfraquecer os defensores do *Grêmio* ao impor a eles a perda de seus cargos públicos. No excerto transcrito a seguir, há a informação de que, no rol dos funcionários exonerados, havia dirigentes municipais da agremiação:

O que significa a demissão de tantos funcionários públicos, uns chefes e outros devotados da seita conservadora? O que significa isso senão que esses demissionários não satisfazem as esperanças do atual governo, para que se realizem seus planos temerários? [...] Como há de negar que os Srs. Corrêa e Tosta procedem maquiavelicamente, quan-

49 – No ano de 1862, o advogado baiano Zacarias de Góis de Vasconcelos (1815-1877) venceu uma eleição para deputado geral pelo Paraná. A presença desse adventício na cena política paranaense não agradara a uma parte do eleitorado dessa província. Segundo os críticos desse bacharel, a sua participação nesse pleito inviabilizou as candidaturas dos chefes locais dos partidos monárquicos. *A Ordem*, São Paulo, n. 5, 30 jun. 1862, p. 4. Em 1863, o advogado Francisco Carlos de Araújo Brusque (1822-1886), natural do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado geral pelo Amazonas. Tal fato descontentou a uma parcela dos eleitores dessa província. *A Actualidade*, Rio de Janeiro, n. 528, 24 set. 1863, p. 2.

do se vê demitidos membros influentes, chefes respeitáveis do Partido Conservador, em todas as localidades da província⁵⁰?

A consolidação da influência de Francisco Correia e de Tosta Filho sobre a vida política catarinense não se concretizaria apenas com o afastamento de próceres locais do Partido Conservador das esferas administrativas. Era também necessário o apoio do Gabinete Ministerial e do diretório nacional da agremiação. Cumpre, pois, fundamentar a terceira afirmação desta seção.

Tal afirmação reconhece que os dissidentes ambicionaram conquistar o respaldo do *Centro da União Conservadora* para concretizar o projeto de instituir um novo diretório conservador em Santa Catarina. Ou seja, eles buscaram o aval do diretório nacional do partido para destituir as antigas lideranças do *Grêmio* oficial. Porém, esse aval não foi conquistado. O diretório nacional não interferiu na disputa entre os conservadores catarinenses. O não envolvimento do *Centro Conservador* permitiu que Manuel de Oliveira continuasse a comandar localmente a agremiação.

Em carta enviada ao *Diário do Rio de Janeiro*, o deputado geral Jesuíno Lamego da Costa destacou que o diretório nacional não se reuniu para analisar o reconhecimento do grêmio dissidente. O secretário diretório, Luís Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884), assegurou a Lamego que tal órgão não tomara qualquer decisão sobre o reconhecimento do novo diretório⁵¹. Lamego também salientou que Francisco Correia atuava como um chefe de partido, pois se movimentava para lançar uma candidatura alinhada aos conservadores insurgentes. Atente-se à seguinte passagem da carta de Lamego:

Em uma carta dirigida a um parente meu, o Sr. Corrêa, presidente da província, comunica-lhe que o *seu grêmio conservador* o apresenta candidato à deputação provincial e espera que ele aceite por essa aquisição favorável meus interesses políticos: agradecendo este e tantos outros favores que a sua generosidade e amor ao partido me tem dispensado, aproveito a ocasião para declarar a S. Ex. e ao Partido

50 – *A Província*, Desterro, n. 7, 12 nov. 1870, p. 1-2.

51 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 358, 28 dez. 1870, p. 3.

Conservador da província de Santa Catarina que, embora respeite alguns membros do improvisado grêmio, habilmente iludidos, nunca tive nem posso ter outros muitos como amigos políticos. Terminando, lamento que o Sr. Corrêa não tenha sabido apreciar justamente o caráter de meus comprovincianos e a firmeza de suas crenças, e que me tenha nivelado com os ganhadores políticos, parasitas de todas as crenças⁵².

Desse modo, Francisco Correia ambicionara não apenas o apoio dos dirigentes nacionais do Partido Conservador. Ele também almejou constituir uma aliança com lideranças catarinenses que atuavam no Parlamento do Império. No entanto, o Gabinete Ministerial presidido pelo Visconde de São Vicente, o qual fora organizado em 29 de setembro de 1870, não endossou as pretensões políticas de Correia e de Tosta Filho⁵³. Em última análise, o Gabinete impediu que o filho do presidente nacional do Partido Conservador continuasse a ascender ao comando do diretório que essa grei instalara em Santa Catarina.

O Gabinete exonerou Tosta Filho dos cargos de chefe de Polícia e 1º vice-presidente da província. Em seguida, esse advogado conquistou a nomeação para Juiz de Direito da Comarca de Paraíba do Sul, na Província do Rio de Janeiro⁵⁴. De sua parte, Francisco Correia foi destituído da presidência de Santa Catarina. Ele foi substituído pelo bacharel carioca Joaquim Bandeira de Gouvêa (1812-1878). Tal substituição significou a recuperação da força política dos conservadores ligados a Jesuíno Lamego⁵⁵. Após deixar o Governo de Santa Catarina, Correia obteve o posto de presidente da Província do Espírito do Santo⁵⁶. Uma das consequências dessas exonerações consistiu na readmissão de funcionários comissionados que haviam sido retirados de seus cargos por determinação de Correia e de Tosta Filho⁵⁷.

52 – *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 358, 28 dez. 1870, p. 3. Grifos no original

53 – NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order...* Op. cit., p. 410.

54 – *A Regeneração*, Desterro, n. 260, 19 mar. 1871, p. 1.

55 – *A Regeneração*, Desterro, n. 251, 16 fev. 1871, p. 2.

56 – *A Regeneração*, Desterro, n. 241, 12 jan. 1871, p. 1.

57 – Em março de 1871, por exemplo, Manuel da Rocha Pires retornou ao posto de Sub-

Em última instância, o Gabinete interveio nas contendas entre os conservadores catarinenses por meio da demissão de funcionários adventícios que estavam a cultivar ligações com a ala dissidente da agremiação. A exoneração de tais funcionários desorganizou o grupo dos dissidentes. Na época da eleição suplementar de 1871, tais dissidentes não possuíam a força política necessária para sustentar uma candidatura. A interferência do Gabinete fortaleceu politicamente os membros do *Grêmio* oficial.

Conciliação entre chefes políticos e formas de atuação na vida partidária: os destinos dos membros dos diretórios oficial e dissidente do Partido Conservador catarinense

A finalidade desta seção consiste em investigar os destinos políticos dos indivíduos que se envolveram nas disputas pelo controle do Partido Conservador catarinense. De um lado, cumpre destacar que a exoneração dos mencionados bacharéis adventícios propiciou a formação de uma aliança entre os dissidentes e os antigos componentes do *Grêmio*. De outro lado, cabe reconhecer que as carreiras políticas desenvolvidas pelos contendores não experimentaram substanciais mudanças. Ao longo dos anos 1870, esses antigos adversários continuaram a exercer ocasionalmente cargos em instituições provinciais e municipais. Nesse contexto, não houve o surgimento de novas lideranças conservadoras em Santa Catarina. Para a demonstração de tais afirmações, trata-se de analisar as informações inseridas no Quadro 3.

Quadro 3 – Desfecho da atuação política e profissional dos membros do diretório oficial do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (posterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (posterior a 1870)
Manuel José de Oliveira	Advogado provisionado	0	7
Ovídio Antônio Dutra	Funcionário do Governo de Santa Catarina	0	1
Leonardo Jorge de Campos	Tabelião	0	0
Domingos Luiz da Costa	Militar	0	2
Floriano José Vilela	Negociante	0	1

delegado de Santo Antônio. *A Província*, Desterro, n. 24, 18 mar. 1871, p. 2.

Jerônimo de Sousa Freitas	Negociante	0	0
João Antônio Monteiro Braga	Negociante	0	1
João José Pinheiro	Militar	0	7
João Pedro Carreirão	Negociante	1	0
José de Vasconcelos Cabral	Negociante	0	0
Justino José de Abreu	Negociante	0	0
Manuel Francisco Tavares	Negociante	0	0
Manuel José de Sousa Conceição	Militar	1	2
Manuel Marques Guimarães	Negociante	0	1

Fontes: *A Regeneração* (SC); *Folha Livre* (SC); *Gazeta de Joinville* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

O estudo de tal Quadro possibilita a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre destacar que, em sua maior parte, os membros do *Grêmio Conservador* de Santa Catarina não conquistaram decisivas oportunidades de ação na vida política a partir dos anos 1870. A camada majoritária dos integrantes do *Grêmio* permanecera eleitoralmente pouco competitiva. Assim, foi apenas o militar João José Pinheiro que experimentou o crescimento de sua influência na cena partidária da província. Esse crescimento é evidenciado no fato de que ele obteve sete mandatos de deputado provincial ao longo dos decênios de 1870 e 1880⁵⁸.

João José Pinheiro e Manuel de Oliveira foram os únicos membros fundadores do *Grêmio Conservador* catarinense que ocuparam de forma mais duradoura posições relevantes no jogo político local. A partir dos anos 1870, uma parte desses fundadores se manteve distante das instituições do Poder Legislativo e dos esquemas de nomeação para cargos públicos. Mais especificamente, uma parcela dos correligionários de Manuel de Oliveira não conquistou funções destacadas no ordenamento administrativo de Santa Catarina após o término do dissídio no Partido Conservador.

A segunda constatação afirma que Oliveira assegurou o seu predomínio sobre a vida interna do Partido Conservador catarinense. Ele exerceu

58 – Ver PIAZZA, Walter. *O Poder Legislativo...* Op. cit.

por duas décadas o posto de dirigente regional da grei. Em 1885, houve a substituição de membros da cúpula do diretório. Oliveira, contudo, preservou a sua condição de presidente do órgão⁵⁹. A sua longa permanência nesse posto denota os limites da renovação da cúpula do Partido Conservador em tal província.

A esse respeito, cumpre destacar que, no mencionado ano, o cargo de 1º Secretário do Grêmio foi destinado a Leonardo Jorge de Campos. Conforme salientado no Quadro 1, esse tabelião ocupara o posto de 2º secretário do *Grêmio Conservador* implantado em Santa Catarina no ano de 1867. De outra parte, trata-se de destacar que o diretório constituído em 1885 também contava com a presença de Júlio Melchior, que assumira o posto de vogal⁶⁰. O Quadro 2 evidencia que tal indivíduo desempenhara idêntica função no diretório dissidente constituído em 1870. Quinze anos após o surgimento de uma crise no Partido Conservador catarinense, havia remanescentes dos diretórios oficial e dissidente que continuavam a exercer concreta interferência na vida interna da agremiação.

Em suma, Manuel de Oliveira se conservou na condição de notabilidade local. O seu poder político era suficiente para lhe assegurar mandatos de deputado provincial e o controle da Mesa Executiva de sua agremiação. Entretanto, ele possuía dificuldades para exercer uma interferência em eleições gerais. Oliveira encontrou obstáculos para influir na escolha de postulantes à Câmara dos Deputados. Ele também experimentou reveses quando tentou se candidatar a essa instituição. Por consequência, cumpre dedicar atenção ao caso da eleição suplementar para uma vaga de deputado geral por Santa Catarina. Tal pleito ocorreu em fevereiro de 1873.

Manuel de Oliveira não obteve o apoio do Governo Provincial e dos dirigentes nacionais do partido para se lançar como candidato⁶¹. Em seguida, sustentou o nome do engenheiro militar Sebastião Antônio Rodrigues

59 – *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 385, 03 out. 1885, p. 4.

60 – *Gazeta Paranaense*, Curitiba, n. 385, 03 out. 1885, p. 4.

61 – *A Regeneração*, Desterro, n. 398, 01 ago. 1872, p. 2.

Braga Júnior (1836-1890)⁶². No entanto, outra ala do partido preferiu apoiar o militar Tomás Pedro de Bittencourt Cotrim (1826-1879). Essa ala era politicamente alinhada ao então presidente da província, Inácio Accioli de Almeida⁶³.

O candidato preferido pelo Governo Provincial suplantou o postulante avalizado por Manuel de Oliveira. Ao passo que Cotrim obteve 112 votos, Braga Júnior amealhou 78 sufrágios⁶⁴. Tais informações evidenciam que, três anos após a abertura de uma dissidência no *Grêmio* catarinense, a vida interna desse órgão permanecia marcada por disputas referentes ao lançamento de candidaturas.

Nesse contexto, houve ocasiões em que o presidente do diretório regional não conseguiu aliados na tarefa de fortalecer as candidaturas de sua predileção. Em boa medida, a dificuldade de reunir numerosas adesões aos seus candidatos decorreu do fato de que o Governo Provincial interferia na vida interna da grei. Portanto, a exoneração de Francisco Correia da presidência de Santa Catarina não pusera fim ao envolvimento de agentes da administração imperial nos assuntos eleitorais da província.

Compete, por consequência, investigar os destinos políticos dos dissidentes do Partido Conservador catarinense. Para tanto, é preciso dedicar atenção às informações presentes no Quadro 4.

Quadro 4 – Desfecho da atuação política e profissional dos membros do diretório dissidente do Partido Conservador de Santa Catarina

Nome	Profissão	Total de nomeações para cargos públicos (posterior a 1870)	Total de mandatos no Poder Legislativo (posterior a 1870)
Miguel de Sousa Lobo	Negociante	0	1
José Joaquim Lopes	Jornalista	1	0
Anfilóquio Nunes Pires	Procurador Fiscal da Fazenda Provincial	2	2

62 – *O Despertador*, Desterro, n. 1037, 11 jan. 1873, p. 1.

63 – *A Regeneração*, Desterro, n. 454, 27 fev. 1873, p. 2.

64 – BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Tomo 5. Rio de Janeiro: J. Villeneuve, 1873, p. 92.

Domingos Gonçalves da Silva Peixoto	Secretário da Câmara Municipal de Desterro	0	0
João do Prado Faria	Juiz Municipal e do Comércio	3	2
Antônio Delfino dos Santos	Negociante	0	0
Bernardo Alves de Moura	Militar	0	0
Joaquim de Almeida Lobo Gama d'Eça	Militar	0	0
Júlio Melchior von Trompowsky	Militar	1	1
Manuel Moreira da Silva	Negociante	0	0
Sebastião de Sousa e Mello	Engenheiro Militar	0	2
Sérgio Lopes Falcão	Advogado	1	2

Fontes: *A Regeneração* (SC); *Folha Livre* (SC); *Gazeta de Joinville* (SC); *O Conservador* (SC); *O Despertador* (SC).

As informações expostas nesse Quadro permitem a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, compete ressaltar que a metade dos membros do diretório dissidente obteve mandatos eletivos nos anos seguintes ao fim do conflito com o *Grêmio Conservador*. Em boa medida, os conservadores insurgentes não encontraram dificuldades para assegurar uma participação nas instituições políticas da província nos decênios de 1870 e 1880.

O conflito entre esses setores do partido cessou em agosto de 1873. Nessa época, ocorreu a conciliação entre os grupos liderados por Manuel de Oliveira e por Miguel Lobo. O acordo estabelecido nessa ocasião conferiu a Oliveira o posto de presidente honorário do *Grêmio*. Lobo, por sua vez, foi investido na posição de presidente da Mesa Executiva do órgão⁶⁵. A aliança entre esses antigos adversários possibilitou que uma parte dos dissidentes fosse incorporada a agências da administração provincial. Trata-se, pois, de fundamentar a segunda constatação desta seção.

Tal constatação afirma que a obtenção de cargos comissionados e a eleição para a Assembleia Legislativa foram as principais oportunidades conquistadas pelos dissidentes após a conciliação com os membros do diretório oficial. Anfilóquio Nunes Pires, por exemplo, auferiu o posto de

65 – *A Regeneração*, Desterro, n. 501, 14 ago. 1873, p. 3.

Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial, em 1874⁶⁶. Analogamente a Pires, o advogado Sérgio Lopes Falcão (1811-1882) voltou a ser incluído nas chapas de deputado provincial confeccionadas pelo *Grêmio*. Assim, uma das implicações do fim da dissidência consistiu no retorno de políticos veteranos às esferas locais do Poder Legislativo e aos órgãos da administração provincial.

Considerações finais

O presente artigo buscou produzir um entendimento acerca da organização interna e dos desdobramentos das contendas ocorridas no Partido Conservador catarinense, no início dos anos 1870. Em um sentido amplo, o propósito desse estudo consistiu em avançar na compreensão sobre os fatores da eclosão e da resolução de conflitos entre lideranças regionais de uma agremiação monárquica. Há três resultados centrais apresentados nesta investigação.

Primeiro, cumpre destacar que, na referida época, o controle sobre a homologação de candidaturas parlamentares era um motivo crucial para a ocorrência de dissídios entre os conservadores catarinenses. Os dirigentes locais da agremiação não possuíam o apoio integral dos filiados para indicarem os candidatos de sua preferência. Portanto, a reestruturação administrativa ocorrida no Partido Conservador, no fim dos anos 1860, não foi sucedida pela instauração de uma vida interna mais estável. O caso de Santa Catarina contém evidências de que essa reestruturação gerou o fracionamento dos correligionários. Um dos motivos desse fracionamento era a competição pelo controle da Mesa Executiva do diretório regional. Tal controle era uma etapa fundamental para a conquista da legitimidade de indicar candidaturas.

Segundo, trata-se de destacar que existiam semelhanças entre os conservadores ligados aos diretórios oficial e dissidente de Santa Catarina. Ambas as alas eram constituídas por ocupantes eventuais de cargos comissionados e de mandatos eletivos. Tais diretórios contavam com a pre-

66 – *A Regeneração*, Desterro, n. 620, 29 out. 1874, p. 2.

sença de indivíduos desprovidos de longa experiência na vida partidária. Nesse cenário, o principal elemento da força política dos dissidentes consistiu na aliança com membros do Governo Provincial. Tais membros eram bacharéis adventícios que tinham o intuito de exercer uma ingerência sobre o Partido Conservador catarinense.

Desse modo, Santa Catarina foi o espaço em que dois advogados sem relevante projeção em suas províncias de origem tentaram se consolidar como chefes partidários. A capacidade de influir nos esquemas de nomeações para cargos públicos permitiu o fortalecimento de tais indivíduos na cena política catarinense. Assim, demonstrou-se que a aliança entre os dissidentes e os agentes da administração imperial foi um fator de instabilidade no Partido Conservador de Santa Catarina.

Terceiro, cumpre destacar que o término da mencionada querela foi derivado da interferência do Gabinete Ministerial. A demissão dos funcionários envolvidos em articulações eleitorais possibilitou a gradual reaproximação entre setores do Partido Conservador catarinense. O encerramento do conflito foi marcado pela conciliação entre as alas rivais. O principal efeito dessa conciliação consistiu em acomodar os líderes dos diretórios oficial e dissidente em posições proeminentes do novo *Grêmio*. Posteriormente à solução da contenda, não houve modificação no padrão das carreiras políticas dos chefes do Partido Conservador de Santa Catarina. Um dos elementos intrínsecos a esse padrão era a restrita circulação institucional. Após o ano de 1873, o exercício de cargos em instituições locais permaneceu como o limite da ação política dos antigos contendores.

Texto apresentado em junho de 2020. Aprovado para publicação em setembro de 2020.

ENCOBRINDO E MULTIPLICANDO: OS PARENTES DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA (MARQUÊS DE OLINDA) E O TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS PARA O BRASIL NO OITOCENTOS

CONCEALING AND MULTIPLYING: THE RELATIVES OF PEDRO DE ARAÚJO LIMA (MARQUIS OF OLINDA) AND SLAVE TRAFFICKING IN BRAZIL OF THE 19TH CENTURY

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA¹

Resumo:

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda (1793 – 1870), ficou conhecido pelo longo caminho traçado, com sucesso, na política imperial brasileira. Filho de senhor de engenho (Manoel de Araújo Lima) de Pernambuco, ascendeu, politicamente, alicerçado por grupos de traficantes de escravizados que atuavam naquela Província. Seus parentes mais próximos (sobrinhos) compravam e vendiam gente, entre as décadas de 1830 e 1840, sob os olhares do tio. Nosso artigo tem, por objetivo, mostrar a atuação da família do Marquês de Olinda no tráfico atlântico de escravizados no Oitocentos. Partimos de anotações realizadas por Manoel de Araújo Lima (acondicionadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), de cartas (IHGB), de periódicos (Hemeroteca Digital) e de Inventários Post-Mortem (Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano) para percebermos como Olinda estava envolvido no tráfico de escravizados.

Palavras-chave: Política Imperial; Tráfico de escravizados; Marquês de Olinda.

Abstract:

Pedro Araújo Lima, Marquis of Olinda (1793 – 1870), was well known for his long journey traced, successfully, in the Brazilian imperial policy. As son of a Master of mill (Manoel de Araújo Lima) from Pernambuco, rose, politically, based on groups of enslaved traders that worked in that province. His closest relatives (nephews) bought and sold people, between the decades of 1830 and 1840, in the uncle eye. Our article has, as objective, to show the acting of Marquis of Olinda's family in Atlantic trade of enslaved in the XIXth century. We begin from notes made by Manoel de Araújo Lima (secured in the Brazilian Historical and Geographical Institute), letters, (IHGB), periodicals (Digital Newspaper Library) and Post-Mortem Inventories (Archeological, Historical and Geographical Institute of Pernambuco) to realize how Olinda was involved in enslaved trafficking.

Keywords: Imperial politics; slave trafficking; Marquis of Olinda.

Introdução

Pedro de Araújo Lima ficou mais conhecido a partir do título que recebeu, em 1854, de Marquês de Olinda², do que pelo próprio nome.

1 – Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Curso de História da Universidade Católica de Pernambuco. Docente do Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: cadenapaulo@gmail.com.

2 – PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Dicionário Biográfico de Pernambuca-*

Alexandre José de Mello Moraes, em 1866, chegou a chamá-lo “o maior vulto que ainda resta do primeiro reinado, e o mais considerado cidadão que possui o Brasil, depois do imperador³”. Assim, para o médico e político alagoano, Olinda era o homem mais importante do Império do Brasil, depois de D. Pedro II. Havia sido deputado geral, senador, regente e ministro. Talvez não fosse Mello Moraes o único a pensar na relevância de Olinda. Em 1870, ano da morte do Marquês de Olinda, o vereador Lobo Moscoso requereu que a rua da Cadeia do Recife fosse chamada rua Marquês de Olinda⁴. No Rio de Janeiro, o Dr. Eiras propôs que a rua Olinda passasse à rua Marquês de Olinda⁵. Os dois requerimentos foram aprovados e os nomes das vias, até hoje, continuam os mesmos. O problema maior dá-se com os passantes: percorrem as ruas e não sabem quem era aquele Marquês. Em 1931, Câmara Cascudo havia alertado: “é o mais esquecido dos políticos imperiais⁶”. Talvez isso se dê pela pouca simpatia com que a maioria dos contemporâneos o descreveu.

A imagem do Marquês de Olinda como aquele que matava quem o contrariava era, na década de 1860, já velha. Corria, entre os contemporâneos, a historieta da morte de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, que, no parlamento, em setembro de 1856, teria sido acometido por um ataque em sua saúde, após discussão com Olinda. No leito de morte, ainda respondia ao adversário pernambucano⁷.

nos Célebres. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 740.

3 – INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). Cod. 193.6.27 n.2. MELLO MORAES, Alexandre José de. *Biographia do Exm. Sr. Marquez de Olinda*. Rio de Janeiro: Typographia de PINHEIRO & comp., Rua Sete de Setembro, N. 165, 1866, p. 3.

4 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 23 de agosto de 1870. Nº 189. Acesso em: 11/06/2020.

5 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1871. Nº 39. Acesso em: 30/06/2020.

6 – CÂMARA CASCUDO, Luis da. *O Marquez de Olinda e seu tempo (1793 – 1870)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 32. Nessa página, a assinatura do autor aparece sob a data de março de 1931.

7 – MACEDO, Joaquim Manoel de. *Anno Biographico Brasileiro*. Terceiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artistico, 1876, p. 23.

Como é natural dos que nascem, um dia, quem morreu, foi o Marquês de Olinda, em 1870. O motivo do óbito, dado pelos médicos, era o “amolecimento agudo do cérebro complicado de hemorragia”⁸. O “amolecimento” era a causa patológica, havia outra: o Marquês de Olinda era favorável ao esbulho das propriedades das ordens religiosas. Assim, teria “o tribunal da divina justiça” chamado o político pernambucano para prestar contas da medida: era a notícia que corria⁹. Dessa forma, o Marquês de Olinda morria envolto em mistério. O próprio Deus, rancoroso, levou o senador: era como alguns contemporâneos colocavam.

Retornemos a 1856. Naquele ano, em 11 de junho, o Marquês de Olinda passava escritura de venda de partes do Engenho Boa Vista, situado em Sirinhaém, comarca de Rio Formoso, Pernambuco. O procurador do Marquês de Olinda foi Manoel Gonçalves da Silva e o valor acertado, 14 contos de réis, em 3 pagamentos a cada mês de maio de 1857, 58 e 59. No primeiro golpe de vista, as informações podem ser triviais: um senhor de engenho vende partes de uma propriedade a outros senhores de engenho. Entretanto, nem tudo é tão óbvio¹⁰.

Até 1839, o pai do Marquês de Olinda, Manoel de Araújo Lima, possuía uma parte no Engenho Boa Vista, correspondente a 1 conto 419 mil e 900 réis. Em 1839, a mãe do Marquês comprou outra parte; e, em 1841, mais uma. Em 1844, quando do inventário do casal Araújo Lima, na partilha, as contas de Boa Vista ficavam para o filho ex-regente. Ainda assim, parece algo normal: uma família, residente em Sirinhaém, com engenhos, comprava terras em mais uma propriedade, próxima às suas¹¹.

8 – HEMEROTECA DIGITAL. *O Liberal*. Recife, 14 de julho de 1870. Nº 201. Acesso em: 10/06/2020.

9 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de julho de 1870. Nº 162. Acesso em: 10/06/2020.

10 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211A Pasta 35. Escritura de venda, aos irmãos Accioly Lins da parte de terras que possuem no Engenho Boa Vista. Vendedores: Marqueses de Olinda. Junho de 1856.

11 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 211A Pasta 35. Carta do Marquês de Olinda a Sebastião Accioly Lins.

Em 1838, um dos sócios do Engenho Boa Vista era Antonio Marques da Costa Soares. Possuía, ao menos, os engenhos Trapiche e Água Fria. Era sócio do Campina, do Boa Vista e do Guilebra. A descrição do Engenho Trapiche, no inventário de Costa Soares, é bastante curiosa: “O Engenho Trapiche de animais moente corrente, com casas de engenho, purgar, senzala, estrebaria, destilação, encaixamento, [...] capela [...] tudo de pedra e cal¹²”.

Até agora, quem lê este texto deve pensar: não tem nada demais; a maioria dos engenhos descritos em inventários pelo Oitocentos apresenta as mesmas características. Todavia, dizemos-lhe a resposta com o seguinte: “confinando ao Norte com o Engenho Anjo, ao Sul com as terras do Engenho Boa Vista, ao nascente com a praia, ao poente com as terras dos Engenhos Água Fria e Palma¹³”. Ou seja: o Engenho Trapiche fazia fronteira com a praia. Marcus Carvalho demonstrou: os engenhos de praia serviam, depois de 1831, com a proibição do tráfico de escravizados ao Brasil, de portos clandestinos de desembarque de cativos¹⁴. O valor dele era altíssimo: 72:000#000. Para comparar-se: um engenho na mesma região, Sirinhaém, de igual proprietário, sem praia, chamado Campina, custava 12:000#000. A praia como vizinha fazia toda a diferença. Os cativos poderiam ser despejados ali, na ilegalidade, dentro das terras do senhor. Se observarmos, na descrição, o Engenho Boa Vista também tinha fronteira com a praia, já que ficava a sul do Trapiche, quando ele, ao nascente, chegava ao mar. Talvez, por isso, o Boa Vista tivesse tantos sócios¹⁵.

Ao menos em 1838, o pai de Pedro de Araújo Lima era um dos beneficiados com aquele porto, junto a Costa Soares. Se, pela década de 1840, o valor que possuía Manoel de Araújo Lima era 10:211#000¹⁶ e, em 1838,

12 – INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO (IAHGP). Inventário de Antonio Marques da Costa Soares. 1838.

13 – IAHGP. Inventário de Antonio Marques da Costa Soares. 1838.

14 – CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O Desembarque nas Praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 167, julho/dezembro de 2012, p. 223-260.

15 – IAHGP. Inventário de Antonio Marques da Costa Soares. 1838.

16 – IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 210 Pasta 44. Inventário dos bens do casal dos falecidos Manuel de Araújo Lima e sua mulher Dona Anna Teixeira Cavalcante, pais

Costa Soares 2:298#122, em Boa Vista, havia muito mais gente por ali, se associando, já que o valor desses dois, somados, não chegam nem perto de 72:000#000. O negócio deveria ser tão lucrativo, que Costa Soares possuía o engenho Trapiche inteiro e parte do seu vizinho. Dessa forma, somos lançados aos indícios de que Manoel de Araújo Lima investia no comércio de gente: ter engenho à beira-mar era bastante estratégico. Não podemos esquecer: por volta de 1844, com o inventário de Manoel de Araújo Lima findo e o filho político recebendo 99:008#085, ficaria para ele o valor de 10:211#000, em Boa Vista¹⁷.

Quem fez essa leitura, até agora, e conhece a narrativa do Desembarque de Sirinhaém deve ter percebido: alguns nomes de engenhos aparecidos aqui se ligam com aquela história. Ainda mais: quem comprou os Engenhos Trapiche (aquele com vista para o mar) e o Água Fria, em hasta pública, foi Gaspar de Menezes Vasconcellos Drummond por 166:000#000¹⁸.

Para quem não conhece o desembarque, faremos um breve resumo. Era 11 de outubro de 1855. Um palhaborde fundeu na baía de Sirinhaém com carga de escravos. No mesmo dia, um indivíduo procurou o Coronel Gaspar de Menezes Vasconcelos de Drummond, no Engenho Trapiche. Mas o coronel que desejava avistar era outro e, por engano, apresentou a Drummond a sua estada ali: trazia um carregamento de cativos para ele, vindo de Angola. Na verdade, o coronel que deveria ter sido procurado era João Manoel de Barros Wanderley. Drummond era o delegado de Sirinhaém; todavia, estava afastado do cargo desde 1849. Mesmo assim, poderia ter prendido o sujeito: não o fez. Drummond mandou chamar o filho, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond, em seu Engenho Anjo, no dia 11. Antonio só chegou no seguinte, 12, depois que o capitão da embarcação havia fugido. No fim das contas, a história envolveria o presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo, o Cônsul inglês, o Visconde de Camaragibe, Nabuco de Araújo e mais sem número

de Pedro de Araújo Lima.

17 – *Idem*.

18 – IAHGP. Inventário de Antonio Marques da Costa Soares. 1838.

de gente. Desse modo, Antonio de Vasconcellos Menezes Drummond e Francisco de Paula Cavalcanti Wanderley, parente de João Wanderley, seriam presos e, mais tarde, soltos. O caso permanece sem muita solução até os nossos dias. O problema era o desembarque em porto errado¹⁹.

Se lembrarmos da descrição do engenho Trapiche, ele fazia fronteira com o de Antonio Drummond, filho do coronel Gaspar, o Engenho Anjo, ao norte. Ao sul, pegava-se com o Boa Vista, cheio de sócios. Ao nascente com a praia, constituindo o seu porto e ao poente com o Água Fria, também de Gaspar Drummond, e o Palma. Talvez, o desembarque devesse ter acontecido em Boa Vista, o vizinho também ligado ao mar.

Depois do desembarque de 1855, houve pressão contra os políticos pernambucanos. Nesse rol, incluía-se o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima. Talvez, por isso, ele logo se apressasse na venda das partes herdadas no Engenho Boa Vista, para o ano seguinte, de 1856: não queria mais seus bens e seu nome metidos naquele problema. Entretanto, não era algo pontual, ou até singular, aquele desembarque. Os Araújo Lima eram experimentados na compra e na venda de gente.

O objetivo deste artigo é mostrar que a família de Pedro de Araújo Lima estava ligada ao tráfico de cativos entre as décadas de 1820 e 1840. E, como já viemos percebendo, muito mais pessoas, naquele núcleo familiar, comerciava com gente.

Sem que os olhos pudessem os alcançar: Pedro de Araújo Lima e a malha pessoal de traficantes de escravizados no Brasil

Ia longe o ano de 1898 quando Joaquim Maria Machado de Assis publicou o texto “O Velho Senado”. Descrevendo os senadores do Império, da década de 1860, colocou a surdez de Olinda em primeiro plano e desconfiou dela²⁰. O “Bruxo do Cosme Velho” ainda trabalhou a figura do

19 – VEIGA, Glaucio. *O Gabinete Olinda e a política pernambucana. O Desembarque de Sirinhaém*. Recife: EdUFPE, 1977, passim.

20 – MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Velho Senado. In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Sociedade – Revista Brasileira. Tomo décimo quarto, 1898, pp. 266.

Marquês de Olinda em “Esaú e Jacó” (1904) dentro de diálogo entre os personagens Batista (conservador) e a sua esposa D. Claudia²¹. Em 1883, no periódico *Gazeta de Notícias*, publicou o conto “Galeria Posthuma” que, mais tarde (1884), viria republicado no livro *Histórias sem data*. Ali, o Marquês de Olinda aparecia mais uma vez²².

Em “Galeria Póstuma”, o Marquês de Olinda surge interagindo com o personagem principal, Joaquim Fidelis. Se Machado de Assis conhecia ou não a biografia do senador pernambucano, não sabemos. Podemos desconfiar que sim. O escritor usou o nome de um interlocutor, na trama, no mínimo provocativo à memória do político. Elias Xavier é descrito envolto em relações com o ministério de 1865, recebendo favores do ministro²³. O nome Joaquim Elias Xavier é uma das chaves que abrem as portas à vida de Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, o ligando ao tráfico de gente.

Machado de Assis, ao escrever “Galeria Póstuma”, não estava preocupado em ajustar o tempo da ficção ao da realidade que transitava à memória do Marquês de Olinda. Entretanto, o fundador da Academia Brasileira de Letras sabia, magistralmente, trabalhar os agrupamentos nominais: envolvia o ministério de 1865 (o último de Olinda) e um nome (Elias Xavier) para entregar o resultado da charada, de bandeja: o vínculo de favores fazia o velho Marquês subir, desde a juventude, na política, e permanecer nela. Os elos entre Xavier e os Araújo Lima eram de comércio: compra e venda de africanos.

Em abril de 1813, Pedro de Araújo Lima fez o caminho que muitos rapazes, nascidos no Brasil, fizeram: saiu de Pernambuco com destino certo, Portugal. Em outubro do mesmo ano, matriculou-se na Universidade de Coimbra. José Murilo de Carvalho lembrou a necessidade da elite po-

21 – MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Esaú e Jacó. In: *Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis*. Volume 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, pp. 94 – 95.

22 – MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria Póstuma. In: GLEDSON, John (org.). *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 221.

23 – MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Galeria Póstuma. In: GLEDSON, John (org.). *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 225.

lítica portuguesa de “reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança”. Assim, a “elite brasileira” da primeira metade do século XIX foi estudar em Coimbra, investindo na formação jurídica²⁴. Era esse treinamento que abria portas ao emprego público, “procurado sobretudo como sinecura, como fonte estável de rendimentos²⁵”. Além de tudo: “a educação era a marca distintiva da elite política²⁶”. Araújo Lima será mais um nesse caminho educacional, comum, buscando em Portugal a oportunidade do treinamento.

Em Portugal, estive ao lado de Pedro de Araújo Lima e Joaquim Elias Xavier. Aos 4 de dezembro de 1814, Araújo Lima escrevia a Xavier: “achei um segundo pai²⁷”. Era ele quem facilitava a vida do pernambucano, adiantando valores das despesas, em contas gigantescas, pagas por Manoel de Araújo Lima, pai de Pedro, por meio de José Gonçalves Pereira, o esposo de dona Rita Florência, irmã de Pedro de Araújo Lima.

Joaquim Elias Xavier tinha muita estima por Araújo Lima. Em 9 de outubro de 1813, dizia o então jovem: “queira perdoar estes incômodos pois bem sabe que não tenho outro a quem incomode”. Era a ele que recorria nas necessidades, até quando precisava alugar casa, já que estava em “casa do Caetano”. As matrículas e muitos livros eram pedidos a Xavier, por isso “desejo que tenha a bondade de me mandar dar mais trinta mil réis para as ditas despesas²⁸”.

Joaquim Elias Xavier fazia tudo na base do interesse. Seria custoso, para o leitor, ter de deparar-se com a lista de gastos enviada por Xavier a José Gonçalves Pereira, que servia como elo entre as necessidades de

24 – CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem / Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 37.

25 – *Idem*, p. 56.

26 – *Ibidem*, p. 79.

27 – IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.

28 – IHGB. Coleção Marquês de Olinda. Lata 214 Pasta 15. Conta geral das despesas, que por ordem do Senhor José Gonçalves Pereira de Pernambuco tenho feito com seu cunhado o sr. Pedro de Araújo Lima.

Pedro de Araújo Lima, os pagamentos por Manoel de Araújo Lima e as relações de favor e de endividamento com Xavier.

Entre as contas detalhadas, algumas chamam atenção: o que Joaquim Elias Xavier pagou pelo frete e descarga das encomendas vindas no Brigue Ligeiro, em 8 de junho de 1814 (14#580) e as despesas na Alfândega do açúcar e doce, que veio no Brigue Ligeiro em 16 de junho de 1814 (12#285 – ágio a 16 p sobre 2640 metal, 229, 12#514)²⁹. Todavia, não é o valor alto pago que salta aos olhos, mas o nome da embarcação: o brigue Ligeiro. Partindo disso, podemos saber mais um pouco sobre quem era Joaquim Elias Xavier.

O passaporte de Joaquim Elias Xavier, de 1802, informava ser ele branco, solteiro e natural de Lisboa³⁰. Era bem relacionado neste último lugar: servia como correspondente e agente de comerciantes do Recife, em Portugal. Além do mais era perito na transformação do açúcar em di-nheiro. Também era dono do bergantim ou brigue Ligeiro. Em 1811, eram seus sócios: Joaquim José de Almeida e Joaquim Lopes de Sá Mourão. Como dizia o passaporte da embarcação, em 1810, o mestre era Francisco Thomaz da Costa e o sobrecarga e administrador era Manoel José do Nascimento Brioni. A rota era a Ilha da Madeira indo para o Brasil, voltando para Lisboa³¹.

Pode ser que essa lista de nomes não diga nada à primeira vista. Entretanto, se melhor investigado com a ajuda do site “slave voyages”, percebemos que um navio chamado Ligeiro saiu de Pernambuco, em 1811, rumo a Bissau, tendo, no retorno, desembarcado 353 cativos. No

29 – *Idem*.

30 – PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO (PRBRB). AHU_ACL_CU_015, Cx.234, D. 15797. Passaporte da Junta Governativa da Capitania de Pernambuco autorizando à Joaquim Elias Xavier fazer viagem a Lisboa. Recife, 20 de maio de 1802.

31 – PRBRB. AHU_ACL_CU_003, Cx. 41, D. 3287. Atestado do secretário da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Reino e seus domínios, José Acúrsio das Neves, confirmando serem Joaquim Elias Xavier, Joaquim José de Almeida e Joaquim Lopes de Sá Mourão senhores do bergantim Ligeiro, de que é mestre Francisco Miguel Pais, sendo a embarcação portuguesa e não ter nela parte pessoa estrangeira, possuindo os requisitos para renovar o passaporte. Lisboa, 20 de maio de 1811.

site, o nome do proprietário surge como Tomás Costa. Observando o parágrafo anterior, veremos que, nesse momento, o mestre é Francisco Thomaz Costa³². Ou seja: o Ligeiro, mais do que levar e trazer açúcar para Portugal, de Pernambuco, traficava cativos. Ademais: um dos sócios de Joaquim Elias Xavier também era traficante: Joaquim José de Almeida, dono do Príncipe de Onin, que saiu da Bahia, em 1847, e era capturado pelos britânicos³³.

Entre as décadas de 1810 e 1820, ao menos, Joaquim Elias Xavier manteve contatos comerciais com Pernambuco. Em 1819, o Ligeiro recebeu licença de ser armado em guerra, saindo de Portugal para Pernambuco³⁴. Em 1821, pedia soldados para vir a Pernambuco³⁵. Em 1825, reivindicava ir ao mesmo destino³⁶. Joaquim Elias mantinha-se atrelado aos comerciantes pernambucanos, mesmo depois do fim das relações entre Brasil e Portugal. E, claro: quando chegava, deveria trazer cativos para distribuí-los em venda.

Um dos elos mais importantes dessa trama é Dona Rita Florência de Lima, irmã de Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda) e esposa de José Gonçalves Pereira, aquele que fazia as ligações com Elias Xavier. Ela faleceu antes de 24 de outubro de 1834, como indica um dos docu-

32 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 47215. Ligeiro. 1811. Acessado em: <http://www.slavevoyages.org/voyage/47215/variables>. Acesso em: 15/06/2020.

33 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 3609. Príncipe de Onin. 1847. <http://www.slavevoyages.org/voyage/3609/variables>. Acesso em: 15/06/2020.

34 – PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 281, D. 19119. Requerimento do proprietário do brigue Ligeiro, Joaquim Elias Xavier, ao rei [D. João VI], pedindo oito soldados da Brigada Real da Marinha, comandados pelo furriel José Fernandes Tavares para guarnecer o dito brigue. 1819.

35 – PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 283, D. 19295. Requerimento do negociante da praça de Pernambuco e proprietário do brigue Ligeiro, Joaquim Elias Xavier, ao rei [D. João VI], pedindo uma guarnição com oito soldados e um oficial inferior da Brigada Real da Marinha a fim de fazer viagem à província de Pernambuco. Anterior a 31 de agosto de 1821.

36 – PRBRB. AHU_ACL_CU_015, Cx. 290, D. 20028. Requerimento do proprietário do bergantim Ligeiro, Joaquim Elias Xavier, ao rei [D. João VI], pedindo bilhete de estilo para fazer viagem à província de Pernambuco, levando como pilotos Pedro dos Santos Lessa e Simão Vicente de Almeida. Anterior a 9 de dezembro de 1825.

mentos juntados, pelo esposo, no inventário³⁷. O valor total dos bens, retiradas as dívidas, líquido, ficou em 222:351#835. Com a meação dos cônjuges, José Gonçalves Pereira recebia 111:175#917. Cada um dos quatro filhos – Manoel Gonçalves Pereira Lima, Maria Francisca do Espírito Santo, Antonio Gonçalves Pereira e Delfino Gonçalves Pereira, menor de idade – ficava com 27:793#904 de legítima materna.

As dívidas passivas eram pouquíssimas³⁸. Entretanto, os valores a serem recebidos eram altos. Só José Gonçalves Pereira ficava com 36:564#998; além de cada um dos filhos embolsar 4:141#904³⁹. Se levarmos em conta as relações existentes com Joaquim Elias Xavier, podemos refletir com Manolo Florentino, quando investiga os traficantes do Rio de Janeiro: “a maior parte das fortunas estava alocada em atividades comerciais e creditícias”. E ainda mais, “o comércio de homens era, ao lado dos investimentos em prédios urbanos, da usura e das operações de importação/ exportação, uma das mais profícuas inversões no mercado restrito⁴⁰”. Ou seja, Gonçalves Pereira poderia estar fazendo o que todo traficante fazia: trabalhando com usura.

José Gonçalves Pereira era proprietário de, pelo menos, duas embarcações: o bergantim São João Baptista (7:400#000) e o patacho Nossa Senhora do Rosário e São José (6:700#000), que também aparece como escuna. Em 1836, pelo menos, como aponta o inventário, o sal carregado no bergantim São João Baptista para o Rio Grande do Sul era avalia-

37 – IAHGP. Inventário de Dona Rita Florência de Lima, 1836.

38 – IAHGP. Inventário de Dona Rita Florência de Lima, 1836. Devia ao sogro Manoel de Araújo Lima (13:051#595), a Dona Maria dos Anjos da Porciúncula Cavalcante (2:808#470), a José Columbino de Araújo (304#726), a Vicente Tavares França (2:381#294), a João Pereira dos Santos (335#713), a Manoel da Gama Romeiro (115#540), a Nuno Luis de Medeiros (100#000), a Francisco Luis de Medeiros Souza e Silva (109#016), a Antonio da Silva Martins (96#498), Joaquim Barreiros Rangel (1:000#613), Francisco da Silva Santiago Júnior (2:494#179). Além dos reverendos José Gonçalves da Madre de Deus Fontes (1:139#600), José Ribeiro de Andrade (128#000) e Manoel José de Oliveira (na importância de uma letra “sacada sobre o Costa”, 600#000).

39 – IAHGP. Inventário de Dona Rita Florência de Lima, 1836.

40 – FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 200 e 201.

do em 12:338#034. Não sabemos se, nessas contas, somavam-se mais itens, como cativos levados de Pernambuco para lá. O patacho Nossa Senhora do Rosário e São José teria o mesmo carregamento avaliado em 9:936#520. Era valor exorbitante em sal. Se percebermos as casas avaliadas dentro do próprio inventário, circulam no valor de 10:000#000. Ou seja: era muito dinheiro. Também não sabemos se Gonçalves Pereira alugava as embarcações, e, se assim aconteceu, muitas das dívidas arroladas poderiam estar atreladas a esse outro tipo de atividade⁴¹.

Eram avaliadas 147 barricas com açúcar a 2:400#000, além de dez caixas embarcadas para o Porto (1:154#375), dez caixas, com o mesmo destino, no Bergantim Flor de Biris (1:167#958), quarenta e sete barricas para Lisboa (844#270), quatro caixas embarcadas no patacho Pernambucano para Lisboa (411#140), vinte caixas embarcadas para Lisboa no bergantim Feliz Destino (2:091#005), mais mercadoria embarcada para Lisboa na Galera Ativa (2:159#447). Se assim observarmos, a carga de José Gonçalves Pereira era inteira para Portugal. Ainda mais: em momento algum ele declarou, nomeadamente, quais itens enviou, só as barricas de açúcar, que não indicou para onde iam⁴².

No momento em que o tráfico de escravizados estava proibido - o inventário é de 1836 - não dizer o conteúdo das mercadorias era algo suspeito. Como disse Carvalho, “os traficantes não eram ingênuos”. E ainda mais: “depois da ilegalidade do tráfico, formavam uma verdadeira máfia com conexões em vários pontos do mundo Atlântico, desenvolvendo mecanismos para burlar a vigilância⁴³”. Assim, jamais Gonçalves Pereira declararia os itens que poderiam correr de Lisboa para a África, retornando, como gente escravizada, ao Brasil. O mesmo Carvalho já informou: navios eram preparados em Portugal para o tráfico⁴⁴. Desta maneira, alguns dos valores acima descritos podem ter participado de sociedade em armação de navio negreiro.

41 – IAHGP. Inventário de Dona Rita Florência de Lima, 1836.

42 – *Idem*.

43 – CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: EdUFPE, 2010, p. 129.

44 – *Idem*, p. 123.

Pelo menos o bergantim Feliz Destino fez viagens para buscar escravizados na África entre 1818 e 1821. Todas as vezes observadas por registro, saía a embarcação de Pernambuco. O dono era Manoel Antonio Álvares de Brito que, em 1818, foi para Luanda e desembarcou 353 cativos em Pernambuco⁴⁵. Em 1820, fazia a mesma rota: desembarcando 305 escravizados⁴⁶. Em 1821, era mantido o mesmo caminho e trazia 377 pessoas para serem comercializadas⁴⁷. Possivelmente, a sociedade entre esses sujeitos e o tráfico prosseguiram nos anos de 1830. Partindo do indício dado pelo inventário de Dona Rita Florência, José Gonçalves Pereira deveria estar investindo nessas viagens; talvez, com alto retorno financeiro.

Quanto às quatro caixas não descritas embarcadas no patacho Pernambucano para Lisboa, algo nos intriga. Pelo ano de 1829, o patacho Pernambucana trazia por carga “gêneros do país” e seis escravos a Manoel Joaquim Ramos e Silva⁴⁸. Parece que era a mesma embarcação nos dois casos. Manoel Joaquim teria o bergantim Emília aprisionado e condenado pelo Tribunal de Comissão Mista, em Serra Leoa, no mesmo ano⁴⁹. Partiu de Pernambuco para Molembo⁵⁰ na intenção de aprisionar gente: a missão não deu certo. Ainda em 1831, em fevereiro, entrava seu brigue Portuense no Rio de Janeiro, pela Bahia, em lastro⁵¹. Em abril, outra vez: o brigue 4 de agosto estava em lastro⁵². E, da mesma forma, o nome de Manoel Joaquim Ramos e Silva se repetiria ao lado de entradas

45 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 48642. Feliz Destino. 1818. <http://www.slavevoyages.org/voyage/48642/variables>. Acesso em: 23/06/2020.

46 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 46722. Feliz Destino. 1820. <http://www.slavevoyages.org/voyage/46722/variables>. Acesso em: 19/06/2020.

47 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 48858. Feliz Destino. 1821. <http://www.slavevoyages.org/voyage/48858/variables>. Acesso em: 20/06/2020.

48 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de outubro de 1829. Nº 226. E *O Cruzeiro*. Recife, 22 de outubro de 1829. Nº 133. Acesso em: 20/06/2020.

49 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 3025. Emília. 1829. <http://www.slavevoyages.org/voyage/3025/variables>. Acesso em: 20/06/2020.

50 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 15 de maio de 1829. Nº 105. Acesso em: 20/06/2020.

51 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 17 de fevereiro de 1831. Nº 38. Acesso em: 20/06/2020.

52 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 de abril de 1831. Nº 93. Acesso em: 20/06/2020.

por lastro. Carvalho alertou: “qualquer navio chegado da África a um porto maior, sem nenhuma carga, era automaticamente considerado suspeito de tráfico⁵³”. O mesmo traficante ainda tinha relações com um dos maiores comerciantes de carne humana em Pernambuco: Gabriel Antonio⁵⁴. E, ao que parece, José Gonçalves Pereira investiu nessas viagens não só pela pista da carga no patacho; mas por uma dívida: Manoel Joaquim Ramos e Silva devia-lhe 1:647#897⁵⁵. Deve ter sido de dinheiro não retornado do tráfico.

José Gonçalves Pereira devia empregar vultosas quantias nas mais diversas montagens e traficantes possíveis. Quanto mais viagens, e diversificadas, mais lucros. Como apontou Carvalho, “essa rede de contato entre traficantes de várias partes do mundo tornou-se mais necessária à medida em que se intensificava a repressão ao tráfico⁵⁶”. Gonçalves Pereira investia no negócio de risco, como vamos vendo, desde Portugal, passando pelo Rio de Janeiro, chegando em Pernambuco; e, claro, África. Fazia os produtos andarem bom termo de lugares, para retornar dinheiro.

José Antonio de Oliveira e Silva, da praça do Rio de Janeiro, é outro traficante que devia no inventário: 1:135#413. Em 27 de novembro de 1829, o *Diário do Rio de Janeiro* publicava a entrada do Brigue Escuna Nacional Feliz União, advinda do Rio Zaire. Teria descarregado 478 escravos, donde havia morrido 10, a Oliveira e Silva⁵⁷. Em abril de 1830, o

53 – CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade. Op. cit.*, p. 103.

54 – “Avisos Particulares: Gabriel Antonio, retirando-se ao Rio de Janeiro para em breve regressar a esta praça, deixa os negócios de sua casa, a cargo de Manoel Joaquim Ramos e Silva, única pessoa autorizada para realizar todas as suas transações, e só a ele podem pagar os seus devedores.” HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 de janeiro de 1835. Nº 593. Acesso em: 05/07/2020. Sobre Gabriel Antonio, ver: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M.de. *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 – c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 142.

55 – IAHGP. Inventário de Dona Rita Florência de Lima, 1836.

56 – CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade. Op. cit.*, p. 128.

57 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1829. Nº 23 (1100023). O Diário Fluminense apresenta número diverso: 473 escravos, tendo morrido 10. *Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1829. Nº 126. (Na Hemeroteca Digital está cadastrado como 00014). Acesso em: 05/07/2020.

Feliz União fazia novo carregamento, tendo desembarcado 288 escravos, com 20 mortos, para o mesmo dono⁵⁸.

O inventário de Dona Rita Florência revela mais um fio dessa intrincada teia dos traficantes de cativos pernambucanos e seus investidores. Ao lado do nome de Antonio José de Amorim⁵⁹ surge uma considerável dívida de 4:064#126 réis a ser paga a José Gonçalves Pereira.

Antonio José de Amorim parece que vendia de tudo. Pelo menos é o que consta nas notícias do *Diário de Pernambuco*: barris de pólvora, livros⁶⁰, sal, vinho, azeite (vindos de Gibraltar e Málaga)⁶¹, além de vários outros itens⁶². No dia 29 de novembro de 1836, a embarcação que vem com mercadorias, para ele, de Lisboa, é “a barca portuguesa Activa”. Será a mesma em que estavam imbricados aqueles outros sócios que vimos logo acima, em que José Gonçalves Pereira possuía algum dinheiro in-

58 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1830. Nº 76. (76B). Acesso em: 05/07/2020.

59 – Antônio José de Amorim era português. Traficou gente depois da proibição. O “Diário de Pernambuco” apontou que era sua a barca portuguesa Activa. (*Diário de Pernambuco*. Recife, 4 de janeiro de 1836). Comerciava produtos em sua casa, como rapé de Lisboa, fardos de Alfazema espanhola. (*Diário de Pernambuco*. Recife, 10 de fevereiro de 1836). Também era dono da galera brasileira Santa Cruz (*Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de fevereiro de 1836). Em 1834, o jornal “A Quotidiana Fidedigna”, na parte de compras, apontava: “Escravos ladinos d’ambos os sexos, que representem ter de idade 12 até 20 anos, para fora da província: na rua da Cruz do Recife, nº 22 em casa de Antonio José d’Amorim.” (*A Quotidiana Fidedigna*. Recife, 30 de abril de 1834). Agradeço a Marcus J. M. de Carvalho essas indicações. Acesso em: 05/07/2020.

60 – “Barris de pólvora fina e grossa da fábrica do Rio de Janeiro, de 2 arrobas; Comentários sobre a Legislação Portuguesa acerca d’Avarias, Synopsis Jurídica do Contrato de Câmbio Marítimo, vulgarmente denominado Contrato de Risco; na Rua da Cruz nº 22, em casa de Antonio Jose de Amorim.” HEMEROTACA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de agosto de 1830. Nº 462 A. Acesso em: 05/07/2020.

61 – “Gibraltar; 41 dias, B. Austr. União Fraternal, cap. Giovanni Maciorovich: sal, vinho, azeite e outros gêneros: a Antonio Jose de Amorim.” HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 de fevereiro de 1831. Nº 46. / “Málaga; 36 dias; B. E. Hesp. Isabela, Cap. Roque Peres: vinho, azeite e outros gêneros: a Antonio José de Amorim.” HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de março de 1831. Nº 57. Acesso em: 05/07/2020.

62 – “Alfândega das fazendas: A barca Portuguesa Activa, vinda de Lisboa, entrada em 26 do corrente Capitão Sabino Antonio do Cabo Almeida, consignada a Antonio José de Amorim” (HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 29 de novembro de 1836. Nº 260. Acesso em: 05/07/2020.

vestido? Abre-se mais uma possibilidade na questão quando, em 1825, sabe-se que um bergantim *Activo*, donde era proprietário Antonio José Amorim viaja de Lisboa para Luanda e desembarca cativos no Rio de Janeiro⁶³. No fim, parece que estava todo mundo dessa lista, meio engalfinhado nesses negócios. Veja-se mais: em março de 1831, a partir dos “navios entrados”, o *Diário de Pernambuco* registrou, pelo Rio de Janeiro, a Galera Portuguesa Incomparável, entrando com “barricas vazias” a Antonio José de Amorim. Até aí, um indício de tráfico. A coisa complica quando se revelam os passageiros, dentre eles, Angelo Francisco Carneiro, traficante conhecido no Brasil, com diversas ligações pelo mundo⁶⁴ e nada mais nada menos que o Vice-Cônsul Português Joaquim Baptista Moreira, a mulher, 3 filhos, 1 criado e uma criada⁶⁵. Não havia nada demais: Carneiro era amigo do Cônsul português em Pernambuco. Havia emprestado, inclusive, dinheiro ao consulado⁶⁶.

Antonio José de Amorim também se colocava nos periódicos como propositor para carregar mercadorias a Lisboa. Como consignatário da Galera Brasileira Santa Cruz, o frete do açúcar estaria em 250 réis por arroba⁶⁷. É possível que o comerciante estivesse armando embarcações para, de Portugal, partir para a África, e voltar com carga humana. Buscava investidores para a travessia. Amorim conhecia o caminho do tráfico: desde 1825, ao menos, fazia aquele negócio. Por 1828, na galera Tâmega, adquiriu cativos em Luanda, partindo do Rio de Janeiro, indo para Pernambuco⁶⁸. Em 1829, com a mesma embarcação, saiu de

63 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 532. Ativo. 1825. <http://www.slavevoyages.org/voyage/532/variables>. Acesso em: 05/07/2020.

64 – REIS, João José Reis; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J.M. de. *O Alufá Rufino. Tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c.1822 – c.1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 171 – 177.

65 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 de março de 1831. Nº 58. Acesso em: 05/07/2020.

66 – CARVALHO, Marcus J.M. de. *Liberdade. Op. cit.*, p. 160.

67 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 5 de junho de 1837. Nº 119. Acesso em: 05/07/2020.

68 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 48791. Tâmega. 1828. <http://www.slavevoyages.org/voyage/48791/variables>. Acesso em: 10/07/2020.

Pernambuco para Luanda, em sociedade com José Joaquim Machado⁶⁹. No outro ano, com o brigue Aldina, adquiriu escravizados em Cabinda, saindo de Pernambuco⁷⁰. E não deve ter parado, do nada, de investir nessas viagens nem de vender gente. Em 1838, o patacho nacional Nero carregava um escravizado de Antonio José de Amorim: deveria estar sendo comercializado para outra província⁷¹.

Na década de 1830, os filhos de Gonçalves Pereira estavam ligados aos mesmos tipos de comércio. Possuíam o esteio de um nome importante, a dar-lhes o apoio de não serem pegos nos contrabandos: o tio Pedro de Araújo Lima, regente do Império, na vigência criminosa dos sobrinhos.

Em 1837, Pedro de Araújo Lima assumia, interinamente, a regência, na menoridade de D. Pedro II. Ascendia ao cargo, partindo da intrincada jogada do padre Diogo Antonio Feijó junto ao amigo desembargador: José Bernardo de Figueiredo, sogro de Araújo Lima. No ano seguinte, conseguia, por meio das eleições, manter-se como regente. Em 1840, caía, a partir do “Golpe da Maioridade”⁷². Os filhos de José Gonçalves Pereira teriam benefícios no poder do tio, visto que conseguiriam comerciar sem que os olhos pudessem os alcançar.

José Gonçalves Pereira era do bispado do Porto. Segundo seu registro de óbito, morreu em 20 de maio de 1836, aos 58 anos, com os sacramentos. Foi sepultado na matriz do Corpo Santo, Freguesia de São Frei Pedro Gonçalves, Recife⁷³. Se Gonçalves Pereira deixava a vida antes de Araújo Lima ser regente, os filhos prosseguiriam no tráfico de cativos.

69 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 1189. Tâmega. 1829. <http://www.slavevoyages.org/voyage/1189/variables>. Acesso em: 10/07/2020.

70 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 48705. Aldina. 1830. <http://www.slavevoyages.org/voyage/48705/variables>. Acesso em: 10/07/2020.

71 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 30 de outubro de 1838. Nº 236. Acesso em: 10/07/2020.

72 – Para saber mais sobre Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), sua regência (1837 – 1840) e o poder, ver: CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Recife: UFPE, 2018, tese de doutorado, passim.

73 – Arquivo Dom Lamartine da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Olinda e Recife. Livro de óbitos da Igreja do Corpo Santo. 1831 – 1841.

Enquanto Pedro de Araújo Lima era regente, os seus familiares traficavam escravizados.

Percebendo tudo isso, não seria estranho pensar no dito de João Alfredo Correia de Oliveira sobre Francisco do Rego Barros, o braço direito de Araújo Lima, Presidente da Província de Pernambuco: “mais que a morte, lhe doía ver em sua honrada administração valhacoutos de ladrões, assassinos e traficantes de africanos, criminosamente importados que o povo imputava à fraqueza, se não à tolerância e – ainda pior – à cumplicidade do presidente⁷⁴”. Não deveria lhe doer. Não havia inocência em Rego Barros: estava em acordo com o Regente. Deveria haver o “fechar de olhos” para o crime de tráfico. Tudo ocorria conforme mandava o governo regencial.

Entre os anos de 1837 e 1840, estima-se que entraram, em Pernambuco, por ano: 1837 – 6.650 pessoas; 1838 – 5.950; 1839 – 5.250 e 1840 – 5.683, contrariando os anos do governo de Feijó, que comportaria 1.400 pessoas em 1835 e 3500 em 1836⁷⁵. Os números subiram, confirmando, para o Brasil, o que a historiografia apontou: nos anos do Regresso, o tráfico brasileiro ia de vento em popa. O interesse da manutenção do tráfico era de muita gente. E era problema pessoal do regente Pedro de Araújo Lima. Se havia aumento no número de entradas ilegais de escravizados no Brasil, o culpado-mor era ele.

Nessa época, os filhos de José Gonçalves Pereira já estavam em ação. Quando o tio subiu à regência, viram-se protegidos. Eram parentes: Manoel Gonçalves Pereira Lima, Antonio Gonçalves Pereira e Delfino Gonçalves Pereira Lima. Entrava no grupo José Gonçalves Cascão, marido de Dona Maria do Espírito Santo, irmã dos outros três. Às vezes, agiam em conjunto: em 1855, Manoel Gonçalves Pereira Lima relatava

74 – CORREA DE OLIVEIRA, João Alfredo. *Minha meninice & outros ensaios*. Recife: Massangana, 1988, p. 76.

75 – DOMINGUES DA SILVA, Daniel Barros e ELTIS, David. The slave trade to Pernambuco, 1561-1851. In ELTIS, David e RICHARDSON, David (Eds.). *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database*. New Haven: Yale University Press, 2008, p. 129.

não dever nada ao irmão Delfino, falecido, com quem teve negócios⁷⁶. Também participava o mesmo Manoel Gonçalves Pereira como inventariante do casal do falecido cunhado José Gonçalves Cascão, em 1848⁷⁷. Pode ter acontecido que, em algumas viagens, todos dividissem os investimentos.

Em 1833, Manoel Gonçalves Pereira Lima já tratava com viagens marítimas. Era dele o Brigue Escuna Nacional denominado Amizade, que fazia “qualquer viagem⁷⁸”, além do veleiro patacho Brasileiro N. S. do Monte Pernambucana, que recebia “carga a frete e escravos e passageiros”, em 1834⁷⁹. No mesmo ano, Manoel Gonçalves anunciava compras de escravizados para fora da província⁸⁰ e seu patacho N.S. do Monte Pernambucana embarcava escravizados à frete, com indicação dele ou de José Gonçalves Cascão⁸¹. É claro que, no início da década de 1830, quando José Gonçalves Pereira ainda era vivo, os filhos estavam envolvidos com a venda de gente. Herdavam o comércio paterno de cativos e também o outro, o português: em 1835, seguia para Lisboa, o veleiro patacho Pernambucano, de Manoel Gonçalves Pereira Lima⁸². Poderia estar fazendo as viagens que tantas vezes rumaram os navios de José Gonçalves Pereira: ia a Portugal armar as embarcações para tráfico. Também comprava em terras lusas “pedra de Lisboa, de superior qualidade”, e as vendia no Recife⁸³.

76 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 14 de dezembro de 1855. Nº 288. Acesso em: 10/07/2020.

77 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 de agosto de 1848. Nº 182. Acesso em: 10/07/2020.

78 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 7 de outubro de 1833. Nº 218. Acesso em: 10/07/2020.

79 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 26 de junho de 1834. Nº 420. Acesso em: 10/07/2020.

80 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 27 de junho de 1834. Nº 421. Acesso em: 10/07/2020.

81 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 30 de outubro de 1834. Nº 523. Acesso em: 13/07/2020.

82 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 23 de maio de 1835. Nº 88. Acesso em: 13/07/2020.

83 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 17 de agosto de 1840. Nº 178. Acesso em: 13/07/2020.

Se tudo isso acontecia sendo o tio apenas deputado, quando era regente, dava mesmo às vistas. Em 18 de novembro de 1839, o *Diário de Pernambuco* anunciou o movimento do porto e descreveu: navio entrado de Angola, o brigue Pernambucano, de 189 toneladas, com mestre José Ignacio Pimenta, em lastro. Como passageiros, 5 portugueses e 3 brasileiros. O dono: Manoel Gonçalves Pereira⁸⁴. A informação do “lastro” nos deixa alertas de que era carga de gente. Outra questão nos faz crer que seja tráfico. Os ingleses, no caso, o cônsul Augustus Cowper, desconfiou dessa viagem. Escreveu, no relatório, a data de chegada como dia 16 de novembro de 1839, sob o nome de Pernambucana, para a embarcação. Nas observações, escrevia: “palm-oil”, óleo de palma ou azeite de dendê⁸⁵. Em 1839, um brigue chamado Pernambuco saiu da província pernambucana para Luanda e adquiriu escravizados. Se não sabemos o nome do proprietário, o capitão era José Ignacio Pimenta. Ou seja: provavelmente o mesmo navio⁸⁶. Ainda era janeiro de 1838 quando a mesma embarcação Pernambucano foi despachada apenas com mantimentos⁸⁷. O caso se repetiu em junho de 1838⁸⁸: o mesmo dono, o mesmo navio, a mesma descrição e, possivelmente, a idêntica ação: buscar gente, em África, de forma ilegal, para vender. Em 1844, ainda não havia parado com a mania criminosa de negociar gente: embarcava, para o Rio de Janeiro, os cativos Lourenço de Angola e Francisco crioulo⁸⁹.

Quando Pedro de Araújo Lima deixou a regência, o sobrinho continuou com as atividades comerciais. Parece que havia dificuldades, para

84 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 18 de novembro de 1839. Nº 252. Acesso em: 13/07/2020.

85 – Cowper to Aberdeen, 04/08/1843 in *British Parliamentary Papers* Vol. 26 Correspondence with Foreign Powers, relative to the Slave trade [Class B and C] 1844, 1st Enclosure in. 307, p. 371. Agradeço a Marcus J.M. de Carvalho a indicação.

86 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 47345. Pernambuco. 1839. <http://www.slavevoyages.org/voyage/47345/variables>. Acesso em: 13/07/2020.

87 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1838. Nº 19. Acesso em: 13/07/2020.

88 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1838. Nº 131. Acesso em: 13/07/2020.

89 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de abril de 1844. Nº 89. Acesso em: 13/07/2020.

ele, com a mudança do governo. Em março de 1841, os ingleses, que desconfiavam da atividade de tráfico desde 1839, apreenderam o Brigue Pernambucano de M. G. P. Lima, o nosso Manoel Gonçalves Pereira Lima. O mestre continuava o mesmo Pimenta. Ia para Cabo Verde, via Luanda, carregado com 536 barris, 37 latas de açúcar, 146 tubos e 8 barris de rum⁹⁰. Talvez, fosse essa atitude represália política. Se o governo Araújo Lima apreendeu alguns barcos de adversários; agora, eles davam conta de denunciar e de prender navios dos sobrinhos do ex-regente. Isso se confirma quando, no mesmo ano de 1841, em 15 de setembro, o brigue Deliberação, de José Gonçalves Cascão, esposo da irmã de Manoel Gonçalves Pereira Lima, também sofria apreensão⁹¹. Muito provavelmente, as retenções desses navios eram mais uma forma de jogo político do que de avanço sobre o fim do tráfico de cativos.

Manoel Gonçalves Pereira Lima possuía outras atividades. Era proprietário do engenho Vicente Campello, em Escada⁹², e sócio do engenho Leão⁹³, que foi do seu avô Manuel de Araújo Lima. Morria aos 67 anos, de hemorragia cerebral, em 1876⁹⁴.

Antonio Gonçalves Pereira, outro sobrinho de Pedro de Araújo Lima, também era envolto no comércio marítimo. Ao menos o bergantim S. João Batista era dele e carregava “vários gêneros” entre 1840 e 1843, como está descrito nas partes de cargas “despachadas” no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro⁹⁵. Contudo, “vários gêneros” é expressão vaga para designar as cargas de uma embarcação. Poderia estar arma-

90 – HCPP. CL.B. CORRESPONDENCE W FOREIGN POWERES RELATING TO THE ST, 1841. Agradeço a indicação desse documento a Marcus J. M. de Carvalho.

91 – 12 HCPP [1]. CL. B. CORRESPONDENCE W FOREIGN POWERES RELATING TO THE ST, 1842. Agradeço a indicação do documento a Marcus J. M. de Carvalho.

92 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 21 de novembro de 1843. Nº 252. Acesso em: 13/07/2020.

93 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 12 de março de 1849. Nº 57. Acesso em: 13/07/2020.

94 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Recife*. Recife, 31 de janeiro de 1876. Nº 24. Acesso em: 13/07/2020.

95 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1840. Nº 275. E HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1843. Nº 340. Acesso em: 15/07/2020.

da para tráfico. E, se o seu irmão estava envolvido com José Gonçalves Cascão, ele surgia na mesma condição: os credores do casal do falecido Cascão poderiam procurá-lo, em 1848⁹⁶. Caso curioso é o acontecido no ano seguinte: “Antonio Gonçalves Pereira de hoje em diante se assinará Antonio Gonçalves Pereira Lima”, noticiou o *Diário de Pernambuco*⁹⁷. Talvez quisesse ter o nome mais próximo dos irmãos, para ser associado mais rápido às vistas das pessoas, ou ser lembrado pelo nome do tio Pedro de Araújo Lima.

Na década de 1850, Antonio Gonçalves Pereira Lima era sócio do irmão Manoel no Engenho Leão⁹⁸. Possuía parte do Engenho Cachoeira Grande, em Sirinhaém, que dividia com os Srs. Lemos Jr & Lial Reis, Sergio Diniz de Moura Mattos e Manoel Gonçalves Pereira Lima⁹⁹. E, se possuía negócios com engenhos, herdando essa veia familiar, prosseguia, na década de 1870, fazendo comércio com Portugal. A parte “exportação” do *Jornal do Recife* publicou, aos 12 de junho de 1877, o carregamento de Antonio Gonçalves Pereira Lima de 500 couros secos salgados para Lisboa, na barca portuguesa Pereira Borges¹⁰⁰. Logo depois, no dia 16, o patacho português Zaida saía para Lisboa, carregando 88 couros do mesmo dono¹⁰¹.

Falecia em 1881, depois de passar algum tempo na Europa¹⁰². Era mais um daqueles agraciados por Pedro de Araújo Lima com a regência. Mercava cativos, junto aos irmãos, sob a proteção regencial. Depois, per-

96 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 18 de agosto de 1848. Nº 182. Acesso em: 15/07/2020.

97 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 18 de agosto de 1849. Nº 182. Acesso em: 15/07/2020.

98 – HEMEROTECA DIGITAL. *O liberal Pernambucano*. Recife, 5 de março de 1855. Nº 718. Acesso em: 15/07/2020.

99 – HEMEROTECA DIGITAL. *O Liberal Pernambucano*. Recife, 26 de novembro de 1857. Nº 1541. Acesso em: 15/07/2020.

100 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Recife*. Recife, 12 de junho de 1877. Nº 133. Acesso em: 15/07/2020.

101 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Recife*. Recife, 16 de junho de 1877. Nº 137. Acesso em: 15/07/2020.

102 – HEMEROTECA DIGITAL. *Jornal do Recife*. Recife, 06 de janeiro de 1881. Nº 4. Acesso em: 15/07/2020.

maneceria buscando os benefícios do apoio do familiar ilustre, por onde ele fosse.

Ainda falta falarmos de um dos filhos de José Gonçalves Pereira: Delfino Gonçalves Pereira. Em 1838, ele era dono do brigue São José¹⁰³ que, em 1840, aparecia no *Diário do Rio de Janeiro* sendo despachado “com vários gêneros”¹⁰⁴. Mais uma vez chegava a expressão vaga das cargas. Delfino pode ter descarregado alguns escravizados no Rio de Janeiro, vindos de alguma parte da África e seguiu de volta para Pernambuco, seu ponto de partida. Em 1842, ainda não havia se desfeito desse negócio: de Pernambuco, saía para o Rio de Janeiro o brigue escuna São José, recebendo carga miúda e escravos¹⁰⁵. Em 1845, Delfino Gonçalves Pereira Lima embarcava para o Rio de Janeiro duas escravas crioulas: Ignez e Margarida¹⁰⁶. No ano seguinte, mandava para o Rio Grande do Sul o escravo pardo Antonio¹⁰⁷. O sobrinho de Pedro de Araújo Lima era mercador de gente. Ele não desprezou essas negociações depois do tio deixar a regência.

Mesmo sendo traficante de escravizados, Delfino Gonçalves Pereira Lima parece ter alguma relação com o Cônsul inglês, que deveria ser responsável por parte da repressão ao tráfico. Em 28 de agosto de 1844, o “Diário de Pernambuco” publicou anúncio de aluguel: “Aluga-se por festa ou por ano o sítio onde morou o Senhor Cônsul inglês, na passagem da Madalena, com muito boa casa, cocheira, estribaria, baixa com capim, cacimba com muito boa água”. Devia-se tratar com Delfino¹⁰⁸. Se o dono

103 – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Passaportes de Navios. RP. 228. 2319, registro 49. 10 de dezembro de 1838. São José. Delfino Gonçalves Pereira Lima. Agradeço a indicação a Marcus J. M. de Carvalho.

104 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 29 de abril de 1840. Nº 96. Acesso em: 15/07/2020.

105 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 14 de dezembro de 1842. Nº 270. Acesso em: 20/07/2020.

106 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário Novo*. Recife, 22 de julho de 1845. Nº 159. Acesso em: 20/07/2020.

107 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário Novo*. Recife, 27 de julho de 1846. Nº 159. Acesso em: 20/07/2020.

108 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 28 de agosto de 1844. Nº 191. Acesso em: 20/07/2020.

da casa era o traficante, talvez, ele morasse ali por perto, ou fosse até vizinho do Cônsul. E, se assim for, ele pode ter se envolvido em estranha confusão. No mesmo ano de 1844, o Cônsul Cowper se queixou ao Lord Aberdeen, em carta, de que o carregamento de negros da embarcação Mariquinhas foi depositado em sítio ao lado do seu. Tendo informado, Cowper, ao presidente da Província, do acontecido, a autoridade governamental mandou a polícia cercar a propriedade. O feito deu em nada: vez por outra, o Cônsul encontrava, em seu terreno, um daqueles “intrusos” que não compreendia uma palavra do português¹⁰⁹. Talvez o representante do governo da Inglaterra houvesse se mudado de residência pelos incômodos de ter a vizinhança dentro do tráfico e não contar com a ajuda do presidente, que, naquele momento, era Francisco do Rego Barros, amigo de Araújo Lima. Ninguém precisava se preocupar com a presença de Cowper, que saía desmoralizado nessa intriga.

Se, aos poucos, a repressão ao tráfico tornava-se mais agressiva e o governo brasileiro baixava a lei de 1850, Delfino Gonçalves Pereira Lima tomava outros rumos de comércio. Quando morreu, antes de 8 de agosto de 1857, era dono de uma fábrica de sabão. A viúva, D. Candida Maria da Silva Lima, entraria nos processos da massa falida da fábrica, sendo leiloadas 400 caixas com sabão amarelo e 375 barris com breu¹¹⁰. A 16 de outubro de 1857, a fábrica era leiloadada¹¹¹.

Enquanto os sobrinhos de Pedro de Araújo Lima obravam nesses negócios, o próprio regente fazia outras transações que demandavam bastante dinheiro. Nesse meio, estava Manoel Gonçalves da Silva, um ricaço, que casou a filha com o filho do sogro de Pedro de Araújo Lima. Era 1 de abril de 1839 quando o capitão do brigadeiro Bom Jesus saiu de Pernambuco para o Rio de Janeiro. Informava carregar dois sacos, via

109 – Mr. Cowper a Lord Aberdeen. 01 de janeiro de 1844. Parliamentary Papers. Slave Trade. *Correspondence with Foreign Powers relative to the Slave Trade*[class B and C], vol. 28, p. 408. Agradeço a indicação da documentação a Marcus J.M. de Carvalho.

110 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 8 de agosto de 1857. Nº 180. Acesso em: 20/07/2020.

111 – HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de outubro de 1857. Nº 238. Acesso em: 20/07/2020.

Manoel Gonçalves da Silva, para Pedro de Araújo Lima, contendo dois mil patações brasileiros e colunares, além de duzentas peças de ouro¹¹². O brigue Bom Jesus era navio de tráfico. Possuía bandeira portuguesa e buscava escravos em África partindo do Rio de Janeiro¹¹³. Naquele mesmo ano, a 13 de abril, Jesuíno José Simões, capitão do Brigue São João Batista, que era do sobrinho de Araújo Lima, Antonio Gonçalves Pereira, carregou 2.000 patações brasileiros, colunares, mexicanos e um embrulho com duzentas peças de 6:400 e duzentas moedas de 4# réis em ouro¹¹⁴. Jesuíno José Simões era experimentado no tráfico. Foi capitão da barca Temerário, que buscava escravizados em Luanda e os entregava em Pernambuco¹¹⁵. As cargas do São João Batista e do Bom Jesus, juntas, com uma outra do Fama, importavam 22:851#000. Mas não era apenas essa quantia. Manoel Gonçalves da Silva colocava: “quero ver em que ou de que modo devo mandar o resto a Vossa Excelência do dinheiro que tenho a remeter”¹¹⁶. Parece que, parte do valor, vinha de aluguéis de imóveis que Gonçalves da Silva cobrava, para Araújo Lima, em Recife. Não deveria ser tudo dessa fonte. Talvez, o regente recebesse uma “ajuda” dos comerciantes pernambucanos para se manter calado e fechar os olhos ao tráfico. Se assim for, devia conquistar dinheiro de diversas partes do Brasil. Enriquecia. Ainda mais, quando se percebe que Gonçalves da Silva fazia esse dinheiro ser multiplicado em investimentos, comprando letras e observando o câmbio¹¹⁷. E Cascão também entrava nesse arranjo todo: “Por via do Cascão encarreguei ao correspondente da embarcação para mandar o certificado, a fim de levantar a quantia que deposei na

112 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. *Declaração de João Rodrigues de bens carregados a Pedro de Araújo Lima*. Pernambuco, 1 de abril de 1839.

113 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 1900. Bom Jesus. 1839. <http://www.slavevoyages.org/voyage/1900/variables>

114 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. Nota do Capitão do brigue São João Batista. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

115 – Comércio Transatlântico de Escravos. Base de Dados. Viagem 2264. Temerário. 1843. <http://www.slavevoyages.org/voyage/2264/variables>. Acesso em: 20/07/2020.

116 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima. Pernambuco, 15 de abril de 1839.

117 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

mesa do consulado [...]”¹¹⁸. Assim, todos os beneficiados pela jogatina regencial do tráfico ficavam trabalhando para Pedro de Araújo Lima, nesse caminhar de fortunas. Ainda em julho de 1840, Araújo Lima recebia 4:000 por meio de Gonçalves da Silva¹¹⁹.

Considerações finais

Parece que Pedro de Araújo Lima não confiava no que poderia ocorrer no Brasil. No mesmo ano da sua queda na Regência, quando Pedro II assumiu o trono rodeado dos adversários do último regente, ele enviava seu dinheiro para a Europa. Talvez, fosse uma maneira de esconder melhor os ganhos naqueles anos em que foi o supremo mandatário. Na nova fase, alguém poderia descobrir as transações e gerar diversas denúncias. Era 12 de dezembro de 1840, quando Pedro de Araújo Lima escreveu para Samuel Phillips, o banqueiro, informando ter enviado, em 1839, 4 mil 299 libras, 2 chelins e 3 pences para empregar “como já se acham empregadas em cinquenta e um mil guilders do empréstimo holandês”. Naquele momento, mandava 2 mil 234 libras e 11 chelins para serem investidos em fundos públicos. E escrevia outra ordem: “devo porém dizer que no caso de estar declarada a guerra na Europa, ou mesmo no caso de que haja receios de que ela venha a declarar-se, suspendam [...] o emprego deste dinheiro, ficando ele em sua mão até novas ordens”. E também não sabia claramente em quais fundos poderiam ser empregados os valores – “não posso na distância em que estou, determinar ao certo”, mas, dava algumas pistas: holandeses, Áustria e talvez russo, “contanto que venha a regular a cinco por cento de juro”¹²⁰.

Era assim que Pedro de Araújo Lima reagia frente ao Brasil: desconfiado, inquieto, protegendo a escravidão e as suas riquezas; além dos donos de terras, dos bacharéis e dos amigos mais próximos. Saía da re-

118 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL. 210.36. Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima. Pernambuco, 13 de abril de 1839.

119 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. DL.210.36. Carta de Manoel Gonçalves da Silva a Pedro de Araújo Lima. 20 de julho de 1840.

120 – IHGB. Arquivo Marquês de Olinda. Lata 210 Documento 38. Carta de Pedro de Araújo Lima a Samuel Phillips. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1840.

gência com o respeito político que adquiriu com os seus aliados traficantes e políticos. Quando não bastasse, juntaria seu capital de inteligência parlamentar e ministerial para agrupar-se ao Imperador.

Texto apresentado em junho de 2020. Aprovado para publicação em setembro de 2020.

DEBATES EM DEFESA DA ESCRAVIDÃO E DA ABOLIÇÃO NOS JORNAIS MINEIROS E MATO-GROSSENSES NO SÉCULO XIX

DEBATES IN DEFENSE OF SLAVERY AND ABOLITION IN NEWSPAPERS PUBLISHED IN THE PROVINCES OF MINAS GERAIS AND MATO GROSSO IN THE 19TH CENTURY

AUGUSTO HENRIQUE ASSIS RESENDE¹

ISABEL CAMILO DE CAMARGO²

Resumo:

O objetivo deste texto é analisar as principais ideias existentes nos debates favoráveis e contrários à manutenção da escravidão em jornais das províncias de Minas Gerais e de Mato Grosso. O recorte temporal refere-se à chegada da imprensa a essas duas províncias, que ocorreu em datas diferentes, até o último quartel do século XIX - visto que, no Brasil, as décadas de 1870 e 1880 suscitaram um debate sobre a escravidão e os temas ligados à emergência da abolição. A discussão sobre a escravidão e a abolição nos periódicos das duas províncias mostra o quanto a escravidão estava imbricada na sociedade brasileira e em diversas regiões com dinâmicas diferentes.

Palavras-chave: Imprensa; Brasil Império; Escravidão; Abolição; Século dezenove.

Abstract:

The purpose of this text is to analyze the main ideas in the debates for and against the maintenance of slavery in newspapers in the provinces of Minas Gerais and Mato Grosso. The time frame refers to the arrival of the press in these two provinces, which occurred on different dates, until the last quarter of the 19th century - since, in Brazil, the 1870s and 1880s raised a debate about slavery and the themes linked to the emergence of abolition. The discussion about slavery and abolition in the journals of the two provinces shows how much slavery was intertwined in Brazilian society and in different regions with different dynamics.

Keywords: Press. Empire Brazil. Slavery. Abolition. 19th century.

A escravidão negra em território brasileiro e os movimentos contrários a ela são temas presentes na historiografia brasileira ainda na atualidade, o que leva não só a uma série de reinterpretações, mas também a buscas de novos rastros que possam exemplificar e melhor esclarecer suas configurações na sociedade oitocentista no Brasil. Em vista disso, o objetivo deste texto é o de demonstrar que, por meio de análises feitas a partir

1 – Doutorando em História pela UNESP/Assis. Bolsista Capes. Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues. E-mail: agtassis@yahoo.com.  <https://orcid.org/0000-0002-2414-1831>.

2 – Pós-doutoranda em Educação pela PPGEdU/UFMT/Rondonópolis. Bolsista Capes. Supervisor: Prof. Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes. E-mail: isabelc_camargo@hotmail.com.  <https://orcid.org/0000-0001-7066-621X>.

de debates que tiveram espaço em jornais das províncias de Mato Grosso e de Minas Gerais acerca dessa temática, entre as décadas de 1830-1880 (isto é, em período próximo à aprovação da Lei Áurea), houve diferentes argumentos que conformaram os discursos favoráveis e contrários à abolição nas duas províncias.

Ambas as províncias podem ser relacionadas, no século XIX, se pensadas a partir do declínio da mineração. Porém, nos chama a atenção, ainda, o uso da mão de obra escravizada em ambas as províncias e em atividades diversas - como mineração, lavoura, atividades domésticas -, bem como a presença do tema da escravidão e da abolição nos jornais que circularam por essas províncias no oitocentos.

Para demonstrarmos nossas pretensões, buscamos debater os discursos que periodistas faziam concernentemente aos escravos mineiros e mato-grossenses. Ademais, focaremos nossos esforços em compreender a atuação de alguns jornais dessas províncias, destacando que os periódicos analisados possuíam claramente uma postura político-partidária, o que os colocava em sintonia com a política regional e até nacional, em alguns casos³.

Grinberg e Peabody destacam que escravidão e liberdade eram um dos pontos nodais para as experiências de vida dos negros escravizados. As autoras ressaltam que liberdade e escravidão não eram termos considerados tão contraditórios, pois havia muitas gradações e implicações sociais. A contribuição das autoras contribui para levar-nos a uma observação mais atenta do tema nos jornais utilizados⁴.

Sidney Chalhoub também se interessa por entender a concepção de liberdade para o escravo no século XIX. Em sua pesquisa, ele percebe que a maior preocupação advinda dos escravos poderia não ser a liberdade em

3 – Conseguimos obter informações extras de algumas pessoas que são citadas nas notícias dos jornais, essas estão referenciadas. Porém, de algumas outras pessoas não foi possível obter outros dados senão os citados nos periódicos.

4 – GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e liberdade nas Américas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

si, mas a melhoria da sua condição de vida. Chalhoub compreende que o escravo agia de acordo com uma lógica própria. Era de seu interesse, por exemplo, manter sua família e seus entes familiares próximos, ao invés de ter sua liberdade. A análise de Chalhoub ajuda a compreender o ponto de vista dos escravizados e, apesar de os periódicos aqui trabalhados não apontarem para isso, é necessário perceber que ele perpassa as notícias⁵.

No que concerne à configuração da imprensa no Brasil, antes de ter se consolidado nos anos 1880, ela teve um caminhar lento e *sui generis* relativamente ao restante do continente americano. Foi somente a partir do estabelecimento da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, nova sede do Império Luso-brasileiro, em maio de 1808, que a imprensa – então oficialmente inaugurada nessa porção portuguesa – passou a ter grande importância em termos de difusão de informações e adquiriu também aspecto de um novo meio de propagação de escritos político-filosóficos, o que acrescentava novos conceitos e práticas políticas aos letrados e à elite brasileira⁶.

Como no período colonial havia restrições relativas à entrada e à circulação de livros na América portuguesa, especialmente em período anterior ao do estabelecimento da sede da monarquia, parte dos jornais que passaram a circular por aqui, a partir de então, também explorou essa nova perspectiva: a de um novo espaço de notícias e de opiniões voltado a um público que, ainda que restrito, poderia aumentar.

Embora no período pós-Impressão Régia não se obstasse a circulação de periódicos no Brasil, foi somente a partir da abolição da censura prévia, em 28 de agosto de 1821, que a imprensa periódica cresceu substancialmente por aqui⁷. Além disso, Marco Morel explica que, com a liberdade de imprensa, criou-se um espaço de expressão pública. Esse

5 – CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade*: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

6 – SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

7 – NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

espaço teria proporcionado grande alívio a muitos escritores, que passaram a expressar na esfera pública aquilo que antes era majoritariamente de domínio privado⁸.

No que toca ao contexto americano, ainda que o Brasil estivesse em grande atraso relativamente a quase todo o continente, o estabelecimento da Imprensa Régia proporcionou o nascimento de uma imprensa ativa e combativa, não apenas áulica. A partir de então, ela se multiplicou indefinidamente, inclusive com a abertura de novas tipografias em outras localidades⁹. O alvorecer e o desenvolvimento da imprensa no Rio de Janeiro deram ensejo a diversas alterações no cotidiano da corte, pois, com o seu aparecimento, uma miríade de relações sociais era também afetada devido ao seu alcance. A atividade impressa contava com a participação de correspondentes, editores, panfletários, folhetinistas, tipógrafos, censores, leitores, ou seja, havia um considerável envolvimento social ligado à Imprensa Régia e aos papéis que galgavam o espaço público¹⁰.

Desde a sua instalação na América portuguesa, a imprensa e o avanço das instituições políticas nacionais caminharam lado a lado. Pode-se dizer que “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas”¹¹.

8 – MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

9 – Em 05/02/1811, o negociante Manuel Antônio da Silva Serva recebeu autorização para abrir uma tipografia na cidade de Salvador (Silva, 2006, p. 155). Sobre a Imprensa Régia, a gráfica que deu origem a ela foi trazida de Lisboa por Antônio de Araújo, posteriormente conde da Barca (Ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra), e funcionou de 1808 a 1821. A criação e o funcionamento da Imprensa Régia se deram no mesmo dia: 13/05/1808. Porém, antes de 1808 houve tentativas de se imprimir textos na América portuguesa, ainda que quase todas frustradas pela rigidez das normas de proibição da coroa. Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Isso fica perceptível a partir de Carlos Rizzini (1946), que cita três casos de tentativas de publicação de impressos anteriores a 1808: em 1706, em Recife; em 1746-1747, no Rio de Janeiro; e em 1807, em Vila Rica. Sendo que nas duas primeiras ocasiões, a coroa portuguesa obsteu os tentames.

10 – SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre os manuscritos e os impressos. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Sílvia Carla Pereira (Org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

11 – MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *História da imprensa no Brasil* (2.^a ed.). São Paulo: Contexto, 2012, p. 8.

Assim, leva-se em conta que os jornais faziam parte da engrenagem política e social de seu tempo, transmitiam aos seus leitores as suas intenções e esperanças, assim como as suas hipocrisias e as suas mentiras. E, apesar de desempenharem um importante papel, formidável como fontes primárias, eles devem ser analisados como quaisquer outras fontes para as quais o historiador lança as suas questões, com rigor e com cuidado, de modo que as comparações possam ser feitas com o fim de melhorar a compreensão e a reconstrução do nosso passado.

Desta feita, é digno de nota acrescer que o método crítico é importante para refletir sobre a pesquisa histórica, já que debater o manuseio das fontes históricas é primordial para quaisquer pesquisas. Ao analisarmos a documentação, no caso, os jornais, com o rigor que o fazer histórico demanda, procuraremos nos guiar pela afirmação de Marc Bloch acerca da importância da análise crítica relativa aos documentos, da desconfiança referente ao que as fontes podem nos oferecer:

[...] O historiador não é, cada vez menos, esse juiz um pouco rabugento cuja imagem desabonadora, se não tomarmos cuidado, é facilmente imposta por certos manuais introdutórios. Não se tornou, certamente, crédulo. Sabe que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las. É uma das marcas mais belas do método crítico ter sido capaz, sem em nada modificar seus primeiros princípios, de continuar a guiar a pesquisa nessa ampliação¹².

Nesse sentido, e na esteira de Bloch, é interessante acrescentar que Antoine Prost ressalta a grande relevância do método de crítica documental e de suas regras (com as críticas: interna, externa, da sinceridade e da exatidão), as quais ajudam o historiador a proceder de modo levantar questionamentos pertinentes capazes de levá-lo a hipóteses que cheguem a respostas adequadas ao momento em que propõe a reflexão¹³.

12 – BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 95.

13 – PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história* (2.^a ed.). 3.^a reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Sendo a pesquisa documental e tendo jornal como fonte histórica, concordamos com Tania Regina de Luca ao esclarecer que o trabalho com periódicos ocorre em torno do que se tornou notícia com o que foi publicado, e que tal fato abarca várias questões. A historiadora também ressalta que devemos observar que “certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”. No decorrer de nossa análise, percebemos que o posicionamento político dos jornais pesquisados está inserido no transcorrer de diversos artigos¹⁴.

Os debates acerca da escravidão e da abolição nos jornais mineiros

No que concerne ao escravismo, traçamos uma contextualização político-econômica a partir do que foi encontrado em periódicos da província de Minas Gerais, o que contribui para o entendimento de parte do que se dava nas relações do trabalho servil e do movimento antiescravocrata que teve seu auge nos anos 1880.

Os três jornais pesquisados e mencionados no texto são das cidades mineiras de Ouro Preto e de São João del-Rei. São eles: *A Província de Minas* (Conservador), Ouro Preto, publicado de 1878 a novembro de 1889; *Liberal Mineiro* (Liberal), Ouro Preto, editado de janeiro de 1882 a 1889; e *O Arauto de Minas* (Conservador), São João del-Rei, impresso de 17 de março de 1877 a 24 de dezembro de 1889¹⁵.

Entre 1720 e 1815, Minas Gerais era composta por quatro comarcas: Rio das Velhas, Serro Frio, Vila Rica e Rio das Mortes. Cada uma delas

14 – LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. 2.^a ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

15 – Os jornais pesquisados relacionados a Minas Gerais podem ser consultados nos sítios eletrônicos do Arquivo Público Mineiro (APM) e da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Assim como examinados na biblioteca (sala n.º 3) do campus Dom Bosco da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), microfilmados e nas seguintes caixas: *O Arauto de Minas* (0022 e 0023), *Liberal Mineiro* (0186 a 0188), *A Província de Minas* (0197). O APM é acessado a partir deste endereço eletrônico: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Enquanto a Hemeroteca da BN por este: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

tinha características bem diferentes quanto à formação de sua população, com muita variação na distribuição da parcela de brancos e mesmo quanto ao número de escravos. A comarca do Rio das Velhas, cuja sede era Sabará, tinha muitas fazendas de gado e contava com alguns pontos de mineração. Era a comarca mais densamente povoada e tinha poucos brancos, mas grande quantidade de negros. A de Serro Frio tinha como centro mais importante a Vila do Príncipe, contando, ainda, com o Distrito Diamantino. Essa comarca possuía menos habitantes que as demais por conta do tratamento acurado que a coroa portuguesa dispensava a ela em decorrência dos diamantes ali extraídos. A comarca de Vila Rica, e sua sede homônima, era majoritariamente ligada à mineração e tinha grande quantidade de escravos. A do Rio das Mortes, encabeçada por São João del-Rei, era povoada pelo maior número de brancos da Capitania e tinha “[...] uma economia local mais equilibrada e diversificada” do que as outras três¹⁶.

No tocante à questão econômica mineira, é interessante que tenhamos algumas considerações, já que essa é uma temática controversa e que desperta a atenção de estudiosos ao longo dos séculos XX e XXI, com destaques para Caio Prado Júnior e para a “escola fluminense”, com Maria Yedda Linhares, com João Fragoso, entre outros. Há uma narrativa que quis mostrar que, por volta de meados do século XVIII, quando a extração do ouro ficou mais difícil e mais onerosa, passando a demandar técnicas mais elaboradas e investimentos mais vultosos, a consequência direta disso foi o quase abandono da atividade mineradora na Capitania de Minas Gerais. Segundo a visão de alguns estudiosos, a queda dessa produtividade levou a Capitania a uma situação bastante complicada, já que, como acreditavam, para que o foco na extração aurífera não fosse posto de lado ou diminuído, ações para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária foram desencorajadas. Assim, com as atenções voltadas apenas à mineração, quando esta atividade entrou em crise, a economia regional simplesmente ruiu.

16 – MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira*, Brasil – Portugal, 1750-1808 (2.^a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 109.

Por outro lado, vemos uma linha historiográfica mais condizente com os vestígios documentais e com os fatos deles advindos que, por meio de extensa pesquisa documental, demonstrou que a decadência econômica de Minas Gerais, em fins do século XVIII e em boa parte do XIX, não passa de um mito, conforme demonstram os estudos de Fragoso, de Graça Filho, de Martins, entre outros¹⁷.

Em estudo pioneiro, Roberto Borges Martins¹⁸ averiguou que, durante o século XIX, havia uma grande demanda por mão de obra escravizada em Minas Gerais, e que os expressivos números de escravos encontrados em suas buscas não poderiam ser oriundos apenas de crescimento natural, como outrora chegou-se a sustentar. Martins (1996)¹⁹ faz demonstrações de que, durante a maior parte do Oitocentos, Minas foi não só a grande importadora de escravos (quando não do tráfico internacional, valia-se do tráfico interprovincial), como foi a maior importadora de escravos.

A partir de uma série de pesquisas de caráter similar, fez-se o seguinte apontamento mediante o qual se verificou que, de 1828 a 1830, 48,5% dos escravos recém-chegados à costa do Rio de Janeiro foram importados por Minas Gerais. De acordo com registros do censo de 1872, o mais completo realizado durante período imperial, a Província de Minas tinha 300 mil habitantes. Uma região com economia debilitada (como foi cogitado) não teria condições de manter uma população tão numerosa, nem mesmo de comprar um número tão grande de escravos. Naquele momento, Minas tinha um contingente populacional superior ao das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que eram importantes zonas portuárias. Do

17 – Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 2004. Os trabalhos historiográficos em questão comprovam o mito da decadência da econômica mineira.

18 – MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy in nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Vanderbilt University, 1980 Tese de doutorado.

19 – MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (Orgs.). *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 99-130, p. 19.

mesmo modo, o número de escravos se elevava a patamares tão altos, que contradizem as hipóteses de que a escravaria mineira seria decorrente apenas do crescimento endógeno. À guisa de exemplo, no período de três anos de pesquisa (1828, 1829 e 1830), chegou-se a montante superior a seis mil escravizados africanos transportados por tropeiros, do Rio de Janeiro a Minas Gerais, anualmente²⁰.

Em período próximo, que abrange de 1825 a 1833, outro estudo demonstrou que, do número total de escravos postos à venda no Rio de Janeiro, quase a metade (48,4%) foi absorvida por comerciantes mineiros, “porcentagem superior [ao] das áreas agroexportadoras do Vale do Paraíba e do Norte Fluminense que, juntas, receberam 36,5% dessa mão-de-obra”²¹.

Ademais, ao pesquisar inventários *post-mortem*, o historiador Afonso de Alencastro Graça Filho constatou que havia uma disseminação de fazendas em Minas Gerais com escravaria de médio e de grande porte, o que também não condiz com o discurso de uma economia dita decadente; posto que, para manter uma parcela significativa de cativos, seria necessário que tais fazendas conseguissem um rendimento considerável e, portanto, deveriam estar inseridas em algum ramo econômico lucrativo. E era este o caso do comércio interno, que era amplamente dinamizado em Minas e pelos mineiros, especialmente pelo segmento mercantilista de São João del-Rei. Assim, os mineiros eram responsáveis por escoar grande parte de produtos diversos e oriundos das Províncias de Goiás e do Mato Grosso, além da sua produção interna, praticamente tudo a caminho da corte.

Mesmo sendo portadora de uma das maiores escravarias do Império do Brasil, como vimos anteriormente, alguns indivíduos da província mineira entenderam ser necessário discutir sobre a manumissão dos cativos. Embora não fosse maioria, houve em Minas Gerais quem discutisse sobre

20 – GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; LIBBY, Douglas Cole. *A economia do Império Brasileiro*. São Paulo: Atual Editora, 2004, p. 19.

21 – GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 21.

como se daria, ou se devia proceder, o fim da escravidão na província. Vemos, em parte da imprensa mineira, principalmente do último quartel do século XIX, um desconforto relativamente ao escravismo. Em alguns casos, esse discurso poderia ser mais exaltado, mas, em geral, era moderado. Essa moderação e “prudência” se deviam a um sentido implícito em não se alterar sobremaneira o *status quo* no mundo do trabalho brasileiro.

Severiano Nunes Cardozo de Rezende era proprietário e redator d’*O Arauto de Minas*, folha do partido conservador são-joanense²². Ele escreveu um artigo em que demonstra a necessidade de se pôr fim ao escravismo brasileiro, apontando a mácula que esse sistema trazia à história do país. Contudo, afirma que a melhor opção para se pôr termo à escravidão no Brasil viria com o correr do tempo e por meio da Lei do Ventre Livre. Ou seja, esse processo deveria se dar por meios pacíficos e graduais, bem ao estilo conservador de fazer política. Segue parte de seu artigo intitulado *Os abolicionistas*:

[...] Neste Império não há uma voz discordante acerca desta questão, ninguém advoga a causa da escravidão; todos reconhecem que esta instituição é um ponto negro a figurar na história de nossos costumes, pondo peias ao engrandecimento do país; mas não é necessária a propaganda dos humanitários abolicionistas, que querem fazer seu nome correr mundo, para que se resolva esta melindrosa questão.

Na lei de 28 de Setembro de 1871 está a resolução do difícil problema, resolução pacífica, moderada e que não trará o desanimo e o terror ao seio da lavoura.

Nestas circunstâncias é dever de todo cidadão, que deveras ama seu país, opor resistência à onda *philantropica* [sic] que ameaça especialmente aos lavradores²³.

22 – Severiano Nunes Cardoso de Rezende também foi professor, advogado provisionado, escritor e importante político da região. Ver: GIAROLA, Flávio Raimundo. Trabalho e combate à vadiagem: representações da mão-de-obra nos discursos dos periódicos de São João del-Rei (1871-1888). In: *Temporalidades – Revista Discente*. UFMG. vol. 4. Nº1, edição 07, 2012, p. 278-302.

23 – *O Arauto de Minas*, ano IV, n.º 37, 09/12/1880. São João del-Rei, p; 2. Escrita atualizada.

A história da Conjuração Mineira (1788-1789) ainda suscita controvérsias e debates. Esse movimento sedicioso foi apropriado tanto por monarquistas quanto por republicanos a partir de meados do século XIX, e se valeram do uso da imagem e do uso político dos conjurados, principalmente, a do personagem Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Em algumas ocasiões, estabeleceu-se uma analogia entre a imagem simbólica dos conjurados mineiros e a necessidade de se dar liberdade a determinados cativos. A simbologia dos inconfidentes foi apresentada e relacionada à libertação de escravizados na província de Minas Gerais a partir de textos literários e jornalísticos.

A assimilação da imagem de Tiradentes por amplos movimentos sociais é assinalada por José Murilo de Carvalho, que demonstra a transformação de Tiradentes de mártir a herói nacional. Em seu estudo, Carvalho também apresenta os matizes abolicionistas que eram utilizados relativos ao mártir da Conjuração Mineira. Ao fazer menção a um poema, de 1884, em que um operário louva a figura de Tiradentes, Carvalho comenta um trecho relacionado ao movimento abolicionista daquele período:

O mesmo poema – escrito, lembre-se, antes da Abolição – termina vinculando Tiradentes à luta contra a escravidão: ‘Dos escravos as algemas/ quebradas, serão poemas/ a esse gênio imortal’. A interpretação da Inconfidência como movimento abolicionista, além de libertador e republicano, ligava Tiradentes às três principais transformações por que passara o país: Independência, Abolição, República. Da trindade cívica dos positivistas, Tiradentes era o único a poder resumir e representar os três movimentos²⁴.

Assim, indo ao encontro do que foi constatado por Carvalho, citamos um impresso que foi razoavelmente expressivo no tocante à memória dos inconfidentes, bem como em sua relação com o escravismo. Isso se deu, porque, em tal jornal, se relacionou a intenção de uma família libertar um escravo em decorrência da proximidade do aniversário de morte de Tiradentes. Compreendemos que os proprietários daquele cativo poderiam simplesmente ter dado a alforria a ele a qualquer tempo, contudo,

24 – CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 9ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 70.

deram-na em um período de relevância político-simbólica, e tiveram seu “ato benevolente” registrado pela imprensa, frisando que:

À memória do imortal Tiradentes.

Muito de nossas livres vontades e de nossas filhas [...] concedemos liberdade ao nosso escravo Bento [...] de idade de 29 anos, perito oficial de pedreiro, boa constituição, bem sadio [...] que lhe concedemos gratuitamente, para que dela goze tão inteira e completamente, como se de ventre livre houvera nascido.

E, para seu título, firmamos o presente.

Ouro Preto, 21 de Abril de 1884, 92.º aniversário, do cruento suplício do protomártir da liberdade do Brasil²⁵.

É relevante que os ex-proprietários de Bento tenham salientado sua boa condição física e de saúde, assim como, demonstrado que ele era um escravo que tinha ofício, algo importante, principalmente, porque a partir de então ele teria que viver de seus ganhos. Ademais, faziam menção à Lei do Ventre Livre, colocando em um mesmo patamar a instituição da lei e sua atitude complacente e “gratuita” em prol do beneficiamento de Bento.

Presumimos que a simbologia em torno da imagem do alferes Silva Xavier tivesse tomado, naquele início de década, um sentido forte que algumas pessoas desejavam ter algum tipo de conexão com ela. A pretensa ligação entre uma atitude tida como louvável e associada à figura de um mártir com figura de herói poderia ter, naquele contexto, uma série de desdobramentos: desde alcançar status social (ou evidência na sociedade), como pessoas caridosas, até intenções implícitas e mais obscuras de se beneficiar de alguma forma dessa “caridade”. Desse modo, cria-se uma ambiguidade entre a atitude de conceder a liberdade a um escravo e as verdadeiras intenções de beneficiamento por trás desse ato.

Mas as relações entre a simbologia dos conjurados com a manumissão de cativos se estendem ainda mais. Num artigo de fundo de uma publicação de abril de 1884, aproveitou-se o tema da libertação dos escravos

25 – *Liberal Mineiro*, ano VII, n.º 45, 22/04/1884. Ouro Preto, p. 3, seção Noticiário e artigo *Livro d'ouro*. Ortografia atualizada.

na Província do Ceará para se fazer uma breve menção a Tiradentes. O texto trata da comemoração ocorrida em Minas Gerais, em decorrência da emancipação, e que “Os mineiros, festejando este dia de hoje, não fazem mais do que manifestar o patriotismo que devem ter os nascidos sob o mesmo clima que o Tiradentes”²⁶. Nessa relação de sinonímia, opera-se um discurso de assimilação, entre os mineiros, da postura do célebre conterrâneo, identificando, junto ao patriotismo, o desejo imanente de promover a liberdade. Clamou-se pela libertação dos escravos mineiros, mas, apesar desse enaltecimento ao povo de Minas, a emancipação na Província só ocorreu quando se deu de forma nacional, em 13 de maio de 1888.

Mas outros tipos de manumissões, com motivações diversas, sem referendar a Conjuração Mineira, ocorriam em Minas nos anos 1880. Na seção “Noticiário”, do jornal ouro-pretano *Liberal Mineiro*, lê-se o seguinte no artigo *Libertações*:

O nosso amigo, Sr. Arthur Augusto do Nascimento, e D. Fortunata Augusta Baeta, abastados fazendeiros residentes no município de Queluz, acabam de conferir carta de liberdade a todos os seus escravizados, em número de 15.

Por sua vez, o Sr. Capitão Manoel José Baeta Neves, diretor dos correios, concedeu alforria a dois escravizados seus, Matheus e Gertrudes, e mandou entregar-nos uma outra com que concorre para festejar o 50.º aniversário da ordenação do vosso venerando amigo, [papel dobrado].

Parabéns aos distintos abolicionistas²⁷.

Além disso, até mesmo a Província, personificada em sua maior autoridade de então (seu presidente), buscava meios de libertar alguns cativos. Na seção “Secção Oficial” e sob o título “Lei N. 2846 – de 25 de outubro de 1881”, trata-se sobre os escravos que ficassem sob a tutela do Estado. Eles deveriam ser leiloados e sua mão de obra utilizada por

26 – *A Provincia de Minas*, ano IV, n.º 202, 17/04/1884. Ouro Preto, p. 4, seção: *Seção Livre* e artigo *Ao Ceará*. Ortografia atualizada.

27 – *Liberal Mineiro*, ano X, n.º 64, 12/11/1887. Ouro Preto. Ortografia atualizada.

um período de tempo e, findo esse período, deveriam ser colocados em liberdade.

[...] O Doutor João Florentino Meira de Vasconcellos, Senador do Império e Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1.º Nas execuções promovidas pela Fazenda Provincial, quando, por falta de arrematantes tiverem de ser adjudicados escravos à mesma Fazenda, os serviços destes, depois de avaliados, serão postos em praça para serem arrematados por sete anos por quem mais oferecer, a fim de ser o produto da arrematação aplicado ao pagamento da Fazenda, e findos os sete anos serão os referidos escravos declarados livres. Quando o escravo for maior de 40 anos o prazo acima será reduzido a cinco anos.

§ único. O preço da arrematação será pago no ato da mesma arrematação e logo recolhido à coletoria, com o abatimento de 8% a favor do arrematante dos escravos. O arrematante fica obrigado durante o referido prazo, de sete ou cinco anos, a vestir, sustentar e tratar, em caso de moléstia, o escravo ou escravos cujos serviços arrematar²⁸.

Obviamente que não vemos nenhuma atitude piedosa por parte da administração mineira com base na ação citada de arrematar escravos de sua propriedade, tampouco devemos louvá-la. O que importa ressaltar é que o texto ilustra, ao tratar de tais arrematações, o processo que foi aludido pelo redator de *O arauto de Minas* dois anos antes e que se refere ao fim da escravidão como um dismantelamento lento e natural, e no qual nem Estado nem escravistas sairiam prejudicados financeiramente.

Certamente, o discurso abolicionista, em Minas Gerais, apresentou opiniões distintas, posicionamentos variados e atitudes diversas ao longo do período imperial, sobretudo, tendo-se em vista o grande número de periódicos nos quais figurou. Nessa curta exposição, porém, quisemos mostrar a variedade discursiva amparada pelo movimento antiescravista, e também mostrar uma relevante aproximação entre esse movimento e a forte simbologia atrelada aos inconfidentes.

28 – *Liberal Mineiro*, ano IV, n.º 161, 05/01/1882. Ouro Preto, p. 2. Ortografia atualizada.

Os debates acerca da escravidão e da abolição nos jornais de Mato Grosso

A divisão administrativa e territorial da província de Mato Grosso, no final da década de 1830, era composta por duas Comarcas (Cuiabá e Mato Grosso) que, por sua vez, eram divididas em quatro Termos ou Municípios, sendo eles: Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Na segunda metade do século XIX, Cuiabá ainda era considerada uma cidade pequena. Segundo Santierre Sott (2018), a população variava entre 16 a 18 mil habitantes, ao contrário das cidades mineiras já mencionadas. Também haveria desacordo para a estimativa da população escravizada, sendo apontadas entre 2 a 4 mil pessoas²⁹.

A chegada da tipografia em Mato Grosso ocorreu em 1838, e resultou de uma proposta do jurista e presidente da Província à época, Pimenta Bueno. Sua justificativa foi de que era necessário dar publicidade aos atos das autoridades locais.

Conforme Sônia Zaramella³⁰, a introdução tipográfica nessa província ocorreu com a contribuição financeira da população. Porém, ao se montar a estrutura, questionava-se quem trabalharia nela devido à falta de mão de obra qualificada. Francisco José de Melo era um tipógrafo e veio de Meiaponte, atualmente Pirenópolis/Goiás. Ele chegou em junho de 1839, e fez circular, em 14 de agosto, o jornal *Themis Mattogrossense*³¹. Ele tinha um caráter oficial, embora comercializado, e teve breve periodicidade por divergências políticas³².

29 – SOTT, Santierre Luis Krewer. *A escravidão em anúncios do jornal “A Imprensa de Cuyabá” (1859-1865)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

30 – ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso - no começo de tudo, a participação popular. In: *Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*. Florianópolis, 2004, p.1-24.

31 – JUCÁ, Pedro Rocha. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009.

32 – Concernente aos jornais pesquisados de Mato Grosso, são três os que foram publicados em Cuiabá. Eis a referência: A *Situação* pode ser consultada por meio deste endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=366250&PagFis=496&Pesq=escravo>. O *Liberal* está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376558&PagFis=505&Pesq=escravido%C3%A3o>. O *Povo* se encon-

Em outubro de 1840, o cônego José da Silva, novo presidente da Província, defendeu a volta de uma tipografia provincial, por isso reiniciou a produção de jornal, porém com o nome de *Cuyabano Official* que, depois, seria modificado para *O Cuyabano*. Em 1848, a tipografia oficial foi vendida e o jornal passou a ser impresso em oficinas gráficas privadas³³.

Aos poucos, apareceram diversos jornais e houve uma disputa pela publicidade oficial, o que deu início a discussões de questões políticas e sociais. Mário Fernandes (2017) debate o patrocínio público e a suposta independência das primeiras tipografias privadas em Mato Grosso. Para ele,

Nos primeiros vinte anos de atividades, a imprensa de Mato Grosso passou do Poder Público à iniciativa privada, mas mesmo nessa nova fase não deixou de ser patrocinada pelo primeiro. Vicejando certo grau de independência, passou à oposição acompanhando com olhar mais crítico a administração pública da província. Porém, como persiste até os dias atuais, não só a imprensa mato-grossense, mas como a de todo o país, não conseguiu se desvencilhar totalmente das amarradas que a prende aos poderes político e econômico³⁴.

Apesar de Zaramella afirmar que o periódico *A imprensa de Cuyaba*, fundado em 1859, foi o primeiro a fazer oposição ao governo do Tenente Coronel Antônio Pedro de Alencastro³⁵ e à escravidão, havia nele anúncios de pessoas querendo comprar escravos, como, por exemplo: “Compra-se um escravo de 18 a 20 annos que seja de bonita figura e não tenha vícios nem achaques: na Rua Bella do Juis, n.º 22”³⁶. Também chama atenção

tra em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=716138&pasta=ano%20188&pesq=escravid%C3%A3o>.

33 – *A Situação*, nº 729, ano 198, p. 4.

34 – FERNANDEZ, Mario Luiz. Apontamentos para uma história da imprensa de Mato Grosso do Sul. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*. V. 6, nº 1, Jan/Jun 2017, p. 15-31. Citação à p. 21.

35 – Foi Presidente da Província de Mato Grosso de 1834 a 1836 e de 1859-1862. Responsável pela criação da Assembleia Legislativa em 1834. Ver: SENA, Ernesto Cerveira de. Além de eventual substituto. A trama política e os vice-presidentes em Mato Grosso (1834-1857). In: *Almanack*. Guarulhos, nº 4, 2º semestre de 2012, p. 75-90.

36 – *Apud* ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*, p. 15

o fato de que, mesmo sendo um jornal de oposição, ele publicava ainda atos oficiais da administração pública. Talvez isso ocorresse, porque tanto os anúncios quanto aos atos oficiais eram feitos a partir de pagamentos.

De acordo com Sott, *A Imprensa de Cuiabá* teve um importante papel por ser um meio de informação à época e também por ser uma fonte de pesquisa sobre o cotidiano do sistema escravista na localidade.

A Imprensa de Cuiabá foi, senão o único, o mais importante dos jornais de sua época devido ao contrato de locação estabelecido com o Governo Provincial, dessa maneira estava estabelecida também uma ligação com a administração da Província e seus representantes, é a partir das publicações de notícias governamentais neste jornal que podemos perceber uma Cuiabá dinâmica, ambiente de vida de inúmeros súditos da Coroa, bem como um cenário de escravidão³⁷.

Em 1868, começou a circulação do jornal *A situação*, que existiu por cerca de 20 anos e que pertencia ao partido Conservador. Zaramella observa que, apesar de seu inicial posicionamento partidário, sua linha editorial variava favorável ou contrária ao governo. Em sua explicação, o período em que o jornal ficava encarregado da publicação dos atos oficiais da Província, ele defendia o governo. Na medida em que se perdia a publicidade de tais atos, fazia-lhe oposição³⁸.

Em uma edição do ano de 1880, aparece, no supracitado jornal, um pedido ao chefe de polícia no qual se relata uma briga entre dois homens: Lúcio e Júlio, sendo Lúcio ferido na cabeça. Porém, Lúcio era escravo de Ana Joaquina, companheira do subdelegado em exercício José Felipe d'Araújo. O anúncio criticava o fato de que o subdelegado teria chamado dois homens sem conhecimento específico para fazer a perícia. Outra crítica do jornal foi a de que o ferimento teria sido pequeno, e o subdelegado pediu uma indenização no valor de quarenta mil réis por considerá-lo grave. Porém, as pessoas designadas para a perícia não entraram em acordo sobre a gravidade do ferimento para assinar o documento³⁹.

37 – SOTT, Santierre Luis Krewer. *A escravidão ...*

38 – *Idem*, p. 55.

39 – *A Situação*. Cuiabá, nº 729, 1880, p. 4.

A crítica do jornal se pautava em um caso anterior, no do escravo Antônio, também pertencente à companheira do subdelegado, o artigo jornalístico não usa o termo esposa, que teria espancado gravemente um velho morigerado e permanecido impune. Por fim, pedia-se ao chefe de polícia que tomasse alguma providência contra os desmandos e os abusos das autoridades locais.

Percebe-se, então, que fatos que poderiam ser corriqueiros passam a ter um destaque maior para provocar e para criticar autoridades que eram consideradas oposicionistas à situação do jornal naquele momento. Sendo assim, no caso analisado, nota-se que não há preocupação em se entender o motivo da briga e sua possível solução. O registro das contendas com alguma participação de escravos era mobilizado como forma de denunciar os abusos de poder e a disputa de privilégios, não tendo como intuito discutir a escravidão ou a sua superação.

Em 1881, em outra edição de *A Situação*, Luiz Paietti, morador da freguesia de Santo Antônio do Rio-abaixo, também fazia críticas e pedia providências, pois ele teria ficado preso por 24 horas sem saber o motivo. Luiz Paietti era carpinteiro na fábrica do tenente Joaquim José Paes de Barros⁴⁰ e, por ter uma dívida com este, Barros o obrigou a trabalhar na roça. Contrariado, pois o trabalho de lavrar não teria sido combinado previamente, Paietti diz que saiu para procurar outro serviço e, assim, pagar sua dívida com Barros. Mas, no dia seguinte, o subdelegado (genro de Barros) o prendeu sem dizer o motivo. Paietti, então, denunciou que o tenente Paes de Barros teria invadido a casa do alferes Francisco Vieira de Moraes e espancado brutalmente os escravos deste; como genro, o subdelegado nada fez, alegando que o requerimento do senhor Vieira tinha erros. No final, Paietti se declara francês e pede ao cônsul o desagravo da injúria que sofreu⁴¹.

40 – Joaquim José Paes de Barros era proprietário da Usina da Conceição, primeira a utilizar máquina a vapor na Província (p. 55/56). Ver: ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História: 1870 - 1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). In: *Boletim Paulista de Geografia – BPG*. Nº 61, 1984. p. 5-81.

41 – *A Situação*. Cuiabá, nº 781, 1881, p. 4.

Mais uma vez, o jornal é utilizado como meio de expor, para a esfera pública, provocações entre pessoas, desta vez, um indivíduo sem destaque social, porém alfabetizado, e que fez graves denúncias sobre pessoas que tinham destaque político, social e econômico. Ou seja, apesar de ser um trabalhador, Paieti teve acesso ao círculo que envolve pessoas alfabetizadas por meio do jornal e soube usá-lo como ferramenta de denúncia. O tema da escravidão surge de forma tangenciada, não havendo preocupações, por exemplo, acerca de como foram tratados os ferimentos do escravo de Moraes, ou se eles se recuperaram ou não, o que revela falta de preocupação com a sua integridade. Também mostra a linha tênue do tratamento dado a um trabalhador considerado livre e a um escravizado, pois parece que parte da revolta de Paieti se deu com a imposição de seu patrão para que ele trabalhasse na lavoura por uma dívida, ato que, talvez, estivesse associado ao trabalho escravo.

Segundo Zaramella⁴², o jornal *O Liberal* se apresentava como oficial, político e noticioso numa publicação de 25 de dezembro de 1873. Nele, consta ainda o anúncio de um escravo que fugiu em primeiro de setembro daquele ano, informando haver gratificação a quem o achasse e o entregasse. Abaixo, consta a imagem do anúncio:

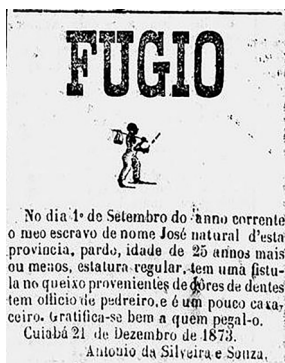


Imagem 1 – Jornal *O Liberal* (1873)
Fonte: *O Liberal*⁴³

42 – ZARAMELLA, Sônia. Jornal em Mato Grosso ...

43 – *O Liberal*. Ano III. Cuiabá, nº 120, 25/12/1873, p. 4.

Há certo estranhamento quando vemos um jornal ligado ao partido liberal publicar esse tipo de anúncio. Visto desse prisma, o contexto permite perceber que os membros de tal partido não destoavam, em essência, do partido rival, o conservador, uma vez que os seus interesses se coadunavam enquanto proprietários de terras e, por vezes, também de escravos. É necessário entender que o tema da escravidão, bem como de seu fim, era algo espinhoso à época. No Parlamento, foi levantado pela primeira vez na Fala do Trono de 1867, depois, seria abordado no programa partidário do novo partido Liberal e, mais tarde, mencionado pelo partido Republicano, fundado na Corte, em dezembro de 1870.

Ademais, conforme Resende, as reformas postas em prática pelo Gabinete Rio Branco (1871-1875), anos depois dos artigos jornalísticos analisados, as quais visavam precipuamente a modernização econômica do país, não lograram muito êxito, posto que sofreram muitas restrições, embora tenham sido, na prática, reformas incompletas. Mas, ainda assim, elas abalaram o sistema político imperial⁴⁴.

O desgaste no partido Conservador, que vinha baqueado desde pelo menos 1862, com o desligamento de alguns de seus membros para a formação da Liga Progressista, ficou mais patente pelo programa implementado pelo Ministério Conservador. Já pelo lado dos liberais, houve um ressentimento com Rio Branco por ter deixado de lado as reformas políticas vistas por eles como as mais candentes, e ter realizado uma pauta tida como secundária: o escravismo e o regime de trabalho, que eram ainda os pontos mais ousados do programa Liberal.

Angela Alonso também faz uma análise dessas reformas. Para ela, essas reformas:

[...] geraram uma crise interna à elite política. Quebraram duas regras tácitas do regime. Na forma, violaram o princípio do consenso na tomada de decisões no Império, que lhes dava o caráter de responsabi-

44 – RESENDE, Augusto Henrique Assis. *Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877 – 1889)*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil, 2014.

lidade coletiva. Substantivamente, abriram as questões indiscutíveis, a escravidão, a religião de Estado, o sistema representativo, inserindo na agenda política os fundamentos do *status quo* imperial⁴⁵.

No periódico *O Liberal*, foi publicado um discurso proferido na sessão da Câmara dos Deputados, no dia 27 de fevereiro de 1872, no qual o deputado provincial Zama fez uma análise da escravidão. Zama se via como liberal, mas entendia que, no Brasil, a intervenção do governo era indispensável. Ele reconhecia a ilegitimidade da escravidão como instituição, mas também reconhecia a legitimidade da propriedade adquirida de boa fé. Para ele, a libertação de escravos não deveria se relacionar à filantropia, pois tal instituição encerraria em si a solução de um problema econômico. Ou seja, a escravidão não deveria ser resolvida por impulsos mais ou menos generosos, mas sim resolvida a partir de reflexões dos problemas que suscitava.

Ao escrever uma coluna do jornal *O Liberal*, o deputado Zama (1882) entendia que era necessário resolver primeiro a questão da substituição do trabalhador com a promoção de uma imigração espontânea, para depois abolir a escravidão. Ele ainda criticava a atuação dos abolicionistas:

Creio que não erro quando assevero que a linha de proceder seguido pelos abolicionistas desta capital, sem melhorar a sorte do escravo, tem, entretanto, abalado profundamente a disciplina nas fazendas e colocado os senhores de escravos no mais deplorável estado de falta de segurança individual⁴⁶.

O referido deputado ainda defendia os senhores de escravos ao argumentar que seria uma injustiça entendê-los como algozes de seus semelhantes. Em seu entendimento, no Brasil, não havia partidários da escravidão. Esse discurso nos faz perceber que ele defendia os interesses dos senhores de escravos e entendia que o direito à propriedade privada estaria acima da liberdade do escravo. Apesar de sua opinião ser publicada em um jornal pretensamente liberal, a sua visão estava arraigada ao

45 – ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 87.

46 – *O Liberal*. Edição 542. Ano XI. 24/06/1882. p. 3 e 4.

discurso tradicional, da necessidade do uso da mão de obra escravizada, por isso não chegava sequer a cogitar libertar os escravos para empregá-los como trabalhadores livres. Ao contrário, argumentava, ainda, que a libertação de escravos colocaria em risco a vida dos senhores.

Isso se devia ao fato de boa parte dos políticos que compunham tanto o partido Conservador quanto o partido Liberal serem senhores de escravos, além de estarem unidos contra a participação popular nas decisões políticas. Havia variações provinciais entre os dois partidos, mas, grosso modo, uma diferença entre eles se dava pela maneira como o governo deveria funcionar. Os conservadores eram a favor de um poder fortemente centralizado nas mãos do Imperador. Já os liberais eram favoráveis a um poder central mais fraco, no qual as províncias tivessem maior proeminência.

Zaramella⁴⁷ aponta que, em Mato Grosso, o movimento abolicionista começa a ganhar espaço na década de 1870, sendo marcado pela fundação de entidades abolicionistas, tais como a Sociedade Emancipadora Matogrossense (1872) e a Sociedade Abolicionista de Mato Grosso (1883).

Zaramella assinala que o jornal *O Povo*, organizado por José Maria Velasco, foi um periódico abolicionista que existiu de 1878 a 1882. Conforme a autora, Velasco era republicano e abolicionista declarado, sendo que, em seu jornal, combateu o escravagismo e pleiteou a liberdade de muitos que se encontravam em cativeiro⁴⁸.

Como exemplo da luta de Velasco pela libertação de escravos, podemos citar o artigo publicado em 18 de fevereiro de 1879, no qual ele discute sobre o encerramento de um litígio de posse de escravos. Conforme a notícia, D. Jeronima teria dado uma carta de alforria a sete escravos com a condição de libertá-los após a sua morte. Contudo, mesmo com seu falecimento, seus filhos não respeitaram o acordo e não os libertaram.

47 – ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*

48 – ZARAMELLA, Sônia. *Jornal em Mato Grosso ...*

Pelo decorrer da leitura, entendemos que o caso já havia sido denunciado e tratado em edições anteriores⁴⁹.

A situação ocorreu no sítio Bela Vista, pertencente à localidade de Rosário, e foi levantada pelo jornal, por isso levada à Justiça Provincial, que deu ganho de causa aos escravos. Um dos sete escravos iniciais havia sido vendido e levado à localidade de São Luiz de Cárceres, ainda assim, ele também deveria ser conduzido à liberdade.

O jornal argumentava que “a conservação destes 7 infelizes na escravidão, era na verdade o que se pode chamar absurdo, um facto criminoso e revoltante, para o qual já demorava uma providência”⁵⁰. O jornal também criticava e chamava a vila de Diamantino, onde o fato ocorreu, de decadente e analisava que a vila não possuía pessoas aptas para ocupar cargos públicos, pois o caso poderia ter sido resolvido se as autoridades locais não tivessem despachado contra o direito e contra a liberdade dos sete indivíduos.

Apesar de se colocar como abolicionista, o jornal *O Povo*, na edição de 24 de junho de 1879, alguns meses após a publicação do caso citado anteriormente, apresentou um anúncio de venda de escravo. Esse anúncio colocou em questão a necessidade mercadológica de o impresso angariar fundos para o seu funcionamento, mesmo que fosse anunciando a venda de escravos. Também chama a atenção a idade dos escravos, posto que, depois dos 30 anos, os escravos costumavam não estar em seu ápice produtivo.

49 – *O Povo*. Cuiabá, ano 1, nº 6, 18/02/1879. p. 3.

50 – *Idem*.

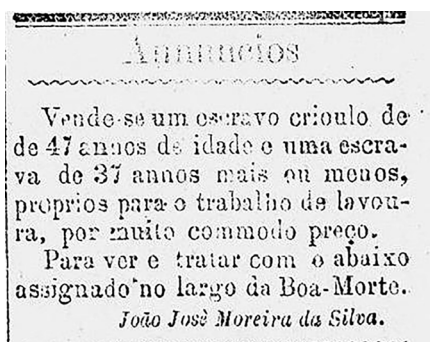


Imagem 2 – Jornal *O povo* (1879)
Fonte: *O povo* (1879)⁵¹

Para termos uma ideia da existência da escravidão nas quatro comarcas mato-grossenses durante todo o século XIX, tomaremos o exemplo de Sant'Ana de Paranaíba. De acordo com o Censo de 1872, Paranaíba tinha uma população livre de 2.880 pessoas e de 354 escravizados. Outro dado é o Relatório do Presidente de Província elaborado para a Assembleia Legislativa Provincial, em 1876, que apresentou 388 cativos em Sant'Ana de Paranaíba⁵². Apesar de ser uma realidade diferente da encontrada em Minas Gerais e tendo também uma dinâmica diferente de Cuiabá, podemos perceber que a escravidão teve uma presença perene em Mato Grosso em quase todo o século XIX.

Considerações Finais

Podemos perceber que os debates favoráveis ou contrários à escravidão foram fortes e constantes em ambas as Províncias estudadas. Em Minas Gerais, destaca-se a construção discursiva de uma analogia com a Inconfidência Mineira para argumentar a favor da abolição, ainda que, em sua gênese, aquele movimento não tenha nenhuma característica abolicionista. E, apesar da figura de Tiradentes aparecer como parte do panteão

51 – *O Povo*, Cuiabá, ano, n.º 19, 24/06/1879. p. 4.

52 – CAMARGO, Isabel Camilo de. *As relações de trabalho e a resistência escrava em Sant'Ana de Paranaíba* - Província de Mato Grosso (1828- 1888). Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil, 2015, p. 79.

nacional somente após a instauração da República, é possível identificá-la como emblemática e de grande importância histórica já nas discussões jornalísticas do último quarto do século XIX.

Em Mato Grosso, nota-se que, de início, o escravo aparecia como pano de fundo das contendas políticas, depois, houve alguma defesa da abolição da escravidão nos jornais de tendência liberal, porém a sua defesa mais enfática só ocorreu nos jornais propriamente abolicionistas, sendo que mesmo estes tiveram que publicar anúncios de venda de escravos – como no caso do jornal *O povo*, de Mato Grosso – como forma de sustentar sua publicação.

A discussão sobre a escravidão e a abolição nos periódicos das duas províncias mostra o quanto a escravidão estava imbricada na sociedade brasileira e em diversas regiões que tinham dinâmicas econômicas, políticas e culturais diferentes. O desenrolar deste artigo nos fez pensar nas peculiaridades do sistema escravista nacional. Esquivando-nos do anacronismo, percebemos o quanto a demora em se proceder à abolição completa da escravatura, com uma série de leis apenas mitigadoras da escravidão, trouxe grande atraso econômico e social ao Brasil. Atrasos que denotam sua origem no cruento sistema escravista brasileiro, que suscitava defensores e críticos.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

O ROMANTISMO NA GUERRA DO PARAGUAI: ENTRE O BELO E O SUBLIME NA OBRA DO PINTOR EDOARDO DE MARTINO¹

ROMANTICISM IN THE PARAGUAYAN WAR: BETWEEN THE BEAUTIFUL AND THE SUBLIME IN THE WORK OF THE PAINTER EDOARDO DE MARTINO

FERNANDA DEMINICIS DE ALBUQUERQUE²
MARCELLO JOSÉ GOMES LOUREIRO³

Resumo:

Este artigo se debruça sobre a circulação de ideias e de padrões estéticos vinculados ao movimento romântico para investigar as antinomias civilização e barbárie na obra do pintor italiano Edoardo de Martino. O pressuposto condicionante do texto pode ser sintetizado na necessidade de enquadrar tais obras em uma perspectiva mais alargada, a fim de desvelar possibilidades de compreensão até então minoradas. Nessa senda, os elementos diretamente ligados ao movimento em lide, como o mar revoltoso, o luar, a paisagem onírica e a guerra, por exemplo, assumem outros sentidos. As principais fontes que viabilizam o trabalho são conceitos da filosofia kantiana, os escritos de Baudelaire, o diário do Conde d'Eu e, evidentemente, algumas imagens de De Martino, cotejadas com as de outros pintores de sua época. Uma das conclusões é a de que, para além de asseverar a credibilidade de um Estado-nação capaz de se mobilizar para a guerra e executá-la de modo civilizado, as imagens exaltavam o sacrifício de anônimos pela nação. Assim, convidavam seus espectadores a participar da nação e da civilização.

Abstract:

The article focuses on the circulation of ideas and aesthetic patterns connected to the Romantic Movement, and aims to investigate the antinomies of civilization and barbarism in the work of the Italian painter Edoardo de Martino. The text assumes the need to include his works in a broader perspective in order to reveal new possibilities and forms of understanding his artistic production. Thus, the elements directly linked to the movement at issue such as raging seas, the moonlight, dreamlike landscapes and wars take on other meanings. As main sources for the study, we used concepts from the Kantian philosophy, Baudelaire's writings, Conde d'Eu's diary and, of course, some of De Martino's drawings and paintings, which we compared with those of other artists of his time. One of the conclusions reached is that, in addition to asserting the credibility of a nation-state capable of mobilizing itself for war and conducting it in a civilized manner, the images exalted the sacrifice of anonymous individuals for the nation. By doing so, they invited the spectators to be part of the nation building and civilization.

1 – Este artigo foi inicialmente apresentado na Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB, de 19 de setembro de 2018. As imagens aqui presentes foram mostradas naquela ocasião, embora o texto tenha se beneficiado e se ampliado em função das profícuas discussões estabelecidas naquela oportunidade

2 – Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Mestre pelo Programa de Artes & Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Email: fernanda.deminicis@gmail.com.

3 – Pós-doutor pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e Doutor em História Social pelo Programa de Pós-graduação em His-

Palavras-chave: Edoardo de Martino; Romantismo; Circulação de Ideias; Civilização; Guerra do Paraguai.

Keywords: Edoardo de Martino; Romanticism; circulation of ideas; civilization; Paraguayan War.

Introdução

Comumente conhecido como um “pintor de marinha”, Edoardo de Martino, muitas vezes, foi apartado de um contexto mais abrangente, caracterizado como uma espécie de artista singular, autodidata, desembarcado de qualquer escola ou movimento intelectual. Apesar de sua produção alargada, difusa por muitos países, tanto na Europa como na América, pouco se sabe sobre as minúcias de sua vida. Nascido em 1838, em Meta, na região de Nápoles, foi oficial da *Marina Borbonica* e, depois, oficial da *Regia Marina*⁴, o que fez com que seu talento para representar navios fosse geralmente associado ao seu próprio conhecimento empírico. Foi ativo no Brasil por cerca de oito anos, desde 1868. Nesse período, teria pintado 343 quadros a óleo, alguns destinados a satisfazer encomendas da Armada Imperial, principalmente, concernentes a episódios da Guerra da Cisplatina, da Guerra contra Oribe e Rosas e da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai⁵.

A tipificação do artista, contudo, como um “pintor de marinha” é reducionista e não contribui para a compreensão do conjunto de sua obra. Basta observar as telas de Jacob van Ruisdael e dos van de Velde, pintores dos Países Baixos do século XVII, para perceber que as diferenças são evidentes. Em geral, representavam cenas serenas e estáticas; mas, se o mar estava encapelado, os navios pareciam navegar tranquilos, quase de forma estoica. Se as velas rasgavam sob a ventania ou os mastros se quebravam na tempestade, não devia haver temor, já que um otimismo imbricado à predestinação calvinista deveria prevalecer. Mesmo se a cena

tória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: marcelloloureiro@yahoo.com.br.

4 – BEMBO, Paolo. *La storia della Marina attraverso i dipinti*. Roma: Ufficio Storico della Marina Militare, 2015, p. 32.

5 – ROMANO, Roberto Vittorio. *Eduardo De Martino*. Roma: Ufficio Storico della Marina Militare, 1994, p. 13; e BITTENCOURT, Armando de Senna. “Pinturas e desenhos de Eduardo De Martino no Museu Naval do Rio de Janeiro”, in: *Anais do ICOMAN 2008*, RJ, Serviço de Documentação da Marinha, 2010, pp. 49-55.

representava um combate naval, a dramaticidade deveria restar não nas pinceladas, senão na imaginação do espectador⁶. Reunir pintores de traços, cores e movimentos tão distintos sob um mesmo rótulo, de fato, causa mais problemas do que soluções à sua compreensão.

Por outro lado, as tentativas de explicar a obra do artista napolitano a partir do preceito de que era um “artista soldado” ou um “soldado artista” não são mais proficientes. Se ser um oficial de marinha ou militar fosse requisito necessário para pintar o mar, um navio ou uma batalha naval, como compreender então o trabalho daqueles que estavam distantes de seu objeto?

Em face dessas considerações preliminares, este artigo tem por propósito recorrer à significação do universo cognitivo coetâneo à obra de Edoardo de Martino, advindo da filosofia estética e das próprias artes, para demonstrar como a circulação de um certo padrão romântico e de cunho civilizacional foi estruturante de sua produção artística. Trata-se, assim, de conhecer para reconhecer: determinados elementos como marinhas, auroras incomuns ou improváveis, paisagens noturnas, tempestades, mares revoltos e combates navais, por exemplo, deixam de ser elementos meramente pitorescos, para, se tomados em conjunto, constituírem-se em um universo semântico que se pulverizou pelo século XIX. O próprio pintor, em função de seu incessante deslocamento, contribuiu para promover a circulação de saberes; desse modo, está sujeito ao romantismo, mas é também sujeito das transformações que difunde e que assevera.

É sabido que De Martino viajou muito durante toda sua vida, seja na juventude, como oficial da marinha militar italiana, seja no período em que esteve na América do Sul, ou mesmo após se instalar definitivamente em Londres, quando criou hábito de frequentes idas à Alemanha, inclusive para visitas ao Kaiser. Manteve sempre assídua comunicação com velhos colegas na Itália e em outras partes do mundo por onde andou, além de ter guardado contato com reconhecidos patronos das artes, como

6 – DAALDER, Remmelt. *Van de Velde & Son, Marine Painters*. Leiden: Primavera Pers, 2016.

a *Casa Savoia*, estando, assim, sempre ciente do que se passava no novo e no velho continente⁷. Em suma, são por todas essas razões que se acredita que subsumir De Martino ao movimento romântico poderá desvelar outras facetas de sua obra, impingindo novas dinâmicas à sua investigação.

Na crítica usual italiana, De Martino é normalmente enquadrado nessa perspectiva:

na prática, uma dupla identidade: de navegador e de artista. Mas dizer artista não basta. Para aclarar o personagem é preciso se sublinhar como Edoardo era um artista integralmente romântico, que com a viuvez byroniana soube representar o tema do contraste entre a força da natureza e a fragilidade humana⁸.

Para alcançar seus propósitos, o texto recorre à gramática do filósofo Immanuel Kant, quem inspirou e suportou muitas concepções de filósofos e de artistas românticos. Um desses é Charles Baudelaire, que também nos oferece pistas para sua investigação. À medida que os conceitos são esmiuçados, as pinturas de De Martino são cotejadas não apenas com tais conceitos, mas também com outras obras correlatas. Assim, procura-se explicitar, de um lado, as articulações possíveis entre as ideias e as imagens; e, por outro, entre imagens de pintores distintos, mas partícipes dessa estética romântica. Sem propor uma análise iconográfica formal, a observação dessas imagens propiciou estabelecer comparações e identificar a reiteração de certas estruturas compositivas, as *citas* visuais⁹. Na

7 – ROMANO, *op. cit.*, p. 25.

8 – “In pratica una duplice identità: di navigatore e d’artista. Ma dire artista non basta. Per chiarire il personaggio bisogna sottolineare come Edoardo sia stato artista integralmente romantico, artista che con icasticità byroniana ha saputo rappresentare il tema del contrasto tra la forza della natura e la fragilità umana, e al tempo stesso quello del prometeico coraggio con cui, pur nella sua vulnerabilità, l’uomo a questa forza si contrappone, e la sfida” Livre tradução de trecho da reportagem *Una vita spericolata*, de Giovanna Mozzillo, publicado no Corriere del Mezzogiorno em 28 de agosto de 2013. Disponível em: <https://www.con-fine.com/home/corriere-del-mezzogiorno-una-vita-spericolata-di-giovanna-mozzillo/> (acesso em 20 de setembro de 2019).

9 – As citas são referências visuais a obras mais antigas, normalmente célebres, que estabelecem um diálogo entre o antigo e o moderno. Sobre este tema, conferir: BURKE, Peter. “Cómo interrogar a los testimonios visuales”, in: PALOS, Joan Lluís; CARRIÓ-INVERNIZZI, Diana (org.). *La historia imaginada: construcciones visuales del pasado en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Europa Hispánica, 2010, pp. 29-40,

última seção do artigo, a partir de alguns exemplos extraídos da Guerra do Paraguai asseverados pelas impressões do conde d'Eu e, em meio às definições de *pathos*, busca-se analisar como esse ideário se relacionava à ideia de civilização, tão cara aos oitocentos.

Um novo sentir: belo, sublime e a nova semântica da Natureza

O vasto oceano agitado por tempestades não pode ser denominado sublime. Sua visão é pavorosa; e é preciso já ter enchido a mente com muitas ideias para que ela possa ser determinada por tal intuição a um sentimento que é ele próprio sublime, na medida em que a mente é estimulada a abandonar a sensibilidade e ocupar-se de ideias que contém uma mais elevada finalidade¹⁰.

Para propiciar uma compreensão mais refinada dos sentidos da obra de De Martino, parece pertinente, antes, explicitar alguns conceitos basilares para a constituição dos ideais românticos. Muitos desses ideais foram apropriados do arcabouço de Immanuel Kant, destarte o filósofo não fosse um romântico. Schlegel, Schiller, Schilling, Novalis, Fichte, dentre outros filósofos, realizaram forte apreensão de suas ideias, especialmente, quando tratam do juízo estético do homem, alicerçado nos conceitos de belo e de sublime.

Sob risco de alguma simplificação, poderíamos apresentar o belo como uma espécie de acordo entre o juízo e a forma de um determinado objeto, sendo assim capaz de encantar o espectador. De outra parte, o sublime seria um desacordo (para mais ou para menos) entre o juízo e a forma em questão, causando forte impressão no homem, levando-o, portanto, à comoção. É precisamente nesse ponto que Kant traz a Natureza para exemplo do sublime, como ele mesmo nos explica: “é antes no seu caos e na sua mais selvagem e desregrada desordem e devastação que, onde quer que se possa contemplar a grandeza e o poder, a natureza costuma despertar as ideias do sublime”¹¹. Em face de seus atributos e de

especialmente 33.

10 – KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de julgar*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 142.

11 – *Idem*.

seus fenômenos, o homem se depara comovido com sua pequenez, com a fragilidade e a finitude de sua vida¹².

Se pensarmos em termos de experiência, teremos como algo belo aquilo que deve ser reconhecido por todos, uma espécie de consenso entre os membros de um determinado grupo. Em contraste, o sublime é algo estrito a cada um, que não pode ser então partilhado, pois ocorre no interior do ser humano, ainda que seja vivenciado de forma coletiva. Para ilustrar essa questão, Kant apresenta o exemplo de um concerto: em uma mesma ópera, todos compartilham de uma experiência aparentemente semelhante. O reconhecimento do belo é o ato do aplauso; já o sublime seria o impacto da música que reverbera singular em cada um dos indivíduos. Assim, o ser humano é ser social, mas associal: ele vive em sociedade, mas suas experiências e suas vivências são subjetivas e únicas¹³.

Kant postulava ainda que o homem é livre, sendo Razão *de si e para si* mesmo; portanto, não pertence à Natureza, pois essa obedece unicamente a uma série causal, em contraste ao homem dotado de juízos. Dessa forma, seria próprio que o homem vivesse em desacordo e em estranhamento com a Natureza. Sem dispor de seu controle, a experiência do sublime, vivenciada a partir desse encontro, seria sempre mais profunda.

Nessa senda, não é incomum que tantos artistas românticos tenham privilegiado as relações do homem com a Natureza. Os pintores germânicos Gaspar David Friedrich, Karl Lessing, Ernst Oechme e Karl Schinkel, bem como o norueguês Peder Balke, são apenas alguns exemplos daqueles que representaram uma natureza hostil e agressiva, frequentemente a partir de geleiras anecúmenas, relevos (quase) intransponíveis, maremotos, ou então tempestades enfurecidas¹⁴. Terrenos alagados – como o Chaco paraguaio, onde pode ser necessário subjugar um “horrendo pânta-

12 – CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp. 45-46, 238-239, 297-298.

13 – KANT, *op. cit.*, pp. 108-109.

14 – LOUREIRO, Marcello & DEMINICIS, Fernanda. “Um Neogótico para a Guanabara: natureza, paisagem e civilização na edificação da Ilha Fiscal”, in: *Revista Marítima Brasileira*, v. 138, n.01/03, jan-mar 2018, Rio de Janeiro, pp. 202-217.

no coberto de grossos matos” – poderiam também partilhar daquele mesmo estatuto¹⁵.

No caso específico do Paraguai, segundo o conde d’Eu, tratava-se de um “pedaço de terra quase virgem [...], no qual a natureza não foi mesquinha”. Seus habitantes se constituíam de “uma raça de homens notavelmente dotados de esforço físico”, ou seja, tinham força bruta. Até o início da guerra, “o país ofereceu aos viajantes aspectos graciosos e originais devido ao isolamento do resto do mundo, e a uma existência puramente agrícola, do tipo mais primitivo”. O custo político de tal condição era não apenas a derrota na “guerra sangrenta”, mas também “150 anos de despotismo mais ou menos teocrático” que, em conjunto, “destruíram tudo e reduziram este país, por enquanto, à maior irrelevância monótona e deplorável”¹⁶.

Todos esses lugares incomuns, selvagens e dramáticos, ensejavam múltiplas potências da morte e da finitude, ainda que não consumada, mas conformada nos encontros trágicos com uma Natureza amarga.

As imagens de Caspar David Friedrich (figura 1) e de Edoardo de Martino (figura 2) representam embarcações que “deram de banda”, porque têm inclinação transversal exacerbada para um de seus bordos, estando, assim, adernadas. Friedrich representa uma situação-limite à tripulação que, diante do navio inutilizado pelo encalhe, estará sob as agruras das geleiras. Nesse caso, por esse fragmento da narrativa, podemos perceber que, se salvar da colisão, seria apenas o início da provação. Já De Martino lança a embarcação e os seus homens aos riscos de um “Mar força sete”, obrigando-os a enfrentar o furor das águas encrespadas¹⁷. São, sem dúvida, duas situações extremas, que vinculam o caos ao sublime.

15 – *Diário do conde’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai*. Organização, tradução e notas de Rodrigo Goyena Soares. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017, p. 242.

16 – *Ibidem*, p. 251.

17 – A classificação ‘força 7’ refere-se à Escala Beaufort, criada pelo Almirante da Real Marinha Britânica Sir Francis Beaufort, em 1805. Cf. MIGUENS, Altineu Pires. *Navegação: a ciência e a arte*. Vol. III. Rio de Janeiro: Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2000, p. 1764.



Figura 1- *Wreck in the sea of ice*, de Caspar David Friedrich, 1798, acervo do Kunsthalle Hamburg.



Figura 2- *Mare forza sette*, de Edoardo de Martino, sem data, coleção privada.

O sublime, por meio do romantismo, atingirá seu fastígio no século XIX. Tal movimento procurou fundamentar sua estética na exposição humana a uma grandeza capaz de o comover por um extremo – seja por excesso ou por escassez – de sentimentos muito mais intensos que o próprio homem. Tais sentimentos não se inscrevem na ordem do sensível, senão perfazem o transcendental, a exemplo do amor, do medo, do nojo, da melancolia; assim, podem ser sentidos por intuição, mas não podem ser disponíveis aos sentidos. Não foi por outra razão que Charles Baudelaire associou o romantismo à “maneira de sentir”, que alcança seu ponto máximo na expressão artística:

o romantismo não é precisamente nem a escolha dos sujeitos, nem a verdade exata, senão a maneira de sentir [...] quem diz romantismo, diz arte moderna, quer dizer, intimidade, espiritualidade, cor, aspiração em direção ao infinito, expressa por todos os meios que contém as artes¹⁸.

Segundo Leopoldo Cicognara, em seu tratado de 1808 intitulado *Del bello: ragionamenti*, a profusão de emoções, matriz desse movimento romântico, é mais evidente quando imergimos nos “mistérios da noite”, ocasião que propicia o despertar da melancolia. De forma mais minudenciada, ele mesmo nos assevera:

A noite é sublime, e belo o dia; e aqueles que naturalmente são inclinados a sentimentos sublimes, e que se encontram no profundo silêncio de uma noite de verão – quando a luz tremeluzente dos astros brilha através das sombras, e a lua solitária aparece no horizonte – sentem no fundo do coração uma espécie de movimento, e são desenhados pouco a pouco os grandes sentimentos do amor, da amizade, da imensidão, e de cada outra elevada concepção, que tem a sua origem, não no horror, mas naquela suave, doce, nobre e sublime melancolia¹⁹.

18 – “le romantisme n'est précisément ni dans le choix des sujets, ni dans la vérité exacte, mais dans la manière de sentir [...] qui dit romantisme dit art moderne, c'est-à-dire intimité, spiritualité, couleur, aspiration vers l'infini, exprimés par tous les moyens que contiennent les arts”, disponível em: <https://www.universalis.fr/encyclopedie/salons-charles-baudelaire/2-le-salon-de-1846-ou-les-preferences-du-poete/> (acesso em 29 de maio de 2018).

19 – CICOGNARA, Leopoldo. *Del bello: ragionamenti*. Firenze: Presso Molini, 1808, p. 155. Livre tradução.

Cicognara ainda defendia que a claridade lunar era bela para todos, mas se tornava ainda mais bela “relativamente à situação de ânimo de quem a contempla”. Noutros termos, essa beleza da lua seria aperfeiçoada a depender dos aspectos interiores do sujeito, de tal modo que a beleza resultava não exatamente da lua, senão da interação que o observador era capaz de estabelecer (figuras 3, 4 e 5)²⁰. É nesse sentido que De Martino, em um de seus muitos esboços e desenhos realizados durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, anotou de próprio punho que a noite era “bastante clara”, sem deixar de referir, paradoxalmente, que “a lua era muito triste”²¹.



Figura 3 – *Moonrise over the Sea (Mondaufgang am Meer)*, de Caspar David Friedrich, 1822, acervo da Alte Nationalgalerie de Berlim.

20 – *Ibidem*, p. 109.

21 – “la notte bastante chiara finì alle ore 2 1/2, però la luna era molto triste”. Trecho de notas de Edoardo De Martino no esboço “Camaradas! *S’il vous plait!*”, abril de 1868, em Curupaity. Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



Figura 4- Noite de luar em Montevideo, de Edoardo de Martino, século XIX, acervo do Museu Histórico Nacional.



Figura 5 – *Spiaggia di Botafogo*, de Edoardo de Martino, cerca de 1870, acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Na Europa, sobretudo na Alemanha e na Itália, as paisagens noturnas se sobressaíram e seu gosto replicou nas telas de pintores românticos. Momento em que se trava a luta entre o bem e o mal, a noite oportunizava o *chiaroscuro*: um misterioso e mágico luar promovia ou ressaltava os contrastes entre a natureza, as edificações e os homens. Em síntese, era a luz da lua que aportava inteligibilidade às paisagens noturnas, desvelando dicotomias, elegendo ainda lugares prediletos para viajantes e para pintores, como Veneza e Golfo de Nápoles²².

Não é difícil imaginar como a guerra se torna um espaço privilegiado para o florescimento do movimento romântico: sobrevivência em teatros de operação hostis, a exemplo das condições enormemente adversas que as tropas napoleônicas enfrentaram na Campanha da Rússia; corpos sujeitos ao risco e a todo tipo de dor, inclusive infringida por tecnologias cada vez mais mortíferas; relações sociais desgastadas pelo medo, pela (falta de) solidariedade ou pelo simples confinamento em navios, por exemplo. A guerra dispunha da capacidade de inscrever ainda mais agressividade em espaços que, por suas características, já eram potencialmente atroz. Estar na guerra era, em alguma medida, estar simultaneamente na guerra contra a natureza.

Além do sublime, há outro elemento fundamental sem o qual não podemos compreender o romantismo em sua devida complexidade: a ironia. Distinta da tradicional ironia grega, fundamentada como uma das partes do método socrático, a ironia romântica consiste em uma nova percepção de uma sociedade que é religiosa, mas que tem vontade. Ora, “Deus é tudo aquilo que é puro e simplesmente original e supremo, portanto, o indivíduo mesmo na potência mais alta. Mas Natureza e mundo não são também indivíduos?”²³. Dessa forma, o homem acaba pondo o mundo para si, mas ele próprio também é objeto e partícipe do mundo e, assim,

22 – MAZZOCCA, Fernando. “Lo stupor della notte”, in: MAZZOCCA, Fernando (org.). *Romanticismo*. Milano: Silvana Editoriale, 2019, p. 148.

23 – SCHLEGEL, Friedrich. *O dialeto dos fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1997, p. 150.

precisamente, estabelece-se a sua ironia. O homem torna-se interlocutor de si mesmo, haurindo sua consciência.

Ao se debruçar sobre a questão da ironia, Schlegel concluirá que ela “é uma forma do paradoxo. Paradoxo é tudo aquilo que é ao mesmo tempo bom e grande”²⁴. Ao tratarmos então sobre os paradoxos, não podemos aqui olvidar a própria constituição do homem romântico, que se compõe por dicotomias infinitesimais que, uma vez integradas, perfazem seu sentido de unidade. Assim, oscila entre as complexas variáveis que moldarão suas características, seus posicionamentos, seus pensamentos e, certamente, sua produção artística e intelectual. A morte se torna tema por excelência dos artistas românticos, embora frequentemente seja apenas uma chave para oferecer uma reflexão sobre a vida. Outro paradoxo recorrente é o do infinito, representado frequentemente pelo divino, em oposição ao finito, tão humano, tão mortal. Luz e trevas, ciência e sentimentos, o todo e a parte, ou ainda o uno e o fragmento são outros pares irônicos que inundarão as expressões da literatura e da arte romântica.

O ser romântico é então fracionado em múltiplos paradoxos, do que decorre a possibilidade de sua compreensão a partir de seus fragmentos. O fragmento se transformava em instrumento eficaz para apreensão de um determinado conjunto. Funcionava como a própria História: ao examinar as reminiscências do passado, percebia-se que somente foi possível conhecer e apreciar a antiguidade clássica por meio dos fragmentos de outrora. Tais vestígios, mesmo que parciais, tornavam possível a percepção de toda uma (suposta) glória e imponência derradeiras daquelas sociedades. Uma parte, ainda que diminuta, é índice de seu todo maior, de forma que todo fragmento sempre pressupõe uma totalidade. Sob tal pensamento, o homem moderno, o romântico, produzirá também fragmentos, sendo cada uma de suas obras uma pequena parte representativa do todo que compõe esse multifário indivíduo paradoxal.

Tal é a origem de uma literatura de fragmentos, adotada por alguns filósofos românticos, em especial, Schlegel e Novalis. Para Schlegel, a

24 – *Ibidem*, p. 28.

questão dos fragmentos se imbrica com sua própria noção de filosofia, de maneira que esta seria uma espécie de sistema que sempre permanece em vias de realização, de modo que nenhum pensamento pode se apresentar como perfeitamente acabado ou definitivo, mas sim como um verdadeiro “sistema de fragmentos”. Podemos pensar, nessa mesma senda, que, para além dos pensamentos, as obras artísticas também estariam sempre em vias de se finalizarem.

Resta-nos, então, evidenciar a percepção da realidade e a imaginação romântica. Ao tratar da realidade, devemos salientar que é a razão humana que irá agora edificá-la e sustentá-la por inteiro. Todo o romantismo surge desse abismo que se abre sob os pés desse homem, que precisa agora sustentar em si o que é real, o mundo real, que não mais está na conta de Deus. E, para que se sustente esse peso, é importante que se tenha imaginação, mas não uma de qualquer espécie. A imaginação romântica é transcendental, e não mais meramente transcendente, pois já não basta estar entre os entes, mas sim extrapolá-los. Esse homem moderno não mais se satisfaz com o mero contemplar, por isso tal imaginação é produtiva, capaz de tudo criar e produzir, passando a ser fundadora da relação do homem com o mundo. Ela deixa de ser apenas uma reprodução mimética, na concepção platônica de mimese, e agora também cria o próprio mundo, o que nos faz pensar que o romântico é também um pouco demiurgo.

Nesse ponto, esmiuçar essa imaginação romântica é fulcral, porque é a raiz do problema do entendimento de determinados padrões estéticos que surgem e se proliferam nesse período. Faz-se mister compreender, antes, que a imaginação romântica promoverá a ruptura de uma longa tradição profundamente arraigada nas artes, dissociando o belo do bem. A ruptura com a perspectiva neoplatônica é evidente, já que nela se pressupunha a unicidade entre o bem, o belo e a verdade, que se pautará por séculos como ideal estético²⁵.

25 – Os padrões de arte estabelecidos e difundidos no Renascimento, também sob influência neoplatônica, imbricaram de maneira sólida os conceitos de beleza e de bondade, sendo a feiura relegada ao domínio do mau, da crítica à amoralidade, do escárnio.

Isso significa que o bizarro agora também pode se apresentar como belo, figurando como algo a ser apreciado nas artes²⁶. Ora, *la bruttezza* não é uma novidade do romantismo, mas é nele que o excêntrico, o grotesco e o horror serão estimados como belo, e não mais como uma mera feiura²⁷.

A beleza da entropia

Há, no Romantismo, duas diferentes formas de expressão do bizarro: aquela que se manifesta óbvia nas representações pictóricas²⁸; e outra que se expressa subentendida, sendo visualmente implícita, não retratada na obra, mas manifesta na história, no enredo, que se presta a representar. O horror agora pode compor a estética e o raconto.

Sob tal perspectiva, é possível compreender os porquês de determinadas obras românticas terem se tornado célebres já no oitocentos. Para não escapar de uma imagem conhecida, vale referir *Le radeau de la Méduse*, obra célebre de Théodore Géricault, em que representa o afundamento da fragata *Medusa*, ocorrida três anos antes, na costa africana ocidental (figura 6). Sua história é bizarra e, a princípio, não deveria parecer bela a ponto de figurar sobre um quadro monumental: naufragos sobreviventes se obrigaram a comer a carne de seus companheiros para se conservar vivos no mar durante dias. O episódio ainda envolvia falhas procedimentais do governo francês, loucura, suicídio e muitos assassinatos²⁹. Todavia, agora havia espaço para essa “beleza da entropia”.

26 – Para mais: KRÄMER, Felix; FABRE, Côme (org.). *L'ange du bizarre: le romantisme noir de Goya à Max Ernst*. Berlim: Hatje Cantz Verlag, 2013; ou ainda POE, Edgar Allan. *L'ange du bizarre*. Paris: Ginkgo, 2017.

27 – ECO, Umberto. *História da feiura*. Rio de Janeiro: Record, 2014, pp. 271-272.

28 – Como exemplo, podemos citar as obras: *Dante et Virgile aux Enfers*, de François William Bouguereau, 1850, acervo do Museu D'Orsay; *Le Cauchemar*, de Johann Heinrich Fussli, 1781, acervo do Detroit Institute of Arts; *Les ombres de Francesca da Rimini et de Paolo Malatesta apparaissent à Dante et à Virgile*, de Ary Scheffer, 1855, acervo do Museu do Louvre; *The Abbey in the Oakwood (Abtei im Eichwald)*, de Caspar David Friedrich, 1809-1810, acervo da Alte Nationalgalerie de Berlim; *The great red dragon and the woman clothed in sun*, de William Blake, 1803, acervo do Brooklyn Museum.

29 – Cf. *Atlas, base des oeuvres exposées* disponível em: http://cartelfr.louvre.fr/cartelfr/visite?srv=car_not_frame&idNotice=22541&langue=fr, (acesso em 06 de agosto de

Géricault e seus contemporâneos apropriavam-se de um padrão pictórico de embarcação cunhado bem antes, como demonstra a obra *Cristo acalma a tempestade*, de Peter Paul Rubens³⁰. Anos depois, na senda de Géricault, Edoardo de Martino pintou um *Estudo para naufragos em jangada* (figura 7), cuja estrutura apresenta semelhança contundente:



Figura 6 – *Le radeau de la Meduse*, de Théodore Géricault, 1818-19, acervo do Museu do Louvre.

2018).

30 – Em referência a obra *Le Christ apaisant la tempête*, de Peter Paul Rubens, 1608-1609, acervo da Gemäldegalerie Alte Meister de Dresden, cf. ALLARD, Sébastien; FABRE, Côme. *Delacroix*. Paris: Hazan/Louvre Éditions, 2018, pp. 252-268, especialmente 260.



Figura 7 – *Estudo para náufragos em jangada*, de Edoardo de Martino, 1869-1876, acervo do Instituto Moreira Salles.

Os temas privilegiados por Eugène Delacroix, contemporâneo de Géricault, não guardavam mais brandura. Elegeu sobretudo a caçada ariscada e violenta, o suicídio e o extermínio de um harém, o orientalismo exótico, a guerra civil e a batalha histórica. Nessas situações extremadas, o homem permaneceria Homem? Na tinta de Delacroix, até a pintura religiosa recebia outras conotações: o *Cristo no jardim das oliveiras* (figura 8) sugere um homem afastado de sua natureza divina. Já o *Naufrágio de Camões* (figura 10), atribuído a De Martino, parece guardar uma estrutura aproximada à *Agonia no jardim das oliveiras* (figura 9), de Delacroix, outro exemplo, aliás, de circulação desses modelos. A temática religiosa, por sua vez, também esteve sob o afeto de De Martino (figura 11).



Figura 8 – *Le Christ au Jardin des Oliviers*, de Eugène Delacroix, 1851, acervo do Rijksmuseum.



Figura 9 – *Le Christ au Jardin des Oliviers*, estudo de Eugène Delacroix, cerca de 1826, acervo do Museu do Louvre.

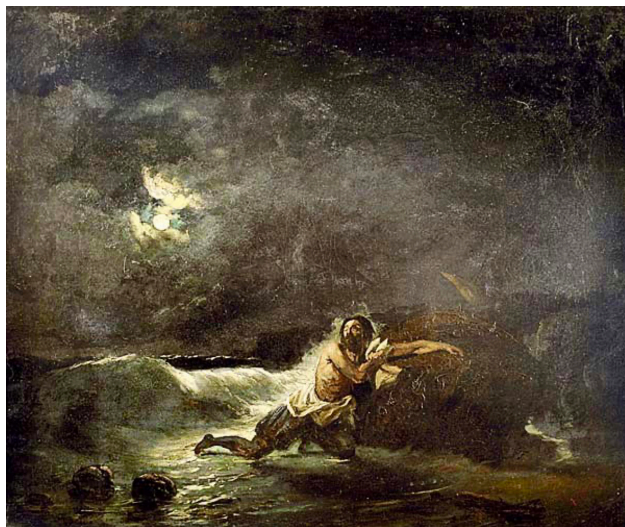


Figura 10 – *O naufrágio de Camões*, atribuído a Edoardo de Martino, sem data, coleção privada.

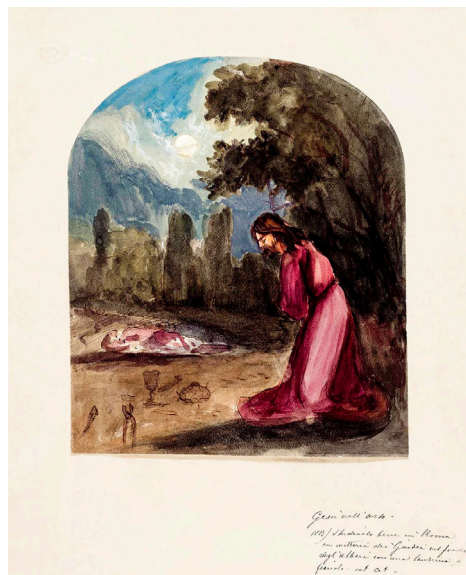


Figura 11 – *Gesù nell'Orto*, de Edoardo de Martino, sem data, acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Para além, é pertinente mencionar que o romantismo faz um movimento de retorno ao passado, que se traduz em uma nostalgia quase crônica. Há uma forte exaltação do medievo, principalmente, no que concerne às expressões do românico e do gótico. De forma mais acurada, podemos inclusive ressaltar que o próprio nome Romantismo é uma espécie de contração dessas palavras. É precisamente nesse ímpeto nostálgico de regresso que nos encontramos com o pensamento de Novalis, que assegurava que “toda a filosofia (a metafísica) é uma nostalgia da terra natal, é um anseio de estar em toda a parte como que em casa”³¹. Aqui, essa vontade de estar em toda parte diz respeito, diretamente, à apropriação romântica do mundo, que é seu próprio lar, sua casa. Todavia, de modo paradoxal, de certa maneira, o homem romântico é também o homem do mundo, aquele que viaja, tudo vê e de tudo se assenhora. Ora, sua nostalgia não pressupõe, necessariamente, a falta de algo concreto, mas infere anseio, um anseio imaginativo ou até mesmo filosófico: “era a arte, então, a dimensão na qual este absoluto poderia ser buscado, porque seu jeito de dizê-lo dispensava a clareza objetiva da ciência”³². Se a arte poderia ser absoluta, é nela mesma que os vários fragmentos se tornavam inteiros.

Tomando o mundo para si, o romântico se aventura em viagens, por uma busca de estímulos que pudessem fomentar sua imaginação. Lorelai Kury demonstra como, no século XIX, os viajantes naturalistas buscavam registrar a experiência de suas “impressões estéticas” em imagens e em relatos. Carl Philipp von Martius chegou a escrever que era “mais difícil retratar o caráter das jovens florestas brasileiras com palavras do que com imagens”³³. A imagem oferecia uma espécie de panorama, um convite para aquilo que a cultura escrita parametrizada poderia refinar: “aquele que deseje saber mais sobre a natureza dessas florestas, percorra a nar-

31 – NOVALIS, Friedrich Von Hardenberg. *Pólen: fragmentos, diálogos, monólogo*. São Paulo: Iluminuras: 2001 (fragmento 857).

32 – ANDRADE, Pedro Duarte de. *Estio do tempo: o amor entre arte e filosofia na origem do romantismo alemão* / Pedro Duarte de Andrade; orientador: Eduardo Jardim de Moraes. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Filosofia, 2009, p. 18.

33 – *Apud* KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”, in: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-80, 2001, especialmente p. 867.

ração de nossa viagem e o nosso discurso acadêmico sobre a fisionomia das plantas no Brasil”. Para além, alguns defendiam que as paisagens experimentadas tinham uma “fisionomia”, aliás perpassada por outro paradoxo: era “única”, porque apreendida em um instante exato, mas, em simultâneo, era “típica”, porque reunia características regulares que a conformavam. As imagens e os relatos decorrentes dessas viagens eram ameadas de modo a conferir inteligibilidade a essas sensações, codificando a natureza em conhecimento, por meio de um discurso científico³⁴.

Ajustava-se, assim, a tradição do *grand tour*, viagem que procurava distinguir os descendentes das aristocracias europeias, à busca pelo ex-cêntrico. Graças às suas experiências exóticas, eivadas do sublime, esses homens viajantes serão atraídos e impulsionados, nessa perspectiva, para o oriente ou para os trópicos. Tais vivências inusitadas deixariam traços bem marcantes nas artes do período, como uma forte expressão do orientalismo, ou mesmo um “romantismo tropical”³⁵.

A Guerra do Paraguai ou o *pathos* em De Martino

Desse homem fragmentado, emanava ainda outro paradoxo: em que pese a profusão de sentimentos gerados pelos diversos conflitos e pelas facetas do romântico, é imperioso salientar que não era comum, sequer socialmente aceitável, no século XIX, a demonstração exacerbada daqueles sentimentos. Será esse mais um dos conflitos que esse homem moderno terá de enfrentar? Sem dúvida, nessa lógica dual, o sentimento tenderá a se sobrepor à razão, mas de uma maneira muito particular, na medida em que essas intensas emoções eram vividas em seu interior.

É Darwin quem aqui nos exemplifica, observando que “os selvagens derramam lágrimas abundantes por razões extremamente fúteis”, e arremata afirmando que “o inglês não chora, a não ser sob a pressão da mais pungente dor moral”³⁶. Em carta escrita em 1853 à sua mãe, Charles

34 – *Idem*.

35 – Romantismo tropical, conforme expressão cunhada por ARAUJO, Ana Lucia. *Romantismo tropical: um pintor francês no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2017.

36 – DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: Editora 34,

Baudelaire irá dizer “acostumado de tal modo a sofrimentos físicos [...] que sinto apenas os sofrimentos morais”³⁷. A discussão aqui versa sobre o *pathos*. Se buscarmos as origens da palavra grega *pathos* na filosofia, encontraremos a mesma vinculada à ideia de passividade, explicitando uma diferença entre ser autor de um ato efetivo ou sofrê-lo de outrem, ou ainda “fazer uma ação ou submeter-se a uma paixão”³⁸.

Aqueles que manifestam seu *pathos* são, de certa maneira, aqueles que também sucumbem às paixões, aos excessos, às catástrofes, aos sofrimentos. São, portanto, rotulados como patéticos. Evidentemente, ser patético é algo subjetivo e até político. O conde d’Eu considerava, em geral, os italianos patéticos, a ponto de consignar que “o comandante da canhoneira italiana *Veloce* veio demonstrar sua cortesia com burlescas maneiras, tão próprias a sua nação”³⁹. Do mesmo modo, ao referir o Exército Imperial, que naquela altura comandava, anotou sua “inferioridade”; com olhar racista, explicou-a a partir de “duas causas: 1. O detestável corte de nossos uniformes; 2. a imensa preponderância numérica (na infantaria) de mulatos, que, de forma geral, não oferecem bons espécimes para a humanidade, embora haja tambores-mores negros magníficos”⁴⁰.

Além disso, é preciso também enunciar que havia uma certa concepção de que as circunstâncias naturais podiam afetar o ânimo e o estatuto moral dos indivíduos. O tema era debatido desde o início do oitocentos, quando se interrogava “sobre as possibilidades de se edificar uma sociedade civilizada em uma região tropical, povoada de mestiços, brancos, negros e indígenas americanos”⁴¹. O exemplo aqui advém uma vez mais do diário do conde d’Eu, que encontrou, no Paraguai, “uns cinquenta ingleses, também em estado miserável [...]”. Encontrei-os tão embrutecidos, e

2016, p. 17.

37 – *Apud* BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 10.

38 – DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, p. 20.

39 – *Diário do conde d’Eu*, *op. cit.*, p. 80.

40 – *Ibidem*, p. 82.

41 – KURY, Lorelai. “La nature de la nation: le climat et le gens du Brésil (1780-1836)”, in *Annales historiques de la Révolution française*, 365, 2011, p. 129-152.

empregando um palavreado tão pouco inteligível em inglês, em espanhol, e Deus sabe se em guarani que meu mau humor somente aumentou”⁴².

Por outro lado, ainda segundo o olhar do conde, Corrientes, embora relativamente próxima ao Paraguai, parecia-lhe “muito mais decente e civilizada”, já que “elegantes cartolas” circulavam pelas ruas, enquanto “as damas [estavam] vestidas em roupa de seda (cor de folha seca), conforme a última moda de Paris”⁴³. Tal situação indicava a superação de uma realidade anterior: originalmente, “o feito violento e pouco razoável dos filhos da Argentina fez jorrar muito sangue durante longos anos”, prevalecendo um “excesso de desordem e de falta de autoridade”. Todavia, paradoxalmente, essas últimas características promoveram “uma assegurada liberdade e, com ela, um desenvolvimento progressivo de sua civilização, que, aliás, parece destinada, caso não seja tolhida, a constituir uma nação importante e, talvez temida por seus vizinhos”⁴⁴.

Em face dessas considerações, é possível então questionar: de que maneira o romântico pôde expressar todas essas emoções que o povoavam, sem incorrer no risco de ser patético? Ora, por meio da arte, da literatura, da música, verdadeiros artifícios para viabilizar a expressão dos sentimentos de “maneira civilizada”.

As representações dos brasileiros feitas por De Martino na Guerra do Paraguai estão em franca oposição à forma de representar os paraguaios, tomados por patéticos e por selvagens. De antemão, o aspecto militar em De Martino merece destaque, não só pela marca que isso certamente imprimiu em sua obra, mas pelo particular interesse romântico que é dispensado a esses homens da caserna.

O militar figura em inúmeras obras do período, primeiro por protagonizar imagens de guerra, depois por sintetizar o confronto explícito e mais violento possível da civilização contra a barbárie⁴⁵. Assim, as formas, os

42 – *Diário do conde’Eu*, op. cit., p. 143.

43 – *Ibidem*, p. 251.

44 – *Ibidem*, p. 252.

45 – Ou ainda demonstrando a superioridade de uma determinada civilização sobre ou-

traços e as cores são mobilizadas para enaltecer a conquista da glória por sua intrepidez e também, em perspectiva mais alargada, para salientar a própria legitimidade do Estado que se afirma pela guerra. Afinal, na visão romântica, como explicou Baudelaire:

o que é visível, plenamente inteligível, é o caráter firme, audacioso, na sua tranquilidade mesma, de todos esses rostos curtidos pelo sol, pela chuva e pelo vento. Vê-se perfeitamente, aqui, a uniformidade de expressão produzida pela obediência e pelas dores suportadas em comum, o ar resignado da coragem posta à prova pelo esforço prolongado [...] esses homens estão mais solidamente apoiados sobre as costas, mais firmemente instalados sobre os pés, com um aprumo maior que o dos outros homens⁴⁶.

Sem titubear, o militar era aquele que vivia por excelência a experiência do sublime, em um movimento de encontros e desencontros com a morte, sempre à sua espreita. Na batalha, nas privações e nas mazelas do confronto, o soldado era a boa síntese daquele que se depara com sua frágil existência, permeada por sua mortalidade e por sua pequenez. Seria atributo da “alma do guerreiro”, aprimorada com treinamento e com educação, a capacidade de se conservar fleumático diante do inesperado, do desconhecido e do bárbaro, porque possui sua essência forjada para a morte iminente, a maior substância de beleza. Um exemplo: segundo o conde d’Eu, o marquês de Herval sempre trazia “a calma imperturbável que lhe é característica”, mesmo com o desenvolvimento de um tumor em torno de seu queixo, o que lhe provocava viver “em sofrimento contínuo, coitado!”⁴⁷.

Ao reverso, no exercício de suas atividades, os militares também deveriam ser capazes de propiciar a experiência do sublime aos seus inimigos, já que poderiam conduzi-los ao limiar da vida, provocando neles uma reflexão sobre a humanidade e sua frágil finitude. Noutros termos: os militares deveriam dispor da capacidade de impingir a *comoção*.

tra.

46 – BAUDELAIRE, Charles. *O pintor da vida moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 60 e 62.

47 – *Diário do conde d’Eu, op. cit.*, p. 111 e p. 124.

Didi-Huberman, para elucubrar sobre as emoções e os gestos a elas associados, investiga a origem das palavras a fim de refletir acerca de seus sentidos autênticos. Se conclui que “e-moção, quer dizer uma moção, um movimento que consiste em nos pôr para fora (e-, ex) de nós mesmos”⁴⁸, podemos especular, na mesma direção, que co-moção, é um movimento concomitante, que acontece em simultaneidade, o que pressupõe (inter) ações de duas ou de mais partes. Homem e natureza, imbricados em movimentos e em ações. O primeiro, por meio de sua razão, procura domesticar a paisagem, enquanto a segunda, pela potência de despertar o sublime, impõem-se e impelem à reflexão sobre a condição humana. É nessa dialética que esse homem moderno, fruto do oitocentos, relacionava-se profundamente com a capacidade de formar e de fortalecer laços sociais, ou, em outras palavras, de (se) civilizar.

Assim, em última instância, o bom militar, *a priori*, é também o civilizado, porque age em prol de um Estado que guarda regras bem definidas de engajamento e, ainda, que se envolve em conflitos orientados pelos princípios da guerra justa e não selvagem. Mas também civiliza, porque obriga, de modo violento, seus adversários à reflexão.

Se o apreço por militares não residia apenas em seus próprios atributos, mas também nas relações que estabelecia com seus adversários, disso resulta uma constatação necessária: diferentemente do que o senso comum poderia julgar, não só dos protagonistas de uma pintura de batalha, ainda que centrais, produzem sentidos ao espectador. Os vultos, muitas vezes, despojados de ação primacial, também podem nos sugerir, com suas sutilezas, parte significativa de todo um pensamento e de toda uma cultura de uma época. Por exemplo, em uma pintura de batalha celebrativa, é comum que, entre as representações disponíveis, seja possível localizar aqueles que são distinguidos por sua patente desorientação ou desespero, ou ainda por gestos largos em que indiciem covardia, com enfado e com pranto fácil. Podem até mesmo portar traços animalescos. Esses figuram como bárbaros, selvagens despreparados e, assim sendo,

48 – DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, p. 26.

resta justificada a batalha: afinal, como um Estado civilizado poderia, nessa lógica, assumir acordos razoáveis e duradouros com inimigos dessa natureza?

A análise de conjunto da obra de De Martino referente à Guerra do Paraguai permite verificar que os brasileiros, seja em combate, em preparação ou em descanso, foram retratados com semblantes tranquilos e serenos. Podemos até mesmo dizer que são impassíveis ou inabaláveis, mesmo nas situações mais exasperantes. Fardamentos impecáveis, postura ereta, olhar altivo. Ao observarmos suas imagens, podemos facilmente recordar as palavras de Baudelaire dedicadas aos militares. Evidentemente, trata-se de enfatizar a superioridade civilizacional do Império, que não apenas deveria demonstrar zelo pelas questões militares, como também não poderia descurar de sua representação.

Ao reverso, a versão atribuída e dispensada à representação dos paraguaios também retém nossa atenção pela forma primitiva ou até grotesca que, muitas vezes, se incorporam nos traços e nas pinceladas do italiano (figura 12). Tais formas de retratar se referem principalmente aos soldados, não sendo tão óbvia quando se trata dos oficiais paraguaios. No primeiro caso, o dos soldados, as representações trazem imagens que revelam homens de pele avermelhada, com bigodes e com cabelos um tanto desgrenhados, encimados por uma cobertura, muitas vezes, em desalinho, peitos nus, pés descalços, tangas simples e armas na mão. A imagem se aproxima de uma repisada crença, rasa por certo, de como um indígena selvagem deveria aparentar ser.

Com essas características, De Martino desenhou um esboço de soldado paraguaio, que cruza sobre o peito uma bandoleira possivelmente de couro e apoia displicentemente um mosquete sobre seu próprio braço

(figura 13)⁴⁹. Em seu esquisse, consignou ainda a legenda “Não tenho ordem!”, conferindo voz à sua figura⁵⁰.



Figura 12 – *Uffiziale e soldato tipo guarany* (detalhe), esboço de Edoardo de Martino, século XIX, acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



Figura 13 – “*No tengo ordines!*” *soldato paraguay* (detalhe), esboço de Edoardo de Martino, século XIX, acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

49 – Na descrição que faz de Caacupê, o conde d’Eu reforça o uso de cintos de couro por crianças paraguaias, numa lamentável passagem: “Caacupê é um vilarejo miserável, ocupado, sobretudo por hospitais de López [...]. A maioria era de crianças, alguns já quase cadáveres; outros, verdadeiros esqueletos vivos, inteiramente nus, a não ser pelos cintos de couro”. *Diário do conde 'Eu*, op. cit., p. 143.

50 – “*No tengo ordines!*”. *Soldado paraguay*. A inscrição é de próprio punho do pintor e, possivelmente, mescla o espanhol com o italiano (ordem em espanhol: *orden*, e em italiano: *ordine*). Ao seu lado, recortado, figura um brasileiro. O contraste é evidente. Esboço sem data. Acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (inventário nº 3174).



Figura 14 - *Idea pel gruppo dei marinari e comoni del monitore Alagna* (detalhe), esboço de Edoardo de Martino, século XIX, acervo do Instituto Moreira Salles.



Figura 15 - “*camaradas! S'il vous plait!*” (detalhe de Edoardo de Martino sobre carroça e sargento brasileiro sobre cavalo), esboço de Edoardo de Martino, abril de 1868, acervo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

É possível que a expressão vinculada ao soldado seja derivada de um episódio supostamente ocorrido no cerco de Corrientes, em 25 de maio de 1865. Nessa ocasião, uma sentinela paraguaia foi cercada por mais de uma dúzia de soldados aliados. Ao se determinar sua rendição, o paraguaio teria respondido “não tenho ordens” (para se render), apontando, em vão, sua baioneta para os aliados, que o abateram⁵¹. Não importa se

51 – Essa historieta foi narrada por Thomas Hutchinson, cônsul britânico em Rosário, durante a parte da guerra contra o Paraguai. Pode ser conferida em: HUTCHINSON,

essa pequena história, quase uma anedota, é verdadeira ou não. O interessante é que ela revela um soldado incapaz de realizar um cálculo simples de prudência, e que só age em conformidade com ordens expressas, em que pese nada razoáveis, de seus superiores. O episódio reforçava, assim, a ideia corrente de que Solano López era um governante tirano que obrigava os paraguaios à guerra, na sua sanha por poder. Um país de bárbaros, portanto, inscrito no universo do patético, conforme a propaganda legitimadora da guerra pretendia veicular. As representações de soldados brasileiros são bem distintas, a começar pelo uso dos uniformes (figuras 14 e 15).

Essa forma de representação do paraguaio como um selvagem, que nem sapatos calçava para uma batalha, mas que, em contraste, demonstra tola preocupação com a cobertura da cabeça, é um bom exemplo desse romantismo dos trópicos, que se expressava no Brasil, à guisa do orientalismo que conquistava os românticos pela Europa. Os personagens deviam parecer tão extravagantes quanto à própria paisagem tropical, a ponto de se confundir com elas⁵². O excêntrico se fez nas paisagens selvagens das matas, nos índios, nos negros e nos mestiços, que povoaram e se misturaram na fantasia europeia dos que aqui chegavam, como De Martino, fascinados por essa forma diferenciada de exotismo⁵³. Um exotismo frequentemente impregnado de repúdio, desnecessário ressaltar: o conde d'Eu, ao chegar em Corrientes, Argentina, escreveu que encontrou, na praça do mercado, “um certo número de hediondos indígenas vindos do Chaco”⁵⁴. Seja como for, se Delacroix se impactava com aquilo que percebia exótico na África do Norte, De Martino, na América do Sul.

Thomas J. *The Paraná, with incidentes of the paraguay war and south american recollections, from 1861 to 1868*. London: Edward Stanford, 1868, p. 309.

52 – KURY, op. cit., 2001. Um exemplo é a tela *Vista do Rio de Janeiro*, de Alessandro Ciccarelli (Acervo da Pinacoteca de São Paulo, 1844). Nela, uma espécie de sensação de ataraxia, trazida pelos efeitos cromáticos da paisagem, é francamente contraposta a um desenrolar bizarro, em primeiro plano, onde um negro oferece um lagarto abatido a uma mulata.

53 – ARAUJO, Ana Lucia, op. cit., p. 104 e seguintes; e ROSENFELD, Anatol e GUINSBURG, J. “Romantismo e Classicismo” in: GUINSBURG, op. cit., pp. 261-274, especialmente p. 266.

54 – *Diário do conde 'Eu*, op. cit., p. 77.

Assim, se observarmos as representações gráficas e procurarmos vinculá-las às possíveis emoções que elas manifestam, estaremos próximos da noção de *pathosformel*, ou “fórmula de emoção”, proposta pelo historiador da arte Aby Warburg⁵⁵. Essas “fórmulas” funcionam como convenções gráficas, como uma espécie de materialização da forma de expressar um determinado sentimento, que estão sujeitas a circunstâncias e a tempos históricos diferentes, mas que se entrelaçam e que perduram. Por isso, fazem-se presentes em estruturas de longa duração na arte, o que facilita seu reconhecimento⁵⁶. Nesse sentido, Braudel destaca que diversos desses gestos são repisados nas diferentes formas de representações artísticas. Muitas vezes associados ao Renascimento, são, na verdade, anteriores a ele; por isso, conclui que, por mais modernos que aparentemente ser, precisam ser examinados em longa perspectiva, sem se perder de vista aquilo que André Chastel chamou de “práticas seculares”⁵⁷.

Noutro trabalho, conhecido atualmente por *Acampamento brasileiro no Chaco* (figura 16), De Martino parece bem sintetizar diversas das considerações elencadas acima, já que, de modo eficiente, reúne uma paisagem hostil, o sublime da morte causada pela guerra, o elemento religioso, e a tensão entre as noções de bárbaro ou patético e de civilizado.

55 – WARBURG, Aby. *A renovação da Antiguidade pagã: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013; WARBURG, Aby. *O legado do antigo. Escritos inéditos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2018.

56 – GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, p. 11.

57 – BRAUDEL, Fernand. *O modelo italiano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 77-78.



Figura 16 – *Acampamento brasileiro no Chaco*, de Edoardo de Martino, 1871, acervo do Museu Histórico Nacional.

Na obra, destaca-se um complexo jogo de perspectivas e de sombras, auxiliado pela densidade da vegetação, capaz de oferecer elementos suficientes para impactar as sensibilidades do espectador. O artista imprime à cena um ritmo lento e grave, que não se deixa levar pela violência presente, embora seja resultado da pretérita. O que temos diante dos olhos, assim, não passa de um fragmento resultante de uma tragédia já consumada. O momento retratado é então posterior à tensão, aliás bem sintetizado na passagem “que céu e que mar! Tudo é tumulto e descanso, como depois de um grande evento”, escrita por Baudelaire, após a exposição universal de 1855, em referência ao quadro *A Entrada dos Cruzados em Constantinopla*, de Delacroix⁵⁸.

Na imagem do *Acampamento*, há diminutos pontos de luz, dados pelo fogo. De um lado, o fogo nas barracas do acampamento, que queima e destrói, mas que também é capaz de purificar, como na catarse grega. Ao centro, portado por um frade capuchinho, um archote, cuja luz pode guiar um caminho, seja na escuridão das matas do Chaco, seja no ideal da elevação da alma pela fé. A iluminação da cena, entretanto, é dada

58 – Acervo do Museu do Louvre, 1840.

pela lua entre nuvens que, refletida na água, aproxima os planos divino e terreno, descortinando o enredo.

O jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, ao comentar essa tela, salientava a “religião e melancolia” que revestiam o episódio: feridos que estendem os braços, “famintos que desfalecem e mortos estendidos na planície”, enquanto um dos frades “lê a última oração do breviário”⁵⁹. No canto inferior esquerdo, em sinal de redenção, estendendo a mão direita na direção dos capuchinhos, um paraguaio suplica a extrema unção, sugerindo ter se submetido à cultura dos religiosos. A ele se contrapõem pequenos grupos de pessoas ao fundo, que demonstram desespero e enfado, expressões consideradas patéticas de sentimentos, portanto típicas daqueles que não são civilizados.

A presença dos frades na tela de De Martino substitui os sinos, as cruzes, as catedrais, elementos recorrentes em telas românticas, encarando, eles próprios, a civilização em meio a uma natureza selvagem, agudizada pelas mazelas da guerra. Assim, para além de demonstrar a misericórdia ou a religiosidade dos brasileiros, sua presença se tornava essencial para asseverar sua civilidade e sua superioridade em relação aos bárbaros paraguaios. Não custa sublinhar que, a essa altura, havia uma crença corrente de que os religiosos poderiam ser um instrumento mais eficiente para a agregação de bárbaros aos cânones ocidentais. O conde d’Eu, por exemplo, registrou que discutiu algumas “teorias sociais” com Domingo Faustino Sarmiento e, dentre elas, “uma que tive de combater de meu melhor, [foi aquela] segundo a qual os missionários católicos não seriam os mais propícios para estabelecer civilização entre os bárbaros!”⁶⁰. Esse debate deve ter mesmo causado tão boa impressão a ponto de autorizar que o Príncipe furtasse um “exemplar de *Civilização*

59 – Anotações do livro de bordo do Almirante Inácio da Fonseca, publicadas em COSTA, Didio. *Riachuelo*. Rio de Janeiro: SDM, 1959, apud PEREIRA Anotações do livro de bordo do Almirante Inácio da Fonseca, publicadas em COSTA, Didio. *Riachuelo*. Rio de Janeiro: SDM, 1959, apud PEREIRA, Walter Luiz C. de M. “E fez-se a memória naval: a coleção Edoardo De Martino no Museu Histórico Nacional”, in: *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 31, 1999, pp. 149-159, mormente pp. 155-157.

60 – *Diário do conde 'Eu*, op. cit., p. 71.

e *Barbárie*, que foi oferecido do punho de Sarmiento ao velho López”, da barraca de João Manuel Mena Barreto, “o mais distinguido entre os nossos oficiais-generais, em todos os aspectos”⁶¹.

Na imagem de De Martino, atrás do frade, “triste e respeitoso”, está a figura de uma sentinela, trajada como um zuavo, que abaixa a cabeça, em gesto solene⁶². Os zuavos estiveram de fato presentes na Guerra do Paraguai e não é impossível que o pintor tenha testemunhado uma cena dessa natureza. Noutro diedro, o zuavo pode também ser interpretado, de maneira apriorística, como uma referência ao orientalismo que, nessa altura, já era tema difundido na Europa. Côncios de sua fragilidade em face à imensidão do universo infinito, após a experiência limite do sublime impellido pela guerra, só deveria restar ao zuavo e aos paraguaios derrotados do *Acampamento* se curvar diante dos frades, símbolo da Igreja e do Ocidente.

Com conotações de desespero, de tédio e de súplica (figuras 17 e 18), as expressões sentimentais são intensificadas em personagens caracterizados por sua desorientação. Essas representações gestuais exacerbadas, que nos permitem prever, com relativa precisão, as emoções que permeiam a cena, traduzem-se em gestos que foram perpetuados em estruturas de longa duração em determinada cultura. Didi-Huberman observa que “as imagens são como cristais que concentram muitas coisas, em particular esses gestos muito antigos, essas expressões coletivas das emoções que atravessam a história”⁶³. As formas de expressar os sentimentos também são moldados pela história e pela cultura e se estruturam e reestruturam também baseadas na memória.

61 – *Ibidem*, p. 83-84. Para uma reflexão acerca do papel de Sarmiento e sua obra na Argentina, conferir: NUNES, Leandro José. “Facundo: civilização e barbárie. Uma leitura da sociedade argentina do século XIX”, in *História e Perspectivas* (UFU). Uberlândia, 45, p. 83-104, jul-dez 2011.

62 – Anotações do livro de bordo do Almirante Inácio da Fonseca, publicadas em COSTA, Didio. *Riachuelo*. Rio de Janeiro: SDM, 1959, *apud* PEREIRA, *op. cit.*, pp. 155-157.

63 – DIDI-HUBERMAN, *op. cit.*, p. 34.

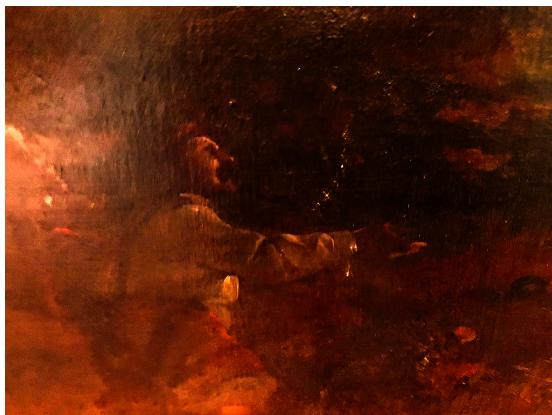


Figura 17 – *Acampamento brasileiro no Chaco* (detalhe inferior esquerdo), de Edoardo de Martino, 1871, acervo do Museu Histórico Nacional.

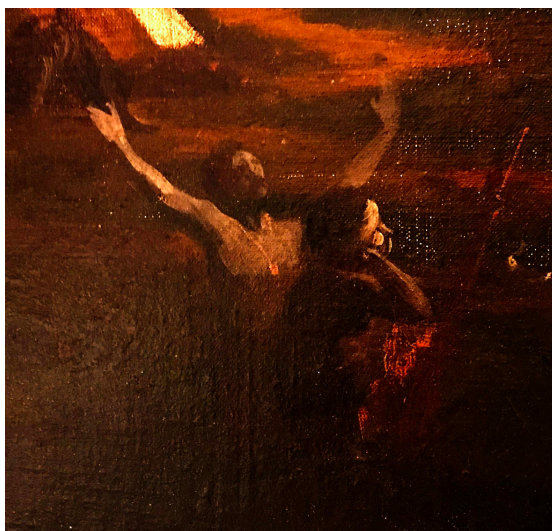


Figura 18 - *Acampamento brasileiro no Chaco* (detalhe inferior esquerdo), de Edoardo de Martino, 1871, acervo do Museu Histórico Nacional.

No caso da tela de De Martino, as figuras paraguaias elevam as mãos às cabeças ou aos céus em desespero. Indicam expressões que poderíamos reconhecer como pânico ou medo, o que no período suporiam indícios de pouca honra, sendo, assim, nunca associadas à glória. Para além,

se buscarmos essas mesmas estruturas na história da arte, encontraremos praticamente desde a Idade Média essa espécie de “fórmula de emoção”; por exemplo, nas imagens de descimento de Cristo após a crucificação. É geralmente Maria Madalena, personagem controversa, quem expressa sentimentos mais contundentes⁶⁴. Para mencionar apenas uma imagem coetânea a De Martino, que sugere inclusive exacerbar esse argumento, temos a pintura *Cristo sobre o lago Genesaré*, de Eugène Delacroix⁶⁵. A imagem traduz, pelos gestos dos personagens, o terror dos apóstolos, em forte contraste com a calma e com a tranquilidade de Cristo, que dorme em meio as revoltas águas que ameaçam a pequena embarcação que os transporta. Dessa maneira, fórmulas tradicionais, muito bem apropriadas pelos românticos, agora apareciam instrumentalizadas para usos modernos⁶⁶.

Considerações finais

Graças a um diálogo estabelecido com conceitos advindos do movimento romântico, apropriados sobretudo de uma gramática kantiana, este artigo procurou investigar as antinomias civilização e barbárie, enfatizando a obra do pintor italiano Edoardo de Martino. O pressuposto condicionante do texto pode ser sintetizado na necessidade de enquadrar tais obras em um movimento filosófico-artístico mais alargado, a fim de desvelar possibilidades de compreensão até então minoradas.

Nessa perspectiva, os elementos diretamente ligados ao movimento e ao pensamento romântico (o mar revolto, o luar, a paisagem onírica e a guerra, por exemplo) assumem outros sentidos. São capazes de causar o

64 – Para comparações: *Preghiera nell’Orto degli Ulivi*, de Hans Multscher, 1437, pala de altar, acervo da Gemäldegalerie de Berlim e *Christ in Gethsemane*, de Ary Scheffer, 1839, acervo do Museu de Dordrecht (exemplo de Cristo com as mãos em súplica), *Deposizione*, de Caravaggio, 1602-04, acervo do Museu do Vaticano (exemplo de Maria Madalena com braços estendidos em desespero); *Madonna sistina*, de Rafael Sanzio, 1512, acervo da Gemäldegalerie de Dresden (exemplo de *putti* entediados), entre outros.

65 – Em referência a *Le Christ sur le lac de Gènesareth*, de Eugène Delacroix, 1853, acervo do Metropolitan Museum of Art de Nova York. ALLARD & FABRE, *op. cit.*, pp. 260-261.

66 – GINZBURG, *op. cit.*, p. 12.

estupor, exibindo o horror e a ferocidade da guerra. Quando consumidos por aqueles que partilhavam desse ideário, essas imagens deveriam ser capazes de oferecer uma forma específica de beleza, típica do movimento, carregada de tragédia e de dor.

Neste ponto, impende remarcar a tradição e a distinção. Antes, as pinturas de batalha estavam tradicionalmente vinculadas ao *grand goût* da arte e procuravam exaltar poder o político e o triunfo do rei e das casas nobres que o auxiliavam a executar a guerra. Indicavam, em síntese, a grandeza e a potência de seus comitentes. Esse padrão mais amplo de intenção se conservou, embora precise ser atualizado para os oitocentos: as imagens permanecem a contribuir para a reputação não exatamente de um rei poderoso, porque cercado de famílias aristocráticas leais, mas agora sim para a credibilidade de um Estado-nação, capaz de se mobilizar para a guerra, cada vez mais por própria iniciativa. Do ponto de vista estético, a modificação é mais evidente: as imagens não mais se resumem a imputar glórias, mas se ocupam com pessoas que sofrem e que se sacrificam, que são expostas a diferentes intempéries e a situações perigosas, em favorecimento da pátria, da nação. Se sobrevivem, experimentam o sublime e se civilizam.

Assim, nas telas de De Martino, tanto as paisagens hostis como as guerras contribuem também para a construção de noções de pertencimento e para exaltar a noção de civilização. Naquele imaginário, de um lado, eram brasileiros, porque não eram paraguaios. Mas também eram brasileiros, porque submeteram os “selvagens” paraguaios e domesticaram um Chaco mordaz, a exemplo do que os franceses fizeram no Marrocos, os noruegueses no Ártico ou mesmo os norte-americanos contra os indígenas no deserto. A guerra se mostrava um dos caminhos mais enérgicos para o alcance dessa civilização, seja para si, seja para demonstração de outrem. Afinal, no plano internacional, essas pinturas poderiam afirmar uma nação que não apenas existe, mas prosperou, graças a um Estado orientado para os preceitos da civilização, que aliás realiza a guerra sob essa mesma égide. Única monarquia das Américas, com uma economia de base escravista, edificava discursos intervencionistas que defendiam até

o imperativo de civilização de seus vizinhos, deslegitimados, por vezes, como republiquetas de bárbaros sujeitos a tiranos, como Rosas e López⁶⁷.

Como a historiografia propriamente já salientou, essas encomendas guardam, assim, uma finalidade memorialista, de exaltação nacionalista e de celebração⁶⁸. Essas mesmas imagens, para além, poderiam ainda cumprir outra função. Ao ver o horror retratado, o espectador se identifica, emociona-se e se comove, sendo, de certa maneira, também capaz de vivenciar o sublime. Noutros termos, a monumentalidade dessas imagens poderia civilizar aqueles que estiveram efetivamente distantes dos conflitos, mas, participantes indiretos, podiam dele tomar parte, por meio de uma visita a uma exposição ou a um museu – como é o caso do Museu Naval, solenemente inaugurado e franqueado ao público em 11 de junho de 1889, para onde seguiram essas e outras representações da guerra⁶⁹.

Por um lado, como qualquer museu, exalta e seleciona a memória, sujeita-se à sua astúcia, torce e ajusta o enredo da narrativa. Mas, essencialmente, sua existência pressuposta só assume sentido a partir de uma perspectiva romântica: o fragmento de um momento instantâneo ou de lugar circunscrito de uma batalha poderia oferecer a sensação de conhecimento do todo. O resultado seria, portanto, a absorção de um panorama daquilo que, de fato, não se experimentou: uma espécie de simulação,

67 – BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *O intervencionismo do Império Brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança*. Tese de doutorado em História. Brasília: UNB, 2011, pp. 74-91.

68 – HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2012; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27; e GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011, passim.

69 – Criado por decreto em 1868, o Museu Naval contou, para inauguração ao público em edifício na Rua Conselheiro Saraiva, com a reunião de todos os quadros e objetos históricos que estavam por toda parte na Marinha. Cf. FONSECA, Cesar da. “Serviço de Documentação da Marinha”, in: *Revista Marítima Brasileira*, n. 7, 8 e 9, jul-ago-set 1956, Rio de Janeiro, pp. 499-516, especialmente 513; e GOMES, Patrícia Miquilini. *A coleção Eduardo de Martino no Museu Naval do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2018 (dissertação de mestrado em Museologia).

pela via imaginária, de uma experiência em uma paisagem remota e hostil, ou mesmo a participação (segura) em uma batalha sangrenta⁷⁰.

Caberia às cores, à robustez das pinceladas, ao movimento hiperbólico, à dramaticidade contundente, aos protagonistas e aos vultos tocar o “ânimo” do espectador, a ponto de o fazer sublimar sem participar. Se, pela visão, ele alcançasse o estupor da batalha, poderia viver o sublime e encontrar a reflexão necessária em torno de sua pequenez e de sua finitude. Exiguidade diante dos desafios da vida humana; mas exiguidade também diante das instituições, da pátria e de seu ordenamento jurídico subjacente. Tratava-se de um convite à nação e a seu imaginário correlato. Noutros termos, preponderava uma certa crença de que não apenas a batalha, mas a também a representação assim parametrizada daquilo que é ausente poderia auxiliar a civilização.

Desnecessário lembrar que tudo isso não era uma invenção brasileira. Basta, mais uma vez, alargar o olhar. A Galeria das Batalhas do Château de Versailles, criada em 1837 pelo rei Louis-Philippe por ocasião da transformação do castelo em museu, não é senão isto: uma exaltação memorialista de batalhas, desenroladas ao longo de quinze séculos de suposta “história francesa” – de Clóvis, em Tolbiac, a Napoleão, em Wagram – que procura fabricar uma identidade francesa baseada em um passado comum idealizado, na religião e nos atributos monárquicos. A mensagem era simples: a França se fundamenta nas vitórias contra seus inimigos internos e externos, ingressando, graças ao rei Bourbon, em um período de paz e de prosperidade. Sob esse programa pictórico, as encomendas imputadas a pintores românticos como François Gérard, Ary Scheffer, Horace Vernet, e ao próprio Eugène Delacroix guardavam a presunção de poder conciliar monarquistas, jacobinos e bonapartistas⁷¹. Nos

70 – Para a noção de panorama, conferir: NEVES, Margarida de Souza. “Panoramas”, in: HORTA, Maria de Lourdes Parreiras (org.). *Visões do Rio de Janeiro na Coleção Geyer*. Petrópolis: Museu Imperial; Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2000, pp. 27-37.

71 – CONSTANS, Claire. *La Galerie des Batailles. L'Histoire de France em 33 tableaux*. Versailles: Artlys, 2000.

trópicos, a expectativa era de que o discurso em torno da guerra pudesse também amalgamar muitas diferenças.

As imagens de De Martino não tratam exatamente nem da paisagem ou sequer meramente da batalha, senão dos antagonismos entre os homens e a natureza, e dos homens entre si, e ainda de toda uma comoção correlata: tratam daquilo que enseja, pela sua potência avassaladora, o sublime, a civilização e o civilizar. No limite da análise, tratava-se, assim, da pretensão de civilizar – genuinamente inclinar as disposições naturais para a convivência harmoniosa na *civitas*, ou conferir ordenamento finalístico para a satisfação do bem comum – (também) por imagens.

Texto apresentado em julho de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

COCANHA COISA NENHUMA? HISTÓRIAS E MITOS DA ABUNDÂNCIA ALIMENTAR NORDESTINA

NO SUCH THING AS COCAGNE? HISTORIES AND MYTHS ABOUT FOOD ABUNDANCE IN THE NORTHEAST OF BRAZIL

FREDERICO DE OLIVEIRA TOSCANO¹

Resumo:

O objetivo principal do presente artigo é o de demonstrar as possibilidades para a pesquisa histórica alimentar no Brasil, especificamente através de uma ainda pouco estudada ideia de abundância, onde alguns mitos são examinados, dentre eles o do País de Cocanha das fábulas europeias medievais. Para tanto, procedeu-se a uma revisão bibliográfica de obras relacionadas à temática da alimentação e da fartura em um recorte de tempo reconhecidamente longo. Nesse sentido, realiza-se um breve estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos, país de reconhecida tradição na pesquisa relacionada à afluência, inclusive alimentar. De maneira mais específica, debruçou-se sobre uma ideia de abundância nordestina, em oposição à uma imagem, por décadas formada, relacionada à miséria e à fome, no intuito de confrontar esse estereótipo e apontar caminhos para futuros estudos.

Palavras-chave: Alimentação; abundância; Brasil; Nordeste; Estados Unidos.

Abstract:

The main objective of this paper is to demonstrate the possibilities for historical research on food in Brazil, based especially on the still little studied idea of abundance and on some myths found in European Medieval fables such as the one about the country of Cocagne. To this end, we conducted a bibliographic review of works over a long period related to the theme of food and abundance. We present a brief comparative study between Brazil and the United States, the latter of which having a strong tradition in the research on affluence, including food affluence. Specifically, we focused on the idea of abundance in the Northeast, as opposed to the image of misery and hunger prevailing in this region over decades, with the aim of confronting stereotypes and paving ways for future studies.

Keywords: Food; abundance; Brazil; Northeast; United States.

Introdução

O presente artigo buscará debater a ideia de abundância alimentar, junto a alguns dos seus mitos, enquanto campo de estudos históricos válido e fértil. Esta é uma área de pesquisas ainda pouco difundida na academia brasileira, mesmo nas Humanidades, mas que há tempos vem merecendo a atenção de estudiosos norte-americanos, que têm se debruçando sobre a riqueza do seu país, principalmente no período posterior à

1 – Mestre em História Social do Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. E-mail: HYPERLINK “mailto:fredericotoscano@hotmail.com” fredericotoscano@hotmail.com.

II Guerra Mundial, e tendo o conflito como pano de fundo e causa de uma superprodução alimentar. Dessa forma, pesquisadores clássicos tais como o historiador David Potter vêm, ao menos desde a década de 1950, debatendo a industrialização dos Estados Unidos e de que forma ela transformou a produção de alimentos desse país, ajudando a projetar, dentro e fora dele, uma imagem de poderio econômico, junto ao militar. Foi esse o mote de sua obra mais conhecida e celebrada, “People of Plenty”², na verdade uma coletânea de palestras que debatiam o caráter norte-americano, em parte moldado pela enorme afluência econômica do pós-guerra.

Já autores contemporâneos, como a socióloga Monica Prasad, autora de “The Land of Too Much”³, demonstram que a abundância dos Estados Unidos, aparentemente generalizada e acessível a todos os seus cidadãos, serviu e vem servindo como uma defesa do capitalismo, não apenas enquanto sistema econômico, mas também para confundi-lo com a própria democracia, tornando-os praticamente indissociáveis.⁴ Contudo, pesquisadores como Kenneth Galbraith⁵ e Michael Harrington⁶, acrescentam outras visões ao debate da abundância alimentar nos Estados Unidos, demonstrando que existiu e existe fome no país que é considerado, ainda hoje, o mais rico e poderoso do mundo. Uma realidade de difícil reconhecimento e admissão, não só por parte dos políticos norte-americanos, mas mesmo pela sociedade em geral.

O Brasil, por sua vez, tem cultivado, particularmente em relação à sua região Nordeste, uma imagem relacionada à pobreza e fome, de onde se chegou até mesmo a construir uma literatura própria, centrada nesta te-

2 – POTTER, David M. *People of Plenty: economic abundance and the American character*. Chicago: The University of Chicago Press, 1954.

3 – PRASAD, Monica. *The Land of Too Much: American abundance and the paradox of poverty*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2012.

4 – TOSCANO, Frederico de Oliveira. Brazilian Abundance and U.S. Scarcity: New Directions for Research in the Field of Food History. *Graduate Journal of Food Studies*, 6(1), 2019.

5 – GALBRAITH, John Kennedy. *The Affluent Society*. Boston, New York: Houghton Mifflin Company, 1998.

6 – HARRINGTON, Michael. *The Other America: Poverty in the United States*. New York: Scribner Book Company, 1997.

mática. As grandes secas, principalmente do Ceará de final do século XIX e início do XX, deixariam profundas marcas em gerações de intelectuais e escritores, como Rachel de Queiroz, em obras que trariam a miséria alimentar do nordestino para o resto do país e para o centro do debate. A partir daí, o Estado passaria, de forma inicialmente tímida e calcada em falhas, a paulatinamente buscar exercer um papel ativo na questão da segurança alimentar do povo brasileiro. Assim, órgãos e políticas públicas foram sendo criados, buscando garantir o abastecimento e fixar os preços de certo gêneros alimentícios considerados básicos e essenciais, com variados graus de (in)sucesso. A era Vargas, a partir da década de 1930, finalmente implantaria medidas mais efetivas e duradouras na questão do acesso ao alimento, principalmente pelas camadas mais humildes da população, e, naturalmente, os trabalhadores em geral.⁷

Ainda assim, a fome persistiu no Brasil, que na prática ia se dividindo em dois, com um Sul-Sudeste mais industrializado, rico e bem alimentado, e um Norte-Nordeste decadente, agrário e faminto. Essa fome que ainda atormentava parte dos nordestinos deixou de ser tabu através dos estudos e denúncias do geógrafo e médico pernambucano Josué de Castro. Suas revelações tiveram o efeito de forçar o país e o Estado a olhar para suas falhas em garantir aos cidadãos o acesso à uma alimentação de quantidade e qualidade condignos. Mas também ajudou a fixar uma ideia de seca, pobreza e fome à região Nordeste. Formou-se assim uma imagética tão forte que, mesmo nos dias atuais, parece estar presente no inconsciente coletivo dos brasileiros, associando abundância aos norte-americanos – e, em certa medida, às regiões Sul e Sudeste do Brasil – e mantendo um estereótipo de miséria quanto aos nordestinos. Este trabalho, trata, portanto, do assunto da fartura alimentar, mas também dos mitos a ela associados⁸.

7 – TOSCANO, Frederico de Oliveira. O Inimigo é a Fome: breve histórico da escassez alimentar no Nordeste e do papel do Estado em seu enfrentamento. *Projeto História*, São Paulo, v. 68, pp. 352-386, mai.-ago., 2020.

8 – *Idem*.

Discussão teórico-metodológica

Acerca do aporte teórico desenvolvido, é importante definir, ainda que de maneira breve, o que seriam esses citados mitos. Para alguns, eles são conjuntos de suposições não examinadas, o que os colocaria diametralmente opostos a uma dita história factual. Por muito tempo, estudiosos de cada um desses campos menosprezaram-se mutuamente, atacando as supostas falhas e limitações de visões que pareciam se mostrar inescapavelmente antagônicas. Modernamente, contudo, já se aceita que muito da história é, afinal, construída também sobre suposições, o que a aproximaria da própria mitologia, a distinção por vezes tornando-se um tanto borrada. Seria, talvez, válido dizer que uma e outra se interpenetram, fato e ficção a complementar-se na construção de diferentes narrativas⁹. Particularmente, para o presente trabalho, interessam sobremaneira as palavras do historiador Carlo Ginzburg, quando define os mitos como tendo “nascido e serem transmitidos em contextos culturais e sociais específicos”, apresentando ainda uma “dimensão formal”¹⁰ própria.

Buscou-se assim realizar uma abrangente revisão bibliográfica acerca da temática da fartura alimentar no Brasil, abordando-se livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos. Com esse intuito, fez-se uso dos relatos de portugueses ainda nos tempos coloniais, como é o caso da carta de Pero Vaz e Caminha e dos testemunhos de Ambrósio Fernandes Brandão. Da mesma forma, empregou-se as observações de dois viajantes europeus, o inglês Henry Koster e o francês Louis-François Tollenare, ambos tendo visitado o Nordeste durante o século XIX. Utilizou-se ainda, enquanto fonte primária, uma canção de Luiz Gonzaga, da década de 1960, ligada ao assunto aqui tratado. Por tudo isso, foi necessário empregar um período amplo, dos tempos do Brasil Colônia até meados do século 20, focando na região Nordeste do país. Ou seja, um recorte pensado no exame de alterações inerentemente lentas, que portanto exigem progres-

9 – HEEHS, Peter. Myth, History, and Theory. *History and Theory*, vol. 33, no. 1, 1994, pp. 1–19. JSTOR, Disponível em www.jstor.org/stable/2505649. Acesso em 02 Julho de 2020.

10 – GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pág. 12.

sões mais delongadas, e que não depende das grandes e positivistas datas e acontecimentos¹¹. Nesse sentido, é de suma importância lembrar que, como já demonstrado por Câmara Cascudo, fontes alusivas à alimentação e aos hábitos a ela pertinentes são rotineiramente escassas. Portanto, um período mais amplo de tempo pode fornecer, de modo mais compreensiva e detalhado, um olhar crítico sobre o assunto¹².

Objetivou-se, enfim, abordar a abundância alimentar nacional e, principalmente, nordestina, desde as primitivas descrições do “novo mundo” pelos europeus e mesmo antes, através de mitos de fartura propagados pelos seus primeiros habitantes nativos. Essa ideia de fartura se consolidaria ao longo dos séculos, durante o Império e o patriarcalismo regional no século XIX, onde se tornaria símbolo de poder e tradição de uma elite rural e, depois, urbana. Finalmente, mesmo a República passaria a fazer uso do ideário de uma mesa farta e tipicamente nordestina para se legitimar enquanto novo, democrático e moderno sistema de governo no começo do século XX, em oposição à ultrapassada monarquia. Em essência, procurou-se demonstrar, em linhas gerais, as potencialidades do tema da fartura alimentar e os mitos a ela relacionados nos estudos históricos brasileiros.

Abundância de um novo mundo

Como já foi dito, o Brasil carece de uma historiografia robusta voltada para o estudo da abundância, especialmente no tocante ao seu aspecto alimentar, mas isso não quer dizer que o tema não seja mencionado, estudado ou discutido. Do assunto já se ocupou a antropóloga Carmem Rial, discorrendo sobre os primeiros relatos de europeus acerca do Brasil, nomes como Jean de Léry e André Thevet, ainda no final do século XVI. Estes cronistas se maravilharam não apenas pelo exotismo daquilo que encontravam do outro lado do Atlântico, estranhas aves, peixes e outros animais. Ou pela doçura das frutas tropicais, a versatilidade da mandioca

11 – BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais: a longa duração*. *Revista de História da USP*. São Paulo: DH/FFLCH/USP, n. 62, v. XXX, 1965.

12 – CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2004.

ca e mesmo a potência das bebidas alcóolicas nativas, como o cauim. Espantava mais a fartura de tudo aquilo, das matas e sua excelente caça, do tamanho agigantado dos frutos, das raízes comestíveis que pareciam capazes de brotar em qualquer terreno¹³. Mesmo os terrível relato do arcabuzeiro e mercenário alemão Hans Staden, por muito pouco escapando de virar refeição para o povo Tupinambá, falava da abundância dos alimentos da terra. Incluindo-se, está claro, a carne humana, dos inimigos capturados em batalha, um lauto banquete de corpos mutilados e pedaços sanguinolentos de gente¹⁴.

Assim como ocorre com os EUA e outros países que se debruçam sobre a temática, essa fartura tupiniquim tem lá as suas idiossincrasias e mitos. De fato, o primeiro documento escrito na e sobre a terra que um dia se tornaria o Brasil foi a afamada Carta de Descobrimento de Pero Vaz de Caminha, reportando ao rei Dom Manuel I aquilo que se via naquelas novas paragens. O escrivão observou a saúde dos indígenas que saudavam espantados os europeus recém-chegados, posteriormente atribuindo a boa forma daquelas pessoas à sua dieta. Assim, fala dos frutos saborosos que as árvores pareciam, generosamente e por conta própria, lançar de si para as pessoas, e da mandioca, alimento que os indígenas favoreciam e que se consistia na base de sua alimentação. Os ares eram bons, as águas e pesca infundáveis, e a terra bem capaz de garantir a fartura de tudo quanto nela se semeasse. Já a famosa frase creditada ao documento, “em se plantando tudo dá”, na verdade não é parte nele, ainda que citada mesmo na atualidade, denotando a fartura que se esperava da terra recém-descoberta¹⁵.

Um dos primeiros relatos sobre o Brasil colonial e escrito na própria terra seria publicado ainda em 1618, de autoria atribuída ao cristão-novo Ambrósio Fernandes Brandão. A obra “Diálogo das Grandezas do Brasil” trazia apenas dois personagens, os portugueses Brandônio e Alviano, e

13 – RIAL, Carmem. Brasil: primeiros escritos sobre comida e identidade. *Revista Antropologia em Primeira Mão*. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1995, n.1, 1995.

14 – STADEN, Hans. *Duas Viagens ao Brasil*. Porto Alegre: Ed. L&PM, 2010.

15 – CORTESÃO, J. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achatamento do Brasil*. Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

uma longa conversa entre eles, com o primeiro buscando convencer o último das riquezas da nova terra. E ao fazê-lo, deixou um relato detalhado da geografia, fauna, flora e das gentes da próspera capitania de Pernambuco, onde o açúcar há muito enriquecia os homens da região. Boa parte da obra consiste em Brandônio, há muito ali instalado, a enumerar as potencialidades do Brasil a um cético Alviano, para quem os rivais espanhóis eram mais industriais e, também, mais afortunados em sua busca por pedras e metais preciosos em suas possessões nas américas. Ali, contudo, havia a cultura da cana, garantia seu conterrâneo mais experiente, dentre outras riquezas incomparáveis a outras terras, inclusive as de natureza alimentar¹⁶.

Não vedes vós, que o Brasil produz tanta quantidade de carnes domésticas, e selváticas, de que abunda; tantas aves mansas, que se criam em casa de toda sorte, e outras infinitas, que se acham pelos campos; tão grande a abundância de pescados excelentíssimos de diferentes castas e nomes; tanto marisco, cangrejos (sic), que se colhem, e tomam à custa de pouco trabalho; tanto leite que se tira dos gados; tanto mel, que se acha nas árvores agrestes; ovos sem conto; frutas maravilhosas, cultivadas com pouco trabalho, e outras sem nenhum, que os campos e matos dão liberalmente; tanto legume de diversas castas, tanto mantimento de mandioca, e arroz com outras infinidade[s] de coisas salutíferas, e de muito nutrimento para a natureza humana, que ainda espero de vo-las relatar mais em particular; pois a terra que se abunda de todas essas coisas como se lhe pode atribuir a falta delas. Porque certamente que não vejo eu nenhuma Província ou Reino dos que há na Europa, Ásia ou África, que seja tão abundante de todas elas, pois sabemos bem, que se tem umas, lhe faltam outras¹⁷.

E a abundância havia, de fato, embora inicialmente – e por um longo período – ela servisse muito mais para o acúmulo de capitais do que para alimentar barrigas. Entre o século XVI e início do XIX, portanto todo o período colonial, a economia brasileira formou-se sobre uma base de exportação de matérias-primas, tais como pedras e metais preciosos, como o ouro, além de algodão, tabaco, açúcar e café, com os ganhos concentra-

16 – SOBREIRA, Caesar Malta. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Recife: CEPE, 2019.

17 – *Idem*, págs. 19 e 20.

dos nas mãos de alguns poucos grandes latifundiários. Já o mercado interno, relegado pela elite econômica local, por muito tempo se restringiu à produção de alguns alimentos básicos, principalmente a mandioca, o milho e o feijão, além de alguma criação de animais de corte. Os engenhos de açúcar, inicialmente fixados ao longo do litoral nordestino, em sua Zona da Mata, foram locais de maciço emprego de mão-de-obra negra e escravizada, havendo homens livres também: lavradores que não possuíam a própria terra, mas arrendavam uma parte pertencente aos grandes senhores e nela organizavam suas pequenas plantações, além de outras profissões variadas: pedreiros, carpinteiros, comerciantes de diversos artigos diferentes (e essenciais para o cotidiano afastado da Metrópole), funcionários da coroa portuguesa, traficantes de escravos, religiosos de ordens diversas, além de mendigos e prostitutas. Aos mais pobres, que poderiam se beneficiar de uma alimentação mais completa, restava quase sempre trabalhar para os grandes proprietários de terras, portanto abandonando cultivos de legumes, verduras e frutas, efetivamente trocando a policultura pela monocultura¹⁸.

Os senhores dos engenhos ainda de tempos coloniais davam pouca atenção ao roçado, que poderia proporcionar uma dieta mais rica e variada. Em vez disso, dedicavam suas terras quase que exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar, buscando os grandes lucros auferidos no mercado externo. Assim, aqueles que eram os homens mais poderosos da terra estavam reduzidos, eles e suas famílias, a um cardápio em tudo semelhante ao dos homens livres pobres e mesmo dos escravos: farinha, feijão, alguma carne seca quando havia¹⁹. De fato, Gilberto Freyre afirma que os negros trazidos da África podiam, muitas vezes, se servir de uma alimentação de melhor qualidade que a dos seus senhores. Assim na senzala como na casa-grande, comiam-se feijões de vários tipos e milho também, além de batata-doce e o que se colhia das árvores da região, carne e gordura praticamente inexistentes. Sal e açúcar ainda apareciam na mesa

18 – CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

19 – SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, Feijão e Carne-Seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2016.

colonial e patriarcal, bem como doces e compotas de frutas da terra, para consumo próprio e melhor apresentados quando oferecidos às visitas²⁰.

Assim, senhores e escravos eram quase nivelados em sua alimentação, com um item que era essencial tanto a uns quanto a outros: a mandioca. Era ela quem sustentava as populações que iam se formando desde os primeiros momentos da Colônia, o conhecimento adquirido junto aos indígenas permitindo que os portugueses dela vivessem também. Com ela se obtinha a “farinha de pau” que forrava os estômagos do povo das capitanias, principalmente no Nordeste, e sua falta era a causa de fomes avassaladoras, para os mais pobres e, não raro, mesmo entre os abastados. Eram estes os grandes latifundiários, que dedicavam suas terras quase que exclusivamente às monoculturas de exportação, a cana-de-açúcar espalhando-se por toda a região, principalmente na Paraíba e em Pernambuco, e o cacau na Bahia. Alimentos que serviam para dar sabor à vida, mas não para sustentá-la, embora alcançassem altos preços no mercado, principalmente o externo, para onde se escoava quase toda a produção. A teimosia desses grandes proprietários em plantar apenas o que lhes enchia as bolsas, mas não as barrigas, acarretava crises de abastecimento e chegava a exigir a intervenção da Coroa portuguesa, obrigando o cultivo da mandioca nesses latifúndios. Antes da chegada dos europeus e por toda a história colonial brasileira – e mesmo depois dela –, essa raiz foi o alimento básico da gente da terra, sua escassez pressagiando fome, sua presença sinalizando fartura²¹.

Terra de fábulas (gastronômicas)

Dentre as muitas histórias sobre a mandioca, reunidas nas tradições orais de diversas populações nativas do Brasil, talvez a mais interessante seja aquela que relata a origem da agricultura entre os Teneteharas, também conhecidos como Guajajaras. Para eles, existiu um período de far-

20 – FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2006.

21 – RODRIGUES, Jaime. “De farinha bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 37, n° 75, 2017.

tura sobrenatural em um passado longínquo, quando o herói Maíra caminhava pela terra, depois de haver apresentado a saborosa raiz ao seu povo. Plantada, podia magicamente ser colhida no dia seguinte e em abundância, praticamente sem exigir qualquer esforço dos Teneteharas. Estes precisavam apenas observar enquanto o machado e o facão trabalhavam por conta própria, operados por mãos invisíveis, enquanto as varas de mandioca caminhavam para os roçados, sem que ninguém as precisasse levar. E assim teria permanecido por toda a eternidade, os homens caçando e as mulheres trazendo o alimento para casa, até que a esposa de Maíra adoeceu. O herói prontamente arrumou outra, mais jovem, mas que acabou incorrendo em sua ira, ao duvidar que a mandioca plantada de véspera pudesse ser colhida já no dia seguinte. Irritado com a desconfiança, Maíra abandonaria os Teneteharas, antes disso quebrando o encanto de fartura que pairava sobre a terra. A partir de então, seria preciso cultivar o solo com esforço e esperar meses até que o inverno chegasse ao fim para que a mandioca finalmente pudesse ser colhida²². Por muito tempo, foi esta a imagem que o resto do mundo guardou do Brasil, de uma exuberância exótica e mesmo de uma fartura impossível, verdadeiramente utópica. Como se obter o alimento cotidiano fosse, para os brasileiros e mesmo para os primeiros habitantes da terra, uma questão simples, de sobrenatural facilidade.

Uma das maiores pesquisadoras dos problemas de abastecimento no Brasil é Maria Yedda Linhares, que no seu “História do Abastecimento” se debruça sobre a escassez alimentar no país no período colonial. Entre as principais causas dessa falta de víveres estavam as naturais, como secas e pragas; mas também a concorrência desleal entre a agricultura de subsistência e aquela voltada ao mercado internacional e, em menor escala, o inter-regional. Havia ainda a questão do surgimento de mercados novos e atrativos, o que por vezes levava os agricultores a retirar seus produtos do comércio local e levá-los a outros, mais rentáveis, privando localidades de certos gêneros. Finalmente, muitas vezes os pequenos la-

22 – SILVA, Paula Pinto e. Farinha, *Feijão e Carne-Seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2016.

vradores se recusavam a plantar para além das necessidades familiares, considerando que simplesmente não valia a pena vender seus excedentes: havia uma rede de leis, impostos, custo de transporte, intermediários, licenças para venda e burocracia estatal que, na prática, inviabilizava esse tipo de comércio. Apesar de todas essas dificuldades, Linhares esclarece que eram comuns os relatos e depoimentos de europeus que visitavam o Brasil e se maravilhavam com sua aparente e inesgotável fartura. Um ideário que tinha mais a ver com uma visão de exotismo e fantasia atrelada ao Novo Mundo do que aos fatos²³.

Não faltariam, está claro, tentativas nacionais de compreender, definir e explicar o Brasil, nação que ia sendo construída em um processo não apenas diferente do que ocorria no hemisfério norte, na Europa e nos Estados Unidos, mas essencialmente apartado das experiências da América hispânica. Criavam-se mitos formadores para o país, como a Restauração Pernambucana e a expulsão dos holandeses do Nordeste no século XVII; ou a Inconfidência Mineira e sua malfada conspiração no XVIII. No século XIX, o romantismo se encarregava, pela literatura, em consolidar a ideia de estado-nação, com os artistas da terra assumindo a responsabilidade pela defesa de um nacionalismo tupiniquim em construções estéticas e simbólicas diversas. Por um lado, os indígenas eram europeizados, emblemas greco-romanos de cores tropicais. Por outro, o imperador D. Pedro I se vestia de papos de tucano e folhas de bananeira estilizadas²⁴. E com o pincel da imaginação, pintava-se o quadro de uma mágica terra tropical, de infinita abundância, ideia que Gilberto Freyre se preocuparia em refutar ao discutir a formação do Nordeste e seu povo. “País de Cocagne cousa nenhuma: terra de alimentação incerta e vida difícil foi o Brasil dos três séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando ao grosso da população

23 – LINHARES, Maria Yedda. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

24 – LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Revista Estudos Avançados*, 22 (62), 2008.

o suprimento de víveres”²⁵. Essa terra de fábulas citada pelo sociólogo pernambucano se formaria no imaginário da Europa medieval nos idos do século XII. E se popularizaria em relatos orais como o *Fabilau de Cocagne*, surgido na França no século seguinte.

Nele e em outras narrativas surgidas posteriormente e em outros países europeus, descreve-se um lugar paradisíaco, mas que ultrapassa os limites da liturgia cristã. E todas essas versões reuniam os elementos principais da obra, ou seja, ideias de liberdade, ociosidade, juventude e, principalmente, abundância. A Cocanha, como grafada pelos portugueses, representava assim o oposto do meio social onde surgiu, a dura vida medieval de pestes arrasadoras, vidas curtas, costumes rígidos, liberdades vigiadas e escassez alimentar. Lá, as cercas eram feitas de salsichas e os telhados de toucinho; chovia pudim, canecas mágicas se enchiam por conta própria em rios de vinho e as aves já voavam assadas diretamente para as bocas dos seus habitantes. Uma fartura alimentar absurda que não exigia qualquer esforço por parte dos seus habitantes. Assim, não era preciso trabalhar para se esbaldar com as comidas e bebidas daquela terra fantástica, que recompensava a todos igualmente. E dessa forma, a fartura de Cocanha derrubava os muros que separava a sociedade em classes, uns com mais, outros com menos²⁶.

Um ideal tão poderoso que atravessaria os séculos e o Oceano Atlântico para aportar no Nordeste brasileiro, o mesmo onde a história de Maíra havia sido contada e recontada através de gerações de Teneteharas, Tupinambás e outros povos do tronco linguístico tupi-guarani. Em 1947, o violeiro, cantador, poeta, repentista e cordelista paraibano Manuel Camilo dos Santos lançaria o folheto “Viagem a São Saruê”. Nele, falaria de uma terra mítica, análoga à Cocanha europeia e contrária à realidade do sertanejo nordestino, onde o progresso econômico não chegava e onde a seca e a fome ainda ceifavam vidas aos milhares. Em São Saruê, os tijo-

25 – FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2006, pág. 38.

26 – FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

los das casas eram feitos de cristal e marfim, as telhas de ouro, as portas de prata e as fechaduras de rubi. Havia, portanto, riquezas materiais, de valor puramente estético naquele lugar onde nada se vendia e nada se comprava e onde também não havia nem pobres nem ricos. E todos podiam se refestelar nos atoleiros de coalhada e açudes de vinho do Porto, nadar em lagoas de mel de abelhas e escalar montes de carne guisada. As pedras eram uma mistura de queijo coalho e rapadura, o feijão já brotava cozinhado, o arroz despolpado e até os perus, sem precisar comer, andavam sempre cevados. E não espanta que São Saruê fosse ainda lugar de moças formosas, velhos que rejuvenesciam e gente alegre e pacífica, obediente à igreja e temente a Deus²⁷.

Não deixa de ser irônico que a liturgia cristã tenha, ao longo dos séculos, pregado o contrário da abundância alimentar como um caminho para os fiéis se aproximarem de Deus. O jejum era e ainda é praticado pelo catolicismo, não apenas em oposição ao pecado capital da gula, mas como uma forma de autodisciplina e purificação, objetivos perseguidos também por budistas, hindus, muçulmanos, judeus e mórmons. Jejua-se de diversas formas, apartando-se de objetos de origem animal e de relações sexuais; da carne propriamente dita ou de qualquer tipo de alimento e bebida, por horas ou dias a fio. Aos cristãos, contudo, restava a promessa de uma vida após a morte que era não apenas eterna, mas farta. Para Agostinho de Hipona, o jejum afastava o fiel das coisas terrenas e o aproximava do divino, tornando-lhe a alma leve e libertando-a para seguir rumo ao céu. Se a carne e seus prazeres inclinavam o cristão para o chão, a mente devia se voltar para o alto, aliviando o peso do espírito e permitindo seu voo ao paraíso. Era lá que, segundo o historiador e filósofo Paolo Rossi, estaria aguardando a verdadeira abundância para aqueles que tinham fé²⁸.

27 – MARQUES, Francisco Cláudio Alves. *O País de São Saruê: um correlato da Cocanha medieval no Sertão nordestino*. Catalão, II Sinael – Simpósio Nacional de Letras e Linguística – I Simpósio Internacional de Letras e Linguística, UFG, 2014.

28 – ROSSI, Paolo. *Comer: necessidade, desejo, obsessão*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

O pão dos anjos é Deus; no céu nada falta, ali há abundância e saciedade eternas. Aqui, os espíritos racionais enchem de Deus suas mentes. Na Terra, as almas vestidas com um corpo terreno enchem seus ventres com os frutos da terra. O nosso alimento nos falta no mesmo instante em que nos restaura, diminui à medida que nos sacia. O alimento celeste, ao contrário, mantém-se íntegro mesmo quando nos sacia. Quem se curva sobre a terra, em busca de alimento e de um prazer ligado apenas à carne, pode ser comparado aos animais²⁹.

As reflexões teológicas de Santo Agostinho talvez respondessem bem aos anseios do campesinato miserável da Alta Idade Média, sofrendo privações em vida para colher recompensas no além. Mas a gente do Nordeste brasileiro sonhava com um pão menos metafísico e mais literal, desejosos não apenas de um céu cujo alimento era o amor divino, mas também um país de farturas terrenas. Não é difícil imaginar como a bonança da Cocanha europeia mexesse com a imaginação e com as esperanças do povo do Sertão, terra dura, mas repleta de esperanças de um amanhã melhor. Mas essa fartura impossível, abrasileirada na São Saruê de Manuel dos Santos, não foi apenas lida e declamada nos cordéis de feiras do interior. Foi também, de certa forma, cantada na voz daquele que é, mesmo nos dias de hoje, considerado o maior menestrel do Nordeste, o pernambucano Luiz Gonzaga. Na década de 1960, o Rei do Baião lançou a música “Lifome Instravagante”, composta por Raimundo Grangeiro, sobre um vestuário absurdo, composto de comidas típicas do São João. O traje pantagruélico era uma mistura de paródia de matuto e crítica social, de uma elegância gastronômica que, ao avesso, trazia à tona aquele que talvez fosse o medo maior do sertanejo pobre: a besta-fera da fome. Na canção de Gonzaga, a fartura que já era típica na festa são-joanina vestia o sanfoneiro dos pés à cabeça, formando um apetitoso e extravagante uniforme.

Mandei fazer um liforme
Como toda a preparação
Para botar no arraiaá
Na noite de São João

29 – *Idem*, págs. 36 e 37.

Chapéu de arroz doce
Forrado com tapioca
As fitas de alfinim
E as fivelas de paçoca
A camisa de nata
E os botões de pipoca
A ceroula de soro
E as calça de coalhada
O cinturão de manteiga
E o buquê de carne assada
Sapato de pirão
E a zenfilhon de cocada

As meias de angu
Presilhas de amendoim
Charuto de biscoito
E os anelões de bolim
Os óculos de ovos fritos
E as luvas de toucin

O colete de banana
E a gravata de tripa
O paletó de ensopado
E o lenço de canjica
Carteira de pamonha
E a bengala de linguiça

Vai ser um grande sucesso
No baile da prefeitura
A pulseira de queijo
E o relógio de rapadura
Quem tem um liforme deste
Pode contar com fartura³⁰

Fartura da mesa patriarcal

Havia mesmo fartura, embora certamente não para todos. O Nordeste brasileiro se notabilizou por ela em sua mesa, mas entre as camadas mais abastadas da sociedade local. Principalmente durante o Império, os se-

30 – GONZAGA, Luiz. “Vozes da Seca”. Por Raimundo Grangero. *Pisa no Pilão (Festa do Milho)*. RCA Victor, 1963.

nhores de engenho da Paraíba, Bahia e, principalmente, Pernambuco, construíram uma cozinha própria. Farta, como o açúcar que havia feito a riqueza de Portugal e de um punhado de famílias no Brasil, em terras a se perder de vista e trabalhadas por mãos negras. Relatos de cronistas estrangeiros de fins de século XVIII e início do XIX já dão conta dessa preocupação da aristocracia rural nordestina em – se não cotidianamente, ao menos quando recebiam visitas – levar à mesa o que havia de melhor. De melhor e de muito, de tal forma que espantavam seus hóspedes, fosse o francês Tollenare, o inglês Koster ou algum aventureiro anônimo que cismava em se embrenhar pelos sertões brasileiros, dessa forma criando, reforçando e propagando histórias e mitos de abundância local.

Lá, testemunhavam também a generosidade desinteressada do sertanejo inculto, desconfiado do estrangeiros brancarrões que insistiam em pagar por aquilo que o povo oferecia de graça. Era uma gente miserável que morava em casebres de um só cômodo, atulhados de crianças ossudas, onde por vezes não se sabia de onde viria a próxima refeição. Mas que, quando um estrangeiro de fala esquisita batia à porta pedindo comida para si e para seu guia, arrumavam o que dar e com gosto. A única galinha, que punha os ovos que reforçavam o comer dos meninos, era oferecida ao visitante, e aí deste se insistisse em pagar. Ficava arriscado de ofender a honra daquela gente, a bem da verdade a única coisa que possuíam, isso e a peixeira que brilhava ameaçadora na cintura do sertanejo queimado de sol³¹. De lá, os estrangeiros se dirigiam às casas-grandes, que eram grandes mesmo, como navios ancorados em um mar de cana-de-açúcar. Cartas de recomendação à mão, eram regalados com banquetes desproporcionais, eles mesmos e até seus empregados, dois ou três homens aos quais se servia comida para um batalhão. O visitante que se achegava, cansado e empoeirado que estava após passar o dia na estrada, se via impedido de descansar. Era antes chamado à mesa do senhor, não importando se era dia, noite ou madrugada, qual súdito ao qual se franqueava audiência, e lá vinham pratos que não acabavam mais. Ao

31 – TOLLENARE, L. F. *Notas Dominicais: tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818*. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

hóspede, restava comer e se maravilhar com aquela absurda mesa, de galinhas, perus e leitões recém-abatidos, de tal variedade de bolos que seria impossível lembrar os nomes de todos, de doces feitos pelas mãos da própria sinhá³².

Se comia muito na mesa patriarcal e hospitaleira do Nordeste oitocentista, mas também se bebia. Havia a cachaça, é claro, bebida socialmente volúvel, ora emitindo signos de patriotismo exacerbado, ora apresentando-se como o vício de negros – escravizados ou não – e brancos empobrecidos. Para os visitantes, portanto, o melhor era servir vinho, bom vinho português, trazido em pipas nos porões de navios que cruzavam o Atlântico. E a toalha branca da mesa repleta de iguarias manchava-se de tinto, de um excesso de bebida que possuía mais de exibição do que apreciação. Não havia barril fora de limites na adega do anfitrião, no interior ou já em alguns sobrados citadinos de meados do século 19. Era a “mania de hospitalidade” descrita por Gilberto Freyre, do prazer sincero de receber, mas também de ostentar, uma forma de demonstrar poder e riqueza entre as famílias nobres do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Era neste último que os senhores de engenho mais se notabilizavam pela opulência de suas cozinhas e despensas, onde o vinho corria solto por puro luxo, embebedando anfitriões e convidados em igual medida³³.

Do Império à República: a abundância do banquete político

O final do século XIX e início do seguinte trariam a abolição da escravatura e a declaração da república no Brasil, eventos que acarretariam profundas transformações econômicas e sociais. Por um lado, difundia-se o regime de produção capitalista, com o aumento da industrialização e comércio baseados no trabalho assalariado, além de um movimento migratório cada vez maior do campo às cidades. Havia então um enorme contingente de negros e pardos que, com o fim dos trabalhos forçados,

32 – KOSTER, Henry. *Viagens aos Nordeste do Brasil*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2003.

33 – FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2006.

era deixado à míngua pelos antigos senhores e pelo Estado também. Movimentos como os do Quebra-Quilos, entre 1850 e 1900, e revoltas como a de Ibicaba, relacionados ao preço de gêneros alimentícios, os pesos e medidas utilizados nesse tipo de comércio e os juros a ele associados, escancaravam os problemas do acesso ao alimento no país. Também a partir da metade do século XIX passaram a surgir as grandes epidemias, como as da febre amarela e da cólera, causando problemas de distribuição, interrupções ao comércio de alimentos, escassez e carestia³⁴. Problemas que atormentavam os mais pobres e, portanto, mais vulneráveis à menor circulação de produtos e altas de preços, situação bem diferente da que ocorria com as elites locais.

Havia uma aristocracia rural, naturalmente, quase sempre aristocrática apenas em poder político e econômico, encerrada em casas-grandes de latifúndios que pareciam não ter fim, entre a Zona da Mata e o Sertão. Também nos sobrados das capitais, onde se mandava menos que no interior, mas onde os sobrenomes eram da mesma forma antigos e poderosos, se não propriamente nobres. Mas pela maior parte do século XIX o Brasil havia sido um império, governado por um monarca que era membro legítimo de uma família real. A chegada da corte portuguesa em 1808, fuga de Lisboa e com as tropas napoleônicas em seus calcanhares, faria do Rio de Janeiro a nova capital do país. E traria também aos brasileiros as refeições imperiais, tão afrancesados quanto a própria corte que as frequentava. Os grandes eventos eram poucos, verdade, posto que D. Pedro II primava pela janta íntima com sua família, seguido por um baile protocolar e alguns minutos de conversa morna nos sofás dos palácios³⁵.

Mas os banquetes oficiais aconteciam, especialmente entre a nobreza menor, mais removida da sisudez do imperador, quando podia mostrar o quão elegante e francesa – uma redundância, realmente – sabia ser. O baile da Ilha Fiscal, no apagar das luzes do Segundo Reinado, foi de

34 – BONFIM, J. B. B. O discurso da mídia sobre a fome. *Dissertação de Mestrado*. Brasília: UnB, 2000.

35 – CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2004.

uma abundância culinária até então inaudita. Os criados se contavam às centenas, os convidados aos milhares, e a quantidade de comida e bebida servida foi verdadeiramente assombrosa. Um holocausto de pavões, perus, galinhas, frangos e peixes, acompanhados por fiambres, sanduíches, maioneses, línguas, cabeças de porco recheadas e doces de todos os tipos. E ainda uma enxurrada de champanhe, vinho, cerveja, licores, águas gasosas, minerais e sorvetes para ajudar aquilo tudo a descer, enquanto os convivas dançavam madrugada adentro e o Império do Brasil desabava ao seu redor³⁶.

O final do século XIX e início do seguinte trariam uma jovem República, a permanência de antigos problemas e o surgimento de alguns novos também. Trabalhadores no campo e, principalmente, operários nas cidades mais industrializadas do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, se organizavam politicamente, protestando contra relações trabalhistas precárias e condições de vida miseráveis. A Primeira Guerra Mundial e, junto a ela, o surto de Gripe Espanhola em 1918, ceifariam milhões de vidas por todo o planeta, dificultando a distribuição de bens e o transporte de víveres no âmbito internacional e doméstico também. O Brasil, relativamente afastado do conflito, viu um aumento na balança de exportação de alimentos aos países diretamente engajados na conflagração, principalmente na Europa. Isso ocorria, como se poderia imaginar, em função dos maiores lucros obtidos e em detrimento da fome experimentada pelos próprios brasileiros em solo pátrio. A partir de 1920, a situação do comércio internacional já se normalizava, com os gêneros do Brasil sofrendo forte concorrência de outros países, como os Estados Unidos e nações de uma Europa em acelerada recuperação³⁷. Enquanto isso, surgia uma classe política na ainda recente república tupiniquim que não partilhava da timidez do antigo imperador.

36 – *Idem*.

37 – GUEDES, Ana Emília; ROCHA, Paulo de Medeiros. *O espectro da fome no Brasil*. 2006. Da Vinci – textos acadêmicos. Disponível em www.ufrn.br, acesso em dezembro de 2006.

Prefeitos, presidentes de província e demais autoridades executivas, no interior e nas capitais, faziam questão de se legitimar publicamente naquele novo regime democrático. Técnicas de impressão e reprodução mais modernas traziam jornais repletos de fotografias de políticos se banquetando – às custas dos contribuintes, é claro. Ao povo restava observar as imagens, tentando imaginar as cores desaparecidas no papel, talvez adivinhar o cheiro e o sabor das comidas e bebidas servidas. E listadas também, surgindo no banquete em ordem hierárquica, para culminar no espocar do champanhe que era o sinal para o discurso, onde se agradeciam os apoios, costuravam-se alianças e se prometia de tudo e mais um pouco. Eram almoços e, principalmente, jantares à francesa, em sua lógica e no que era servido, embora o final da década de 1920 visse um recuo nos estrangeirismos culinários. A cozinha brasileira, a antiga cozinha colonial, interiorana, caipira, matuta, generosa, grosseira, gorda e vasta não precisava mais ser expulsa dos cardápios ou se ocultar sob alcunhas em francês. Os modernistas de São Paulo e os regionalistas de Pernambuco traziam o Brasil e o seu povo para o centro do debate, incluindo-se aí o que se comia e o que se bebia³⁸.

Uma *comfort food* tupiniquim?

Uma ementa alimentar, para se utilizar um termo caro ao folclorista Câmara Cascudo, que se baseava – e, em grande parte, ainda se baseia – na simplicidade do feijão com arroz. Uma combinação encontrada e amada em praticamente todo o território nacional, geralmente adubada com um tanto de farinha de mandioca e acompanhada por um pedaço de carne³⁹. Em suma, o afamado prato feito, reconhecido pela maioria dos brasileiros, servido em restaurantes, botequins e lanchonetes ou em barracas no meio da rua, pesando nas marmitas dos trabalhadores na hora do almoço. Nele, a proteína pode até variar nos dias de hoje, não mais apenas em forma de charque, mas também grossos bifes assados ou uma galinha guisada com bastante molho para render, a carne sempre ocupando lugar

38 – TOSCANO, Frederico de Oliveira. *À Francesa: a belle époque do comer e do beber no Recife*. Recife: CEPE, 2014.

39 – SILVA, Paula Pinto e. *Farinha, Feijão e Carne-Seca: um tripé culinário no Brasil colonial*. São Paulo: Editora Senac, 2016.

de honra em país tão carnívoro. E os outros vértices desse tripé culinário básico continuam lá, feijão e arroz ombro a ombro, arrumados com esmero nas quentinhas dos “bóia-frias”, os trabalhadores braçais sem acesso a uma refeição quente. Montados em robustas pirâmides nos pratos para os que ganham a vida pegando no pesado, necessitados e desejosos de sustância. Daí vem a mistura, a farinha de mandioca atuando para formar uma argamassa com os caldos e molhos, fazendo a comida parecer ainda mais farta do que já é⁴⁰.

Essa mistura vem, até certo ponto, definindo o povo que a consome e vem consumindo há séculos, como se descobriu – ou melhor dizendo, se confirmou – entre as décadas de 1950 e 1960. Uma das primeiras tentativas de se buscar compreender os hábitos alimentares brasileiros e nordestinos de forma abrangente e científica, pelo uso de pesquisas, questionários e estatísticas, foi o relatório “Problemas do Abastecimento Alimentar do Recife”. Promovido pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e com apoio do Ministério da Educação e Cultura, foi lançado em forma de livro em 1962, no auge da busca de soluções para o “problema do Nordeste”, em particular a fome que grassava a região. Nele, o jornalista, ensaísta, poeta e pesquisador pernambucano Mauro Mota explica, de forma didática, a importância do comer e do beber na formação de uma nação.

Ninguém vai cometer o ridículo de considerar a alimentação um problema só, rudimentar, de gastronomia (sem que se desdenhem a arte de cozinhar e o gosto), ou mercantil, de suprimentos. O problema tem implicações pré-históricas (sambaquis), históricas, sociológicas, econômicas, psicológicas. Está fora de controvérsia a influência dos padrões alimentares na classificação cultural dos grupos humanos. Certas iguarias fizeram-se características nacionais. Há povos consumidores de vinho, leite ou chá; de trigo, de arroz, de milho; de feijão, charque e farinha de mandioca. Povos que se classificam culturalmente através de suas dietas. A ponto de substituírem o com quem andas do provérbio: dize-me o que comes e eu te direi quem és⁴¹.

40 – LODY, Raul. *Brasil Bom de Boca: temas da antropologia da alimentação*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

41 – FERNANDES, Antônio Gonçalves et al. *Problemas do Abastecimento Alimentar no Recife*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1962, p. 41.

E essa dieta citada por Mota, de um povo consumidor de feijão, charque e farinha de mandioca, descomplicada, abrangente e acessível como só ela, também emitiria seus signos de abundância, de plenitude e satisfação ao se raspar o prato. De sustância, afinal. Uma *comfort food* tupiniquim, talvez, sujo sabor, aroma e, principalmente, cuja sensação de fartura são capazes de levar os brasileiros a confirmarem suas raízes, mas não só isso. É uma comida que também evoca um sentido de ancestralidade, através de uma culinária simples, é verdade, mas capaz de saciar a fome de muitas barrigas, mesmo que ronquem nas casas mais pobres. Um sentimento de nostalgia e pertencimento causado pela plenitude alimentar, e capaz de unir brasileiros de diferentes regiões, etnias e classes sociais.⁴² E, dessa forma, demonstrando que o conceito de fartura alimentar, dentro de suas histórias e mitologias próprias, pode ser mais elástico do que se imagina, servindo assim como campo de estudos válido para os que pesquisam o comer e o beber de brasileiros e de nordestinos.

Considerações finais

A história do Brasil e de sua região Nordeste foi marcada, dos tempos de Colônia, através do Império e até o século XX, por histórias e mitos de escassez, mas também de abundância alimentar. Uma fartura por vezes sobrenatural, esperançosa para os que dela não participavam, hospitaleira entre as elites do açúcar e do cacau em estados como Pernambuco, Paraíba e Bahia. Compreender que existiu e existe uma fartura nordestina é um passo importante no sentido de quebrar antigos e ultrapassados estereótipos relacionados à região. Para além disso, pode se mostrar um campo fértil e vasto para os estudos históricos voltados à alimentação, dessa forma rendendo desenvolvimentos e pesquisas no futuro.

Texto apresentado em julho de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

42 – *Idem*.

PARA ALÉM DO CORPO E DA MENTE: LAZER DO TRABALHADOR SINDICALIZADO NAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA NA ILHA DAS FLORES NAS DÉCADAS DE 1940 E 1950

BEYOND BODY AND MIND: LEISURE OF TRADE UNION WORKERS IN ACTIVITIES OF THE WORKERS' RECREATION SERVICE ON ILHA DAS FLORES IN THE 1940S AND 1950S

VICTOR DA COSTA SANTOS¹

Resumo:

Sede de uma hospedaria de imigrantes entre 1883 e 1966, a Ilha das Flores também foi utilizada pra outros fins durante esse período. Além de ter sido utilizada como presídio nas duas Grandes Guerras Mundiais, o lugar destinado a recepção da mão de obra imigrante foi utilizado para a promoção do lazer dos trabalhadores sindicalizados nas décadas de 1940 e 1950. As atividades promovidas pelo Serviço de Recreação Operária ocorreram na Ilha em um período em que a administração da Hospedaria encontrava-se sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho. Nesse sentido, tais ações representariam uma das facetas da ideologia trabalhista de Vargas que ainda carece de ser estudada: o lazer como uma política pública.

Palavras-chave: Governo Vargas; Serviço de Recreação Operária; lazer; Hospedaria da Ilha das Flores.

Abstract:

Home to an immigrant guesthouse between 1883 and 1966, the island Ilha das Flores served other purposes during this period. Besides being used as a prison during both Great Wars, the area on the island reserved for receiving immigrants was also used for promoting the leisure of trade union workers between the 1940s and 1950s. The activities held by the Workers' Recreation Service took place on the island at a time when the guesthouse was under the administration of the Ministry of Labor. Seen from this angle, such activities would represent one of the facets of Vargas' labor ideology that has yet to be studied, namely treating leisure as a public asset.

Keywords: Vargas Government; Workers' Recreation Service; leisure; guesthouse on the island Ilha das Flores.

O que outrora fora uma ilha, o espaço hoje localizado no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, foi sede da primeira hospedaria de imigrantes criada e mantida exclusivamente pelo Governo Imperial brasileiro². A história desta hospedaria, bem como do local da

1 – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz. Rua João José Ramos, 35/24738804 – São Gonçalo – RJ – Brasil. E-mail: victorhistoria7@gmail.com.

2 – A Ilha das Flores, possivelmente ficou assim conhecida por pertencer em inícios do século XIX à Delfina Felicidade do Nascimento Flores, sendo antes disso denominada Ilha de Santo Antônio, como se pode ver em mapas do período. Antes de pertencer ao

Ilha das Flores, vem sendo objeto de estudo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF)³. Ao investir em tal objeto, tais estudos, que propiciaram a inauguração, em 2012, do Circuito a Céu Aberto do Museu da Imigração da Ilha das Flores, também permitiram entrar em contato com outros usos que a Hospedaria teve ao longo de seu funcionamento.

Criada em 1883, no contexto de transição da mão de obra escrava para a livre e assalariada, a Hospedaria da Ilha das Flores exerceu importante função receptora no período da “Grande Imigração” (1880-1914)⁴ e

Governo Imperial brasileiro, a Ilha pertenceu a Maria do Leo Antunes, de 1834 a 1857, e ao senador José Ignácio Silveira da Motta, de 1857 a 1883, quando as negociações para a venda da Ilha, iniciadas em 1878 pelo senador e pelo Governo Imperial, através da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, foram concluídas. Atualmente o espaço é de propriedade da Marinha do Brasil e abriga a Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, não se constituindo mais como uma ilha. As obras de construção da rodovia Niterói-Manilha, trecho da BR-101, na década de 1980, promoveram uma série de aterramentos no local ligando a ilha ao continente. *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de histórias. In: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério Soares de (orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaios de histórias gonçalenses*. 1ª ed. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2013, v. 1, p. 25-46.

3 – Criado em 2010, o Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores é um grupo de pesquisa que está vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (campus São Gonçalo). É responsável pelas pesquisas sobre migração, com ênfase nos dispositivos de recepção e acolhimento de (i)migrantes no Brasil; pela parte acadêmica do Museu da Imigração da Ilha das Flores; e pelo treinamento dos estudantes da UERJ e dos fuzileiros navais para mediação guiada neste mesmo Museu, inaugurado em 2012 em parceria com o Comando da Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. *Apud* <https://www.hospedariailhadasmflores.com.br/hist%C3%B3rico> Acesso em 14 de outubro de 2020.

4 – De acordo com Hobsbawm, na segunda metade do século XIX, teve início “a maior migração dos povos na História”. HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 5ª ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 207. Segundo Klein, estima-se que durante o período de 1880 a 1915 cerca de 31 milhões de europeus se deslocaram pelo continente a fim de alcançar um dos portos que permitissem o embarque num vapor rumo as América. Klein ainda informa que, entre 1880 e 1915, o Brasil e a Argentina receberam 2,9 e 4,2 milhões de imigrantes, respectivamente, ficando atrás apenas dos Estados Unidos que, neste mesmo período, registrou a entrada de mais 21 milhões de

também mais tarde, no período do entreguerras e do pós-Segunda Guerra Mundial, quando o perfil dos hóspedes passou a ser o do refugiado⁵.

Subordinada inicialmente à Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão do Ministério da Agricultura criado em 1876 para tratar dos assuntos referentes à imigração e colonização, a Hospedaria também esteve a cargo de outros órgãos até 1966, ano de sua extinção⁶.

Assim como a Hospedaria de Imigrantes do Brás, em São Paulo, a Hospedaria da Ilha das Flores foi utilizada como presídio militar em algumas ocasiões. Em 1917, com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, a Ilha foi transferida para o Ministério da Marinha pela primeira vez, o que voltaria a ocorrer durante a Segunda Guerra Mundial⁷. Já na década de 1930, a Ilha exerceu tal função por mais duas ocasiões. Primeiramente em 1932, durante a Revolução Constitucionalista ocorrida em São Paulo, quando prisioneiros estiveram por ali entre agosto

imigrantes. Cf. KLEIN, Herbert. "Migração Internacional na história das Américas". In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 25.

5 – *Apud* MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2017.

6 – Após o encerramento das atividades da Hospedaria em 1966, suas instalações foram utilizadas para a instalação do CENATRE (Centro Nacional de Treinamento), subordinado ao Departamento de Cooperativismo e Extensão Rural do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário). Em 1968, a Ilha passou a ser propriedade da Marinha do Brasil e hoje abriga a Tropa de Reforço dos Fuzileiros Navais, com seus respectivos Batalhões. *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de histórias. In: FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério Soares de (orgs.). *São Gonçalo em perspectiva. Ensaio de histórias gonçalenses*. 1ª ed. São Gonçalo: UERJ/FFP, 2013, v. 1, p. 25-46.

7 – *Apud* REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; SILVA, Henrique Mendonça. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores: história e memória. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda de; SOUSA, Fernando de (orgs.). *De colonos a imigrantes: i(e)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 367-382.

e outubro daquele ano e a Ilha ficou sob a jurisdição da Polícia Militar do Distrito Federal. E depois em 1935, quando a ilha voltou a ser usada como presídio para alguns prisioneiros da Revolta Comunista⁸.

No contexto abordado pelo presente trabalho, a Hospedaria encontrava-se sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que fora criado em 26 de novembro de 1930 e organizado em 4 de fevereiro de 1931⁹. E assim permaneceu entre os anos de 1931 e 1954, sendo gerida inicialmente pelo Departamento Nacional de Povoamento, que em 1938 foi substituído pelo Departamento Nacional de Imigração, que ficou responsável pela manutenção da Hospedaria até 1954, quando o serviço retornou à jurisdição do Ministério da Agricultura, ficando a cargo do Instituto Nacional de Imigração e Colonização- INIC-, até o ano de sua extinção, em 1966.

Dentro desse relevante contexto da história do Brasil, o MTIC criou o Serviço de Recreação Operária em 6 de dezembro de 1943¹⁰.

Para compreender esse período que alçou a questão trabalhista a uma posição não vista antes, o conceito de trabalhismo proposto por Ângela de Castro Gomes é de significativa relevância. Neste conceito, a autora subverteu a noção de submissão total da classe trabalhadora ao Estado a fim de pensar a ideia da construção de um pacto social¹¹. E corroborando com essa descaracterização dos trabalhadores como vítimas, também pode-se acrescentar a contribuição de Jorge Ferreira ao focar nas estratégias

8 – *Ibidem*.

9 – *Apud* BRASIL. Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 2/12/1930, Página 21604. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19433-26-novembro-1930-517354-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018; BRASIL. Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 7/2/1931, Página 1875. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19667-4-fevereiro-1931-503116-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

10 – *Apud* BRASIL. Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943. *Diário Oficial da União*, nº 18038, de 8 de dezembro de 1943, seção 1, p. 38. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2568568/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-1943> Acesso em 28 de novembro de 2018.

11 – GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

de recodificação e apropriação do discurso varguista pelos trabalhadores, explorando o caráter de aceitação em detrimento do caráter conformista dos mesmos perante o Estado Novo¹².

Ou seja, em um cenário circunscrito pelo pós-crise econômica mundial, o Governo Vargas buscou soluções para reduzir a crise econômica e amenizar as relações entre empregadores e empregados, interferindo significativamente no conflito entre capital e trabalho.

Possuindo como uma de suas características a afirmação das legislações trabalhista e previdenciária, sobretudo com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943¹³, o Governo Vargas promoveu a criação de sindicatos controlados pelo Estado, a criação do salário mínimo e a criação de políticas de boa higiene e alimentação balanceada, essas últimas, expressas, por exemplo, na criação do Serviço Central de Alimentação (SCA) em 1939, que, após um ano seria absorvido pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)¹⁴.

Criado em 5 de agosto de 1940, o SAPS tinha como proposta inicial “promover a melhoria das condições nutricionais da classe trabalhadora.”¹⁵. De acordo com Ana Maria da Costa Evangelista, tal autarquia, com jurisdição nacional, que teve como unidade pioneira uma instalação no Rio de Janeiro, visava oferecer aos trabalhadores condições favoráveis e higiênicas de alimentação através da criação de restaurantes

12 – FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

13 – *Apud* BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 9/8/1943, Página 11937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

14 – *Apud* BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei 2.478, de 05 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legbras> Acesso em 14 de outubro de 2020.

15 – *Apud* EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. A gente quer arroz, feijão, livros e discos: o Serviço Nacional de Alimentação da Previdência Social/SAPS, (1940-1067). In: *II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social*, 2008, Juiz de Fora. Micro História e os caminhos da História Social. Juiz de Fora: Clío Edições, 2008. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a2.pdf> Acesso em 14 de outubro de 2020.

com alimentação saudável a preços populares, além de incentivar o acesso a discotecas, bibliotecas e cursos diversos¹⁶.

Ainda segundo a autora, o SAPS continuou recebendo investimentos dos governos democráticos nos anos seguintes até ser extinto em 1967 durante a ditadura militar. Todavia, durante os vinte e sete anos em que funcionou, o SAPS realizou importantes ações em vários estados do país, como por exemplo: a venda de cesta básica subsidiada aos trabalhadores; o oferecimento de merenda escolar para os filhos destes trabalhadores; o acesso à biblioteca, cinema, sala de música e outros cursos; e o investimento no campo técnico-científico, com a manutenção de laboratórios e biotérios focados em pesquisas sobre alimentos brasileiros contribuindo também para a formação de técnicos especializados¹⁷.

Com a proposta de assistência e educação alimentar, aliando atividades de lazer e aprimoramento cultural, o SAPS tornou-se um exemplo de carro-chefe para a política Internacional, principalmente para a América Latina e semeou as bases para se pensar em uma estrutura para além da alimentação saudável do trabalhador, ou seja, um órgão destinado exclusivamente para a recreação saudável dos trabalhadores brasileiros.

Nesse sentido, a criação do SRO deve ser pensada como mais uma das ações inseridas na ideologia trabalhista do Governo Vargas, em um cenário em que as instituições relacionadas a questão do trabalho se fortaleceram e intensificaram suas atividades.

Embora o SRO só tenha sido extinto em 1964¹⁸, as atividades promovidas por tal órgão na Ilha aconteceram entre as décadas de 1940 e 1950, o que, por sua vez, corrobora a preocupação do Governo Vargas com o

16 – *Apud* EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Arroz e feijão, discos e livros: história e memória do Serviço de Alimentação da Previdência Social, SAPS (1940-1967)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. 227p.

17 – *Ibidem*.

18 – *Apud* BRASIL Lei nº 4.589, de 11 de dezembro de 1964, *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 17/12/1964, Página 11559. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4589-11-dezembro-1964-368905-norma-pl.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

tempo livre do operariado brasileiro. Porém, esta preocupação não pode ser pensada exclusivamente como fruto do Governo Vargas.

A questão do controle do lazer do operário vinha desde o século XIX, cabendo, para a presente discussão, tão importante quanto à compreensão do termo lazer, a compreensão que se fazia do mesmo à época ou de diferentes termos que congregassem características semelhantes.

Victor Andrade de Melo apontou que os sentidos de se divertir existiam desde o final do século XIX.¹⁹ E ao focar na trajetória que o conceito realizou até ser conformado, tal autor chamou a atenção para “o que hoje chamamos de lazer é o que se tornou preponderante em função de condições históricas específicas”²⁰.

Derivada do francês medieval *leisour*, originário do francês antigo *leisir*, que significava “ser permitido”, que por sua vez vinha do latim *licere*, que significava “ser lícito”, a palavra *leisure* surgida no século XIV, com o sentido de “oportunidade de fazer algo”, possui nos acontecimentos do século XVIII as bases históricas que conformaram as características do conceito tal como concebido atualmente. As condições históricas explicitadas por Melo seriam:

[...] o desenvolvimento de um novo modelo econômico (que tem como um dos parâmetros centrais o modo de produção fabril), uma nova organização política (o fim do Absolutismo e a gestão da ideia de Estado-Nação), a melhor estruturação de um conjunto de posições acerca da vida em sociedade (decorrentes do Iluminismo e do Liberalismo) e a nova conformação de classes sociais (o crescimento do poder da burguesia e o surgimento da classe operária), configurando um momento histórico marcado pela ruptura com o passado²¹.

Também pensando nessas condições históricas, Edward Palmer Thompson analisou o lazer numa perspectiva cultural. Utilizando como objeto de estudo as atividades de diversão praticadas pelos trabalhado-

19 – MELO, Victor Andrade de. Sobre o conceito de lazer. *Sinais Sociais*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 23, p.15-36, setembro-dezembro 2013.

20 – *Ibidem*, p. 25.

21 – *Ibidem*, p. 25.

res ingleses a partir da Revolução Industrial no século XVIII, Thompson pensou o lazer como fruto de uma circularidade cultural, sendo um fenômeno em que dominantes e dominados expressariam formas de resistência e contra resistência culturais²².

Apesar dessas condições não terem ocorrido no Brasil como ocorreram na Europa, tampouco o termo lazer ter sido utilizado até as primeiras décadas do século XX, Melo atentou para uma melhor conformação e preocupação com as formas de entretenimento na capital do Império já a partir da segunda metade do século XIX, o que somente ganharia intensidade a partir da década de 1920.

O que Melo nos esclarece é que os termos utilizados antes da concretização da palavra lazer, traziam em si as características que o compõem, haja vista a denominação de nosso objeto de estudo. Ou seja, o termo comumente utilizado no início do século XX no Brasil era recreação, inclusive pelo Estado, ao se referir sobre as práticas exercidas fora do ambiente de trabalho como atividades relacionadas ao aprendizado em família, à educação religiosa e moral, à educação higiênica, à vacinação e ao esporte, e que pudessem ir de encontro às ideias socialistas, rejeitadas pela elite e seus integrantes que ocupavam o aparelho estatal.

Já o sociólogo francês Joffre Dumazedier, pioneiro nos estudos sobre lazer e formação, na primeira metade do século XX, e responsável por influir nas formulações das atividades recreativas de instituições como SESI e SESC, pensou o lazer da seguinte forma:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais²³.

22 – THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária: A árvore da liberdade*. 2ª ed. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

23 – DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.p. 34.

Ainda que haja dissonâncias entre o lazer praticado pela elite e o lazer praticado pelos trabalhadores, bem como o lazer que é pensado como política pública, consideraremos para presente discussão um lazer que é fruto de uma nova organização do tempo, configurada mediante uma nova organização de sociedade. Esta nova organização, fruto da sociedade moderna capitalista concretizada no século XIX, definiu claramente uma separação entre o tempo do trabalho e o tempo do não trabalho, demarcando exclusivamente a realização do lazer no tempo do não trabalho.

Decerto se tem que enquanto hoje preocupamo-nos com as características corretas para a composição de tal conceito, em fins do século XIX e início do XX a preocupação era com o que fazer com o tempo livre, principalmente o dos trabalhadores. Por isso, ao concordar com Melo que o mais importante não é diferenciar lazer, recreação e diversão, e sim compreender que tais conceitos implicam o cruzamento entre tempo e atitude, caminhamos para entender a preocupação existente nos países capitalistas ocidentais, principalmente entre os patrões e a Igreja Católica, em controlar o tempo do trabalhador fora do período de serviço, em um cenário em que tais consideravam como principais problemas o avanço do socialismo e do alcoolismo entre os operários.

Deste modo, levamos em consideração o contexto nacional e internacional de criação do Serviço de Recreação Operária, fornecendo um parecer sobre sua estrutura e os anos de seu funcionamento, analisando o período em que suas atividades comungaram com o funcionamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, inserindo-se assim não só em um cenário de tensão das relações trabalhistas, como das relações humanitárias no sistema capitalista.

Caracterizado pela receptividade aos trabalhadores imigrantes, qual teria sido a relevância do espaço da Ilha das Flores nas atividades do Serviço de Recreação Operária?

Por meio de jornais da época e de entrevistas realizadas com filhos de ex-funcionários da Hospedaria, buscamos as especificidades na utili-

zação de tal espaço a fim de compreendê-lo também como um espaço de lazer dos trabalhadores brasileiros sindicalizados.

Menos botecos, mais centros de recreação

“*Criado pelo Ministério do Trabalho o Serviço de Recreação Operária*”²⁴. Frases como essa foram recorrentes nos títulos de reportagens dos jornais cariocas no domingo do dia 5 de dezembro de 1943. A expressão se referia à informação da criação de um aparelho governamental que a partir de então passaria a ser responsável pela promoção do lazer operário. As notícias divulgaram tal realização antes mesmo da publicação da Portaria nº 68 no Diário Oficial acontecer²⁵.

A assinatura do documento foi realizada pelo então ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho no dia 6 de dezembro de 1943. Por que, no entanto, tal documento foi assinado? Ou melhor, quais os motivos de sua elaboração?

A criação do Serviço de Recreação Operária inseriu-se em dois contextos históricos caracterizados pelo encaminhamento ao seu final: a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo. Ao fundamentar-se no relatório redigido pelo primeiro presidente do SRO, Arnaldo Lopes Sussekind, no qual o autor explorou os dois primeiros anos de funcionamento do serviço²⁶, Ângela Brêtas Gomes Santos, trabalhou com a hipótese de que o SRO teria sido criado para responder a demandas estipuladas por cinco instâncias de poder: a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁷; a

24 – *Apud A Manhã*, nº 715, de 5 de dezembro de 1943, p.13.

25 – *Apud* BRASIL. Portaria nº 68, de 6 de dezembro de 1943. *Diário Oficial da União*, nº 18038, de 8 de dezembro de 1943, seção 1, p. 38. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2568568/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-1943> Acesso em 28 de novembro de 2018.

26 – SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes. *Trabalho e Recreação – fundamentos, organização e realizações do SRO*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1946, 47p.

27 – A Organização Internacional do Trabalho foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foro internacional de discussão de temas trabalhistas congrega governos, empregadores e trabalhadores em estrutura tripartite. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes do qual o Brasil é signatário. *Apud*

Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII²⁸; o projeto de valorização da figura do trabalhador e do trabalho empreendido pelo Governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o patronato industrial e comercial; e o movimento operário²⁹.

A OIT foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), e sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes, um dos tratados de paz assinados pelos países vencedores da guerra que impôs severas sanções à Alemanha. Como um dos 32 países signatários desse Tratado, o Brasil assumiu compromissos com a paz e com o progresso mundial, ao menos no que se referia às regras impostas pelos países vitoriosos.

A ideia de uma harmonia social também pode ser encontrada em convênios e tratados da OIT, bem como o combate ao socialismo, anarquismo e comunismo, cujo desfecho no Brasil foi um projeto governista de apagamento da luta dos operários brasileiros na Primeira República.

Em estudo sobre as experiências institucionais de recreação e lazer no Brasil, Christianne Luce Gomes esclareceu que, como signatário do Tratado de Versalhes, o Brasil deveria melhorar as condições dos operários, não só no ambiente de trabalho, como no tempo livre de tais. A questão sobre o uso do tempo livre do trabalhador intensificou-se à medida que os direitos foram conquistados. Nesse caso, o direito diretamente relacionado ao lazer foi a diminuição da jornada de trabalho³⁰.

<http://www.oitbrasil.org.br> Acesso em 14 de novembro de 2018.

28 – A *Rerum Novarum* foi uma Carta Encíclica de Sua Santidade, o Papa LEÃO XIII, sobre a condição dos operários, divulgada em 15 de maio de 1891. *Apud*: <http://www.montfort.org.br/rerum-novarum-2>. Acesso em 14 de novembro de 2018.

29 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. *“Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

30 – LUCE GOMES, Christianne. *Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2003.

Segundo Luce Gomes, os países signatários do Tratado passaram a partir de então a intensificar as formas de controle social para além do tempo de trabalho do trabalhador. No entanto, essa tentativa de controle, e consequentemente a resistência dos trabalhadores, não era novidade. Segundo Thompson, o lazer praticado pelos trabalhadores ingleses a partir da Revolução Industrial no século XVIII pode ser entendido como um fenômeno cultural fruto da tensão entre classes, no qual a prática de atividades no tempo do não trabalho, em certo grau de coletividade permitiria a comunhão de valores e o divertimento. Além disto,

Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada ao radicalismo político. Nesta mudança, a perda do tempo livre e a repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio³¹.

A diversão do trabalhador e o controle do seu tempo sempre estiveram em pauta nas discussões das camadas dominantes, tendo a criação da OIT conseguido inovar ao considerar a prática do lazer como uma política pública inclusa nesse processo de controle do trabalhador. Todavia, a elaboração desta política não quis dizer que os países a tenham aderido prontamente, assim como os direitos propugnados pela OIT.

Analisando algumas convenções realizadas pela OIT, Luce Gomes denotou a preocupação que existia com o que deveria ser feito com o tempo livre do trabalhador, como se pode ver em alguns pontos ressaltados na Conferência da OIT de 1924, como a preservação dos lazers e sua utilização como um meio de higiene social e a criação de instituições encarregadas de orientar os lazers dos trabalhadores³².

Em texto aprovado na 29ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Montreal no ano de 1946, e que que revisou e

31 – THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária: A árvore da liberdade*. 2ª ed. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 300.

32 – LUCE GOMES, Christianne. *Significados da recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. 2003.

substituiu a Constituição adotada em 1919, há em anexo o documento que ficou conhecido como Declaração da Filadélfia. Aprovado na 26ª reunião da Conferência da OIT, realizada na Filadélfia no ano de 1944, tal documento ratificou os fins e objetivos da OIT, dentre os quais se encontravam propostas relacionadas ao uso do tempo livre do trabalhador.

Ainda que o texto aprovado tenha entrado em vigência em 20 de abril de 1948, tendo o Brasil como um dos ratificadores do instrumento de emenda da Constituição da OIT, as ideias e propostas sobre a recreação já vigoravam no Brasil e em outros lugares do globo.

Quanto aos itens e objetivos da OIT, que deveriam nortear algumas das políticas de seus membros e que concernem ao tema aqui proposto, destaca-se o item III, presente na Declaração da Filadélfia, no qual se propunha, entre outras coisas, que os países auxiliassem na promoção do emprego integral, na elevação do nível de vida do trabalhador, na asseguuração de direitos dos mesmos, na proteção adequada da vida e da saúde dos trabalhadores e na obtenção de um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura de todos os trabalhadores³³.

Outra expressão da preocupação com o tempo livre do trabalhador, a *Rerum Novarum*, carta encíclica sobre a condição dos operários, datada de 15 de maio de 1891,

[...] é vista como um dos mais populares documentos emitidos pela Santa Sé nos últimos tempos. Com o objetivo de marcar sua posição em relação à condição operária, trata da chamada “questão social”, consolidando e aprofundando temas que já haviam sido abordados em outros documentos da Igreja Católica [...]³⁴.

Ao recolocar a Igreja Católica no âmbito das questões sociais mediante a crescente mobilização operária que acontecia na Europa do final

33 – *Declaração da Filadélfia*. Aprovada na 26ª reunião da Conferência da OIT (Filadélfia – 1944). Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/centro-de-informacoes/documentos/WCMS_336957/lang--pt/index.htm Acesso em 30 de novembro de 2018.

34 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do governo Vargas no campo do não trabalho. *Cad. AEL*, v.16, n.28, 2010. p.165.

do século XIX, a Carta também delimitou os inimigos da harmonia social. Possuindo como alvo principal os movimentos de vieses revolucionários, como o socialista, o comunista e o anarquista, a Igreja Católica passou a condená-los perante um contexto de crescimento de tais e de um anticlericalismo entre os operários. Condenando também a exploração dos operários pelos patrões, a Igreja encobria assim a pressão que as forças patronais exerciam sobre tal para que a ideia do controle do trabalhador fora do ambiente de trabalho também fosse inserida como necessária para o funcionamento harmônico de uma sociedade sem vícios como o jogo e o alcoolismo.

A Encíclica percorreu um caminho em que discutiu desde as causas do conflito insurgente na sociedade moderna até a sua solução definitiva, que seria a caridade. E dentre os itens que remetiam a necessidade da existência de um tempo livre para o trabalhador, bem como o bom proveito deste, a utilização do tempo de repouso do trabalhador formulada pela *Rerum Novarum* esteve norteadada prioritariamente para fins religiosos em detrimento dos denominados fins mundanos.

Uma das formas de compreender essa influência da Igreja Católica na sociedade brasileira, particularmente no mundo do trabalho, pode ser vista no trabalho de Jessie Jane Vieira de Souza³⁵. Ao escolher a experiência dos Círculos Operários, a autora focou em um objeto pouco estudado, assim como o SRO, para abordar a relação que o catolicismo social estabeleceu com a sociedade e com o Estado brasileiro entre os anos de 1930 e 1964.

Valendo-se de fontes como a *Quadragesimo anno*³⁶, carta encíclica do Papa Pio XI em comemoração ao 40º aniversário da *Rerum Novarum*, que tratou da restauração e do aperfeiçoamento da ordem social, a autora

35 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

36 – A *Quadragesimo anno* foi uma carta encíclica do Papa Pio XI, de 15 de maio de 1931, sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social, em conformidade com a Lei Evangélica, no 40º aniversário da encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*. *Apud*: https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html Acesso em 22 de novembro de 2018.

se debruçou sobre o caráter teológico da Igreja, o que por vezes é minimizado em análises.

Segundo a autora, o movimento designado como Circulismo foi um projeto, não trabalhista, de intervenção religiosa-cultural que se fez presente no meio sindical e que fez parte de uma das vertentes do catolicismo social a fim de promover a harmonia entre as classes.

Criados em 15 de março de 1932 em Pelotas, no Rio Grande do Sul, pelo padre jesuíta Leopoldo Brentano, os círculos operários visavam a uma assistência aos operários para a formação social e espiritual. Baseadas nos ideais de caridade e justiça sociais presentes na *Quadragesimo Anno*, que buscou o equilíbrio entre capital e trabalho visando à eliminação dos conflitos sociais em uma escala para além das relações individuais, as propostas do Circulismo inseriram-se na estratégia da Neocristandade, que, segundo Scott Mainwaring, intensificou a luta da Igreja Católica por um lugar ao sol nas tomadas de decisões da política nacional³⁷.

Entre 1916 e 1934, a proposta de Restauração Católica, que buscava basicamente cristianizar as principais instituições sociais, obteve um significativo êxito. Mas o que chama a atenção é a afirmação de Mainwaring de que:

A Igreja da neocristandade modernizou as estruturas institucionais, aprofundou sua influência e trocou sua aliança primordial com os proprietários rurais por uma aliança com a burguesia urbana e com a classe média, mas sem modificar realmente seu conteúdo³⁸.

Esta mencionada “aliança” com a burguesia urbana e com a classe média permite-nos pensar na circulação de ideias presentes na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno* no âmbito de outra instância de poder que influenciou na elaboração do SRO: o patronato industrial e comercial.

Assim como na Europa, os vieses revolucionários de correntes como o socialismo e o anarquismo encontraram eco no Brasil e influenciaram a

37 – MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense. 2004.

38 – *Ibidem*, p. 53.

luta dos operários pelos seus direitos, sendo possível pensar em um movimento operário nacional já em 1920, ainda que houvesse regionalismos durante esse contexto da Primeira República.

Coube então a setores da sociedade, sobretudo à camada dominante, tal como concebida pela análise marxista, formularem respostas que buscassem soluções ditas satisfatórias para patrões e empregados, mas que não destoassem da manutenção do status quo³⁹.

Utilizando como fonte o já mencionado relatório de Arnaldo Sussekind sobre os primeiros anos de funcionamento do SRO, Elza Peixoto salientou a existência de um projeto burguês não isento de conflitos em seu seio, mas que basicamente apresentava uma proposta de controle social do trabalhador camuflada pelo discurso sobre a importância de se ter um trabalhador sadio para o progresso do país.

A saúde do trabalhador adquiriu um caráter funcional, no qual este deveria estar bem, não propriamente para si mesmo, mas para não comprometer a engrenagem do sistema capitalista. Por isso, em 1945 foi elaborado um documento por empregadores brasileiros que sintetizou a sua preocupação na obtenção de uma harmonia social entre o capital e o trabalho⁴⁰.

Tal documento, conhecido como a Carta da Paz Social, foi elaborada após a Conferência de Teresópolis em 1945⁴¹. Organizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, que segundo Ângela Brêtas Gomes Santos,

39 – Segundo Marx e Engels as classes dominantes seriam aquelas que as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais concebidas como ideias. A classe que tem sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual. Ou seja, um conceito utilizado para designar a classe social que controla o processo econômico e político. Refere-se especificamente à classe social detentora dos meios e da capacidade de organizar a produção capitalista, ainda que não necessariamente tenha o controle total do processo de expansão econômica. *Apud* MARX, Karl. & ENGELS, F. Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução: Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

40 – PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p.115-140, 2008.

41 – Carta da Paz Social. *SESC- Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro, fevereiro, 2012. 1ª Reimpressão.

era uma das instituições que consideravam o alcoolismo e o jogo do bicho como os principais problemas que assolavam os trabalhadores, tal documento fundamentou o serviço social no Brasil através da criação de instituições assistenciais como o SESC e o SESI, existentes até hoje⁴².

Criados posteriormente ao SRO, o SESC e o SESI⁴³ tinham como preocupação a recuperação física e cultural do trabalhador no seu tempo livre. Segundo Joffre Dumazedier, o SESC seria a verdadeira instituição capaz de realizar o lazer, pois era privada e sem fins lucrativos.

Analisando a Carta, podemos perceber que os empregadores utilizaram um discurso em que o desenvolvimento cultural do trabalhador estava alinhado com o desenvolvimento profissional, haja vista o quarto item do documento:

Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem-estar e igualdade de oportunidades, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhe facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional⁴⁴.

42 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. *“Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945)*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

43 – O SESI foi criado em 25 de junho de 1946 pelo Decreto-Lei Nº 9.403 e o SESC foi criado em 13 de setembro de 1946 pelo Decreto-Lei Nº 9.853. *Apud* BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.403, de 25 de junho de 1946. *Diário Oficial da União*, Seção 1 - 28/6/1946, Página 9619. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9403-25-junho-1946-417689-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018; BRASIL. Decreto-Lei Nº 9.853, de 13 de setembro de 1946. *Diário Oficial da União*, Seção 1 - 16/9/1946, Página 2947. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9853-13-setembro-1946-450067-norma-pe.html> Acesso em 28 de novembro de 2018.

44 – Carta da Paz Social. *SESC- Serviço Social do Comércio*. Rio de Janeiro, fevereiro, 2012. 1ª Reimpressão, 2012, p. 13.

Como integrante do corpo social, trabalhadores deveriam se dedicar a sua função e não se manifestar violentamente. Por outro lado, patrões deveriam fornecer condições salubres de trabalho e recompensá-los mediante a contribuição para o progresso econômico do país.

Todavia, apesar do discurso de uma classe patronal concessora, camuflando o projeto de conformação da classe trabalhadora, não se pode atribuir um caráter passivo aos trabalhadores, sendo a própria legislação trabalhista uma conquista e não somente uma concessão. Por isso é importante pensar o êxito das atividades do SRO circunscrito a uma ideologia caracterizada pela ideia de troca implícita que o trabalhismo continha. Ainda que estivessem em uma relação de forças desiguais com o Estado e o patronato, os trabalhadores não devem ser vistos como passivos mediante a proposta de controle do seu tempo livre.

A atuação dos trabalhadores evidencia-se no que Jorge Ferreira considerou como cultura política dos trabalhadores, na qual estes, por meio de estratégias de recodificação e apropriação dos discursos estadonovistas, como o envio de cartas ao presidente, expressariam um caráter de aceitação em detrimento do conformismo perante o Governo Vargas, uma vez que, mesmo todos os trabalhadores tendo que pagar o imposto sindical, somente os que estavam oficialmente sob a égide da sindicalização usufruíam das atividades do SRO⁴⁵.

Sendo um dos elementos do que se convencionou denominar de cidadania regulada, termo cunhado por Wanderley Guilherme dos Santos, a sindicalização, juntamente com a carteira de trabalho eram expressões de um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal. Ou seja, seriam cidadãos somente aqueles que tivessem suas profissões reconhecidas e definidas em lei⁴⁶. Nesse sentido, a cidadania regulada já definia quais trabalhadores poderiam participar das atividades do SRO.

45 – FERREIRA, Jorge. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990, p.180-195.

46 – SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Excluindo uns, mas cultivando a aceitação de outros nas condições que permitiriam que participassem das atividades de lazer, o SRO expressava a proposta do Estado Novo de fortalecimento dos sindicatos.

Até então, espaços com a proposta de lazer não eram novidades, haja vista o clube mantido pela Companhia Docas de Santos, em Santos, e as vilas operárias mantidas pelas fábricas – sobretudo a indústria têxtil, que, condicionaram, inclusive, a criação de alguns clubes cariocas tradicionais de futebol como o América e o Bangu. Contudo, o SRO demonstrou pela primeira vez a proposta de lazer sendo coordenada pelo Estado.

A proposta de criação de centros de recreação foi para o âmbito prático quando, sob a responsabilidade do SRO, foi inaugurado em 23 de maio de 1944 um centro de recreação na Gávea. Posteriormente Bangu e Olaria também receberam instalações.

No bojo dessa aproximação entre trabalhadores e Governo, o SRO incluiu-se também na tentativa do Governo Vargas de preparar uma transição controlada de um Estado autoritário para um regime mais aberto. Tendo como finalidade assegurar maior base de apoio para o governo entre as classes trabalhadoras, eventos como os realizados na semana do 1º de Maio teatralizavam a ideia de união. Realizados em estádios como o de São Januário e o do Pacaembu, este último construído no Estado Novo, possuíam como público os trabalhadores sindicalizados e os militares.

Contudo, este clima de relativa “harmonia” que se impusera com tal aproximação a partir dos anos 1940, modificou-se em meados de 1945. O Estado Novo chegou ao fim em outubro de 1945 em um período de recomposição das forças internacionais após o fim da guerra e, principalmente, em um momento em que se iniciava o processo de democratização com a criação de partidos como a União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições; o Partido Social Democrático (PSD), e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Ademais, foi um momento de manifestação de massas sem igual, o qual ficou conhecido como Queremismo, e que certamente incomodou

as classes dominantes. Uma vez que um calendário eleitoral já estava estabelecido, tal golpe contra Getúlio Vargas pode ser pensado como uma ação intolerante aos anseios dos trabalhadores, mas que na visão das classes privilegiadas preveniu um golpe articulado pelo próprio Getúlio.

Não estando alheio aos interesses das camadas dominantes e possuindo integrantes das mesmas, o Governo Vargas não foi imune aos preceitos de tais. Inclusa em um projeto de conformação de classe, aos trabalhadores era fomentado um discurso sobre o entendimento de si mesmos como integrante de um corpo social. A função da classe trabalhadora deveria se adequar aos interesses da classe dominante, ou seja, do capital, e traria implicitamente o caráter subalterno dos trabalhadores que os impediria assim de mobilizar-se contra o sistema⁴⁷.

Assim como Luce Gomes, Peixoto considerou as experiências da “Recreação Pública” promovida pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1926-1955), da “Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura e Recreação” promovida pela Prefeitura Municipal de São Paulo (1935-1947) e do “Serviço de Recreação Operária” implementada pelo Governo Federal através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como decorrentes deste projeto que:

[...] foi empreendido através de ações que envolveram a estruturação de uma legislação trabalhista nos moldes do primeiro mundo, passando pela reestruturação da educação e da formação da classe trabalhadora com base na racionalização taylor-fordista do trabalho e do repouso, com predomínio da intenção de tutela do tempo livre: a modernização e a industrialização brasileiras dependiam deste movimento⁴⁸.

Todavia, a análise da autora nos esclarece que o SRO diferenciava-se das iniciativas anteriores pelo fato de ser uma iniciativa de responsabilidade do Estado; de possuir objetivos pedagógicos claros; de oferecer acesso a atividades físicas e desportiva; de ser aberto à participação de

47 – PEIXOTO, Elza. O serviço de recreação operária e o projeto de conformação da classe operária no Brasil. *Pro-Posições* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p.115-140, 2008.

48 – *Ibidem*, p. 116 et. seq.

homens, mulheres e crianças; e de possuir atividades como as descritas a seguir:

[...]– Passeios de barco pela Baía de Guanabara; sessões de cinema; curso de alfabetização; concurso para a escolha da “Cartilha de Alfabetização do Trabalhador Brasileiro”; concurso para a escolha da “Canção do Trabalhador Brasileiro”; e 2º concurso de “Romance e Comédia”. Esses concursos eram abertos à participação de pessoas de todo o país.

– Campeonatos intersindicais de futebol; coral de canto orfeônico; grupo de teatro operário; escotismo para filhos de operários; barraca na praia de Ramos com os objetivos de dar maior conforto ao trabalhador e à sua família em sua estadia na praia e de emprestar materiais para a prática de esporte.

– Empréstimo de aparelhagem de som para bailes e eventos dançantes; doação de bibliotecas e de discotecas aos sindicatos. Foram criados, até mesmo, dois Centros de Recreação em bairros operários, um no Méier e outro na Gávea. Nesses locais funcionavam atividades de ginástica e de esportes para os operários e suas famílias, que poderiam, também, ter acesso à biblioteca e aos jogos de salão⁴⁹.

Uma das fontes significativas para nos possibilitar a compreensão da relação entre o SRO e a Ilha das Flores, a obra que Arnaldo Sussekkind elaborou em 1952, juntamente com Inezil Penna Marinho e Oswaldo Goés em sua segunda passagem à frente do SRO foi apresentada por Juliana Pedreschi Rodrigues em sua dissertação⁵⁰. Intitulada *Manual de Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador*, tal obra:

Atendendo a que ao Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) cumpre, não apenas realizar, mas também estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e prestar assistência técnica às entidades que realizam atividades de natureza recreativa destinadas aos trabalhadores [...] ⁵¹.

49 – SANTOS, Ângela Brêtas Gomes. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): uma experiência do governo Vargas no campo do não trabalho. *Cad. AEL*, v.16, n.28, 2010, p. 153.

50 – RODRIGUES, Juliana Pedreschi. *O Serviço de Recreação Operária e a Sociabilização do Trabalhador Sindicalizado no Brasil: 1943 - 1964*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

51 – SUSSEKIND, Arnaldo; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. *Manual de*

Como se pode ver, a denominação do órgão se modificou, passando a dar maior atenção ao aspecto cultural da recreação. Isto ocorreu por um breve período no início dos anos 1950. Também neste período foram realizadas atividades esportivas e festejos na Ilha das Flores, bem como excursões pela Baía de Guanabara, como jornais da época permitem saber. Corroborando com as informações dos Relatórios e Boletins do Ministério do Trabalho, assim como as do Manual produzido por Sussekind, as notícias sobre tais eventos nos periódicos constituem-se como importante fonte sobre a política pública varguista destinada ao controle do tempo livre dos trabalhadores sindicalizados a partir de práticas de lazer como as excursões:

[...] que, do ponto de vista social, são extraordinariamente vantajosas, pois oferecem oportunidades para que os trabalhadores e suas famílias aumentem o círculo de relações, desenvolvam o sentimento gregário e encontrem a higiene mental que tão necessária se torna àqueles que labutam diariamente. Outra grande vantagem está na possibilidade de atender a elevado número de pessoas, principalmente nos passeios marítimos, [...] proporcionando a visita a ilhas da baía de Guanabara - Brocoió, Paquetá e Flores. [...] ⁵².

Os trabalhadores que usufruíam de espaços recreativos como o da Ilha das Flores, eram proporcionados a uma estrutura recreativa proveniente do Estado, denotando assim a intervenção no tempo livre, com cronogramas e atividades específicas.

Todavia, as mesmas fontes permitem pensar no que Thompson considerou como significativo no fenômeno do lazer: a circularidade cultural. Esta circularidade permite explorar como classes dominantes e classes subalternas se relacionam umas com as outras e como o lazer se realiza enquanto tensão entre estas classes.

No caso brasileiro, os códigos culturais dos trabalhadores teriam obtido no Estado um intercessor, o que, todavia, não excluiu a resistência

Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952, p.1.

52 – *Ibidem*, p. 28.

e a circularidade. A persistência de práticas lúdicas identificáveis com as camadas populares ora “doando” ora “recebendo” aspectos da classe dominante, não só exporia a comunhão das experiências dos “subalternos”, como integraria o fluxo da luta entre classes.

O órgão que outrora fora criado com o discurso de promoção da justiça social através da sindicalização camuflou o real interesse do Estado e da classe patronal de “tutelar para controlar”. Em contrapartida, também denotou a incapacidade da classe dominante de exercer um controle absoluto.

O trabalhismo pensado por Ângela de Castro Gomes, congrega assim o compartilhamento de valores materiais e simbólicos que o Estado se propôs a pensar para seu projeto nacionalista com enfoque, sobretudo, no âmbito do trabalho. Contudo, seus exemplos denotam a distância que esse conceito possui do caráter conciliatório. A intensificação da propaganda pela sindicalização e os mecanismos que o Estado utilizou para implementação do corporativismo, que circunscrevia a relação entre o Estado e os sindicatos na defesa do capital, explicitariam o caráter tutelar que o Governo Vargas se empenhou em realizar frente aos trabalhadores. Enfocando as ideias de dignificação do trabalho humano e de cidadania corporativa na tentativa de fazer do trabalhador um componente fundamental para o funcionamento da sociedade, exemplificavam todo este processo norteado para conquistar a confiança do trabalhador nacional.

Paraíso de portas - nem tanto - abertas

O local de uma beleza tropical, como afirmavam muitos dos funcionários e imigrantes que trabalharam e se hospedaram, respectivamente, na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, além da sua função primordial de recepção dos imigrantes, foi por vezes utilizado como presídio militar e outras atividades como as realizadas pelo SRO. No período em que essas últimas foram realizadas, os assuntos ligados à imigração já estavam sob a responsabilidade do MTIC, o que explicaria o aproveitamento da Ilha das Flores para a promoção do lazer dos trabalhadores sin-

dicalizados, avassaladoramente compostos por brasileiros, e que tiveram que dividir tal espaço com os imigrantes.

Deste modo, em um contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, a Hospedaria se caracterizou por apresentar essa dupla função: controlar o lazer o trabalhador brasileiro e encaminhar o imigrante para o mercado de trabalho. Contudo, a política imigratória brasileira sofria com novas discussões desde o início do Governo Vargas.

Imbuído no projeto nacionalista, umas das primeiras medidas de valorização do trabalhador nacional em concomitância com o controle da entrada de estrangeiros no Brasil foi a criação da Lei dos Dois Terços, também conhecida como “Lei de Cotas”⁵³. O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930⁵⁴, que tinha como ponto principal a restrição à entrada de passageiros estrangeiros de terceira classe em território nacional e ainda incluía a proposta de composição do quadro de funcionários das empresas com dois terços de trabalhadores nacionais, no qual também ficou conhecida como a lei da nacionalização do trabalho, não surtiu o efeito imediato esperado. Para que isto ocorresse, foi necessário que a Constituição de 1934 expressasse, sem fazer menção a raça ou nacionalidade, a proibição da concentração populacional de imigrantes.

O resultado foi a aprovação, por larga maioria, de uma lei que estabelecia cotas de imigração. Segundo o texto constitucional, o Brasil só

53 – Na Constituição brasileira de julho de 1934, o parágrafo 6 do artigo 121 determinava que deveriam ser impostas restrições à entrada de imigrantes com o objetivo de garantir a “integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. Tais medidas estipulavam o limite anual, para cada nacionalidade, de dois por cento do número total dos respectivos membros já fixados no Brasil nos cinquenta anos anteriores à aprovação da lei. Ficou também proibida, de acordo com o parágrafo seguinte do mesmo artigo, a concentração de imigrantes em qualquer parte do território nacional. *Apud* GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (UNICAMP), v. 15, p. 171-209, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2575> Acesso em 15 de outubro de 2020.

54 – *Apud* BRASIL. Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 1/2/1931, Página 1603. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,passageiros%20estrangeiros%20de%20terceira%20classe> Acesso em 28 de novembro de 2018.

poderia receber, por ano, no máximo 2% do total de imigrantes de cada nacionalidade que tinha imigrado nos últimos 50 anos, sendo apenas os portugueses excluídos dessa lei. Apesar da diminuição anterior no número da entrada de italianos e espanhóis, tal lei veio corroborar o discurso oficial das autoridades brasileiras que insistiam na imagem do “trabalhador ideal”. A lei de cotas implicitamente cultivava o branqueamento da população, impedindo a entrada de negros, judeus, japoneses e ciganos vetando a concessão de vistos para estes grupos.

O discurso racista, reunindo termos como “bom imigrante” ou “imigrante indesejável”, que não eram novidades no cenário nacional, haja visto as propagandas ocorridas já no final do século XIX, era camuflado pelo discurso da ordem, sendo aplicado em primeira instância no exterior e, posteriormente, no território nacional. De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, a adoção de políticas migratórias restritivas se fez fundamentada na ideologia do trabalho e da segurança nacional, pensamento que persistiu durante todo o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Eurico Gaspar Dutra (1946-1954)⁵⁵.

Valorizar a imagem do trabalhador nacional foi uma das tônicas do primeiro Governo Vargas. Contudo, como ressaltou Jorge Ferreira, mesmo o discurso varguista sendo imposto aos trabalhadores, isso não significou que foi aceito passivamente, sendo necessário pensar na recodificação, e consequentemente nos “benefícios concedidos” pelo Estado.

Destinado somente aos trabalhadores sindicalizados, difícil seria dizer que o SRO não funcionou como um dos elementos do processo de nacionalização do trabalho ensejado pelo projeto varguista. Ademais, podemos considerá-lo como uma política pública, que não só visava à integração entre trabalhadores a fim da construção de uma identidade social, como o discurso e a prática do próprio aparelho possuíam finalidades culturais, sociais e sanitárias.

55 – CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imigrantes indesejáveis: ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. *REVISTA USP*, v. 119, p. 115-130, 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/revistausp/revista-usp-119-textos-8-imigrantes-indesejaveis-a-ideologia-do-etiquetamento-durante-a-era-vargas/> Acesso em 15 de outubro de 2020.

A primeira notícia que se tem registro da realização de atividades do SRO na Ilha das Flores é de 15 de março de 1945. No jornal *A Noite*, a publicação sob o título de “Quinhentos trabalhadores vão visitar a Ilha das Flores”⁵⁶, apresentou a iniciativa do SRO em realizar a visita de 500 trabalhadores sindicalizados à Ilha no dia 25 do mesmo mês. A reportagem ainda informou que a programação seria composta de jogos desportivos, danças, músicas, refeição, banho de mar, entre outros. Para que o trabalhador pudesse participar, no entanto, era necessário que ele retirasse seu ingresso no Palácio do Trabalho.

Antes da referida excursão, ainda foram publicadas outras reportagens em diferentes jornais mencionando a sua futura realização. Edições do *Correio da Manhã*, da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Brasil*, todas no dia 21 de março de 1945⁵⁷, acrescentaram a informação de que os ingressos individuais deveriam ser retirados mediante a apresentação da Carteira Sindical. No próprio dia da excursão, as edições do *A Noite* e do *Correio da Manhã* publicaram reportagens mencionando o ponto de encontro e a hora de partida, que seriam a Praça Mauá e às 7 horas da manhã, respectivamente⁵⁸.

Sobre a excursão realizada à Ilha das Flores encontram-se duas reportagens: uma do jornal *A Noite* com o título de “Proporcionando aos trabalhadores e suas famílias uma bela excursão”, e outra do *O Globo* que informou a presença de numerosos trabalhadores acompanhados de suas famílias no evento⁵⁹. De acordo com o jornal *A Noite*, compareceram na excursão 800 pessoas, as quais percorreram todos os cantos da Ilha, com direito a banho de mar e competições de dança, música, voleibol e suas respectivas premiações.

No ano de 1945 foi publicada somente mais uma reportagem sobre a presença do SRO na Ilha das Flores. Porém, o que chama atenção é o teor

56 – *Apud A Noite*, 15/03/1945, Página 6.

57 – *Apud Correio da Manhã*, 21/03/1945, Página 5; *Gazeta de Notícias*, 21/03/1945, Página 3; *Jornal do Brasil*, 21/03/1945, Página 1.

58 – *Apud A Noite*, 25/03/1945, Página 7; *Correio da Manhã*, 25/03/1945, Página 2.

59 – *Apud A Noite*, 26/03/1945, Página 2; *O Globo*, 26/03/1945, Página 11.

da reportagem. Na edição do dia 2 de outubro, o *Gazeta de Notícias* trouxe a notícia da aquisição pelo SRO de uma cópia do filme “Compensando energias”, que foi produzido pela Aviação Filme e retratava um dia de excursão realizada pelo próprio SRO na Ilha das Flores⁶⁰.

Todavia, o final da década de 1940 marcou um período conturbado para a afirmação do SRO. O serviço contava com as idas e vindas do seu primeiro presidente e um de seus idealizadores, Arnaldo Sussekind, e teve que encarar um novo governo.

Segundo Jessie Jane Vieira de Souza,

No governo de Eurico Gaspar Dutra, que teve à frente do MTIC Otacílio Negrão de Lima, político sem brilho do PTB mineiro, o movimento operário viveu uma de suas piores fases, por causa da intensificação da repressão e do fechamento de sindicatos e devido ao medo do “fantasma do comunismo”, que beirava a histeria⁶¹.

Tal contexto poderia explicar porque as atividades do SRO somente retornariam com força, não só na Ilha das Flores, como em geral, após o retorno de Getúlio Vargas ao poder em 1951.

Ainda segundo Souza, as demandas sociais relacionadas à habitação, transporte e abastecimento, até então contidas pelo Estado Novo, explodiram nas cidades, por meio de grandes manifestações populares. No ano de 1946, cinco reportagens, todas no mês de maio, ainda abordaram a presença do SRO na Ilha das Flores. Uma excursão realizada no dia 12 de maio rendeu duas reportagens: uma do dia 11 do *Gazeta de Notícias*⁶², que informou sua futura realização, e outra do *A Noite*⁶³, que informou a presença de 900 pessoas na excursão à Ilha. Outras três reportagens abordaram a resposta do Ministro do Trabalho que saiu em defesa do SRO após críticas serem realizadas pelo *Folha Carioca* sobre a má alimenta-

60 – *Apud Gazeta de Notícias*, 02/10/1945, Página 9.

61 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 242.

62 – *Apud Gazeta de Notícias*, 11/05/1946, Página 10.

63 – *Apud A Noite*, 13/05/1946, Página 14.

ção oferecida pelo Serviço de Recreação Operária na excursão à Ilha das Flores⁶⁴.

Antes do SRO se ausentar da Ilha por alguns anos, no ano de 1947 é possível ver algumas poucas notícias da realização de excursões, como a realizada pelo Sindicato dos Empregados no Comércio com a colaboração do SRO, informada pelos jornais *Gazeta de Notícias*, *A Noite* e *Diário Carioca*, em que a programação contaria com visitas pela Ilha, jogos sociais e desportivos, cabendo ao SRO dar toda assistência técnica nas atividades⁶⁵.

Todavia, as atividades do SRO não se findaram, apesar do período de repressão aos sindicatos⁶⁶. Enquanto de um lado o Governo reprimia o que chamava de “manifestações comunistas”, do outro, a luta operária contra a lei sindical recomeçava, com o intuito de “derrotar a obrigatoriedade do reconhecimento sindical pelo governo, a limitação das obrigações sindicais unicamente em relação às questões profissionais e a proibição de atividades políticas nos sindicatos”⁶⁷.

Segundo o relatório produzido por Arnaldo Sussekind sobre as atividades realizadas pelo então denominado Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC), entre os anos de 1951 e 1953, enquanto o mesmo era o presidente de tal, é possível ver que as atividades do órgão só voltaram a se intensificar no ano de 1951⁶⁸. O lazer operário não teria

64 – *Apud A Noite*, 23/05/1946, Página 6; *Diário Carioca*, 23/05/1946, Página 9; *Gazeta de Notícias*, 23/05/1946, Página 6.

65 – *Apud A Noite*, 07/03/1947, Página 4; *Diário Carioca*, 07/03/1947, Página 6; *Gazeta de Notícias*, 06/03/1947, Página 3.

66 – Como exemplo de notícias da realização de atividades do SRO entre 1948 e 1950, *Apud A Noite*, 01/03/1948, Página 10; *Gazeta de Notícias*, 19/12/1948, Página 1; *A Noite*, 16/02/1949, Página 9; *Diário de Notícias*, 01/04/1949, Página 5; *Correio da Manhã*, 18/12/1949, Página 6; *Jornal do Brasil*, 16/02/1950, Página 9; *Correio da Manhã*, 24/02/1950; *Diário Carioca*, 21/05/1950, Página 10.

67 – SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos operários: a igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002, p. 243.

68 – SUSSEKIND, Arnaldo. *Documentos sobre a administração de Arnaldo Sussekind a frente do Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) e seu pedido de demissão, 1953*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-administracao-arnaldo-sussekind-a-frente-do-servico-de-recreacao>

sido uma das tônicas do MTIC no Governo Dutra, contrastando com o cenário do início da década de 1940 em que o SRO foi uma das expressões da ideologia trabalhista do Governo Vargas.

Curiosamente, é no retorno de Vargas ao poder que, não só aconteceu uma intensificação das atividades do SERAC, trazendo de volta Arnaldo Sussekind ao posto de presidente do SRO, como se realizou uma reestruturação deste aparelho.

A carta e o parecer da saída de Sussekind na transição entre os anos de 1953 e 1954, dois anos e nove meses depois retornar ao órgão, permite-nos compreender como se realizou o seu retorno, bem como a reestruturação realizada e os motivos de sua saída do SERAC.

O segundo Governo Vargas iniciou-se em 31 de janeiro de 1951 e a volta de Sussekind ao órgão aconteceu em março. Juntamente ao pedido de dispensa, Sussekind incumbiu-se de fornecer um parecer informando as diretrizes que orientaram a sua administração, bem como os principais fatos que caracterizaram o desenvolvimento do órgão no período de 3 de março de 1951 a 15 de dezembro de 1953.

Sussekind cobrou uma profunda mudança na estrutura e obteve apoio do então Ministro, que designou a Comissão elaborada do Novo regulamento da Comissão do Imposto Sindical. O SRO passou então a ser denominado de Serviço de Recreação e Assistência Cultural, com a finalidade de promover e estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias, por meio de atividade de natureza física, intelectual e social, bem como prestar-lhes assistência educativa.

Foi nesse período, de uma nova administração de Sussekind, que a Ilha das Flores recebeu o maior número de atividades, sendo até mesmo incluída no manual produzido por Sussekind, Inezil Penna Marinho e Oswaldo Góes⁶⁹.

-e-assistencia-cultural-serac-e-seu-pedido-de-demissao-deste Acesso em 25 de outubro de 2018.

69 – SUSSEKIND, Arnaldo; MARINHO, Inezil Penna; GÓES, Oswaldo. *Manual de*

Este manual, publicado em 1952, trazia a compreensão que tais autores possuíam sobre o lazer e a recreação, bem como das excursões, que era a categoria na qual a Ilha das Flores se enquadrava. Sobre a compreensão de lazer e recreação:

Considera-se, pois, recreação do trabalhador, à utilização adequada das suas horas de lazer, compreendendo-se por lazer o período entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repouso obrigatórios, isto é, o descanso semanal e as férias anuais. Seu conceito corresponde, então, a um processo educativo, físico moral e intelectual [...]. A recreação tem relevante papel nessa educação. Utilizando o livro, os cursos, a música, o teatro, o cinema, o rádio, a televisão, os esportes e a ginástica, torna-se ela o melhor meio para se conseguir o levantamento do nível educacional e social do trabalhador [...]. A organização dos lazeres é um desejo elementar e uma necessidade essencial da vida do homem que trabalha: contribui para o desenvolvimento físico, intelectual e social do trabalhador; tem importância capital no bem estar, na saúde e na educação do trabalhador.”A melhoria do nível educacional do trabalhador, sua maior integração social, seu equilíbrio biológico, são, portanto, os três grandes objetivos da recreação⁷⁰.

Tendo em vista o trecho acima, as excursões à Ilha das Flores seriam uma forma de recreação, uma vez que tal conceito remete à utilização adequada do tempo livre. Ainda neste Manual, são encontradas considerações sobre o turismo operário:

O turismo operário ainda não teve no Brasil o desenvolvimento alcançado em outros países, sobretudo nos da Europa. Embora os Serviços brasileiros venham realizando numerosas excursões de trabalhadores, através de passeios ao mar, ao campo e às montanhas, de visitas a museus e centros culturais de intercâmbio artístico e desportivo certo é que o turismo operário ainda não tem no Brasil a amplitude que lhe deu o Conselho de Turismo e Férias da Grã-Bretanha, o “Folke Ferie” da Dinamarca, a Comissão de Descanso e Férias da Polônia ou os Centros de Operários da Grécia.

As excursões e passeios de domingo têm sido bastante difundidos pelos Serviços brasileiros, sendo mesmo uma das formas de recreação

Recreação: orientação dos lazeres do trabalhador. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.

70 – *Ibidem*, p. 10.

preferida pelos trabalhadores, conforme se pode inferir do inquérito que o S.R.O. empreendeu em 1945.

Todavia, é pelo repouso prolongado, mudança de ambiente e recreação adequada que o trabalhador pode recuperar com eficiência as energias despendidas no trabalho, acalmar os seus nervos, retemperar seu espírito e revigorar os seus músculos.

Isto, porém, só é possível realizar-se, eficientemente, com o aproveitamento das férias anuais a que tem direito o trabalhador⁷¹.

E especificamente sobre as excursões:

Fora do quadro das atividades físicas em outro capítulo apresentado, figuram as excursões, atividades que, do ponto de vista social, são extraordinariamente vantajosas, pois oferecem oportunidades para que os trabalhadores e suas famílias aumentem o círculo de relações, desenvolvam o sentimento gregário e encontrem a higiene mental que tão necessária se torna àqueles que labutam diariamente. Outra grande vantagem está na possibilidade de atender a elevado número de pessoas, principalmente nos passeios marítimos, como os que o SERAC tem levado a efeito, proporcionando a visita a ilhas da baía de Guanabara – Brocoió, Paquetá e Flores- excursões essas que têm reunido 1.000, 1.500 e até 2.000 participantes. As excursões devem objetivar não apenas o passeio, como a permanência de algumas horas em local aprazível -parque, bosque, ilha ou praia – no qual os participantes tenham comodidade para realizar as suas refeições, encontrem água para beber (previsão que não deve ser esquecida) e ainda possam tomar parte em jogos, brincadeiras e atividades desportivas.[...] Não será demais ressaltar que as excursões representam atividade das mais recomendáveis para a ocupação dos lazes do trabalhador, proporcionando-lhe, em domingos ou feriados, a excelente oportunidade de oferecer à sua família, o que até então figurava como exclusivo das classes mais abastadas⁷².

Segundo estes trechos, as excursões eram uma das atividades preferidas dos trabalhadores. Sussekind informou em seu relatório números significativos sobre a realização de passeios e excursões, bem como de competições desportivas e jogos sociais entre os anos de 1951 e 1953:

71 – *Ibidem*, p. 27.

72 – *Ibidem*, p.28.

EDUCAÇÃO FÍSICA E EXCURSÕES			
	1951	1952	1953
COMPETIÇÕES DESPORTIVAS	910	3157	5681
PARTICIPANTES	6090	32499	87301
ASSISTENTES	S/ESTAT.	22750	98232
JOGOS SOCIAIS	8259	7025	3981
PARTICIPANTES	17906	14115	10882
AULAS DE GINÁSTICA	81	205	113
PARTICIPANTES	4399	7528	5378
EXCURSÕES E PASSEIOS	14	399	26
PARTICIPANTES	11879	25723	5429

Tabela sobre a realização de atividades inclusas na categoria de Educação Física e Excursões. Apud SUSSEKIND, Arnaldo. Documentos sobre a administração de Arnaldo Sussekind a frente do Serviço de Recreação e Assistência Cultural (SERAC) e seu pedido de demissão, 1953. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-a-administracao-arnaldo-sussekind-a-frente-do-servico-de-recreacao-e-assistencia-cultural-serac-e-seu-pedido-de-demissao-deste> Acesso em 25/10/2018.

Além da tabela, dois depoimentos de ex-moradores da Ilha das Flores corroboram para a percepção de tal cenário. Curiosamente, dois irmãos que nasceram na Ilha e que o pai exercia a função de escriturário: Zuleika da Silva Brasil, nascida em 30 de junho de 1936 e Luís Carlos Brasil da Silva, nascido em 3 de janeiro de 1943, ambos filhos do ex-funcionário, já falecido, Leopoldino Brasil⁷³. Leopoldino foi escriturário da Hospedaria e segundo seu filho Luís, tinha contato com os imigrantes, sendo muitas vezes procurado por tais a fim de conseguirem autorização para sair da ilha. Leopoldino teve oito filhos, todos na Ilha das Flores, os quais certamente desfrutaram das atividades do SRO- posteriormente SERAC- na ilha. Zuleika e Luís fornecem-nos detalhes da atuação deste órgão na Ilha das Flores.

Zuleika Brasil expressou a utilidade do SRO, curiosamente valendo-se da palavra lazer. Criança à época, “tudo que acontecia era lazer”, como a mesma ressaltou. Responsável pelo acervo iconográfico constru-

73 – Leopoldino Brasil nasceu na Gávea, no Rio de Janeiro, e foi morar na Ilha das Flores ao se casar com uma descendente de portugueses. Trabalhou na hospedaria até 1955, quando passou a fazer parte do quadro funcional do Ministério do Trabalho. Na ilha nasceram seus oito filhos, dos quais duas se tornaram funcionárias da hospedaria, Cleide Brasil e Zuleika Brasil. No ano em que saíram da ilha, foram viver no Barreto e, em seguida, através de um financiamento do governo, Leopoldino comprou a casa no bairro do Pita, São Gonçalo em que viveu o resto da vida.” Apud http://www.hospedariailhasflores.com.br/galeria_02.asp. Acesso em 6 de dezembro de 2018.

ido pelo pai, que trabalhava ao lado do diretor, e por isso era constantemente apresentado com tais fotografias da ilha, “que era frequentada por pessoas ilustres e diversos jornalistas, que, sob muitos ângulos e olhares, registravam a beleza e a funcionabilidade do local”, Zuleika Brasil o cedeu ao Projeto História de São Gonçalo: Memória e Identidade para que fosse digitalizado e apresentado a um público maior⁷⁴.

Assim como a família Brasil deixou a Ilha das Flores quando o MTIC deixou de ser responsável pela Hospedaria e dos assuntos concernentes à imigração, as atividades do SRO/SERAC deixaram de ser promovidas na Ilha, não havendo mais registros de tais nos jornais.

De todo modo, enquanto tal órgão atuou na Ilha, as recordações dos irmãos Brasil são as melhores possíveis. Segundo Zuleika, as atividades do SRO eram bem organizadas para a época, sendo tudo programado e controlado. O serviço levava tudo para a Ilha das Flores. De acordo com Zuleika, geralmente as atividades eram realizadas em comemorações ao Dia do Trabalho, mas afora isto também aconteciam partidas de futebol do time da Ilha, o Centro Esportivo Ilha das Flores.

Piqueniques, programa de calouros, danças, jogos de futebol, bailes, que ocorriam todo o domingo, eram algumas das atividades promovidas pelo órgão do MTIC, como ressalta Zuleika. Além disso, havia show de artistas na ilha, inclusive em épocas de festas juninas, que também eram realizadas pelo serviço na ilha.

Ao ser perguntada sobre o critério utilizado para os trabalhadores irem à Ilha participarem das atividades, Zuleika confirmou a sindicalização. Porém, nos seus relatos expressou a convivência entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes. Sobre a participação dos imigrantes que habitavam a hospedaria em tais momentos, Zuleika informou que:

74 – Entrevista de Zuleika da Silva Brasil concedida a Victor da Costa Santos. São Gonçalo, 11/05/2016. *Acervo Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores*/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade- UERJ/FFP.

Participavam de tudo que tinha lá. Nós tínhamos os bailes, que eram realizados aos sábados e domingos. Nos bailes tocavam muita valsa, então, era aquela confraternização dos imigrantes e dos familiares, dos funcionários, a gente participava muito ativamente. Não tinha distinções⁷⁵.

Zuleika ainda relatou um fato curioso ocorrido nesses bailes: os imigrantes não eram proibidos de participar, porém, a administração da Hospedaria evitava a dança entre os funcionários e as imigrantes, enquanto que as funcionárias podiam dançar com os imigrantes, o que segundo Zuleika deixava os funcionários um tanto quanto irritados, para não dizer com ciúmes.

Seu irmão, Luís Brasil, nascido no mesmo ano de criação do SRO, corroborou com as informações sobre as festas ocorridas na ilha:

A festa junina na Ilha é uma senhora festa. Não é festa de um dia só não. A Ilha era toda enfeitada, aquele trecho da frente ali era todo enfeitado de barracas feitas de madeira e quem era o mentor da festa, quem organizava era um serviço que tinha no Ministério do Trabalho que chamava-se Serviço de Recreação Operária. [...]eles que realizavam a festa junto com a gente que morava na Ilha. Instalavam serviço de alto-falante pela Ilha toda, barraca, enfeite, música, levava os shows⁷⁶.

O entrevistado ainda informou que as festas juninas iam de quinta a domingo, contando com shows de artistas como Grande Otelo, que era funcionário do MTIC, Blecaute e Coralina. Ademais havia um cinema na ilha, de responsabilidade do SRO, com exibições de filmes toda quinta-feira à noite. Segundo ele, o filme era trazido pelo carteiro Raul a mando do SRO e a operação ficava a cargo de dois funcionários: seu Oscarzinho e Mário. Luis Brasil também ressaltou a participação dos imigrantes nas atividades e da realização também pelo SRO de festas em homenagem a

75 – *Ibidem*.

76 – Entrevista de Luís Brasil concedida a Suzana Ribeiro Alves e Juliana Elianay Olimpio de Abreu Pires. São Gonçalo, 09/06/2010. *Acervo Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores*/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Grupo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade- UERJ/FFP.

Nossa Senhora dos Navegantes, nas quais embarcações realizavam uma procissão marítima em torno da Ilha.

Quando perguntados sobre a escolha da Ilha das Flores para receber tais atividades, o primeiro aspecto ressaltado pelos irmãos é a beleza. Luís falou em paraíso, enquanto Zuleika ressaltou a beleza, além de ser um local aprazível e pitoresco. Também ressaltaram o controle que o SRO exercia quando das atividades realizadas na Ilha. Ou seja, na ilha havia toda uma programação em que a dispersão seria mais difícil de acontecer, fato que ocorreria em outros lugares.

Corroborando com tais depoimentos, os jornais do período entre 1951 e 1954 apresentaram inúmeras notícias sobre a realização das atividades do, naquele momento, SERAC. Somando-se sessenta ocorrências entre 1951 e 1954, o que não quer dizer que foram realizados sessenta eventos distintos na Ilha das Flores, mas que revela a importância atribuída ao tema pela imprensa, a explosão de eventos deu-se no ano de 1951, ano em que se tem o maior número de registros de notícias. Não cabe aqui destacar todos, mas alguns denotam a relevância do órgão, como a intitulada “Reiniciadas as atividades do S.R.O.”⁷⁷, que abordou a excursão de trabalhadores e suas famílias à Ilha, marcando o reinício do funcionamento do SRO.

Vários foram os títulos das reportagens: “Festa junina para trabalhadores”⁷⁸, “Visita à Ilha das Flores”⁷⁹, “Centro Esportivo da Ilha das Flores”⁸⁰, “Excursão de trabalhadores à Ilha das Flores”⁸¹, “Excursão organizada pelo Serviço de Recreação Operária”⁸², “A Festa de N. S. dos Navegantes”⁸³, “Sucesso absoluto a excursão à Ilha das Flores”⁸⁴, entre outros.

77 – *Apud A Noite*, 11/04/1951, Página 3.

78 – *Apud A Noite*, 23/06/1952, Página 5.

79 – *Apud Diário da Noite*, 31/10/1952, Página 7.

80 – *Apud Diário de Notícias*, 17/06/1951, Página 5.

81 – *Apud Jornal do Brasil*, 04/04/1951, Página 6.

82 – *Apud Jornal do Brasil*, 15/06/1954, Página 9.

83 – *Apud Revista da Semana*, 02/06/1951, Página 12.

84 – *Apud A Noite*, 13/04/1951, Página 15.

Considerações finais

O Serviço de Recreação Operária, que por um período passou a ser denominado Serviço de Recreação e Assistência Cultural, teve sua atuação ofuscada por dois órgãos que até hoje existem: SESI e SESC. Considerados por Joffre Dumazedier como exemplos de promoção do lazer, uma vez que eram estruturados pela iniciativa particular, tais órgãos suplantaram a lembrança do SRO, que findou suas atividades em 1964 com o fim da Comissão do Imposto Sindical. Tal Comissão e a sua reestruturação promovida em 1954, foi um dos motivos de Arnaldo Sussekind ter deixado o cargo de presidente do órgão, uma vez que o mesmo afirmava desconhecer qual o sistema que seria consubstanciado pelo novo regulamento.

De todo modo, o período de sua atuação à frente do SRO/SERAC, foi o mais frutífero, não só em relação às excursões à Ilha das Flores, como no tocante as atividades em outros centros de recreação.

Afirmar que a escolha da Ilha das Flores para receber tais atividades foi pautada prioritariamente para integrar trabalhadores brasileiros e imigrantes não é possível mediante a consulta documental que foi realizada. No entanto, o que os depoimentos orais dos ex-moradores nos permitem pensar é que essa integração existiu como consequência das atividades na Ilha, servindo até mesmo como exemplo de um dos benefícios que o trabalhador poderia usufruir ao se sindicalizar.

O lazer operário promovido na Ilha expressou a preocupação surgida com uma nova organização do tempo do trabalho, mas não só. Esteve inserido em um novo cenário da sociedade brasileira, em que a temática trabalhista alcançou um status até então não conseguido. Enquanto por um lado a proposta do SRO se apresentava como uma tentativa de controle do tempo livre do trabalhador, mediante propagandas dos benefícios da sindicalização, como o desfrute do passeio à Ilha das Flores, de outro os trabalhadores puderam entrar em contato com uma nova forma de aproveitar o tempo do não trabalho, uma vez que as atividades programadas possuíam cunho educativo.

Encarando os eventos promovidos como livre das obrigações do tempo do trabalho, aproximariamos da concepção de lazer de Joffre Dumazedier. Porém, decerto que a proposta do MTIC não se caracterizou como tal. Nem mesmo o discurso focava em liberdade, mas sim na melhoria física, cultural e intelectual do cidadão, ou melhor, do trabalhador sindicalizado, pois era este que merecia e que deveria receber a assistência governamental.

Para um público que estava acostumado com os considerados vícios na visão dos empregadores, como a bebida alcoólica e o jogo do bicho, o tempo do não trabalho, aumentado mediante a luta operária, passou a sofrer investimento de diferentes camadas da sociedade para ser controlado. Seja pela proposta de controle, seja pela apropriação e recodificação das condições oferecidas aos mesmos, as atividades do SRO, assim como outras experiências, haja visto o SAPS, estavam para além do corpo e da mente. Expressavam uma das facetas do projeto de poder institucionalizado no Governo Vargas, em que a constituição do trabalhador saudável era essencial para o bom funcionamento da engrenagem do Estado corporativista.

Texto apresentado em janeiro de 2020. Aprovado para publicação em agosto de 2020.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO *PLEA BARGAINING*: ENSAIO HISTÓRICO SOBRE O ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL

THE INSTITUTIONALIZATION OF *PLEA BARGAINING*: HISTORICAL ESSAY ON THE CRIMINAL NON PROSECUTION AGREEMENT IN BRAZIL

PEDRO RUBIM BORGES FORTES¹

Resumo:

Este ensaio tem como objeto de análise a institucionalização do *Plea Bargaining* nos Estados Unidos, no século XIX, e a adoção do acordo de não persecução penal no Brasil no século XXI. O estudo das origens, do desenvolvimento e da consolidação dos acordos no processo penal estadunidense tiveram razões históricas, explicações sociológicas e motivações institucionais que podem servir como ponto de partida para uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da justiça negocial no Brasil contemporâneo. Por um lado, a ampla adoção de acordos entre a acusação e a defesa podem ter um impacto positivo sobre a ineficiência, morosidade, os custos, a sobrecarga processual e a insuficiência de juízes que são características negativas da justiça brasileira desde o período colonial. Por outro lado, a recepção do acordo enfrenta uma resistência do Poder Judiciário e da advocacia semelhante ao receio de perda de poder e de mercado nos Estados Unidos do século XIX.

Palavras-chave: História do Direito Penal; Reforma do Poder Judiciário; Justiça Negocial; Acesso a Justiça; Duração Razoável do Processo; Acordo de Não Persecução Penal.

Abstract:

The paper focuses on plea bargaining and its institutionalization in 19th-century United States, as well as on the adoption of the criminal non-prosecution agreement in 21st-century Brazil. The study of the origins, development, and consolidation of agreements in criminal proceedings in the USA had historical reasons, sociological explanations and institutional motivations that can serve as a point of departure for a reflection on the possibilities and limits for negotiated justice in contemporary Brazil. On the one hand, the widespread adoption of agreements between the accusation and the defense may have a positive impact on the inefficiency, slowness, costs, the procedural overburden and the insufficient number of judges, which have been negative traits of the Brazilian justice system since colonial times. On the other hand, the acceptance of agreements faces resistance from the judiciary and lawyers for fear of loss of power and market, much the same as what occurred in the United States in the 19th century.

Keywords: History of Criminal Law; reform of the Judiciary; Negotiated Justice; access to Justice; reasonable duration of the proceedings; Plea Bargain.

Introdução

O objetivo deste ensaio consiste em apresentar o instituto do *Plea Bargaining* a partir da perspectiva histórica do surgimento da prática nos

1 – Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD-UFRJ) e Pesquisador Associado ao Laboratório de Estudos Institucionais (LETACI)..

Estados Unidos no século XIX e das razões sociológicas e econômicas para a sua disseminação ampla. O presente trabalho é apresentado dentro do contexto da introdução no direito brasileiro da figura do acordo de não persecução penal por meio da Resolução n. 181/17 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que permite a negociação entre acusação e defesa no caso de delitos sem violência ou sem grave ameaça, desde que o acusado confesse a prática delitiva, indique provas do cometimentos e cumpra determinados requisitos - reparação do dano, restituição do bem da vítima, renúncia voluntária a bens e direitos, prestação de serviço comunitário, pagamento de prestação pecuniária ou outra condição estipulada pelo ministério público.

Conforme o artigo 18 da referida Resolução CNMP n. 181/17, em sua redação original de 07 de agosto de 2017:

Art. 18. Nos delitos cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal, desde que este confesse detalhadamente a prática do delito e indique eventuais provas de seu cometimento, além de cumprir os seguintes requisitos, de forma cumulativa ou não:

I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima;

II – renunciar voluntariamente a bens e direitos, de modo a gerar resultados práticos equivalentes aos efeitos genéricos da condenação, nos termos e condições estabelecidos pelos arts. 91 e 92 do Código Penal;

III - Comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail;

IV – prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público;

V – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito;

V – cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada;

VI – cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada.

A iniciativa do CNMP surpreendeu a magistratura, a advocacia e o próprio Ministério Público, por conta do caráter original e transformador das regras que autorizam a negociação de um acordo entre a acusação e a defesa para fins da aplicação imediata de pena sem que seja necessário o julgamento do caso por um Juiz criminal. No âmbito do Poder Judiciário e da advocacia profissional, tanto a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) quanto a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ingressaram com ações constitucionais, pretendendo que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibisse imediatamente a possibilidade de celebração dos acordos penais. No âmbito do Ministério Público, alguns Procuradores Gerais de Justiça emitiram recomendações aos Promotores de Justiça para que evitassem celebrar o acordo de não persecução penal até que o referido instituto fosse analisado e regulamentado em caráter definitivo. Ora, nesse cenário de perplexidade sobre a possibilidade de negociação de acordos penais, é fundamental promover o resgate histórico sobre a origem, o desenvolvimento e a consolidação do instituto do *Plea Bargaining* nos Estados Unidos para uma reflexão contextualizada sobre a questão.

Assim, a questão-problema do presente trabalho consiste justamente na reflexão sobre o que podemos aprender a partir da história do *Plea Bargaining* para refletir sobre a potencial aplicação do acordo de não persecução penal no direito brasileiro. Desde logo, é importante salientar que o valor de uma experiência estrangeira depende da qualidade do aprendizado que dela provém. O fato de um instituto ser adotado no direito dos Estados Unidos - embora seja a maior potência política e econômica do mundo atual - não deve jamais, por si só, ser um motivo para que um determinado instituto jurídico seja adotado noutro país, devendo sempre uma determinada prática, regra ou instituição ser analisada por conta do

seu valor e não por sua origem.² Por outro lado, também não se deve descartar o valor de um determinado instituto porque ele é proveniente do direito estadunidense, sob o falso pretexto de que o direito brasileiro funciona a partir da lógica da *civil law* e não haveria possibilidade de ser incorporado um instituto da *common law*³. Tal argumento se revela claramente falso, na medida em que existe um convergência gradual entre o direito da *civil law* e da *common law* a partir de influências recíprocas⁴, sendo que o direito brasileiro adotou o tribunal do júri, o modelo acusatório e a delação premiada, dentre outros institutos de inspiração anglo-americana. Além disso, medidas negociais já vêm sendo implementadas, desde a década de 1990, no processo penal brasileiro⁵. Ademais, o próprio instituto do *Plea Bargaining* já se globalizou, tendo sido traduzido, adaptado e incorporado ao direito positivo de diversos países da família jurídica conhecida como *civil law*⁶. Finalmente, a reflexão é relevante, porque a adoção do *Plea Bargaining* no direito brasileiro pode trazer ganhos significativos em agilidade, em efetividade e em sensação de justiça na aplicação do direito penal brasileiro.

O presente trabalho também é original, na medida em que não existe nenhum trabalho na língua portuguesa em que o desenvolvimento histórico, os fundamentos sociológicos e a racionalidade econômica do *Plea Bargaining* são apresentados como ponto de partida para uma reflexão

2 – FORTES, Pedro. Admirável mundo novo pós-colonialista: descolonizando o ensino jurídico global. em Pedro Fortes (org.), *Globalização do Ensino Jurídico*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2014, p. 112-114.

3 – Sobre o papel do direito comparado, a possibilidade de transplantes jurídicos entre famílias jurídicas e a necessidade de análise empírica do funcionamento concreto dos institutos jurídicos na sociedade, veja ZWEIGERT, Konrad and Hein Kötz. *An Introduction to Comparative Law*. 3rd ed, Oxford: Oxford University Press 1998, ch 1.

4 – Sobre a convergência entre as famílias jurídicas em matéria penal, veja MERRYMAN, John and Rogelio Perez-Perdomo. *The Civil Law Tradition: An Introduction to the Legal Systems of Europe and Latin America*. 3rd ed. Stanford: Stanford University Press, 2007, p. 125.

5 – GARCIA, Emerson. O Acordo de Não Persecução Penal Passível de Ser Celebrado pelo Ministério Público: Breves Reflexões. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, v. 68, p. 40-41, 2018.

6 – LANGER, Maximo, From Legal Transplants to Legal Translations: The Globalization of Plea Bargaining and the Americanization Thesis in Criminal Procedure. *Harvard International Law Journal*, vol. 45, n. 1, p. 1, 2004.

sobre os recém criados acordos de não persecução. Nesse sentido, a contribuição do presente trabalho é tanto para o estudo da história - posto que, além do valor do registro histórico da experiência estadunidense e do encontro de culturas jurídicas, pode servir de ponto de partida para novas pesquisas sobre a origem, o desenvolvimento e a consolidação dos acordos penais no Brasil - quanto para o estudo do direito - uma vez que possibilita uma reflexão interdisciplinar mais profunda sobre os fatores históricos, fundamentos sociológicos e motivos econômicos que foram relevantes no cenário estadunidense e estão presentes também na sociedade brasileira contemporânea.

O presente ensaio é dividido em seis partes. A presente introdução explicou a questão-problema, esclarecendo a relevância da investigação histórica para a compreensão de uma questão contemporânea e a originalidade do texto como elemento para uma reflexão profunda sobre possibilidades e limites do acordo de não persecução penal no Brasil. A segunda parte apresenta os principais aspectos da história do *Plea Bargaining* nos Estados Unidos e do seu triunfo como a figura dominante no processo penal do país a partir da proliferação dos acordos penais para todas as espécies de crimes no século XIX. A terceira parte discute as potenciais explicações sociológicas para o fenômeno histórico, seja o aumento da complexidade processual, a profissionalização do Ministério Público e da polícia ou a necessidade de adoção de um mecanismo de resolutividade ampla dos conflitos e de efetivo controle social. A quarta parte examina o fenômeno histórico a partir da perspectiva interativa e dinâmica da teoria dos jogos para analisar o regime de incentivos econômicos e os motivos de cada um dos atores relevantes - promotores, juízes e réus - como um motor para o desenvolvimento e para a consolidação dos acordos na justiça criminal dos Estados Unidos. A quinta parte estabelece um diálogo interdisciplinar, adotando os elementos históricos como ponto de partida para o exame do contexto contemporâneo brasileiro, inclusive com análise das ações constitucionais da AMP e da OAB contra a possibilidade de acordo de não persecução penal. A sexta parte apresentará as considerações finais a título de conclusão.

Perspectiva Histórica: Origem e Desenvolvimento do Instituto

A origem histórica do instituto do *Plea Bargaining* remonta aos casos de perseguição penal de acusados pelo crime de venda de álcool sem licença no estado de Massachusetts em 1808⁷. O registro documentado historicamente mais antigo da prática negocial é uma barganha formalizada pelo Promotor Samuel Dana, que tinha formalizado uma acusação por quatro crimes contra um indiciado, mas, a partir da aceitação do indiciado de ser considerado culpado pela prática de um crime e não contestar a acusação (*nolo contendere*), a promotoria retirou as outras três acusações⁸. Foram os primeiros casos de *Plea Bargaining* registrados formalmente, de forma explícita, como sendo resultado da negociação de acordo⁹.

Um fator facilitador do acordo em relação a esses crimes era o fato de que as penas previstas para esses delitos eram multas de valor fixo – um montante a cerca de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) em valores contemporâneos – o que criava um grau alto de previsibilidade para ambas as partes, tanto a acusação quanto a defesa¹⁰. Além disso, se houvesse um julgamento com todas as fases processuais, o acusado – caso fosse condenado – teria que arcar com todos os custos da acusação, que chegava a ser um valor até dez vezes maior do que na hipótese de um acordo – um montante equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) em valores contemporâneos¹¹. Assim é que as características desses casos estimulavam o acordo e o pagamento do valor da multa pela prática de um delito. Nas décadas seguintes, esse padrão se consolidou e os promotores chegaram a preparar um formulário pré-impresso com as quatro acusa-

7 – FISHER, George. *Plea Bargaining's Triumph: A History of Plea Bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press 2003, p. 19.

8 – *Idem*, p. 21-22.

9 – *Idem*, p. 22. Lawrence Friedman, em sua análise dos arquivos históricos da Comarca de Alameda, identificou casos em que o acordo foi realizado de forma implícita, sem que tivesse sido registrado textualmente de maneira explícita no procedimento. Veja FRIEDMAN, Lawrence. Plea Bargaining in Historical Perspective, *Law and Society Review*, v. 13, p. 247, 1978-1979.

10 – FISHER, George. *Plea Bargaining's Triumph: A History of Plea Bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 23-27.

11 – *Idem*, p. 25-26.

ções – com espaço em branco apenas para o preenchimento dos dados específicos do caso concreto¹².

Contudo, por volta de 1842, a prática foi objeto de escrutínio pela opinião pública, tendo causado perplexidade o fato de que o Ministério Público estaria recebendo pagamentos em dinheiro e, como consequência, abandonaria a persecução de certos crimes¹³. A impressão era de que a promotoria estaria cometendo atos de improbidade e de omissão funcional, tendo sido, inclusive, constituída uma comissão parlamentar para a investigação desses casos¹⁴. Por exemplo, foram identificados acordos com acusados desses crimes de venda de álcool sem licença em setembro de 1842 e a promotoria foi convocada a explicar a sua estratégia de atuação¹⁵. Em sua explicação para a Assembleia Legislativa do Estado de Massachusetts, o Promotor Asahel Huntington esclareceu que a prática era importante para fins da redução do acervo processual e que, por conta da aplicação imediata de uma sanção penal, cumpria os objetivos da lei penal e atendia ao interesse público¹⁶. Após os esclarecimentos do Ministério Público, as conclusões da comissão legislativa foram de que o *Plea Bargaining* era um instrumento correto, que caracterizava um zelo profissional extraordinário e uma preocupação com uma produção eficiente por parte da promotoria, que atuava com integridade, com confiabilidade e com habilidade nesses casos¹⁷. Estavam lançadas as bases para a disseminação da prática negocial não apenas para outros delitos, mas também noutras promotorias de justiça.

Ora, o Ministério Público ampliou o escopo da negociação desses acordos, passando, inclusive, a adotar o *Plea Bargaining* para casos de crimes muito mais graves, tal como o homicídio, por exemplo¹⁸. Nesse período, foram identificados os primeiros quatro casos de acordo em ca-

12 – *Idem*, p. 27-30.

13 – *Idem*, p. 30.

14 – *Idem*, p. 30.

15 – *Idem*.

16 – *Idem*, p. 30-31.

17 – *Idem*, p. 31.

18 – *Idem*, p. 34.

sos de homicídio em um universo total de quarenta e um processos com julgamento pelo crime doloso contra a vida – o *Plea Bargaining* seria aplicado em cerca de dez por cento dos casos de homicídio ao final dessa década de 1840¹⁹. Já no final do século XIX, a promotoria fecharia acordo em quarenta e um casos de homicídio em um universo total de sessenta e sete processos com julgamento pelo crime doloso contra a vida - o *Plea Bargaining* corresponderia a cerca de sessenta e um por cento dos casos na década de 1890²⁰. A partir de 1858, a estrutura do acordo permitiria uma desclassificação do crime de homicídio de primeiro grau para um crime de homicídio de segundo grau, o que significava que a punição deixaria de ser a pena de morte para ser uma prisão perpétua²¹.

Um outro estágio da evolução do instituto foi a aplicação do acordo em correlação a um período de tempo de prova da recuperação do apenado ou, conforme a terminologia anglo-americana, o período da *probation*. Sua origem histórica também está na experiência prática da justiça criminal de Massachusetts. Em 1830, um juiz de Boston decidiu suspender um determinado processo e soltar o acusado Jerusha Chase, sob o compromisso de que os responsáveis pelo pagamento de sua fiança garantiriam seu bom comportamento, sob a pena da perda do montante de duzentos dólares²². A fusão entre os dois institutos permitiu a combinação da negociação de um acordo com a definição de um período de prova, havendo registros, no ano de 1849, do adiamento pela promotoria da acusação durante um período de prova, aguardando pelo cumprimento efetivo das condições do acordo na chamada “prova pré-processual” ou “*pre-trial probation*”²³. Deve ser ressaltado que a possibilidade de propositura do acordo se consolidou como uma medida de discricionariedade plena do

19 – *Idem*, p. 34-35.

20 – *Idem*, p. 34-35.

21 – *Idem*, p. 38-39. Tais figuras correspondem ao homicídio qualificado e ao homicídio simples no direito penal brasileiro, sendo que, até então, havia apenas a distinção entre os crimes de homicídio doloso e de homicídio culposo, o que reduzia a margem de negociação entre acusação e defesa nos crimes contra a vida, dada a ampla diferenciação conceitual e penal entre tais crimes.

22 – *Idem*, p. 64.

23 – *Idem*, p. 66-68.

promotor, que decide pela acusação, pela negociação de acordo ou pela suspensão pré-processual com a autonomia típica de um agente político²⁴. Assim, o Poder Judiciário não poderia intervir na prerrogativa acusatória do ministério público, exigindo a propositura de acordo ou de suspensão pré-processual sem a concordância do Ministério Público²⁵. Os fatos históricos estão diretamente ligados a explicações sociológicas para que grupos sociais tenham defendido os acordos penais, como veremos a seguir.

A Discussão Sociológica: Eficiência, Complexidade e Controle

No âmbito acadêmico, é possível identificar três grupos de estudos com análise da dimensão sociológica do *Plea Bargaining*²⁶. A primeira onda de trabalhos acadêmicos nos anos de 1920 evidenciaram a amplitude da negociação de acordo como a figura dominante no processo penal dos Estados Unidos. Em seu trabalho sobre o desaparecimento do julgamento pelo júri, intitulado *The Vanishing Jury*, o Professor da Universidade de Columbia Raymond Moley apresenta os seguintes dados estatísticos relativos ao papel dominante dos acordos no processo penal:

no ano de 1926 um total de 13.117 acusações criminais tiveram sua audiência preliminar na Comarca de Cook, em Illinois. Somente 492 desses realmente resultaram em um completo julgamento pelo júri, em que 283 foram absolvidos, 184 condenados pelo crime da acusação e vinte e cinco condenados com a desclassificação para um crime menos grave. Assim mais de 96% dos casos iniciados nessa jurisdição foram resolvidos através de outros mecanismos discricionários que não o julgamento. Os dados de outras comarcas do país mostram proporções similares²⁷.

O fato é que cerca de 95% dos casos criminais nos Estados Unidos são decididos por meio da negociação de acordo ao invés de julgamentos. A principal explicação para essa supremacia do *Plea Bargaining* é a necessidade de eficiência diante do aumento dos tipos penais, do volume

24 – *Idem*, p. 69-73.

25 – *Idem*, p. 74-77.

26 – *Idem*, p. 6-11.

27 – MOLEY, Raymond. *The Vanishing Jury*, *Southern California Law Review*, v. 2, p. 97, 1928-1929.

de trabalho judicial e da pressão exercida pelo enorme acervo de casos²⁸. Outro aspecto da eficiência descoberto por esses estudos era que os casos concluídos a partir de acordos não podiam ser reformados pelo tribunal no julgamento de uma apelação e os promotores asseguravam índices altos de condenação sem o risco de perda típico dos julgamentos²⁹.

Cerca de cinquenta anos depois, na década de 1970, surgiram os trabalhos acadêmicos que procuraram dar uma explicação sobre os fatores sociológicos por trás da necessidade de maior eficiência. A interessante explicação apresentada em alguns trabalhos acadêmicos dessa época foi de que o aumento da complexidade dos processos explicava o aumento do uso do *Plea Bargaining* nos Estados Unidos. John Langbein utilizou um argumento de caráter histórico, lembrando que o processo penal medieval passou a incorporar a tortura como um método de coleta de prova e de obtenção de confissões justamente quando as regras processuais penais se tornaram tão complexas que era muito difícil provar um crime³⁰. Segundo Langbein, a complexidade do processo penal também motivou os Estados Unidos a passar de um sistema adjudicatório para um sistema negocial, em que o acusado não é torturado, mas é pressionado a confessar a prática de seu crime e a cumprir uma pena sem que tenha sido julgado³¹. Em sua opinião, o sistema negocial se perpetua por ser conveniente para as partes, mas ele critica a acentuada concentração de poder do Ministério Público que acabaria determinando os parâmetros da pena no exercício de uma função tradicionalmente exercida pelo Poder Judiciário³². Na mesma época, Lawrence Friedman, Professor da Universidade de Stanford, a partir da análise dos arquivos da Comarca de Alameda, explicou que o crescimento da negociação de acordos pode ser correlacionado ao aumento da complexidade das técnicas de produção de prova e da sofisticação

28 – FISHER, George. *Plea Bargaining's Triumph: A History of Plea Bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 7.

29 – *Idem*, p. 8.

30 – LANGBEIN, John. Torture and Plea Bargaining, *The University of Chicago Law Review*, v. 46, p. 5, 1978.

31 – *Idem*, p. 12-14.

32 – *Idem*, p. 18-19.

dos métodos de policiamento³³. Segundo ele, a profissionalização da polícia e do Ministério Público explica o aumento do uso do *Plea Bargaining* no processo penal³⁴.

Uma terceira onda de artigos acadêmicos sobre a negociação de acordos no processo penal é marcada pelo estudo do seu impacto como instrumento de controle social. A análise da composição social de Massachusetts na década de 1840 revela uma sociedade em crise, em que a religião e os laços comunitários já não mantinham a estabilidade, tendo, então, a classe política promovido uma reforma do sistema judicial para a restauração da ordem pública³⁵. Nesse período, o Poder Judiciário passa a adotar a perspectiva de que sua atuação não pode ficar limitada apenas ao julgamento dos casos individuais, mas que deve ser pautada também pela perspectiva mais ampla da política social (“*social policy*”)³⁶. Particularmente, era necessária a aplicação da lei penal de maneira ampla para preservar os direitos à propriedade e à personalidade, bem como a previsibilidade e a segurança necessários ao desenvolvimento sócio-econômico³⁷.

Não por acaso, neste período histórico e com sua aprovação pela Assembleia Legislativa, o *Plea Bargaining* passa a ser aplicado não apenas para delitos de venda de álcool sem licença, mas de maneira crescente para crimes contra o patrimônio e contra a vida³⁸. Assim, a aplicação ampla do direito penal é assegurada, na medida em que condenações negociadas com celeridade configuram respostas imediatas para a criminalidade. Além disso, a consciência dos magistrados do impacto social de suas decisões fez com que eles comesçassem a aumentar o tamanho da pena de maneira significativa no caso de reincidência, mesmo quando o

33 – FRIEDMAN, Lawrence. *Plea Bargaining in Historical Perspective*, *Law and Society Review*, v. 13, p. 247, 1978-1979.

34 – *Idem*, p. 247-249.

35 – VOGEL, Mary. *The Social Origins of Plea Bargaining: Conflict and the Law in the Process of State Formation: 1830-1860*. *Law and Society Review*, v. 33, n. 1, p. 198-201, 1999.

36 – *Idem*, p. 204-207.

37 – *Idem*, p. 204.

38 – *Idem*, p. 206.

acusado confessasse e fizesse um acordo com a acusação para ser processado apenas por um delito³⁹. Assim, o padrão da punição era variável e os indivíduos tinham certeza da punição⁴⁰, mas não de que o Estado seria sempre leniente, concedendo perdão ou redução significativa da pena⁴¹. Esse cenário de “leniência episódica” funcionava como um mecanismo de controle social, na medida em que os indivíduos deviam assumir o compromisso de se ressocializar sob pena de serem condenados progressivamente a penas mais altas, o que reforçava os laços sociais erodidos com a secularização e a metropolização da sociedade⁴².

Ora, na medida em que o *Plea Bargaining* passa justamente pela negociação de um acordo e por um compromisso assumidos pelo acusado com o Ministério Público, esse instituto facilitava a internalização das obrigações sociais dos réus a partir da aplicação do direito penal⁴³. Pela resolutividade dos conflitos e pela efetividade do controle social, o *Plea Bargaining* se tornou um instituto jurídico permanente na arquitetura judicial e no sistema judicial dos Estados Unidos⁴⁴.

Análises de Incentivos: Motivos de Promotores, Juízes e Réus

Além das explicações sociológicas para o fenômeno histórico, é importante ainda realizar a sua análise econômica, notadamente quanto ao regime de incentivos para membros do Ministério Público, da magistratura e para o acusado negociarem acordos no processo penal. Com relação aos promotores, conforme já anteriormente mencionado, um dos motivos para a adoção do *Plea Bargaining* foi a pressão do acervo judicial, especialmente a partir de 1840⁴⁵. Como decorrência da explosão populacional nos Estados Unidos, houve um aumento exponencial de casos judiciais, que se multiplicaram até oito vezes na Comarca de Middlesex, por exem-

39 – *Idem*, p. 188.

40 – *Idem*, p. 217.

41 – *Idem*, p. 226.

42 – *Idem*, p. 226-227.

43 – *Idem*, p. 216-217.

44 – *Idem*, p. 232-233.

45 – FISHER, George. *Plea Bargaining's Triumph: A History of Plea Bargaining in America*. Stanford: Stanford University Press, 2003, p. 40-44.

plo⁴⁶. O aumento do volume de trabalho foi um fator significativo, aliás, para outros atores jurídicos relevantes, tal como a magistratura e a defesa pública também.

Um outro incentivo para os membros do Ministério Público consistia na redução da incerteza quanto ao resultado final do processo, isto é, os acordos feitos com os acusados asseguravam uma condenação e o cumprimento de uma pena. Logo, do ponto de vista da acusação, a negociação dos acordos assegurava vitórias mais céleres e sem a necessidade do mesmo nível de esforço⁴⁷. Um outro fator diretamente relacionado a esse e igualmente relevante era a ampliação da segurança jurídica, uma vez que a acusação pudesse ter certeza do montante da condenação a partir dos parâmetros previamente estabelecidos⁴⁸. Finalmente, um outro fator de incentivo para o Ministério Público era o potencial de impacto positivo com relação às vítimas, já que era possível que a negociação do acordo incluísse o dever de delação premiada para a obtenção de informações sobre outros crimes e para a devolução de bens subtraídos. Além disso, no caso de delitos sem vítimas - tal como os delitos de venda de álcool sem licença - não haveria qualquer prejuízo na celebração de um acordo⁴⁹. Com relação aos juízes, é importante salientar que houve uma reticência inicial. Em um primeiro momento, a Magistratura considerou que o instituto do *Plea Bargaining* significava um mecanismo de compartilhamento indevido do seu poder jurisdicional com o Ministério Público⁵⁰. Notadamente, havia um desconforto dos juízes com a perda do controle dos magistrados sobre os termos da sentença criminal, na medida em que os promotores negociavam a quantidade e a qualidade da pena diretamente com os acusados⁵¹. Contudo, assim como os promotores, os juízes também sofreram uma pressão crescente por conta do aumento exponencial do acervo de processos judiciais - não apenas por conta da maior

46 - *Idem*, p. 40-41.

47 - *Idem*, p. 48-49.

48 - *Idem*, p. 49-50.

49 - *Idem*, p. 58-61.

50 - *Idem*, p. 55-57.

51 - *Idem*, p. 58.

complexidade e da duração de tempo dos processos penais, mas também em razão do crescimento enorme de casos após a revolução industrial e a explosão de litigiosidade na área cível⁵². Logo, gradualmente, os magistrados acabaram cedendo à sua resistência inicial e passaram a acomodar o acordo como um instrumento válido de exercício da persecução penal e de aplicação de pena negocial aos réus⁵³.

Inicialmente, o *Plea Bargaining* era realizado de maneira implícita – apenas posteriormente o acordo passaria a ser registrado de maneira explícita nas próprias atas de audiência em que eram realizados e homologados⁵⁴. A rigor, a adoção explícita do instituto permitiu, inclusive, que os magistrados realizassem o controle sobre a validade do consentimento e sobre o exercício pleno da autonomia da vontade por parte do acusado, sendo desenvolvida a técnica da possível retirada do consentimento, isto é, em certos casos em que o juiz não concorda com os termos do acordo por considerar que não é adequado ao caso concreto, pode dar ao réu uma oportunidade de se retirar daquele acordo⁵⁵. Contudo, é importante lembrar uma particularidade do processo penal estadunidense que permitia ao magistrado exercer esse controle sem que emitisse um juízo de pré-julgamento do caso – no processo penal dos Estados Unidos, todos os casos são submetidos ao julgamento pelo tribunal do júri, de maneira que o magistrado que considera o acordo inadequado não será o julgador do mérito daquele caso.

Além disso, um outro fato de aumento dos incentivos dos juízes para a celebração dos acordos está relacionado com a própria estrutura processual. Com a introdução de uma audiência de custódia em 1860, na Califórnia, por exemplo, o preso passou a ser imediatamente apresentado ao juízo e surgiu um espaço para uma negociação de culpa logo no início do processo penal, em que a questão já poderia ser solucionada em defini-

52 – *Idem*, p. 111-114

53 – *Idem*, p. 116-124.

54 – *Idem*, p. 131.

55 – *Idem*, p. 134.

tivo, com celeridade, economia processual e aplicação imediata do direito penal ao caso concreto por meio do *Plea Bargaining*⁵⁶.

Finalmente, do ponto de vista do magistrado, a questão da eficiência também se tornou um fator decisivo de incentivo. A negociação de acordos previne a anulação dos processos penais e a reforma das sentenças condenatórias em grau de apelação, assegurando a estabilidade do sistema processual penal. Aliás, desde o momento em que 95% dos processos penais passaram a ser solucionados a partir do *Plea Bargaining*, o instituto passou a se tornar importante para o processamento e a resolutividade dos processos criminais contemporâneos: “não apenas reduz a carga de trabalho e preserva a reputação dos dois mais poderosos atores na sala de audiência, o juiz e o promotor, mas também protege a reputação do sistema como um todo”⁵⁷.

Com relação aos motivos dos réus, é importante ressaltar que o principal objetivo do acusado é ser absolvido. Logo, de início, os acusados que tinham acesso à assistência jurídica de um advogado e, em tese, maior probabilidade de absolvição se recusavam a celebrar um acordo com o Ministério Público⁵⁸. Essa resistência inicial foi sendo superada com o passar do tempo, especialmente, porque os acusados também passaram a considerar a barganha como uma maneira de reduzir a incerteza e de evitar a sentença condenatória mais severa⁵⁹: “quando acusados consideram sua probabilidade de condenação como certa, são mais suscetíveis a buscar um acordo para reduzir sua perda de liberdade”⁶⁰.

Além disso, a institucionalização da Defensoria Pública também consolidou a posição dominante do instituto do *Plea Bargaining*, na medida em que os defensores públicos também possuem as mesmas pressões por eficiência e por gerenciamento de acervo de casos judiciais que a ma-

56 – *Idem*, p. 166.

57 – *Idem*, p. 180.

58 – *Idem*, p. 91-92.

59 – *Idem*, p. 178.

60 – *Idem*, p. 179.

gistratura e o Ministério Público⁶¹. Contudo, um dos efeitos colaterais da disseminação dos acordos para a aplicação de penas reduzidas foram as reformas legislativas com o objetivo de aumento das penas – uma forma que o legislador encontrou para compensar, de antemão, os descontos que serão dados fatalmente em cerca de 95% dos casos⁶². Logo, o montante das penas mínimas e máximas dos crimes foi aumentado em geral como consequência da consolidação e do triunfo da *Plea Bargaining* nos Estados Unidos.

Discussão Contextualizada do Cenário Brasileiro

Encerrada a análise do desenvolvimento históricos, das explicações sociológicas e dos incentivos econômicos para a posição dominante do *Plea Bargaining* nos Estados Unidos, podemos realizar a discussão sobre o contexto brasileiro a partir da recente introdução do instituto no nosso direito. No dia 07 de agosto de 2017, o CNMP editou a Resolução n. 181 que previa, no seu artigo 18, o acordo de não persecução penal. Em contraste com os demais acordos previstos no direito brasileiro desde a década de 1990, o acordo de não persecução penal não precisava, a princípio, ser homologado por decisão judicial, para que fosse dado início ao cumprimento dos requisitos pelo acusado⁶³. Por outro lado, contudo, a falta de homologação judicial causava incerteza jurídica, na medida em que seria possível que o magistrado se recusasse a homologar o arquivamento do inquérito policial após o cumprimento dos requisitos do acordo e, assim, não tivesse qualquer efeito prático a celebração de acordo entre acusação e defesa⁶⁴. Sem que tivesse havido a homologação judicial, o acusado corria o risco de que, rejeitado o arquivamento, o Procurador-Geral de Justiça determinasse o oferecimento de denúncia ou que, diante da inércia do promotor no oferecimento de denúncia, a vítima do crime oferecesse

61 – *Idem*, p. 194-200.

62 – *Idem*, p. 210.

63 – GARCIA, Emerson. O Acordo de Não Persecução Penal Passível de Ser Celebrado pelo Ministério Público: Breves Reflexões. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, v. 68, p. 40, 2018.

64 – *Idem*, p. 41.

a queixa subsidiária⁶⁵. Além disso, por se tratar de um acordo que pode ser realizado facultativamente e não como um dever legal do Ministério Público, existe uma mitigação ao princípio da obrigatoriedade, inclusive, porque pode ser oferecida uma redução drástica da pena e mesmo uma concessão de perdão⁶⁶. Segundo o magistério de Emerson Garcia, o acordo de não persecução penal não resultaria na aplicação de penas, notadamente por se tratar de aplicação de requisitos decorrentes da negociação entre acusação e defesa antes da persecução penal⁶⁷. Assim, as medidas não possuiriam a natureza de sanção penal nem seriam consideradas para fins de antecedentes penais⁶⁸.

Ora, dois meses após a promulgação da Resolução n. 181/2017, já foram ajuizadas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) no STF. Em primeiro lugar, a AMB ingressou com sua ADI, no dia 03 de outubro de 2017, alegando que o ato normativo emanado do CNMP teria usurpado a competência do legislador e violado o princípio da legalidade. Especialmente em relação ao acordo de não persecução penal, “o Ministério Público estabeleceria desde logo ‘penas’ ao acusado”⁶⁹, havendo total inovação da matéria sem edição de lei federal, sendo que não poderia o CNMP “criar novas hipóteses de delação premiada, como, mais grave, estabelecer que o eventual acordo sequer seja submetido ao exame do Poder Judiciário”⁷⁰. Além da violação ao princípio constitucional da legalidade, haveria também uma violação à cláusula constitucional de reserva de jurisdição, na medida em que estaria “o CNMP usurpando a competência do Poder Judiciário para julgar e impor sanção aos jurisdicionados”⁷¹. Aliás, segundo a AMB, “o ponto mais grave da Resolução n. 181 está, certamente, na constatação de que a pretexto de realizar ‘acordo de não persecução penal’, fazendo com que o ministério público usurpe a competência do Poder Judiciário para julgar e impor

65 – *Idem*, p. 41-42.

66 – *Idem*, p. 40-42.

67 – *Idem*, p. 41.

68 – *Idem*, p. 42.

69 – Petição Inicial da ADI n. 5790, p. 24.

70 – *Idem*, p. 25.

71 – *Idem*, p. 26.

sanção penal aos jurisdicionados”⁷². Em conclusão, a AMB considera que o acordo de não persecução penal viola o artigo 5º, Incisos XXV, LIII, LIV, LV, LVI, LXI e LXV, da Constituição Federal e que não seria possível aceitar a substituição da magistratura sob o argumento simpático de redução de número excessivo de processos, desperdício de recursos, atrasos judiciais e prejuízos sociais⁷³.

Além desta demanda, também foi ajuizada a ADI n. 5793 pelo Conselho Federal da OAB, no dia 11 de outubro de 2017, cujo principal alvo foi justamente o acordo de não persecução penal. De acordo com a OAB, a resolução viola o princípio da indisponibilidade da ação penal, prerrogativa institucional de que o ministério público não poderia dispor ou renunciar sem previsão legal⁷⁴. Outro problema é que tal acordo não é submetido à homologação pelo Poder Judiciário, de maneira que se trata de acordo precário e que pode gerar questionamentos futuros - inclusive a recusa judicial de homologar o arquivamento do inquérito, de maneira a que é necessária a análise do Poder Judiciário para que o acordo tenha eficácia jurídica⁷⁵. Além disso, segundo a OAB, existiria uma concentração de poderes por parte da acusação, que investiga, impõe penalidades e fiscaliza o seu cumprimento - o que seria típico de um modelo inquisitorial e contrário ao modelo acusatório preconizado pela Constituição brasileira⁷⁶. Outro vício de inconstitucionalidade seria a possibilidade de o Ministério Público escolher quem irá ou não irá processar, o que configuraria uma violação ao princípio republicano, porque não haveria “espaço para discricionariedade em matéria de persecução criminal”⁷⁷. Em resumo, a OAB também fundamentou sua ação com base no princípio da legalidade, na reserva de jurisdição e na incerteza jurídica.

Ressalte-se que os fundamentos para adoção do acordo de não persecução penal estão disponíveis, na medida em que a Corregedoria

72 – *Idem*, p. 26.

73 – *Idem*, p. 28-29.

74 – Petição Inicial da ADI n. 5793, p. 9.

75 – *Idem*, p. 9-11.

76 – *Idem*, p. 11.

77 – *Idem*, p. 12.

Nacional do Ministério Público fez a proposta a partir de um pronunciamento final em procedimento de estudos. Assim, o instituto foi inspirado pela experiência da Alemanha e dos Estados Unidos (referência expressa ao “*plea bargaining*”), em que foi desenvolvido um procedimento informal de acordo penal sem que houvesse previsão legal⁷⁸. O documento se refere ainda ao princípio da eficiência para concluir que “haveria um grande avanço na qualidade do nosso Sistema de Justiça”, por conta da celeridade na resolução de casos menos graves, disponibilidade de tempo para casos complexos, economia de recursos públicos e minoração dos efeitos negativos de uma sentença penal condenatória⁷⁹. Após o ajuizamento das ADIs da AMB e da OAB, houve uma nova discussão interna no âmbito do CNMP e foi decidida a aprovação de ajustes pontuais no regramento. Particularmente com o objetivo de preservar o instituto do acordo de não persecução penal, a modificação mais significativa foi a inclusão de “controle prévio do Juízo sobre o cabimento do acordo e o próprio conteúdo das condições avençadas”⁸⁰, de maneira a se respeitar a cláusula de reserva de jurisdição e a se reduzir a incerteza jurídica do acusado. Tais alterações foram estabelecidas por meio da Resolução n. 183, de 24 de janeiro de 2018, conforme se verifica através da nova redação do artigo 18:

Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente:

I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – renunciar voluntariamente a bens e direitos, indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;

78 – Pronunciamento Final em Procedimento de Estudos, p. 30.

79 – *Idem*, p. 32.

80 – Proposição n. 1.00927/2017-69.

III – prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público;

IV – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito;

V – cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada.

Os documentos produzidos no âmbito do CNMP, da AMB e da OAB, em certa medida, reproduzem narrativas históricas, explicações sociológicas e incentivos motivadores dos promotores, dos juízes e dos acusados nos Estados Unidos. Aliás, a discussão contextualizada do cenário brasileiro pode apontar limites e possibilidades da adoção do instituto do *Plea Bargaining* entre nós. Quanto aos limites, uma restrição evidente diz respeito ao fato de que o acordo de não persecução penal é aplicável apenas e tão somente aos crimes de menor gravidade. Na experiência dos Estados Unidos, o *Plea Bargaining* também era, inicialmente, limitado ao crime de comercialização de álcool sem licença, que implicava apenas no pagamento de uma multa pecuniária por parte do acusado. Inicialmente, o *Plea Bargaining* também foi feito de modo implícito, isto é, sem que fosse expressamente registrado nas atas judiciais.

A rigor, no direito brasileiro atual, também existem acordos implícitos. Paradoxalmente, a experiência prática da justiça criminal brasileira evidencia a existência, não raro, de acordos de promotores com os acusados e os seus defensores nos casos dos julgamentos do tribunal do júri⁸¹.

81 – Esse tipo de acordo sobre a definição dos pontos não-controvertidos ocorre, por exemplo, quando a acusação define que não perseguirá a condenação pela pena máxima e, a seu turno, a defesa desiste de postular a absolvição do acusado, definindo a estratégia de assegurar uma pena reduzida. Esse tipo de acordo pré-julgamento também ocorre nos Estados Unidos. Veja MELO, João Ozorio de. Racionalização do Processo: Advogados e Promotores Experientes Valorizam Acordos Antes do Julgamento. Conjур, 8 de janeiro

Ora, no caso do processo penal mais complexo, após a realização da coleta de provas no inquérito policial, na fase de pronúncia e no plenário de julgamento, as partes chegam a um acordo que assegura a condenação e, ao mesmo tempo, impede que se trate de uma condenação a uma pena máxima. Nesses casos, a barganha envolve o compromisso da defesa de não defender uma tese de absolvição total mediante a contrapartida da acusação de que não sustente todas as circunstâncias qualificadoras⁸². Esse acordo entre acusação e defesa poderia ocorrer logo no início do processo, durante a audiência de custódia, mas se espera o desenvolvimento de todos os atos processuais por três vezes e por inúmeros anos, para que seja feito o acordo apenas no último ato do processo, durante o julgamento pelo plenário no tribunal do júri. Ora, esse exemplo revela falta de celeridade, desperdício de recursos, prejuízos para o controle social e para a efetiva aplicação da lei penal.

O acordo de não persecução poderia ser feito desde o início do processo, inclusive para os crimes dolosos contra a vida e com aplicação de penas privativas de liberdade, a exemplo do que acontece com o *Plea Bargaining* nos Estados Unidos, na Alemanha e em outras jurisdições ao redor do globo⁸³. A evolução do *Plea Bargaining* nos países da família jurídica da *Civil Law*, aliás, revela que o instituto não é incompatível com a tradição jurídica romano-germânica:

Na retórica ortodoxa da *Civil Law*, a confissão da culpa era admissível como meio de prova, mas não poderia ser usado para evitar o proces-

de 2015. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jan-08/advogados-promotores-experientes-valorizam-acordos>. Acesso em 27/10/2018.

82 – A possibilidade de celebração desse acordo não está prevista expressamente no Código de Processo Penal, mas ele existe na experiência prática, revelando mais um caso em que a realidade do direito não corresponde ao texto legal, sendo necessária a elaboração de pesquisas empíricas sobre esse fenômeno. Veja, a título exemplificativo, o estudo comparado sobre o tribunal do júri estadunidense e brasileiro: BRUNA, Themis. Aproximações legais e doutrinárias ao júri popular no Brasil e nos Estados Unidos. Maio de 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6754/aproximacoes-legais-e-doutrinarias-ao-juri-popular-no-brasil-e-nos-estados-unidos>. Acesso em 27/10/2018.

83 – Sobre a globalização do *Plea Bargaining* e sua tradução para os diversos sistemas penais do globo, veja LANGER, Maximo, From Legal Transplants to Legal Translations: The Globalization of Plea Bargaining and the Americanization Thesis in Criminal Procedure. *Harvard International Law Journal*, vol. 45, n. 1, p. 1, 2004.

so. Caberia à corte determinar a culpa, não para o acusado ou o promotor, e *Plea Bargaining* assim era proibido. De fato, contudo, *Plea Bargaining* em forma disfarçada era praticado na maioria, se não todas, as jurisdições da *Civil Law* ainda que acadêmicos negassem a sua existência e continuassem a comparar a sua ortodoxia da *Civil Law*, mostrando-se desfavoráveis com a prevalência do *Plea Bargaining* na prática dos Estados Unidos. Atualmente, ele tem sido amplamente aceito na Alemanha e em outros dos principais sistemas da *Civil Law* como parte das reformas no processo penal do final do século XX descritas posteriormente neste capítulo. Na Itália, por exemplo, *Plea Bargaining* foi expressamente incluído no novo Código de Processo Penal, que possibilita a redução de um terço da pena expressamente prevista para o acusado que confessa sua culpa. *Plea Bargaining* é, obviamente, uma maneira de resolver rapidamente o crescente número de acusações criminais que têm largamente excedido a capacidade das cortes no mundo da *Civil Law*, assim como no da *Common law*⁸⁴.

No cenário brasileiro, a falta de intervenção do poder judiciário foi parcialmente sanada com a nova regra de que o acordo deve ser homologado judicialmente. Contudo, existe um vício mais grave que é a questão de que a iniciativa de introdução do instituto no direito brasileiro deveria ser feita conjuntamente tanto pelo CNMP quanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Magistratura e Ministério Público possuem motivação muito parecida para a incorporação de um acordo de não persecução penal amplo no direito brasileiro, que imponha a aplicação imediata de penas negociadas sem a necessidade de processos penais longos, caros, repetitivos e formalistas.

Aliás, desde a época colonial, já se identificava como problemas graves da justiça brasileira o excesso de trabalho, a morosidade, a insuficiência do número de juízes, o alto custo processual e a grave impunidade com um baixíssimo número de acusados punidos nos processos penais⁸⁵.

84 – MERRYMAN, John and PERDOMO, Rogelio Perez. *The Civil Law Tradition: An Introduction to the Legal Systems of Europe and Latin America*. 3rd ed. Stanford: Stanford University Press, 2007, p. 132.

85 – WHERLING, Arno e WHERLING, Maria José. *Direito e Justiça no Brasil Colonial: O Tribunal da Relação no Rio de Janeiro 1751 e 1808*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 46-47.

Em sua análise sobre as dificuldades e os vícios históricos da justiça colonial brasileira, Arno Wheling e Maria José Wheling identificaram uma herança negativa portuguesa que nos acompanha até o presente:

estavam presentes as mesmas dificuldades e vícios encontrados nos outros tribunais portugueses, já assinalados pelos contemporâneos dos quais vários continuaram presentes na justiça brasileira até os dias de hoje, conforme se constata em diferentes diagnósticos realizados na década de 1990 a propósito da chamada “reforma do judiciário”: o congestionamento de processos em certos momentos; a ausência ou impedimento de desembargadores, por vacância do cargo, doenças ou desempenho de outras atividades determinadas pelo governo; a morosidade dos processos, pela quantidade de recursos disponíveis às partes e pelo seu uso alusivo pelos advogados; o comportamento irregular (despotismo, corrupção, nepotismo, compadrio) de alguns de seus magistrados a dificuldade em responsabilizar funcionalmente os magistrados, de que reclamaram vários vice-reis; e as decisões judiciais conflitantes, apesar dos esforços vinculadores dos assentos da Casa da Suplicação, sobretudo na época do marquês de Pombal⁸⁶.

Logo, as patologias do Poder Judiciário relativas ao acervo volumoso de litígios, o número insuficiente de juizes e a lentidão processual possuem origem histórica e nos acompanham desde o período colonial. Por outro lado, antes da independência do Brasil, o direito penal era pautado por um sistema de leniência episódica similar à tradição do Reino Unido, em que o rigor das ordenações era atenuado por uma série de decisões da justiça real em que as penas eram descontadas ou perdoadas – o rei ameaçava os súditos com a severidade da lei, ao mesmo tempo em que atenuava o rigor da aplicação com o indulto e a comutação das penas, sendo ao mesmo tempo justiceiro e pai⁸⁷. Contudo, essa tradição de leniência episódica não resultou no desenvolvimento de um mecanismo de negociação de acordos entre acusação e defesa após o fim do direito colonial e o início do moderno direito penal brasileiro. Por outro lado, desde a redemocratização e a constituição de 1988, o direito brasileiro tem adotado uma série de instrumentos de despenalização, transação e le-

86 – *Idem*, p. 251.

87 – *Idem*, p. 228.

niência⁸⁸. Com o advento do instituto do acordo de não persecução penal, o direito brasileiro caminha na direção de uma justiça penal negociada⁸⁹.

Contudo, o cenário atual é de embate institucional entre magistratura e Ministério Público⁹⁰. Tal disputa poderia ser superada a partir de uma nova resolução conjunta entre CNMP e CNJ com o objetivo de que tanto o Poder Judiciário quanto o Ministério Público definam as regras de aplicação do instituto, os critérios para a homologação e a possibilidade de aplicação ampla, inclusive, para o cumprimento de penas privativas de liberdade⁹¹. A princípio, o objetivo do CNMP com a instituição do acordo

88 – GARCIA, Emerson. O Acordo de Não Persecução Penal Passível de Ser Celebrado pelo Ministério Público: Breves Reflexões. *Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro*, v. 68, p. 40, 2018.

89 – BRANDALISE, Rodrigo da Silva. *Justiça Penal Negociada: Negociação de Sentença Criminal e Princípios Processuais Relevantes*. Curitiba: Juruá, 2016.

90 – Um exemplo pródigo pode ser observado no comunicado da 44a Sessão da 2a Câmara de Coordenação e Revisão Criminal do Ministério Público Federal (2a CCR/MPF), realizada em 09 de julho de 2018, em que foi examinado um acordo de não persecução penal que tinha sido realizado por um Procurador da República em um caso de estelionato majorado e rejeitado pelo magistrado federal sob o argumento de que se tratava de uma negociação de acordo ilegal e inconstitucional. A 2a CCR/MPF deliberou pela manutenção e pela implementação do acordo de não persecução penal, referindo-se, inclusive, à precedente anterior com decisão unânime daquele colegiado. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/comunicados-da-2a-ccr-1/2018/comunicado_44_sessao.pdf. Acesso em 27/10/2018.

91 – Na tradição brasileira, por exemplo, caso não concorde com os termos do acordo, o magistrado deve exercer o controle sobre a atuação do ministério público por meio da remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, com aplicação analógica do artigo 28 do Código de Processo Penal. Por outro lado, não se deve cogitar da possibilidade de que o magistrado considere que o Ministério Público possui sempre o dever funcional de propositura de um acordo de não persecução penal aos acusados. Esse entendimento não considera o fato de que um ordenamento jurídico não é composto apenas de direitos e dos deveres correspondentes a esses direitos. Conforme a lição clássica de Wesley Newcomb Hohfeld, em seu artigo sobre os conceitos fundamentais do direito, além de direitos e deveres, existem privilégios, prerrogativas, responsabilidades, imunidades, capacidades, poderes e interesses juridicamente protegidos. Veja HOHFELD, Wesley Newcomb, Some fundamental legal conceptions as applied in legal reasoning. *Yale Law Journal*, vol. 23, n. 1 (1913), p. 30. Enfim, a sugestão de alguns doutrinadores de que todos os institutos previstos no ordenamento jurídico necessariamente atribuem direitos e seus deveres correlatos não corresponde à complexa tipologia de conceitos jurídicos. Para a tese de que o ministério público possui sempre o dever de agir e jamais prerrogativas ou poderes jurídicos, veja GRINOVER, Ada Pellegrini et alli. *Juizados Especiais Criminais*. 3a ed., São Paulo: RT, 1999.

de não persecução penal foi facilitar a possibilidade de arquivamento de inquéritos penais, mitigando-se a obrigatoriedade e adotando, em substituição, a discricionariedade regrada ou “*Prosecutorial discretion*”⁹². Porém, o *Plea Bargaining* possui um potencial de aplicação muito mais ampla, na medida em que seria possível adotar a discricionariedade também para fins de negociação de acordos com a aplicação da pena privativa de liberdade⁹³. A aplicação imediata da pena aumentaria a eficiência do sistema penal por meio da aplicação de sanções com o consentimento do acusado, reduzindo o acervo e a impunidade⁹⁴.

Aliás, a discricionariedade regrada do direito brasileiro atual estabelece um sistema de leniência generalizada com base sobretudo em medidas despenalizadoras - transação penal e suspensão condicional do processo. A legislação define previamente que um réu primário pode cometer impunemente uma infração de menor potencial ofensivo e outra de médio potencial. Ora, a certeza da impunidade é problemática em termos de política criminal, na medida em que os indivíduos possuem incenti-

92 – BEGGIATO, Túlio Fávaro, *Prosecutorial Discretion*: o anacronismo do mito da obrigatoriedade da ação penal. *Boletim Científico ESMPU*, v. 47, p. 366-369, 2016.

93 – Assim, por exemplo, o regramento do CNMP exclui a possibilidade de acordos para crimes com violência ou com grave ameaça, de maneira que o delito de roubo não poderia ser objeto de qualquer negociação. Considere, por exemplo, a hipótese de um réu primário acusado de crime de roubo qualificado tentado, que é preso em flagrante após ameaçar a vítima e não subtrair seus bens por conta da chegada dos policiais. Apesar de primário, em regra, o acusado deverá permanecer preso preventivamente para assegurar a instrução probatória, já que a vítima fatalmente ficaria intimidada por eventual libertação do réu antes da colheita de seu depoimento. Ao final do processo e após ter permanecido preso preventivamente por cerca de seis meses, o acusado será condenado a uma pena privativa de liberdade inferior a dois anos, que será suscetível à suspensão condicional da pena. Ora, nesse caso, não seria mais adequado para todas as partes que, desde a audiência de custódia realizada no dia seguinte à prisão em flagrante, já fosse fechado um acordo entre acusação e defesa, homologado judicialmente, que resultasse na condenação a uma pena inferior a dois anos, que seria imediatamente suspensa? A resposta positiva se impõe, na medida em que evitaria um encarceramento desnecessário, a iniciação de um indivíduo primário no sistema penitenciário com o potencial ingresso em uma organização criminosa e todos os problemas decorrentes da estigmatização típica dos indivíduos presos por longo tempo.

94 – Veja, a respeito, FORTES, Pedro. Resolução de Ano Novo Para o Supremo: Negociação da Culpa, Jota, 25/01/2018 Disponível em: <https://www.jota.info/stf/supra/resolucao-de-ano-novo-para-o-supremo-negociacao-da-culpa-25012017> Acesso em 27/10/2018.

vos para praticar delitos com a expectativa de que certamente não haverá consequências. Além disso, razões de política criminal podem justificar que certos casos sejam encerrados mediante acordo antes do exaurimento das investigações. Já noutros casos com investigação completa pode ser adequado que a acusação persiga a pena máxima ou a obtenção de provas de todos os delitos de uma organização criminosa. Não se trata de uma discussão simplista sobre política criminal como se tudo não passasse de uma disputa ideológica maniqueísta entre os “bons” garantistas e os “maus” punitivistas – como se existissem, de fato, apenas a escola do garantismo penal e o movimento da *Law and Order*⁹⁵. Enquanto permanecemos presos à falsa polarização entre um slogan da guerra ao crime lançado por Richard Nixon e um tratado de filosofia política italiano do pós-guerra, não percebemos as transformações do mundo, da sociedade e da política criminal ao longo da história⁹⁶.

Considerações Finais

O *Plea Bargaining* é um instituto originário do Estado de Massachusetts nos Estados Unidos, tendo surgido no início do século XIX, se consolidado no período do *fin de siècle* e se espalhado para inúmeras jurisdições ao redor do globo. Sua disseminação é explicada pela sua eficiência como resposta penal, pelo aumento da complexidade dos processos penais e pelo controle social exercido por meio da aplicação imediata e consentida da legislação penal. O *Plea Bargaining* se consolidou pela eficiência na gestão do acervo de casos, pela segurança jurídica causada pelo consentimento do acusado e pelo seu impacto positivo tanto para a vítima quanto para o réu. Atualmente, a imensa maioria dos casos se encerram a partir da negociação do acordo, que assegura a estabilidade do sistema criminal estadunidense.

No cenário brasileiro, a iniciativa do CNMP de estabelecer um acordo de não persecução penal provocou a reação imediata da AMB em de-

95 – FRANCO, Alberto Silva. *Crimes Hediondos*. 4a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

96 – FERRAJOLI, Luigi. *Diritto e Ragione: Teoria del Garantismo Penale*. Bari: Laterza, 1989.

fesa de seu espaço institucional e da OAB em defesa de seu mercado profissional. Esse debate criado a partir da Resolução n. 181/2017, da ADI n. 5.790 e da ADI n. 5.793 possibilita uma oportunidade para uma reflexão profunda sobre as possibilidades e limites do *Plea Bargaining* no Brasil. No Brasil contemporâneo, acordos já são celebrados implicitamente no final do julgamento pelo Tribunal do Júri com graves prejuízos sociais causados pela ineficiência, pela demora, pela repetição inútil de atos processuais e pela sensação de impunidade generalizada. A implantação do instituto do *Plea Bargaining* de maneira ampla no Brasil, por meio de resolução conjunta entre o CNJ e o CNMP, criando a possibilidade de negociação de culpa desde a audiência de custódia, poderia revolucionar o processo penal brasileiro, atendendo aos princípios da eficiência, da duração razoável do processo e à efetiva proteção dos bens jurídicos na sociedade.

Historicamente, o direito brasileiro tem sido marcado, desde o período colonial, pela ineficiência, pela morosidade e pela insuficiência de juízes. Além disso, existia uma tradição de leniência episódica que foi abandonada com o advento do direito penal moderno e que poderia, em tese, ser retomada a partir da adoção, em larga escala, dos acordos de não persecução penal. Acordos não são, contudo, uma panaceia que solucionaria todos os males do sistema processual, havendo, inclusive, motivos razoáveis para se preferir a aplicação da lei ao invés da justiça negocial⁹⁷. Os esforços de construção da ordem e da cidadania são longos caminhos históricos, sendo necessário lembrar que a violação sistemática de direitos civis, no Brasil contemporâneo, decorre também da inadequação dos órgãos de segurança pública para cumprimento de sua função⁹⁸. A redução da criminalidade, da violência e do número de homicídios é, portanto, questão mais complexa⁹⁹. Mas o problema passa pelo fato de que o Poder Judiciário “também não cumpre seu papel”¹⁰⁰, por conta do reduzido acesso à justiça, dos altos custos e da demora do processo judicial,

97 – FISS, Owen. Against Settlement. *Yale Law Journal*, vol. 93, 1983-1984, p. 1073.

98 – CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 11a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 212

99 – *Idem*, 212-214.

100 – *Idem*, 214.

do número insuficiente de profissionais e dos tribunais sobrecarregados de processos¹⁰¹.

A adoção ampla dos acordos de não persecução penal poderia ter um impacto positivo sobre essa ineficiência crônica, mas não seria uma solução mágica para todas as mazelas da justiça criminal. A recepção do instituto do *Plea Bargaining* entre nós, contudo, depende das dinâmicas institucionais entre Magistratura, Ministério Público e advocacia, passando por considerações de reserva de poder e de mercado. Existe, ainda, a questão do encontro de diferentes culturas jurídicas¹⁰² e se superaríamos o fetiche ibérico de um direito cuja eficiência se mede muito mais pela sua imperatividade do que pelo seu conteúdo e pela sua capacidade de promover a paz social¹⁰³. Em Portugal, por exemplo, a iniciativa do Ministério Público de propor acordos penais a partir de 2012 - respaldada pelo abalizado magistério de Jorge de Figueiredo Dias¹⁰⁴ - foi interrompida após decisão contrária do Supremo Tribunal de Justiça¹⁰⁵. No Brasil, ainda não foi proferida decisão do STF a respeito dos acordos penais. O presente ensaio pretende justamente lançar luzes históricas sobre o debate contemporâneo, facilitando a compreensão do que está em jogo no presente e na tomada de decisão sobre o futuro da justiça penal negocial no país.

Texto apresentado em novembro de 2019. Aprovado para publicação em julho de 2020.

101 – *Idem*, 214-215.

102 – FRIEDMAN, Lawrence. Is There a Modern Legal Culture? *Ratio Juris*, vol. 7, n. 2, 1994, p. 117-131.

103 – BATISTA, Nilo. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro* - I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000, p. 82.

104 – DIAS, Jorge de Figueiredo. *Acordos sobre a Sentença em Processo Penal: O Fim do Estado de Direito ou um Novo Princípio?* Porto: Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, 2011.

105 – OLIVEIRA, Rafael Serra. *Consenso no Processo Penal: Uma Alternativa para a Crise do Sistema Criminal*. São Paulo: Almedina, 2015, p. 161. Depois da decisão, a Procuradoria-Geral da República determinou que seus membros não realizem acordos penais, reconsiderando as orientações anteriores - Orientação n. 1/2012 da Procuradoria-Geral Distrital atuante junto ao Tribunal da Relação de Lisboa e Memorando da Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra de 19 de janeiro de 2012.

A ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS NO CEARÁ DE 1950 A 1963: DAS ASSOCIAÇÕES AOS PRIMEIROS SINDICATOS¹

THE ORGANIZATION OF RURAL WORKERS IN THE STATE OF CEARÁ FROM 1950 TO 1963: FROM ASSOCIATIONS TO THE FIRST TRADE UNIONS

HELAINÉ SARAIVA MATOS²

FRANCISCO AMARO GOMES DE ALENCAR³

Resumo:

Este estudo propõe uma interpretação da organização espacial de trabalhadores rurais no Ceará em associações e sindicatos de 1950 a 1963. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa com pesquisa documental, referencial teórico e cartografia temática como metodologia para analisar o processo de espacialização dessas organizações no período estudado. No caso cearense, entre as questões discutidas, está o papel que a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas exerceram na orientação das primeiras associações rurais nos anos de 1950 e na fundação dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) nos anos de 1962 e 1963.

Palavras-chave: Geografia; Trabalhadores Rurais; Associações; Sindicatos; Ceará.

Abstract:

We aim to interpret the spatial organization of rural workers in the state of Ceará in associations and trade unions in the period between 1950 and 1963. As methodology, we use a qualitative approach based on documentary, theoretical-referential research and thematic cartography to analyze the process of spatialization of these organizations in the studied period. In the case of the state of Ceará, we address questions such as the role played by the Catholic Church, the Brazilian Communist Party and the Peasant Leagues in orientating the first rural associations in the 1950s and in founding the first Rural Workers' Trade Unions in the years of 1962 and 1963.

Keywords: Geography; rural workers; associations; trade unions; state of Ceará.

1 – Este artigo é inédito e fruto de resultados apresentados na dissertação de Mestrado intitulada “Justiça Juntos: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Ceará de 1950-1985”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), orientada pelo Professor Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar e realizada com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

2 – Doutoranda e Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail para correspondência: helaineism@gmail.com.

3 – Doutor em Sociologia e Professor no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail para correspondência: famaro@gmail.com.

Introdução

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STRAAFs)⁴ se constituem, atualmente, em um dos movimentos com maior capilaridade no espaço agrário nordestino. No Ceará, o Estado possui um Sindicato de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STRAAF) para cada um dos seus 183 municípios, com exceção de Fortaleza, que abriga a sede da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), instituição que representa esse movimento em escala estadual.

Além da expressividade em escala local, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001)⁵, os STRAAFs apresentam a maior estrutura sindical do país, sendo o Nordeste, com 1.678 sindicatos, a região que mais apresenta esse tipo de organização no país.

Nesse sentido, este artigo propõe resgatar e compreender geograficamente as raízes históricas e sociais desse sindicalismo no período pré-1964, recorte temporal que se justifica em função do surgimento dos marcos legais de amparo ao trabalhador rural⁶ e das primeiras associações

4 – É importante esclarecer ao leitor que STRAAF é a atual nomenclatura do movimento em estudo, adotada em todo o Brasil, a partir do ano de 2013, após regulamentações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao Decreto-Lei nº 1.166 de 1971 e da Portaria nº 326, de 1º de março de 2013 que dispõe, por exemplo, sobre a mudança para categorias específicas como a dos agricultores e agricultoras familiares e a dissociação da categoria de trabalhadores rurais. Em sua origem, todavia, no início da década de 1960, quando são fundados os primeiros sindicatos desse tipo no Brasil, esse movimento adotava a seguinte nomenclatura: Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Dessa maneira, todas as vezes em que houver, neste trabalho, referência ao movimento no tempo presente adota-se a sigla atual: STRAAF. No entanto, quando houver referência ao sindicalismo rural de 1950 a 1963, recorte temporal deste artigo, utiliza-se a nomenclatura que vigorava naquele período, ou seja, STR.

5 – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sindicatos: indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/sindical/sindicato2001.pdf>. Acesso em: 6 jan.2015.

6 – Este estudo adotou o conceito legal de trabalhador rural, que, desde 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural - Lei 4.214 de 1963, revogado pela Lei nº 5.889 de 1973, art. 2º definiu essa categoria como “toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência

surgidas, na década de 1950, que deram origem aos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), no Ceará, no início dos anos de 1960.

Os anos seguintes a esse recorte temporal marcaram um período histórico de profundas mudanças no país e de ruptura no movimento sindical e, para entendê-lo durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e posteriormente, é preciso conhecer suas raízes, pois, como lembra Martins⁷, “o passado é uma arma de luta do presente” e compreender os alicerces desse movimento esquecido historicamente é um dos objetivos deste estudo.

A escala de abordagem das reflexões se concentra no Ceará em função da carência de estudos geográficos sobre o tema, mas se reconhece que este Estado está inserido em um contexto de lutas nacionais à época, não estando isolado desse cenário, mas ativo nele, mesmo com as particularidades que lhe cabem.

A luta pela terra não é recente no Brasil. Martins lembra que “elas ocorreram nos primeiros anos de República, com intensos e generalizados confrontos de coronéis contra coronéis em todo o país, verdadeiras guerras, que terminaram seu ciclo com a Revolução de outubro de 1930 e o início da centralização do poder”⁸. Nesse cenário, os trabalhadores rurais sempre estiveram na condição de explorados.

Os trabalhadores rurais são parte do espaço geográfico, considerado como um “conjunto indissociável de objetos naturais, sociais e a vida que os preenche e os anima”⁹. Essa categoria é, portanto, integrante dessa sociedade em movimento, não sendo constituída somente de indivíduos, mas de seres sociais dinâmicos e que “revelam esse dinamismo na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”¹⁰. Lefebvre tam-

deste e mediante salário”.

7 – MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 14.

8 – MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 49.

9 – SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teórico e metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 10.

10 – *Ibid.*, p.14.

bém interpreta o espaço como “*locus* da reprodução das relações sociais de produção”¹¹. Nesse sentido, “todos os espaços são geográficos à medida que são determinados pelo movimento da sociedade e da produção”¹².

Na Geografia, as interpretações teóricas dos movimentos sociais são recentes e centram-se, especialmente, “na busca de uma espacialidade/territorialidade para esses”¹³. A espacialidade é compreendida por Santos como “um momento das relações sociais geografizadas, da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial, sendo a espacialização o resultado do movimento da sociedade, dependente do espaço para se realizar”¹⁴.

Nesse contexto, considera-se o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais no Ceará em suas origens como um movimento socioespacial, pois, no processo de sua constituição, ele se inscreve nas estruturas espaciais já existentes, sem, necessariamente, colocá-las em questão. Para Pedon, “as relações de trabalho são seu principal alvo de politização e se inscrevem no espaço de acordo com a legislação brasileira, isto é, em bases municipais”¹⁵.

Se compararmos ao sindicalismo urbano que se desenvolveu na década de 1930 no Brasil, o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais entrou nesse cenário tardiamente. Somente na década de 1960 é que são registrados os primeiros STRs no Brasil e no Ceará. O desenvolvimento lento do sindicalismo rural se comparado ao urbano pode ser justificado, entre tantos fatores, pela criação tardia de uma legislação específica que contemplasse o trabalhador rural e pela pouca divulgação dessas leis. É importante lembrar que esse desconhecimento deve-se ao fato da categoria

11 – LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ème ed. Paris: Anthropos, 2000, p. 30.

12 – SANTOS, Milton. *op. cit.*, p. 26.

13 – ALENTEJANO, Paulo Roberto. Os movimentos sociais rurais e a teoria Geográfica. In: MARAFON, G. et al. *Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p.103.

14 – SANTOS, Milton. *op. cit.*, p. 26.

15 – PEDON, Nelson Rodrigues. *Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 149.

ser constituída, nesse período, em sua maioria de analfabetos. Além disso, não havia o interesse de intelectuais, como advogados e agrônomos, aos problemas dos trabalhadores e o fluxo de informações pelos meios de comunicações também era limitado.

Para que o Sindicalismo de Trabalhadores Rurais despertasse, ocorreu, primeiramente, a necessidade de mudar a concepção que o trabalhador rural tinha da sua realidade. Foi preciso avançar na relação com a terra e com o latifundiário e reconhecer que essa vivência era submissa e desigual. A organização dos trabalhadores era necessária para mudar a realidade, sendo preciso, para isso, conhecer a legislação e pressionar pela criação de novas leis que garantissem direitos aos trabalhadores rurais, além de lutar contra os latifundiários que pressionavam o Estado para a não criação de novas leis e pelo não cumprimento das que já existiam.

As leis para os Trabalhadores Rurais

A Revolução de 1930 em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil registrou um avanço no amparo legal ao trabalhador, contemplando categorias profissionais, com a inclusão de direitos trabalhistas e de normas sobre a organização sindical. Naquele período, conforme afirma Cacau, “o Estado brasileiro atravessou um período de remodelação onde o governo incorporou demandas das lutas dos trabalhadores na atribuição de direitos através da legislação, projeto de governo chamado de trabalhismo”¹⁶.

Na década de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n.º 19433, de 26/11/1930) e da promulgação da Lei de Sindicalização (Decreto-Lei n.º 19770 de 19/03/1931), teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira, “cuja principal característica seria o atrelamento e subordinação das organiza-

16 – CACAU, Bárbara. *Trabalhadores cearenses, uni-vos!*: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964). 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 19.

ções trabalhistas ao aparelho do Estado com o objetivo de controlá-las e de amortecer as lutas de classes”¹⁷.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no ano de 1943, é um dos marcos desse período e assegurou, na teoria, que os trabalhadores, incluindo rurais, tivessem direito a salário mínimo, férias, aviso prévio etc. Sobre a CLT, o advogado Amadeu Arraes, que assumiu a Delegacia do Trabalho no Ceará em 1961 e ajudou a fundar os primeiros STRs, criticava:

Verifiquei que os dados nela contidos eram insuficientes para que se promovesse a organização dos trabalhadores rurais. Preocupava-me porque sabia eu da exploração existente no campo e da reação violenta que os proprietários exerciam e praticavam sobre os que ousavam defender direitos ou reivindicar alguma coisa¹⁸.

Apesar das lacunas da CLT, antes dela, a legislação que tratava dos direitos dos trabalhadores rurais brasileiros era escassa e, muitas vezes, não passava de decretos específicos a determinadas profissões¹⁹, situação que deixou o trabalhador rural esquecido do sistema jurídico durante décadas.

O Decreto 979, de 1903, revogado somente 30 anos após sua proposição por meio do Decreto 23.611 de 1933, é a “primeira lei brasileira sobre sindicatos rurais”²⁰. Esse amparo legal não avançou na prática em razão da resistência dos latifundiários e da falta de conhecimento da maioria dos trabalhadores rurais, o que não resultou em uma pressão cole-

17 – COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo*: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 35.

18 – ARRAES, Amadeu de Araújo. Depoimento. In: *Seminário Memória Camponesa-Ceará*. Direção: Amaro Alencar; Cesar Barreira e Marcelo Ernandez. Fortaleza: Take Vídeo Produções, 2006. 1 DVD (57 min).

19 – CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas brasileiras em 1943. *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, Brasília, Ano 3, Ed. 7, p. 13-20, 2008. Disponível em: <http://www.institutoprocessus.com.br/2012/?p=5125>. Acesso em: 08.04. 2015.

20 – ALENCAR, Ana Valdevez Ayres Neves de. As novas leis da Previdência social rural e a legislação precedente. *Revista de informação legislativa*, Brasília, v.9, n. 34, p. 165-350, 1972, p. 175. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/180490>. Acesso em: 13.05. 2015.

tiva. Isso não significa dizer que havia ausência de movimentos sociais no campo pressionando o Estado por melhorias para o trabalhador, mas esses eram fragmentados, caminhavam para a expressividade de dispersão e de luta partidária presenciada nas décadas seguintes. Martins lembra que “essa é a única classe social, que desde a Proclamação da República se confrontou com o Exército, como ocorreu em Canudos (1896-1897), no Contestado (1912-1916) e em Trombas e Formoso (1950-1957)”²¹, por exemplo.

Em 1944, houve mais uma tentativa de legalizar o sindicalismo rural no Brasil por meio do Decreto 7.038, mas esse só foi posto em prática a partir dos anos de 1960. O artigo 5º desse decreto pontua os requisitos que os sindicatos tinham que atender para obter o reconhecimento do Estado:

Reunião de um número de associados que assegure possibilidade de vida e organização da entidade;

Duração de excedente não mais que três anos para o mandato da diretoria.

Já no artigo 6º do mesmo decreto, determinava que o pedido de reconhecimento sindical fosse dirigido ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da entidade.

Entre os procedimentos que deveriam constar no Estatuto do sindicato, está “a afirmação de que a entidade agirá como órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional”. O mesmo artigo afirma, no §2º, que “o processo de reconhecimento será regulado em instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.

21 – MARTINS, José de Souza. *op.cit.*, p. 27.

O discurso presente nesse decreto deixou claro o poder que o Estado exerceu no sentido de autorizar ou não o reconhecimento do sindicato, posicionamento que acabou estabelecendo uma relação de submissão entre STRs e Estado.

Foi o Decreto 7.038, de 1944, entretanto, o instrumento legal que permitiu a criação dos primeiros STRs no Ceará no início dos anos de 1960. Sobre a importância desse marco legal, o advogado Amadeu Arraes²² relata que “foi como uma carta de alforria para os trabalhadores. [...] Foi esse documento que deu realmente as delimitações à caracterização específica de trabalhador rural”.

A Constituição de 1946 assegurou ao trabalhador rural, em teoria, estabilidade no emprego e indenização em caso de dispensa sem justa causa. Os STRs criados nos governos de Getúlio Vargas e João Goulart foram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e passaram a ter funcionamento regular no final da década de 1960.

É importante destacar que a legislação dessa época exigia como pré-requisito para a fundação do sindicato que se criasse primeiro uma associação. O fato pode ser comprovado na fala do sindicalista Manoel Aeri Ferreira: “fundava primeiro a associação, depois de dois anos é que se pedia a transformação em sindicato. Era esse o sistema”²³.

Em 1962, foram baixadas as Portarias 209-A e 355-A que facilitaram o reconhecimento de STRs, sendo organizados a partir de distintas categorias tais como trabalhadores da lavoura (referente aos assalariados rurais), pequenos produtores autônomos (referentes aos parceiros, meeiros e arrendatários) e pequenos proprietários e posseiros rurais.

Além disso, foi implantada, em novembro de 1962, a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), que tinha como um dos objetivos es-

22 – ARRAES, Amadeu de Araújo. *op.cit.*.

23 – FERREIRA, Manoel Aeri Ferreira. Depoimento. In: *Seminário Memória Camponesa-Ceará*. Direção: Amaro Alencar; Cesar Barreira e Marcelo Hernandez. Fortaleza: Take Video Produções, 2006. 1 DVD (57 min).

timular a sindicalização rural mediante o fornecimento de sedes para a instalação de sindicatos, de serviços de contador e de advogado, além de empréstimos de veículos para transporte.

Durante todos esses anos, não houve nenhum marco legal que amparasse o trabalhador rural no setor da previdência social. A jurisprudência só avançou nesse sentido com a sanção da lei 4.214, de 2 de março de 1963, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural ou Lei Fernando Ferrari, que criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural. O Delegado Regional do Trabalho no Ceará, Olavo Sampaio, que assumiu o cargo no dia 10 de maio de 1963 relatou a orientação do Estado após o Estatuto do Trabalhador Rural:

Começamos a entrar no período conturbado do governo do presidente Goulart e eu fiz parte desse governo no qual me orgulho muito. [...] Almino Afonso nos orientava organizando no Brasil inteiro as delegacias do trabalho como centros de aplicação da famosa Lei Fernando Ferrari, a Lei da Sindicalização Rural. Eu vim para a delegacia com uma missão: fundar sindicatos rurais. Não sabia que eu estava participando de uma empreitada tão revolucionária e perigosa. [...] No primeiro discurso de posse eu anunciei que a principal meta da nossa administração seria a sindicalização rural, dois dias depois eu recebi os primeiros avisos: que eu evitasse essa trilha porque ela não estava sendo bem vista pelas forças conservadoras que se preparavam para derrubar Jango. Me serviu de estímulo esse aviso²⁴.

Foi essa mesma lei que amparou a sindicalização rural nos moldes corporativistas, prevendo a criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), “órgão máximo da representação sindical dos trabalhadores rurais”²⁵. Mas até a consolidação da CONTAG foi preciso levar as leis ao conhecimento do trabalhador rural para que a sindicalização se efetivasse, de fato, no campo.

24 – SAMPAIO, Olavo. Depoimento. In: *Seminário Memória Camponesa-Ceará*. Direção: Amaro Alencar; Cesar Barreira e Marcelo Hernandez. Fortaleza: Take Vídeo Produções, 2006. 1 DVD (57 min).

25 – RAMOS, Carolina. *Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro. Laboratório de História Econômico e Social*, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 1-12, 2010. Citação á p. 4. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1349.pdf>. Acesso em: 10.03.2015.

As disputas pela orientação dos Trabalhadores Rurais no Ceará

Nesse contexto, a Igreja Católica e os partidos políticos, em especial o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, despertaram para a orientação dos trabalhadores rurais. Essa categoria enfrentou, a partir da redemocratização do país, em 1946, uma disputa dessas instituições e movimentos que lutavam ideologicamente entre si para orientar e inseri-los no sindicalismo. Houve momentos em que alianças foram estabelecidas, mas, de uma maneira geral, essas instituições trabalharam individualmente para repassar suas ideologias com um discurso em prol da sindicalização. Esse embate político e ideológico esteve presente nos movimentos pré-sindicais quando foram registrados o surgimento e o avanço das associações rurais até sua transformação em STRs.

A Igreja Católica é considerada, segundo Santos²⁶, a instituição de peso relevante na organização sindical de trabalhadores do campo.

O receio de um grande levante camponês no Nordeste pôs em marcha esses setores, incluindo aí o clero católico – dividido entre progressistas e conservadores – cuja preocupação era oferecer uma resposta para os problemas do campo, enfrentando a radicalização de alguns setores de esquerda, entre eles o PCB²⁷.

Além disso, o clero progressista determinava a evangelização de sindicatos e abria caminho para uma parceria que se combinava pelo princípio de paz social, intervenção do Estado, sem tocar no princípio da propriedade privada.

[...] tinham muitos padres latifundiários onde o povo não falava nada, onde o povo dizia: nós não sabemos de nada, o Senhor é quem sabe. Onde o povo dizia: tudo que Deus faz é bem feito, onde o povo dizia: tudo é do jeito que Deus quer. Então como criar um jeito do povo falar? Esse era o objetivo. Esse povo tem que ouvir sua própria voz

26 – SANTOS, Jovelina. Em campo contra o inimigo vermelho: a igreja católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. *Saeculum Revista de História*, João Pessoa, n. 26, p. 169-186, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/viewFile/15042/8549>. Acesso em: 12.02. 2016.

27 – *Ibid.*, p.185.

para depois saber que pode falar, saber que seu conhecimento vale e começar a ser sujeito de sua própria libertação e história²⁸.

Nesse sentido, os Círculos Operários Cristãos ganharam notoriedade em meio às ações de orientação da Igreja em todo o Brasil. No Ceará, eles datam de 1915²⁹, mas, nas décadas de 1940 e 1950, ganharam expressividade entre os trabalhadores rurais, até porque tinham o apoio do governo por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), coordenado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em projetos que difundiam suas orientações por meio de emissoras de rádio espalhadas pelo interior.

No final dos anos 40, foi criado, no Rio Grande do Norte, “por meio da iniciativa de Dom Eugenio Salles, o Serviço de Assistência Rural (SAR) que prestou durante toda a década de 50 e início dos anos 60 assistência médica e educacional às populações rurais por meio da difusão radiofônica”³⁰.

O Padre Elmas Moreira, da Diocese de Iguatu, relatou a repercussão dessa ação da Igreja na época: “[...] a grande novidade do trabalho de Natal foi a criação da escola radiofônica. [...] a gente todo dia tinha um programa de utilidade pública de doze a uma hora. A hora que o agricultor estava em casa”³¹.

Ainda sobre essa ação, a Irmã Alice McCabe completa:

[...] criamos vários fóruns em que o povo podia falar. Um fórum foi um programa radiofônico também, pela Rádio Educadora de Sobral. O povo nas comunidades faziam relatórios e mandavam para o programa. [...] outras pessoas escreveram cartas. [...] pessoas vinham a

28 – MCCABE, Alice. Depoimento. In: *Seminário Memória Camponesa-Ceará*. Direção: Amaro Alencar; Cesar Barreira e Marcelo Hernandez. Fortaleza: Take Vídeo Produções, 2006. 1 DVD (57 min).

29 – SANTOS, Jovelina. *op.cit.*

30 – RAMOS, Carolina. *op.cit.*, p. 5.

31 – MOREIRA, Elmas. Depoimento. In: *Seminário Memória Camponesa-Ceará*. Direção: Amaro Alencar; Cesar Barreira e Marcelo Hernandez. Fortaleza: Take Vídeo Produções, 2006. 1 DVD (57 min).

Sobral, camponeses. E falavam no programa. Criava uma linguagem popular, própria do programa³².

Em 1953, a Federação dos Círculos Operários do Ceará divulgou uma relação da sua presença no Estado: no total, existiam 88 círculos operários, 18 localizados em Fortaleza e os outros 70 nos municípios do interior³³.

Os Círculos Operários também exigiram no caso Nordeste e cearense que o governo tomasse providências para minimizar os problemas dos agricultores em função das secas, cada vez mais constantes. Para fundamentar o discurso circulista, apontavam o PCB como o “perigo ou inimigo vermelho” que se aproximava dos trabalhadores do campo e os incentivavam à luta e à desordem. “Pregavam que o comunismo estaria migrando para a zona rural e usava a reforma agrária como bandeira de luta se aproveitando das condições frágeis dos trabalhadores para pregar atos comunistas”³⁴.

O sindicato, nesse sentido, era visto pela Igreja Católica como o instrumento concreto para essa liberdade capaz de assegurar-lhes direitos trabalhistas que os livrariam da situação constante de miséria.

Existia também uma ala na Igreja Católica, representada pela Ação Popular (AP), criada em 1962 que pregava o fim das estruturas de dominação na sociedade e concentrava suas atividades no desenvolvimento da conscientização dos trabalhadores rurais a fim de que elaborassem seus próprios projetos.

Portanto, a Igreja Católica contava com duas correntes atuantes no meio rural: de um lado, o setor ligado à CNBB que detinha grande influência no Nordeste e no Estado de São Paulo; de outro, estava a AP, vinculada a grupos de esquerda e que contestava as relações de poder vigentes no campo³⁵.

32 – MCCABE, Alice. *op.cit.*

33 – SANTOS, Jovelina. *op.cit.*, p. 170.

34 – SANTOS, Jovelina. *op.cit.*, p. 176.

35 – RAMOS, Carolina. *op.cit.*, p. 5.

Podemos destacar nesse período a força e a atuação do Padre Arquimedes Bruno e do próprio arcebispo de Fortaleza, Dom José de Medeiros Delgado, que assumiu a Arquidiocese em 1963 e criou a Fundação João XXIII onde promoveu o sindicalismo e o cooperativismo entre os trabalhadores rurais e teve participação ativa na fundação dos primeiros STRs no Ceará.

Além disso, Carvalho observa que “ao mesmo tempo em que Estado criava mecanismos legais em prol do sindicalismo, havia a intenção de ampliar a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) entre essas novas organizações na tentativa de superar a influência comunista que crescia através do PCB”³⁶.

Em relação aos partidos políticos, a sindicalização dos trabalhadores rurais também foi abraçada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). “Em seu terceiro congresso, realizado em 1928, foi discutida a ampliação da liberdade de associação e a organização de “sindicatos de assalariados agrícolas” e o direito dos sócios elegerem representantes para as entidades”³⁷.

No Ceará, José Leandro Bezerra foi um dos nomes mais expressivos do sindicalismo rural e do próprio PCB. Ele entrou para o partido em 1940 e acabou assumindo com outros membros a fundação das bases municipais do PCB nos municípios que não contavam com representação. Para ele, “a organização dos trabalhadores como primeiro passo para a Reforma Agrária é o principal objetivo da classe e só foi possível graças ao trabalho do PCB”. Considerava os trabalhadores “vítimas da exploração brutal dos grandes fazendeiros reacionários”, por isso a necessidade de organizar as massas³⁸.

36 – CARVALHO, Guilherme. Sindicalismo rural: para compreender as origens institucionais. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 1, p. 1-5, jul/dez. 2011. Citação à p. 4. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5053>. Acesso em: 22.09.2015.

37 – RAMOS, Carolina. *op.cit.*, p. 6.

38 – LEANDRO, José. *Depoimento*: minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988, p. 44.

A fundação das primeiras associações rurais cearenses, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), em 1954, da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), em 1957, dos primeiros STRs no Ceará e da CONTAG, em 1963, estiveram sobre o comando do PCB³⁹.

No que diz respeito aos movimentos sociais, em 1955, um fato ocorrido no município pernambucano de Vitória de Santo Antão ganhou notoriedade nacional e estimulou a formação de outros movimentos semelhantes pelo país e ficou conhecido como Ligas Camponesas. Sua origem está ligada a 140 famílias constituídas por foreiros que trabalhavam no Engenho Galiléia e que organizaram a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que, mais tarde, denominou-se Liga Camponesa da Galiléia.

Os latifundiários da região queriam, entre outras coisas, o aumento do foro e a expulsão dos foreiros da terra do engenho. A Liga Camponesa da Galiléia entrou na justiça na luta pelos seus direitos e foi representada pelo advogado Francisco Julião Arruda de Paula que ganhou a causa pelos foreiros e obteve a desapropriação das terras do Engenho por meio de um Projeto de Lei aprovado em nível estadual. “Em seus discursos e escritos, Julião utilizava-se de imagens e referências históricas, bem como da Bíblia, com as quais os camponeses nordestinos eram familiarizados”⁴⁰.

Um dos motivos que contribuiu para o avanço das Ligas Camponesas foi a facilidade de fundação se comparada ao sindicato. “Fundar uma Liga não dependia de registro no Ministério do Trabalho, bastava seu registro em um cartório de títulos e documentos, pois se constituía em uma sociedade civil de direito privado”⁴¹.

39 – ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ. *Documentos da ULTAC, 1957 e ofícios da FAREC*, Fortaleza, 1956.

40 – WELCH, Clifford. Estudos clássicos brasileiros sobre o campesinato. In: WELCH, Clifford. *et al* (Orgs). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. v.1. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 40.

41 – COLETTI, Claudinei. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 42.

Com o avançar do movimento, as ligas camponesas entraram na disputa pela organização dos trabalhadores. No Ceará, esse não foi um movimento significativo. Só há registro de uma única Liga Camponesa, localizada no município de Camocim, fato citado em Ochoa⁴², Leandro⁴³ e Silva⁴⁴. O fato é que, no Ceará, elas não ganharam força, mesmo assim, a Liga de Camocim deu origem à fundação da Associação de Pequenos Agricultores que gerou posteriormente o STR daquele município. É importante destacar que em determinados momentos essas instituições (Igreja, PCB e Ligas) entraram em conflitos ideológicos na busca pela orientação sindical dos trabalhadores, mas, em outros, fizeram alianças, como as presenciadas entre Igreja e PCB no início da criação das primeiras associações rurais na década de 1950.

Das associações aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Até a legislação para o trabalhador rural começar a vigorar na prática, na década de 1950, foi preciso um intenso trabalho de orientação dos trabalhadores rurais, feito, em sua maioria, pela Igreja Católica, por meio dos Círculos Operários e do PCB.

O primeiro passo rumo ao sindicalismo foi fundar associações rurais, porque primeiramente não precisavam da aprovação do Ministério do Trabalho para serem legalizadas, bastando somente o registro no cartório. Posteriormente, com o avanço da legislação específica para o sindicalismo rural, só se tornava sindicato o município que já possuísse uma associação.

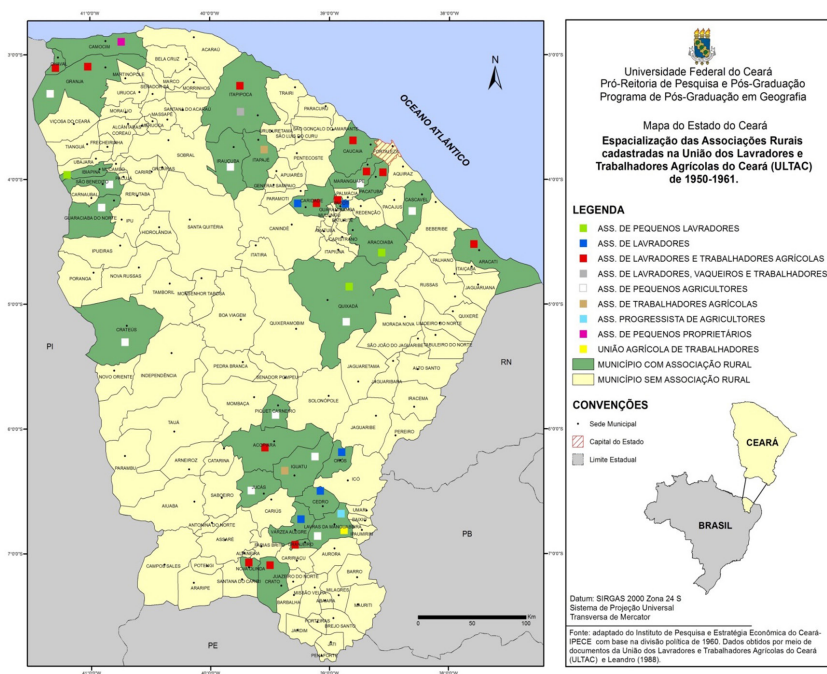
Dessa forma, as ações articuladas para a fundação de associações rurais podem ser consideradas o primeiro movimento pré-sindical com

42 – OCHOA, Maria Gloria Wormald. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais*. Fortaleza: NUDOC, 1989.

43 – LEANDRO, José. *op.cit.*

44 – SILVA, Vera Lúcia. “E nós estamos se mexendo que parado não dar”: atuação do Serviço de Promoção Humana (SPH) no meio rural, Camocim – CE (1969-1995). In: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013, Natal. *Anais...* Natal: 2013. p. 1-19. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364313925_ARQUIVO_ARTIGOCOMPLETO.pdf. Acesso em: 12.02. 2016.

vistas à espacialização no Ceará. Os documentos analisados neste estudo dão conta de 39 associações rurais organizadas em nove categorias: Associação de Pequenos Lavradores; Associação de Lavradores; Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas; Associação de Lavradores, Vaqueiros e Trabalhadores; Associação de Pequenos Agricultores; Associação de Trabalhadores Agrícolas; Associação Progressista de Agricultores; Associação de Pequenos Proprietários e União Agrícola de Trabalhadores (Mapa 1).



Mapa 1 – Espacialização das Associações Rurais no Estado do Ceará de 1950-1961.

Fonte: Helaine Saraiva Matos, 2017⁴⁵.

45 – “Justiça Juntos: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Ceará de 1950-1985”, Dissertação de Mestrado defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Essas categorias foram organizadas de acordo com a conjuntura política da época. Ochoa esclarece que “o objetivo das associações foi estimular a organização das massas do campo sem se apegar a formas rígidas, levando em conta as particularidades e o grau de compreensão das categorias envolvidas. O importante não era o nome que assumia e sim, o princípio de classe”⁴⁶.

As 39 associações rurais foram criadas de 1950 a 1961⁴⁷ e estavam presentes em 30 municípios cearenses. Há aqueles municípios que terão mais de uma associação, contemplando diferentes categorias como é o caso de Lavras da Mangabeira, Iguatu, Pacoti, Maranguape, Caridade, Itapipoca e Granja (Mapa 1).

De um modo geral, percebe-se que as associações rurais estiveram presentes em 28% do território cearense. Sua distribuição contemplou a maioria das regiões, registrando maior ocorrência no Sul cearense, o que pode ser justificado por ser uma área de grande produção de algodão, cana-de-açúcar e mamona, tendo usinas de beneficiamento, engenhos etc.

No Litoral Oeste, em Camocim e nos municípios vizinhos, em função das relações com o Porto e a produção da cera de carnaúba; no Norte do Estado, nos municípios de Ibiapina, São Benedito e Guaraciaba do Norte, onde o cultivo da cana-de-açúcar para produção de rapadura e aguardente era significativo; Quixadá com economia baseada na pecuária e no beneficiamento do algodão.

Essas associações foram criadas em sua maioria pelo PCB com a Igreja Católica e “se propunham a lutar em defesa da classe, por Reforma Agrária, melhores salários para assalariados, financiamento e tudo que necessitavam”⁴⁸.

46 – OCHOA, Maria Gloria Wormald. *op.cit.*, p. 54.

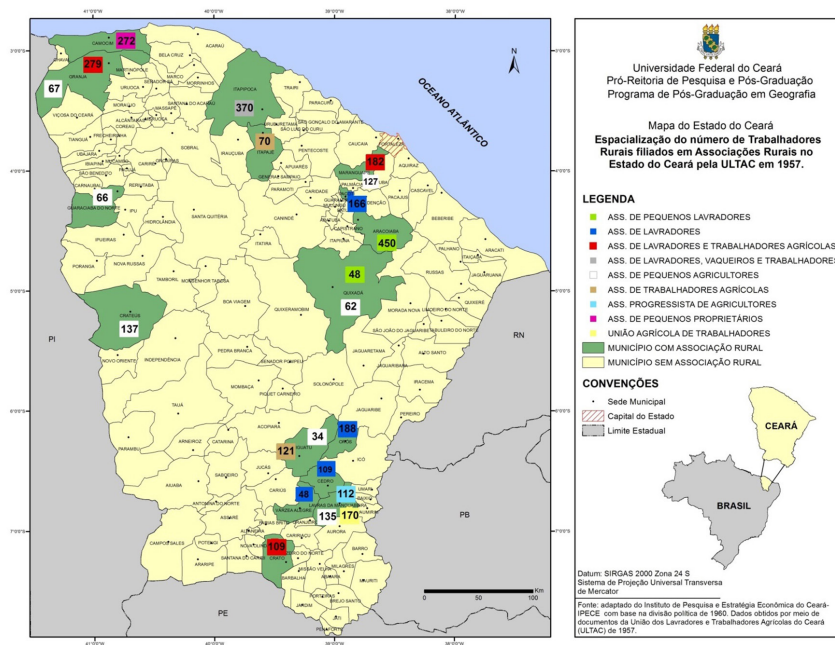
47 – Leandro (*op. cit.*, 1988) registra 29 associações rurais de 1950 a 1961, mas documentos da ULTAB de 1957 dão conta de mais 10, totalizando o registro de 39 associações rurais no Ceará.

48 – LEANDRO, José. *op.cit.*, p.49.

Com o crescimento do número de associações em todo o país, foi realizada, em São Paulo, em 1954, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, que contou com a participação de oito trabalhadores cearenses, representando os municípios de Várzea Alegre, Assaré, Iguatu, Quixadá, Camocim, Itapajé, Ibiapina e Fortaleza, além de lideranças de outros estados. Dessa conferência, resultou acordo do PCB com a Igreja Católica e foi fundada, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura do Brasil (ULTAB). Após essa determinação, o PCB uniu, no Ceará, todas as associações rurais fundadas sob sua orientação na União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura no Ceará (ULTAC), em 30 de janeiro de 1955.

Com relação à quantidade de associados, documentos da ULTAC datados de 1957 dão a dimensão do número de trabalhadores sócios nas 22 associações rurais existentes nesse ano. Foram 3.335 associados distribuídos em 16 municípios cearenses (ver mapa 2). Os municípios com maior número de associados foram justamente aqueles onde a pressão das relações econômicas vindas da agricultura eram maiores como no município de Aracoiaba, em função, principalmente, da produção de café, na região de Camocim e Itapipoca, em função da carnaúba e no próprio Cariri, onde houve um poder de articulação expressivo.

Além das 22 associações rurais, a ULTAC tinha 19 núcleos distribuídos em bairros de Fortaleza e em municípios que não contavam com associações, perfazendo um total de mais 165 sócios. Dessa forma, a estrutura total da ULTAC nesse ano era constituída de 3.500 trabalhadores rurais associados, uma quantidade representativa para a organização do período.



Mapa 2 – Espacialização dos Trabalhadores Rurais filiados nas Associações Rurais no Estado do Ceará em 1957.
Fonte: Helaine Saraiva Matos⁴⁹.

Ainda em 1957, o PCB começou o trabalho de fundar associações com estatutos e agregá-las, criando a Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC) sob a presidência de Jesus Batista, tendo José Leandro como secretário.

Nos dias 8 e 9 de novembro de 1961, foi realizado em Fortaleza, o I Congresso da FALTAC que contou também com representantes da Igreja Católica, como o padre Arquimedes Bruno, um dos principais organizadores⁵⁰. O Congresso foi realizado na sede do Círculo Operário

49 – MATOS, Helaine Saraiva. *Op. Cit.*

50 – PORTO, Márcio de Souza. *Modernidade e catolicismo: o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado no Ceará (1963-1973)*. 2014. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 103.

do Cristo Redentor, o que mostra a aliança nesse período do PCB com a Igreja Católica.

As lutas e a relevância política oriundas da fundação das associações rurais “forçaram o Estado a reconhecer os STRs”⁵¹. No Ceará, o processo de reconhecimento dos sindicatos no início dos anos de 1960 não acompanhou o das associações existentes na década passada. Essa dissimetria ocorreu, principalmente, pela força que o Estado brasileiro exerceu por meio do Ministro do Trabalho, Franco Montoro, que facilitou, entre 1961 e 1962, o reconhecimento de sindicatos que tiveram suas associações fundadas sob a orientação do PCB e do setor esquerdista da Igreja Católica ligado à AP.

Os primeiros STRs fundados no Ceará datam do ano de 1962 (ver mapa 3) e contemplaram, em sua maioria, o Cariri cearense que teve orientação da Fundação Padre Ibiapina. O Delegado Regional do Trabalho à época, Amadeu Arraes, explicou esse processo esclarecendo que procurou o PCB para a fundação dos STRs e este não demonstrou interesse:

[...] Procurei o próprio José Leandro e ele me disse: olha Arraes, é muito demorado esse negócio de sindicato ficar sob o controle da delegacia, do ministério. Isso não nos convém! Nós preferimos a organização livre porque nós temos mais como trabalhar e como nos envolver. [...] Então não tendo outro setor que se interessasse, procurei os bispos, como a igreja tinha uma penetração grande de algumas organizações de trabalhadores [...] ela poderia dar um passo também nesse sentido de alertar os trabalhadores para que eles se organizassem⁵².

Ao todo, de 1962 a 1963, foram fundados 36 STRs no Ceará. Desse total, 44,5% eram associações rurais que se transformaram em sindicatos nesse período. Os primeiros sindicatos rurais no Ceará foram organizados em quatro categorias: Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados – trabalhadores da lavoura; Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais

51 – ABRÃO, Joice Aparecida; SANTOS, Roseli Alves dos. Sindicalismo rural em Francisco Beltrão: a inserção do Trabalho das mulheres nos espaços políticos Administrativos do sindicato dos trabalhadores rurais. In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. *Anais...* Curitiba: UNIOESTE, 2010. p. 1- 10. Citação à p. 1.

52 – ARRAES, Amadeu de Araújo. *op.cit.*

Autônomos – arrendatários, meeiros, parceiros e foreiros; Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais e Sindicatos dos Posseiros Rurais.

É importante ressaltar que os demais municípios que tinham associações rurais, mas que, naquele período, não tiveram o reconhecimento sindical, obtiveram-nos em anos posteriores e a demora pode estar atribuída à relação que mantinham com o PCB e a Igreja Católica. Sobre esse aspecto, Ochoa esclarece:

[...] a crescente pressão da massa trabalhadora do campo, apoiada, principalmente, pelo movimento operário urbano, terminou por quebrar em meados de 1962 a resistência à sindicalização rural possibilitando tornar realidade o direito à sindicalização. No entanto, será na breve gestão de Almino Afonso que o processo se acelera e toma novos rumos⁵³.

Quando Franco Montoro assumiu o ministério, foi favorecido na agilização do reconhecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais o setor esquerdista da Igreja. “Já o ministro do trabalho, Almino Afonso tentou cumprir a legislação com a participação dos líderes sindicais, quer sejam do PCB ou da Igreja Católica”⁵⁴.

Percebe-se que os sindicatos fundados entre 1962 e 1963 sofreram influência não só do PCB, materializado nos municípios que já contavam com associações na década de 1950, mas também de uma representatividade de sindicatos fundados pela Igreja Católica como em Baturité e Redenção que, apesar de não registrarem associações rurais nos anos de 1950, tiveram seus sindicatos estabelecidos em 1962 e 1963, respectivamente, pela “Igreja católica que se sobressai na orientação dos STRs nesses dois anos iniciais”⁵⁵.

53 – OCHOA, Maria Gloria Wormald. *op.cit.*, p. 54.

54 – *Ibid.*

55 – PORTO, Márcio de Souza. *Modernidade e catolicismo: o episcopado de Dom José de Medeiros Delgado no Ceará (1963-1973)*. 2014. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 54.

O trabalho de formação de líderes sindicais oferecido pela Igreja tem os padres Alberto Viana e Tarcísio Santiago como principais orientadores. Porto afirma em seu estudo que “no final do ano de 1963 a Arquidiocese de Fortaleza tutelava dez sindicatos com 2.600 filiados”⁵⁶.

“Com as portarias nº 209-A, 355-A e 356-A de 1962, a ULTAB foi extinta em dezembro de 1963 sendo substituída pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963”⁵⁷. “Lyndolpho Silva, alfaiate, militante do PCB e integrante da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio de Janeiro, foi eleito presidente da nova agremiação”⁵⁸.

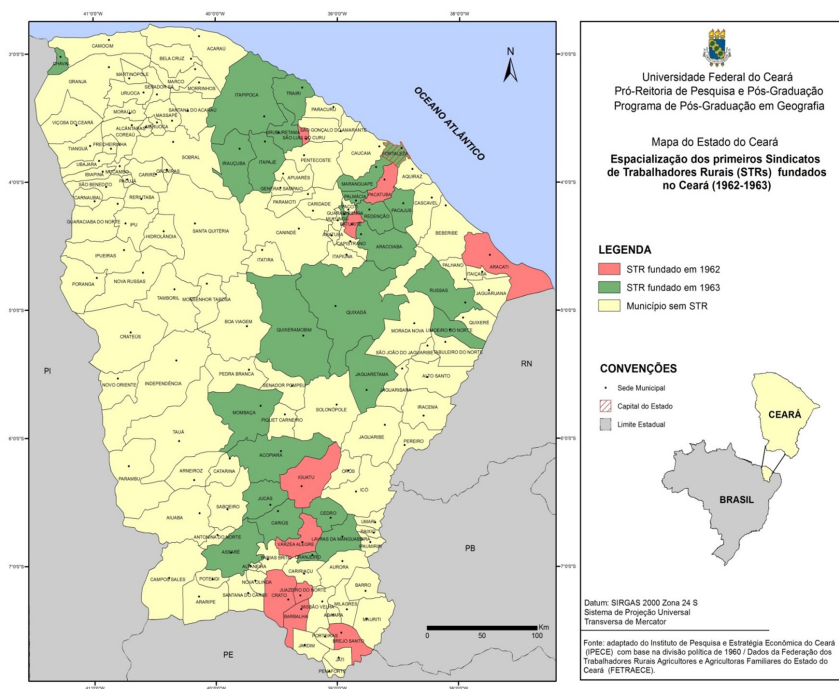
A reunião que resultou na formação da CONTAG foi “patrocinada”, segundo Ramos⁵⁹, pelo governo Goulart, por meio do Ministério do Trabalho e da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSR), órgão criado para agilizar o reconhecimento dos sindicatos. Com sua criação, a CONTAG tornou-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida juridicamente.

56 – *Ibid.*, p. 69.

57 – ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; *et al.* *O pulsar da vida no Campo: FE-TRAECE 50 anos*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p. 26.

58 – RAMOS, Carolina. *op.cit.*, p. 6-7.

59 – *Ibid.*, p. 7.



Mapa 3 – Espacialização dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais fundados no Ceará de 1962 a 1963.

Fonte: Helaine Saraiva Matos, 2017⁶⁰.

Considerações Finais

A origem dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Ceará tem raízes orientadas pela Igreja Católica, pelo PCB e pelas Ligas Camponesas. Este estudo analisou, pelo olhar geográfico, o surgimento dos primeiros STRs no Ceará no início dos anos de 1960 a partir da formação das associações rurais durante a década de 1950 e procurou relacionar os fatos a essas correntes ideológicas e norteadoras do movimento.

A busca por documentos e por novas referências para expor fatos até então desconhecidos revelaram o quanto essa temática carece de estudos e de reflexões.

60 – Matos, Helaine Saraiva. *Op. Cit.*

Não bastassem as lutas e as resistências dessa categoria cuja memória foi ocultada da memória oficial, também seus registros documentais foram destruídos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).

O populismo de Getúlio Vargas e de outros políticos do PTB incluíram a questão rural nas políticas dos governos não por reconhecerem a condição desigual a que são submetidos os trabalhadores rurais, mas como estratégia para controlar as massas e para impedir os conflitos.

É preciso reconhecer as primeiras associações rurais como importantes e necessárias ao sindicalismo rural no Ceará. Sua espacialização é relevante para o período estudado como mostrou este artigo. Além disso, é fundamental encarar os primeiros STRs como reflexo dessas associações e do trabalho de orientação sindical realizado pela Igreja Católica, por meio dos Círculos Operários Cristãos e do PCB.

A continuidade desta pesquisa contemplará reflexões sobre a espacialização dos STRs durante o período ditatorial, momento que marcou lutas, mudanças profundas e repressões nesse movimento. Para compreendê-lo, por sua vez, faz-se necessário refletir sobre suas raízes históricas como se propôs abordar neste artigo.

Texto apresentado em maio de 2020. Aprovado para publicação em setembro de 2020.

COMPLEXOS TURÍSTICO-IMOBILIÁRIOS E PLANEJAMENTO NO LITORAL METROPOLITA NO DE FORTALEZA

TOURIST-REAL ESTATE COMPLEXES AND PLANNING ON THE METROPOLITAN COAST OF FORTALEZA

GABRIELA BENTO CUNHA¹
ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA²

Resumo:

A partir da década de 1970, as metrópoles nordestinas passaram por intensas transformações, principalmente, em seus espaços litorâneos. As principais variáveis para essas mudanças vinculam-se ao planejamento, à iniciativa privada e às novas formas de consumo das zonas costeiras. Entende-se que as zonas de praia ganharam representatividade e valorização em todas as regiões do planeta. Essas áreas buscam a captação de turistas e de vilegiatistas, além da dinamização de seus usos e de suas funções. Assim como na escala global, a região Nordeste tem se inserido em uma nova lógica de produção e de consumo do espaço urbano, principalmente, em equipamentos de forte poder atrativo. O presente artigo busca compreender, de forma inicial, os desdobramentos dessas transformações nos usos e nas funções do espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza, no Ceará, e como as novas formas de lazer – notadamente os complexos turístico-imobiliários – corroboram a produção desses espaços. Para essa análise, utilizaram-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de compreender a ocupação das localidades litorâneas e como o poder público corrobora a questão. Ademais, realizou-se produção cartográfica para visualizar a expansão da mancha urbana litorânea nos anos de 2000, 2008 e 2016 nas localidades metropolitanas com maior dinâmica na atualidade e, por meio de um levantamento de dados em um dos maiores sites de venda e de aluguel de imóveis, buscou-se comparar a valorização en-

Abstract:

Since the 1970s, large cities in the Northeast have undergone intense transformations, mainly in their coastal spaces. The main variables for these changes are linked to planning, private initiative and new forms of consumption in coastal areas. It is understood that beach areas have gained representativeness and appreciation in all regions of the planet. These areas seek to attract tourists and vacationers to coastal resorts and to boost their uses and functions. As on the global scale, the Northeast region has been inserted in a new logic of production and consumption of urban space, mainly that of equipment with a strong attractive power. We seek to understand, firstly, the consequences of these transformations in the uses and functions of the metropolitan coastal space of Fortaleza in the state of Ceará, and how new forms of leisure, especially in tourist-real estate complexes, corroborate the production of these spaces. For this analysis, we used data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in order to understand how coastal locations have been occupied, and how the government corroborate the issue. Secondly, we carried out a cartographic production to visualize the expansion of the coastal urban areas in the years of 2000, 2008 and 2016 in the metropolitan spaces with greater dynamics today. We further conducted a data survey on one of the largest real estate sales and rental sites in order to compare the appreciation between apartments and houses in the year

1 – Doutoranda em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: gabibento.c@gmail.com.

2 – Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: aqpuhc@gmail.com.

tre apartamentos e casas no ano de 2020. Como produto, podemos entender como a iniciativa privada (por meio dos promotores imobiliários) e o poder público corroboram a valorização das zonas de praias metropolitanas

Palavras-chave: Urbanização litorânea; Vilegiatura Marítima; Complexos turísticos.

2020. As a product, we can understand how the private sector (through real estate developers) and the public authorities corroborate the appreciation of metropolitan beach areas.

Keywords: Coastal urbanization; coastal resorts; tourist complexes.

Aspectos introdutórios

A partir da década de 1970, as metrópoles nordestinas passaram por intensas transformações de ordem política, econômica e social. Para Lencioni³, a metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território. Nesse contexto, o processo de metropolização desenvolve-se sobre a região Nordeste do país e intensifica as relações de produção do espaço urbano.

Por conseguinte, para entender o processo de metropolização de Fortaleza, é necessário analisar a dinâmica socioespacial contemporânea e seus desdobramentos que, neste artigo, terão foco na urbanização litorânea e, mais especificamente, nas formas urbanas e nas funções derivadas.

O modelo de planejamento que foi pensado para o Nordeste brasileiro buscava induzir o seu crescimento econômico a partir de atividades do setor terciário e da indústria. Já no caso específico de Fortaleza, a formação da sua Região Metropolitana (RMF) foi estabelecida em 1973 com estratégias econômicas voltadas para a industrialização e, posteriormente, para o turismo.

Diante do crescimento da atividade turística na região Nordeste e a sua importância como um vetor da produção do espaço urbano, o presente artigo busca indicar apontamentos sobre o papel dos planejamentos público e privado e a sua influência no processo de urbanização litorânea. Entende-se que, hoje, a incorporação das zonas litorâneas nas cidades nordestinas é quase que uma totalidade, mas se faz necessária uma com-

3 – LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rural*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17..

preensão desse processo: qual o motivo dessa incorporação? Que planejamento foi pensado para esses espaços? Quais são os usos e as funções que as zonas costeiras incorporam hoje nas metrópoles nordestinas? Como esses espaços tornaram-se valorizados em virtude do lazer e dos investimentos?

Esses questionamentos são de suma importância para analisar a incorporação das zonas de praia na metrópole cearense. O recorte espaço-temporal desse artigo baseia-se nas transformações da borda litorânea da cidade de Fortaleza e dos municípios vizinhos – Caucaia e Aquiraz –, a partir dos anos 2000, enfatizando os usos e as funções da zona costeira ao longo dos anos.

Urbanização litorânea no Ceará: propostas e desdobramentos no litoral metropolitano.

A primeira ação direta de planejamento no Ceará trata-se da formação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), na década de 1970, que é baseada no Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Fortaleza, o PLANDIRF, sendo o primeiro plano que indicou a relação da metrópole com os municípios vizinhos.

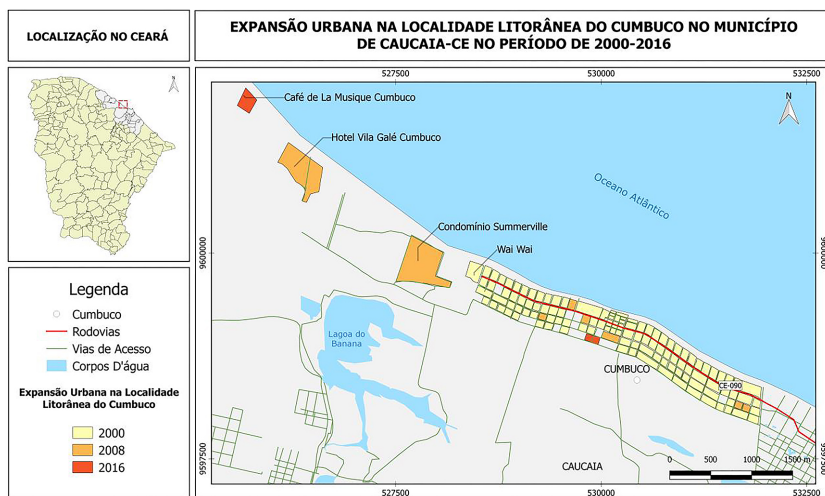
Pereira⁴ “explica que os municípios de Caucaia e Aquiraz eram importantes e estratégicos no desenvolvimento de atividades de lazer pelos fortalezenses”. Já a inserção dos municípios um pouco mais distantes, São Gonçalo do Amarante e Cascavel, gerou novas dinâmicas que demonstram a importância da metrópole como indutora de processos: o primeiro município, através da relação existente pela comunidade da colônia e, posteriormente, com a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; o segundo, com os primeiros sítios e lazer nas praias da Caponga e Águas Belas.

A urbanização litorânea nos municípios metropolitanos teve como principal embasamento a demanda por lazer e a turistificação dos lugares,

4 – PEREIRA, A. Q. *A urbanização vai à praia* – Vilegiatura Marítima e Metrópole no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014, p. 55.

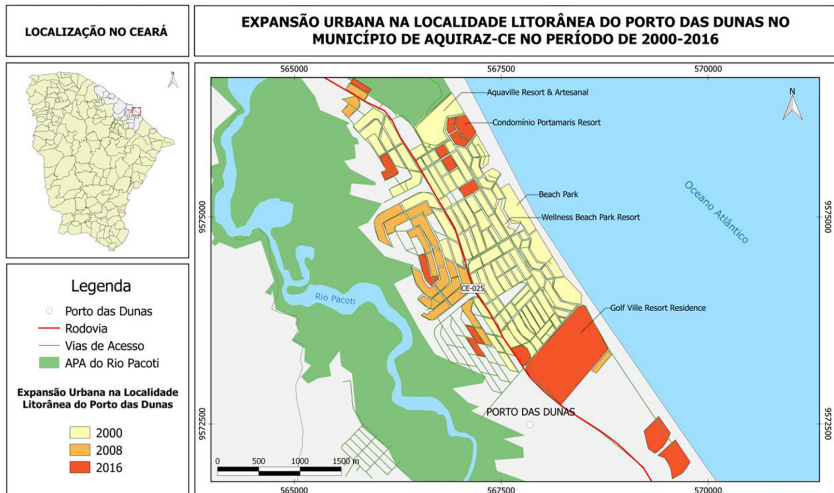
mas cada localidade tem uma dinâmica específica. Uma das principais características do litoral metropolitano cearense é a sua fragmentação, que pode ser analisada pela descontinuidade do tecido urbano. Esse processo ocorre de forma mais intensa nos municípios de Caucaia, Aquiraz, São Gonçalo do Amarante e Cascavel.

É possível perceber que a integração dos espaços litorâneos ocorre de forma inicial no espaço periurbano da metrópole (nas localidades litorâneas dos municípios de Caucaia e Aquiraz) e se expande para os demais municípios de acordo com as novas dinâmicas criadas: práticas marítimas modernas, instalação de empreendimentos imobiliários, desenvolvimento de práticas esportivas, dentre outros. Essas dinâmicas citadas anteriormente também corroboram a expansão e a descontinuidade do processo do tecido urbano litorâneo, ocorrendo, em alguns casos, o crescimento de uma localidade em detrimento de outra (mapas 1 e 2).



Mapa 01: Expansão urbana na localidade litorânea do Cumbuco no município de Caucaia nos anos 2000, 2008 e 2016.

Fonte: CUNHA, G. B. *Urbanização litorânea e planejamento na metrópole: a produção do espaço urbano de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2017.



Mapa 02: Expansão urbana na localidade litorânea do Porto das Dunas no Município de Aquiraz nos anos 2000, 2008 e 2016.

Fonte: CUNHA, G. B. *Urbanização litorânea e planejamento na metrópole*: a produção do espaço urbano de Fortaleza. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2017.

Esse processo tem seu produto apresentado na paisagem de algumas localidades, como Iparana, Pacheco, Icaraí e Tabuba (todas no município de Caucaia). Com o processo de erosão marinha e a depreciação dos imóveis do tipo tradicionais (condomínios e casas) nesses espaços, a Praia de Cumbuco – como apresentamos no mapa 1 – ganha notoriedade com empreendimentos de padrão internacional (*resorts* e hotéis), investimentos públicos (vias de acesso, pavimentação, linhas de ônibus) e equipamentos de lazer (barracas de praia, *kite lounges* e casas de show – como a franquia Café De La Musique).

Da mesma forma, acontece no município de Aquiraz, tendo a consolidação da localidade do Porto das Dunas com o Complexo Beach Park (parque aquático e os demais equipamentos de cunho turístico e residencial) e sua expansão para a Prainha, localidade litorânea vizinha e que abrange os novos empreendimentos de alto padrão (mapa 2). O crescimento dessas localidades, em virtude da expansão dos empreendimentos turístico-imobiliários, ocorre em detrimento das localidades do Iguape e

do Presídio, ambas caracterizadas pela prática do veraneio e pela tipologia de casas tradicionais.

Diante disso, compreende-se que, em diversas cidades com práticas turísticas, o planejamento foi ferramenta fundamental para a inserção e para consolidação dessa atividade na cadeia econômica local e internacional. Os espaços litorâneos metropolitanos foram incorporados para o lazer dos cidadãos e para a instalação das residências de veraneio. À medida que esse processo ocorria, principalmente na década de 1990, o crescimento da atividade turística e a sua consolidação no Nordeste brasileiro gerou a “descoberta” ou a “reinvenção” dos lugares.

A turistificação de trechos dos municípios metropolitanos litorâneos permitiu que as empresas privadas e os grandes grupos empreendedores criassem projetos para o consumo desses espaços, por meio dos complexos de lazer e da diversificação dos empreendimentos turístico-imobiliários⁵. Com isso, esses espaços tornaram-se propícios para a disseminação da vilegiatura marítima⁶ e para sua reprodução.

A atividade turística ganha força na década de 1990 no Ceará e, dentro desse contexto, inúmeras modificações são realizadas na vertente das políticas públicas e no papel dos agentes sociais na produção do espaço urbano. Com o crescimento da metrópole, os espaços litorâneos também ganhavam representatividade e ampliavam suas dinâmicas. Embora historicamente o processo de ocupação das faixas de praia seja predomnan-

5 – O imobiliário turístico, oriundo do fenômeno de “residências-secundárias” ou “segundas-residências”, está pautado na segunda habitação para estadias de durações que variam desde um simples fim de semana até mesmo a permanências mais longas como, por exemplo, as temporadas de férias. Tratado como um tipo de alojamento turístico, porém distante de ser um meio de hospedagem tradicional. Ver mais em: CIRILO, Lecy. O Imobiliário Turístico e as questões socioambientais como influência na hospitalidade: estudo de caso – o Nordeste brasileiro. *Gest. Tur.* (Valdivia), mar. 2009, n°. Especial, p.77-94.

6 – A vilegiatura acontece quando indivíduos ou grupos sociais reservam em seu cotidiano um recorte espaço-temporal onde as necessidades dos praticantes (lazer) serão atendidas, ou seja, o gozo está na condição de se sedentarizar temporariamente em outro lugar que não seja sua residência, seu habitar, sua moradia. Ver mais em: PEREIRA, A. Q. *A urbanização vai à praia – Vilegiatura Marítima e Metrópole no Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

te de pescadores, na década de 1990, o mercado imobiliário teve grande crescimento, com empreendimentos voltados para as práticas marítimas.

No caso cearense, o processo de incorporação imobiliária ocorreu de forma mais intensa nas localidades do Icaraí, do Porto Das Dunas e de Cumbuco. Os empreendimentos trazem novos elementos de forma e de conteúdo para entender o espaço litorâneo da região metropolitana. É nesse contexto que visualizamos os diferentes usos e formas dos espaços costeiros nas últimas décadas. Se nos anos 1990 os condomínios tradicionais⁷ e as mansões predominavam na paisagem litorânea dos municípios litorâneos metropolitanos, na década de 2000, os equipamentos turísticos vinculavam-se ao mercado imobiliário. É durante essa década que os primeiros empreendimentos de caráter turístico-imobiliário são instalados no estado, com destaque para a localidade do Porto das Dunas.

Na abordagem do espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza, é necessário o entendimento sobre a relação entre a expansão da Vilegiatura Marítima e do turismo com as ferramentas de planejamento urbano (citados aqui o Projeto Orla, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR e o Plano Diretor). Essa combinação resultou em dinâmicas diferenciadas nas localidades litorâneas e a formação de padrões morfológicos com especificidades. Consequentemente, o espaço urbano foi sendo reproduzido majoritariamente para atender a nova demanda por lazer e, assim, dinamizar as atividades litorâneas, sendo representado principalmente por novos empreendimentos imobiliários.

Esse processo pode ser analisado a partir de três períodos: na década de 1970, com a prática do veraneio e a ascensão da Praia do Icaraí; nos anos de 1980 a 1990, com o “surgimento” de novas praias, tendo maior foco a Praia do Porto das Dunas e a criação de vias terrestres de acesso para o litoral leste; o último período, a partir da década de 2000, tem como

7 – Entende-se por condomínio tradicional empreendimentos simples de até quatro pavimentos, composto por área de lazer básica (geralmente piscina e deck), próximos à beira mar das localidades analisadas.

fator mais importante a presença de estrangeiros e dos novos empreendimentos do tipo resort, condoresorts e complexos turístico-imobiliários⁸.

Complexos turístico-imobiliários e os novos padrões de consumo em Caucaia e Aquiraz

A configuração espacial contemporânea associa-se a uma demanda induzida pela ação dos consumidores e dos promotores imobiliários. Também é válido apontar o papel das políticas públicas nesse contexto, já que, por não atuar em forma de planos específicos para todo o espaço metropolitano, acaba favorecendo o crescimento econômico de algumas localidades em detrimento de outras, principalmente na vertente do imobiliário turístico. Esse processo levanta a hipótese de que os novos empreendimentos imobiliários fomentam uma urbanização dispersa e desigual, assim como algumas ações de planejamento público⁹.

Assim, o processo de urbanização litorânea metropolitana está associado à disseminação da vilegiatura marítima, a partir da espacialização dos empreendimentos. As formas contemporâneas de uso dos domicílios ocasional são encontradas, atualmente, nos modelos de *resorts*, *condoresorts* e complexos turístico-imobiliários. Os empreendimentos seguem um modelo de padrão internacional, no qual oferecem conforto, lazer, segurança, infraestrutura e o encontro com a natureza.

O transbordamento das relações de lazer fomenta a produção do espaço urbano litorâneo e tende a reproduzir o urbano nas localidades praianas. Entende-se que, desde a década de 1970, os espaços litorâneos estão

8 – Essa classificação baseia-se no tipo de aquisição oferecida pelo empreendimento (compra, aluguel, hospedagem), além dos atrativos internos (piscina, *playground*, quadras poliesportivas, campos de golfe). O *resort* apresenta-se apenas na condição de hospedagem, já o *condoresort* apresenta-se na condição de hospedagem, de aluguel ou de aquisição permanente. Já os complexos turístico-imobiliários apresentam-se como espaços que abrangem todas as tipologias anteriores.

9 – Alguns autores desenvolvem essa análise em outras metrópoles nordestinas. Ver: DANTAS, E. W. C. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (1995-2005): PRODETUR-NE, o divisor de águas. In: *Turismo e imobiliário nas metrópoles*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. SILVA, M.N.F. Incorporação do verão às atividades turísticas na região metropolitana de Fortaleza - CE. *Seminário Nacional de Governança Urbana e Desenvolvimento Metropolitano*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

sendo urbanizados, mas em escalas e em funções diferenciadas. No litoral metropolitano cearense, esse processo ocorre de forma mais intensa a partir dos anos 2000. Essa lógica altera também a forma do tecido urbano e cria novos padrões de ocupação, retratando que a reprodução do espaço urbano não é simultânea nem fechada.

Portanto, as transformações no espaço litorâneo metropolitano de Fortaleza confirmam o papel da metrópole como indutora de processos. A produção do espaço urbano no litoral metropolitano e as tipologias dos novos empreendimentos imobiliários demonstram os desdobramentos de algumas ações de planejamento na intensificação e na expansão desse processo.

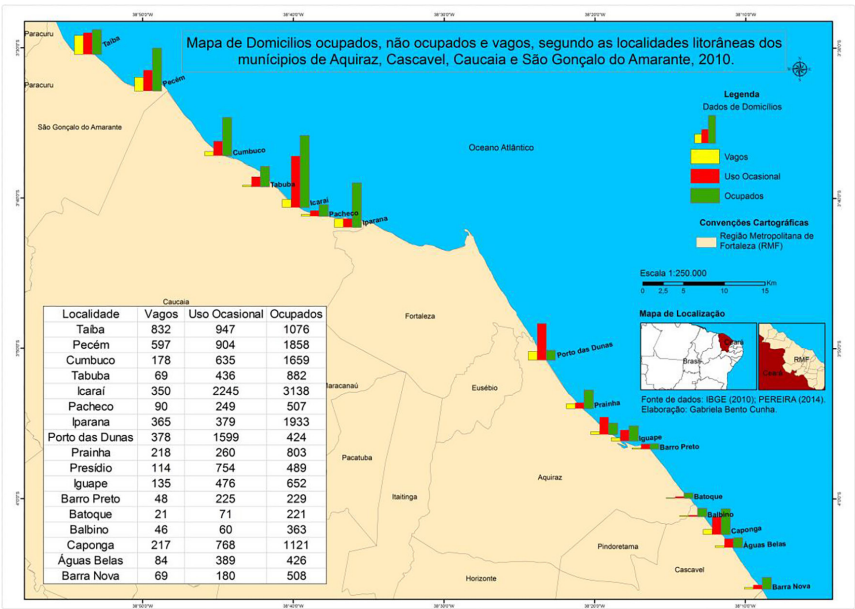
As práticas associadas às dinâmicas de lazer são de suma importância no fenômeno da urbanização litorânea, na valoração das faixas de praia e na expansão do tecido urbano (na Região Metropolitana de Fortaleza, se intensificam na Praia do Cumbuco, em Caucaia, e no Porto das Dunas, em Aquiraz, sendo refletidas nos complexos turísticos, nas barracas de praia, nas práticas esportivas e nos banhos de sol e de mar). As formas e os projetos têm seu cerne no intraurbano, na metrópole, mas as mudanças e os novos padrões apontam a inserção de outros espaços na reprodução do espaço urbano, os municípios metropolitanos. A vilegiatura marítima e o turismo litorâneo, junto ao desejo do morar na praia, fomentam uma urbanização dispersa, fragmentada e expandida para os municípios do espaço metropolitano.

É válido ressaltar que o fenômeno da urbanização litorânea não se restringe a um único fator. Esse processo é analisado a partir de um conjunto de variáveis: a demanda por lazer, as políticas de turismo e o desejo de morar na praia (fortemente atrelado ao *status quo* das elites).

Nos municípios em análise, foi possível visualizar a inserção de empreendimentos turísticos-imobiliário e a transformação desses espaços em função do lazer. No caso da Praia do Cumbuco, a construção do Hotel Vila Galé – uma ação privada –, corroborou a instalação de vias de acesso e é um atrativo para a instalação de novos empreendimentos no entorno.

Por outro lado, o processo de urbanização da Praia do Icarai, iniciado por uma demanda de lazer, propiciou uma rede de serviços diversificada, sendo uma das variáveis para a transformação das segundas residências em morar permanente (mapa 3).

Da mesma forma, podemos avaliar a localidade do Porto das Dunas, sendo o processo diferenciado daquele ocorrido no município de Caucaia. A localidade recebe investimentos voltados para o público de segundas residências e da atividade turística desde a década de 1990, principalmente, após a instalação do empreendimento Beach Park. Esse processo induziu a criação de infraestruturas para a localidade, criando novas vias de acesso e intensificação da relação com a metrópole. Já na década de 2000, a instalação do condomínio “Alphaville Fortaleza”, no Porto das Dunas, buscou atrair o morar permanente da classe média alta de Fortaleza.



Mapa 03: Domicílios ocupados, não ocupados e vagos, segundo as localidades litorâneas dos municípios de Aquiraz, Cascavel, Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Fonte: CUNHA, G. B. *Urbanização litorânea e planejamento na metrópole: a produção do espaço urbano de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, 2017.

Diferentemente do que ocorreu na Praia do Icarai, a instalação de grandes empreendimentos fomentou transformações em infraestrutura, mas não desenvolveu uma rede de serviços diversificada, tendo essa demanda concentrada em Fortaleza. Um desdobramento desse processo é a quantidade de domicílios de uso ocasional na localidade (mais de 50%¹⁰) e também confirma a concentração de empreendimentos turísticos-imobiliário no município (dos oito grandes empreendimentos encontrados no litoral metropolitano, cinco localizam-se em Aquiraz).

Outro exemplo é a construção do empreendimento Aquiraz Riviera, na localidade da Tapera. Esse complexo foi indutor de algumas transformações no entorno, como a criação de novas vias de acesso. O consumo desse espaço para morar permanente, já que o complexo possui um loteamento residencial também corrobora uma maior valoração das zonas de praias metropolitanas.

É válido ressaltar que, ao longo do tempo, as formas de uso e os usuários se modificam. Até a década de 1990, há uma predominância de usuários autóctones, ou seja, de público local (metropolitanos cearenses). A partir de 1990, crescem os fluxos turísticos de outros estados e em menor escala de outros países. Isso intensifica a prática da vilegiatura e do turismo e a sua expansão para localidades que atendam à demanda do lazer.

Compreende-se, hoje, que a vilegiatura não representa mais a fuga da cidade, já que se tornou notadamente urbana. É um dos vetores de expansão da metrópole e a reprodução de um fragmento do urbano. Para Pereira¹¹ (2013, p. 75), “a vilegiatura marítima difere de outras práticas de lazer porque não vivem como habitantes tradicionais; sua vida é regida pelo urbano. Embora de natureza ‘espontânea’, sua permanência só se torna possível com a implantação de infraestrutura.”.

10 – Dados retirados do Censo 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

11 – PEREIRA, A. Q. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*. Confins, vol. 17, 2013, p. 75.

Os investimentos públicos e privados nas zonas costeiras da cidade não ocorrem de forma linear e se expandem para o litoral dos municípios vizinhos. No litoral leste, a concentração de investimentos ocorre na localidade do Porto das Dunas – em Aquiraz -, e na zona oeste, na localidade do Cumbuco, em Caucaia. Esses municípios acabam se tornando uma extensão do litoral e das práticas de lazer da cidade de Fortaleza.

Nessas localidades, é possível visualizar o fenômeno da urbanização litorânea e a consolidação das práticas de turismo e da vilegiatura por meio dos novos equipamentos imobiliários, da infraestrutura encontrada e da expansão da mancha urbana desses espaços. São localidades dotadas de infraestrutura (vias de acesso, transporte direto, serviço de abastecimento de energia, zonas comerciais) e com grandes empreendimentos.

Assim, na análise da expansão do tecido litorâneo metropolitano na cidade de Fortaleza, compreende-se o papel de diversos agentes. A iniciativa privada, com a construção de empreendimentos, o poder público – com a indução de recursos e a construção de infraestrutura básica, e a sociedade civil, com a incorporação de hábitos e a disseminação de novos lugares. A vilegiatura marítima representa um novo papel no cenário contemporâneo: aparece como um dos indicadores de novas dinâmicas de integração dos espaços litorâneos e o processo de urbanização litorânea associado ao planejamento e à iniciativa privada.

As formas contemporâneas de uso dos domicílios ocasionais são encontradas, atualmente, nos modelos de *resorts*, de *condoresorts* e de complexos turístico-imobiliários. Essa classificação associa-se a um modelo instalado nas localidades litorâneas da região Nordeste, diferenciando-se das formas encontradas nas décadas de 1980 e 1990. Se nesse período a predominância das segundas residências pautava-se nas casas tradicionais de veraneio e nos pequenos condomínios tradicionais, hoje, os novos padrões imobiliários diferem-se por meio do tipo de aquisição, dos atrativos internos e das localidades. Assim, para a análise dos empreendimentos levantados no artigo (quadro 01), buscamos compreender as tipologias

imobiliárias debatidas no cenário turístico recente, enfatizando os novos padrões imobiliários a partir dos anos 2000.

Empreendimento	Tipo	Localidade – Município	Inauguração
Vila Galé	Resort All Inclusive	Cumbuco - Caucaia	2010
VG Sun	Condoresort	Cumbuco - Caucaia	2016
Wai Wai Cumbuco Eco Residence	Condoresort	Cumbuco - Caucaia	2016
Carmel Cumbuco	Resort All Inclusive	Cumbuco - Caucaia	2016
Golf Ville Resort e Residence	Condoresort	Porto das Dunas - Aquiraz	2015
Mandara (Lanai e Kauai)	Condoresort	Porto das Dunas - Aquiraz	2015
Wellness Beach Park	Resort All Inclusive	Porto das Dunas - Aquiraz	2010
Aquaville Resort	Condoresort	Porto das Dunas - Aquiraz	2003
Aquiraz Riviera	Complexo Turístico Imobiliário	Tapera - Aquiraz	2010

Quadro 01: Empreendimentos encontrados nos municípios de Caucaia e Aquiraz¹².

Elaboração: Autores (2017).

Entende-se que as novas formas de uso ocasional buscam manter o visitante a maior parte do tempo dentro do empreendimento, para que usufrua de toda a infraestrutura oferecida. Essa característica é bem delimitada nos *resorts*, como explica Ferreira¹³: “os resorts podem ser definidos como hotéis de lazer, situados fora dos centros urbanos, em locais que tenham alguma forma de atrativo natural e que sejam autocontidos”. O termo autocontido reflete as novas opções de lazer oferecidas por esses equipamentos, englobando cada vez mais novos serviços.

O que se compreende hoje das tipologias imobiliárias e dos espaços de lazer dos empreendimentos é o novo padrão de consumo ofertado pelo mercado. Santos¹⁴ explica que “as modernizações criam novas atividades ao responder a novas necessidades. As novas atividades beneficiam-se com as novas possibilidades, porém a modernização local pode representar simplesmente a adaptação de atividades já existentes a um novo grau de modernismo.”

12 – Dados obtidos pelos autores a partir de trabalho de campo durante elaboração de dissertação de mestrado.

13 – FERREIRA, A. L. A.; SILVA, A. F. C. *Para além do muro alto*: “turismo imobiliário” e novas configurações socioespaciais na Região Metropolitana de Natal – RN/Brasil. UFRN, 2006, p. 11.

14 – SANTOS, T. M. S. *Turismo e urbanização em espaços litorâneos*: um olhar sobre a Praia do Forte. Bahia/ Feira de Santana: UEFS Editora, 2013, p. 27.

A nova lógica do capital imobiliário incorpora hábitos e práticas que antes não eram associadas ao consumo local e apontam a desvalorização das antigas formas de lazer. Com isso, temos um processo de desvalorização de casas e uma valorização de apartamentos, principalmente, nas localidades mais afetadas pela expansão de áreas vizinhas, como no Iguape, no Icarai e em Tabuba (ver gráfico 01).

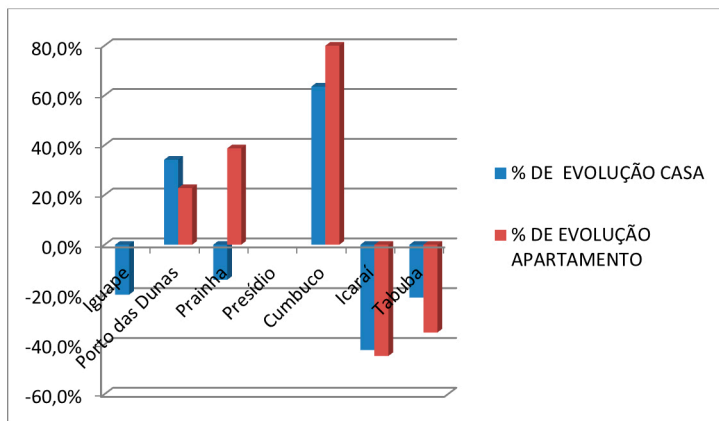


Gráfico 1: Evolução do preço do M² no ano de 2020 no litoral metropolitano do entorno de Fortaleza (Aquiraz e Caucaia, respectivamente).

Fonte: Zap Imóveis¹⁵.

Durante as décadas de 1980 e 1990, os empreendimentos considerados tradicionais apresentam como atrativos apenas a área comum do condomínio (em muitos casos, composta por piscina e por deck) e a sua localização (estar em uma localidade litorânea e estabelecer uso das zonas de praia).

A partir da década de 2000, novos padrões de consumo são pensados, visando a uma relação direta entre os atrativos dos empreendimentos (desde a piscina a quadras de tênis, *spa*, sauna) e o mar. Esses novos padrões buscam cada vez mais consumidores e utilizam atrativos que antes não eram incorporados à dinâmica local. Isso pode ser analisado a partir

15 – A localidade do Presídio, em Aquiraz, aparece sem dados, pois não houve coleta e/ou dados no site do Zap Imóveis.

dos campos de golfe instalados nos novos empreendimentos metropolitanos de Fortaleza.

Diante disso, entende-se que o setor imobiliário ganhou notoriedade nas últimas décadas e tem se firmado como um forte indutor de transformações no espaço. As transformações que ocorrem no mercado imobiliário têm grandes desdobramentos no espaço urbano, por isso esses espaços tornam-se cada vez mais valorizados e recebem forte atenção do poder público e da iniciativa privada.

Ao analisar a instalação de novos padrões imobiliários, entende-se que a produção do espaço litorâneo metropolitano é intensa e tende a reproduzir o urbano e as suas formas nas localidades. Isso gera uma interação com outras cidades turísticas no mundo, como no Caribe e também em Barcelona, com os primeiros campos de golfe no espaço periurbano da cidade.

Considerações finais

O estudo da forma urbana da metrópole e sua expansão confirmam o papel importante dos instrumentos de planejamento e o Estado como interventor do espaço, além da iniciativa privada como modificadora. A turistificação dos municípios metropolitanos litorâneos permitiu que as empresas privadas e os grandes grupos empreendedores criassem projetos para o consumo desses espaços, por meio dos complexos de lazer e na diversificação dos empreendimentos turístico-imobiliários.

As transformações socioespaciais indicam uma articulação da metrópole Fortaleza com os demais municípios metropolitanos, mas é preciso atentar para algumas especificidades. A principal consequência disso é uma urbanização litorânea dispersa. Enquanto as políticas públicas visam a uma valorização dos espaços costeiros em sua totalidade, a influência da metrópole e o seu papel como indutora de fluxos produzem o desenvolvimento de alguns espaços em detrimento de outros. É dessa forma que se analisa como os impactos do planejamento não reproduzem o que

foi proposto, pois acaba induzindo processos diferentes em localidades também diferentes.

Para Araújo¹⁶, o processo de metropolização relaciona os lugares a suas dinâmicas, promovendo uma descentralização de fluxos e de fixos, mas, concomitante a este processo, concentram-se também certos fluxos e fixos na cidade primaz, motivados pelas dinâmicas já consolidadas, em um tipo de “implosão-explosão” urbana.

O desejo pelo mar e pelo marítimo vincula-se a um processo de ordem cultural e social, que ocorreu em diversas cidades do mundo e que contribuíram para a construção da paisagem litorânea que conhecemos hoje. Os planejamentos público e privado se apresentam como dois vetores importantes na produção do espaço urbano e na valorização das zonas costeiras. Acrescenta-se a esse processo o papel da vilegiatura marítima e do turismo litorâneo que, junto ao desejo do morar na praia, fomentam uma urbanização dispersa, fragmentada e expandida para os municípios do espaço metropolitano.

Texto apresentado em maio de 2020. Aprovado para publicação em setembro de 2020.

16 – ARAÚJO, E. F. *As políticas de turismo e os espaços litorâneos na região metropolitana de Fortaleza*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

II – ENTREVISTAS INTERVIEWS

MEMÓRIAS, NARRATIVAS E TRAMAS: ENTREVISTA COM A PROF.^a DR.^a OKSANA BORUSZENKO

MEMORIES, NARRATIVES AND EXPERIENCES:
INTERVIEW WITH DR. OKSANA BORUSZENKO

BRUNA SILVA¹

Resumo:

Esta publicação tem por objetivo compartilhar a íntegra da transcrição de uma entrevista produzida com Oksana Boruszenko, ucraniana trazida pelos pais para o Brasil no final da II Guerra Mundial. Boruszenko graduou-se em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR - na década de 1960, logo após cursou doutorado em Munique, na Alemanha, pela Ludwig Maximilian Universität, retornou ao Brasil e, em seguida, lecionou na UFPR. A historiadora dedicou a maior parte das suas pesquisas à imigração ucraniana e integrou o grupo dos 30 sócios fundadores da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica-SBPH. Ao longo da narrativa, a historiadora delinea sentidos entre as tramas das suas memórias sobre a vida na Ucrânia, a imigração e as suas escolhas profissionais.

Palavras-chave: Oksana Boruszenko; identidade; Ucrânia; imigração; SBPH.

Abstract:

The aim of the paper is to share the full transcript of an interview conducted with Oksana Boruszenko, a Ukrainian citizen brought to Brazil by her parents at the end of World War II. Boruszenko graduated in History from the Universidade Federal do Paraná (UFPR) in the 1960s. Shortly after, she earned her Ph.D. from the Ludwig Maximilian Universität in Munich, Germany. Upon her return to Brazil, she taught at the UFPR, focusing most of her research as a historian on Ukrainian immigration. She also became one of the 30 founding members of the Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH). Throughout her narratives, the historian seeks to make sense of the experiences of her memories about her life in Ukraine, immigration, and her professional choices.

Keywords: Oksana Boruszenko; identity; Ukraine; immigration; SBPH.

Introdução

A entrevista que está transcrita nas páginas seguintes faz parte de um rol documental amplo e diverso, levantado e produzido por ocasião da realização de uma pesquisa em nível de doutorado em História, cursado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e orientada pelo Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, entre os anos de 2015 e 2019. Tal pesquisa teve como objetivo central conhecer, compreender e problematizar a So-

1 – Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR. E-mail: brunasilvabs@gmail.com.

cidade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH, fundada em 1981. Tal sociedade foi presidida pelas historiadoras Maria Beatriz Nizza da Silva (USP), entre 1981 e 1990, Cecília Westphalen (UFPR) entre 1991 e 1999, e Márcia Elisa dos Campos Graf (UFPR), entre os anos 2000 e 2005².

Embora o objetivo principal da entrevista com Oksana Boruszenko tenha sido evocar memórias sobre a sua participação da SBPH, já que a historiadora fez parte da lista de 30 sócios fundadores da sociedade e desempenhou a atividade de tesoureira entre 1984 e 1985, optou-se por um roteiro de uma entrevista biográfica, por isso o leitor encontrará narrativas a respeito da sua vinda ao Brasil como refugiada da II Guerra Mundial, a vida em Curitiba, local onde realizou seus estudos até a graduação em História na Universidade Federal do Paraná – UFPR, bem como as questões que a aproximaram e a distanciaram da SBPH.

As produções de entrevistas são momentos de diálogos realizados durante um processo relacional e fluido entre entrevistador e entrevistado, do qual resulta uma possibilidade de narrativa e que, posteriormente, são fixadas por meio da transcrição. As memórias evocadas durante uma entrevista produzem sentidos sobre passados. Assim, as narrativas são versões de um passado evocado em um dado presente, por isso não cabe ao pesquisador julgá-las, já que a memória é transpassada pela seletividade, o que corrobora para que um mesmo passado não seja memorizado da mesma forma por diferentes sujeitos e em presentes distintos, o que torna o momento da produção de uma entrevista único.

É relevante sublinhar a ocasião da produção do documento, o contato com a professora Oksana Boruszenko, foi iniciado muito antes da efetivação da pesquisa mencionada acima, quando, ainda em nível de mestrado, tive a oportunidade de frequentar aulas com professores de História ucranianos. Tais aulas foram traduzidas simultaneamente por Boruszenko, que era ucraniana. Quando encontrei o nome da historiadora

2 – SILVA, Bruna. Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares normas e grupos (1961-2005). Tese (Doutorado em História). Marechal Cândido Rondon: PPGH UNIOESTE, 2019.

na documentação, procurei seu perfil nas redes sociais, pois sabia que ela mantinha um perfil no *facebook*, sendo por esta ferramenta a realização dos primeiros contatos a fim de viabilizar a entrevista que ocorreu no dia 13 de março de 2017, no seu apartamento, em Curitiba-PR.

A publicação deste documento na íntegra foi uma das recomendações feitas a mim na ocasião da defesa da tese, pela banca composta pelos docentes Prof.^a Dr.^a Tânia Regina de Luca (UNESP), Prof.^a Dr.^a Beatriz Anselmo Olinto (UNICENTRO), Prof.^a Dr.^a Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE) e Prof. Dr. Marcos Nestor Stein (UNIOESTE). Além disso, é uma homenagem póstuma à Prof.^a Dr.^a Oksana Boruszenko, historiadora que dedicou uma vida à pesquisa histórica da imigração ucraniana. Acreditando na relevância deste documento, espero que ele contribua com os estudos históricos, especialmente no que se refere aos processos de imigrações forçadas no século XX, à trajetória e às contribuições que esses imigrantes realizaram no Brasil, em especial, a imigração ucraniana, tema ao qual Boruszenko se dedicou.

BS: Professora, eu me chamo Bruna Silva.

O.B: Muito prazer!

B.S: O prazer é todo meu!

O.B: Quem é o seu orientador?

B.S: Meu orientador é Marcos Nestor Stein. Ele trabalhou com suábios na Colônia Vitória em Guarapuava no doutorado. E minha coorientadora...

O.B: Não sei do teu orientador, porque deve ser uma pessoa bem mais jovem que eu, mas eu conheço a comunidade suábica, já estive lá estudando aquela comunidade.

B.S: Que ótimo, professora! Minha orientadora é a professora Beatriz Anselmo Olinto, ela trabalhou aqui no Paraná, com a lepra no século XX. Foi minha professora na graduação no mestrado e, hoje, é minha coorientadora.

O.B: Está em boas mãos!

B.S: Eu gosto muito deles.

Então, estamos na casa da Professora Oksana Burosenko, correto?

O.B: Boruszenko [ensinando-me a pronúncia correta do sobrenome].

B.S: ... em Curitiba, no dia 13 de maio [março] de 2017, às 13 horas e 36 minutos. Mais uma vez, eu agradeço a senhora, de coração, por me receber na sua casa.

O.B: Eu não costumo recusar estes pedidos.

B.S. Eu fico muito feliz e estamos aqui para uma entrevista que será parte da documentação da minha pesquisa em nível de doutorado, a respeito da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica-SBPH, com recorte temporal entre os anos de 1980 e 2002, quando findam as publicações da revista.

Professora, gostaria que a senhora relatasse um pouco para mim sobre a sua infância, sobre seus pais, sobre a escola onde estudou e como a senhora chegou aqui no Brasil.

O.B: Bem, eu cheguei ao Brasil em 1949. Vim para o Brasil com 10 anos de idade, então você já pode calcular a minha idade atual. Eu nasci em 1939, quando começou a Segunda Guerra. E, assim que a guerra acabou, nós estávamos na Alemanha, a minha família foi levada para a Alemanha pelo governo alemão, quando estavam retirando-se de lá, dos países eslavos. O fim da guerra nos pegou na Alemanha, então nós fomos para um acampamento de refugiados na Zona de Administração Norte Americana. E então tentamos imigrar para o Novo Mundo, ou seja, o novo mundo era o El Dorado de qualquer refugiado de guerra. Não poderíamos voltar para a Ucrânia, porque como lá só ficou para soviéticos. Na época, estavam colonizando a Sibéria, então se a gente voltasse: “Voltou por quê? Por que saiu? Você traiu a pátria saindo”, então você vai direto para a Sibéria e, como lá é muito frio, nós não queríamos.

Dessa forma, optamos por um lugar mais quente. A ponto que minha mãe pensava que era um país tropical, que era um trópico como a África ao certo, tanto que mandou jogar fora todas as cobertas de penas. Quando chegamos, fomos morar em Curitiba no Paraná. Se arrependimento matasse, tudo bem. Eu já estava cursando a escola primária, mas como aqui já era o país “do jeitinho”, eu consegui fazer o primário em um ano, perdão, em dois, fiz admissão, entrei no ginásio, isto em Apucarana, no norte do Paraná. Por que nós viemos para o Brasil? Minha mãe tinha parentes aqui, que moravam no sul do Brasil e o filho deles era engenheiro como o meu pai. Ele estava indo para o norte do Paraná e propôs sociedade com o meu pai.

B.S: Uma época de expansão do norte Paraná.

O.B: Sim! Era exatamente a época da expansão da fronteira agrícola, então as cidades estavam pipocando, e eles, então, se integraram nesse movimento com o escritório de engenharia dele, por exemplo, Ivaiporã, feita em forma de oito por causa das enchentes. O

declive... foi meu pai que mediu a cidade, projetou e mediu, como várias outras e vários trabalhos de retificação de rios no Paraná todo, até mesmo aqui em Curitiba, com a graça do bom Deus! Que agora o Círculo Militar, a Pracinha do Círculo Militar não alaga mais. Minha mãe nunca precisou trabalhar neste país. Assim que viemos, ela já se integrou na comunidade ucraniana e sempre trabalhou na comunidade ucraniana. Por exemplo, fundou a Associação Feminina no norte do Paraná, em Apucarana. Foi a primeira professora de idioma ucraniano no norte do Paraná. Muita gente, contemporânea minha, aprendeu a ler e a escrever em ucraniano na mão da minha mãe. E as filhas foram crescendo e estudando. Eu estou em Curitiba desde 52, chegamos em 49, três anos depois, eu já estava em Curitiba. Estudei em Colégio Estadual que era o melhor colégio na época, era hóspede de uma ordem de religiosas. Ordem ucraniana, bem entendido. Tanto que elas dizem, até hoje, que sou afilhada de todas elas. Fica meio engraçado, mas é o que elas fazem questão de dizer. Então, eu mantenho isso. Estudei na Universidade Federal, acabei me tornando professora lá. Eu já era professora quando fui fazer doutorado na Alemanha, onde não precisei fazer o mestrado. Realizei o exame de proficiência e fui aceita diretamente para o doutorado. Fui fazer o doutorado na Alemanha, porque, na época, aqui não tinha, pelo menos, na área que eu queria. Eu pretendia estudar a Europa Oriental, mais precisamente a Europa eslava. Então precisei ir para a Alemanha. Trabalhei bastante! Eu já tinha material, pois possuía muitas fontes já colhidas, tanto que precisei voltar só uma vez para o Brasil enquanto estava estudando e consegui fazer o doutorado, assim, num tempo record. Fiz o doutorado em três anos. E, quando voltei pra o Brasil, imediatamente, no dia seguinte, abriu o mestrado aqui. Eu era a última doutora da casa. Era preciso de quatro doutores da casa, que fossem da universidade para poder abrir o curso, pois os demais eram professores visitantes. Então muita gente lecionou nesse mestrado que, mais tarde virou doutorado. Trabalhei na universidade minha vida inteira. Depois que me aposentei, relativamente moça ainda, comecei a ir à Ucrânia lecionar em duas universidades, mas cursos monográficos, bem entendido. Cursos de quatro semanas a seis

semanas. Primeiro fui e permaneci três meses. Dei bastante azar, porque peguei o trimestre de inverno e o inverno lá era péssimo. Eu pensava que lá o inverno fosse parecido com o inverno do Canadá, que eu já conhecia, que eu tinha estado no Canadá, [...] dando curso. E era trimestre de inverno, então eu já conhecia como é que era o inverno canadense, e então achei que o inverno na Ucrânia fosse a mesma coisa. Não é! Não se compara nem com o Canadá, nem com a Alemanha, nem coisa nenhuma.

B.S: Uma coisa muito específica de lá.

O.B: É! E muito dolorida para quem não está habituado.

B.S: Lá em Guarapuava é frio. Às vezes, eu sinto dor de frio. Mas lá com certeza

O.B: Lá o inverno normalmente é 17 para baixo quando o dia está bonito. 17 para baixo você há de convir que é um frio danado, apesar das casas, dos locais todos serem aquecidos, mas tem uma hora que a gente precisa ir à rua (risos).

B.S: E o verão, professora?

O.B: O verão é belíssimo. Florido. Julho, agosto, ainda, setembro. Setembro já começa a colheita de maçãs, de ameixas etc. Então, a ar fica impregnado, sabe? Então é muito bonito o verão. A primavera é muito bonita e o verão também muito bonito. O outono é meio chuvoso, mas dá para aguentar, mas tudo bem. Bom. Mas, de uns anos para cá, vamos dizer, desde a década de 2010, eu tenho ido mais esporadicamente, a saúde não ajuda.

B.S: A viagem é muito cansativa?

O.B: É! Ultimamente, eu tenho levado dois dias para chegar. Porque eu ia até Frankfurt, dormia no hotel do aeroporto e continuava no dia seguinte, porque direto era muito cansativo. Em qualquer aeroporto da Europa, você chega e tem que esperar a conexão, e a conexão é longa, então muito mais fácil você dormir no hotel e continuar no dia seguinte, é menos cansativo.

B.S: A senhora falou do seu pai. Que ele ajudou a projetar Apucarana. Ele já trabalhava com alguma coisa parecida na Ucrânia?

O.B: Meu pai era especializado em geodésia, tendo feito doutorado pela Universidade de Libniz, na Alemanha. A engenharia estava no sangue dele, sabe? Os logaritmos, sabia todos de cor. Ele era engenheiro e era engenheiro especializado em geodésia mesmo.

B.S: Caiu como uma luva?

O.B: Caiu, e conseguiu trabalhar desde o primeiro dia na profissão dele. Mais tarde, ele revalidou o diploma pela própria universidade e foi... e se aposentou como engenheiro do DNOS aqui em Curitiba. Departamento Federal, que trabalhava com água. Trabalhou bastante para a prefeitura de Curitiba quando o prefeito era Dr. Omar Sabbag. Retificou, pelo menos, essa parte da cidade, fechou o Rio Belém, o qual era aberto duas quadras para baixo, por isso alagava tudo, toda a Praça do Círculo. Quem estava do lado de lá não podia passar para cá. Era um horror, isso foi na década de 70, então pode se dizer que ele foi um imigrante bem sucedido, porque ele trabalhou de imediato na sua profissão. A esposa não precisou trabalhar. Ele tinha duas filhas e, para as duas filhas, ele deu duas universidades, dois cursos universitários. Eu cursei ciências humanas, história, economia e ciências econômicas. Minha irmã é cinco anos mais nova, ela cursou biblioteconomia, foi bibliotecária da COPEL e, paralelamente, fez Belas Artes. É pianista de renome, dessas de tocar pelo mundo afora.

B.S: Chique!

O.B: É, mas ela é bem simples.

B.S: É lindo quem toca instrumentos como este, violino, piano. Meu pai toca alguma coisa, ele é autodidata, mas eu nunca tive talento. A minha irmã, que é sete anos mais nova que eu, só de ouvir alguém tocando algum instrumento, ela toca em seguida.

O.B: Tem gente que é predestinada para isso.

B.S: Eu até ia perguntar para a senhora: Com um pai engenheiro, mãe ativa, que não tinha um trabalho fixo, mas era muito ativa com as mulheres, como é que a senhora se interessou pela história?

O.B: [Suspiro] Por coerção.

B.S: Foi obrigada?

O.B: Fui. Na realidade, eu queria fazer direito. Sabe? Mas eu sempre fui educada num lar ucraniano e muito politizado. Porque a Ucrânia, porque um dia ela vai ser independente, essa geração acima de mim, os meus pais, os imigrantes, mais intelectuais, porque imigrante tem três fases, aqui no Paraná. Ucranianos, no final do XIX e início do século XX, vieram para agricultura; depois uma outra leva, entre as duas guerras, já mais intelectualizada, mais politizada, eram aqueles envolvidos na luta pela independência da Ucrânia. Como eles não conseguiram a independência depois da Primeira Guerra, quando a Ucrânia foi dividida entre a Rússia e a Polônia. Esses emigraram para fora para não serem perseguidos na Europa, então vieram para cá. Por fim, os refugiados depois da Segunda Guerra Mundial, então veio todo o tipo de gente: vieram profissionais liberais, operários qualificados, agricultores. Mas a minha casa era, e ainda hoje é, muito ucraniana. Meus pais acompanhavam como estava a situação da Ucrânia, e eu fui educada para servir. Logo, tinha que fazer algo pela Ucrânia. Então, como eu tinha pendor para escrever, eu também participava dos trabalhos da sociedade ucraniana. Eu sempre fui educada assim: “Um dia você há de escrever a história deles, um dia você há de escrever a história deles!”. Direito? Não! Para você, seria melhor fazer curso de História.

B.S: Interessante os pais incentivarem fazer história, hoje não se incentiva muito.

O.B: Mas eles tinham um objetivo específico. Quando estudante, eu já comecei trabalhar com ucranianos. Por isso, eu tinha já muitas fontes, já fui coletando as fontes. E, assim, comecei a trabalhar na universidade com história oral, era uma novidade na época. Fui fazer o curso na OEA no Rio de Janeiro, montamos aqui o gabinete

te de história oral. Então, eu comecei gravar as entrevistas todas. Depois, houve um roubo na minha casa e carregaram 52 horas de gravação, inclusive de gente que já havia falecido, achando que, decerto, era música, vamos dizer de raiz, música caipira. Isso deu até... esse roubo foi tão famoso, saiu até no Jornal Nacional, mas, como diz a minha irmã: Na tua casa, com aquele ar de felicidade, até estava dando impressão que estava chamando mais ladrão.

B.S: A pessoa rouba entrevistas?! (risos)

O.B: É, a minha vida é um palco iluminado. É claro que o reitor fez com que eu prestasse queixa na polícia, o reitor deu entrevistas, eu dei entrevistas, porque ainda carregaram uns tapetes aqui de casa, televisão. Então, toda vez que achavam um tapete, o delegado me chamava para fazer o reconhecimento: “Professora! Achamos o seu tapete!” Como deu em edição nacional, então a polícia tinha que mostrar serviço, então o governador se meteu na história... antigamente, as coisas eram mais fáceis? Curitiba não passava de uma aldeiazinha, todo mundo se conhecia, então, nesta altura do campeonato, todo dia eu me dirigia até à polícia: “e não, este não é o meu tapete, é um tapete iraniano, veja! Ele é peludo, o meu era bordado em lã, bordado”. “Mas esse é azul como é o seu!” E, por toda a polícia, eles queriam que eu levasse embora um tapete azul para eles poderem dizer que acharam, mas não acharam nada. Toda vez que eu ia lá por causa de outras coisas, fui acompanhar uma vez minha irmã, que haviam roubado o carro, a outra vez fui com uma amiga, e o delegado, quando me via, dizia: “ô, professora, como vai? Mas, olha, as suas fitas ó!” (risos). Então eu já comecei a trabalhar com documentação, já comecei viajar pelo interior, entrevistar gente mais de idade. Então já tinha muito material quando fiz a minha tese de doutorado, chamava-se Integração dos ucranianos no Brasil, estudei os ucranianos e a integração com o processo de integração deles.

B.S: Mesmo a senhora sendo conduzida coercitivamente para a história, a senhora gostou?

O.B: Eu gostei. Como eu tinha muito material e trabalhava na comunidade, depois que eu escrevi sobre a comunidade, então eu virei assim “bala zequinha”, hoje, estou virando nota de rodapé, fui reduzida à nota de rodapé. Mas, se eu tenho algum mérito, é porque fui a primeira pesquisadora que estudou esta comunidade sistematicamente e conseguiu derrubar dois conceitos negativos sobre eles. Diziam que ucraniano, na realidade, era polaco virado pelo avesso, que era pobre, “pobre de marré marré”, integrava o proletariado e que era analfabeto. Que “era pobre de marré, marré e era analfabeto”. Eu consegui provar que não era nada disso, que ele não era pobre de marré, marré, porque ele vinha com dinheiro, ele comprava a terra do governo, onde era o primeiro proprietário. Fui pesquisar os arquivos de cartório, por exemplo, Antônio Olin-to, Lapa, Marechal Mallé, Paulo Frontin, próprio Prudentópolis e eles são os primeiros compradores. Ora, quem compra terra tem que pagar, mesmo que seja a prestação, mas tem que dar entrada, então ele não é pobre, pobre, pobre [...] proletariado. E, quando eu comecei a fazer as entrevistas pelas casas, eu reparava que sempre tinha uma prateleira de livros, onde não tinha só a Bíblia e o livro de poemas do poeta maior da Ucrânia, mas havia livros de literatura atual da época em que eles vieram. Ora, quem importa livros e quem importa professores para ensinar suas crianças e pagar esses professores? Ele não é pobre de marré, marré, ele tem dinheiro. E é consciente, ele tinha consciência da ucrainidade dele. Veja, já está na quinta geração e continuam mantendo as tradições. Ontem, eu falei com um monte de jovens em ucraniano, que sabem falar, porque você aprendeu aonde, meu santinho? Em casa? É, em casa com a minha avó, e também aqui na escolinha dos sábados e, agora, estou terminando o curso na universidade.

B.S: É diferente da família da minha mãe: meus bisavós vieram da Itália, meu avô e minha mãe e meus tios falam vêneto, mas nunca tiveram o interesse em ensinar aos netos. Eu consigo entender, mas não falar. É uma coisa que já parou, se um dia eu tiver filhos, eles não vão nem saber. Meu avô já faleceu, ele era um pouquinho mais velho que a senhora, nasceu em 32. Eu chamo de nono, minha nona está viva. [...]

O.B. É uma pena! Porque é uma língua a mais. E também o folclore mantém-se muito, o folclore agrega os jovens, a igreja também ajuda. A igreja se ocupa de muitos dos jovens, pelo menos a ucraniana, tanto a católica, quanto a ortodoxa. Os ucranianos, como são muitos festeiros, festejam muito a Páscoa, a chegada da primavera, a festa da colheita e o Natal. Então, tudo isso agrega.

B.S. A senhora falou que trabalhou muito em história oral. Sentiu alguma resistência dos professores mais antigos?

O.B: Olha, eu tive muita sorte, senti resistência sim, no começo senti. E essa resistência bateu de frente comigo na hora em que eu quis pesquisar o arquivo em Prudentópolis da Ordem dos Basilianos, dos padres basilianos, do mosteiro deles. Aí me deram a resposta de que eles simplesmente não podiam me atender, porque, como era mosteiro masculino, eu não podia entrar, eu só poderia entrar até a sala de visitas, não tinha acesso ao arquivo. Mas eu tive muita sorte, porque o primeiro bispo ucraniano no Brasil era meu tio. Então eu fui me queixar para ele, literalmente eu fui me queixar para o Bispo. Ele me deu uma carta, onde deu uma ordem para entrar no mosteiro, logo era para me atender. Então eles fizeram uma salinha do lado do arquivo. É claro que não me deram acesso para eu fuçar pessoalmente no arquivo, mas destacaram um irmão qualquer, que eu dizia para ele que tipo de documentação eu queria ver e ele trazia para mim. Eu trabalhei a documentação que eu quis ver, eles me deram acesso. Agora, nas casas, a coisa foi mais fácil. Como eu falo o idioma, e aprendi rapidinho em Prudentópolis como se faz: você não pergunta nada em português, você já vai falando em ucraniano. O dia que eu perguntei em português “onde é que morava um fulano”, nem se dignou a responder, então eu não tive dúvidas e tasquei em ucraniano: “Louvado seja Nosso Senhor! Tio, você não sabe onde é que mora... ?” “Claro que eu sei, suba na carroça que eu te levo até lá!” Porque eu sou do tempo que se fazia pesquisa em carroça.

B.S: A senhora criava já um vínculo com eles e já era da família!

O.B: Sim, exatamente! Nas colônias assim, mais fechadas, eu sempre falava com o padre e pedia para ele, na missa, me apresentava depois do sermão e avisava à comunidade que eu não era coletora de impostos, que eu queria escrever a história da comunidade, por isso precisava falar, sobretudo com as pessoas de mais idade. E, na saída da missa, fazia fila na minha frente.

B.S: Todo mundo queria falar!

O.B: é! “Que dia a senhora vai lá em casa? Que dia a senhora vai lá em casa?” E a senhora era bem jovem ainda na época, então mais uma razão: “o que essa menina quer?”. Então eu tive sorte, não tive, assim, resistência, porque o que me ajudou foi idioma, mas tive muitas portas abertas por meio do clero. Sou muito grata até hoje a eles.

B.S: Eu comecei a dar aulas na universidade com 23, 24 anos, eu tinha alunos mais velhos que eu.

O.B: Exatamente.

B.S: Ou me chamavam de senhora ou então não me respeitavam muito, porque eu era mais nova [...].

O.B: Mas você não passou um perrengue tão grande quanto eu. Quando eu voltei do doutorado, eu cheguei ontem e, hoje, estava na aula inaugural do curso de pós graduação e, no primeiro ano, que foi uma turma imensa de 25, que, como abriu mestrado aqui, era o único mestrado no sul do Brasil, tinha aluno da universidade de Florianópolis e também gente do Rio Grande do Sul, todos eles professores universitários, inclusive os doze que eram meus colegas, eu fui professora de meus colegas, era horrível. [...] E sendo professora de meus próprios colegas e eles com ódio mortal que tinham que fazer o mestrado e queriam se ver livre do tal mestrado o mais rápido possível, era péssimo. Eu vivia com medo, eu não tinha segurança, porque eu achava que eles iriam me derrubar. [...] Inclusive um colega meu, meu amigo, ele me chamou e disse: “Oki, você precisa descer do salto, todo mundo está te odiando, porque você subiu no salto e a gente não consegue nem falar com

você”. Mas, Jaime, eu morro de medo que eles me derrubem. “Ninguém quer te derrubar, todo mundo quer se livrar desse mestrado o mais rápido possível, então, por favor, desce do salto e volte a ser o que você era. Você pode ter certeza que ninguém vai te derrubar, ao contrário, a gente vai te ajudar o máximo”. Então, no dia seguinte, eu cheguei e falei: “olha, vamos recomeçar tudo do ponto zero. Meu nome é Oksana, infelizmente, vocês, os alunos, mas vamos mudar a nossa sistemática de trabalho”. Eu devo isso ao Jaime Cardoso. E, que muitos anos depois, durante milênios, foi diretor do Museu Paranaense e, hoje, não quer nada com nada com a história. Só quer brincar com os netos, e nem isso tem chance, porque já entraram na universidade e os outros netos, com os quais eles poderiam brincar. Eles moram na França, então o casal fica na ponte aérea.

[...]

B.S: A senhora foi para o doutorado e voltou a dar aulas aqui.

O.B: Eu continuei no mesmo tema, eu escrevi no mesmo tema, dei vários cursos, fiz vários trabalhos sempre sobre imigração, sempre estive ligada à imigração. Não exatamente nem sempre especificamente imigração ucraniana, mas sobretudo.

B.S: Como foi a recepção da pesquisa? Com os professores? Nos anos 60, 70. Como eles viam a pesquisa, ou professor era mais para dar aulas?

O. B: A gente pesquisava. O pior é que a gente tinha que se virar, não eram muitos os professores. Se um tinha aula em São Paulo, no doutorado em São Paulo, ainda não tinha doutorado aqui ou na USP, então tinha outro para substituí-lo. Tem uma história famosa, eu fui substituir uma professora, aliás, foi a Márcia Graff, não, não foi a Márcia Graff, foi um outro professor, que era de história moderna. Marcia Graff lidava com história do Brasil. Perguntei para ele: o que você está dando? Eu estou dando Renascimento. Ah pode deixar, vou dar então Renascimento Alemão, vou falar sobre Dürer. E tinha também uma caixinha de slides, com as pinturas de Dürer. Eu lá, numa boa, com a cola de baixo do aparelho de slides, qual quadro, o que era. Daí, eu disse, porque as cores, porque as

sombras, porque isso, porque aquilo. E como é o nome desse quadro, professora? É o nascimento de Jesus, do Dürer. Ué? E cadê o Jesus? Aí eu levantei a cabeça e vi que não era aquele quadro, e vi que não era o quadro, mas não ia perder a piada, aí disse: “Calma, menino, não vê que não nasceu ainda?” (risos) Uma risada só. Aí, pulei dois quadros para frente, então a gente tinha que atacar em todas as áreas, substituir professores. Não eram muitos professores, mas era obrigado, inclusive, a fazer a pesquisa, e tinha que mandar relatório para o CNPq. Já fui Chefe de departamento, o que mata é o trabalho administrativo, então isso acaba. O tanto de relatório que tem que fazer no fim do ano, mas, se você tinha ganho alguma verba para alguma pesquisa, aí era pior ainda, era melhor fazer pesquisa por conta própria. Só que nós gastávamos o dinheiro nosso. Durante a ditadura, foi estipulado quantos artigos tinha que publicar em revistas científicas, então trabalhava-se bastante. Tínhamos tempo integral e dedicação exclusiva à Universidade, mas era um dinheiro suado.

B.S: Em 1961, lá atrás, foi criada a ANPUH, em Marília. A senhora lembra como o departamento da UFPR se relacionou com a ANPUH? A senhora fazia parte de alguma coisa?

O.B: Eu me formei em 1963.

(pausa)

O.B: Eu era estudante quando foi criada a ANPUH, inclusive acho que foram feitos dois congressos aqui. Um deles eu era estudante ainda, e o outro eu já era formada, eu lembro que, em 61, eu trabalhei nesse congresso como estudante, trabalhei na recepção, na inscrição, enfim, pau para toda obra. Isso foi no inverno, porque vieram as estudantes para assistir, não tem nada a ver com a nossa conversa, com o nosso tema, mas foi uma coisa que marcou. Vieram os estudantes assistir como observadora e coisa, e para ajudar um pouco. Era inverno e elas vieram de calças compridas, e aqui não se usava, e, quando uma das minhas colegas botou calça comprida e veio também, a chefe do departamento reclamou com ela, três anos depois, a própria também estava usando.

B.S: Usava-se vestido, saia?

O.B: Vestido, com compostura. Tanto que, até hoje, eu brinco que eu tenho a minha roupa de professora, um *tailleur*, um *tailleur* preto de professora. Sabe aquele *tailleur* que a gente usa em grandes ocasiões? Ou então em enterros... aquela roupa de gala, mas dois, três anos depois, a própria também estava... mas me lembro da primeira calça comprida que surgiu. Em Curitiba, realmente era muito frio, e esse negócio de botar dois pares de meias, nem sempre resolviam, então, isso me lembro, por isso me lembro do primeiro evento, e que foi assim, uma coisa chique, com coquetel, jantar de encerramento. Toda parte social também. Veio aqui o Eurípedes de Paula da USP, que tinha revista em São Paulo, a mulher dele, veio aquela professora a qual me fugiu o nome, uma das primeiras, veio a Kátia Matoso, não estou conseguindo lembrar o nome dela, era ótima. Estavam presentes várias pessoas importantes. Nesta época, acho que o governador era o Ney Braga, ele era da Lapa, lapiano, e a professora Cecília Westphalen também lapiana. O governador veio para a abertura e para o encerramento.

B.S: Foi um acontecimento?

O.B: Foi um grande acontecimento na cidade.

B.S: Essa coisa da moda é interessante.

O.B: Isso durou, até que resolveram... não é porque eram a ala conservadora, Motorzinho que era de outra ala, e também não era com muita convicção. Mas, como foi um dos primeiros a ir estudar em Paris, lá em Nanterre, fez doutorado lá, patati-patatá... e era moda ser de esquerda. E eu sempre dizia que somos todos comunistas de meio expediente. Porque terminava tudo no bar. No Passeio Público, tinha uma feijoada famosa, então, no verão, terminava tudo lá. Mas, então, resolveram na ANPUH, e eu achava bem justo, já que os alunos eram observadores, que não podiam perguntar nada, só ficar olhando, era uma época em que professor era professor, e aluno era aluno. Não tinha essa história de aluno ficar batendo nas costas de professor. Eu, por exemplo, no mestrado aqui, eu tive um acontecimento que eu quase morri de susto. Eu recebi um aluno do

nordeste, que foi para orientação. E estava começando o inverno e eu vi que ele só andava com um poncho, ponquinho peruano, batendo dente. Então eu falei com um sobrinho meu: “separa aí uns pullovers seus, umas meias de lã, para que eu possa dar para alguém”. Ele separou e eu fiz um enxovalzinho de inverno. E daí chamei o cara para o meu gabinete. Olha, não é nada não, não é entrevista, não é nada sobre teu trabalho. Essa área vai bem, obrigada! Mas eu queria falar com você. Veja, você não faz ideia de como é o verdadeiro inverno aqui. Você, que chegou lá do Recife, vai sofrer muito no inverno. É só esse poncho que você tem? E eu vejo esse poncho todo dia, então eu tomei a liberdade de preparar um enxovalzinho para você, eu queria te dar, se você não se ofender. É do meu sobrinho. Ele disse: “não, professora, é claro que eu não me ofendo. Deixa-me te dar um cheirinho na senhora!”. E se jogou por cima de mim, pensei: ele vai me morder a jugular! Agora, ele me morde a jugular! Meu Deus! Vou me acabar aqui. Porque eu não sabia que no Nordeste cheirinho quer dizer abraço.

B.S: Essa aproximação a senhora nunca tinha nem feito, nem visto...

O.B: Mas o cara se jogou literalmente em cima de mim, se eu não estivesse apoiada na mesa atrás de mim, eu teria caído para trás. E, como foi com tanto ardor, salve lindo pendor da esperança! Eu me assustei. Então tinha tudo isso, então acharam que os alunos podiam ter voz ativa e abriram para os estudantes, sobretudo essa geração mais antiga, não gostou. Não que eles fossem conservadores intelectualmente em suas pesquisas, muito pelo contrário, eles só eram muito ligados à escola francesa, [...] então os Annales estavam na ponta da língua de cada um, inclusive da gente. Eu tenho um livro com dedicação para mim do Fernand Braudel: Para Mademoiselle Boruszenko [...]. Então, por aí, você pode ver como era a universidade federal do meu tempo. Realmente foi Cecília Westphalen que teve um rompante numa reunião e disse: Hoje, acabam de rasgar o estatuto da ANPUH e pegou e rasgou o tal do estatuto mesmo. E foi um rompante que ela teve, contra. Professor é professor, aluno é aluno. Mas sabe como é, a fila anda.

B.S: A senhora apresentava na ANPUH, participava de alguma maneira?

O.B: Tenho até um artigo publicado na revista da ANPUH. “A imigrante ucraniana em prosa e verso”. Bonitinho o título. Então, em prosa, eu peguei umas entrevistas e, em verso, eu peguei um poeta ucraniano que falava: imigrem, só não para o Brasil, porque o início da imigração foi muito penoso aqui. [...] [Na época], o Imperador convidou, diz que precisava de imigrantes europeu nesse país. Os agentes se aproveitaram da fala dele e mandaram cartas individuais em nome do Imperador. Ora, um lavrador lá na Ucrânia, recebendo uma carta em ucraniano assinado pelo próprio imperador do Brasil, colocava a carta no bolso e seguia. Chegava aqui, não tinha mais imperador, tinha sido proclamada a República, os republicanos não estavam preocupados com os imigrantes que chegavam, mas estavam interessados em consolidar a tal da república que estava mal das pernas nos primeiros anos. Então, eles não tiveram assistência de ninguém, por isso foi muito penoso o início, sem saber a língua, [...] o mundo virado do avesso, quando lá era verão aqui era inverno. Não sabiam quando plantar, não sabiam o que plantar. Os holandeses, que lá estavam, não deram certo. Gonçalves Júnior, perto de Irati. Teve uma imigração holandesa, nessa época, em que andavam de cartola inclusive [...] mas que já estavam vendendo as suas coisas, porque já não estavam se dando bem, disseram a eles que o feijão tinha que cozinhar primeiro para, depois, plantar. Imagine que colheita que eles tiveram? Nenhuma! Então, realmente, os primeiros anos foram muito complicados. Então, por isso, havia uma sociedade na Ucrânia que incentivava eles a imigrarem para o Canadá, para os Estados Unidos, para Argentina, mas não para o Brasil. Eu vi essa documentação depois, eu trabalhei no arquivo. Fiz o levantamento do Arquivo Nacional lá na Ucrânia, claro que não sozinha. Eu chamei meus colegas do Canadá, da Inglaterra e da França os quais trabalhavam com isso, e eram ucranianos, sabiam a língua e, com eles, fizemos o projeto, que até hoje eu sou presidente honorária dessa comissão. Depois, eu ia e vinha, claro, Mateus, primo meu: primeiro vamos abrir os arquivos de imigração, porque comunista comia criancinha no café da manhã, sabe? mas não jogava fora documento. Então, tinham baús e baús

de cartas vindas do Brasil, cartas vindas da Argentina, cartas vindas do Canadá que não foram entregues, que a polícia guardou no arquivo. Então aquilo foi um prato cheio para todo mundo. Ao cara do microfilme, a gente até pagava por fora, em dólar, dava uns dólares pra ele, e ele microfilmava praticamente o arquivo inteiro, nunca o cara foi tão feliz. Anos depois, ele já estava aposentado, toda vez que eu ia para a Ucrânia, a primeira coisa que fazia era a visitinha com um raminho de flor, lá são muito de dar flor. Ele me visitava, trazia um “buzquinho” de flor. Não sei, faz quatro anos que eu não vou, mas, na última vez, em 2013, ele estava vivo ainda, e foi me ver, fazer uma visita. Diz que eu fiz a vida dele exatamente no começo dos anos 90, porque, como eu escorregava, os outros também escorregavam, e escorregavam em dólar ou em euro. Então, ele pode comprar casa, comprar não sei o quê. O governo se desmantelou, em 91, eles proclamaram a independência, então separaram-se da Rússia, e o momento era propício.

B.S: Bacana! Como a senhora começou a fazer parte desse projeto da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, a SBPH?

O.B: Tinha projetos do departamento, por exemplo, “As estruturas agrárias dos campos Gerais”, nome de um projeto, no qual, inclusive, trabalharam sociólogo, arqueólogo, era um projeto abrangente e eu tomava parte deste projeto, mesmo porque eu falava alemão, então era os Campos Gerais, sobretudo Wittmarsum, que são alemães menonitas, eles tinham uma passagem pela Rússia, uma passagem por uma parte da China, então eu fui. Na realidade, eu comecei a trabalhar nesse projeto ainda estudante e, depois, integrei no projeto já como professora, mas eu comecei a trabalhar como intérprete. Então, esse era um projeto do departamento. Tinha o projeto de levantamento de arquivos, que também era do departamento. Cada um de nós tinha os seus projetos individuais. Eu trabalhei sempre com imigração e, quando podia, trabalhava com imigração ucraniana. Escrevia até bastante, oitenta e tantos artigos publicados no exterior, inclusive, para cumprir, éramos obrigados a fazer pesquisa, então fazíamos!

B.S: Então a senhora ligava-se a um dos grupos? Ou a vários grupos?

O.B: Sim, o Jaime trabalhava com a semiótica, com gráficos. Motor, motorzinho, quando ele voltou da França, só queria saber da história da alimentação e fez a vida dele com a história da alimentação, eu dizia para ele: por isso que você não engorda né?

B.S: Motorzinho, a senhora se refere ao Carlos?

O.B: É, Carlos Roberto Antunes dos Santos. Desculpe, para nós, ele era motorzinho mesmo quando foi reitor. (risos) Só em público, quando falava motorzinho, ele olhava feio para nós, então, para torrar a paciência, dizia: o magnífico reitor... (risos).

B.S: E, em 84, a senhora foi tesoureira da SBPH. Lembra como eram as questões financeiras? Era difícil, fácil?

O.B: Os sócios eram os professores que não concordaram muito com os rumos que a ANPUH começou tomar, quando começou a Emília Viotti, quando, mais uma socióloga, está na política até hoje... Mas, quando a Emília Viotti começou a participar da ANPUH, muita gente saiu da ANPUH, e veio para a SBPH. Tanto que ela, em 84, quando eu fui tesoureira, tinha mais de cem sócios do Brasil inteiro, e a coisa era por telefone ou por carta. Telefone da nossa casa, ou por carta, ainda não tinha computador, não tinha internet, não tinha face, nada disso, mas não tinha gente que deixasse de pagar anuidade, eles pagam anuidade de bom gosto, mandavam o dinheiro, mandavam o cheque em meu nome e eu fazia, mandava os recibos pelos Correios. Claro, Correio que nós mesmos pagávamos. E, depois, então, a presidente era Maria Beatriz Nizza da Silva, e ela vivia pedindo dinheiro e o dinheiro estava na Caixa Econômica, sorte que tinha uma agência na própria reitoria na época. Então lá que eu fiz a conta e eu era responsável por ela, mas apresentava os extratos, nunca deu problema com isso, com a tesouraria. E o dinheiro que eles pagavam, na realidade, revertia para a publicação da revista e eu acho que não dava pra fazer muito mais coisa não. Porque publicar na época era caro, e Capes, CNPq não tinham interesse para ajudar as associações, sociedade nenhu-

ma, nem ANPUH, nem essa SBPC (confusão com a sigla?). Como era o sobrenome da professora Nízia?

B.S: Trindade?

O.B: Acho que sim.

B.S: Esse nome aparece nas revistas.

O.B: Aparece, né? Então, você deve ser lá o nome da professora que estudou o café, que estou matutando.

B.S: Fora a parte financeira, a senhora chegava a lidar com a publicação das revistas, dos anais, alguma coisa?

[...]

O.B: Não compreendi.

B.S: A publicação dos Anais, professora, a impressão, o recebimento dos artigos...

O.B: Não, tudo isso era feito por São Paulo, a Maria Beatriz se encarregava, se encarregava, inclusive, com a equipe dela. Ela tinha lá uns “estudantezinhos” que ajudavam ela. Ela inclusive empacotava e mandava para os sócios, só pedia o dinheiro dos correios, porque a verba ficava aqui, era muito engraçado. Quando ela telefonava, normalmente, ela telefonava bem cedinho, então eu atendia no telefone do quarto, eu não conseguia escutar direito, então tinha que vir para o telefone central, porque aqui na minha casa tem telefone em todo lugar. Como eu moro sozinha, tem telefone até no banheiro. Daí todo mundo ... na época, eu tinha banheira, eu tenho uma prótese no joelho, e uma haste na coluna, então já não podia tomar banho de banheira, mas eu tinha uma banheira na época. Então eu dizia e, se eu entalar na banheira, como é que eu vou chamar bombeiros? (risos) e os telefones ficaram, têm no meu quarto, têm aqui, no escritório e no banheiro.

B.S: E tinha muita reunião?

O.B: Mas reunião era uma coisa muito complicada, tinha uma moça, uma professora que estudava imigração japonesa, não sei o que Nogueira, eu não lembro o primeiro nome dela, mas, se você olhar na revista, vai ver esses nomes todos. Como cada um era de um lugar, era difícil, se tivesse videoconferência na época, seria muito mais fácil, mas, então, as reuniões não eram assim muito frequentes, eram mais por telefone e por cartas.

B.S: E os encontros anuais?

O.B: Não lembro se eles eram anuais ou de dois em dois anos.

B.S: Acho que, no começo, eles eram anuais, depois, começou a ser mais esperso.

O.B: Eu lembro que era mais de dois em dois anos, lembro que o último que eu fui aconteceu em Florianópolis e, depois, eu fui estudar... espera... eu já era professora, isso foi década de 80. Depois, eu acabei me desinteressando. E também eu não era muito de ir na ANPUH, verdade seja dita que a Maria Beatriz e a Cecília Westphalen, elas eram meio autoritárias. Então, não estava muito bom para mim, eu preferia ser mais independente. E ser tesoureira, convenhamos, não era uma coisa muito fácil, mas a Cecília disse “não, eu te ajudo!”. Ajuda com a palavra. Mas correr, receber cheque, depositar cheque, correio, na época... hoje, tem aqui na minha quadra, mas, na época, não tinha, tinha que ir ao Correio velho no Santos Andrade, então aquela pilha de cartas para mandar, quem estava atrás na fila se irritava. Então, não foi nenhuma nem duas vezes que ouviu desaforo, sei dizer que me desinteressei, fui me interessando cada vez mais pela pesquisa com os ucranianos.

B.S: Por que o ‘povo’ da ANPUH não gostava da Emília Viotti?

O.B: Porque a Emília Viotti, além de falar tudo que lhe vinha na cabeça, politicamente era realmente muito à esquerda para o gosto da maioria. E tanto que ela teve uma atividade política bem grande, isso não era do agrado de todo mundo.

B.S. Entre a ANPUH e a SBPH, associação que a senhora participou também, a senhora acredita que teve algum impacto para a historiografia no Brasil?

O.B: Eu acho que, como associação não, isso opinião minha. Eu acho que, como associação, não! Mas várias pessoas, tanto numa agremiação quanto na outra, se destacaram enquanto historiadores e deram um grande impulso para a pesquisa histórica, para a metodologia da pesquisa e isso sim, mas, como associação, eu acho que não, sabe? Não sei se eu estou sendo muito rigorosa no meu julgamento, pode ser que eu que esteja muito rigorosa no meu julgamento., mas acho que, tanto a ANPUH como a SBPH, eu compararia, assim, à Academia de Letras, com chá, às quintas feiras. Mas isso... quem sou eu para julgar. Isso é particularmente.

B.S: Poxa, professora, foi muito bacana falar com a senhora, foi e está sendo muito produtivo.

O.B: Eu até posso procurar um pouco nos meus alfarrábios, se eu achar alguma coisa de interessante para você, eu mando para você. É para isso que existe o face hoje. O Messenger, certo? Facilita a vida.

B.S: Mas isso já vai ser um grande auxílio...

O.B: Mas você mora aonde?

B.S: Eu moro em Guarapuava, eu fiz a graduação em Guarapuava

O.B: O pós você fez em....

B.S: Irati.

O.B: E o pós, você vai de Marechal para Cândido Rondon?

B.S: Isso.

O.B: Mas não é uma viagem meio longa?

[...]

B.S: É sim. Professora, agradeço imensamente pela senhora me receber em sua casa. Fiquei muito feliz, a senhora é muito receptiva.

O.B: Eu sei como a gente sofre para fazer pós graduação. Eu fiz a minha em um país estrangeiro, então eu sei como é que é, por isso eu não recuso esse tipo de pedido.

B.S: A senhora é muito sensível e eu agradeço e finalizo a entrevista com a professora Oksana, às 14h54 min.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

III – DOCUMENTOS DOCUMENTS

NO VAIVÉM DAS CANOAS: CARTAS PARA DOIS CAPITÃES-MORES DA FORTALEZA DO GURUPÁ (1684-1685)

IN THE COMING AND GOING OF THE CANOES: LETTERS SENT TO TWO CAPTAIN-MAJORS BASED AT THE GURUPÁ FORTRESS (1684-1685)

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS¹

Resumo:

No acervo de manuscritos da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, um códice bem conservado traz o registro da correspondência ativa do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco de Sá de Meneses (1682-1685). Datada de 1683 a 1685, foi, em grande parte, destinada ao capitão-mor do Maranhão, Baltazar Fernandes, e, em menor quantidade, aos capitães loco-tenentes das capitanias privadas de Cumã (ou Tapuitapera) e de Caeté, a religiosos, militares e parentes do governador. Entre os destinatários de Francisco de Sá de Meneses, encontram-se ainda dois capitães-mores da Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá: André Pinheiro de Lacerda e Gonçalo de Lemos Mascarenhas. No códice, há cinco cartas do governador para ambos, com datas entre 25 de janeiro de 1684 e 2 de março de 1685, transcritas no final deste trabalho. O texto que as apresenta traz breves comentários que realçam o potencial desse tipo de fonte para o estudo dos processos de colonização, da comunicação política e da administração no Estado do Maranhão, em fins do século XVII.

Palavras-chave: Cartas; capitães-mores; Fortaleza do Gurupá; comunicação política; administração colonial; Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Abstract:

In the collection of manuscripts of the Biblioteca da Ajuda, in Lisbon, a well-preserved codex contains the record of the active correspondence of the governor and general captain of the State of Maranhão and Grão-Pará, Francisco de Sá de Meneses (1682-1685). Dated from 1683 to 1685, it was largely destined to the major captain of Maranhão, Baltazar Fernandes, and to a lesser extent to the lieutenant captains of the private captaincies of Cumã (or Tapuitapera) and Caeté, to religious, military and relatives of the governor. Among the recipients of Francisco de Sá de Meneses are also two captains-mores of the Santo Antônio do Gurupá Fortress: André Pinheiro de Lacerda and Gonçalo de Lemos Mascarenhas. In the codex, there are five letters from the governor for both, with dates between January 25, 1684 and March 2, 1685, transcribed at the end of this work. The text that presents them brings brief comments that highlight the potential of this type of source for the study of colonization processes, political communication and administration in the State of Maranhão, at the end of the 17th century.

Keywords: Letters; captain-majors; Gurupá Fortress; political communication; colonial administration; State of Maranhão and Grão-Pará.

1 – Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: fabianovilaca@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-5362-5923>.

As cartas de Francisco de Sá de Meneses aos capitães-mores do Gurupá André Pinheiro de Lacerda e Gonçalo de Lemos Mascarenhas, seus subordinados na hierarquia administrativa do Estado do Maranhão, abordam diversos assuntos do cotidiano da governação e da colonização em terras amazônicas, tais como: a missionação; os descimentos e a escravização de índios; a exploração das drogas do sertão, e outros menos evidentes, relativos à comunicação política e à história da administração colonial no Estado do Maranhão². Ademais, as missivas dão ensejo à apresentação de traços biográficos e das trajetórias dos dois capitães-mores.

Os documentos transcritos são, portanto, exemplares de uma prática epistolar da Época Moderna, quando as cartas constituíam “uma das principais ferramentas de governo”, permitindo a circulação de decisões pelos territórios sob o domínio das monarquias e a expansão do seu poder³. Essa função da escrita no ordenamento administrativo está expressa no próprio título do códice em que se encontram as cartas – “Governo do Maranhão por Francisco de Sá e Meneses, 1683-1685” –, exemplar único, ao menos para o século XVII, sendo um livro de registro de alvarás, ordens, bandos, patentes etc., do mesmo período e governo, o que mais se lhe aproxima⁴.

2 – Biblioteca da Ajuda. 51-V-44 – Governo do Maranhão por Francisco de Sá e Meneses, 1683-1685. Embora não se tenha a troca de cartas que configura “o movimento de ida e volta da mensagem” e, segundo Ana Cristina Araújo, dá sentido ao uso da palavra “correspondência”, optou-se pelo livre uso deste termo, sem desapeço metodológico. Cf. A correspondência: regras epistolares e práticas de escrita. In: NETO, Margarida Sobral (coord.). *As comunicações na Idade Moderna*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, p. 121.

3 – CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º marquês do Lavradio no século XVIII. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 143-144, 2015.

4 – BA. 51-V-43 – Index deste livro de registros da Secretaria deste Estado do Maranhão, que começou a servir desde o primeiro de agosto de 682 em diante dia em que o Senhor Francisco de Sá de Meneses, me deu o cargo de Secretário do dito Estado, como Governador e Capitão general dele e vai numerado, e rubricado por mim com a rubrica = Oliveira. Cidade de São Luís 2 de agosto de 1682.

Parte da sua correspondência, dirigida especificamente a Baltazar Fernandes, reflete também uma dinâmica administrativa existente no Estado do Maranhão e Grão-Pará, aproximadamente do último quartel do século XVII até meados do XVIII, em que os governadores e capitães-gerais se deslocavam frequentemente de São Luís para Belém, não raro permanecendo mais tempo nesta cidade do que na cabeça do Estado⁵. Foi da capital do Pará que as cartas de Francisco de Sá de Meneses partiram para seus destinatários, singrando os rios da bacia amazônica em travessias que podiam durar semanas, como a viagem de São Luís até Belém, circuito percorrido pela correspondência entre os governadores estabelecidos no Pará e os capitães-mores que, na ausência daqueles, governavam a capitania do Maranhão.

Essa organização político-administrativa, marcada pela itinerância dos governadores e capitães-gerais, certamente mudava o ritmo da comunicação política, tanto do Reino para o governo do Estado do Maranhão, quanto no interior da sua jurisdição, provocando alterações no “tempo administrativo”, segundo a concepção de Arthur Curvelo, mais elaborada do que o simples cálculo do intervalo entre o envio, por exemplo, de uma normativa e a sua recepção pelo destinatário⁶. Levando-se em conta apenas a comunicação política interna no Estado do Maranhão, e especificamente a correspondência do governador com seus subalternos no Gurupá, localizados no sertão do Pará, presume-se que ela alcançava seu destino mais rápido partindo de Belém do que se fosse enviada de São Luís. Porém, esse circuito (como outros) e o “tempo administrativo” da comunicação interna no Estado do Maranhão não podem ser explicados somente pela distância em relação a Belém, mas também pelo fato de a

5 – SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Entre São Luís e Belém: um estudo da dinâmica de governo no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1673-1751). In: BORGES, Eduardo José Santos; FLEXOR, Maria Helena Occhi; SEVERS, Suzana Maria de Souza Santos (orgs.). *Poderes, identidades e sociedade na América portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 163-188.

6 – CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”*: o perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese (Doutorado em História) - Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2019, p. 241-341.

cidade ser temporariamente cabeça de governo, condição originalmente atribuída a São Luís, em razão da assistência do governador e capitão-general no Pará, com todos os seus poderes e suas jurisdições.

A comunicação política transoceânica e interna envolvendo o Estado do Maranhão merece ser investigada de modo sistemático, tal como fez Curvelo para o governo de Pernambuco e capitanias anexas. Na produção acadêmica recente, há, no entanto, referências importantes e discussões renovadas sobre temas que se ligam aos estudos sobre comunicação política e que ajudam a entender como a circulação de informações era essencial à governação. No Estado do Maranhão, por exemplo, meios de otimizar a comunicação política interna foram idealizados por pelo menos dois governadores e capitães-generais, ao longo do século XVIII. Em 1729, Alexandre de Sousa Freire participou a Lisboa o estabelecimento de um correio mensal por via terrestre entre São Luís e Belém, uma vez que “até aquele momento a comunicação entre os dois lugares fazia-se por mar, em canoas manejadas por grande número de índios, de forma não só lenta, mas também dispendiosa, tendo em vista a necessidade de mantimentos e de soldos para os tripulantes”⁷. No final da centúria, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, em consonância com o estabelecimento de um correio marítimo em 1798 para a comunicação do Reino com a América portuguesa, os Açores e a Madeira, intentou criar um correio fluvial que ligasse as capitanias do Pará, Maranhão, Rio Negro, Mato Grosso e Goiás, por meio de canoas que saíam de Belém a cada dois meses, exceto para a cidade de São Luís, com a qual a comunicação seria por terra⁸.

7 – SALVINO, Romulo Valle. *Guerras de papel: disputas e estratégias em torno da comunicação escrita na América portuguesa (c.1650-c.1750)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília. Brasília, 2018, p. 361-363.

8 – GUAPINDAIA, Mayra Calandini. *O controle do fluxo das cartas e as reformas de correio na América portuguesa (1796-1821)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2019, p. 81-100.

As canoas estavam, portanto, ligadas ao trânsito de informações e à execução de atos da política e da administração, por meio de correspondências produzidas internamente ou remetidas de Portugal. Desempenhavam também um papel fundamental nos processos de ocupação e de exploração do território amazônico, conduzindo autoridades, missionários, indígenas, drogas nativas; fragmentos de movimentação de pessoas e de riquezas identificados nas cartas de Francisco de Sá de Meneses aos capitães-mores da Fortaleza do Gurupá.

O vaivém das canoas e a Fortaleza do Gurupá

Em 4 de abril de 1654, o padre Antônio Vieira escreveu a D. João IV, dizendo: “[...] este Estado tendo tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos, não se há de defender, nem pode, com fortalezas, nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios, e muitos índios [...]”⁹. Dois dias depois, em outra carta ao rei, o jesuíta afirmou:

[...] estas terras não são como as da Índia, ou Japão, onde os religiosos vão de cidade em cidade, mas tudo são brenhas sem caminho, cheias de mil perigos, e rios de dificultosíssima navegação, pelos quais os missionários não hão de ir nadando, senão em canoas, e essas muitas, e bem armadas, por causa dos bárbaros, e estas canoas, e os mantimentos para elas, e os remeiros, e os guias, e os principais defensores tudo são índios¹⁰.

A importância das canoas no *modus vivendi* e na cultura material das populações amazônicas é outro aspecto que não passou despercebido a Vieira e foi captado por Capistrano de Abreu em “Três séculos depois”, último dos *Capítulos de história colonial*, conforme o trecho de uma carta do jesuíta: “No Pará, onde todos os caminhos são por água, não há uma canoa de aluguel. Para um homem ter o pão da terra há de ter roça, e para comer carne há de ter caçador, e para comer peixe, pescador, e para vestir roupa lavada, lavadeira, e para ir à missa ou a qualquer parte, canoas

9 – REIS, Pe. Antônio dos (ed.). *Cartas do Padre Antonio Vieyra*. Lisboa Occidental: Na Officina da Congregação do Oratório, 1735, tomo primeiro, p. 53.

10 – *Ibidem*, p. 88-89.

e remeiros”¹¹. Estes eram índios oriundos de aldeamentos missionários, livres aos olhos da lei, que deviam ser repartidos entre os moradores para o seu serviço e receber um salário pelo trabalho realizado¹².

Os nativos dominavam as técnicas de fabricação e o uso de canoas nos rios da bacia amazônica antes da chegada dos europeus. Segundo Roberta Marx Delson, a partir dos séculos XVII e XVIII, o avanço da colonização – com a busca do ouro, a criação de cidades e capitanias e a ampliação das fronteiras entre Portugal e Espanha – se deu graças à navegabilidade dos rios:

Of all of these rivers, it was the Amazon and its tributaries which most significantly contributed to the commercial viability of the Portuguese colonial empire. However, not even the goal of reaching remote destinations in the Amazon in a bid to establish royal authority resulted in a major change to the prevailing mode of transport¹³.

Os caminhos fluviais viabilizavam, portanto, as necessidades cotidianas, a penetração para os sertões e, em última instância, a colonização do território. Segundo Elias Abner Ferreira, “na Amazônia colonial, dadas as peculiaridades da floresta e a configuração geográfica, os rios constituíam-se como as principais estradas disponíveis. O sistema urbano português, composto de pequenos núcleos populacionais que cresciam a partir de fortificações militares, eram interligados pelas vias fluviais”¹⁴. No interior do Pará foi construída, em 1623, na esteira de uma expedição comandada pelo capitão-mor Bento Maciel Parente, a Fortaleza de Santo

11 – ABREU, Capistrano de. [1907] *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 125.

12 – FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos jacumaúbas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2016, p. 114.

13 – DELSON, Roberta Marx. Navigation: inland navigation in Amazonia. *Encyclopaedia of the History of Science, Technology and Medicine in Non-Western Cultures*, 2014, p. 1-6. Disponível em: <https://link.springer.com/referencework/10.1007/978-94-007-3934-5>. Acesso em: 09/08/2020. Ver também, da mesma autora, Inland navigation in colonial Brazil: using canoes on the Amazon. *International Journal of Maritime History*, 7(1): 1-28, 1995 e, em coautoria com Steven W. Meng, Cargo canoes of the eighteenth-century Amazon: a preliminary stability analysis. *International Journal of Maritime History*, 7(2), 173-185, 1995.

14 – FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Op. cit.*, p. 58.

Antônio do Gurupá, na foz do Rio Xingu, próximo da confluência com o Amazonas, em local onde os holandeses haviam erguido duas fortificações e instalado feitorias e engenhos de açúcar no período da união das Coroas ibéricas¹⁵. Sobre o ocorrido, Berredo deixou o seguinte registro:

O capitão-mor Bento Maciel tornou a ocupar o seu quartel dos Tucujus; porém abandonando-o, por mudar de projeto, passou a Curupá [sic], onde levantou uma Fortaleza, em um sítio chamado Mariocai, que ainda se conserva com a invocação de Santo Antônio; e deixando-a já capaz de defesa [sic] com a guarnição de cinquenta soldados, governados pelo capitão de infantaria Jerônimo de Albuquerque, se recolheu à cidade de Belém cheio de glória militar¹⁶.

A Fortaleza do Gurupá situava-se em local estratégico para a defesa das terras do Cabo do Norte, fronteira disputada por Portugal e pela França, onde foi fundada a capitania de Cametá (ou Camutá), doada em 1637 a Bento Maciel Parente. Sobre a sua localização, o ouvidor Maurício de Heriarte anotou na *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*:

A Capitania do Corupá está situada sobre o grande rio das Amazonas, a que os antigos dão o nome de Dourado. Está um terço de grau acima

15 – GUZMÁN, Décio de Alencar. O Inferno Abreviado: evangelização e expansão portuguesa no Xingu (século XVII). In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (orgs.). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades* (séculos XVII-XXI). Belém: Ed. UFPA, 2008, p. 35-41. CARDOSO, Alírio Carvalho. *Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela* (1580-1655). Tese (Doutorado em História) - Universidad de Salamanca, Salamanca, 2012, p. 117-122.

16 – BERREDO, Bernardo Pereira de. [1749] *Annaes historicos do Estado do Maranhão....* 2ª ed. São Luiz: Typographia Maranhense, 1849, tomo I, p. 214. O capitão de infantaria “Jerônimo de Albuquerque o moço, que ainda do tempo em que vivia o Conquistador do Maranhão, conservava a diferença”, era filho de Jerônimo de Albuquerque Maranhão e, salvo equívoco dos *Anais* de Berredo, foi o primeiro capitão da Fortaleza de Santo Antônio do Gurupá. Ibidem, tomo I, p. 201. Faleceu em combate com os holandeses na Paraíba, em 1631. Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 115. COSTA, Afonso (adapt. e des.). Genealogia Baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 191, 1946, p. 14. A anotação se justifica pela necessidade de distinguir o personagem de parentes homônimos e contemporâneos, com os quais pode ser facilmente confundido.

da linha equinocial. Seu clima é quente, mas não muito enfermo. Tem fortaleza com capitão e soldados pagos da fazenda real, e tem alguns moradores. Esta fortaleza serve de sentinela para que os estrangeiros não tenham comércio com as nações de índios moradores deste rio, que são infinitos¹⁷.

A Fortaleza estava ainda situada, de acordo com a expressão usada pelo geógrafo Eidorfe Moreira, em “boca de sertão”¹⁸. Era porta de entrada para a exploração do interior da capitania do Pará, de onde provinham índios para as missões e para o serviço dos moradores e eram extraídas as chamadas drogas do sertão, assuntos tratados nas cartas. Como escreveu o padre João Filipe Bettendorff, no final do século XVII, as terras firmes de Gurupá eram boas em algumas partes e “as ilhas que lhe pertencem não servem senão para se colher nelas muito bom cacau, à razão de muitos cacauzeiros que por elas se dão por natureza”¹⁹. Também havia na região do rio Xingu abundância de outro gênero muito apreciado, o cravo, que atraía a atenção e mobilizava o interesse tanto de particulares quanto de religiosos²⁰. A atividade extrativa e o trabalho dos índios eram elementos fundamentais na economia amazônica²¹. A eles estavam atrelados os circuitos da comunicação política, como ilustram as cartas de Francisco de Sá de Meneses para os capitães da Fortaleza do Gurupá.

17 – HERIARTE, Maurício de. [1662] *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*. Vienna d’Áustria: Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874, p. 28-29.

18 – MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária, 1966, p. 33.

19 – BETTENDORFF, João Filipe. [1698] *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 30.

20 – MATOS, Frederik Luiz de Andrade de. *Os “Frades del Rei” nos sertões amazônicos: os capuchos da Piedade na Amazônia colonial (1693-1759)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, p. 57-60.

21 – Para os procedimentos de preparação e expedição de canoas para a coleta de drogas nos sertões, a importância dessa atividade para a economia amazônica e a participação ativa dos índios para viabilizar as viagens, ver, por exemplo, o trabalho de FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos jacumaubas: mão de obra indígena na Amazônia colonial portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, p. 109-119.

O vaivém de canoas ao sertão para a coleta das drogas apresentava-se, portanto, como ocasião propícia para a expedição da correspondência. É o que indica o preâmbulo da carta do governador ao capitão André Pinheiro de Lacerda, de 25 de janeiro de 1684: “O Reverendo Padre João Maria Grozoni [sic] me deu uma carta de Vossa Mercê de 6 do corrente a que farei resposta por uma canoa que Francisco Lameira da Franca manda ao cacau” (carta I). Em 8 de dezembro do mesmo ano, um recado do superior das missões dos jesuítas talvez tenha produzido em Francisco de Sá de Meneses o efeito de apressá-lo a encerrar sua correspondência e a ultimar as recomendações endereçadas ao capitão Gonçalo Mascarenhas: “A esta hora me avisa o Reverendo Padre Superior Iodoco Peres, que do Colégio se despede canoa ao sertão” (carta III), como se a partida para a coleta das drogas ditasse o ritmo da escrita epistolar.

As cartas e seus destinatários

As cartas de Francisco de Sá de Meneses, por terem a finalidade de comunicar atos e instruções de governo, podem ser definidas como cartas de ofício, ainda que não haja no códice em que foram registradas uma referência explícita a essa tipologia. Apresentam uma formalidade expressa no tratamento dos capitães-mores por Vossa Mercê, indicativo de sua subordinação hierárquica ao governador e capitão-general²², mesmo que o texto, muitas vezes, entregue a ausência de impessoalidade, e um discurso claro e objetivo, centrado nos assuntos que ensejavam a correspondência. Distinguiam-se, assim, das cartas de amizade, dotadas de uma estrutura mais informal, em que o espaço para sociabilidades e afinidades pessoais dava a tônica do discurso, embora essas missivas também pudessem conter informações sobre governo e não dispensassem formas de tratamento que aludiam à posição social e/ou institucional dos inter-

22 – COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 523-524, 2015. Embora o autor citado tenha se referido ao tratamento conferido pelos governadores-gerais do Estado do Brasil aos capitães-mores seus subalternos, o mesmo se aplica à relação entre os governadores e capitães-gerais do Estado do Maranhão e os capitães-mores seus subordinados naquela jurisdição.

locutores e demonstravam a simetria ou a assimetria da relação entre os correspondentes²³.

As cinco cartas transcritas evidenciam a relação desigual ou assimétrica entre o governador e capitão-general do Estado do Maranhão e os capitães-mores da Fortaleza do Gurupá. O primeiro em questão, André Pinheiro de Lacerda, foi provido interinamente no posto em 1682. Nascido no Pará, “filho e neto dos primeiros conquistadores e povoadores” do Estado do Maranhão e militar experiente, foi também capitão da Ordenança e ocupou “os cargos mais autorizados da República”, posições que atestavam a sua condição de representante das principais famílias da capitania. Era homem prático dos sertões e conhecedor da língua indígena, atributos importantes para a função que exercia no Gurupá. Entretanto, apesar dessas experiências e das boas recomendações da Câmara de Belém em carta enviada a Lisboa, não foi confirmado no cargo e permaneceu no comando da Fortaleza do Gurupá por cerca de um ano, até a posse de Gonçalo de Lemos Mascarenhas. Foi novamente capitão-mor interino na década seguinte e, mais uma vez, não foi confirmado, recebendo como recompensa por seus préstimos o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo e a patente de sargento-mor do Pará²⁴.

Gonçalo de Lemos Mascarenhas era português e serviu em armadas de comércio enviadas ao Brasil, como alferes em Pernambuco e, de volta ao Reino, como soldado da guarnição de uma nau da carreira da Índia e num terço de Lisboa. Se não possuía o tempo mínimo de serviço exigido

23 – CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Entre o ofício e a amizade: o discurso epistolar do vice-rei 2º marquês do Lavradio no século XVIII. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 16, n. 25, p. 149-158, 2015.

24 – Para as informações biográficas e sobre a trajetória de André Pinheiro de Lacerda, ver: Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate. Serviço de Partes (avulsos). Cx. 3, doc. 410; AHU. Projeto Resgate. Maranhão (avulsos). Cx. 9, doc. 959. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Mesa da Consciência e Ordens. Habilitações da Ordem de Cristo. Letra A, maço 45, nº 86; ANTT. Registro Geral de Mercês. D. Pedro II. Livro 12, fls. 79-79v. CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII), *Outros Tempos*, São Luís, 10(15): 79-99, 2013. ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas* (século XVII). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p. 23-26 e p. 60-77.

pelo Regimento das Fronteiras (1645) nem a experiência no sertão e no trato com índios de André Pinheiro de Lacerda, seu concorrente ao posto de capitão da Fortaleza do Gurupá na consulta do Conselho Ultramarino, Mascarenhas tinha a seu favor a origem distinta. Era neto, pelo lado paterno, de Gonçalo Gomes de Lemos, que lutara em Pernambuco e perdera considerável patrimônio com a invasão holandesa, e, por via materna, descendia de D. Nuno Mascarenhas, da Casa dos senhores de Palma. Também foi levada em conta pelos conselheiros a disposição de Gonçalo Mascarenhas de se fazer acompanhar ao Estado do Maranhão por sua “sua mulher e filhos a povoar e viver nele”. Depois de comandar a Fortaleza do Gurupá, continuou sua trajetória como sargento-mor do Estado, encarregado temporariamente do governo da capitania do Maranhão, capitão-mor de Sergipe e governador e capitão-general de Cabo Verde²⁵.

A exposição de fatos e personagens mencionados nas cartas ficará restrita ao contexto histórico em que as fontes se inserem. Uma análise mais aprofundada demandaria a ampliação do corpus documental sobre as temáticas abordadas e o cotejo das missivas com outras fontes da administração e dos relatos de cronistas, por exemplo. Vários indivíduos citados não puderam ser identificados, enquanto informações sobre outros aparecem mais facilmente na historiografia, em crônicas da época, como a de Bettendorff, ou nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, caso de Francisco Lameira da Franca²⁶. É possível afirmar, contudo, que as correspondências enfatizam a liberdade dos índios, a extração das dro-

25 – Para as informações biográficas e sobre a trajetória de Gonçalo de Lemos Mascarenhas, ver: AHU. Projeto Resgate. Maranhão (avulsos). Cx. 6, doc. 684 e Cx. 6, doc. 689; AHU. Consultas de Partes. Cód. 50, fl. 115. ANTT. Registro Geral de Mercês. D. Pedro II. Livro 4, fl. 468v; ANTT. Chancelaria de D. Pedro II. Livro 27, fls. 150v-151. ROCHA, Rafael Ale. *Op. cit.*, p. 23-27 e p. 60-77. SIQUEIRA, Luís. *Homens de mando e de guerra: capitães-mores em Sergipe del Rey (1648-1743)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016, p. 202-204.

26 – Sobre Francisco Lameira da Franca e sua família, ver, por exemplo: AHU. Projeto Resgate. Maranhão (avulsos). Cx. 2, doc. 201 e Cx. 3, doc. 252; Pará (avulsos). Cx. 2, doc. 102 e Cx. 4, doc. 333. LIMA, Carlos de. *História do Maranhão – v. 1: A Colônia*. 2ª ed. São Luís: Instituto Geia, 2006, p. 347-348. PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, p. 13-18.

gas do sertão e questões correlatas, havendo espaço para o tratamento de assuntos administrativos, manifestações de sociabilidade e fragmentos de circuitos de comunicação política.

André Pinheiro de Lacerda foi o destinatário de duas cartas. A primeira, de 25 de janeiro de 1684 (carta **I**), trata basicamente da questão da liberdade dos índios, conforme a lei de 1º de abril de 1680, que visava coibir os abusos dos moradores em desrespeito à lei de 9 de abril de 1655, que proibia o cativo indígena, excetuando quatro situações em que era considerado lícito, como a guerra justa. A lei de 1680 procurava favorecer ainda a evangelização do gentio, posta a cargo da Companhia de Jesus. Em caso de se mover guerra ofensiva ou defensiva aos índios, estes seriam considerados prisioneiros e caberia exclusivamente ao governador a sua repartição pelas aldeias missionárias, a fim de serem reduzidos à fé católica e posteriormente colocados a serviço dos moradores²⁷. Francisco de Sá de Meneses pretendia algo nesse sentido quando instruiu o principal Diogo a convencer “alguns parentes seus [a descerem] para junto dessa fortaleza, pois aí ficavam livres de ter guerras com outros; de serem perseguidos de brancos que vão ao cravo, que haviam de estar em sua Liberdade e sujeitos somente às minhas ordens” e às do capitão-mor André Pinheiro de Lacerda.

A lei de 1680 também previa punição severa aos transgressores, que deviam ser enviados à cadeia do Limoeiro, em Portugal. Como deve ter acontecido com certo capitão Antônio de Sousa, mandado a “ferros para Lisboa a morrer”, mencionado na carta **II**, “com cuja filha se recebeu agora o capitão Francisco Ferreira, ao qual ninguém pode persuadir a deixar de fazer o casamento; [...] Ele está muito contente, e diz que casara muito bem com bom dote e com uma filha de um capitão que fora cabo de tropa e ocupara os lugares nobres desta República”. O caso serviu de ad-

27 – BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 33-34. “Ley sobre a liberdade do gentio do Maranhão”. Livro Grosso do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, v. 66, p. 57-59.

vertência para que André Pinheiro de Lacerda, valendo-se de um escrito do próprio Antônio de Sousa, examinasse cuidadosamente “os paióis das canoas que baixarem pare se ver se trazem alguns escravos de resgate”.

Por sua posição estratégica, a Fortaleza do Gurupá funcionava como “lugar de defesa da entrada no Vale Amazônico e de controle, fiscalização das atividades socioeconômicas (transportes e deslocamentos pelo rio)”²⁸. Em outras palavras, “ponto fundamental de acesso ao interior do território, este entreposto subsidiou o controle das entradas de canoas que levavam tropas de resgate, descimento e guerra e dos missionários e moradores que iam à coleta das drogas do sertão e ao aprisionamento ilegal de índios”²⁹. Resumidamente, os capítulos 4, 5, 6, 10 e 12 do Regimento de 8 de janeiro de 1683, passado a André Pinheiro de Lacerda, previam que o capitão-mor devia dar atenção ao registro de canoas na Fortaleza do Gurupá, ao emprego dos índios no serviço dos moradores e aos descimentos, devendo assegurar a liberdade do gentio em colaboração com os padres jesuítas³⁰. Não se sabe se o Regimento citado na carta III é o mesmo que o governador passou a Lacerda e pretendia repassar a Gonçalo Mascarenhas, ou se era um instrumento totalmente novo: “Não mando a Vossa Mercê o regimento, que remeterei em outra ocasião, porque o secretário está agora com grande tarefa de escritura”. Para essa questão relacionada à administração, não há resposta segura. Sabe-se, contudo, que Gonçalo Mascarenhas teve um Regimento, de 7 de setembro de 1686 (acrescentado em 23 de março de 1688), que lhe fora deixado pelo governador Gomes Freire de Andrade, em que havia um capítulo ainda mais explícito sobre o controle das embarcações: “Todas as canoas que forem ao cravo e ao cacau e que passarem do Gurupá para cima lhes mostrará licença do capitão-mor desta praça registrada nos livros da Fazenda e não

28 – MATOS, Frederik Luiz de Andrade de. *Os “Frades del Rei” nos sertões amazônicos: os capuchos da Piedade na Amazônia colonial (1693-1759)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, p. 117.

29 – BOMBARDI, Fernanda Aires. *Op. cit.*, p. 71.

30 – BA. 51-V-43, fls. 46v-50. “Regimento que há de guardar André Pinheiro de Lacerda que por impossibilidade, e deixonção de Manuel Vaz Correa tenho eleito e nomeado no posto de Capitão-mor da Capitania de Santo Antônio da fortaleza do Gurupá”.

o fazendo as tomará por perdidas para a Real Fazenda com tudo o que em si levarem ou trouxerem”³¹.

Nas cartas a Gonçalo de Lemos Mascarenhas, as entradas no sertão para a extração do cravo e do cacau ganharam destaque (cartas **III**, **IV** e **V**). Também foram feitas referências à prática dos descimentos de índios para aldeias do Xingu e próximas à Fortaleza, bem como à necessidade da boa harmonia entre o capitão-mor e os missionários, algo que já havia sido mencionado na carta **II** a André Pinheiro de Lacerda, com a advertência para que o capitão não permitisse que os padres interferissem em sua jurisdição. Àquela altura, a economia das drogas do sertão estava em expansão na Amazônia colonial ante o declínio da presença lusa no Oriente e, consequentemente, a restrição do acesso às fontes de especiarias. O redirecionamento da exploração do cravo e do cacau silvestre, por exemplo, para outros territórios coloniais, ocorreu no bojo de um processo de “atlantização” do Império português pós-Restauração (1640), que impactou a região amazônica em outros aspectos correlatos, como a questão da liberdade e do cativeiro indígena e a criação da Companhia Geral de Comércio, em 1682, encarregada de abastecer o Estado do Maranhão de africanos escravizados e de fazer escoar produtos locais para a costa da Guiné³².

Rumores davam conta de que Francisco de Sá de Meneses e André Pinheiro de Lacerda eram sócios no negócio do cravo³³. Nas duas cartas ao capitão, tal interesse não é explicitado, ao contrário do incentivo dado pelo governador a Gonçalo de Lemos Mascarenhas para que o capitão-

31 – “Regimento de que hão de uzar os Capitães da Capitania do Gurupá”. Livro Grosso do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, v. 66, p. 89-91. Para uma análise do Regimento de 7 de setembro de 1686, ver MATOS, Frederik Luiz Andrade de. *Op. cit.*, p. 58-60 e p. 119-120.

32 – CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010, p. 153-169. ARENZ, Karl H.; MATOS, Frederik Luiz Andrade de. “Informação do Estado do Maranhão”: uma relação sobre a Amazônia portuguesa no fim do século XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 463: 351-355, 2014.

33 – CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII). *Outros Tempos*, São Luís, 10(15): 84, 2013.

-mor investisse naquela atividade como forma de complementar seu soldo, mediante autorização régia, a ser obtida por meio da comunicação política com a Secretaria de Estado das Mercês, em Lisboa, e da intermediação das redes do governador (carta **III**):

Parecia-me conveniente, que Vossa Mercê me mandasse uma petição, para Sua Majestade lhe fazer mercê dar licença, que possa mandar todos os anos, uma canoa ao cravo, outra ao cacau; porque só assim, poderá Vossa Mercê favorecer aos soldados da guarnição dessa fortaleza, de modo, que todos folguem de ir para ela, e eu remeterei a petição ao Secretário das Mercês, e a cópia ao Doutor Francisco Mascarenhas, a quem Vossa Mercê deve escrever. E pode Vossa Mercê remeter-me, ainda as cartas, porque o navio, é impossível partir, antes da lua nova de janeiro, que será a 7 daquele mês.

No *post scriptum* da mesma missiva, Francisco de Sá de Meneses acenou com a oferta de seu irmão para ser procurador de Gonçalo Mascarenhas na Corte e destacou a importância de uma carta a Secretaria de Estado das Mercês, supostamente para acompanhar a petição do capitão-mor, a fim de reforçar as razões do seu pleito e de aumentar as chances de sucesso³⁴. O assunto continuou sendo abordado nas cartas seguintes (**IV** e **V**), em que o governador considerava justa a demanda do seu subalterno, alegando que os missionários também se ocupavam de expedir canoas ao cravo³⁵, havendo espaço em ambas para protestos de deferência e de amizade, com recomendações do governador à esposa do capitão-mor e com uma demonstração de que sociabilidades cultivadas

34 – Sobre as competências e o funcionamento da Secretaria de Estado das Mercês, ver CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da Segunda metade de Seiscentos. *Tempo*. Rio de Janeiro, n. 13, 2002, p. 35-39. Para uma análise dos circuitos da comunicação política envolvendo as Secretarias e os secretários de Estado, ver BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 137-158.

35 – Sobre essa questão, ver, por exemplo, a citada dissertação de mestrado de Frederik Luiz Andrade de Matos e CHAMBOULEYRON, Rafael. Os jesuítas e o “aumento e conservação” do Estado do Maranhão e Pará (século XVII). *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 27-1, 2009, p. 76-104.

no Reino entre a família de Francisco de Sá de Meneses e a Casa dos senhores de Palma se reproduziam nos sertões do Pará:

A Vossa Mercê e a toda sua Casa (a que muito, meu Irmão, e eu nos recomendamos) merece a estimação que fazem de cartas minhas; porque estimo muito as boas novas de Vossa Mercê e lhes desejo todo o bom sucesso para o aumento da sua família: E toda a conveniência de Vossa Mercê que depender do meu préstimo, ou do meu fazer, só com Vossa Mercê ma insinuar haverá logo conseguido (carta IV).

As cartas IV e V são, por conseguinte, aquelas em que o caráter de amizade sobressai mais do que nas anteriores, ainda que o remetente também se detivesse em matérias de governo. Este aspecto, mais o estudo da comunicação política, indica uma possibilidade de abordagem deste e de outros epistolários de administradores coloniais para além das questões restritas ao cotidiano da governação.

Transcrição das cartas a André Pinheiro de Lacerda e a Gonçalo de Lemos Mascarenhas

[I]

[fl. 121]

Para o Capitão Mor André Pinheiro³⁶

O Reverendo Padre João Maria Grozoni [*sic*] me deu uma Carta de Vossa Mercê de 6 do corrente a que farei resposta por uma Canoa que Francisco Lameira da Franca manda ao Cacau, porque de índios se não podem fiar Cartas de importância. Este diogo [*sic*] Principal dos Tapinambazes vai com dez ou doze filhos seus com ordem do Padre Antônio da Cunha seu pároco a buscar Cravo: Eu o pratiquei <e> lhe encomendei muito inste se podia fazer vir alguns parentes seus para junto dessa fortaleza pois aí ficavam Livres de ter guerras com outros; de se-

36 – A grafia das cartas foi atualizada na transcrição. As letras maiúsculas e minúsculas, a divisão dos parágrafos e a pontuação foram mantidas, de acordo com as “Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos”, de 1993, que também orientaram o uso de sinais gráficos no texto. Cf. BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de Paleografia e de Diplomática*. 3ª ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008, p. 97-104. A numeração das cartas foi atribuída nesta transcrição para facilitar a referência no texto.

rem perseguidos de brancos, que vão ao Cravo que haviam de estar em sua Liberdade e sujeitos somente às minhas ordens, e de Vossa Mercê para o que fosse conveniente ao Serviço de Sua Alteza. Ele diz que vai aos Topinambaranas falar com seu parente João Comiari e com outros Principalotes que andam em guerra ~~que andam em guerra~~. Eu lhe ordeno busque a Vossa Mercê e siga o que Vossa Mercê lhe mandar fazer; queira Deus obrem como não costumam e guarde a Vossa Mercê muitos anos Belém 25 de Janeiro de [1]684

[P.S.] Também me diz este diogo [*sic*], que tem notícia de que no rio dos Tocantins está uma grande Aldeia de Topinambazes seus parentes, e que entende os poderá fazer baixar, para que estejam com ele. Lá se informe Vossa Mercê deste Principal, que de volta quer vir para aquele rio eu estimara muito que se baixassem aqueles índios para serviço de Deus, e de Sua Alteza, e para que os Reverendos Padres tere[*ilegível*] maior terço = Francisco de Sá de Meneses =

[II]

[fl. 126] Para o Capitão mor André Pinheiro de Lacerda

Em 25 do Corrente respondi para Francisco Lameira a de 6, que me trouxe o Reverendo Padre João Maria, e o portador da minha resposta referiria a Vossa Mercê, o que nestes dias se passou nesta diabólica terra; e agora poderá José de Sousa dar mais algumas novas, das embrulhadas, que este povo, e os padres da Companhia por causa de uma excomunhão, e declaratória, que pediram ao Bispo contra um Domingos Portilho, por lhes haver tomado dois Índios, e foi ele tão desaforado, ou tão tolo, que vindo buscar aos Padres, para tratar da sua absolvição, se voltou outra vez sem me dar parte de Sousa alguma, nem saber se me queria escrever por ele a Vossa Mercê: Se por lá fizer alguma coisa mal feita Vossa Mercê o prenda, ou ao menos lhe dê o castigo, que melhor lhe parecer como a todos os mais, que faltarem à obrigação de Católicos, e de vassalos de <Índias> Sua Alteza que Deus Guarde, e de levarem Índias de suspeita Vossa Mercê Vossa Mercê lhas tire, e as remeta aqui. A de Pascoal Ferreira entendo terá Vossa Mercê já tirado; E se ele, por essa causa, fizer

algum excesso digno de castigo, Vossa Mercê lhe poderá tirar a canoa, que Levou, e também de José Pereira meu pajem, se é certo, como me disse, o Padre João Maria, que ele lhe dava mau exemplo, e o metia com negras, para ofender a Deus; porque já lhe disse a Vossa Mercê várias vezes, que com permissões pecaminosas, não queria interesse, nem descobrimento algum.

<Escrito> Também lhe Lembro a Vossa Mercê o escrito, que o preso lhe escreveu, para que com todo o cuidado, e exação, se busquem os paíóis das Canoas, que baixarem, pare se ver se trazem alguns escravos de resgate; Sobre o que mando tirar uma devassa, e quem sair culpado há de ir em ferros, para Lisboa a morrer como Antônio de Sousa; com cuja filha se recebeu agora o Capitão Francisco Ferreira, ao qual ninguém pode persuadir, a deixar de fazer o casamento; de que me não deu parte, senão quando já não tinha remédio; Ele está muito contente, e diz, que casara muito bem com bom dote, e com uma filha de um Capitão, que fora Cabo de tropa, e ocupara os lugares nobres desta República, e que queria estar em sua Casa, tratando das suas Conveniências.

Não lhe ocasione isto a Vossa Mercê alguma paixão, porque qualquer ação, e sentimento, que Vossa Mercê mostrar, publicamente neste particular, redundará em descrédito de seu Irmão, e de todos seus parentes. Ele me afirmou não havia de faltar em assistir a sua cunhada e servi-la em tudo o que ela lhe ordenasse, como até agora o havia feito. [fl. 126v]

<Manuel de Almeida> Quanto ao que fez Manuel de Almeida, já disse a Vossa Mercê na outra carta o que devia obrar, e o que a Vossa Mercê lhe parecer mais conveniente, será o que terei por melhor, e do mesmo parecer, é meu Irmão, que a Vossa Mercê recomenda.

<Galvão> Folgo, que Antônio Pereira Galvão Esteja tão firme e certo na sua oferta, porque se tiver efeito será muito importante esse descobrimento ao Serviço de Sua Alteza. Conforme ao aviso que Vossa Mercê me fizer, de que é necessário; Com as particularidades da forma em que se deve executar este negócio, tomarei sobre ele a última resolução.

<padres da Companhia> Com os Padres da Companhia se haja Vossa Mercê tão amigavelmente e com tão bom modo, e respeito, Como lhe tenho encomendado: Mas não deixe Vossa Mercê perder a sua jurisdição.

José de Sousa portador desta me pede o recomende a Vossa Mercê, ele não merece muito Porém é pai de um mochacho que me serviu. Deus [guarde a Vossa Mercê muitos anos] Belém 27 Janeiro 684

[III]

[fl. 204] Para Gonçalo de Lemos Mascarenhas Capitão mor
da fortaleza de Santo Antônio do Gurupá

A esta hora me avisa o Reverendo Padre Superior Iodoco Peres, que do Colégio se despede canoa ao Sertão; Queira Deus que todas, as que os religiosos da Companhia mandam ao cravo, tenham bom Sucesso, porque fazem agora grandes gastos; E se o Padre Superior for a Roma, Serão muito maiores. Os de Vossa Mercê também não são pequenos, com uma grande família, para a qual, o soldo de Vossa Mercê, não bastará, para a despesa de três meses; E assim, não devem os religiosos Párocos dessas aldeias, deixar de ajudar a Vossa Mercê, com o que lhe for possível.

Parecia-me conveniente, que Vossa Mercê me mandasse uma petição, para Sua Majestade lhe fazer mercê dar licença, que possa mandar todos os anos, uma canoa ao cravo, outra ao cacau; porque só assim, poderá Vossa Mercê favorecer aos Soldados da guarnição dessa fortaleza, de modo, que todos folguem de ir para ela, e eu remeterei a petição ao Secretário das Mercês, e a cópia ao Doutor Francisco Mascarenhas, a quem Vossa Mercê deve escrever. E pode Vossa Mercê remeter-me, ainda as cartas, porque o navio, é impossível partir, antes da lua nova de janeiro, que será a 7 daquele mês.

Aqui tive notícias, de que Vossa Mercê andava visitando, essas aldeias: Como Vossa Mercê, é tão Zeloso do serviço de Sua Majestade, espero, que com o seu cuidado, melhore tudo nessas partes, e evite os excessos, que se costumam fazer.

Não mando a Vossa Mercê o regimento, que remeterei, em outra ocasião, porque o Secretário, está agora com grande tarefa de escritura, que não é Santa, e me faz mártir; nem Sagrada, sendo, que alguns assuntos dela, deverão não ser profanos: encomende Vossa Mercê a sua família peça a Deus, me dê paciência. Não sei, se o Padre frei Manuel da Trindade, que assistia com Vital Guandu, virá brevemente para baixo, ou se irá ao cravo, com as muitas canoas, que os seus frades lá foram aprestar. E se quiserá ir ser aí Capelão, porque o senhor Bispo lhe deu uma Licença, que fica em meu poder. A Senhora Dona Francisca beijo as mãos. Deus lhe dê a Vossa Mercê todos muita saúde e os guarde como desejo. Belém 8 Dezembro 684. [fl. 204v]

[P.S.] Meu Irmão o Padre D. Rodrigo de Cristo, que constrangido de seus achaques, vai neste navio, para o Reino, se oferece a Vossa Mercê, para ser seu procurador, e o servir, com toda a boa diligência etc. etc.

Parece-me, que para bom sucesso do despacho, será conveniente, escrever uma carta a Sua Majestade pela Secretaria das Mercês, com a petição de Vossa Mercê, em que represente a Sua Majestade a necessidade de Vossa Mercê; E que não será justo se negue a Vossa Mercê, o que se concede a qualquer oficial mecânico, e a qualquer [ilegível], e que os matos dão sem benefício destes moradores.

[IV]

[fl. 212] Para o Capitão Mor Gonçalo de Lemos Mascarenhas

A Vossa Mercê e a toda sua Casa (a que muito, meu Irmão, e eu nos recomendamos) merece a estimação que fazem de cartas minhas; porque estimo muito as boas novas de Vossa Mercê e lhes desejo todo o bom sucesso para o aumento da sua família: E toda a conveniência de Vossa Mercê que depender do meu préstimo, ou do meu fazer, só com Vossa Mercê ma insinuar haverá logo conseguido. E tenho particular contentamento de que Vossa Mercê esteja, com tanta amizade, e tão boa correspondência com esses religiosos da Companhia de Jesus párocos dessas Aldeias, que façam a fineza de lhe dar a Vossa Mercê alguns índios, para

tratar daquele interesse de que se aproveitem altos e baixos, e ainda qualquer estrangeiro, mas que seja um grumete. Sendo que não faltou quem me afirmasse dizia o Padre João Maria Gorzoni, que nenhum ministro, nem Vossa Mercê, nem o Bispo nem o governador podiam mandar [a] os Sertões; o que eu não posso crer, sabendo que não lhe concede Sua Majestade a terceira parte dos índios mais que para as Missões e para penetrar o sertão e reduzir o gentio a Nossa Santa Fé; e constando-me que seus Padres e pelo que ele me disse que todos tem mandado e mandam Canoas ao Cravo. Os Padres das Mercês também mandaram ao Rio do Vital Guandu cinco canoas grandes e quatro pequenas a tirar cravo para o que se anteciparam e foram varrendo as Aldeias; Finalmente todos os eclesiásticos que podem o fazem o mesmo; e os matos não são bens da Igreja que produzam os frutos para as Igrejas para as Coroas e não para os que servimos a Coroa de Portugal e a Majestade que é Senhor deste Sertões com maior trabalho, mais dispêndio, e menos conveniências, e com diferente préstimo do que todos os mais destes tais eclesiásticos. Digo isso só a Vossa Mercê para que fiquem entendendo que não será dificultoso ter Vossa Mercê um despacho no requerimento, sobre o que outro dia escrevi a Vossa Mercê e alcançar por mercê de Sua Majestade o que o Padre João Maria como Senhor dos Índios querará que Vossa Mercê deva a sua benevolência: Eu espero que Vossa Mercê me remeta a petição a tempo que meu Irmão a possa levar no navio que partirá até o fim deste mês: Mas seja com segredo, assim, isto como o mais que por alguma via se possa encontrar a Vossa Mercê que como entendido sabe o que lhe convém; e juntamente que lhe será a Vossa Mercê muito importante não se levar das primeiras informações; porque nestas partes ainda mais que nos negros tudo são marandubas. E também não deve Vossa Mercê mostrar que se apaixone por qualquer coisa pois sem dissimulação não se pode bem governar. este [sic] Ajudante deixou de trazer o caixão das Cerejas para as freiras de Vossa Mercê por temer a lagarta que foi a mesma causa que teve o Soldado Antônio de Moraes. agora [sic] mando avisar a um Sebastião de Lima para que se estiver ali nas bocas traga em maior canoa a encomenda de Vossa Mercê, sendo que não sei se será possível ter praça

no navio que está de modo que não se pode acomodar muito cravo que tem a chuva sobre a coberta.

Folgo muito que Vossa Mercê se recolhesse bem e com saúde da visita das Aldeias: Como Vossa Mercê vir e conversar ao Padre Antônio da Silva, em tendo a de achar que disse eu pouco a Vossa Mercê no muito que ele disse: aí se ajustará Vossa Mercê com ele sobre as trocas do índio André e sua mulher. Muito desejo que se desçam muitos índios para essas Aldeias de Xingu que não são de repartição, e principalmente para essa fortaleza que é o mais necessário para o Serviço de Sua Majestade.

Os índios de novamente descidos não se devem levar ao sertão para não os afugentar com o trabalho e só poderá ir com algum morador aquele que voluntariamente o quiser acompanhar pelo interesse de ganhar pano para se vestir e a sua gente.

Sobre os brancos ou pardos que andarem inquieto[s] com as índias; e sobre os mais que obrarem insolências e procederem mal fará Vossa Mercê o que lhe tenho ordenado.

Jerônimo Vaz Castelo andava com licença minha e parece deve ainda seguir o que lhe encomendar seu antecessor de Vossa Mercê e assim nisto como em qualquer outra cousa me parece tem Vossa Mercê obrigação de demonstrar uma boa vontade.

As ferramentas e mosquetes mandei entregar ao Provedor mor se no armazém houver espingardas de Serviço se remeterão a Vossa Mercê bom é que estejam feitas no princípio deste inverno que começa as obras da fortaleza e acabadas as casas para que Vossas Mercês passem aí com menos descômodos. Meu Irmão agradece muito a Vossa Mercê os xerimbabos [fl. 212v] e de novo de oferece para Servir a Vossa Mercê de seu Procurador. As Listas dos índios e o rol dos gastos remeterá Vossa Mercê a quem Deus guarde. Belém 16 de Dezembro de 684. as [sic] cartas de Vossa Mercê se meterão no Saco o Soldado Francisco Perez E este Ajudante Bento, não lhe dê Vossa Mercê Licença para ir a alguma viagem, porque conforme os avisos que tenho, mandara Sua Majestade

alguma ordem sobre o descobrimento da salsa, e outros sobre que lhe tenho dado conta e se Vossa Mercê souber que alguém antes da resolução de Sua Majestade quer ir a tirar salsa Vossa Mercê lho impida [*sic*] até nova ordem que remeterei a Vossa Mercê etc. [*fl.* 213]

[V]

[*fl.* 251]

Para o Capitão mor do Gurupá.

Não tenho carta de Vossa Mercê a que deva resposta; E eu sempre quisera ter o alívio de saber que Vossa Mercê, e a sua família passam com saúde; em tempo, que há bem pouca nesta Cidade, e em que as mais pessoas dela andam, como eu, de asada quebrada. O Provedor está já em mandar ao Almojarife, pague o que se dispendeu na casa para Vossa Mercê e seus sucessores, e nos reparos dessa fortaleza: Tudo quer jeito, e bom modo. Jorge Arques referirá a Vossa Mercê o sucesso, que ele, e os mais tiveram nos [?]: Resolve-se a passar ao rio das Amazonas; Se de Vossa Mercê se valer em alguma coisa, Vossa Mercê lha fará, como a pessoa que vai por ordem minha; E porque ele receia justamente lhe fujam os índios mamaianases; me parece será conveniente trocá-los Vossa Mercê pelos de Xingu; que estes são bons para o Sertão; E os mamaianases para o cacau, donde não costumam fugir. Vossa Mercê e Arques disponham neste particular o que melhor lhes parecer. Também entendo que Filipe Guandu passará para cima; Se pedir a Vossa Mercê alguma cousa, de que poderá necessitar, Vossa Mercê lha mande dar por minha conta.

Eu ainda ando gemendo, E se me não fora impossível fazer neste tempo jornada para essas partes, poderia ser, que não reparasse na invernoada, e que fosse ser hóspede de Vossa Mercê, e visitar essa fortaleza, e Aldeias, se me desse licença quem se faz Senhor delas. A Senhora Dona Francisca beijo as mãos, Deus guarde a Vossa Mercê muitos anos Belém 2 de Março de 1685.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

VI – RESENHAS REVIEW ESSAYS

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PASSADO-PRESENTE: AS HISTÓRIAS DE UM PAÍS QUE NÃO ESTÁ NO RETRATO

RAFAEL CUPELLO PEIXOTO¹

Lilia Moritz Schwarcz é historiadora e antropóloga com vasta produção acadêmica, enveredando suas análises para os campos da etnologia, da antropologia visual, das relações etno-raciais das populações afro-brasileiras e da história do Brasil Império. É graduada pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em antropologia social pela Unicamp, em 1986, e doutora também em antropologia pela USP, onde obteve o título em 1993. É professora titular no Departamento de Antropologia da USP e Global Professor na Universidade de Princeton, desde 2011. É editora e fundadora da prestigiada Companhia das Letras e sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), desde outubro de 2006.

É autora de, entre outros livros, *O espetáculo das raças* (1993), *As barbas do Imperador* (1998), *Brasil: uma Biografia* (2015), este em co-autoria com a historiadora Heloisa Starling, e *Lima Barreto: triste visionário* (2017). Escreveu diversos livros premiados, entre eles *A longa viagem da biblioteca dos reis* (Prêmio do IHGB, 2002, que fez jus ao recebimento do “Colar do Centenário” daquela instituição), *O sol do Brasil* (Prêmio Jabuti de biografia, 2009), além dos já citados *Barbas do*

1 – Doutor em História Política pela UERJ. Professor do curso de História na Escola de Formação de Professores do Centro Universitário Celso Lisboa (CUCL).

Imperador e Lima Barreto, vencedores do Prêmio Jabuti de Livro do Ano (1998) e de Biografia (2017), respectivamente.

Desde 2015, ela é colunista do *Nexo Jornal* e curadora adjunta para histórias e narrativas do Masp². Nos últimos anos, Schwarcz tem se preocupado em convocar seus pares acadêmicos, jornalistas e analistas políticos a ocuparem o cenário público e a assumirem um papel “mais crítico e comprometido com as fontes documentais; não com os regimes [políticos], que, aliás, são todos passageiros”³, pois se antigos e “[...] novos estadistas selecionam um passado “para chamar de seu” e fazem uso da história como instrumento de elevação”⁴, cabe os historiadores profissionais e a história, enquanto disciplina acadêmica, “deixar um lembrete” sobre aquilo que se costuma fazer questão de esquecer”⁵. Os acontecimentos políticos e culturais recentemente ocorridos no Brasil reforçam tal necessidade.

No ano de 2019, a G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira venceu o carnaval carioca com um samba-enredo intitulado “História para ninar gente grande”. Nele, a letra entoava que havia chegado a vez no Brasil de “ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”⁶ e de querer “um país que não est[ava] no retrato”⁷. O samba-enredo provocou impacto na opinião pública brasileira e entre os historiadores profissionais a respeito da

2 – As referências biográficas sobre a autora foram obtidas através da reunião de dados da Plataforma Lattes, Companhia das Letras e entrevista concedida por Schwarcz à Revista Trip em 14 de junho de 2019. Cf. Disponível em: <<https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00456?>> Acesso em: 10 jul. 2020; <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783890P3>> Acesso em: 1º jul. 2020; <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/lilia-moritz-schwarcz-lanca-livro-sobre-o-autoritarismo-no-pais>> Acesso em: 10 jul. 2020.

3 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 229.

4 – *Ibidem*, p. 228-229.

5 – *Ibidem*, p. 229.

6 – FIRMINO, Danilo; DOMÊNICO, Deivid; “MAMÁ”; BOLA, Márcio; OLIVEIRA, Ronie; MIRANDA, Tomaz. *História Pra Ninar Gente Grande*. Rio de Janeiro: G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, 2019. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/sambas/mangueira-2019/>> Acesso em: 15 jul. 2020.

7 – *Ibidem*.

validade histórica ou não de algumas de suas estrofes⁸. Não cabe nem é intenção desta resenha adentrar ao acalorado debate, mas se, de fato, podemos afirmar que a letra “carregou nas tintas” em alguns trechos, não podemos negar que a mensagem do samba-enredo da Mangueira em si é bastante direta: há uma necessidade evidente de se dar voz às minorias historicamente marginalizadas no Brasil (mulheres, negros, indígenas, LGBTQ). A obra de Lília Schwarcz – *Sobre o autoritarismo brasileiro* – publicada no mesmo ano do polêmico samba-enredo da Mangueira procura preencher esse vazio.

Além disso, o referido samba tocou em outro ponto “caro” aos brasileiros e que é ponto-chave da obra de Lília Schwarcz: nossa pretensa “cordialidade” como mito fundador de nossa nacionalidade. Tal mito começou a ser construído por uma historiografia oitocentista, fundada com o IHGB, em 1837, que procurou forjar a nação, criando um passado de ação colonizadora metropolitana que empreendeu uma verdadeira batalha da civilização europeia contra a barbárie autóctone⁹, instituindo um tipo “ideal” de Brasil: a unidade nacional como um dos legados positivos da colonização portuguesa, sendo o historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen um dos construtores deste arquétipo ideal¹⁰. Assim, como destaca Lília Schwarcz, esse discurso acabou por legitimar a violência do colonizador sobre as populações indígenas e de negros africanizados escravizados.

No primeiro caso, o discurso instituído desde o período colonial estabeleceu os indígenas como “crianças” que não alcançaram a maioridade, passivos e fracos, entregues ao ditame do colonizador, estando dispostos a serem “domados” e a receberem os princípios civilizacionais dos povos europeus. Todavia, quando alguns se mostravam hostis a esse projeto,

8 – Sobre as referências e informações a respeito das personagens citadas na letra do samba-enredo da Mangueira Cf. BBC BRASIL. CARNEIRO, Júlia Dias. “Carnaval 2019: As histórias do ‘país que não está no retrato’ cantadas pelo samba da Mangueira”. 03 mar. 2019. Disponível em: < Acesso em: 15 jul. 2020.

9 – WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

10 – *Ibidem*.

eram reconhecidos como “bárbaros” e podiam conhecer o cativo por meio da “guerra justa”. Logo, o colonizador construiu imagens contrapostas e “exageradas” a respeito dos indígenas: “ou a passividade extrema ou a agressividade”¹¹. Em comum, ambos os caminhos levavam ao extermínio, como se os índios fossem povos “[...] presos ao passado e que não teriam direito ao presente e muito menos ao futuro”¹². Portanto, não houve “[...] nada de idílico no (des)encontro entre indígenas e colonos”¹³.

No decorrer do Império, a partir do projeto romântico para a confirmação de uma história “genuinamente nacional”, o índio foi incluído como símbolo nacional. Entretanto, o modelo não mudou muito do adotado durante o período colonial. O “indianismo romântico” do Segundo Reinado instituiu no imaginário nacional um indígena estereotipado, sendo o mais “nobre” ou mais “autêntico” habitante do território brasileiro que, com atos de bravura e com gestos de sacrifício, estava decidido a se sacrificar para que o projeto civilizacional se concretizasse no Brasil. O “destino do indígena era perecer para que a civilização vingasse”¹⁴.

No caso dos negros africanos escravizados, Lília Schwarcz, em diversos momentos de sua obra, lembra como a passado escravista de nossa sociedade colonial e imperial naturalizou padrões de mando e de obediência que, por meio do uso sistemático da violência, definiu condutas e desigualdades sociais e que só foi “[...] sustentado a partir da manutenção de uma verdadeira maquinaria repressora, administrada pelos próprios senhores de terra e contando com a conivência do Estado”¹⁵.

Assim, construímos uma sociedade marcada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita, que fez da raça e da cor “marcadores de diferenças fundamentais”¹⁶, tendo no estatuto da “pureza de sangue” herdada do Império português e nas teorias dos “darwinistas raciais” do

11 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 164.

12 – *Ibidem*, p. 164.

13 – *Ibidem*, p. 163.

14 – *Ibidem*, p. 164.

15 – *Ibidem*, p. 157.

16 – *Ibidem*, p. 27.

século XIX¹⁷, as justificativas perfeitas para grassar por aqui, “do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade”¹⁸.

A própria abolição da escravidão, promovida pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888, não significou o fim dessas dinâmicas. Isso, porque, se a lei não ressarcia senhores tampouco estipulou qualquer forma de integração dos ex-escravos na sociedade civil, ajudando a consolidar a diferenciação social criada pela escravidão. A ausência de políticas públicas de inclusão daquelas populações promoveram, inclusive, a exclusão dos negros das principais instituições brasileiras, fato que ainda se verifica no cotidiano.

Dessa forma, embasada em vasta investigação historiográfica e em dados estatísticos de institutos e de agências de pesquisa contemporâneos, Schwarcz foge do que procurou se difundir no senso comum da sociedade brasileira de que no Brasil vivemos uma escravidão “mais branda” ou ainda de que não há ou nunca houve racismo no país.

O mérito da obra de Lília Schwarcz é pautar temas que, em conjunto, são apontados como as raízes dos nossos grandes dilemas sociais da atualidade – a corrupção, a violência, a desigualdade social, a intolerância, o racismo –, mas que de “novo” não têm nada. Ao revisitar esses problemas a partir de uma perspectiva histórica, o faz por meio de uma linguagem “simples, mas sem simplificar”¹⁹, buscando alcançar um público mais amplo para além do acadêmico.

O livro foi um pedido da própria editora Companhia das Letras, daí a opção por um texto “sem notas bibliográficas ou aparato teórico muito

17 – Sobre o Estatuto da pureza do sangue e as consequências desta ideologia nos debates a respeito da escravidão e dos direitos de cidadania no Brasil Império cf. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 7-34.

18 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 27.

19 – REVISTA TRIP. SAYURI, Juliana. “Além da Academia: Antropóloga Lília Moritz Schwarcz lança livro sobre o autoritarismo no país e se lança nas redes sociais para debater com um público maior”. 14 jun. 2019. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/lilia-moritz-schwarcz-lanca-livro-sobre-o-autoritarismo-no-pais>> Acesso em: 15 jul. 2020.

‘cabeludo’²⁰. Todavia, Schwarcz, ao revistar nossos problemas nacionais, a partir de uma análise histórica, expõe que a solução de nossos dilemas não é simples, pois envolve dimensões estruturais e simbólicas enraizadas em nossa sociedade ao longo de cinco séculos. Além disso, ela desnuda nosso “verniz da cordialidade” e explicita que o retrato de nossa realidade é de uma sociedade que historicamente foi constituída a partir de heranças do autoritarismo como a escravidão, o mandonismo, o patrimonialismo, a intolerância e a violência.

Portanto, nunca fomos abertos, democráticos e felizes como institutos históricos e governos procuraram instituir na dita “história oficial”, retratada nos nossos manuais didáticos e presentes até hoje na opinião pública em geral. Nos capítulos sobre mandonismo e sobre patrimonialismo, alguns pontos importantes de nossa composição histórica como sociedade são apresentados pela autora em questão.

Schwarcz expôs como o sistema administrativo instituído pela Coroa portuguesa no século XVI acabou por favorecer a instituição de poderes locais. Sem condições de exercer o controle do território colonial, a metrópole delegou poderes aos primeiros conquistadores que acabaram senhores de enormes latifúndios. Isso, porque a Coroa estabeleceu um sistema de trocas, no qual títulos e terras eram providos pelo rei como recompensa pelos serviços prestados por esses colonizadores. Dessa forma, se instituiu no Brasil uma “aristocracia meritória” que reproduziu comportamentos da sociedade aristocrática de Antigo Regime da monarquia portuguesa.

Assim, a administração colonial funcionou com uma quase ausência da esfera pública, dando força ao surgimento da sociedade patriarcal brasileira, que tinha como centro da família o senhor de engenho e os escravos, base de toda a organização social. Progressivamente, a influência do senhor consolidou seu domínio em todas as esferas sociais, do comércio até a política.

20 – *Ibidem*.

Nesse sentido, Schwarcz demonstra que as famílias “tradicionais” que comandam o cenário político atual desenvolveram mecanismos de proteção e de manutenção de seus poderios locais, desenvolvendo relações de compadrio e pactos de convivência que permitiram a sobrevivência de oligarquias que comandam o país desde o período colonial, como é o caso dos Ferreira Gomes no Ceará, dos Sarney no Maranhão, dos Caiado em Goiás, dos Viana no Acre, entre outros. Esse perfil foi mantido nos primeiros anos da República e intensificado com estratégias como o “voto de cabresto” e a “política dos governadores”, que oxigenaram as relações de poder a partir da direção política dos municípios.

Até mesmo figurões que se venderam como “outsiders” da política nas últimas eleições, caso da família Bolsonaro, reproduzem as mesmas estratégias das antigas oligarquias: inserem parentes em todas as esferas públicas de poder em níveis municipal, estadual e federal, além de acomodar antigas e novas oligarquias municipais em seus “currais políticos”, bem como continuam a “explorar modelos exclusivos de autoridade e a produzir dinâmicas segregacionistas, amplificando sistemas renovados de reconhecimento das hierarquias simbólicas e das formas de autoridade”²¹.

Contudo, tais estratégias só são possíveis graças a outro elemento também destacado pela autora: o patrimonialismo. Foi Sérgio Buarque de Holanda que, no clássico *Raízes do Brasil* (1936), apresentou o conceito de “homem cordial” para entender a herança colonial de nossa formação nacional. Naquela ocasião, Holanda criticava a “cordialidade” como um disfarce para a manutenção da cultura patrimonial e patriarcal do povo brasileiro, que transfere para o domínio público uma forte presença emotiva de relações pessoais, transformando o Estado e seus órgãos administrativos em extensões de suas redes familiares e clientelares quando tais instituições deveriam zelar pela impessoalidade.

Todavia, o conceito de Holanda foi deturpado pelo senso comum e o “homem cordial” acabou sendo entendido como um elogio a “lhanza no

21 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 63.

trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam [...]”²².

Schwarcz retoma o entendimento original do conceito desenvolvido por Holanda e fazendo uso de outros importantes pensadores brasileiros, como Roberto DaMatta, Raymundo Faoro, Antônio Candido e outros – que debateram o costume e a prática patrimonial no país – desnuda a ausência de senso coletivo e o “bem comum” no Brasil, persistindo entre nós um abusivo uso do Estado para fins privativos.

Logo, “como bem ajuíza o historiador José Murilo de Carvalho, ‘nossa República nunca foi republicana’”²³, pois “[...] enquanto práticas patrimoniais e clientelistas continuarem a imperar no interior do nosso sistema político e no coração de nossas instituições públicas”²⁴ não será possível construir um sistema verdadeiramente republicano, pois República significa “coisa pública” em oposição ao “bem particular”, portanto não há república onde não existem valores republicanos.

É exatamente o viés patrimonial que ajudou a consolidar práticas corruptivas no Brasil. Se, como destaca Lilia Schwarcz, a “corrupção” não pode ser entendida como algo fixo no tempo, afinal sua prática poderia ser considerada “normal” no contexto colonial e durante o império, porque aquelas sociedades foram fundadas numa forte hierarquia social baseada sobre princípios de desigualdade (estatuto da “pureza de sangue”), bem como numa clara confusão entre as esferas públicas e privadas. Também é verdade que, mesmo sob o regime de uma sociedade onde os direitos são iguais, como pregado pela república – no qual o conceito moderno de corrupção pode ser aplicado –, no Brasil, foi a capacidade de perdurar práticas privativas em todas as relações sociais que internalizaram em nossa sociedade a aceitação da quebra das regras impessoais, que possibilitaram o surgimento do “jeitinho brasileiro” nas práticas cotidianas, permitindo atos corruptivos em todos os graus e em todas as instân-

22 – HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 146.

23 – SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 64.

24 – *Ibidem*, p. 64.

cias, ainda que em menor escala do que praticado por nossos dirigentes em escândalos políticos mais recentes. Assim, a autora escancara que a corrupção é uma “velha senhora” no país e que não é exclusividade de um ou outro partido nem fenômeno exclusivo de nossos tempos.

Os últimos quatro temas debatidos por Schwarcz em sua obra – desigualdade social, violência, raça e gênero e intolerância – são aqueles em que a autora acaba por denunciar mais explicitamente o “país que não está no retrato” e que a “história não conta”²⁵, ou melhor, os grupos sociais que historicamente foram silenciados e marginalizados no país.

Com relatórios do Oxfam Brasil de 2018, a autora denuncia que passamos para o 9º lugar no ranking global em 2017 quando o assunto é desigualdade de renda. Não é novidade que somos um dos países mais desiguais do planeta. Entretanto, o mais estarrecedor do capítulo é perceber como essa desigualdade de renda acaba por reforçar diferenças em várias outras esferas (de oportunidades, de raça, de gênero, de região, de geração e etc.).

Schwarcz revisita nosso passado para apontar que a “[...] educação nunca foi um direito de todos neste país de proporções continentais, de passado escravocrata e de estruturada concentração de renda”²⁶ e afirma que o Brasil é um país injusto e profundamente desigual. O papel da educação e do analfabetismo no país reforçam esse triste cenário. Mesmo quando a educação pública ganhou alguma preocupação do governo imperial, ela ajudou a demarcar espaços de atuação e de exercício de cidadania.

Aos pobres, negros, escravizados ou libertos eram reservados o ensino profissional, enquanto às mulheres, o ensino doméstico ou o magistério. Todavia, foram as franjas do sistema que permitiram alguma ascensão social, mesmo que, em pequeno número, a circulação desses grupos em instituições e em ambientes de prestígio social.

25 – Cf. nota 6.

26 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 133.

Na República, houve avanços importantes na educação com a ampliação do ensino público às classes trabalhadoras, todavia a mentalidade de direcioná-las para o ensino profissionalizante, alijando-as do ensino superior – reservados às elites –, ainda é uma realidade, mesmo que parte deste cenário tenha se revertido nos últimos anos.

Portanto, Schwarcz não nega nem apaga os avanços conquistados por negros, mulheres, pobres, trabalhadores em geral, nos últimos anos, mas expõem que ainda estamos longe de uma educação pública, de qualidade e universal, pois somos um dos países que menos despende parte do PIB com educação. Resultado: o Brasil é o país de maior taxa de analfabetismo entre as nações latino-americanas.

A falta de oportunidade, gerada pela desigualdade social e reforçada por um sistema de ensino público deficitário, explicita outro triste panorama: a violência urbana e rural e as desigualdades de raça e de gênero.

Nesses temas, mais uma vez a herança da escravidão é destacada pela autora. Um país de passado escravista como o nosso banalizou a morte, a brutalidade do castigo físico e reservou aos pobres, especialmente jovens e negros, o triste topo do quadro de maiores vítimas da violência no Brasil.

O assassinato de mulheres também é realçado pela autora. Uma vez mais, o “patrimônio” da escravidão é lembrado. A representação perversa da “mulata” como uma mulher mais propensa à sexualidade, à lascívia, delineou entre nós uma “cultura do estupro”, ainda hoje enraizada em nosso país.

Nesses capítulos, a autora explorou dados recentes sobre a violência ligadas à discriminação a pessoas LGBTTTQ, a cultura do estupro, a desigualdade de gênero e de sexo e ao feminicídio (categorizado formalmente, em 2015, como crime hediondo). Schwarcz destacou a ausência de políticas públicas concretas que visem diminuir e combater os altos

números diários de homicídios no Brasil, que “[...] equivale ao de mortos na queda de um Boeing 737-800 totalmente lotado”²⁷.

A interpretação oitocentista fundada a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que ainda permeia boa parte de nosso imaginário nacional, não condiz com a realidade do nosso processo histórico²⁸. Todavia, o mito da “cordialidade” ainda é regra e habita a mitologia nacional. Não por acaso muitos tem dificuldade de aceitar os rumos políticos tomados pelo país nos últimos anos e o aumento da escalada autoritária da atual conjuntura política brasileira.

Na verdade, somos uma sociedade, como bem pontuou Lília Schwarcz, pautada em heranças históricas do autoritarismo. Mas, se “história não é bula de remédio”²⁹ como a própria autora afirmou, e ela “[...] não dá conta de responder pelos dados do presente, denuncia, porém, padrões de continuidade”³⁰. Portanto, cabe a nós refletir e decidir que país queremos construir no futuro. Schwarcz declarou certa vez que é uma “pessimista no tempo presente e otimista no futuro”³¹. No livro em questão, ela apontou algumas saídas para o nosso futuro como: investir numa educação progressista, pública, gratuita e universal que ensine a diversidade e que dê voz a todos os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira; e regular a Constituição de 1988, garantindo e ampliando os direitos sociais ali conquistados.

27 – *Ibidem*, p. 152.

28 – Sobre os principais debates historiográficos a respeito do processo de independência do Brasil a partir da leitura da historiografia oitocentista, bem como da historiografia atual cf. MUAZE, Mariana. “Independência do Brasil – história e historiografia” In: ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos; MUAZE, Mariana e SALLES, Ricardo. *História do Brasil II. v. 1*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011, p. 59-88. Cf. tb. KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Um pouco de historiografia: a representação do passado colonial brasileiro a partir da independência”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

29 – SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*, op. cit., p. 11.

30 – *Ibidem*, p. 157.

31 – Cf. nota 19.

Somente uma sociedade com maior consciência cidadã, de verdadeiro sentimento republicano, pode garantir um país que pare de ser assombrado por um passado que insiste em se fazer presente.

Texto apresentado em setembro de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

LUSTOSA, Isabel. *O jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

HIPÓLITO DA COSTA: A TRAJETÓRIA DE UM JORNALISTA NOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

ROSEMARY SARAIVA DA SILVA¹

O livro mais recente de Isabel Lustosa, historiadora e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa, é o coroamento de anos de pesquisa sobre um dos mais destacados jornalistas brasileiros do século XIX. De Hipólito da Costa, ela havia se aproximado por ocasião de sua tese de doutorado, defendida em 1997 e publicada em 2000, sob o título de *Insultos impressos – a guerra dos jornalistas na Independência*.

Essa “amizade” aprofundou-se em seguida, como a própria autora lembra, por meio da parceria com o jornalista Alberto Dines para organizar a edição fac-similar do *Correio Braziliense*, entre os anos de 2002-2003. Entre 2006 e 2010, seu projeto teve então por título “Hipólito da Costa e o Brasil: projetos para uma pátria imaginada”. Especialista em história da imprensa e da caricatura no Brasil, Isabel Lustosa passou a tratar, desde 2016, da temática “Imprensa e circulação de ideias: o papel dos periódicos nos séculos XIX e XX”.

O livro apresenta-se como a narrativa da trajetória de um indivíduo, nascido na Colônia de Sacramento, quando a região estava sob domínio português, lá vivendo até os três anos. Passou infância e adolescência no Rio Grande de São Pedro, partindo depois para estudar em Coimbra. E não mais retornou, até sua morte, aos 49 anos, em 1823. Trata-se, portanto, da “biografia de um homem político, ativista do liberalismo, empenhado em fazer o Brasil progredir e ocupar o lugar que lhe estava destinado” (p.16). Através dessa abordagem, a obra busca tornar mais conhecido tan-

1 – Doutoranda em História Política pela UERJ.

to o personagem, quanto aspectos da história dos muitos acontecimentos que pontuam o período.

O livro divide-se em seis capítulos.

“Estudos, viagem e prisão”, o primeiro, aborda os períodos da vida de Hipólito da Costa. Ao tempo da família de Hipólito da Costa na Colônia de Sacramento, passando depois por Porto Alegre e Pelotas, segue-se a preparação acadêmica pelo tio padre, que o levou à Universidade de Coimbra e à proximidade com o poder em Lisboa. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário da Marinha e Ultramar a partir de 1796, lhe dá a incumbência de ir aos Estados Unidos, recém-independentes, para informar-se sobre o novo país. Ao retornar a Portugal, Hipólito pretendia criar uma loja da Maçonaria, com cujas ideias se familiarizara durante a viagem, mas a Inquisição acaba por lançá-lo na prisão, de onde fugiu, posteriormente, para a Inglaterra. Esses episódios conhecidos são narrados de forma clara e intensa, prendendo a atenção do leitor ao acompanhar a vida agitada do jovem Hipólito.

Já o capítulo 2, “Entre Lisboa e Londres”, nasceu da apresentação que a autora fez em seminário promovido pela UFF em 2008, destinado a comemorar o bicentenário da chegada da Corte ao Brasil. Nele, a autora começa por detalhar a fuga de Hipólito da Costa da prisão, em decorrência de sua inserção no meio maçônico português. Diante da entrada irregular de Hipólito na Inglaterra, por sua vez, aventa a possibilidade que decorresse da amizade com um dos filhos do rei George III, o Duque de Sussex, que estivera em Portugal e que veio a apresentá-lo à sociedade inglesa, via Maçonaria, facilitando o conhecimento, que não tardou a adquirir, sobre a política britânica. Na continuação, aparece a vida de Hipólito em Londres; a criação do *Correio Braziliense*; a participação direta do governo inglês no processo da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, sua colônia mais importante; e os planos de instalação da futura capital do Império no interior. Essa ideia da interiorização da capital – o que só viria a acontecer no século XX, com a construção de Brasília no planalto central –, foi um dos assuntos mais examinados por Hipólito no jornal

que ele publicava. Dirigido aos portugueses do Brasil, também eram assuntos ali frequentes a unidade das finanças; a transparência e fim dos monopólios; a questão da imigração de populações originárias de outras partes da Europa; a instrução e a formação de elites a partir da instalação de escolas e universidades na antiga colônia americana, agora sede da Coroa portuguesa.

O capítulo 3, “Entre o partido inglês e o partido francês”, aborda, inicialmente, a resistência de membros da nobreza portuguesa à ação de Rodrigo de Sousa Coutinho como ministro do príncipe-regente D. João, pelo temor de que se convertesse em novo Pombal. Surgem, assim, entre outras, as divergências entre Sousa Coutinho e António de Araújo e Azevedo, o futuro Conde da Barca, por conta das respectivas simpatias pela Inglaterra e a França; como também o enfrentamento entre Hipólito e Domingos de Sousa Coutinho, irmão do primeiro e embaixador de Portugal em Londres por muitos anos; o acordo que o jornalista teria firmado com os irmãos Sousa Coutinho; a censura ao jornal *Correio Braziliense* e a proibição de sua distribuição no Brasil. Paralelamente a essas questões políticas e econômicas, a autora acompanha o surgimento de outro jornal publicado em Londres, *O Investigador Português em Inglaterra*, voltado para combater o *Correio*; e a tentativa de associar o nome de Hipólito ao de Francisco Miranda, a maior figura do periodismo ligado ao movimento de independência das colônias espanholas na América, igualmente radicado em Londres. Por fim, trata do envolvimento de D. Domingos, já então Conde de Funchal, em supostas atividades ilegais com diamantes e as denúncias de sua má atuação diplomática; da atuação de Lord Strangford junto ao governo português no Rio de Janeiro; e das tensões na corte de D. João relacionadas à atividade de D. Rodrigo, entre 1808 e seu falecimento, em janeiro de 1812, período durante o qual julga que Hipólito, nas manobras políticas dos irmãos junto ao monarca, foi ora usado, ora acusado dos comportamentos mais baixos.

“Ideais e pragmatismo”, o capítulo seguinte, apresenta-se como um quadro de onde transparecem as ligações entre os portugueses, jornalistas ou não, que, por perseguições diversas, em geral por causa da maçonaria,

estavam exilados em Londres. De longe, porém, continuavam a acompanhar e a criticar o governo português e sua política em relação ao Brasil. Suas vidas cruzam com a de Hipólito da Costa e com as questões políticas envolvendo o reinado de D. João VI. É o caso de Heliodoro Jacinto de Araújo Carneiro e de D. Leonor de Almeida, a Condessa d'Oyenhausen, entre outros. Tópicos relacionados são a interferência remota do intendente de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, e da rica e poderosa família Carneiro Leão, representada por Fernando Carneiro Leão, nessa comunidade; a Revolução Pernambucana de 1817, onde ideias liberais foram introduzidas pelos comerciantes estrangeiros; e, no mesmo ano, a conspiração de Gomes Freire de Andrade em Portugal. Entre os jornalistas, o destaque fica por conta de João Bernardo da Rocha Loureiro, editor do periódico *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*; do frade José Liberato Freire, redator de *O Investigador Português* a partir de 1814 e de *O Campeão Português*, em 1819; como ainda do padre franciscano Joaquim Ferreira de Freitas, responsável, entre 1820 e 1826, por *O Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária*, secretamente subsidiado pelo Conde de Palmela, então embaixador em Londres, ocupando o lugar que fora de Domingos de Sousa Coutinho.

O capítulo 5, “Intrigas e revoluções”, destaca as diferentes composições que assumiu o ministério no Rio de Janeiro, sempre como resultado da morte dos personagens envolvidos, como a do Conde de Linhares em 1812 e as do Conde da Barca e do Marquês de Aguiar, ambas em 1817, que acabam substituídos por Tomás António de Vila Nova Portugal. Neste ano, a insurreição em Pernambuco e a conspiração de Gomes Freire no reino anunciam, por sua vez, o movimento liberal, que eclodiu em agosto de 1820 na cidade do Porto, e forçou a convocação das Cortes. Destas resultou a Constituição de 1822, que reduziu temporariamente o poder do soberano, mas que acabou conduzindo também ao processo de independência do Brasil. Diante dessa solução, morre Hipólito decepcionado, em meados de 1823, pois, ainda herdeiro de algumas das ideias de D. Rodrigo, sempre defendera a unidade entre as partes do império português.

Por fim, em “Reinos desunidos de Portugal e do Brasil”, o último capítulo, a autora acompanha o processo de independência do Brasil. Agora, a figura de relevo é José Bonifácio, cujos planos assemelhavam-se aos que Hipólito da Costa tinha sugerido para a América portuguesa ao longo de quinze anos nas páginas do *Correio Braziliense*: uma nova capital no interior do território, o fim da escravidão, a criação de colégios e universidades, a inserção do Brasil no mercado econômico internacional, uma nova política diplomática, e outros.

Por tudo isso, para não falar das fontes numerosas, a que recorreu, e da extensa bibliografia, que utilizou, o livro da professora Isabel Lustosa merece estar nas prateleiras das estantes de todos os que se interessam pelo período.

Texto apresentado em agosto de 2020. Aprovado para publicação em outubro de 2020.

BENFEITORES DA REVISTA DO IHGB

Adriana Pereira Campos	Fernando Itanga
Alex Varela	Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Alexandre Hubner	Francisco Rogério Madeira Pinto
Alexandre Mansur Barata	Fábio Lemos
Alexandre Raicevich de Medeiros	Gefferson Ramos Rodrigues
Ana Paula Sampaio Caldeira	Gisele Cristina Cipriani de Almeida
André Ricardo Heraclio do Rego	Giulia Seixas Calumby Lisboa
Andréa Camila	Guilherme Neves
Angela Fonseca Souza Assis	Guilherme Ribeiro
Angela Maria Roberti Martins	Gunter Axt
Anita Correia Lima de Almeida	Gustavo Pereira
Antonio Celso Alves Pereira	Gustavo Silveira Siqueira
Antônio Carlos Jucá	Gustavo Sousa
Arno Wehling	Hanna Sonkajärvi
Associação Nacional de História Seção Regional do Rio de Janeiro	Heloisa Maria Murgel Starling
Beatriz de Moraes Vieira	Hendrik Kraay
Bruno Santos Sobrinho	Hilda Leonor Cuevas de Azevedo-Soares
Caio Affonso Leone	Humberto Fernandes Machado
Camila Belarmino	Irene Scofano Gonçalves Figueiredo
Carla Hauer	Isadora Maleval
Carlos Fernando Pinto Machado e Silva	Israel Aquino
Carlos Kessel	Jaime Antunes da Silva
Celso Queiroz	Jali Meirinho
Christian Edward Cyril Lynch	Jean Marcel Carvalho França
Cleyson de Moraes Mello	Jose Murilo de Carvalho
Cláudia Beatriz Heynemann	José Alberto da Costa Maia
Daniel Mello	José Damião Rodrigues
Eneida Vinhaes Bello Dultra	João Araujo
Ermio Patrão	João Batista Novais Faria Filho
Evanildo Cardoso	João Eduardo de Alves Pereira
Fabio Peixoto	João Marcos Copertino
Fellipe Dennilson Ribeiro Feijó	Juliana de S Duarte
Fernanda Kieling Pedrazzi	Juliana Timbó Martins

Jéssica Uhlig
Júlia Ribeiro Junqueira
Kátia Sausen da Motta
Laura Junqueira de Mello Reis
Lauro Figueiredo
Leonardo dos Reis Gandia
Leonardo Paschoal Guimarães
Lucas Cabral da Silva
Lucia Maria Bastos Pereira das Neves
Lucia Maria Paschoal Guimarães
Luciano Raposo Figueiredo
Luciene Carris
Luiz Carlos Ramiro Junior
Luiza Silva
Marcello Otávio Neri de Campos Basile
Marcia Motta
Maria de Nazareth Correa Accioli Lobato
Maria do Rosário Alves Moreira da
Conceição
Maria Leticia Corrêa
Maria Teresa Bandeira de Mello
Mariana Carvalho
Marina Monteiro Machado
Maíra M. S. Villares Vianna
Miriam Collares
Monica Duarte Dantas
Nathália Tomagnini Carvalho
Natália Cabral dos Santos Esteves
Neusa Fernandes
Orlando de Barros
Patricia Boueri
Paulo Fernando de Albuquerque Mara-
nhão
Paulo Henrique Fontes Cadena
Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro

Paulo Knauss
Paulo Roberto de Almeida
Paulo Roberto Menezes
Pedro Henrique Duarte Figueira Carvalho
Phillipe Rocha Silva
Rafael Cupello Peixoto
Rafael de Castro Baker Botelho
Raquel Glezer
Renata Vale
Ricardo Sontag
Roberto Guedes Ferreira
Rodrigo Elias Caetano Gomes
Rogério de Souza Farias
Rosemary Saraiva da Silva
Sheila Moura Hue
Silvana Mota Barbosa
Tania Bessone C. Ferreira
Tatyana de Amaral Maia
Teresa Maria Malatian
Thalles Augusto de Carvalho Siciliano
Thiago Groh de Mello Cesar
Thiago Magalhães
Thiago Reis
Túlio Manoel Leles de Siqueira
Valdei Araujo
Victor Oliveira
Wanderson Oliveira
William Martins
Wilma Peres Costa
Anônimo

Agradecemos aos seguintes colaboradores pareceristas
ao longo do ano de 2020:

Adler Homero Fonseca de Castro	IPHAN
Adryane Gorayeb	UFCE
Alan Wruck Garcia Rangel	UERJ
Aldair Carlos Rodrigues	UNICAMP
Alexandre Barata	UFJF
Alfredo de Jesus Dal Molin Flores	UFRGS
Ana Beatriz R. de Souza	SEEDUC-RJ
Ana Rita Uhle	UNILA
Anderson José Machado de Oliveira	UNIRIO
Ângela Maria Vieira Domingues	UNIVERSIDADE DE LISBOA
Angela Maria Roberti Martins	UERJ
Antonio Celso Alves Pereira	UERJ
Arno Welling	UNIRIO
Avanete Pereira de Sousa	UESB
Begonha Eliza Hickman Bediaga	JARDIM BOTÂNICO/RJ
Breno Rodrigo de Alencar	IFPA
Camila Borges da Silva	UERJ
Carlos Gabriel Guimarães	UFF
Christian Edward Cyril Lynch	UERJ/CASA RUI BARBOSA
Danielle Rodrigues da Silva	IFCE – Quixadá
Fabiano Vilaça dos Santos	UERJ
Fabio Mattos	UFCE

Flavia Sanna Leal de Meirelles	UniCarioca
Flaviano Bugatti Isolan	UERJ
Flavio Weinstein Teixeira	UFPE
Géssica Góes Guimarães Gaio	UERJ
Gisele Porto Sanglard	FioCruz
Guilherme Pereira das Neves	UFF
Gustavo Pinto de Souza	INES
Gustavo Silveira Siqueira	UERJ
Haroldo Loguercio Carvalho	UFRN
Iamara da Silva Viana	PUC-RJ
Iris Kantor	USP
Isabel Lustosa	FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
Jacqueline Hermann	UFRJ
João Maurício Gomes Neto	UNIR (RO)
José Levi Furtado Sampaio	UFCE
José Murilo de Carvalho	UFRJ
José Wellington Carvalho Vilar	IF - Sergipe
Julio Cesar de Oliveira Vellozo	UNIVERSIDADE MACKENZIE
Kátia Sausen da Motta	UFES
Keila Grinberg	UNIRIO
Lorelay Kury	FioCruz/UERJ
Lucas Montalvão Rabelo	USP
Lúcia Klück Stumpf	USP
Lucia Maria Paschoal Guimarães	UERJ

Luis Reznik	UERJ
Luiza Nascimento de Oliveira da Silva	UFRJ
Marcello Octavio N. Basile	UFRRJ
Marcelo Cheche Galves	UEMA
Marcos Guimarães Sanches	UNIRIO
Mariana Barbosa de Carvalho	PUC-RJ
Mary del Priore	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
Mônica Helena Harrich Silva Goulart	UTFPR
Nelson de Castro Senra	IBGE
Orlando de Barros	UERJ
Paulo Knauss de Mendonça	UFF
Rafael Cupello Peixoto	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA
Renata Ferreira Costa Bonifácio	UFS
Ricardo Antonio Souza Mendes	UERJ
Ricardo Sontag	UFMG
Rogeria Campos de Almeida Dutra	UFJS
Rui Aniceto Fernandes	UERJ
Suzana Cavani Rosas	UFPE
Syrléa Marques Pereira	UniFOA
Tania Maria Tavares Bessone da Crus Ferreira	UERJ

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma publicação de caráter científico, voltada para a difusão do conhecimento histórico, assim como de outras disciplinas e áreas afins, no âmbito dos estudos brasileiros.
2. Os órgãos de gestão da Revista são o Conselho Editorial, o Conselho Consultivo e a Comissão de Redação.
3. É de responsabilidade do Conselho Consultivo a elaboração de pareceres sobre as contribuições submetidas para fins de publicação.
4. A publicação de toda e qualquer colaboração dependerá da observância das Normas Editoriais e da avaliação do Conselho Editorial, da Comissão da Revista e/ou assessores ad hoc, que podem, em concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Toda identificação de autoria do trabalho será removida do arquivo, garantido desta forma o critério sigiloso da revista, quando submetido para avaliação por pares, conforme instruções disponíveis em *Assegurando a Avaliação Cega por Pares*.
5. Os conceitos emitidos nos trabalhos editados são de inteira responsabilidade dos autores.
6. Os textos serão publicados mediante cessão, pelos autores, de direito de publicação concedido à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **por meio eletrônico, através do e-mail abaixo indicado**.
7. A Revista privilegia os seguintes tipos de contribuições:
 - 7.1 **Artigos**: textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas concernentes a temas de interesse para a R.IHGB. (até dez mil palavras).
 - 7.2 **Comunicações**: intervenções realizadas por sócios ou convidados nas sessões do IHGB (até quatro mil palavras).
 - 7.3 **Notas de Pesquisa**: relatos preliminares e resultados parciais de investigações em curso (até cinco mil palavras).
 - 7.4 **Documentos**: transcrição de fontes históricas, de preferência inéditas, preferencialmente com comentários (até dez mil palavras).
 - 7.5 **Resenhas** críticas ou balanços bibliográficos, (até duas mil palavras, sem necessidade de resumo e/ou abstract).
8. O autor do artigo terá 15 dias para enviar o termo de autorização de publicação, contados a partir da data em que o *R.IHGB* comunica sua aprovação.

NORMAS EDITORIAIS

- As contribuições deverão ser inéditas e de trabalhos originais do autor, não podendo ter sido publicadas integralmente ou em parte, tanto impressa ou eletronicamente, ou já submetidas a outras revistas. Os textos podem ser escritos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.
- Exceto os trabalhos dirigidos à seção Resenhas ou Balanços Bibliográficos, os autores deverão, obrigatoriamente, apresentar títulos e resumos nos idiomas português e inglês, independentemente do idioma do texto original, e caso este não esteja em português ou inglês, acrescentar resumo na língua original, não podendo ultrapassar 250 (duzentos e cinquenta) palavras, seguidas das palavras-chave, mínimo 3 (três) e máximo de 6 (seis), representativas do conteúdo do trabalho, também em português e

inglês, e no idioma original, quando for o caso.

- Documentos enviados para publicação devem estar transcritos e assinalados o código ou indicação arquivística equivalente de onde foram copiados, acompanhados de uma introdução explicativa.
- A Revista reserva-se a oportunidade de publicação de acordo com o seu cronograma ou interesse, notificando ao autor a sua aprovação ou a negativa para a publicação. Não serão devolvidos originais.

APRESENTAÇÃO DOS TEXTOS

- Página de rosto: todo artigo deverá ter uma página de rosto com o título, nome completo do autor e instituição de origem a que pertence. O rodapé da página deverá mencionar o endereço completo e o e-mail do autor, a quem se encaminhará a correspondência. Somente nesta página constará a identificação do autor, para fins de sigilo.
- Os textos deverão ser apresentados em formato A4, margens 2,5cm, entrelinha de 1,5cm, fonte Times New Roman corpo 12, e numeração consecutiva. Deverá ser utilizado o editor de texto Microsoft Word ou compatível. Caso haja imagens, tabelas ou gráficos, deve haver a identificação no texto os locais das figuras ou outras formas de ilustração. As imagens deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato jpg e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5 cm..
- As traduções, de preferência inéditas, deverão estar acompanhadas de autorização do autor e do respectivo original do texto.
- As notas deverão ser colocadas em rodapé. Não deverá haver bibliografia no final do texto.
- Normas para as notas de rodapé:
- Livro: SOBRENOME, Nome. Título: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p ou pp.nnp.
- Capítulo ou parte de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome. *Título do livro* (em itálico): subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano, p. nn-nn.
- Artigo em periódico: SOBRENOME, nome. Título do artigo. *Título do periódico* (em itálico), Cidade: Editora, v. nn, n.nn, p. nn-nn, ano.
- Trabalho acadêmico: SOBRENOME, Nome. *Título (em itálico)*: subtítulo. Tese (Doutorado em...) - Instituição. Cidade, ano, nnnn.
- Texto obtido na internet: SOBRENOME, Nome. Título. Data (se houver). Disponível em: [www.....](#)
Acesso em: dd.mm.aa.

Somente serão aceitos os trabalhos encaminhados de acordo com as normas acima definidas.

Endereço para correspondência: Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AUTHOR GUIDELINES

1. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro is a scientific publication, focusing on the diffusion of historical knowledge, as well as other subjects, foremost when related to Brazilian Studies.
2. The management organs of the Revista are the Editorial Board, the Advisory Board and the Editorial Committee.
3. The Advisory Board is responsible for the evaluation of the contributions submitted for publication.
4. The publication of each and every collaboration will depend on the compliance to editorial rules and on the evaluation of the Editorial Board, the Editorial Committee and/or advisors ad hoc. The articles are submitted to blind peer-review process and, in order to ensure its quality, authors must delete from their manuscripts all information that might disclose the text's authorship.
5. The concepts expressed in what is published are entirely the authors' responsibility.
6. The texts will be published through the authors' grant of publication copyright to the Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, **through the e-mail indicated below**.
7. The Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publish the following kinds of contributions:
 - 7.1 **Articles** include analytical texts or essays which are the result of studies and researches concerning themes that are of interest to the R.IHGB (up to ten thousand words).
 - 7.2 **Notifications** are destined to the publication of brief interventions, made by members or guests in the sessions of the IHGB (up to four thousand words).
 - 7.3 **Research Notes** focuses on preliminary reports and partial results of ongoing investigations (up to five thousand words).
 - 7.4 **Documents** refer to preferably unpublished sources and should come with comments (up to ten thousand words).
 - 7.5 **Bibliography** includes any review essay (up to two thousand words, without summary and abstract).
8. The article's author will have a fortnight to send the authorization term back since the date R.IHGB communicates its approval.

EDITORIAL RULES

- Any submission must be the original work of the author that has not been published previously, as a whole or in part, either in print or electronically, or is soon to be so published. It may be written in Portuguese, English, French, Spanish or Italian.
- Except works addressed to the section on bibliography, authors must mandatorily present titles and abstracts in Portuguese and English, independently of the language of the original text. If it is not in Portuguese or English, it will be necessary to add the abstract in the original language as well. The abstract cannot have more than 250 (two hundred and fifty) words, followed by the minimum of 3 (three) and the maximum 6 (six) keywords, in English and Portuguese.
- Documents sent to publication have to be transcribed and bring the archival indication from where they were copied, accompanied by an introduction.
- The R. IHGB limits the opportunity of publication according to its schedule and interest, notifying the approval or disapproval of the publication to the author. The original texts will not be returned.

TEXTS PRESENTATION

- Front page: all articles should come with an unnumbered front page, which should state its title, the author's / authors' whole name(s) and institution(s) to which he / she / they belong. A footnote should mention the complete address and e-mail of the author / authors, to whom any mail will be sent. The author's / authors' identification should not appear anywhere else;
- Texts should be presented in format A4, margins 2,5cm, space between lines 1,5cm, font Times New Roman size 12, and consecutive numbering of pages. The Microsoft Word text editor or a compatible one should be used. If there are tables, graphs, images or any other pictures, they should be presented in the proper place into which they fit. Pictures and images have to be scanned in 300 dpi in format jpg and approximately dimensioned to 5 x 5 cm;
- Translations, preferably unpublished, should have the author's authorization and the respective original text.
- Notes must come at the end of the page. No bibliography should appear at the end.
- Norms for presenting footnotes:
- Books: LAST NAME, First Name. Title of the book in italics: subtitle. Translation. Edition. City: Publisher, year, p. or pp.
- Chapters: LAST NAME, First Name. Title of the chapter. In: LAST NAME, First Name (ed.). Title of the book in italics: subtitle. Edition. City: Publisher, year, p. nn-nn.
- Article: LAST NAME, First Name. Title of the article. Title of the journal in italics. City: Publisher. Vol., n., p. x-y, year.
- Thesis: LAST NAME, First Name. Title of the thesis in italics: subtitle. Thesis (PhD in) Institution. City, year, p. nn-nn.
- Internet: LAST NAME, First Name. Title. Available at: www....., consulted dd.mm.yy.
- **Originals may only be submitted to the e-mail below.**

Only the texts presented accordingly to the rules defined above will be accepted.

Contact Address : Revista do IHGB/IHGB E-mail: revista@ihgb.org.br

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Informações básicas

Circulando regularmente desde 1839, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* é uma das mais longevas publicações especializadas do mundo ocidental. Destina-se a divulgar a produção do corpo social do Instituto, bem como contribuições de historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etnólogos, arqueólogos, museólogos e documentalistas de um modo geral. Possui periodicidade quadrimestral, sendo o último número de cada ano reservado ao registro da vida acadêmica do IHGB e demais atividades institucionais. A coleção completa da Revista encontra-se disponível para consulta on line, no endereço: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>
A abreviatura de seu título é *R. IHGB*, que deve ser usada em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

Fontes de indexação

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Sumários Correntes Brasileiros
- Classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos/Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - QUALIS/Capes - conceito B1.

Patrocinadores

A publicação recebe apoio do seguinte órgão:

- Ministério da Cultura

Endereço

e-mail: revista@ihgb.org.br

Some basic information

The *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* is published regularly since 1839. It is one of the oldest western world specialized publications. It aims at publishing the productions of the members of the Institute, as well as the contributions of historians, geographers, anthropologists, sociologists, architects, ethnologists, archaeologists, museologists and documentalists in general. It is published every for four, but the last publication of each year is dedicated to the registry of the Institute's academic life and other institutional activities. The magazine's complete collection is available for online consultation, at the site: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>

The abbreviation of its title is *R. IHGB*. It has to be used in bibliographies, footnotes and bibliographic references and subtitles.

Index sources

- Historical Abstract: American, History and Life
- Ulrich's International Periodicals Directory
- Handbook of Latin American Studies (HLAS)
- Brazilian Current Briefs
- Classification of the vehicles used by Brazilian post-graduate programs for the divulgation of the intellectual production of teachers and students – QUALIS/Capes – grade B1.

Sponsors

The publication receives support from the following entity:

Ministério da Cultura

Address

e-mail: revista@ihgb.org.br



Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é responsável pela escolha e a apresentação das ideias contidas nessa *Revista* e pelas opiniões contidas aqui, as quais não são necessariamente aquelas da UNESCO que não se compromete com as mesmas.